

VOLUME 02 | N° 03 | 2023

ISSN: 2764-5606

evoluzione

períodico científico multidisciplinar

MULTI
DISCI
PLINAR





● Conselho Científico

Editor chefe:

Prof. Dr. Cláudio Silva Porto

- **Cynthia Rocha da Silva**
- Dhalma Arruda**
- Hikaro Queiroz**
- Laysla Bonifácio**
- Mikael Ribeiro da Silva Gomes**

● Conselho Editorial

Cynthia Rocha da Silva

Dhalma Arruda

Hikaro Queiroz

Laysla Bonifácio

Mikael Ribeiro da Silva Gomes

Murilo Pinheiro Diniz

Patrícia Gomes da Costa

● Expediente

Coordenação geral:

Dhalma Arruda

Coordenação executiva:

Mikael Ribeiro da Silva Gomes

Coordenação de revisão ortográfica:

Lidiane Porfírio

Coordenação de arte e capa:

Wallisson Oliveira

Projeto gráfico:

Wallisson Oliveira

Diagramação:

Wallisson Oliveira

Índice

. NR-12: Avaliação de Riscos em Proteções Mecânicas em Máquinas de Fabricação de Guardanapos	07
. ENGENHARIA E SEGURANÇA NO TRABALHO: A proteção no ambiente de trabalho	24
. Como a Gestão e a Auditoria Podem Melhorar a Qualidade dos Serviços de Enfermagem, com a Implementação de Práticas de Segurança e a Avaliação dos Resultados	38
. DISBIOSE INTESTINAL: Eixo intestino-cérebro	53
. CRIMINOLOGIA: Conceito, Evolução e Influência do Clima na Conduta Delitiva	63
. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE: Uma Análise Jurídica sob a Ótica do Direito Público	73
. Os Desafios do Ensino-Aprendizagem da História na Rede Pública de Ensino	84
. Organização Escolar e a Diversidade	92

MULTIDISCIPLINAR

- . A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: Pesquisa sobre a Formação Docente 101

- . Os Jogos Digitais como Auxílio no Ensino Aprendizagem da Língua Portuguesa 107

- . Pessoa Anta e a Batalha do Jenipapo em prol da Independência do Piauí e Maranhão: Valeu a pena? 119

- . SALA DE AULA INVERTIDA: Uma proposta para a otimização do ensino de idiomas no período de 2019 a 2021 131

- . O Padrão Unesco e Seus Reflexos Sobre a Política Educacional Brasileira 140

- . Aplicabilidade da Lei 8.666 e Seu Intuito com o Desenvolvimento Sustentável 148

- . ÉTICA EM ÓRGÃO PÚBLICO: Incapacidade ou Falta de preparo? 164

- . O ENSINO DE HISTÓRIA NA REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO: Um olhar sobre o Currículo em Ação 183

- . MÚSICA E MATEMÁTICA: Uma relação produtiva no processo de ensino-aprendizagem da matemática no ensino básico. 199

- . Uso das TICs para o Ensino de Língua Portuguesa 211

MULTIDISCIPLINAR

- . ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
Desenvolvendo a Linguagem Oral e Escrita 230

- . A Importância da Tecnologia no Ensino
Bilíngue com Ênfase na Língua Inglesa 238

- . Planejamento Estratégico na Administração Escolar 251

- . ANÁLISES DO ENSINO DAS PREPOSIÇÕES NO
PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA: Comparação
de duas metodologias (Bem-vindo e Falar, Ler e
Escrever Português) 264

- . Gestão Escolar, Elementos para uma Participação Democrática 276

- . Ética, Censura e Liberdade de Expressão nas Redes Sociais 289

- . Brinquedoteca e Suas Contribuições no Processo
Ensino/Aprendizagem na Educação Infantil 311

- . ENSINOS INICIAIS E TECNOLOGIAS DIGITAIS:
Missão do Professor em Aliá-los 322

Apresentação

A Revista Eletrônica Evolucionere, em versão exclusivamente eletrônica, de orientação pluralista, publica, trabalhos científicos de colaboradores, docentes e discentes nacionais ou estrangeiros que apresentem contribuições originais, teóricas ou empíricas, relacionadas às diversas áreas do conhecimento.

A Revista Evolucionere tem por objetivo a difusão e divulgação dos resultados das atividades de estudos, pesquisas, extensão, resenhas acadêmicas e demais atividades desenvolvidas na instituição ou em outras instituições parceiras através de seus colaboradores.



A Revista Evolucionere tem como missão fomentar o ensino e a pesquisa de forma a aproximar o acadêmico ao estudo por meio da divulgação científica.



MULTIDISCIPLINAR:

Na área de educação Multidisciplinar, temas como: educação inclusiva, acessibilidade e novas tecnologias na educação são abordadas, trazendo à tona o que há de mais inovador no processo de ensino-aprendizagem.

NR-12: Avaliação de Riscos em Proteções Mecânicas em Máquinas de Fabricação de Guardanapos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

André Carlos Gonçalves de Moura
Discente do curso de Pós-Graduação em
Engenharia de Segurança do Trabalho

RESUMO:

O Brasil possui um elevado número de acidentes e doenças ocupacionais, causados por condições e atos inseguros. Toda empresa deve garantir a integridade de seus empregados, proporcionando um ambiente seguro e livre de acidentes. O presente trabalho consiste em uma avaliação de riscos em proteções mecânicas de conjuntos rotativos e móveis, através de método qualitativo e quantitativo, em uma máquina de produção de guardanapos de papel, de uma fábrica no interior de São Paulo, com base nos requisitos 12.5.1 e 12.5.2 da norma Regulamentadora NR-12 – Máquinas e Equipamentos, criando diretrizes para equipe de engenharia da empresa desenvolver projetos de adequação. Os resultados obtidos atestaram que o equipamento não atendia os requisitos da norma, considerado alto risco e não conforme legalmente. Ações corretivas foram imediatamente elaboradas, para diminuir a classificação para risco baixo. Futuros trabalhos podem ser realizados, considerando outros requisitos da norma, além de outras normas regulamentadoras como NR-10 Instalações e serviços em eletricidade e NR-17 Ergonomia, para obter uma classificação de risco insignificante.

Palavras chave: Segurança. Norma regulamentadora. NR-12. Proteção de máquina.

ABSTRACT:

Brazil has a high number of accidents and occupational diseases, caused by unsafe conditions and acts. Every company must guarantee the integrity of its employees, providing a safe and accident-free environment. The present work consists of a risk assessment in mechanical protections of rotating and mobile sets, through a qualitative and quantitative method, in a paper napkin production machine, from a factory in the interior of São Paulo, based on requirements 12.5.1 and 12.5.2 of the Regulatory Standard NR-12 – Machinery and Equipment, creating guidelines for the company's engineering team to develop adaptation projects. The results obtained attested that the equipment did not meet the requirements of the standard, considered high risk and not legally compliant. Corrective actions were immediately taken to lower the rating to low risk. Future works can be carried out, considering other requirements of the standard, in addition to other regulatory standards such as NR-10 Installations and services in electricity and NR-17 Ergonomics, to obtain an insignificant risk rating.

Keywords: Safety. Regulatory standard. NR-12. Machine protection.

1. INTRODUÇÃO

A segurança no ambiente de trabalho é algo muito importante em qualquer empresa, que deve fornecer requisitos mínimos, para garantir a integridade de seus empregados. Acidentes de trabalho em máquinas e equipamentos ocorrem por ausência de proteções fixas, móveis ou eletromecânicas, o uso inadequado de ferramentas e dispositivos, a falta de manutenção, a falta de treinamento para capacitação de operadores e a não utilização ou uso incorreto de equipamentos de proteção individual.

Com a nova norma NR-12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, reformulada no ano de 2010, diversas máquinas e equipamentos em operação no Brasil tornaram-se inseguros e obsoletos, por suas formas construtivas ultrapassadas, conjuntos rotativos expostos, falta de bloqueios de emergência, entre outros, que são responsáveis por inúmeros acidentes de trabalho, causando prejuízos a sociedade: empresários, trabalhadores e governo.

O Brasil, além de ser um dos principais produtores de celulose e papel no mundo, possui grande investimento no setor, que emprega muitos colaboradores, contribuindo para um alto índice de acidentes e doenças ocupacionais. Um dos maiores problemas, não apenas nesse setor, mas na indústria em geral, é a dificuldade em assimilar a questão de prevenção, prejudicando o cumprimento das Normas Regulamentadoras elaboradas pelo Ministério do Trabalho e Previdência. Outra dificuldade é a fiscalização, pois os órgãos fiscalizadores, possuem um quadro precário de recursos humanos e materiais, dificultando o atendimento das demandas de vistorias e autuações.

Definir princípios fundamentais, para garantir a adequação de máquinas e equipamentos, a prevenção de acidentes do trabalho, a saúde e integridade física do trabalhador, através de métodos construtivos de projetos de proteção de máquinas e equipamentos, viabilizando sua implantação.

O presente trabalho tem o objetivo de elaborar uma avaliação de riscos, com base em requisitos estabelecidos pela norma NR-12, em relação a proteções mecânicas existentes, com a finalidade de adequação de máquinas de fabricação de guardanapos de papel, eliminando a possibilidade de ocorrências de acidentes de trabalho, colaborando para evolução e manutenção do desempenho da gestão em segurança e oferecendo subsídios para ações futuras da empresa.

2. SEGURANÇA EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS


Com o objetivo de reduzir o número de acidentes, por causa do desenvolvimento durante a década de 1970, foram publicadas, pela Portaria MTb nº 3.214, de 8 de junho de 1978, as Normas Regulamentadoras, que são instrumentos legais utilizados pelo Ministério do Trabalho e Previdência, para regulamentar e orientar, através de procedimentos obrigatórios, as atividades relacionadas à Segurança e Medicina do Trabalho.

2.1. Normas Regulamentadoras

De acordo com (MTE, 2019) as normas regulamentadoras são dispositivos complementares ao Capítulo V, do Título II Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), determinando as obrigações, direitos e deveres de empregadores e empregados, para garantir o trabalho seguro prevenindo doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, que a elaboração e a revisão são realizadas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, através de sistema tripartite paritário, Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) e recomendado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Segundo Dragone (2011), para abordar aspectos técnicos, as Normas publicadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência contam com a contribuição de normas técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Normas Internacionais, oferecendo uma metodologia técnica, com o propósito de orientar e auxiliar as empresas a atenderem as adequações necessárias.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (2011, pg. 03) *define normalização em seu livro História da Normalização no Brasil da seguinte forma:*

 (...) a tecnologia consolidada, que nos permite confiar e reproduzir infinitas vezes determinado procedimento, seja na área industrial, seja no campo de serviços, ou em programas de gestão, com mínimas possibilidades de errar, entre outros aspectos altamente produtivos.

Porém é importante entender que as Normas Regulamentadoras regulam uma Lei, e são de caráter obrigatório, de autoridade pública responsável pela fiscalização do cumprimento das legislações, amparada legalmente para aplicação de punições a empresas que não as cumprem, como: multas e interdições. Já as normas técnicas são documentos voluntários, estabelecidas e aprovadas por órgãos independentes, que criam regulamentação técnica para todos os assuntos. Por não estarem baseadas em leis, a norma técnica não é obrigatória, entretanto, quando uma norma técnica está inserida no texto da norma regulamentadora, para aquela exigência ela se torna obrigatória. Estão em vigor no Brasil 35 Normas Regulamentadoras, sendo a NR-12 a responsável por tratar de segurança em máquinas e equipamentos (MTE, 2019).

2.2. NR-12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos

A Norma Regulamentadora NR12 estabelece os requisitos mínimos em prevenção de acidentes e segurança em a máquinas e equipamentos, desde a fase de projeto, utilização a construção, transporte, montagem, instalação, ajuste, operação, limpeza, manutenção, inspeção, desativação e desmonte da máquina ou equipamento, aplicados a equipamentos novos e usados, exceto quando houver menção específica quanto à sua aplicabilidade (MTE, 2019).

Desde que foi criada pela Portaria 3.214 em 08 junho de 1978, a NR-12 sofreu dezoito alterações, além do acréscimo de duas instruções normativas, DSST/SIT n.º 129/2017 e SEPTR n.º 001/2019, por se tornar inadequada ao longo do tempo, foi reformulada através da Portaria SIT 197, de 17/12/2010, que entrou em vigor na data de publicação no Diário

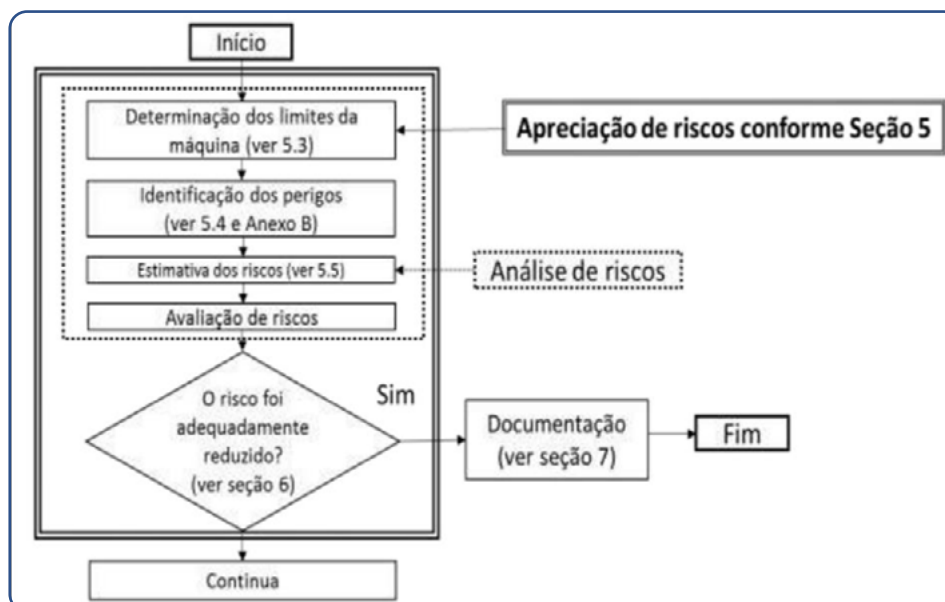


Figura 2: Diagrama de apreciação de risco NBR ISO 12100

Fonte: NBR ISO 12100

A metodologia de avaliação de riscos pode ser classificada como qualitativa e quantitativa. A metodologia qualitativa define a qualidade e onde se encontram os perigos, sem calcular a potência deles, que pode ser realizada através de inspeção visual, *check list*, opinião especializada, relatórios de acidentes e incidentes, manual do equipamento, que constitui em uma avaliação simples, podendo evoluir para uma metodologia quantitativa, que ajuda a determinar o número de riscos na execução, atribuindo valores numéricos e classificando os níveis de risco, que pode ser realizado através do uso de ferramentas de avaliação de riscos.

2.3.1. Hazard Rating Number (HRN)

A ferramenta HRN (Hazard Rating Number) é uma metodologia criada por J. Steel em 1990, que é um método reconhecido e frequentemente utilizado na análise de risco em máquinas e equipamentos, baseado nas normas NBR ISO 12100 e ISO 14121-2, para a classificação dos níveis de risco e priorização de ações posteriormente com as medidas de segurança para redução do risco recomendadas.

Segundo SILVA e SOUZA (2011), o HRN é um método quantitativo em que valores numéricos são atribuídos, para classificação dos níveis de risco de desprezível a inaceitável, estabelecendo um número, que pode ser calculada através da expressão 1.

$$(1) \\ (HRN) = PO \times FE \times GS \times NP$$

Sendo:

PO = probabilidade de ocorrência;

FE = frequência de exposição;

GS = grau de severidade de dano;

NP = número de pessoas expostas ao risco.

A **tabela 1** apresenta valores para Probabilidade de Exposição (PE), que é a probabilidade de uma pessoa entrar em contato com o perigo, expostas aos riscos existentes no equipamento.

Tabela 1: Probabilidade de ocorrer (PO)

Probabilidade de ocorrer (PO)	
0,033	Quase impossível
1	Altamente improvável
1,5	Improvável
2	Possível
5	Alguma chance
8	Provável
10	Muito Provável
12	Certo

Fonte: Steel, 1990, p. 20.

A **Tabela 2** determina a frequência que o colaborador está exposto ao perigo analisado.

Tabela 2: Frequência de exposição (FE)

Frequência de exposição (FE)	
0,5	Anualmente
1	Mensalmente
1,5	Semanalmente
2,5	Diariamente
4	Em termos de hora
5	Constantemente

Fonte: Steel, 1990, p. 20.

O Grau de severidade do dano (GS) apresenta possíveis consequências, em caso de um acidente. Deve-se optar pela máxima perda que possa ocorrer em função do perigo em que se está exposto, como mostra a **tabela 3**.

Tabela 3: Grau de severidade do dano (GS)

Grau de severidade do dano (GS)	
0,1	Arranhão/ contusão leve
0,5	Dilaceração/ doenças moderadas
2	Fratura/ enfermidade leve
4	Fratura/ enfermidade grave
6	Perda de 1 membro/ olho
10	Perda de 2 membros/ olhos
15	Fatalidade

Fonte: Steel, 1990, p. 20.

A **tabela 4** apresenta o número de pessoas expostas ao perigo.

Tabela 4: Número de pessoas exposta ao risco (NP)

Número de pessoas expostas ao risco (NP)	
1	1-2 pessoas
2	3-7 pessoas
4	8-15 pessoas
8	16-50 pessoas
12	Mais que 50 pessoas

Fonte: Steel, 1990, p. 20.

A partir do valor numérico encontrado, o nível de risco pode ser classificado desprezível a inaceitável, de acordo com a **tabela 5**.

Tabela 5: Classificação do nível de risco (HRN)

Nível de risco (HRN)	
0 – 5	Desprezível
5 – 50	Baixo (porém significativo)
50 – 500	Alto
500 +	Inaceitável

Fonte: Adaptado de Steel, 1990, p. 20.

2.3.2. Categoria de Risco

A classificação da categoria de risco de uma máquina é realizada, utilizando as definições das categorias que se encontram na norma NBR 14153, determinando os requisitos mínimos de confiabilidade dos circuitos de segurança, que são classificadas em categorias de 1 a 4, que são obtidas através de 3 grupos: Severidade do ferimento (S), Frequência e tempo de exposição (F) e Possibilidades de evitar o perigo (P), contidas no diagrama, como mostra a **figura 3**.

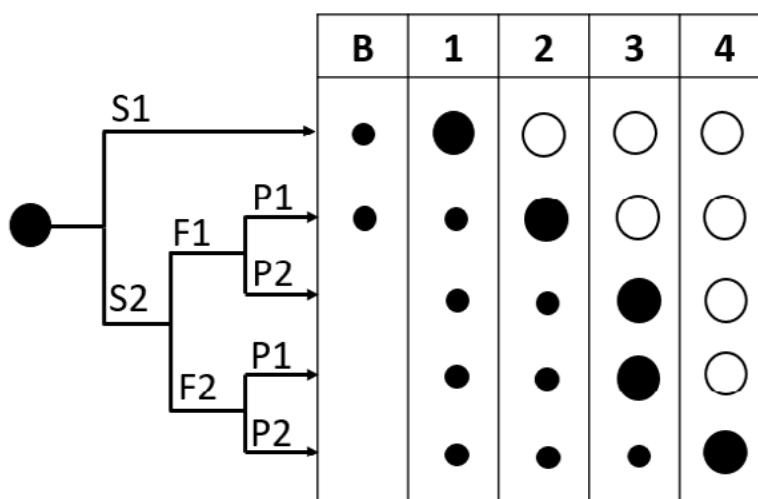


Figura 3: Diagrama de classificação da categoria de risco

Fonte: Adaptado NBR 14153

Sendo:

S1 = Ferimento leve (reversível);

S2 = Ferimento grave (irreversível) inclusive fatal;

F1 = Raramente e/ou pequena exposição;

F2 = Frequente até contínuo e/ou longa exposição;

P1 = Possível, sob determinadas condições;

P2 = Pouco possível.

As categorias de riscos podem ser interpretadas das seguintes formas:

- Categoria 1: é baseada na prevenção, exigindo que os dispositivos utilizados em equipamentos, sejam construídos conforme normas técnicas específicas, ex.: IEC 60947-5-5 que padroniza os dispositivos de parada de emergência;
- Categoria 2: Além de atender a categoria 1, os dispositivos instalados deverão ser monitorados por dispositivos de segurança, relés ou CLPs de segurança, porém não precisam ser instalados de maneira redundante;
- Categoria 3: Esses dispositivos devem atender a categoria 1, serem interligados em dispositivos de segurança e ter o princípio de redundância implantado, submetidos a testes que detectem falhas nos dispositivos relacionados à segurança do equipamento, sendo que uma única falha não deve afetar o desempenho do sistema de segurança;
- Categoria 4: Atender a três categorias anteriores, considerando que um acúmulo de falhas, como curto-circuito nas chaves, não pode levar à perda de segurança no processo.

2.3.3. Nível de Performance Requerido (PLr)

A determinação do Nível de Performance Requerido ou PLr está relacionada a redução no risco efetuada pelas partes do sistema de comando, que se destina como orientação ao projetista, que são classificadas de a até e, obtidas através de 3 grupos: Severidade do ferimento (S), Frequência e tempo de exposição (F) e Possibilidades de evitar o perigo (P), contidas no diagrama, como mostra a **figura 4**. A sequência apresentada para determinar o PLr e apresentado no Anexo A da NBR ISO 13849.

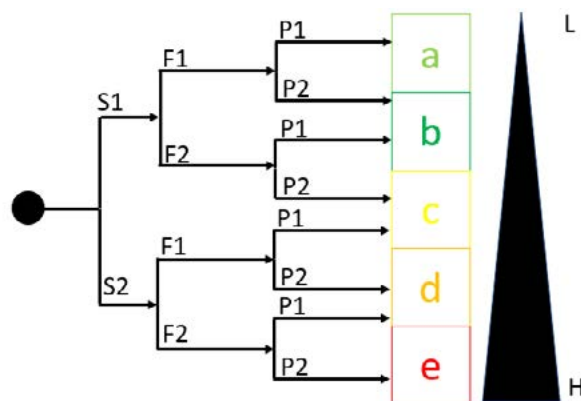


Figura 4: Diagrama de determinação de nível de performance requerido

Fonte: Adaptado NBR 14153

Sendo:

- S1 = Ferimento leve (reversível);
- S2 = Ferimento grave (irreversível) inclusive fatal;
- F1 = Raramente e/ou pequena exposição;
- F2 = Frequente até contínuo e/ou longa exposição;
- P1 = Possível, sob determinadas condições;
- P2 = Pouco possível.

A classificação do Nível de Performance Requerido pode ser interpretada de acordo com a **tabela 6**.

Tabela 1: Nível de performance requerido

Nível de Performance Requerido (PLr)	
a	Baixo ou desprezível
b	Reduzido
c	Moderado
d	Elevado
e	Severo

Fonte: Autor

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida em uma fábrica de papel, localizada no interior de São Paulo, para verificação de proteções mecânicas existentes no equipamento a sua atual situação com base nas Normas Regulamentadoras do Ministério Público do Trabalho, com foco na NR-12 – Máquinas e Equipamentos.

Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, buscando caracterizar o objeto de estudo, familiarizando com o problema, construindo hipóteses, proporcionando gerenciamento e medidas mitigadoras de riscos ambientais associados a atividade, aprimorando ideias através de pesquisa bibliográfica e das principais técnicas e recomendações acerca

da legislação para processos de adequação em instalações industriais. A sequência do estudo foi realizada através de uma visita na área de produção que se encontra o equipamento, objeto do estudo, em operação.

3.1. Determinação dos limites do equipamento

O equipamento está instalado e operando no setor de fabricação de guardanapos e lenços de papel, que pertence a área da Conversão, que se refere a área de fabricação de produtos acabados. O processo caracteriza-se em fabricar produtos com baixa gramatura, conhecido como “*tissue*”, 16 a 20 g/m², a partir de uma bobina de papel, submetidos a processo de gofragem (prensagem), dobra, corte, embalagem e encaixotamento, através de dispositivos de movimentação e sincronização. A **tabela 7** apresenta os dados de identificação e características do equipamento.

Tabela 1: Dados e características do equipamento

Tipo de máquina / equipamento	Dados
Equipamento:	Guardanapeira Americana 3P
Fabricante:	Desconhecido
Número de série	Desconhecido
Fontes de Energia	
Elétrica:	Sim
Pneumática:	Sim
Hidráulica:	Sim
Mecânica:	Sim
Tensão:	440 Vca
Pressão:	6 bar
Características	
Dimensões (mm)	Comprimento: 6000 mm
	Largura: 4000 mm
	Altura: 2500 mm
Número de operadores:	1
Acessos a manutenção	Frontal, lateral e traseira

Fonte: Autor

3.2. Análise de Riscos

Foi utilizada a metodologia de análise qualitativa para identificação dos perigos e seus potenciais riscos, através de inspeção visual e registros fotográficos, utilizando com base os requisitos da norma regulamentadora NR-12. A **figura 5** mostra a área frontal do equipamento.



Figura 5: Frontal do equipamento

Fonte: Autor

A **figura 6** mostra a análise realizada na lateral do equipamento, que possui um conjunto de rolos rotativos, responsáveis pelo desenho do equipamento, através de prensagem.



Figura 6: Lateral do equipamento

Fonte: Autor

A **figura 7** apresenta o conjunto desenrolador de bobinas de papel.

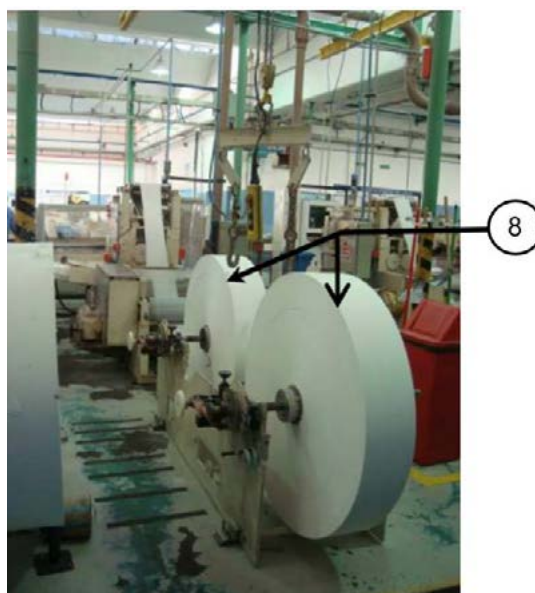


Figura 7: Conjunto desenrolador

Fonte: Autor

A **tabela 8** apresenta os perigos e riscos identificados no equipamento, com base nos requisitos 12.5.1 e 12.5.2 da norma NR-12.

Tabela 1: Descrição dos perigos e riscos do equipamento

Item	Descrição	Requisito Norma	Riscos
1	A proteção móvel não protege completamente o operador do conjunto rotativo de dobra e corte	12.5.1.1 Quando utilizadas proteções que restringem o acesso do corpo ou parte dele, devem ser observadas as distâncias mínimas conforme normas técnicas oficiais ou normas internacionais aplicáveis.	Corte, perfuração e esmagamento
2	Botão de emergência não interligado em CLP ou relé de segurança	12.5.1 As zonas de perigo das máquinas e equipamentos devem possuir sistemas de segurança, caracterizados por proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, que resguardem proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores.	Corte, perfuração, esmagamento, fratura
3	A proteção móvel é monitorada por apenas por uma chave de segurança, modelo AZ 16-12zvrk-M16 , fabricante: Schmersal, não garantindo redundância mecânica no intertravamento, a chave não está interligada em um CLP ou relé de segurança	12.5.1 As zonas de perigo das máquinas e equipamentos devem possuir sistemas de segurança, caracterizados por proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, que resguardem proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores. 12.5.2 Os sistemas de segurança devem ser selecionados e instalados de modo a atender aos seguintes requisitos: d) instalação de modo que dificulte a sua burla;	Corte, perfuração, esmagamento, fratura

Item	Descrição	Requisito Norma	Riscos
4	A proteção móvel não é monitorada, permitindo o operador ter acesso ao rolo tensionador	12.5.1 As zonas de perigo das máquinas e equipamentos devem possuir sistemas de segurança, caracterizados por proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, que resguardem proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores	Esmagamento, fratura
5	O conjunto de corte e dobra não possui proteção mecânica, possibilitando o operador acesso ao conjunto rotativo existente.	12.5.1 As zonas de perigo das máquinas e equipamentos devem possuir sistemas de segurança, caracterizados por proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, que resguardem proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores.	Corte, perfuração, esmagamento, fratura
6	O conjunto de cilindros gofradores não possui proteção mecânica, possibilitando o operador acesso ao conjunto rotativo existente.	12.5.1.1 Quando utilizadas proteções que restringem o acesso do corpo ou parte dele, devem ser observadas as distâncias mínimas conforme normas técnicas oficiais ou normas internacionais aplicáveis por proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, que resguardem proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores.	Esmagamento, fratura
7	A proteção existente no acionamento do conjunto de cilindros gofradores possui um vão, possibilitando ao operador acesso ao conjunto de polias e correias	12.5.1.1 Quando utilizadas proteções que restringem o acesso do corpo ou parte dele, devem ser observadas as distâncias mínimas conforme normas técnicas oficiais ou normas internacionais aplicáveis por proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, que resguardem proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores.	Esmagamento, fratura, corte
8	O conjunto desenrolador de bobinas, responsável pela alimentação da máquina, não possui nem um tipo de proteção mecânica, expondo o operador a conjuntos rotativos	12.5.1.1 Quando utilizadas proteções que restringem o acesso do corpo ou parte dele, devem ser observadas as distâncias mínimas conforme normas técnicas oficiais ou normas internacionais aplicáveis por proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, que resguardem proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores.	Esmagamento, fratura, corte

Fonte: Autor

3.3. Avaliação de riscos

Após a identificação dos perigos e estimativa de riscos existentes no equipamento, foram utilizadas metodologias quantitativas para avaliação de riscos. Iniciou-se com o método HRN (Hazard Rating Number) para classificação do nível de risco, sendo classificado como risco alto, conforme a **tabela 9**.

Tabela 1: Método HRN – Hazard Rating Number

Classificação do nível de risco			
Probabilidade da Ocorrência (PO)	8	Frequência de Exposição (FE)	5
Grau de Severidade (GS)	10	Nº Pessoas Expostas ao Risco (NP)	1
HRN (PO x FE x GS x NP)	400	Classificação do Risco	Alto

Fonte: Autor

Em seguida foi determinada a categoria de risco, utilizando as definições da norma NBR 14153, classificando a categoria de 1 a 4, sendo classificada como categoria 4, conforme o diagrama da figura 8.

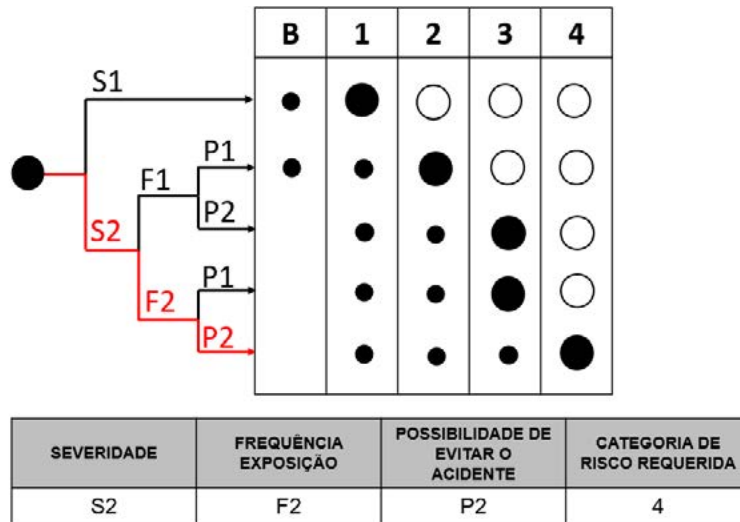


Figura 8: Diagrama para determinação da categoria de risco

Fonte: Adaptado NBR 14153

Para finalizar, foi determinado o nível de performance requerido (PLr) a partir Anexo A da NBR ISO 13849, classificado com nível “e”, de acordo com a figura 9.

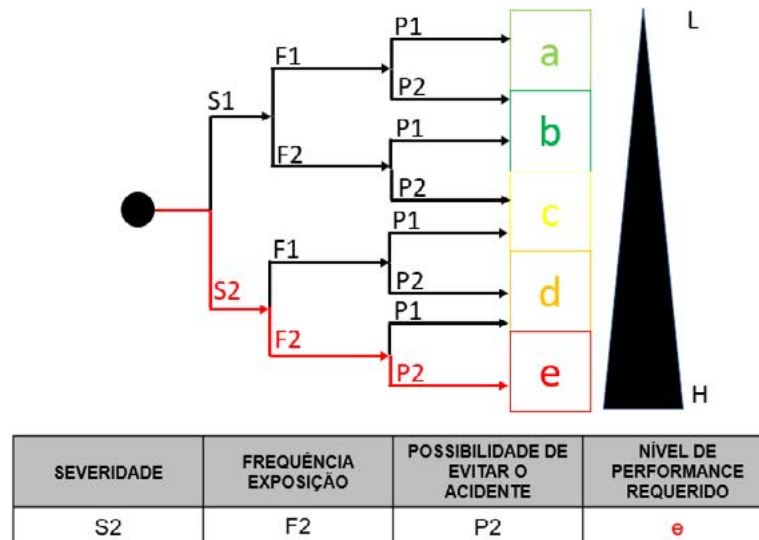


Figura 9: Diagrama para determinação do nível de performance requerido (PLr)

Fonte: Adaptado NBR 14153

3.4. Resultados e discussões

A partir dos resultados apresentados na **tabela 10**, observa-se que o equipamento não atende aos principais requisitos, 12.5.1 e 12.5.2, do subitem 12.5 Sistemas de segurança, que caracterizam as proteções em máquinas e equipamentos exigidos pela norma NR-12.

Tabela 1: Resultado consolidado de avaliação de riscos

Resultado consolidado da avaliação de riscos			
Probabilidade da Ocorrência (PO)	8	Frequência de Exposição (FE)	5
Grau de Severidade (GS)	10	Nº Pessoas Expostas ao Risco (NP)	1
HRN (PO x FE x GS x NP)	400	Classificação do Risco	Alto
Categoria de risco	4	Nível de Performance Requerido	e

Fonte: Autor

Ações corretivas como medidas de segurança imediata foram recomendadas:

- ✓ Aumentar proteção móvel contemplando a área desprotegida, que acesso ao conjunto rotativo de dobra e corte, evitando qualquer acesso com equipamento em funcionamento;
- ✓ Interligar botões de emergência a relés ou CLPs de segurança;
- ✓ Em proteções móveis instalar duas chaves de segurança e interligá-las a relés ou CLPs de segurança, de forma que garanta redundância dificulte a sua burla;
- ✓ Transformar a proteção mecânica móvel do rolo tensionador em proteção fixa, de modo que o operador não possa removê-la sem uso de ferramentas;
- ✓ Instalar proteção fixa na lateral do conjunto de corte e dobra;
- ✓ Instalar um sistema de passagem de pontas de papel, para que operador não se aproxime com as mãos dos rolos gofradores, semelhante a sistemas existentes em máquinas de fabricação de higiênicos, que são de propriedade da própria empresa;
- ✓ Instalar proteções fixas no conjunto de rolos gofradores;
- ✓ Instalar proteções mecânicas perimetrais fixas no conjunto desenrolador de bobinas, evitando qualquer contato do operador.

4. Conclusão

O presente estudo teve como objetivo principal realizar a avaliação de risco em proteções mecânicas e a existência de dispositivos de segurança em máquinas, frente às especificações da Norma Regulamentadora NR-12, conclui-se que os resultados da pesquisa foram alcançados, pois foram identificadas condições de perigo no equipamento, proporcionando ações corretivas imediatas a empresa, para adequar o equipamento em relação a norma, evitando acidentes e proporcionando segurança aos trabalhadores que operam o equipamento.

A avaliação de riscos realizada poderá ser utilizada como base para auxiliar equipe de engenharia da empresa a identificar outros perigos e elaborar o projeto de adequação do

equipamento, contribuindo para outros equipamentos existentes. Com as ações implementadas é possível diminuir o nível de risco de alto para baixo (porém significativo), pois para alcançar o nível insignificante, é necessária uma avaliação mais detalhada, considerando outros requisitos da norma NR-12, e até mesmo outras normas regulamentadoras tais como: NR-10 Instalações e serviços em eletricidade e NR-17 Ergonomia.

O apoio da equipe de segurança e da área manutenção da empresa foi fundamental para realização do trabalho, para que fosse realizado de forma segura, sem comprometer o processo produtivo, identificando pontos de melhoria. A avaliação de risco é fundamental para identificar e corrigir problemas relacionados com a segurança em máquinas e equipamentos e a correta instalação de dispositivos mecânicos, para manter a conformidade de acordo com os requisitos exigidos pela NR-12.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira de Normas Técnicas. **História da normalização brasileira** / Associação Brasileira de Normas Técnicas. – Rio de Janeiro, 2011, p.03.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO 12100: Segurança de Máquinas – Princípios Gerais de Projeto – Avaliação de Riscos**. Rio de Janeiro, 2013.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO 13849-2: Segurança de máquinas - Partes de sistemas de comando relacionadas à segurança - Parte 2: Validação**. Rio de Janeiro, 2019.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14009:1997: Segurança de máquinas — Princípios para avaliação de riscos**. Rio de Janeiro, 1997.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14153:2013: Segurança de máquinas — Partes de sistemas de comando relacionados à segurança — Princípios gerais para projeto**. Rio de Janeiro, 2013.
- BROW, A. E. P. Análise de risco. **Boletim Técnico do GSI/NUTAU/USP**, v. 3, n. 1, p. 1-7, 1998.
- DRAGONE, José Fausto. **Proteções de máquinas, equipamentos, mecanismos e cadeado de segurança**. São Paulo: LTR, 2011.
- ISO 14121-1:2007: Safety of machinery — Risk assessment**. Genebra, 2007.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. **NR-12 Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos**. Portaria SEPRT n.º 916, de 30 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-12-atualizada-2022.pdf>>. Acesso em: 28 de nov. 2021.
- SILVA, I. B. R.; SOUZA, B. S. **Proteção de Máquinas: A Melhor Alternativa**. Revista Proteção, Novo Hamburgo, n. 239, p. 76-81, nov. 2011.
- STEEL, Chris. **Risk Estimation Techniques**. The Safety & Health Practitioner. 1990.

ENGENHARIA E SEGURANÇA NO TRABALHO: A proteção no ambiente de trabalho

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Luciano Peixoto Lopes
Discente do curso de Pós-Graduação em
Engenharia de Segurança do Trabalho

RESUMO:

Quais são as estratégias de gerenciamento no controle e redução de acidentes de trabalho no ambiente local, a fim de reduzir lesões e perdas humanas? Para uma empresa que fornece ordem, a configuração de sistemas de gestão ambiental não tem necessariamente o mesmo significado que para um subcontratado, especialmente quando for forçado a adotar um sistema para manter seu lugar no mercado. O objetivo deste estudo é fornecer um guia de leitura. Ele propõe critérios que devem ser levados em consideração ao analisar as vantagens e desvantagens dos sistemas de gerenciamento de saúde e segurança. O uso social de sistemas de gestão é, portanto, muito variado nas soluções e aplicações, na gestão ambiental e na de segurança do trabalho. A hipótese é de que implementando o bom gerenciamento de controle e prevenção de acidentes, as empresas e organizações diminuirão quase a zero o risco, as lesões e as perdas de trabalhadores. Este documento descritivo e analítico baseia-se numa síntese principalmente do trabalho de pesquisa, mas também na prática sindical e outras experiências no campo dos sistemas de segurança e saúde ocupacional incluindo a sua diversidade, os contextos e as situações políticas em que operam, e a falta de conhecimento dos problemas e dos êxitos nesta área. Este estudo é descritivo e analítico. Vários estudos importantes serão apresentados na lista de referências e os argumentos serão apoiados, tanto quanto possível, por referências explícitas.

Palavras chave: Gestão. Acidentes de Trabalho. Empresa. Segurança.

ABSTRACT:

What are the management strategies for managing and mitigating risks in the workplace in the region, in order to reduce injuries and human losses? For regulatory companies, the implications of establishing an environmental management program are not always the same as for smaller contractors, especially when they are forced to use the program to maintain their position in the market. This study aims to provide guidance to the reader. It proposes criteria that should be considered when assessing the benefits and drawbacks of health and safety management systems. Thus, the use of social initiatives in management systems varies considerably in terms of solutions and applications, in terms of environmental management and industrial safety. The concept is that through effective risk control and preventive management, companies and organizations will reduce accidents, injuries and worker losses to almost zero. This descriptive and analytical paper is based primarily on a collection of research projects, but also on trade union practices and other experiences of occupational health and safety programs including diversity, context and political contexts, and their weaknesses. Knowledge of problems and successes in this field. This study is descriptive and exploratory in nature. Some key research will be presented in the reference list and arguments will be supported by direct references, as far as possible.

Keywords: Management. Work Accidents. Company. Safety.

1. Introdução

Nos debates sindicais sobre saúde e segurança, algumas questões inevitavelmente provocam respostas extremamente variadas, desde a rejeição indignada ao entusiasmo. Uma dessas questões é a gestão ambiental e o sistema de gerenciamento de segurança e saúde. A primeira explicação parece bastante simples. Na prática, a implementação de tais sistemas conhece muitas variações. Às vezes, essa é uma forma de contornar a representação de trabalhadores em saúde e segurança, orientar uma abordagem disciplinar onde a visão e as prioridades definidas pelo gerente determinam a política de prevenção ou o que ocorre.

Quais são as estratégias de gerenciamento no controle e redução de acidentes de trabalho no ambiente local, *a fim de reduzir lesões e perdas humanas*? Às vezes, este é um processo que reconhece a natureza conflitante dos problemas de saúde no local de trabalho, melhora a transparência e permite uma ação mais sistemática dos representantes dos trabalhadores. O uso social de sistemas de gestão é, portanto, muito variado nas soluções e aplicações.

Outro elemento de explicação também está relacionado à situação concreta de cada empresa nas cadeias de produção. Para uma empresa que fornece ordem, a configuração de tal sistema não tem necessariamente o mesmo significado que para um subcontratado, especialmente quando for forçado a adotar um sistema para manter seu lugar no mercado.

O objetivo deste estudo é fornecer um guia de leitura. Ele propõe critérios que devem ser levados em consideração ao analisar as vantagens e desvantagens dos sistemas de gerenciamento de saúde e segurança. Mostra a diversidade de sistemas. Como tal, contribuirá para uma análise mais profunda das práticas. A hipótese é de que implementando o bom gerenciamento de controle e prevenção de acidentes, as empresas e organizações diminuirão quase a zero o risco, as lesões e as perdas de trabalhadores.

Este documento descritivo e analítico baseia-se numa síntese principalmente do trabalho de pesquisa, mas também na prática sindical e outras experiências no campo dos sistemas de segurança e saúde ocupacional incluindo a sua diversidade, os contextos e as situações políticas em que operam, e a falta de conhecimento dos problemas e dos êxitos nesta área. Vários estudos importantes serão apresentados na lista de referências e os argumentos serão apoiados, tanto quanto possível, por referências explícitas. No entanto, é até que ponto o leitor pode ampliar sua perspectiva em sistemas de gerenciamento que determinam o valor desse trabalho, que se concentra mais no que funciona e no que funciona nesses sistemas de gerenciamento do que sobre os aspectos práticos da criação de um sistema de gestão eficaz.

2. Gerenciamento de Segurança no Trabalho

O processo de gerenciamento de segurança no trabalho pode ser definido como uma sequência de etapas para garantir o cumprimento sistemático da legislação e outros regulamentos e a manutenção da disciplina dos funcionários (MAJER e UHEREK, 2004).

2.1. Segurança no Trabalho como Parte da Proteção ao Trabalho

A segurança no trabalho propriamente dita é a “Segurança e Saúde no Trabalho” (SST), ela não está preocupada apenas com a prevenção de acidentes. Saúde e Segurança no Trabalho é um mecanismo relativamente complexo baseado em uma multidão de legislação que cobre diversas áreas. Ele também coloca os requisitos de gerenciamento em espera. Atualmente, a SST já significa mais do que apenas prevenir acidentes. Inclui todas as páginas de proteção ao emprego relacionado ao trabalho, como bem-estar físico e psicológico, proteção social, condições de trabalho, relações de trabalho, condições de higiene, instalações sociais dos locais de trabalho, etc. (MAJER e UHEREK, 2004).

Nas condições econômicas de hoje, é um desafio alinhar todos os aspectos do negócio. No entanto, uma das prioridades da empresa deve ser o trabalho seguro e higienicamente protegido para seus funcionários, depois as indenizações por acidentes, a fim de evitar a perda de vidas e saúde.

Por estas razões, a proteção de emprego torna-se parte integrante das atividades de gestão, produção e controle em todos os níveis de gerenciamento. Não se pode falar sobre um bom negócio que não presta atenção suficiente aos problemas de saúde e segurança no trabalho (VILELA *et al.*, 2004). Ao falar sobre a economia, e prosperidade de uma empresa, também tem que falar sobre a segurança e a saúde dos funcionários. Mais atenção é dada à área de atendimento aos funcionários, como evidenciado pelos dados sobre o desenvolvimento de acidentes de trabalho. *De acordo com site Correio Braziliense:*

“De 2012 a 2016, no Brasil, houve 3,5 milhões de casos e 13,3 mil mortes. 22 bilhões (REAL) em cuidados médicos são gastos em indenizações estaduais. Trabalhadores da construção civil e motoristas de caminhão estão entre as vítimas mais comuns de negligência, falta de equipamento de segurança e até causam fadiga em todo o país de 700 mil acidentes por ano. Os dados coletados pela segurança social e o Ministério do Trabalho apontam a gravidade do problema que afeta trabalhadores em diferentes profissões. O Brasil é o quarto país do mundo a registrar o maior número de feridos no trabalho, atrás da China, Índia e Indonésia. Desde 2012, a economia já sofreu uma perda de 22 bilhões devido a indenizações de lesões no trabalho. Se as baixas fossem classificadas em ocupações informais, essa cifra poderia atingir R\$ 40 bilhões.

De acordo com o governo federal, de 2012 a 2016, houve 3,5 milhões de feridos ocupacionais em 26 Estados e no Distrito Federal. Estes casos levaram à morte de 13.363 pessoas e custos de R\$ 22.171.000.000 para autoridades públicas com indenizações de segurança social, tais como doença, invalidez, aposentadoria e acidentes para pessoas com consequentes danos. Ao longo dos últimos cinco anos, 450 mil pessoas sofreram durante as perdas (CORREIO BRAZILIENSE, 2017)¹

¹ Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/06/05/internas_economia,600125/acidente-de-trabalho-no-brasil.shtml. Acesso em: 20 out. 2022.

A prática confirma que, mesmo em organizações menores, é aconselhável criar funções de um técnico de segurança porque é um problema que os gerentes geralmente não conseguem conter além de garantir economia, operação e outros. O sistema de proteção ao trabalho inclui, em particular, a área de prevenção e educação para um trabalho seguro e garantindo proteção de saúde de qualidade no trabalho e um sistema de segurança e confiabilidade de máquinas, equipamentos e tecnologias (VILELA *et al.*, 2004).

A aplicação de regras de proteção do trabalho geralmente vinculativas (nas condições específicas de pessoas jurídicas ou pessoas físicas empregadas por outras pessoas singulares em uma relação de trabalho ou em uma relação de trabalho similar) é garantir o trabalho seguro dos funcionários (PEETERS *et al.*, 2003).

2.2. Vista Geral da Lei de Segurança no Trabalho

A Lei de SST cria a base jurídica para garantir a segurança e a saúde no trabalho de acordo com os princípios do Ministério do Trabalho. Estabelecem os princípios gerais de prevenção, as condições básicas para garantir a segurança e a saúde no trabalho e excluindo os riscos e os fatores que tornam os acidentes de trabalho, doenças profissionais e outros riscos para a saúde.

Aplica-se aos empregadores e empregados em todos os setores das áreas de fabricação e não produtivas. O Ato de SST enfatiza a aplicação de elementos de suporte do sistema, que são os institutos: representante dos funcionários para segurança e saúde no trabalho, Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho, serviços preventivos e de proteção, como serviços de segurança técnica e serviços de saúde ocupacional (VILELA *et al.*, 2004).

Os novos institutos da lei são serviços de proteção preventiva, cuja missão é organizar e executar tarefas profissionais para garantir segurança e saúde no trabalho. Para realizar serviços preventivos e de proteção, tais como serviços de segurança e saúde, o empregador é obrigado a identificar um número suficiente de funcionários profissionais que estão no emprego ou em uma relação de trabalho similar. Um empregador que desempenha medidas preventivas e protetoras, os serviços da própria equipe profissional devem estar adequadamente equipados com o equipamento técnico e de trabalho necessário (VILELA *et al.*, 2004).

Também determina as condições para a questão e a retirada das qualificações de educação e formação no campo da proteção do trabalho. Inclui também disposições que autorizam a emissão de outras leis geralmente vinculativas, o Ministério do Trabalho, Assuntos Sociais, normas da CLT e Ministério da Saúde.

Esses regulamentos definirão mais especificamente as condições e os requisitos de áreas específicas para a segurança e a saúde no trabalho. Esta área não está no nível requerido e é negligenciada em muitas organizações. Isso se deve principalmente ao medo de empregadores e organizações de aumentos de custos, enquanto os serviços preventivos e de proteção estão sendo negligenciados como um todo (PEETERS *et al.*, 2003).

2.3. Sistema de Gerenciamento “Padronizado”

O pensamento de saúde e segurança no contexto da gestão diária é um aspecto importante do funcionamento de todos os sistemas de gerenciamento. No entanto, antes de uma discussão adicional sobre este e outros possíveis riscos do sistema de gestão, os sistemas internacionais de gestão de saúde e segurança mais conhecidos devem ser brevemente descritos de Segurança no Trabalho. As primeiras versões dos sistemas de gerenciamento são sistemas de gerenciamento de segurança, como o Lost Control, que se tornou o Sistema Internacional de Classificação de Segurança (ISRS, BIRD e LOFTUS, 1976; TOP, 2006).

O programa 5 estrelas, ou Five Star, é um sistema de gerenciamento semelhante ao SSRI. É usado por muitos empregadores. Posteriormente, a indústria química estabeleceu suas próprias recomendações internacionais sobre saúde e segurança, intitulada Responsible Care. Desde a década de 1990, mais e mais padrões nacionais foram desenvolvidos no campo dos sistemas de segurança e saúde no trabalho.

Dalrymple (*et al.*, 1998) referem-se a normas, projetos de normas e recomendações sobre sistemas de gestão, na Noruega (rascunho), Espanha (UNE 81900) e Reino Unido (BS 8800). O BS 8800 também é usado fora do Reino Unido. Esta lista deve ser complementada pelo padrão ANSI-AIHA Z 10 dos EUA, que está vigente nos Estados Unidos desde 2005.

Em 1996, a Organização Internacional de Normalização (ISO) não conseguiu atingir a maioria necessária de dois terços para completar, com a adoção de um padrão adicional sobre formas de garantir a qualidade de saúde e segurança no trabalho, padrões anteriores ISO 9000 (relativos à gestão da qualidade do produto) e ISO 14000 (relativo à gestão da qualidade ambiental) (ZWETSLOOT, 2000).

Uma tentativa semelhante para alcançar uma maioria qualificada também falhou em 2000. Esta questão está sendo levantada pela terceira vez no ISO. O primeiro fracasso, no entanto, levou a um acordo em 1999 entre quatorze órgãos nacional de normas e empresas de auditoria (incluindo BSI no Reino Unido e DNV na Noruega) em um “*semi padrão*” de sistemas de gestão: o Repositório OHSAS 18001 (OHSAS, 2006). OHSAS é o único sistema de gestão global, além das diretrizes da OIT e do programa STOP DuPont.

A OHSAS também se tornou o padrão internacional mais utilizado, com mais de 3.900 certificados em cerca de 70 países até o final de 2003. Várias grandes empresas usam-nas em suas fábricas, como ABB, AkzoNobel, 3M e Unilever. A maioria dos sites certificados está localizada na China, Austrália, Tailândia, Reino Unido, Brasil, Itália, Japão, Irã.

Os programas de responsabilidade social corporativa explicam em parte a popularidade da OHSAS nos países pobres mais orientados para a exportação. As grandes empresas de bens de consumo no mundo ocidental exigem que seus fornecedores demonstrem que atendem aos padrões mínimos de trabalho e outros padrões. No entanto, muitos certificados nem sempre garantem condições de trabalho aceitáveis para os fornecedores (MATHIASON, 2006).

Os sistemas de gestão desenvolvidos e recomendados pelas autoridades competentes de saúde e segurança são outro tipo de sistema de gestão. O estado da Califórnia tornou

obrigatório, desde 1991, a implementação por todos os empregadores de um programa efetivo de prevenção de doenças e lesões. Com exceção dos Estados Unidos, os países anglo-saxões tendem a promover uma gestão interna efetiva de saúde e segurança de forma voluntária e não regulatória.

Às vezes, eles recomendam que os empregadores criem um sistema de gestão baseado em padrões nacionais, mas muitas autoridades de saúde e segurança defendem o uso de sistemas de gestão de seu próprio projeto. O programa de proteção voluntária da OSHA (VPP) nos Estados Unidos é provavelmente o exemplo mais conhecido (OSHA, 1989). Outras autoridades também criaram seu próprio sistema de gestão, por exemplo, em Taiwan desde 1994 (SU *et al.*, 2005).

As várias autoridades australianas responsáveis pela saúde e segurança no trabalho criaram uma estratégia que é uma síntese dos sistemas de gerenciamento opcionais e sistemas obrigatórios para gerenciamento de segurança e saúde ocupacional. Oficialmente, o sistema de gerenciamento é opcional e o número de inspeções pode ser reduzido quando um sistema de gerenciamento de risco no local de trabalho está no lugar. Caso contrário, continua a ser obrigatório cumprir o dever geral de cuidado para garantir um local de trabalho seguro e adequado (VILELA *et al.*, 2004).

Nos Estados Unidos, esta obrigação, que se enquadra na Lei de Saúde e Segurança, raramente é invocada. Mas os serviços da inspeção do trabalho e dos tribunais do trabalho na Austrália estão se referindo cada vez mais. Por conseguinte, existem incentivos positivos e negativos para adotar o sistema de gestão oficialmente opcional na Austrália, Victoria Safety MAP (VWA, 2002).

Em geral, pode-se dizer que a introdução de um sistema de gestão por parte dos empregadores australianos é, na prática, não tão opcional quanto parece. Todos esses imperativos para proteger os trabalhadores de riscos para sua saúde e segurança constituem um grande desafio. Inspeções metódicas dos locais de trabalho - raras porque a inspetoria do trabalho geralmente não tem o tempo necessário - revelando assim numerosas violações dos vários requisitos de saúde e segurança (SU *et al.*, 2005).

Onde existem regulamentos para sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional, por exemplo nos Estados Unidos, mas também no Brasil e em muitos outros países, os empregadores também precisam cumprir mais e mais regras rigorosas sobre como garantir a saúde e a segurança no trabalho. Estes sistemas de gestão da segurança e da saúde no trabalho impõem princípios de prevenção semelhantes aos estabelecidos na diretiva-quadro descrita acima (VWA, 2002).

No entanto, os sistemas de gerenciamento opcionais - do programa Five Star para BS 8800 e OHSAS 18001 e, finalmente, para o VPP - não mencionam esse enigma como um problema. A plena conformidade - com estes regulamentos extremamente rigorosos - é apenas mencionada como um primeiro passo, sem mais comentários. E as várias dicas e exemplos sobre como configurar sistemas de gerenciamento inevitavelmente limitam o escopo de princípios de prevenção.

A segurança é favorecida em relação à saúde, enquanto os problemas de saúde e as mortes são mais frequentemente causados por doenças do que por acidentes. As explicações para a prevenção relacionam-se mais frequentemente com a provisão de equipamentos

de proteção pessoal (PPE) e os comportamentos a serem adotados para aplicar procedimentos de segurança do que para a prevenção de riscos identificados na fase de projeto (SU *et al.*, 2005).

2.4. Os Riscos de Falha e Uso Indevido dos Sistemas de Gestão

Comparando a forma como os sistemas de gestão e os ideais dos sistemas obrigatórios de gestão de segurança e saúde operam é, de alguma forma, abusivo. Mas, além da ambivalência da apresentação dos sistemas de gestão como tal, o seu funcionamento deve ser avaliado em relação aos altos padrões de regulação, a fim de destacar suas fraquezas e determinar como elas podem ser melhoradas. Este exame aprofundado é o assunto desta seção. É articulado em torno das seguintes questões (SU *et al.*, 2005):

- ✓ O raciocínio para a criação de um sistema de gestão, que pode ter implicações significativas para a maioria, se não todos, aspectos de sua implementação;
- ✓ Vantagens e desvantagens da certificação versus efeitos de um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho;
- ✓ Como medir a eficácia de um sistema de gestão, figuras relacionadas a comportamentos do diálogo interpessoal;
- ✓ O escopo do sistema de gerenciamento de segurança e saúde: segurança, controles técnicos de saúde ou o local de trabalho mais amplo?
- ✓ Consultando os trabalhadores para convencê-los ou aproveitar sua experiência?
- ✓ Recursos, controle, aprendizado e melhoria contínua - entendendo que um sistema de gerenciamento efetivo é difícil de implementar.

2.5. Razões Externas ou Internas?

Sem gestão, nenhum comportamento humano, é perfeitamente racional, no entanto, os sistemas de gestão representam uma tentativa impressionante de aumentar a racionalidade das formas como as organizações gerem a saúde e a segurança no trabalho. As razões e os objetivos reais, em oposição às razões retóricas e aos objetivos, para a criação de um sistema de gerenciamento são, portanto, essenciais para o funcionamento do sistema de gerenciamento na prática. Por que um sistema de gerenciamento foi implantado é a primeira questão que deve ser feita ao tentar avaliar, ou por outros meios de entendimento, um sistema de gerenciamento (FRICK *et al.*, 2007).

Uma vez que um sistema de gerenciamento requer desenvolvimento de gerenciamento geral, seus objetivos são provavelmente complexos e baseados em um conjunto de razões externas e internas. E as mesmas questões sobre saúde e segurança no trabalho muitas vezes podem ser descritas como questões externas e internas (VILELA *et al.*, 2004).

A diferença é, portanto, em grande parte uma questão de ponto de vista, mas o fato é que as razões externas e internas para a criação de um sistema de gerenciamento são diferentes (FRICK *et al.*, 2007). Os motivos externos, que muitas vezes se sobrepõem em parte, com a implementação de um sistema de gestão pelos empregadores podem ser:

- ✓ O certificado do sistema de gerenciamento como “*prova*” de gerenciamento efetivo de saúde e segurança, o que melhora a imagem da marca de clientes e investidores no mercado de trabalho. As atividades de certificação estão crescendo em empresas que desejam obter certificados para fins de relações públicas. Mesmo as pequenas empresas às vezes precisam de um certificado para lidar com grandes empresas;
- ✓ As empresas com um sistema de gestão certificado podem estar sujeitas a menos visitas da inspeção do trabalho, o que é um incentivo, por exemplo, na Dinamarca, nos Estados Unidos, Brasil e Austrália;
- ✓ Se uma empresa apresentar sérios riscos para a saúde e a segurança dos trabalhadores, a razão externa para a criação de um sistema de gestão pode ser efetivamente reduzir esses riscos. Caso contrário, os riscos internos para a saúde e a segurança dos trabalhadores podem se tornar um escândalo público; e
- ✓ As grandes empresas em particular devem poder se beneficiar da aceitação social, como uma “*licença comercial*”, e os sistemas de gerenciamento podem ser importantes para esse fim.

Os motivos internos para configurar um sistema de gerenciamento podem ser os seguintes:

- ✓ Reduzir o número de acidentes relatados, etc., reduzir os custos de compensação para os trabalhadores e, em particular, nos Estados Unidos, os custos dos cuidados de saúde;
- ✓ Evitar interrupções na produção devido a ausências e assim reduzir os custos indiretos internos relacionados à má saúde dos funcionários, ou seja, os custos reais, que também refletem problemas de saúde não declarados e não apenas para reduzir reivindicações ou taxas de seguro;
- ✓ Um ambiente de trabalho eficiente que reduz o inconveniente de uma saúde e segurança precárias no trabalho, como acidentes, ruídos ou problemas de ergonomia, e assim melhora a produtividade, a qualidade e aumenta a produtividade e lucros;
- ✓ Evitar disputas em saúde e segurança no local de trabalho, melhorando a prevenção. Processos de terceiros incluem os efeitos do amianto (nos Estados Unidos), mas também lideram PCB's e outros resíduos nucleares ou perigosos;
- ✓ Usar o sistema de gestão para fortalecer o controle de gestão do comportamento dos trabalhadores e a comunicação com os trabalhadores e, assim, reduzir sua influência e a dos seus representantes no site;
- ✓ Tornar os trabalhadores principais responsáveis por não se machucar com atenção prioritária aos comportamentos de segurança;
- ✓ Gestão eficaz, para simplificar ou racionalizar a saúde e a segurança ocupacional, gastar menos tempo e dinheiro em alcançar objetivos de saúde e segurança no local de trabalho, bem como uma melhor integração da saúde e segurança no trabalho, gestão da saúde e segurança na gestão geral; e

- ✓ Razões éticas, em uma situação de interesses complexos de saúde e segurança ocupacional, os empregadores podem ter a oportunidade de colocar a ética e a proteção dos trabalhadores no coração da gestão da saúde e segurança.

Não é apenas legítimo, mas também é necessário que as empresas gerenciem suas relações externas em todos os aspectos importantes. Isso inevitavelmente inclui a gestão de saúde e segurança no trabalho. Uma boa imagem do sistema de gerenciamento pode ser importante para atrair clientes e investidores e evitar a inspeção do trabalho e os escândalos públicos.

2.6. Engenharia e Segurança: *Pessoa Segura ou Ambiente Seguro?*

Embora não seja necessário tirar conclusões precipitadas sobre os motivos da criação de um sistema de gestão, parece haver uma ligação clara entre os motivos e os objetivos da gestão e os meios implementados para alcançá-los. Se o objetivo é reduzir acidentes de trabalho, na medida do possível, o relatório de acidentes relacionados ao comportamento dos trabalhadores, parece apropriado tentar gerenciar esse comportamento. Se, por outro lado, os objetivos do sistema de gestão são reduzir, tanto quanto possível, o risco de acidente e deterioração do estado da saúde no âmbito da gestão da saúde e da segurança no trabalho, o sistema de gestão é suposto para gerenciar esses riscos.

Existe, portanto, uma ligação entre a definição do problema pelos empregadores e o modo de prevenção escolhido. O seu sistema de gerenciamento de riscos deve avançar para a hierarquia da prevenção de riscos para projetar? Ou deveria estar a jusante e priorizar os comportamentos de segurança como o principal método de redução do número de acidentes relatados? Essa escolha também reflete a ambivalência fundamental dos sistemas de gestão (DALRYMPLE *et al.*, 1998).

O cumprimento das normas nacionais em suas especificações deve garantir que eles se concentrem principalmente na prevenção a montante através do *design* organizacional e técnico. E, no contexto da exploração, devem visar a eliminação de riscos, por exemplo, por ventilação, controle de ruído, reorganização de trabalho e segurança técnica. No entanto, informações e conselhos sobre vários sistemas de gestão geralmente contêm exemplos de comportamentos de segurança, como o fornecimento de PPE aos trabalhadores, sem mencionar métodos técnicos para reduzir a poluição do ar ou o ruído (VILELA *et al.*, 2004).

A interpretação dos sistemas de gestão, no entanto, varia de acordo com as políticas e tradições nacionais no campo da saúde e da segurança no trabalho. No Reino Unido, os exemplos de empresas que se aplicaram e se beneficiaram da OHSAS 18001 referem-se à redução das taxas de acidentes relatadas e não à prevenção de riscos para a saúde. Em um contexto dinamarquês, o padrão OHSAS 18001 é, em vez disso, apresentado como um instrumento para a aplicação dos princípios de prevenção (OHSAS 18001, 2006).

As intervenções sobre os comportamentos de segurança são, portanto, muito comuns nos sistemas de gestão, especialmente nos países anglo-saxões, embora os padrões BS sejam de âmbito global (por exemplo, KRAUSE, 1997). Por um lado, essas intervenções parecem ser particularmente aplicadas em sistemas de gerenciamento complexos e formais, ao passo que, de acordo com suas especificações, eles devem, em vez disso, priorizar a prevenção a montante. Por outro lado, o gerenciamento de comportamentos de segurança

é muitas vezes referido como o sistema de gerenciamento. Por exemplo, a DuPont possui uma rede internacional de atividades de consultoria no campo de comportamentos de segurança, principalmente o programa STOP.

Mas há muitas outras versões das intervenções sobre os comportamentos de segurança, incluindo um método generalizado de administração geral aplicado ao gerenciamento de segurança com base no comportamento dos trabalhadores. É descrito por Dotson (IBID., 1997) e no Estudo Comparativo Australiano da Eficácia dos Diferentes Sistemas de Gerenciamento de Gallagher *et al.* (2001).

A base dessas abordagens é um antigo princípio de gestão em que todos os acidentes são causados por procedimentos de trabalho inadequados, na sua concepção ou aplicação pelos trabalhadores. Como resultado, muitos empregadores na Austrália (e em outros lugares) preferem administrar “*peessoas seguras*” e prestar menos atenção à criação de “*lugares seguros*” (GALLAGHER *et al.*, 2001).

A estratégia de comportamento de segurança, no entanto, coloca vários problemas. Por exemplo, a DuPont afirma que em “*96% dos casos, comportamentos de risco (de trabalhadores, excluindo gerenciamento), e condições não perigosas, causam ou contribuem para a maioria dos acidentes*”. No entanto, não é surpreendente que o comportamento humano contribua para acidentes.

Na verdade, os acidentes são o último efeito de uma longa sequência causal. Os homens cometem erros, mas o local de trabalho determina se esses erros causam um acidente. Se um trabalhador remove uma parte de uma máquina 10.000 vezes por dia, pode acontecer que, em uma ocasião, realize esse movimento com muita rapidez. Se a máquina estiver equipada com proteção adequada, nenhum acidente ocorrerá, caso contrário, esse trabalhador pode perder um dedo, ou mais (VILELA *et al.*, 2004).

Os números da DuPont não são informações convincentes nem evidências para apoiar comportamentos de segurança (OHSAS 18001, 2006). A estratégia de comportamentos de segurança também foi criticada em muitos outros aspectos:

- ✓ Não cumpre as regras em matéria de prevenção de riscos como pré-requisito para a adoção pelos trabalhadores de comportamentos de segurança em situações de risco, nomeadamente os requisitos relativos à hierarquia de prevenção;
- ✓ As figuras para comportamentos de segurança estão erradas. As famosas estatísticas de Heinrich (1931), nas quais 85 por cento dos acidentes são causados por comportamentos perigosos, são dados coletados de relatórios de supervisores de lojas que não são competentes para analisar as causas profundas dos acidentes, mas dispostos a questionar sua empresa;
- ✓ A afirmação de que o comportamento é a principal causa de acidentes - ex. Heinrich, Dupont e outras empresas, não foi confirmada por estudos críticos independentes;
- ✓ Muitos empregadores que baseiam sua estratégia em comportamentos de segurança, incluindo a DuPont, removem relatórios de acidentes e não apresentam todos os relatórios que eles fazem. Zoller (2003) descreve em detalhes esses mecanismos de obstrução;

- ✓ A estratégia de comportamento de segurança geralmente negligência riscos sérios para a saúde. Dotson descreve um sistema de gerenciamento que, por exemplo, expõe os trabalhadores a um nível perigoso de ruído. Da mesma forma, a DuPont é citada como um dos principais contribuintes para a poluição química do meio ambiente e para seus trabalhadores nos Estados Unidos;
- ✓ O controle de comportamento a jusante é considerado o meio menos efetivo para atingir os resultados desejados no gerenciamento de qualidade. Os homens são capazes de muitas coisas, mas nem sempre produzem a mesma ação. Quando, por exemplo, a Toyota estabelece metas de qualidade na produção de seus carros, a empresa não depende essencialmente dos trabalhadores para diminuir a tolerância para um centésimo de milímetro, e assim por diante. Pelo contrário, a qualidade deve ser parte integrante do projeto e produção do carro;
- ✓ O estudo comparativo de Gallagher *et al.* (2001) - e outros trabalhos de pesquisa sobre as modalidades de gestão de saúde e segurança no trabalho - também confirmam a validade da hierarquia de prevenção. Os sites que favorecem o princípio da “*pessoa segura*” são claramente menos seguros do que os que utilizam a abordagem do “*local seguro*” (HOPKINS, 2005);
- ✓ A este respeito, dois acidentes fatais são reveladores em empresas que prestam especial atenção aos comportamentos de segurança. As investigações públicas sobre explosões em Esso-Longford, Austrália em 1998 e na DuPont no Brasil em 2005 destacam o mesmo fenômeno. Embora essas empresas tenham tentado culpar os trabalhadores, esses acidentes foram causados principalmente por defeitos sistêmicos na segurança da produção. Essas duas empresas também tentaram esconder as evidências que as sobrecarregaram (HOPKINS, 2000).

Como resultado, os sistemas de gestão de saúde e segurança são altamente dependentes das estratégias e práticas de gestão de outras empresas. Um sistema de gestão que visa reduzir riscos de segurança e riscos para a saúde é, portanto, um grande desafio. Para avançar para este objetivo, um sistema de gerenciamento opcional deve ir além do que é exigido pela maioria dos regulamentos que se aplicam à gestão da saúde e segurança no trabalho (VILELA *et al.*, 2004).

Por exemplo, a diretiva-quadro exige apenas que os empregadores implementem gestão da segurança e saúde ocupacional que possa cumprir todas estas disposições ambiciosas. Mas mesmo a busca do objetivo ilusório de risco zero no trabalho assume um desenvolvimento organizacional relativamente completo da administração geral da maioria das empresas. A este respeito, a gestão da qualidade da saúde e segurança ocupacional não é diferente de outro (igualmente ambicioso) de gestão da qualidade (FRICK, 2004a).

Por conseguinte, para ser eficaz, um sistema de gestão não deve apenas ser orientado para os objetivos globais de saúde e segurança, incluindo a prevenção a montantes e o diálogo significativo com os trabalhadores, mas também tendo os recursos suficientes. Como qualquer outro objetivo ambicioso, a saúde e a segurança no trabalho não são gratuitas. O financiamento para melhorias na saúde e segurança no trabalho - incluindo mudanças técnicas e organizacionais, e não apenas procedimentos comportamentais - é o componente de recursos mais importante.

Existe uma grande quantidade de desentendimentos sobre os custos das várias melhorias. No entanto, o tempo e as habilidades dos empregadores e dos trabalhadores também são importantes. É impossível alcançar uma gestão qualitativa satisfatória da saúde e da segurança no trabalho sem esforço considerável e compreensão das ações a serem realizadas. E como o sistema de gestão está preocupado com a saúde e segurança dos trabalhadores, eles também devem ter o tempo e o treinamento necessários para poder participar de forma plena e construtiva na implementação deste projeto (FRICK, 2004a).

No entanto, a literatura sobre sistemas de gestão voluntária é geralmente colocada numa perspectiva mais realista sobre os desafios da gestão da saúde e segurança no trabalho. Assinalar que, para construir um sistema, o gerenciamento da saúde e segurança ocupacional deve incluir um ciclo de aprendizagem secundário de verificação, aquisição de habilidades e melhoria contínua do sistema.

3. Conclusão

A realidade é muito mais complexa do que a suposição de que os sistemas obrigatórios de gerenciamento de saúde e segurança seriam bons e os sistemas de gerenciamento opcionais seriam ruins. A visão negativa expressada acima nos sistemas de gestão discricionária baseia-se num exemplo artificial do pior caso, que reúne os aspectos problemáticos dos diferentes sistemas de gestão de segurança e segurança no trabalho.

É importante porque fornece uma base para mais estudos e alertas sobre potenciais problemas com sistemas opcionais. Os sistemas opcionais, no entanto, têm muitos aspectos positivos. Eles geralmente enfatizam que os órgãos de governo devem estar comprometidos com a saúde e a segurança no local de trabalho e supervisionar o comportamento e os resultados dos gerentes de linha e dos trabalhadores na melhoria da saúde e segurança no trabalho com o fim de perdas humanas e futuras indenizações de acidentes. As especificações complexas sobre como organizar o gerenciamento de saúde e segurança no trabalho - por exemplo em diferentes padrões para sistemas de gerenciamento - são necessárias em grandes empresas ou empresas de alto risco.

Quanto à regulamentação, pode ser muito limitado e geral para fornecer orientação útil em muitos exemplos práticos. A introdução da gestão obrigatória, boa em teoria, a saúde e a segurança no trabalho revelam, na prática, mais ou menos deficiências. A legislação raramente é aplicada à carta. Tanto para os sistemas obrigatórios de gestão da segurança e saúde ocupacional quanto para os sistemas de gestão opcionais, a interpretação e implementação no local é, portanto, mais importante do que o modelo do sistema de gestão.

REFERÊNCIAS

- BIRD, F. e R. Loftus. **Gerenciamento de controle de perda**, Loganville, Ga.: Institute Press. 1976.
- BLEWETT, V. **Gerenciando saúde e segurança no trabalho**, Adelaide: WorkCover Corporation. BSI (1996) BS 8800: 1996. Guia de sistemas de gestão de saúde e segurança ocupacional, Londres: British Standards Institute. 1989.
- DALRYMPLE, H., REDINGER, C., DYJACK, D., LEVINE, S. e MANSDORF, B. **Sistema de gestão da saúde e segurança no trabalho**: revisão e análise de sistemas internacionais, nacionais e regionais; e proposta de um novo documento internacional, IOHA adiamento para Organização Internacional do Trabalho, Genebra: Organização Internacional do Trabalho. 1998.
- DOTSON, K. **Uma estratégia internacional de medição de segurança e saúde: Programas corporativos, sistemas e resultados**, Journal of Occupational Health and Safety - Austrália e Nova Zelândia, 12 (6), p.669-678, 1996.
- FRICK, K. e G. Zwetsloot. **Da gestão da segurança à cidadania corporativa: uma visão sobre abordagens para a gestão da saúde**, em U. Johansson, G. Ahonen e R. Roslender. 2007.
- GALLAGHER, C., E. UNDERHILL e M. RIMMER. **Sistemas de gestão de saúde e segurança ocupacional**: uma revisão de sua eficácia na obtenção de locais de trabalho saudáveis e seguros, Sydney: Comissão Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho. 2001.
- HOPKINS, A. (2005) **O que devemos fazer com programas de comportamento seguro?** Working Paper 36, Canberra: Australian National University. Centro Nacional de Pesquisa de Saúde Ocupacional e Regulamento de Segurança. <http://dspace.anu.edu.au/bitstream/1885/43176/1/hopkins36.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.
- KRAUSE, T. **Processo de segurança baseado em comportamentos: envolvimento de gestão para uma cultura sem lesões**, 2ª edição, Nova York: John Wiley & Sons. 1997.
- MAJER, I. - UHEREK, J.: **Segurança e Saúde no Trabalho para Pequenas Empresas e Comerciantes**. Disponível em: <bozp.sittam.sk/dokumenty/prirucka_bsp1.doc>. Acesso em: 15 out. 2022.
- MATHIASON, K. **Clean bill of health or whitewash?** The Observer, 11 de junho de 2006.
- OHSAS 18001 (2006) **OHSAS 18001 Zona de saúde e segurança no trabalho**. Disponível em: <<http://www.ohsas-18001-occupational-health-and-safety.com>>. Acesso em: 12 out. 2022.
- PEETERS, S. E. *et al.* **Segurança do Trabalho: que trabalho é esse?** In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (ENEGEP), 23., 2003, Ouro Preto. Anais... Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2003. p.1-8.
- SU, T., W. Tsai e Y. Yu. **Uma abordagem integrada para melhorar a gestão da saúde e segurança no trabalho**: o Programa de proteção voluntária em Taiwan, Journal of the Occupational Health 47 (3), p.270-276, 2005.
- TOP, W. (2006) **Controle de segurança e perda e sistema internacional de classificação de segurança**. Disponível em: [www.topves](http://www.topves.com). Acesso em: 22 out. 2022.
- VILELA, R. A. G.; Iguti, A. M.; Almeida, I. M. **Culpa da vítima: um modelo para perpetuar a impunidade nos acidentes do trabalho**. Cadernos de Saúde Pública, v. 20, n. 2, p. 570-579, 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2004000200026>. PMID:15073638. Acesso em: 17 set. 2022.
- VWA SafetyMAP**: 4ª edição, auditoria de sistemas de gerenciamento de saúde e segurança, Melbourne: Victorian WorkCover Authority. 2002.

ZOLLER, H. **Saúde na linha: Controle de Identidade e Disciplina no Discurso de Saúde e Segurança Ocupacional**, Journal of Applied Communication Research, 31 (2), p.118-139, 2003.

ZWETSLOOT, G. **Desenvolvimento e debates sobre a padronização e certificação do sistema OHSM**, em K. Frick, PL Jensen, M. Quinlan e T. Wilthagen (eds.) Gerenciamento sistemático de saúde e segurança ocupacional: perspectivas sobre um Desenvolvimento internacional, Amsterdã: Pergamon. 2000.

Como a Gestão e a Auditoria Podem Melhorar a Qualidade dos Serviços de Enfermagem, com a Implementação de Práticas de Segurança e a Avaliação dos Resultados

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Geisiane Aparecida da Silva Santos
Discente do curso de Pós-Graduação em
Gestão e Auditoria em Enfermagem

RESUMO:

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar como a gestão e a auditoria podem melhorar a qualidade dos serviços de enfermagem, com a implementação de práticas de segurança e a avaliação dos resultados. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica, com abordagem quantitativa. Os resultados demonstram que a aplicação de práticas de gestão e auditoria contribui para a melhoria da qualidade dos serviços de enfermagem, pois garantem o acesso ao cuidado com segurança, com a utilização de técnicas de avaliação de desempenho e de controle de processos. A auditoria possibilita a análise de dados, fornecendo informações sobre a eficácia dos serviços prestados, identificando pontos fracos e necessidades de melhoria. A gestão dos serviços de enfermagem também é fundamental, pois permite a tomada de decisões baseadas em evidências, bem como a promoção da segurança dos profissionais e dos pacientes. Dessa forma, a implementação de práticas de gestão, auditoria e segurança torna-se uma estratégia eficaz para a melhoria da qualidade dos serviços de enfermagem. Conclui-se que a gestão e auditoria são fundamentais para assegurar a qualidade dos serviços prestados por meio da implementação de práticas de segurança e da avaliação dos resultados.

Palavras chave: Auditoria. Avaliação. Gestão. Qualidade. Segurança.

ABSTRACT:

This course completion work aims to analyze how management and auditing can improve the quality of nursing services, with the implementation of safety practices and the evaluation of results. For that, a bibliographical research was carried out, with a quantitative approach. The results show that the application of management and auditing practices contributes to improving the quality of nursing services, as they guarantee safe access to care, with the use of performance evaluation and process control techniques. The audit enables data analysis, providing information on the effectiveness of the services provided, identifying weaknesses and improvement needs. The management of nursing services is also fundamental, as it allows decision-making based on evidence, as well as promoting the safety of professionals and patients. Thus, the implementation of management, auditing and safety practices becomes an effective strategy for improving the quality of nursing services. It is concluded that management and auditing are essential to ensure the quality of services provided through the implementation of safety practices and the evaluation of results.

Keywords: Audit. Assessment. Management. Quality. Security.

1. Introdução

A escolha deste tema para o meu TCC tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços de enfermagem, tendo em vista que a segurança do paciente é de crucial importância para a prestação destes serviços. Além disso, a gestão e a auditoria de enfermagem podem ser aplicadas de forma a otimizar o desempenho dos profissionais e melhorar os resultados destes serviços. Para tanto, serão apresentadas as principais tendências na área de gestão e auditoria de enfermagem, bem como as principais ferramentas que podem ser aplicadas para a melhoria da qualidade dos serviços de enfermagem. A compreensão destes mecanismos e sua implementação nos serviços de enfermagem é parte fundamental para a segurança e satisfação dos pacientes. Gestão e auditoria em enfermagem é uma área que trata da gestão e avaliação de serviços de enfermagem, buscando melhorar a qualidade do cuidado. O objetivo da auditoria em enfermagem é avaliar os serviços de enfermagem, pois ela permite que os profissionais de enfermagem possam identificar problemas e desenvolver planos de ação para melhorar os serviços e a qualidade do cuidado. A gestão em enfermagem envolve a organização, planejamento e implementação de serviços de enfermagem. É uma área de conhecimento que visa melhorar a qualidade e a eficácia dos serviços de enfermagem.

A qualidade dos serviços de enfermagem é extremamente importante para garantir o bem-estar dos pacientes, pois desempenham um papel fundamental na recuperação deles. A gestão e a auditoria desempenham um papel essencial na melhoria dos serviços oferecidos pelos profissionais de enfermagem. A segurança do paciente é um assunto de grande relevância na enfermagem e, portanto, é necessário garantir que os serviços sejam prestados de maneira segura e eficaz. A gestão e a auditoria são ferramentas cruciais para a melhoria da qualidade dos serviços de enfermagem, pois permitem que os profissionais de enfermagem avaliem a eficácia de seus serviços e, assim, melhorem a qualidade desses serviços. A realização desse estudo é relevante porque a qualidade dos serviços de enfermagem pode ter um impacto significativo na saúde e bem-estar dos pacientes. Além disso, este estudo será útil para a comunidade científica, pois permitirá compreender melhor os benefícios da gestão e da auditoria na melhoria da qualidade dos serviços de enfermagem. Esses resultados podem ser usados para desenvolver políticas de saúde eficazes que sejam benéficas tanto para os profissionais de enfermagem quanto para os pacientes.

A enfermagem tem sido considerada um dos principais pilares de apoio na prestação de cuidados de saúde. No entanto, a falta de uma boa gestão, auditoria e práticas de segurança nos serviços de enfermagem pode levar a graves problemas, como a má qualidade dos serviços prestados e a falta de eficácia dos resultados. É cada vez mais importante que as organizações de saúde adotem medidas para assegurar que os serviços de enfermagem sejam prestados de forma segura, eficaz e eficiente. A presente pesquisa tem como objetivo investigar de que forma a gestão e a auditoria podem melhorar a qualidade dos serviços de enfermagem, com a implementação de práticas de segurança e a avaliação dos resultados. O desenvolvimento desta pesquisa visa analisar como a adoção de políticas e procedimentos específicos de gestão e auditoria pode contribuir para a melhoria dos serviços de enfermagem, a fim de promover a segurança do paciente. Além disso, serão avaliados os resultados obtidos pela implementação dessas práticas, a fim de determinar como elas contribuem para a melhoria dos serviços de enfermagem.

Para alcançar os objetivos propostos, serão discutidos os métodos de implementação de práticas de segurança e avaliação dos resultados, destacando os principais aspectos que contribuem para a melhoria da qualidade do serviço. A enfermagem é uma profissão essencial no sistema de saúde, que deve desenvolver seus serviços de forma a garantir a segurança e o bem-estar dos pacientes. A gestão e a auditoria auxiliam na implementação das práticas de segurança, a fim de assegurar a qualidade dos serviços, através de avaliações objetivas e sistemáticas. Além disso, a auditoria contribui para a identificação de possíveis erros e falhas, que podem ser corrigidos antes que ocorram danos aos pacientes. O trabalho busca também discutir os principais benefícios que a gestão e a auditoria trazem para a qualidade dos serviços de enfermagem. Serão abordados assuntos como a padronização de procedimentos, a redução de custos, a aplicação de processos de melhoria contínua e a promoção da segurança dos pacientes. Por fim, serão oferecidas algumas recomendações para que os serviços de enfermagem possam usufruir dos benefícios da gestão e da auditoria.

A metodologia utilizada foi revisão sistemática da literatura. Os autores utilizados foram todos autores que tratam do assunto da gestão e auditoria em enfermagem. As bases de dados utilizadas foram BVS, MEDLINE, PubMed, CINAHL, Web of Science, Google acadêmico. Os descritores utilizados foram: Gestão de Enfermagem AND Auditoria de Enfermagem AND Práticas de Segurança AND Avaliação dos Resultados. Foram realizado uma análise qualitativa dos artigos, que consistiu na identificação dos principais temas e padrões emergentes dentro dos artigos selecionados. Além disso, eles também foram avaliados a qualidade metodológica dos estudos incluídos. Os principais temas emergentes foram a segurança do paciente, a melhoria da qualidade do atendimento, a eficiência da gestão da enfermagem e a eficácia da auditoria da enfermagem. Em geral, foi concluído que a auditoria de enfermagem pode desempenhar um papel importante na melhoria da qualidade e segurança do atendimento ao paciente, bem como no aumento da eficiência e eficácia da gestão da enfermagem.

2. Gestão e Auditoria dos Serviços de Enfermagem

A gestão e a auditoria são fundamentais para a promoção da qualidade dos serviços de enfermagem. A implementação de práticas de segurança, como a formação adequada dos funcionários e a utilização de equipamentos modernos e seguros, é essencial para garantir a qualidade dos serviços prestados. Além disso, a auditoria pode ajudar a identificar problemas e oportunidades para a melhoria dos serviços de enfermagem (BITENCOURT *et al.*, 2020).

A auditoria da qualidade dos serviços de enfermagem deve abranger a avaliação da satisfação dos pacientes, do uso adequado dos recursos disponíveis, da conformidade com as normas e regulamentos e da implementação adequada das diretrizes clínicas. Os resultados da auditoria devem ser usados para identificar problemas, oportunidades de melhoria e medidas corretivas necessárias (DE SOUZA; DE JESUS; BARRETO, 2022).

Afirmam ainda os autores De Souza; De Jesus e Barreto (2022) que a gestão de qualidade dos serviços de enfermagem é essencial para garantir um nível elevado de satisfação dos pacientes e para assegurar que os serviços se mantenham seguros. A gestão

de qualidade deve abranger a formação contínua dos profissionais de enfermagem, a implementação de políticas e procedimentos de segurança e o monitoramento contínuo da qualidade dos serviços de enfermagem.

A auditoria dos serviços de enfermagem deve ser realizada periodicamente para avaliar o nível de qualidade dos serviços e identificar oportunidades de melhoria. Os resultados da auditoria devem ser usados para implementar medidas corretivas, bem como para propor novas práticas de segurança e melhorias nos processos, quando necessário. Por fim, é importante que os profissionais de enfermagem sejam treinados regularmente para garantir que eles estejam cientes das práticas de segurança mais recentes e sejam capazes de identificar e tratar problemas de qualidade de forma apropriada. Isso permitirá que os serviços de enfermagem se mantenham seguros e eficazes, garantindo um nível elevado de satisfação dos pacientes (MEIRA; OLIVEIRA; SANTOS, 2021).

2.1. Práticas de Segurança na Enfermagem

Práticas de segurança na enfermagem são fundamentais para garantir que os cuidados de enfermagem sejam fornecidos de forma segura e eficaz. Essas práticas incluem procedimentos de segurança, preparação adequada do paciente e equipamento e materiais específicos para cada procedimento (DA SILVA *et al.*, 2022).

Segundo Da Silva *et al.*, (2022) um dos principais objetivos das práticas de segurança é reduzir o risco de erros ou complicações relacionadas aos cuidados de enfermagem, o que pode levar a prejuízos para o paciente. As práticas de segurança incluem a adoção de medidas de precaução para evitar a transmissão de infecções, a utilização de equipamentos de proteção individual para evitar acidentes e a execução de procedimentos médicos de forma segura. A realização de treinamentos específicos para os profissionais de enfermagem em práticas de segurança é fundamental para garantir que os procedimentos sejam realizados da forma mais segura possível. Esses treinamentos devem abordar tópicos relacionados às boas práticas de assistência, erros comuns e práticas de prevenção de erros.

Os profissionais de enfermagem também devem ser treinados para identificar e avaliar os riscos potenciais de segurança para cada procedimento, bem como para adotar medidas de precaução para prevenir ou minimizar esses riscos. O uso de equipamentos e materiais específicos para cada procedimento é outra medida de segurança importante. Os materiais e equipamentos médicos devem ser inspecionados antes de serem usados para garantir que estejam em boas condições e sejam adequados para o procedimento (DA SILVA *et al.*, 2022).

Segundo De Oliveira Santos (2020) os profissionais de enfermagem também devem ser treinados para preparar adequadamente o paciente para o procedimento, considerando seu estado físico e mental. É importante garantir que o paciente entenda o procedimento, seja capaz de cooperar e que todas as medidas de segurança necessárias sejam tomadas. As práticas de segurança na enfermagem também incluem a realização de verificações de dupla confirmação. Isso ocorre quando o profissional de enfermagem recebe informações do paciente, do médico ou do farmacêutico e confirma essas informações antes de prosseguir com o procedimento. É importante que os profissionais de enfermagem saibam como identificar e lidar com esses efeitos, bem como monitorar os resultados a longo prazo.

A documentação dos procedimentos é outra medida importante de segurança na enfermagem. É importante que os profissionais de enfermagem documentem o procedimento de forma clara e detalhada, para que qualquer pessoa possa entendê-lo.

A auditoria dos procedimentos de enfermagem também é importante para garantir que as práticas de segurança sejam seguidas corretamente. A auditoria oferece a oportunidade de verificar se o procedimento foi realizado de acordo com as boas práticas de segurança e para avaliar os resultados (DA SILVA *et al.*, 2022).

2.2. Avaliação dos Resultados na Enfermagem

A avaliação dos resultados é uma das principais ferramentas de gestão e auditoria para assegurar a qualidade dos serviços de enfermagem. É um processo contínuo de monitoramento, avaliação e aprimoramento dos resultados dos serviços de enfermagem, a fim de garantir que os resultados sejam seguros, eficazes, eficientes e eficazes. Também é importante para o controle da qualidade dos serviços de enfermagem, pois permite que os profissionais de enfermagem identifiquem problemas, desvios e melhoria nas práticas de enfermagem. Com a avaliação dos resultados, os profissionais de enfermagem podem monitorar a qualidade dos serviços prestados, o que ajuda a garantir que os pacientes recebam os melhores cuidados possíveis (VERONEZI & LOPES, 2021).

Ajuda a identificar oportunidades de melhoria para otimizar as práticas de enfermagem, reduzindo assim a possibilidade de erro. Isso ajuda a garantir que os serviços sejam realizados de acordo com as melhores práticas, evitando problemas de segurança. A avaliação dos resultados também ajuda a garantir que os serviços de enfermagem sejam realizados de acordo com as normas, regulamentos e diretrizes estabelecidos pelo governo, assim como as normas da organização. Isso ajuda a garantir que os serviços sejam prestados de forma segura, eficaz e eficiente (SILVA *et al.*, 2021).

Além do mais, os autores Silva *et al.*, (2021) ainda afirma que a avaliação dos resultados ajuda a garantir que os serviços de enfermagem sejam fornecidos de forma apropriada e de acordo com as melhores práticas. Isso ajuda a garantir que os serviços sejam realizados de forma eficaz e eficiente, com menos erros e com maior segurança para os pacientes. Contribui para que os serviços de enfermagem sejam realizados de forma adequada em relação aos custos e às despesas, o que minimiza o impacto financeiro na organização. Isso ajuda a garantir que os serviços sejam prestados com o menor custo possível, sem comprometer a qualidade dos serviços.

Garanti que os serviços de enfermagem sejam realizados de acordo com os princípios éticos e morais estabelecidos, a fim de garantir que os serviços sejam prestados de forma responsável e com respeito às necessidades dos pacientes. É uma ferramenta importante para ajudar os profissionais de enfermagem a identificar e corrigir problemas e desvios nas práticas de enfermagem. E que os serviços de enfermagem sejam realizados de acordo com as diretrizes estabelecidas pela organização, a fim de garantir que os serviços sejam prestados de forma segura e eficaz (SILVA *et al.*, 2021).

A avaliação dos resultados também corrobora afim de garantir que os serviços de enfermagem sejam realizados de acordo com a legislação e regulamentação vigentes, a fim de garantir que os serviços sejam prestados de forma segura. Portanto, uma ferramenta

essencial para garantir a qualidade dos serviços de enfermagem, assegurando a segurança, a eficácia e a eficiência dos serviços prestados. Corrobora para que os serviços sejam realizados de acordo com as melhores práticas, os direitos dos pacientes e as normas regulamentares (OLIVEIRA *et al.*, 2021).

2.3. Ferramentas de Gestão para Melhoria da Qualidade em Serviços de Enfermagem

A gestão e a auditoria são ferramentas fundamentais para a melhoria da qualidade dos serviços de enfermagem. Estas ferramentas possibilitam às organizações gerir e monitorar seus processos de forma eficaz, o que contribui para o aumento da qualidade dos serviços prestados, que pode ser realizada por meio da aplicação de práticas de segurança, como os protocolos de atendimento, e pela avaliação dos resultados obtidos. Além disso, a gestão deve acompanhar e supervisionar os processos de enfermagem, para garantir que os serviços sejam prestados de acordo com as normas, padrões e práticas estabelecidas (MENEZES; MACEDO, 2023).

A auditoria é outra ferramenta de gestão que pode ser aplicada para melhorar a qualidade dos serviços de enfermagem. A auditoria é um processo sistemático e independente de verificação, que tem como objetivo avaliar os sistemas de controle interno, as atividades operacionais e as estratégias da organização. As ferramentas de gestão e auditoria permitem monitorar as atividades de enfermagem, avaliar os resultados obtidos e identificar e corrigir as falhas. Estas ferramentas também permitem aos gestores de enfermagem identificar e implementar processos de melhoria contínuos, para que a qualidade dos serviços se mantenha elevada (NASCIMENTO; GUIMARÃES; MORAES VASCONCELLOS, 2022).

De acordo com os autores Siqueira e Soares (2021) uma das principais ferramentas de gestão para melhoria da qualidade em serviços de enfermagem é o sistema de avaliação de desempenho, pois oferece uma visão abrangente dos processos de enfermagem, permitindo aos gestores avaliar o grau de desempenho dos profissionais, bem como as áreas que necessitam de melhoria.

Outra ferramenta importante é o processo de investigação de incidentes. Este processo envolve a análise de incidentes e erros, para identificar suas causas e prevenir futuras ocorrências. Além disso, o processo de investigação de incidentes ajuda a identificar as áreas que necessitam de melhorias, para garantir um serviço de qualidade (SOUSA, 2018).

A implementação de protocolos de atendimento conforme o autor Sousa (2018) também é uma ferramenta importante para melhorar a qualidade dos serviços de enfermagem. Os protocolos de atendimento estabelecem as diretrizes a serem seguidas para o atendimento ao paciente e proporcionam maior segurança e prevenção de erros. O treinamento dos profissionais de enfermagem também é fundamental para garantir a qualidade dos serviços prestados. O treinamento ajuda os profissionais a melhorar seus conhecimentos e habilidades, além de motivá-los a desenvolver práticas de segurança.

Outra ferramenta para melhorar a qualidade dos serviços de enfermagem é a implementação de um programa de monitoramento dos processos. Este programa permite aos gestores monitorar os processos de enfermagem, a fim de identificar e corrigir rapidamente as falhas (SOUSA, 2018).

Um sistema de gestão da qualidade também é uma ferramenta importante para melhorar a qualidade dos serviços de enfermagem. Um sistema de gestão da qualidade define os padrões de qualidade que devem ser atingidos e monitora o processo de melhoria contínua, para garantir que os serviços sejam prestados de forma eficaz e segura. A análise de dados é outra ferramenta importante para melhorar a qualidade dos serviços de enfermagem. A análise de dados auxilia no processo de tomada de decisão, permitindo aos gestores identificar padrões e tendências, para desenvolver estratégias eficazes (SOUSA, 2018).

O autor Sousa (2018) ainda cita que estes processos permitem aos profissionais de enfermagem se comunicarem de forma clara, eficaz e segura, o que contribui para a prevenção de erros e para a garantia da qualidade dos serviços. A implantação de sistemas de informação também pode contribuir para melhorar a qualidade dos serviços de enfermagem. Estes sistemas permitem aos gestores acessar informações em tempo real, o que contribui para a tomada de decisões mais rápidas e eficazes.

Os sistemas de informação também podem ser usados para monitorar os processos de enfermagem, permitindo que os gestores identifiquem os processos que necessitam de melhorias. Além disso, esses sistemas também podem ser usados para monitorar a segurança dos pacientes, para garantir que os serviços sejam prestados de forma segura (DIAS, 2021).

Por fim, a avaliação dos resultados obtidos é outra ferramenta importante para melhorar a qualidade dos serviços de enfermagem. A avaliação dos resultados permite identificar as áreas que necessitam de melhoria, bem como as áreas que estão funcionando corretamente. Além disso, a avaliação dos resultados também ajuda a identificar as áreas onde é necessário investir para melhorar a qualidade dos serviços de enfermagem (SOUSA, 2018).

2.4. Papel da Auditoria na Garantia da Integridade dos Serviços de Enfermagem

A auditoria é uma importante ferramenta para garantir a integridade dos serviços de enfermagem. É um processo sistemático de avaliação das práticas de enfermagem, a fim de identificar as melhorias necessárias. A auditoria geralmente envolve a avaliação da qualidade dos serviços, dos procedimentos de enfermagem, da segurança do paciente, da gestão dos recursos e dos resultados dos serviços (OLIVEIRA, 2022).

O autor Oliveira (2022) afirma que a auditoria é um componente importante da gestão da qualidade dos serviços de enfermagem, pois é um meio eficaz para identificar as lacunas existentes no sistema de enfermagem. Ela ajuda a identificar o que está funcionando bem e o que deve ser melhorado para garantir um serviço de enfermagem de qualidade. Além disso, a auditoria também pode fornecer informações importantes para a tomada de decisão dos profissionais de enfermagem. Isso significa que a auditoria permite que os profissionais de enfermagem avaliem os serviços de enfermagem de forma independente e objetiva, o que contribui para o desenvolvimento de serviços de enfermagem mais seguros e eficazes.

Segundo Oliveira (2022) é considerada um importante instrumento para garantir a segurança dos pacientes. Por meio da auditoria, é possível identificar práticas inseguras e implementar medidas corretivas. Além disso, a auditoria ajuda os profissionais de enfermagem a identificar áreas de melhoria nos processos de enfermagem e a realizar as mudanças necessárias para garantir a segurança dos pacientes.

E por fim o autor Oliveira (2022) ainda enfatiza que a auditoria também pode ajudar a avaliar os resultados dos serviços de enfermagem. Por meio da auditoria, os profissionais de enfermagem podem avaliar se os serviços estão sendo realizados de acordo com as diretrizes estabelecidas e se estão fornecendo os resultados esperados. Isso ajuda a garantir que os serviços sejam realizados de forma eficaz e segura. A auditoria também pode ajudar a identificar áreas de melhoria nos serviços de enfermagem.

Por meio da auditoria, os profissionais de enfermagem podem avaliar as práticas atuais e identificar oportunidades para melhorar o desempenho dos serviços. Isso permite que os profissionais de enfermagem implementem mudanças para melhorar a qualidade dos serviços (OLIVEIRA, 2022).

Por meio da auditoria, os profissionais de enfermagem podem avaliar se os recursos estão sendo usados de forma apropriada para atender às necessidades dos pacientes. Isso ajuda a garantir que os recursos estejam sendo usados da maneira mais eficaz possível para atender às necessidades dos pacientes. Para resumir, a auditoria é um importante instrumento para garantir a integridade dos serviços de enfermagem. Por meio da auditoria, os profissionais de enfermagem podem avaliar a qualidade dos serviços, a segurança do paciente, a gestão dos recursos e os resultados dos serviços. A auditoria também ajuda a identificar áreas de melhoria nos serviços de enfermagem e a garantir que os recursos estejam sendo usados de forma eficaz (NAVAJAS MOREIRA PEREIRA; OLIVEIRA BARRETO; SOUZA BARRETO, 2018).

2.5. O Uso da Tecnologia na Avaliação da Qualidade dos Serviços de Enfermagem

A tecnologia tem se tornado um componente cada vez mais importante na avaliação da qualidade dos serviços de enfermagem. Por meio de ferramentas avançadas, os profissionais de enfermagem podem monitorar os resultados de seus pacientes de forma mais eficaz e aprimorar o cuidado prestado. Para isso, as tecnologias de avaliação da qualidade podem ajudar a identificar os pontos fortes e fracos dos serviços de enfermagem (SOSTER *et al.*, 2022)

A tecnologia igualmente pode melhorar a gestão e a auditoria dos serviços de enfermagem. Por meio de sistemas informatizados, os profissionais de enfermagem podem monitorar os resultados de forma mais eficaz e avaliar se a qualidade dos serviços está sendo mantida. Além disso, os profissionais de enfermagem podem usar a tecnologia para monitorar as práticas de segurança e garantir que elas estejam em conformidade com os padrões de qualidade (VANDRESEN *et al.*, 2019).

Os profissionais de enfermagem da mesma forma podem usar a tecnologia para registrar e avaliar os resultados da assistência prestada. Por meio de sistemas informatizados, os profissionais de enfermagem podem documentar o cuidado prestado e avaliar os resultados, a fim de identificar quaisquer áreas que necessitem de melhoria (SOUZA, 2021).

A tecnologia identicamente pode ajudar os profissionais de enfermagem a fornecer informações mais precisas aos pacientes. Por meio de sistemas informatizados, os profissionais de enfermagem podem monitorar os resultados dos pacientes e fornecer informações mais precisas sobre o tratamento e a recuperação. Além de ajudar a melhorar a comunicação entre os profissionais de enfermagem e os pacientes (LIMA & RENOVATO, 2020).

A tecnologia melhora a qualidade dos serviços de enfermagem. Por meio de sistemas informatizados, os profissionais de enfermagem podem melhorar os processos de cuidados e garantir que os serviços sejam prestados de acordo com os padrões de qualidade (BITENCOURT *et al.*, 2020).

3. O Perfil do Enfermeiro na Implementação de Práticas de Segurança

O autor Santa (2020) diz em seu estudo que o enfermeiro é responsável por garantir a segurança dos pacientes e da equipe de enfermagem, implementando práticas e procedimentos seguros. Ele desempenha um papel essencial na garantia da qualidade dos serviços de saúde, assegurando que todos os cuidados prestados sejam seguros, eficazes e adequados.

Já o autor Souza (2021) afirma que o enfermeiro tem um conhecimento profundo sobre procedimentos de segurança e é o responsável pelo treinamento dos membros da equipe em tais questões. Ele participa da identificação de riscos e da implementação de medidas preventivas para garantir a segurança dos pacientes e funcionários.

O enfermeiro deve desenvolver e implementar procedimentos de segurança para proteger os pacientes e a equipe de enfermagem. Ele deve ser capaz de avaliar os riscos e identificar o que é necessário para minimizar ou eliminar esses riscos. Sendo responsável por monitorar as práticas de segurança, fornecendo *feedback* aos membros da equipe. Ele deve incentivar e supervisionar a implementação de práticas de segurança, para garantir que elas sejam seguidas corretamente (CASSIMIRA, 2020).

Para Moraes *et al.*, (2022) o enfermeiro deve ser capaz de reconhecer e documentar os erros, para que possam ser corrigidos e os problemas possam ser evitados no futuro. Ele deve ser capaz de identificar os possíveis erros e implementar as mudanças necessárias para preveni-los. Deve ser capaz de educar a equipe sobre a importância de implementar práticas de segurança, para que todos os membros compreendam sua importância. Ele deve ser capaz de treinar os membros da equipe sobre como identificar e evitar riscos.

O enfermeiro também deve ser capaz de avaliar os resultados das práticas de segurança, para determinar se elas estão funcionando corretamente. Ser capaz de criar relatórios, medir os resultados e identificar as áreas que necessitam melhorias (DA SILVA *et al.*, 2019). Tem a responsabilidade de garantir que os serviços de enfermagem sejam seguros, eficazes e adequados. Ele deve ser capaz de analisar os riscos para a segurança, implementar as medidas necessárias para minimizá-los e monitorar os resultados. Além do mais também deve ser capaz de trabalhar em conjunto com a equipe de auditoria, para garantir que os serviços de enfermagem sejam seguros e eficazes (MORAES *et al.*, 2022).

3.1. Os Desafios da Gestão na Prestação de Serviços de Enfermagem

A enfermagem é uma profissão complexa que exige muitas habilidades e conhecimentos para oferecer serviços de qualidade aos pacientes. A gestão de serviços de enfermagem é uma área em que há uma necessidade constante de melhoria, pois é responsabilidade dos profissionais de enfermagem fornecer os cuidados necessários para a recuperação dos pacientes (LOPES & BRUNO, 2022).

A gestão de serviços de enfermagem inclui a implementação de práticas de segurança e a avaliação dos resultados. Estas são as principais estratégias para garantir que os serviços de enfermagem sejam prestados de forma eficaz, segura e de alta qualidade (NEVES, 2020). O desafio para a gestão de serviços de enfermagem é garantir que os serviços sejam prestados em conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos. Isso envolve a supervisão constante dos serviços prestados, bem como a avaliação dos resultados (MATOS *et al.*, 2022).

A auditoria é uma ferramenta importante para garantir que os serviços de enfermagem sejam prestados de acordo com os padrões estabelecidos. Esta ferramenta inclui a verificação da conformidade com as políticas e procedimentos, assim como a verificação da documentação de enfermagem (MORAES *et al.*, 2022). Além disso, a auditoria inclui a avaliação das práticas de segurança, como a identificação de riscos e a identificação de problemas potenciais. Esta ferramenta também é usada para avaliar a eficácia dos serviços prestados e para identificar áreas de melhoria (NEVES, 2020).

O desafio da gestão de serviços de enfermagem é melhorar a qualidade dos serviços prestados. Isso significa que os profissionais de enfermagem devem estar cientes dos padrões de qualidade em vigor e seguir estes padrões (MASSON; DE SOUZA; SARTORI, 2018).

É importante que os profissionais de enfermagem estejam cientes das práticas de segurança e das diretrizes para a administração de medicamentos. Isso é essencial para garantir a qualidade dos serviços prestados e prevenir erros médicos. Assegurar que os serviços sejam prestados de acordo com as leis e regulamentos locais, bem como as políticas e diretrizes estabelecidas pelo estabelecimento. Portanto, os profissionais de enfermagem devem estar cientes dos riscos potenciais e dos procedimentos de emergência a serem seguidos. Essas informações devem ser fornecidas aos profissionais de enfermagem de forma clara e precisa (LIMA; AGUIAR; DA GLÓRIA FREITAS, 2022).

A gestão de serviços de enfermagem também inclui a avaliação dos resultados. Esta avaliação deve incluir a verificação dos resultados dos serviços prestados, bem como a verificação dos indicadores de qualidade. É importante que os profissionais de enfermagem sejam treinados adequadamente para garantir que eles entendam as práticas de segurança e os procedimentos a serem seguidos. Isso é essencial para garantir a qualidade dos serviços prestados (SILVA; EL HAKIM; NUCCI, 2021).

3.2. Análise e Avaliação de Enfermagem na Garantia de Qualidade dos Serviços

A análise e avaliação de enfermagem desempenham um papel importante na garantia da qualidade dos serviços prestados. A análise permite a identificação de problemas e pontos fortes, enquanto a avaliação fornece um quadro de referência para a melhoria da qualidade. A análise e avaliação da enfermagem são usadas para avaliar e monitorar a qualidade dos serviços de enfermagem, avaliar e monitorar práticas de segurança e melhorar o cuidado ao paciente (SANTANA; SARDIERO; SANTANA, 2020).

Para os autores Silva e Loureiro (2021) a análise e avaliação devem incluir o uso de instrumentos e métodos para a identificação de problemas, a avaliação da qualidade dos cuidados e a monitorização dos resultados. Estes instrumentos e métodos incluem a avaliação da qualidade dos serviços de enfermagem, a avaliação da segurança dos pacientes,

o monitoramento dos resultados e a análise de custos dos serviços prestados. A análise e avaliação de enfermagem devem ser realizadas de forma sistemática para garantir que a qualidade dos serviços esteja em conformidade com as normas e padrões internacionais. O objetivo da análise e avaliação é avaliar a qualidade dos serviços de enfermagem, aplicar as diretrizes de segurança para os pacientes e avaliar os resultados.

O processo de análise e avaliação de enfermagem deve incluir uma avaliação dos processos, recursos e procedimentos usados para prestar cuidados de enfermagem. Esta avaliação deve incluir a avaliação do desempenho dos profissionais, avaliação dos processos e procedimentos usados para prestar cuidados de enfermagem e avaliação do ambiente do local de trabalho (SILVA; LOUREIRO, 2021).

Uma vez identificados os problemas e pontos fortes, a análise e avaliação devem ser usadas para melhorar a qualidade dos serviços. A análise e avaliação devem ser usadas para desenvolver e implementar estratégias de melhoria da qualidade, incluindo a implementação de práticas de segurança, o monitoramento dos resultados e o desenvolvimento de novas práticas de cuidados de enfermagem (MASSON; DE SOUZA; SARTORI, 2018).

A auditoria é outra ferramenta importante usada para garantir a qualidade dos serviços de enfermagem. Usada para avaliar a qualidade dos serviços prestados, identificar problemas e pontos fortes e avaliar as práticas de segurança e os resultados. Além de ajudar a determinar o nível de qualidade dos serviços prestados e a identificar áreas de melhoria. No qual inclui a avaliação dos resultados dos tratamentos, a avaliação dos custos, a avaliação da satisfação dos pacientes e a avaliação da qualidade dos serviços. A análise e avaliação devem ser usadas para identificar problemas, aplicar as diretrizes de segurança e monitorar os resultados dos serviços prestados. Estas ferramentas são fundamentais para garantir a qualidade dos serviços prestados e a segurança dos pacientes (SANTOS, 2019).

3.3. Indicadores de Desempenho para Monitoramento dos Serviços de Enfermagem

Os indicadores de desempenho são a melhor ferramenta para o monitoramento dos serviços de enfermagem. Eles permitem que os enfermeiros e outras partes interessadas acompanhem de perto o desempenho dos serviços prestados e identifiquem rapidamente áreas de melhoria. Estes indicadores podem incluir taxas de satisfação de pacientes, eficácia dos tratamentos, custos e custos-benefícios, além de tempo de resposta (DIAS; ALMEIDA E ALMEIDA, 2018).

Os indicadores de desempenho são extremamente importantes para os serviços de enfermagem, pois eles permitem que se faça o acompanhamento dos resultados em relação às metas estabelecidas e possibilitam a tomada de decisões informadas quanto ao nível de serviço oferecido. Os indicadores de desempenho são frequentemente usados para avaliar a eficácia de um determinado programa de enfermagem, a qualidade dos serviços prestados e o nível de satisfação dos pacientes (DE SANTOS & LIMBERGER, 2018).

De acordo com os autores Fonseca; Barreto e Rauédys (2019) estes indicadores de desempenho também podem ser usados para medir o desempenho dos enfermeiros individuais. Por exemplo, os enfermeiros podem ser avaliados com base em seus níveis de competência, resultados dos tratamentos, além de fatores como o tempo médio de resposta aos pacientes. Esta informação pode então ser usada para melhorar a qualidade dos serviços de enfermagem.

Além disso, os indicadores de desempenho também podem ser usados para monitorar os programas de segurança na prática da enfermagem. Por exemplo, os indicadores de desempenho podem ser usados para medir o nível de satisfação dos pacientes com a segurança dos equipamentos e procedimentos, assim como a saúde e segurança dos enfermeiros.

Para o autor Ferreira (2019) o monitoramento dos indicadores de desempenho também pode ajudar a identificar áreas de melhoria na qualidade dos serviços. Por exemplo, os indicadores de desempenho podem ser usados para monitorar o número de erros ou infecções relacionadas ao cuidado de enfermagem. Esta informação pode então ser usada para implementar medidas de prevenção e melhoria na qualidade dos serviços. A auditoria também pode ser usada para acompanhar os indicadores de desempenho. A auditoria é um processo que ajuda a identificar e corrigir problemas nos serviços de enfermagem. Uma auditoria bem-sucedida pode levar à identificação de áreas de melhoria e à implementação de medidas para corrigir problemas identificados.

Além disso, os indicadores de desempenho também podem ser usados para monitorar o custo dos serviços de enfermagem. Esta informação pode ser usada para avaliar o custo-benefício dos serviços de enfermagem e para identificar áreas de melhoria. Portanto, a gestão e a auditoria têm um papel fundamental na melhoria da qualidade dos serviços de enfermagem. A utilização de indicadores de desempenho pode ajudar os enfermeiros a identificar áreas de melhoria e a implementar medidas para melhorar a qualidade dos serviços prestados. Além disso, a auditoria também pode ajudar a identificar problemas nos serviços de enfermagem e a implementar medidas para corrigi-los (FERREIRA *et al.*, 2019).

4. Conclusão

A implementação de práticas de segurança e a avaliação dos resultados, através da gestão e auditoria, são fundamentais para a melhoria da qualidade dos serviços de enfermagem. Essas práticas não devem ser vistas como burocracias, mas como meios de garantir o direito de uma assistência segura, uniforme e de qualidade aos usuários.

As pesquisas realizadas para o desenvolvimento deste trabalho permitiram compreender como a gestão e a auditoria podem melhorar a qualidade dos serviços de enfermagem. Através das práticas de segurança e da avaliação de resultados, os profissionais de enfermagem podem ter a oportunidade de otimizar o processo de cuidado ao usuário, evitando erros e falhas.

Assim, conclui-se que a gestão e a auditoria são ferramentas importantes para a melhoria da qualidade dos serviços de enfermagem, pois permitem avaliar os resultados e aprimorar os processos de cuidado. Portanto, a utilização dessas técnicas é fundamental para garantir uma assistência segura, uniforme e de qualidade aos usuários.

Em síntese, a auditoria tem um papel fundamental na melhoria da qualidade assistencial na área da enfermagem, promovendo o desenvolvimento contínuo dos profissionais envolvidos. Apesar das dificuldades de implementação em sistemas públicos e privados, a auditoria é essencial para o crescimento da gestão hospitalar e para o alcance da excelência na assistência e no processo de enfermagem. Portanto, é importante que os enfermeiros auditores se esforcem para implementar e aprimorar a auditoria nos ambientes hospitalares, promovendo a qualidade assistencial.

REFERÊNCIAS

- BITENCOURT, J. V. de O. V. *et al.* **Auditoria: uma tecnologia de gestão para qualificação do processo de enfermagem.** Revista Baiana de Enfermagem, v. 34, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/36251/21601> Acesso em: 24 fevereiro de 2023.
- CASSIMIRA, L.A. **Estratégias para auditoria de enfermagem em OPME.** Saúde e Desenvolvimento, v. 9, n. 16, 2020.
- DA SILVA, B. E. G. *et al.* **Construção e validação de um guia de auditoria interna nos registros de enfermagem em ambiente hospitalar.** Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 15, n. 7, p. e10603-e10603, 2022. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/10603/6344> Acesso em: 28 fevereiro de 2023.
- DA SILVA, V. A. *et al.* **Auditoria da qualidade dos registros de enfermagem em prontuários em um hospital universitário.** Enfermagem em Foco, v. 10, n. 3, 2019. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2064/542> Acesso em: 22 fevereiro de 2023.
- DE OLIVEIRA SANTOS, T. **O papel da auditoria em enfermagem na assistência à saúde.** Caderno de Graduação-Ciências Biológicas e da Saúde-UNIT-SERGIPE, v. 6, n. 1, p. 99-99, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernobiologicas/article/view/7959/3870> Acesso em: 22 fevereiro de 2023.
- DE SANTOS, J. A.; LIMBERGER, J. B. **Indicadores de avaliação da assistência farmacêutica na acreditação hospitalar.** Revista de Administração em Saúde, v. 18, n. 70, 2018. Disponível em: <https://www.cqh.org.br/ojs-2.4.8/index.php/ras/article/view/71/108> Acesso em: 02 março de 2023.
- DE SOUZA, C. C.; DE JESUS, E. S.; BARRETO, G. M. N. **Auditoria de Enfermagem e sua Importância para Gestão de Qualidade no Serviço de Saúde.** Epitaya E-books, v. 1, n. 1, p. 153-165, 2022. Disponível em: <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/337/255> Acesso em: 25 fevereiro de 2023.
- DIAS, F. F. de M.; ALMEIDA, S. S. de; ALMEIDA, M. D. **Processo de admissão e inscrição para transplante hepático: gerenciamento de enfermagem por meio de indicadores de qualidade.** Einstein (São Paulo), v. 16, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/v3JLp5mvy8FBBt-8QW8SY9vv/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 02 março de 2023.
- DIAS, H. da C. **Auditoria em saúde: um processo de gestão.** 2021. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Saúde do Exército, Rio de Janeiro, 2021.
- FERREIRA, N. C. L. Q. *et al.* **Avaliação dos padrões de qualidade da assistência de enfermagem com indicadores de processo.** Cogitare Enfermagem, v. 24, 2019.
- FONSECA, M.; BARRETO, F. L.; RAUÉDYS, L. M. M. **A correlação entre os indicadores assistenciais encontrados na literatura com a segurança do paciente.** Textura, v. 13, n. 21, p. 114-132, 2019. Disponível em: <https://textura.famam.com.br/textura/article/view/327/286>. Acesso em: 02 março de 2023.
- LIMA, A. L. B.; AGUIAR, C. M. C.; DA GLÓRIA FREITAS, M. **O impacto negativo no processo de auditoria nos serviços de saúde pelo déficit dos registros de enfermagem.** Research, Society and Development, v. 11, n. 16, p. e568111638757-e568111638757, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/38757/31959> Acesso em: 21 fevereiro de 2023.
- LIMA, J. A. de; RENOVATO, R. D. **Serviço de informação de medicamentos virtual para enfermagem: reestruturação como tecnologia educacional em saúde.** In: CIET: EnPED, 2020.

- Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1881/1505>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- LOPES, N. F.; BRUNO, K. R. G. **Liderança com sucesso: enfrentando os desafios do gerenciamento da equipe**. 2022. 38 f. Monografia (Graduação em Administração) - Centro Universitário Faema – UNIFAEMA, Ariquemes, RO, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.faema.edu.br/bitstream/123456789/3270/1/NATHALIA%20FRAN%20OZO%20LOPES.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- MASSON, F.; DE SOUZA, P. S.; SARTORI, J. **Auditoria Interna e Controles Internos na Gestão de Hospitais da Região Oeste de Santa Catarina Associados à Fehosc**. Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Joaçaba, v. 3, e17376, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unifaema.edu.br/bitstream/123456789/2952/1/TCC.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- MATOS, J. V. *et al.* **Os desafios da enfermagem na realização da auditoria em situações de gestão hospitalar: revisão integrativa**. 2022. 13 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Enfermagem do Centro Universitário UNIBH, Belo Horizonte, 2022.
- MEIRA, S. R. C; OLIVEIRA, A. de S. B; SANTOS, C. O. **A contribuição da auditoria para a qualidade da gestão dos serviços de saúde**. Brazilian Journal of Business, v. 3, n. 1, p. 1021-1033, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJB/article/view/26310/20861> Acesso em: 23 fevereiro de 2023.
- MENEZES, B.; MACEDO, E. **Systematized elaboration of nursing service scales: integrative review**. Concilium, v. 23, n. 2, p. 249-264, 2023. Disponível em: <http://clium.org/index.php/edicoes/article/view/784/592> . Acesso em: 28 fev. 2023.
- MORAES, C. L. K. *et al.* **Assistência de enfermagem em unidades de internação**. Global Academic Nursing Journal, v. 3, n. 1, p. e216-e216, 2022. Disponível em: <<https://www.globalacademicnursing.com/index.php/globacadnurs/article/view/303/453>>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- NASCIMENTO, R. S; GUIMARÃES, T. C. F; MORAES VASCONCELLOS, M. de. **O mapeamento de processo como ferramenta técnica para reformulação do instrumento de visita pré-operatória de enfermagem do paciente adulto a ser submetido a cirurgia cardíaca**. Research, Society and Development, v. 11, n. 8, e33011829307, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29307/26569> .Acesso em: 28 fev. 2023.
- NAVAJAS MOREIRA PEREIRA, F; OLIVEIRA BARRETO, R; SOUZA BARRETO, **Marbene**. **Auditoria frente ao gerenciamento do cuidado em enfermagem: revisão integrativa**. Journal of Health Connections, v. 6, n. 5, 2018. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/journalhc/article/view/5394/47965221> Acesso em 20 fevereiro de 2023.
- NEVES, M. C. **Desafios do gerenciamento de enfermagem para recém-formados: revisão integrativa**. 2020. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Centro Universitário Uniguairacá, Guarapuava, 2020. Disponível em: <<http://repositorioguairaca.com.br/jspui/bitstream/23102004/176/1/Desafios%20do%20gerenciamento%20de%20enfermagem%20para%20rec%20a9m-formados%20-%20revis%20a3o%20integrativa.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- OLIVEIRA, L. *et al.* **Ações de enfermagem para a desospitalização de crianças em ventilação mecânica**. Acta Paulista de Enfermagem, v. 34, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/RSSwVHtNGZvwQpPhCym5Ph/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 28 fev. 2021.
- SANTANA, N. **A Importância da Auditoria em Enfermagem**. 2020. Disponível em: <http://repositorio.laboro.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/117/1/A%20Import%20ancia%20da%20Auditoria%20em%20Enfermagem.pdf> Acesso em: 26 fevereiro de 2023.

SANTANA, T. S.; SARDIERO, D. M. S.; SANTANA, M. S. **O papel do enfermeiro auditor frente ao faturamento hospitalar: relato de experiência.** Referências em Saúde da Faculdade Estácio de Sá de Goiás-RRS-FESGO, v. 3, n. 1, 2020. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/rrsfesgo_old/article/viewFile/8100/47966675>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SANTOS, L. L. dos. (2019). **Auditoria de enfermagem e os registros de enfermagem:** uma revisão de literatura. 11 folhas. Centro Universitário de Brasília - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES – Graduação em Enfermagem, Brasília, 2019.

SILVA, M. A; EL HAKIM, S; NUCCI, C. S. **Profissional enfermeiro no cenário atual de novas tecnologias: revisão integrativa.** Revista Remecs-Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde, v. 1, n. 1, p. 65-65, 2021. Disponível em: <<http://www.revistaremeccs.com.br/index.php/remecs/article/view/717/718>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SILVA, P. L. N. da *et al.* **Gerenciamento hospitalar e auditoria das anotações de enfermagem:** revisão integrativa. Nursing (São Paulo), v. 24, n. 1, p. 6409-6414, 2021. Disponível em: <https://revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/1995/2435> Acesso em: 28 fev. 2023.

SILVA, T. de A; LOUREIRO, L. H. **Segurança do paciente: estratégia de ensino-aprendizagem.** Research, Society and Development, v. 10, n. 14, p. e348101422199-e348101422199, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22199/19655>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SIQUEIRA, N. B.; SOARES, M. K. P. **Desempenho dos enfermeiros na atenção primária frente o paciente falciforme:** uma revisão integrativa. Saúde (Santa Maria), v. 18, n. 2, p. 15-25, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistasaude/article/view/63170/pdf> . Acesso em: 23 fev. 2021.

SOUSA, F. S. A. de. **A concepção de um sistema de gestão de desempenho para a equipe de enfermagem de oncologia do Hospital de Dia.** 2018. Tese (Doutorado em Saúde). 82 f. - Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/18728/4/master_francisca_amorim_sousa.pdf . Acesso em: 23 fev. 2023.

SOUZA, C. V. S. **O papel da comunicação nas tecnologias do processo de enfermagem.** Ampla Editora, 2021.

VANDRESEN, L. *et al.* **Planejamento participativo e avaliação da qualidade: contribuições de uma tecnologia de gestão em enfermagem.** Escola Anna Nery, v. 23, n. 4, p. e20190369, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/dy3s4Kfxv34c3PcMFfpRkRh/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 23 fev. 2023.

VERONEZI, L.; LOPES, A. **Auditoria como ferramenta para a melhoria contínua da assistência de enfermagem.** Nursing (São Paulo), v. 29, n. 6, p. 6896-6907, 2021. Disponível em: <https://revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/2115/2625> Acesso em: 28 fev. 2023.

DISBIOSE INTESTINAL: Eixo intestino-cérebro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Nivaldo A. Valeriano
Discente do curso de Pós-Graduação em
Nutrição Ortomolecular

RESUMO:

O corpo humano hospeda trilhões de microorganismos, incluindo bactérias, fungos, arqueas e vírus. Esses microorganismos simbióticos podem ser benéficos, neutros ou prejudiciais para o hospedeiro e desempenham funções regulatórias na saúde e na doença. A comunidade microbiana realiza a maioria das atividades bioquímicas na terra e desempenha um papel importante nos processos, incluindo o metabolismo e a homeostase imunológica do microbioma humano. Estudos têm mostrado que o eixo intestino-cérebro é uma comunicação bidirecional complexa. É um sistema mediado por hormônios imunológicos e sinais nervosos. Os neurotransmissores são usados por diferentes bactérias intestinais e têm funções importantes que afetam todo o corpo. O sistema nervoso central pode afetar a microbiota e a rede de comunicação bidirecional que pode afetar o sistema nervoso central é chamada de eixo cérebro-intestino. Ele o descreveu como composto de diferentes componentes, como sistema nervoso central, sistema endócrino e imunológico, eixo hipotálamo-hipófise-adrenal, sistema nervoso autônomo e entérico e microbiota intestinal. Segundo ele, o cérebro se comunica com os intestinos por meio do ANS (sistema nervoso autônomo) e do eixo HPA (glândula pituitária-adrenal). Essa comunicação tem como alvo a rede de células especializadas na parede intestinal que serve como interface entre a população microbiana e a cavidade.

Palavras chave: Disbiose Intestinal. Cérebro. Intestino. Alimentação.

ABSTRACT:

The human body hosts trillions of microorganisms, including bacteria, fungi, archaea and viruses. These symbiotic microorganisms can be beneficial, neutral or harmful to the host and play regulatory roles in health and disease. The microbial community performs most of the biochemical activities on earth and plays an important role in processes, including the metabolism and immunological homeostasis of the human microbiome. Studies have shown that the gut-brain axis is a complex bidirectional communication. It is a system mediated by immune hormones and nervous signals. Neurotransmitters are used by different intestinal bacteria and have important functions that affect the entire body. The central nervous system can affect the microbiota and the bidirectional communication network that can affect the central nervous system is called the brain-gut axis. He described it as composed of different components such as central nervous system, endocrine and immune system, hypothalamic-pituitary-adrenal axis, autonomic and enteric nervous system, and intestinal microbiota. According to him, the brain communicates with the intestines through the ANS (autonomous nervous system) and the HPA axis (pituitary-adrenal gland). This communication targets the network of specialized cells in the intestinal wall that serves as an interface between the microbial population and the cavity.

Keywords: Intestinal Dysbiosis. Brain. Intestine. Food.

1. Introdução

O corpo humano hospeda trilhões de microorganismos, incluindo bactérias, fungos, arqueas e vírus. Esses microrganismos simbióticos podem ser benéficos, neutros ou prejudiciais para o hospedeiro e desempenham funções regulatórias na saúde e na doença. Eles podem ser encontrados nos órgãos urogenitais, trato respiratório, superfície da pele e trato gastrointestinal (TGI). Cerca de 95% dos microorganismos simbióticos do microbioma humano residem no intestino. Colônias ecológicas intrincadas de microorganismos residem no GIT e são conhecidas coletivamente como microbiota intestinal (GM). O GM compreende principalmente bactérias, fungos, bacteriófagos, arqueias, protozoários e vírus eucarióticos e cerca de 100 trilhões de microorganismos são alojados no GIT humano. Firmicutes, Bacteroides, Proteobacteria e Actinobacteria representam as principais bactérias do intestino, seguidas por Bifidobacterium, Clostridium, Eubacterium, Peptococcus, Prevotella, entre outros. O intestino delgado é constituída por vários tipos de bactérias, com teores que variam a partir de 10^4 bactérias / ml a $10^6 - 10^7$ bactérias / ml na junção ileocecal, enquanto o intestino grosso contém a maioria das bactérias formadoras de esporos não - (a partir de $10^{11} - 10^{12}$ bactérias / g teor). A população de GM é diferente para cada pessoa e é composta por várias espécies bacterianas. Além disso, a composição do GM é diferente nas diferentes fases da vida. Em indivíduos mais velhos, pode-se observar um aumento nas populações de Firmicutes e Bacteroidetes em comparação com indivíduos mais jovens. O GM está envolvido em processos metabólicos e mecanismos de defesa e representa uma população dinâmica e diversa que impacta na saúde e doença do hospedeiro. O GM desenvolve o sistema imunológico na mucosa intestinal e protege o hospedeiro de carcinógenos ao liberar ácidos graxos de cadeia curta (SCFA). As alterações da comunidade GM são chamadas de disbiose, e isso pode levar a distúrbios metabólicos. No entanto, estudos recentes propuseram que isso também pode afetar o sistema nervoso central (SNC) por causa do eixo microbiota-intestino-cérebro (MIBX). O cérebro regula as funções secretoras e sensoriais do intestino, e a conexão entre o intestino e o cérebro é intercedida por canais fisiológicos como o sistema nervoso autônomo, sistema neuroendócrino, vias neuroimunes e moléculas de sinalização produzidas pelo GM. No entanto, o mecanismo real e a relação entre a disfunção neural e a disbiose intestinal são elusivos. Novas evidências sugerem que a disbiose intestinal pode causar transtornos neurocognitivos, como esquizofrenia, depressão, transtorno bipolar, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno obsessivo-compulsivo e demência, bem como os sintomas psicológicos e comportamentais da demência. Além disso, as síndromes metabólicas e a disbiose intestinal também contribuem para a doença de Alzheimer (DA) e afetam a memória, o aprendizado e a plasticidade hipocampal. Dieta, probióticos e outras estratégias terapêuticas têm efeitos positivos na modulação do GM que podem ser úteis no tratamento da DA, pois esses fatores alteram a composição do GM e têm um impacto positivo no hospedeiro, melhorando o estado de saúde do intestino e macacão do corpo. Esta revisão resume o papel da disbiose GM, metabólitos microbianos e comprometimento metabólico. Além disso, o papel de potenciais estratégias terapêuticas na modulação da composição de GM e técnicas para caracterizar o microbioma intestinal também são destacados.

2. Microbioma Intestinal e TGI

A comunidade microbiana realiza a maioria das atividades bioquímicas na terra e desempenha um papel importante nos processos, incluindo o metabolismo e a homeostase imunológica do microbioma humano. Estima-se que existam 10 tipos de microrganismos no intestino de um adulto, o que equivale a dez vezes o número de células em todo o corpo humano. A maioria desses microrganismos são bactérias - chamadas de “*simbiose*” - eles somam 1.000 espécies diferentes, cujo número e tipos podem variar dependendo de fatores como genética, idade, estresse, uso de drogas e nutrição. Esses pequenos organismos contêm sua própria carga genética, então o intestino humano tem mais de 3 milhões de genes microbianos - esse número excede em muito o número de genes humanos (20.000), por isso é chamado de “*metagenômica*”. Projetos de grande escala, como o Projeto Microbioma Humano, são dedicados a estudos detalhados de tais microrganismos, com o objetivo de promover a saúde dos indivíduos.

A principal função do microbioma intestinal é fermentar substratos de difícil digestão e promover o crescimento de microrganismos benéficos. Esses microrganismos produzem metabólitos antibacterianos essenciais, como ácidos graxos de cadeia curta, para inibir o crescimento de microrganismos patogênicos, além de outras funções. A flora intestinal pode prevenir a colonização de patógenos por meio de mecanismos de anticolonização. Existe um amplo grupo de resistência entre microrganismos benéficos e microrganismos patogênicos. A exposição a antibióticos no microbioma intestinal (benéfica e prejudicial) pode desencadear uma resposta do grupo de resistência e afetar a resistência à colonização.

A integridade funcional do intestino é a base do sistema imunológico, como componente da mucosa intestinal, como IgA secretora, tecido linfóide intestinal (GALT) e células efetoras como macrófagos e mastócitos (1/4 das células intestinais), terá um papel importante no combate a substâncias estranhas no corpo, incluindo alimentos indigestão.

As bactérias na microbiota intestinal são responsáveis pela produção de uma variedade de neurotransmissores, como norepinefrina, serotonina, dopamina, acetilcolina, GABA, catecolaminas e histamina, que estão diretamente relacionados ao sistema límbico ou ao eixo hipotálamo-hipófise e tronco cerebral. Portanto, a influência das alterações na microbiota intestinal está intimamente relacionada aos transtornos do humor, como ansiedade e depressão, bem como às funções sensoriais e motoras individuais.

Estudos têm mostrado que o eixo intestino-cérebro é uma comunicação bidirecional complexa. É um sistema mediado por hormônios imunológicos e sinais nervosos. Os neurotransmissores são usados por diferentes bactérias intestinais e têm funções importantes que afetam todo o corpo.

2.1. Eixo intestino-cérebro

Hipóteses vêm sendo confirmadas sobre a influência das bactérias gastrointestinais no comportamento, processos cognitivos e funcionamento metabólico do indivíduo. Parte-se do princípio da existência de um eixo de comunicação entre o cérebro e intestino. Estuda-se que a comunicação entre o sistema nervoso entérico e o sistema nervoso central seja bidirecional. E que pode ocorrer por vias neuro-imunológicas, neuro-endócrinas e neurais.

Uma complexa comunicação neuronal rege o eixo cérebro-intestino. Ela, que é exercida através do sistema nervoso entérico e do nervo vago, tem um papel fundamental nos sinais do encéfalo para o trato gastrointestinal e vice-versa.

Todo esse mecanismo também regula funções gastrointestinais como, por exemplo, a motilidade, a secreção de mucina, produção hormonal e uma componente imunológica, que se revela na produção de citocinas pelas células do sistema imune sobre a mucosa intestinal. Hipotálamo e a amígdala são duas estruturas subcorticais chaves para essa conexão.

Em Kesika *et al.* (2020) é descrito que o Sistema Nervoso Entérico (SNE) deriva da crista neural e possui cerca de 200 a 600 milhões de neurônios, os quais se organizam em uma ampla e complexa rede neuronal (plexos) do sistema nervoso periférico e autônomo, chamados Auerbach e Meissner. Dessa forma, o intestino, aliado à comunidade microbiana e aos seus metabólitos, possui a capacidade de modular o SNC.

Em sua pesquisa DE SOUZA E BRENTAGANI (2016), ele apontou que o sistema nervoso central pode afetar a microbiota e a rede de comunicação bidirecional que pode afetar o sistema nervoso central é chamada de eixo cérebro-intestino. Ele o descreveu como composto de diferentes componentes, como sistema nervoso central, sistema endócrino e imunológico, eixo hipotálamo-hipófise-adrenal, sistema nervoso autônomo e entérico e microbiota intestinal. Segundo ele, o cérebro se comunica com os intestinos por meio do ANS (sistema nervoso autônomo) e do eixo HPA (glândula pituitária-adrenal). Essa comunicação tem como alvo a rede de células especializadas na parede intestinal que serve como interface entre a população microbiana e a cavidade. Por sua vez, a comunidade microbiana se comunica continuamente com a interface e a saída dessa informação é transmitida ao cérebro por meio de várias vias aferentes, neurosecretores (nervo vago e medula espinhal aferente) ou endócrinas (citocinas e metabólitos).

O microbioma intestinal é estabelecido desde os primeiros dias de vida, e sofre influência de vários fatores externos. Na primeira infância, uma relação de simbiose com o hospedeiro é estabelecida, e a partir de então, o microbioma intestinal exerce íntima influência na comunicação do Eixo Cérebro-Intestino. Alterações no seu perfil estão implicadas na gênese de morbidades mentais, como esquizofrenia, depressão, transtorno do espectro autista, além de resposta exacerbada ao stress.

2.2. Prebióticos, Probióticos e Simbióticos

Alimentos podem prevenir doenças e tem sido usado como tratamento há milhares de anos. Hipócrates disse: *“Que o seu remédio seja o seu alimento, e seu alimento seja seu remédio”*. Mas o termo alimentos funcionais foram usados apenas em meados da década de 1980, introduzido pelos japoneses, eles o definem como *“alimentos usados como parte de uma dieta normal, e exibem benefícios fisiológicos e / ou diminuição ao risco de doenças crônicas, além de sua função base nutricional”* como todos sabemos, muitos nutrientes têm propriedades como probióticos, simbióticos e prebióticos, mas esses pares especialmente ajuda a melhorar a flora intestinal do cólon é um fator importante.

Os prebióticos são alimentos não digeríveis como fibras e alimentos semelhantes das fibras fruta nos do tipo inulina galacto oligossacarídeos e fruto oligossacarídeos (tipo inulina)

ou FOS que tenha função de estimular seletivamente o crescimento de bactérias benéficas, como os bifidobactérias, lactobacilos e as fibras.

As fibras abrangem uma grande variedade de compostos, e são de origem vegetal, carboidratos ou seus derivados e resistem à hidrólise realizada pelas enzimas digestivas humanas e atingem o colo intactas, podendo nele ser hidrolisadas e fermentadas pelas bactérias da microbiota intestinal. Tem a função de modular a morfologia e a fisiologia do sistema gastro intestinal, as alterações do metabolismo de nutrientes e o aumento das respostas imunológicas também atuam como quelantes de minerais tóxicos não permitindo que ele seja absorvido pelo organismo. Alguns efeitos são resultados de suas ações mecânicas no trato alimentar outros são resultados da interação das fibras com a água, minerais e compostos orgânicos no meio intestinal.

Probiótico significa pró vida, e foi conceituado por Fuller 1989 como:

“Suplemento alimentar contendo bactérias vivas, na qual gera um efeito benéfico ou hospedeiro, equilibrando a microbiota intestinal. Vários microorganismos são usados como probióticos, entre eles bactérias ácido lácticas, bactérias não ácido lácticas e leveduras. A ingestão adequada de prebióticos, probióticos e simbióticos, segundo Fuller (1989) contribui para a pluricelular flore proliferação de bactérias benéficas em detrimento as bactérias patogênicas através da produção de compostos com atividade antimicrobiana, competição por nutrientes e competição por sítios de adesão.

A concentração de probióticos no alimento varia bastante e não há padrões de referência para níveis de bactérias necessárias para o iogurte e outros produtos fermentáveis. Recomenda-se aos profissionais da saúde prudência ao aconselhar a incorporação destes produtos gradualmente na dieta até atingir esse níveis recomendados em um período de 2 a 3 semanas. O nível de consumo aconselhado é de 10⁹ a 10¹⁰ organismos diários, o que equivale a um litro de leite de acidófilos formulado ao nível de 2 x 10⁶ unidade formadora de colônia (ufc)/mL 29.

As substâncias não digeríveis e fermentáveis no cólon, como inulina, os fruto oligosacarídeos (FOS), o amido resistente e os açúcares não absorvidos têm a capacidade de modificar a microbiota intestinal e promovem a proliferação de bactérias saudáveis, em especial as bifidobactérias ponto eles aumentam a proteção contra infecções, diminuem OPH do cólon através da produção de ácido láctico, diminuem os altos níveis de glicose e lipídios no sangue e aumentam a absorção de cálcio e magnésio, além de diminuir a diarreia ou constipação ponto são alimentos Fortes de inulina: alho, alho poró, aspargos, cebola, chicória, trigo; E alimentos Fontes de Foz: banana, cevada, mel, centeio, e tomate.

O simbiótico é o imunomodulador mais estudado, relacionando a interação entre probióticos e prebióticos. No corpo, pode se beneficiar da adaptação dos probióticos ao substrato prebiótico antes do consumo. Em alguns casos, se os probióticos forem consumidos com prebióticos, isso pode resultar em uma vantagem competitiva para os probióticos. Ou, este efeito simbiótico pode ser para diferentes “áreas-alvo” trato gastrointestinal, intestino delgado e intestino grosso. A Ingestão de probióticos e prebióticos selecionados apropriado

pode aumentar os efeitos benéficos cada um deles, por causa da estimulação intensa probióticos conhecidos levam à seleção emparelhada Simbiose substrato-microbiana ideal.

A colonização de probióticos exógenos combinados com os prebióticos pode aumentar a ação dos primeiros no trato intestinal. Sendo assim, tanto um produto com a combinação de oligofrutose e bifidobactérias quanto outro contendo oligofrutose e *Lactobacillus casei*, por exemplo, encaixam-se na definição de produto simbiótico. Em virtude dos efeitos benéficos produzidos pelos probióticos e prebióticos, tem havido um considerável interesse tanto por parte das indústrias como pelos pesquisadores, em desenvolver produtos alimentícios e estudos, respectivamente, que contenham estes microrganismos e ingredientes funcionais.

Inúmeros efeitos são propostos em decorrência do consumo de alimentos simbióticos, dentre os quais, destacam-se: a redução de citocinas pró-inflamatórias, a melhora do sistema imune, redução das infecções intestinais, aumento da massa magra e redução da massa gorda, entre outros relatados em estudos que comprovaram a existência de benefícios causados pelo uso de alimentos funcionais em geral, apesar dos alimentos simbióticos terem sido enfatizados como sendo mais eficazes na melhoria da saúde, uma vez que são constituídos por pré e probióticos.

3. Conclusão

As evidências em evolução de estudos com animais e humanos mostram que, devido à comunicação do trato intestinal com o cérebro através do eixo intestino-cérebro, a disbiose afeta os TGI e doenças relacionadas, e também pode causar neurodegeneração. Os genes geneticamente modificados podem produzir neurotransmissores que afetam a relação entre a neuroquímica cerebral e as doenças cerebrais (como emoção, cognição, comportamento, etc.). Curiosamente, a incidência de fungos geneticamente modificados e bactérias intestinais também está associada a marcadores de AD.

Dieta, probióticos e administração de FMT podem regular os componentes geneticamente modificados e reduzir as alterações patológicas relacionadas à AD. Do ponto de vista da segurança, a dieta é uma das intervenções mais adequadas para regular a disbiose, mas mais pesquisas nesta área são necessárias antes que ela possa ser aplicada na prática clínica. Portanto, mais pesquisas são necessárias para compreender os efeitos específicos dessas terapias na prevenção ou redução das dos distúrbios neurológicos.

A microbiota intestinal humana é importante na Imuno regulação e diferenças qualitativas na composição desta microbiota podem alterar homeostase imunológica do indivíduo ponto uma vez que a alimentação interfere diretamente na qualidade desta microbiota, é possível compreender a importância de uma alimentação equilibrada, probiótica, rica em legumes, frutas, verduras e restrita em alimentos com grande quantidade de açúcar, conservantes, lactose e produtos sintéticos. Alimentos como aqueles rico em açúcar, por exemplo, favorecem alimentação e adesão de bactérias patogênicas ao intestino, contribuindo para que estas explore proliferem ponto alguns destes micro-organismos são capazes de liberar uma toxina que inibe a síntese de serotonina incitando o hospedeiro a ingestão de alimentos doces e garantindo assim, sua sobrevivência ponto já as bactérias benéficas, alimentam-se de nutrientes. Se bem alimentadas, proliferam se e não deixam espaço para

aquelas bactérias patogênicas. Estas bactérias contribuem também com absorção de nutrientes pelo sangue.

A disbiose, desequilíbrio qualitativo da microbiota intestinal, favorece o desenvolvimento de alergias doenças crônicas autoimunes e um desequilíbrio geral do sistema imune. A remoção desta condição permite ao corpo lutar de modo mais eficiente e super surpreendente contra as doenças, ainda que avançada. Um dos métodos mais seguros para elevar a imunidade e a melhora sistêmica é uma alimentação saudável que favoreça proliferação de bactérias benéficas, bem como a limpeza do intestino e a eliminação dos venenos gerados no organismo, mantendo a qualidade da microbiota e a integridade do epitélio intestinal, haverá equilíbrio do sistema imunológico, promoção da saúde e um benefício de todo o organismo.

REFERÊNCIAS

- Dahiya, DK; Puniya, M .; Shandilya, Reino Unido; Dhewa, T .; Kumar, N .; Kumar, S .; Puniya, AK; Shukla, P. **Gut microbiota modulation e sua relação com a obesidade usando fibras prebióticas e probióticos**: Uma revisão. *Frente. Microbiol.* 2017 , 8 , 563. PubMed. Acesso em 18/07/2021.
- De JR De-Paula, V; Forlenza, AS; Forlenza, **OV Relevance of gutmicrobiota in cognition, behavior and Alzheimer's disease**. *Pharmacol. Res.* 2018 , 136 , 29–34. Google Scholar. Acesso em 18/07/2021.
- De Souza, Joelma Pimenta; Brentegani, Letícia Martineli 2016. **A influência da alimentação sobre a microbiota intestinal e a imunidade**. <http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/CNTC/article/view/2044/3261>. Acesso em 26/07/2021.
- Doifode, T .; Giridharan, VV; Generoso, JS; Bhatti, G .; Collodel, A .; Schulz, PE; Forlenza, OV; Barichello, T. **O impacto do eixo microbiota-intestino-cérebro na fisiopatologia da doença de Alzheimer**. *Pharmacol. Res.* 2021 , 105314. Google Scholar. Acesso em 23/07/2021.
- Etxeberria, U .; Fernández-Quintela, A .; Milagro, FI; Aguirre, L .; Martínez, JA; Portillo, **MP Impacto de polifenóis e fontes dietéticas ricas em polifenóis na composição da microbiota intestinal**. *J. Agric. Food Chem.* 2013 , 61 , 9517–9533. PubMed. Acesso em 19/07/2021.
- Fan, Y .; Pedersen, O. **Microbiota intestinal na saúde e doença metabólica humana**. *Nat. Rev. Microbiol.* 2020 , 19 , 55–71. PubMed. Acesso em 26/07/2021.
- Flávia Bellesia Souzaedo Lisiane Bizarro Ana Paula Almeida de Pereira 2020. **O eixo intestino-cérebro e sintomas depressivos: uma revisão sistemática dos ensaios clínicos randomizados com probióticos**. <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/vC7DMqRZtLcK7QmxS6NH3jM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 25/07/2021.
- Halverson, T .; Alagiakrishnan, K. **Gut microbes in neurocognitive and mental health disorder**. *Ann. Med.* 2020 , 52 , 423–443. Google Scholar. Acesso em 26/07/2021.
- Kesika, P *et al.*; C. **Papel do eixo intestino-cérebro, composição microbiana intestinal e intervenção probiótica na doença de Alzheimer**. *Life Sci.* 2021 , 118627. PubMed. Acesso em 18/07/2021.
- Kumar Singh, A .; Cabral, C .; Kumar, R .; Ganguly, R .; Kumar Rana, H .; Gupta, A .; Rosaria Lauro, M .; Carbone, C .; Reis, F .; Pandey, AK. **Efeitos benéficos dos polifenóis da dieta na microbiota intestinal e estratégias para melhorar a eficiência da entrega**. *Nutrients* 2019 , 11 , 2216. Google Scholar. Acesso em 18/07/2021.
- Liu, S .; Gao, J .; Zhu, M .; Liu, K .; Zhang, H.-L. **Microbiota intestinal e disbiose na doença de Alzheimer: implicações para a patogênese e tratamento**. *Mol. Neurobiol.* 2020 , 57 , 5026–5043. Google Scholar. Acesso em 23/07/2021.
- Łuc, M .; Misiak, B .; Pawłowski, M .; Stańczykiewicz, B .; Zabłocka, A .; Szcześniak, D .; Pałęga, A .; Rymaszewska, J. **Gut microbiota in demência**. Revisão crítica de novas descobertas e sua aplicação potencial. *Prog. Neuropsychopharmacol. Biol. Psychiatry* 2021 , 104 , 110039. Google Scholar. Acesso em 20/07/2021.
- Madan, S .; Mehra, **MR Disbiose intestinal e insuficiência cardíaca: Navegando no universo interior**. *EUR. J. Heart Fail.* 2020 , 22 , 629-637. PubMed. Acesso em 23/07/2021.

Montiel-Castro, AJ; González-Cervantes, RM; Bravo-Ruiseco, G .; Pacheco-López, G. **O eixo microbiota-intestino-cérebro: correlatos neurocomportamentais, saúde e socialidade.** Frente. Integr. Neurosci. 2013 , 7 , 70. PubMed. Acesso em 20/07/2021.

OLIVEIRA, Ana Livia de; A ARESTRUP, Fernando Monteiro 2012. **Avaliação nutricional e atividade inflamatória sistêmica de pacientes com câncer colorretal submetidos à suplementação com simbiótico.** Artigo Original • ABCD, arq. bras. cir. dig. 25 (3) • Set 2012 • <https://doi.org/10.1590/S0102-67202012000300003>. Acesso em 26/07/2021.

Sekirov, I .; Russell, SL; Antunes, LCM; Finlay, BB **Microbiota intestinal em saúde e doença.** Physiol. Rev. 2010 , 90 , 859–904. Google Scholar. Acesso em 26/07/2021.

Shabbir, U .; Rubab, M .; Tyagi, A .; Oh, D.-H. **Curcumina e seus derivados como agentes terapêuticos na doença de Alzheimer: a implicação da nanotecnologia.** Int. J. Mol. Sci. 2020 , 22 , 196. PubMed. Acesso em 20/07/2021.

Shah, Taif ; Baloch, Zulqarnain ; Shah, Zahir ; Cui, Xiuming ; Xia, Xueshan. **A Microbiota Intestinal: Impactos da Terapia Antibiótica, Resistência à Colonização e Doenças.** <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-34202945>. Acesso em 25/07/2021.

Spinelli, M .; Fusco, S .; Grassi, C. **Resistência à insulina do cérebro e plasticidade hipocampal: mecanismos e biomarcadores de declínio cognitivo.** Frente. Neurosci. 2019 , 13 , 788. PubMed. Acesso em 21/07/2021.

Westfall, S .; Lomis, N .; Kahouli, I .; Dia, SY; Singh, SP; Prakash, S. **Microbiome, probióticos e doenças neurodegenerativas: Deciphering the gut brain axis.** Célula. Mol. Life Sci. 2017 , 74 , 3769–3787. Google Scholar. Acesso em 19/07/2021.



A **Easy** é nosso catálogo para cursos livres. Uma modalidade que comporta tanto alunos como consumidores avulsos sendo, por exemplo, uma oportunidade de geração de renda.

Assim, o cliente que adquire a Easy passa a ser um revendedor dos mais de 500 cursos já disponíveis em nossa plataforma, que traz tanto temas de áreas específicas, como de áreas correlatas e interdisciplinares.

Está é só uma das partes que compõe o que chamamos de **Ecossistema Simple**, representado pelo conjunto dos nossos negócios que funcionam por meio de tecnologias e que, integrados entre si, promovem um ambiente que conecta quem produz a quem consome, permitindo uma relação equilibrada de troca, muito além da simples compra e venda.

CRIMINOLOGIA: Conceito, Evolução e Influência do Clima na Conduta Delitiva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Rafael Oliveira de Fraga
Discente do curso de Pós-Graduação em Direito Penal

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo conceituar a criminologia, sua evolução e verificar se há relação do clima com a conduta delitiva. Foi realizada pesquisa bibliográfica em CARUJO (2022), DOURADO (1965), FARIAS JUNIOR (2008), FERNANDES (1995), GORVETT (2020), MOLINA (2006), PENTEADO FILHO (2018 e TASSE (2013). É descrito uma síntese de fatos que podem marcar o surgimento da criminologia no período pré-científico ainda no momento das inquisições e após o seu nascimento oficial na etapa científica, com as publicações de expoentes teóricos como Cesare Lombroso com o livro "O homem delinqüente". Também são descritas características das escolas clássica e positivista, com suas posições antagônicas: a primeira sustentando o livre-arbítrio do indivíduo e o método lógico-dedutivo, enquanto a segunda, que os fatores sociais determinam o crime e o método indutivo-experimental. A partir da exposição dessas bases de conhecimento sobre a criminologia e a citação de seus fundamentos, entre eles os antropológicos, físicos e sociais, defendidos por Enrico Ferri, é abordado o tema sobre se o clima tem potencial de influenciar na criminalidade, através da pesquisa em referencias bibliográficos e publicações científicas.

Palavras chave: criminologia; criminalidade; crime; clima; conduta delitiva.

ABSTRACT:

This work aims to conceptualize criminology, its evolution and to verify if there is a relationship between climate and criminal conduct. Bibliographic research was carried out in CARUJO (2022), DOURADO (1965), FARIAS JUNIOR (2008), FERNANDES (1995), GORVETT (2020), MOLINA (2006), PENTEADO FILHO (2018 and TASSE (2013). A synthesis is described of facts that can mark the emergence of criminology in the pre-scientific period, even at the time of the inquisitions and after its official birth in the scientific stage, with the publications of theoretical exponents such as Cesare Lombroso with the book O homem delinquente. Classical and positivist schools, with their antagonistic positions: the first supporting the individual's free will and the logical-deductive method, while the second, that social factors determine crime and the inductive-experimental method. Of knowledge about criminology and citation of the fundamentals, including anthropological, physical and social ones, defended by Enrico Ferri, the topic of whether the climate has the potential to influence criminality is addressed. ade, through research in bibliographic references and scientific publications.

Keywords: criminology; criminality; crime; climate; criminal conduct.

1. Introdução

A Criminologia é uma ciência humana e social, que estuda o homem criminoso, causas que contribuem para formação de seu caráter, a criminalidade e a solução. Este trabalho visa apresentar o conceito da Criminologia, bem como sua evolução histórica, e em um estudo a partir de referências bibliográficas sobre a influência do clima na conduta delitiva.

A partir do entendimento do conceito da criminologia e sua evolução, criam-se bases para adentrar em assunto de suma importância, que é a influência do clima na criminalidade. Gorvett (2020) afirma que os crimes violentos poderiam ter um aumento maior que 3% em regiões temperadas, a medida das mudanças do clima avançam com acréscimo de 2° C nas temperaturas globais.

Essa investigação tem como principal intenção averiguar se existe ou não relação aparente entre o clima e os índices de criminalidade, através pesquisa entre autores expoentes na ciência da criminologia e estudos já realizados de parâmetros climáticos e características das ocorrências criminais.

Como primeiro passo é necessário conceituar a Criminologia para entendimento de suas origens, etimologia da palavra e características como ciência. Em seguida é abordada sua evolução, surgimento e seus teóricos científicos fundadores, bem como a etapa pré-científica. Ainda de vital relevância em sua evolução é descrita a “*luta de escolas*”, expondo os fundamentos da escola clássica e da escola positivista. Após o entendimento das bases da criminologia e a partir da exposição dos fenômenos que segundo um dos seus principais estudiosos, Enrico Ferri (1856-1929), derivam a Criminalidade, é abordado através da pesquisa em referenciais teóricos e estudos científicos a relação do clima com a conduta delitiva.

Sendo assim, existe neste estudo a tentativa de entender o comportamento humano, auxiliando no entendimento da influência do clima sobre a complexidade de fatores que instigam os crimes, lembrando de não se basear apenas no determinismo. O clima não deve ser colocado como sendo o único e exclusivo fator causador de violência.

2. A Criminologia

A proposta realizada pela criminologia é de entender as causas dos delitos, subsidiando as políticas a serem desenvolvidas para combatê-los. Em outras palavras, a criminologia seria uma ciência orientada para o combate da criminalidade, pelo reconhecimento de suas causas e o seu enfrentamento. (TASSE, 2013)

2.1. Conceito

Etimologicamente, a palavra criminologia, significando estudo do crime, vem da língua latim crimino (crime) e da língua grega logos (estudo). Porém ela não estuda apenas o crime, mas também circunstâncias sociais, a vítima, o criminoso e o prognóstico delitivo. (PENTEADO FILHO, 2018)

Para FERNANDES (1995), Garófalo foi o criador do termo Criminologia, imaginando torná-la uma pesquisa antropológica, sociológica e jurídica. Porém alguns estudiosos colocam que a palavra teria sido utilizada pela primeira vez por um antropólogo Frances em 1883, Topinardi e somente aplicada após pelo jurista Rafael Garófalo em 1885 na sua obra Criminologia.

Em Molina (2006, p.28):

“A Criminologia é a ciência empírica e interdisciplinar, que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social do comportamento delitivo, e que trata de subministrar uma informação válida, contrastada, sobre a gênese, dinâmica e variáveis principais do crime, contemplando este como problema individual e como problema social, assim como sobre os programas de intervenção positiva no homem delinquente e nos diversos modelos ou sistemas de respostas ao delito.

Newton Fernandes (1995) alude que a criminologia é a ciência que estuda com um todo o fenômeno criminal, as determinantes endógenas e exógenas que atuam sobre a conduta do delinquente, a vítima e os meios labor-terapêuticos ou pedagógicos de reintegração social.

Penteado Filho (2018) conceitua a criminologia uma ciência empírica, ou seja, baseada na experiência e na observação, e também uma ciência interdisciplinar que faz a análise do crime, da vítima, da personalidade do autor do comportamento delitivo e o controle social das condutas criminosas.

Para o autor, a criminologia como ciência empírica, é uma ciência do ser, pois seus objetos (crime, vítima, criminoso e controle social) são visíveis no mundo real e não no mundo dos valores, diferente do direito que é normativo e valorativo.

Já a interdisciplinaridade decorre de sua história de ciência dotada de autonomia, vista a influência de outras ciências como a sociologia, psicologia, direito, medicina legal e outras.

Farias Júnior (2008, p.14) justifica a Criminologia como ciência universal:

“A Criminologia como ciência tem caráter universal porque em todo mundo o fenômeno é estudado sempre com objetivo de encontrar instrumentos que promovam a redução da criminalidade e garantam a segurança pública e a paz social. Embora haja atos que em certos países sejam considerados crimes e em outros não o sejam, os fatores criminógenos são sempre exógenos ou endógenos, mas sendo a Criminologia humana e social e dada a complexidade desses fatores, a certeza e generalidade têm de ser apenas relativas e variáveis, posto que cada delinquente é um ser distinto e, neste caso, a certeza e a generalidade, a não ser os princípios acima aludidos, têm que ser apenas aproximadas, recomendando-se prudência na generalização [...]

2.2. Evolução

Para Penteado Filho (2018) quanto ao surgimento da criminologia não existe uma uniformidade na doutrina e no plano contemporâneo decorreu de longa evolução, marcada por atritos teóricos, como o de Cesare Lombroso não se dizer criminólogo, sustentando ser adepto da escola antropológica italiana.


Lombroso para muitos doutrinadores foi o fundador da criminologia moderna, com a publicação do livro “*O homem delinquente*” em 1876, para outros teóricos foi o antropólogo francês Paul Topinard empregando a palavra Criminologia em 1879 e há também a defesa de que foi Rafael Garófalo que em 1885 usou o termo em um livro científico.

Na etapa pré-científica havia dois enfoques: os empíricos, que investigavam a gênese delitiva por meio do método indutivo experimental, como os empregados pelos fisionomistas, antropólogos, biólogos, etc; e os clássicos, influenciados pelo iluminismo com seus métodos dedutivos e lógico-formais. Essa dicotomia existente entre o que se convencionou chamar de clássicos e positivistas e ensejou aquilo que se entendeu por “*luta de escolas*”.

2.2.1. Criminologia na Escola Clássica

Na Escola Clássica, a responsabilidade criminal do indivíduo é sustentada pelo livre-arbítrio inerente ao ser humano, levando em conta sua responsabilidade moral, partindo da premissa que o homem é um ser livre, racional, capaz de pensar, tomar decisões e agir em consequência disso. (PENTEADO FILHO, 2018)

Para Alfonso Serrano Mailo (2008, p. 63 APUD PENTEADO FILHO, 2018):

 [...] quando alguém encara a possibilidade de cometer um delito, efetua um cálculo racional dos benefícios esperados (**prazer**) e os confronta com os prejuízos (**dor**) que acredita vão derivar da prática do delito; se os benefícios são superiores aos prejuízos, tenderá a cometer a conduta delitiva.

Penteado Filho (2018) coloca os seguintes princípios para Escola Clássica:

- a) O crime não é uma ação e sim um ente jurídico; uma infração;
- b) A pena deve prevenir o delito com certeza, rapidez, severidade, restaurando a ordem extrema social e ter nítido caráter de retribuição pela culpa moral do delinquente (maldade);
- c) O livre-arbítrio deve basear a punibilidade;
- d) Método e raciocínio lógico-dedutivo.

2.2.2. Criminologia na Escola Positivista

Para TASSE (2013) é comum atrelar os estudos criminológicos ao desenvolvimento do pensamento positivista, pois há uma resistência na colocação da inquisição como momento do seu surgimento, visto que não se deseja que seja reconhecido diretamente a um

dos momentos de maior massacre de seres humanos ocorridos. A aceitação e legitimação da tortura são características desse momento histórico. É possível identificar que as ações praticadas obtiveram um aparente respaldo de cientificidade em torno da bruxaria. O desenvolvimento da inquisição e suas regras punitivas tinham um aporte intelectual, baseado na explicação da origem do mal, o que subsidiava o poder punitivo. Ainda afirma que estudiosos do demônio são precursores dos criminólogos, pois se dedicaram a explicar a origem do que consideram transgressões a merecer respostas punitivas.

O poder punitivo vivencia a carência de justificação, onde a criminologia fornece arcabouço a quem controla o mesmo para afirmar a sua necessidade com argumentos de aparente conteúdo científico.

Penteado Filho (2018) lembra que antes de Lombroso (antropologia) com a expressão italiana do positivismo, Ferri (sociologia) e Garófalo (jurídica), com a publicação em 1827, na França, dos progressos dados estatísticos sobre a criminalidade, já se traçava um cunho científico aos estudos criminológicos,

Ainda que considere que a criminologia positivista tenha raízes nos estudos estatísticos do século XVIII, foi só no século XIX com a atuação dos expoentes da Escola Positiva Italiana, onde Cesare Lombroso (1835-1909) publicou o livro *“O homem delinquente”* em 1876 que se instaurou o período científico da criminologia. Foram nesta publicação examinadas características fisionômicas e comparadas com dados de criminalidade. Dados de estrutura torácica, tipo de cabelo, peso, comprimento das pernas, das mãos e exames de crânio que foram analisados, gerando dezenas de parâmetros frenológicos, traçaram um viés científico para a teoria do criminoso nato. Ademais, Lombroso propôs a utilização do método indutivo-experimental ou método empírico-indutivo que se ajustava ao causalismo explicativo defendido pelo positivismo.

As idéias de Lombroso foram alvo de implacável bombardeio de críticas e Farias Junior (2008 p.24) cita que: *“[...] só não ficou relegado ao esquecimento, devido a grande importância que sua obra representou como marco inicial da Criminologia e da Escola Positiva e como materializadora do determinismo.”*

Para o Autor, esse determinismo era incompleto por ser apenas antropológico. O ideal determinista e criminológico só iria se completar com as obras: *“Negazione Del libero arbitrio e responsibilita”*, 1878; *“Nuovi orizzonti Del diritto e della procedura penale”*, 1880 e fundidas na obra *“Sociologia Criminal”* de Enrico Ferri, 1891 e na obra *“Criminologia”* de Rafaelo Garófalo, 1888.

Enrico Ferri (1856-1929) era genro e discípulo de Lombroso, e tinha a tese que a criminalidade derivava de fenômenos, físicos, culturais e antropológicos. Ferri negou com veemência como base da imputabilidade o livre-arbítrio e que a razão de punir é a defesa social, substituindo a responsabilidade moral pela social. Também classificou os criminosos em habituais, de ocasião, loucos, natos e por paixão. (PENTEADO FILHO, 2018)

Rafael Garófalo (1851-1934), afirmou que o crime se revelava como degeneração do homem, também criou os conceitos de temibilidade ou periculosidade, que seria propulsor do delinquente e a maldade que se deve temer em face deste. Classificou os criminosos em natos (instintivos), fortuitos (de ocasião) ou pelo defeito moral especial (assassinos, violentes, ímprobos e cínicos).

Penteado Filho (2018) postula as principais características da Escola Positiva:

- a) Decorre do determinismo social a responsabilidade social;
- b) É obra humana o direito penal;
- c) O delito é um fenômeno natural e social (fatores biológicos, físicos e sociais);
- d) É instrumento de defesa social a pena (prevenção geral);
- e) Método indutivo-experimental;
- f) O crime, o criminoso, a pena e o processo são objetos de estudo da ciência penal.

3. Influência do Clima na Conduta Delitiva

Segundo Farias Junior (2008) o estudioso Enrico Ferri, na sua concepção, a vontade humana acha-se submetida a influências naturais dos fatores criminógenos a seguir descritos:

- a) Antropológicos: são fatores biológicos ou inerentes a personalidade do criminoso, se dividindo ainda em constituição orgânica do criminoso, constituição psíquicas e caracteres pessoais;
- b) Físicos: são o clima, estações do ano, temperatura anual, condições meteorológicas, natureza do solo, etc.
- c) Sociais: costumes, religião, opinião pública, condições familiares, alcoolismo, condições econômicas e políticas, densidade populacional, etc.

Quelet, em 1835, publicou a obra Física Social com os preceitos: a) os crimes são cometidos ano a ano com intensa precisão; b) a) o crime é um fenômeno social; c) são condicionantes para a prática delitiva: a miséria, analfabetismo, clima, etc. Também formulou a teoria das leis térmicas, onde colocou que no inverno seriam praticados mais crimes contra o patrimônio, no verão mais crimes contra a pessoa e na primavera contra os costumes (crimes sexuais). Quelet tornou-se defensor das estatísticas de medição de delitos. (PENTEADO FILHO, 2018)

O ser humano sofre influência das mudanças climáticas. Antigas estatísticas já demonstraram a importância da criminologia no clima, quanto ao tipo de delito cometido no sul e norte da Itália, França e Estados Unidos. (DOURADO, 1965).

Para Dourado (1965 p. 95):

“O ser humano indubitavelmente sofre a influência das mudanças climáticas. Nesse particular, ensinou o saudoso Prof. Annes Dias: “O homem normal, mercê da sua maravilha capacidade de adaptação, equilibra-se rapidamente em face das variações climáticas, mas em certos indivíduos essa capacidade reguladora mostra-se deficitária ou desordenada, daí resultando distúrbios, cuja gravidade varia com os dois elementos em jogo: grau de perturbação ambiente e condições especiais do indivíduo” [...]

Dourado (1965) cita de incidência de tempestades, alterações de pressão barométrica, campos elétricos atmosféricos, que podem perturbar organismos sensíveis ou sensibilizados. Um exemplo seriam os mormaços que prenunciam os temporais, considerada fase depressiva, rica em fenômenos elétricos, onde o indivíduo se sente deprimido, irritado, alterando as atividades psíquicas e físicas. O calor e o vento quente atuam não só sobre o sistema nervoso do ser humano, como no seu psiquismo, conseqüentemente sobre emoções, impulsos, podendo determinar atos delitivos já condicionados ao crime.

Segundo Gorvett (2020), nos Estados Unidos em 1988 houve um número sem precedentes de agressões, estupros, assaltos a mão armada e assassinatos, sendo que foi um ano de calor recorde e também de violência. No Reino Unido, foi registrado um aumento de até 40% de chamadas para o número de emergência para algumas áreas, segundo informou a polícia.

Gorvett (2020) cita que:

“No Reino Unido, entre abril de 2010 e 2018, foram registrados 14% mais crimes violentos a 20° C do que a 10° C. No México, o crime organizado está mais presente em área com clima mais quente, e alguns acadêmicos suspeitam que isso aconteça porque cria um “gosto pela violência”. Na África do Sul, cientistas descobriram que, para cada grau de elevação da temperatura, há um aumento de 1,5% no número de assassinatos. Na Grécia, um estudo mostrou que mais de 30% dos 137 homicídios registrados em determinada região ocorreram em dias com temperatura média de mais de 25° C.

Em 2017, cientistas fizeram uma correlação de serotonina – substância do cérebro que regula as emoções – com a temperatura ambiente na Finlândia, encontrando uma forte ligação dessa medida com a taxa de crimes violentos, sugerindo que o calor altera nossos níveis dessa substância, afetando os níveis de agressividade. (GORVETT, 2020)

Outra concepção, conforme a Autora, é que o calor aumenta os níveis de testosterona, deixando o indivíduo mais agressivo, fato que pode explicar a maior incidência de violência sexual e doméstica a medida que os dias começam a se alongar. Nos Estados Unidos, a ocorrência de violência entre parceiros íntimos é 12% maior no verão do que no inverno.

Carujo (2002) trás que pesquisadores da Universidade Federal do Pará realizaram um estudo sobre a influência da temperatura do ar na ocorrência de crimes na cidade de Belém do Pará. Foram acessados dados da criminalidade obtidos pelo Sistema de Segurança Pública do Governo daquele Estado e dados meteorológicos obtidos do Instituto Nacional de Meteorologia. O resultado desse trabalho mostrou correlação positiva de crimes contra pessoas com a temperatura do ar, ao mesmo tempo mostrou correlação negativa média, entre os crimes e a precipitação atmosférica.

Segundo o estudo, o fator desencadeante seria a eletricidade contida no vapor de água em temperatura elevada. Esse tipo de eletricidade também se formaria em locais menores quando a evaporação encontra-se com partículas microscópicas no ar, processo pelo qual as nuvens de relâmpagos são formadas. O autor cita estudo publicado na revista americana *Proceedings of the National Academy of Sciences*, revelando que um ímã aplicado

na cabeça afeta o julgamento sobre o certo e o errado. Dependendo da intensidade e frequência da estimulação magnética, pode haver um aumento da atividade neuronal ou, ao contrário, uma redução desta atividade, desativando o local. Muito antes de tais pesquisas, cientistas já estudam a perturbação do comportamento humano diante de anomalias eletromagnéticas da terra, chamado de geomagnetismo.

Para Gorvett (2020) também há explicações alternativas, pois quando é verão geralmente somos mais ativos, participando de festivais, onde beber é socialmente aceitável, sugerindo que essas atividades de verão poderiam ser os impulsionadores diretos do nosso comportamento diante da onda de aquecimento da temperatura.

Segundo a autora, poderia oferecer algumas respostas a pandemia de COVID-19, visto que atividades habituais tornaram-se impraticáveis, podendo se tornar para uma série de questões um experimento natural.

Dourado (1965. p. 97) conclui que:

“[...] a Climatologia pode ser fator desencadeante da criminalidade nos predispostos, isto é, nos indivíduos que foram condicionados a delinquência desde a primeira infância; a Climatologia não deve ser considerada como fator criminoso isolado, a nosso ver é apenas responsável de forma indireta devendo ser relacionada com os demais fatores criminosos que determinam a conduta criminal.”

4. Conclusão

A criminologia que significa estudo do crime, palavra etimologicamente formada do latim crimino (crime) e do grego *logos* (estudo), estuda também a vítima, o criminoso, as circunstâncias sociais e o prognóstico delitivo. É uma ciência empírica e multidisciplinar, de pesquisa antropológica, sociológica e jurídica.

A história da criminologia não tem uma uniformidade quanto ao seu surgimento e alguns teóricos citam que no período da inquisição, as regras punitivas já buscavam um aporte intelectual para justificar a origem do mau e as respostas punitivas. Mas só em 1876, com a publicação do livro “*O homem delinquente*”, de Cesare Lombroso, que doutrinadores atrelam a fundação da criminologia moderna.

Na etapa pré-científica, as Escolas Clássica e Positivista sustentavam posições antagônicas com relação a criminologia: na primeira, a responsabilidade criminal do indivíduo é sustentada pelo livre-arbítrio, enquanto na segunda, os fatores sociais determinam o crime. Também entre as principais diferenças: a escola clássica utiliza método raciocínio lógico-dedutivo e já a escola positivista utiliza o método indutivo-experimental.

Enrico Ferri, genro e discípulo de Cesare Lombroso, defendeu que a criminalidade derivada de fenômenos, antropológicos, físicos e culturais. Negava o livre-arbítrio como base da imputabilidade. Entre os fenômenos físicos, se encontram o clima, estações do ano, temperatura, condições da natureza e do solo. Diante de tal teoria, buscou-se o aprimoramento

da pesquisa em outros referenciais teóricos e publicações para entendimento se há relação do clima com a conduta delitiva.

Quelet em 1835, publicou em sua obra Física Social alguns preceitos, dentre eles que há várias condicionantes para o crime, dentre elas o clima. Também formulou a teoria das leis térmicas, onde no inverno eram praticados mais crimes contra o patrimônio, no verão contra a pessoa e na primavera, os sexuais. Dourado (1965) cita a incidência de tempestade, campos elétricos atmosféricos entre outros, alterariam as atividades psíquicas e físicas. Já, Zaria Gorvett em publicação de 2020, trás relação do calor com os níveis serotonina e testosterona com, afetando os níveis de agressividade. Complementando Carujo (2002) descreveu pesquisa e, que eletricidade em vapor de água emanado pelo calor pode ser fator desencadeante de correlação positiva de crimes contra pessoas e a temperatura do ar.

Diante do conhecimento das bases da criminologia, sua evolução e teorias de fenômenos que acirram a criminalidade, foi possível comprovar através do apuro em bibliografias e publicações que o clima, como aspecto físico, já demonstrou que pode modificar a conduta delitiva do ser humano. Também diante de outros fenômenos, não se deve tratar o clima de forma isolada, devendo ser relacionado com demais fatores.

REFERÊNCIAS

- CARUJO, Carlos Araujo. **Holística do crime: um estudo metacriminológico**. Shamballah, 2022.
- DOURADO, Luiz Angelo. **Raízes neuróticas do Crime**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- FARIAS JÚNIOR, João. **Manual de criminologia**. 4 ed. Curitiba: Juruá, 2008.
- FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. **Criminologia integrada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- GORVETT, Zaria. **Os preocupantes efeitos do calor sobre o nosso cérebro**. BBC Future: 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-54719918>. Acesso em 08/03/2022.
- MOLINA, Antonio Garcia-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia: introdução e seus fundamentos teóricos, introdução às bases criminológicas da lei 9.0099/95 – Lei dos Juizados especiais criminais**. 5. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. 8. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- TASSE, Adel El. **Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2013.

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE: Uma Análise Jurídica sob a Ótica do Direito Público

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

William Silva Leopoldino Resende
**Discente do curso de Pós-Graduação em Direito Público:
Constitucional, Administrativo e Tributário**

RESUMO:

A prescrição intercorrente é um tema relevante no âmbito do direito público, especialmente no contexto da administração pública e das relações jurídicas envolvendo o Estado. Este artigo busca realizar uma análise jurídica detalhada da prescrição intercorrente sob a ótica do direito público, explorando suas características, fundamentos legais e jurisprudenciais. Inicialmente, são apresentados os conceitos básicos da prescrição intercorrente, destacando sua natureza e finalidade no ordenamento jurídico. Em seguida, são discutidas as bases legais que fundamentam a aplicação da prescrição intercorrente no direito público, abordando os dispositivos legais e normativos relevantes. Por fim, são apresentadas reflexões críticas sobre a prescrição intercorrente no contexto do direito público, discutindo sua efetividade na promoção da segurança jurídica, a proteção dos direitos do cidadão e a eficiência na gestão pública.

Palavras chave: Prescrição intercorrente, Direito público, Administração pública, Segurança jurídica.

ABSTRACT:

Intercurrent statute of limitations is a relevant topic in the field of public law, especially in the context of public administration and legal relations involving the State. This article seeks to carry out a detailed legal analysis of intercurrent prescription from the perspective of public law, exploring its characteristics, legal and jurisprudential foundations. Initially, the basic concepts of intercurrent prescription are presented, highlighting its nature and purpose in the legal system. Next, the legal bases that support the application of intercurrent prescription in public law are discussed, addressing the relevant legal and regulatory provisions. Finally, critical reflections are presented on intercurrent prescription in the context of public law, discussing its effectiveness in promoting legal certainty, protecting citizens' rights and efficiency in public management.

Keywords: Intercurrent prescription, Public law, Public administration, Legal certainty.

1. Introdução

A prescrição intercorrente, como conceito jurídico, possui grande relevância no âmbito do direito público, especialmente no contexto da administração pública e das relações jurídicas envolvendo o Estado. Compreender e analisar as complexidades da prescrição intercorrente sob a ótica do direito público é fundamental para compreender suas implicações e efeitos nos processos legais e no funcionamento das instituições governamentais.

O objetivo deste artigo é realizar uma análise jurídica detalhada da prescrição intercorrente, explorando seus diversos aspectos, fundamentos legais e desenvolvimentos jurisprudenciais dentro do quadro do direito público. Ao aprofundar-se na natureza e finalidade da prescrição intercorrente, essa análise busca lançar luz sobre seu papel na formação das relações jurídicas entre indivíduos e o Estado.

Para dar início à análise, este artigo apresentará os conceitos fundamentais da prescrição intercorrente, elucidando suas características e importância dentro do sistema jurídico. Ao estabelecer uma compreensão clara da prescrição intercorrente, será possível apreciar melhor sua aplicação e implicações no contexto do direito público.

2. Desenvolvimento

2.1. Diferença entre prescrição e decadência

Antes de iniciarmos os estudos acerca da prescrição intercorrente, se faz primordial diferenciarmos os conceitos de prescrição e decadência.

Assim, a o contrário da classificação estabelecida no Código Civil de 1916, que abordou toda a questão como sendo apenas prescrição (artigos 161 a 179), o atual Código Civil de 2002 inclui explicitamente a decadência, estabelecendo a distinção entre esses dois institutos, como veremos adiante.

No Código Civil de 2002, esses assuntos são tratados principalmente nos artigos 189 a 206 (prescrição) e nos artigos 207 a 211 (decadência). São definidos conceitos, causas que impedem, suspendem ou interrompem a aplicação desses institutos, bem como alguns exemplos de prazo máximo antes da perda da pretensão do titular do direito.

De acordo com o professor Anderson Schreiber, a prescrição e a decadência têm o propósito de evitar a perpetuação de conflitos na vida social, extinguindo posições jurídicas que os respectivos titulares não façam valer após determinado período de tempo (SCHREIBER, 2018, p. 285).

Embora possam parecer sinônimos, já que resultam na extinção da pretensão ou direito, prescrição e decadência são distintos no ordenamento jurídico. Possuem características e classificações próprias, não podendo um ser substituído pelo outro, mesmo que pareçam similares.

2.2. Fundamentos da Prescrição Intercorrente no Direito Público

A prescrição intercorrente possui fundamentos sólidos no âmbito do direito público. Nesta seção, serão exploradas as bases legais e normativas que fundamentam a aplicação da prescrição intercorrente nesse contexto. Serão abordados os dispositivos legais pertinentes, como leis, decretos e regulamentos, que estabelecem as condições e requisitos para a ocorrência da prescrição intercorrente no direito público. A seguir, serão detalhados alguns dos principais fundamentos da prescrição intercorrente:

- **Segurança Jurídica:** A prescrição intercorrente é fundamentada no princípio da segurança jurídica, que busca assegurar a estabilidade das relações jurídicas. Por meio da fixação de prazos para o exercício de direitos e ações, evita-se a perpetuação de demandas antigas e preserva-se a confiança na estabilidade das relações sociais.
- **Inércia da Parte Interessada:** Um dos fundamentos da prescrição intercorrente é a inércia da parte interessada em dar andamento ao processo ou à demanda judicial. Quando uma parte deixa de tomar as medidas necessárias para impulsionar o processo ou exercer seu direito, ocorre uma paralisação no curso da ação, e a prescrição intercorrente pode ser configurada como consequência dessa inércia.
- **Duração Razoável do Processo:** A prescrição intercorrente está relacionada ao princípio da duração razoável do processo, que visa garantir que os procedimentos judiciais sejam conduzidos de forma eficiente e em um tempo razoável. A prescrição intercorrente evita a perpetuação de processos estagnados, permitindo que sejam encerrados quando não há interesse em seu prosseguimento.
- **Princípio da Eficiência:** A eficiência é um dos fundamentos da prescrição intercorrente. Ao estabelecer prazos para o exercício de direitos e ações, a prescrição intercorrente promove a celeridade processual e a otimização da atividade jurisdicional. A eficiência na gestão dos processos é importante para a administração da justiça e para evitar o acúmulo de demandas antigas e sem perspectiva de resolução.
- **Interesse Público:** A prescrição intercorrente também se fundamenta no interesse público. Ao limitar o tempo para o exercício de direitos e ações, ela busca garantir que o Estado e os entes públicos possam efetivar suas pretensões e cobranças dentro de um prazo razoável. Isso contribui para a boa gestão dos recursos públicos e para a prevenção da inércia administrativa.

2.3. Características e Natureza da Prescrição Intercorrente

Nesta seção, serão apresentadas as características essenciais da prescrição intercorrente no direito público. Serão discutidos elementos como o decurso do tempo, a inércia da parte interessada e a perda do direito de ação como elementos fundamentais para a configuração da prescrição intercorrente. Além disso, serão destacadas as diferenças entre a prescrição intercorrente e outras formas de prescrição previstas no ordenamento jurídico. Abaixo estão detalhadas algumas das principais características da prescrição intercorrente:

- **Decurso do Tempo:** A prescrição intercorrente ocorre devido ao decurso do tempo, ou seja, à passagem de um período determinado sem que haja impulso processual

ou iniciativa da parte interessada em dar continuidade à ação ou ao processo. Esse período pode variar de acordo com a legislação aplicável e as circunstâncias do caso.

- **Inércia da Parte Interessada:** Uma das características essenciais da prescrição intercorrente é a inércia da parte interessada em dar andamento ao processo ou à demanda judicial. É necessário que a parte deixe de tomar as medidas necessárias para impulsionar o processo ou exercer seu direito, ficando paralisada ou sem atividade durante determinado período.
- **Suspensão do Processo:** Em muitos casos, a prescrição intercorrente ocorre após a suspensão do processo. A suspensão pode ocorrer por diversos motivos, como a falta de diligências processuais, a ausência de movimentações ou a falta de interesse na sua continuidade. Quando o processo fica suspenso por um período específico, a prescrição intercorrente pode ser configurada.
- **Exigência de Diligência da Parte Interessada:** Para evitar a prescrição intercorrente, é necessário que a parte interessada tome as diligências necessárias para dar andamento ao processo. Isso pode envolver a prática de atos processuais, a manifestação de vontade ou a tomada de medidas específicas para impulsionar a ação judicial.
- **Efeito Extintivo:** A prescrição intercorrente tem efeito extintivo sobre o direito ou a ação, o que significa que, uma vez configurada, ela impede o prosseguimento do processo ou a cobrança do direito. Isso ocorre porque a prescrição intercorrente atua como uma barreira temporal que impede a parte de exercer seu direito ou obter uma decisão favorável.

2.4. Objetivo da prescrição intercorrente

A prescrição intercorrente é o meio empregado para concretização das mesmas finalidades da prescrição tradicional. Guarda, portanto, origem e natureza jurídica idênticas, distinguindo-se tão somente pelo momento de sua incidência – o processo executivo.

O objetivo da prescrição intercorrente é evitar que uma ação de execução – ou cumprimento de sentença – se prolongue indefinidamente dentro do Poder Judiciário em virtude da inércia do autor, prezando, desse modo, pelo princípio da razoável duração do processo.

Não basta, portanto, ao titular do direito subjetivo, ajuizar a sua pretensão dentro do prazo prescricional, sendo-lhe exigida a busca efetiva por sua satisfação ao longo do processo.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é pacífica ao afirmar que ocorre a prescrição intercorrente quando o exequente permanecer inerte por prazo superior ao da prescrição do direito material perseguido.

2.5. Prescrição intercorrente no Novo Código de Processo Civil

A prescrição intercorrente é a perda do direito de exigir judicialmente um direito subjetivo devido à inércia do autor do processo. Ela ocorre na fase executiva da ação quando o processo fica parado por um período determinado. A aplicação desse instituto atende ao princípio constitucional da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVII da Constituição Federal).

Anteriormente, a prescrição intercorrente não estava prevista nem no Código Civil de 1919, nem no Código de Processo Civil (CPC) de 1973. Ela passou a ser inserida na legislação a partir do CPC de 2015 (Lei 13.105/2015, o Novo CPC). Antes disso, havia insegurança jurídica, uma vez que a extinção de um direito por inércia de seu titular não era prevista.

No Novo CPC, a prescrição intercorrente, juntamente com outras mudanças e novidades, busca agilizar o processo judicial. Ela segue o princípio de que ambas as partes de um processo têm interesse em sua rápida resolução. Se a parte autora, teoricamente mais interessada em garantir seu direito, não age para solucionar o conflito, a parte contrária pode invocar a prescrição intercorrente diante desse desinteresse.

A prescrição intercorrente é uma modalidade de prescrição que ocorre durante o curso do processo, especificamente na fase de execução da sentença (o Novo CPC não prevê sua possibilidade na fase de conhecimento). Ela suspende e extingue a execução de uma sentença favorável ao titular.

Para exemplificar os dois conceitos, considere o caso em que o cliente João adquire um produto no valor de R\$ 1.000 do comerciante Pedro, mas João não paga corretamente. A partir desse momento, João está violando um direito de Pedro, abrindo uma pretensão para que o comerciante ingresse com uma ação judicial para recuperar o valor devido.

De acordo com o Código Civil, essa pretensão não existe indefinidamente. Pedro precisa iniciar o processo dentro de um prazo determinado pela lei. Caso não o faça, seu direito de processar João judicialmente prescreverá. Isso é chamado de prescrição.

No mesmo exemplo, suponha que Pedro tenha iniciado o processo dentro do prazo estabelecido e o processo tenha ocorrido normalmente. Após a sentença do juiz condenando João, o processo avança para a fase de execução. Se João não pagar a indenização voluntariamente, é responsabilidade de Pedro, como parte interessada, tomar medidas para garantir o pagamento, como solicitar a penhora de bens. Nesse estágio, se Pedro permanecer inerte, João pode solicitar a prescrição intercorrente, extinguindo a execução do processo.

Após decorrido o prazo de um ano de suspensão do processo executivo, conforme mencionado no § 1º do art. 921, a prescrição intercorrente começa a correr automaticamente (art. 921, § 4º). A prescrição intercorrente é um fenômeno similar à prescrição *stricto sensu*, mas difere desta por ocorrer quando o processo já está em andamento (não havendo, portanto, transcorrido o prazo prescricional sem que o titular do direito lesado tenha ingressado com sua demanda, o que caracterizaria a prescrição propriamente dita). Assim, ao ser paralisado o processo executivo nos exatos termos estabelecidos nos §§ 1º e 4º do art. 921, a prescrição intercorrente se configura, resultando na privação do crédito do exequente devido à passagem do tempo, independentemente de o processo executivo ter sido instaurado com base em um título executivo judicial ou extrajudicial.

A legislação processual não estabelece o prazo da prescrição intercorrente. E não seria apropriado fazê-lo. Isso ocorre porque o prazo será o mesmo da prescrição *stricto sensu*, variando de acordo com a natureza do direito subjetivo violado (FPPC, enunciado 196). Portanto, deve-se aplicar o disposto no art. 205 do Código Civil, que estabelece que a prescrição intercorrente se consuma “em dez anos, quando a lei não estabelecer prazo menor”.

A prescrição intercorrente pode ser declarada *ex officio*, mas é necessário cumprir a exigência constitucional de contraditório prévio e efetivo. Portanto, antes de reconhecê-la, o juiz deve ouvir as partes em um prazo de quinze dias (art. 921, § 5º). Após a declaração da prescrição intercorrente, o processo executivo será extinto.

A ausência de regulamentação na lei, suprida pelo novo CPC, não tem e não teve o poder de alterar o sistema jurídico, que em nenhum aspecto permite a perpetuação do processo, especialmente no caso do processo executivo, que envolve uma pretensão de natureza obrigacional sujeita à prescrição extintiva. Essa é a razão pela qual, apesar do marco temporal estabelecido no art. 1.056 para o início da contagem do prazo prescricional, tanto a doutrina quanto a jurisprudência passaram a aceitar a prescrição intercorrente com início anterior à data de entrada em vigor do CPC. Por muito tempo, os estudiosos do Direito ignoraram esse direito, pois não admitiam a prescrição intercorrente.

A lei (o novo CPC) de certa forma continuou a ignorá-la, pois se recusou a prever retroativamente a prescrição no texto legal. No entanto, agora encontramos um ponto de equilíbrio: o direito ignorou a lei e a prescrição intercorrente passou a ser aceita no sistema, sem restrições, desde que não haja bens penhoráveis, caso em que o processo será automaticamente suspenso e permanecerá assim até que sejam encontrados bens. Se não forem encontrados bens passíveis de penhora, após um ano de suspensão, o prazo prescricional começará a correr automaticamente - correspondendo ao prazo estabelecido pelo direito material. Após o término do prazo prescricional, o juiz solicitará que o exequente se manifeste e, se não houver uma alegação plausível capaz de afastar a prescrição, o juiz a declarará e, conseqüentemente, extinguirá a execução.

A prescrição intercorrente está prevista no artigo 921, inciso III, do Novo CPC:

“Art. 921. Suspende-se a execução:

III – quando o executado não possuir bens penhoráveis”.

“§ 1º Na hipótese do inciso III, o juiz suspenderá a execução pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição.

§ 2º Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos.

§ 3º Os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis.

§ 4º Decorrido o prazo de que trata o § 1º sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente.

§ 5º O juiz, depois de ouvidas as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição de que trata o § 4º e extinguir o processo.”

Isso implica que, no âmbito do Processo Civil, a prescrição intercorrente ocorre apenas quando, na fase de execução da sentença, o executado não possui bens que possam ser penhorados para pagamento ao credor. Nesse caso, o juiz suspende a execução por um período de um ano, durante o qual o prazo de prescrição também é suspenso. Após esse prazo, caso não sejam encontrados bens ou o próprio executado, o processo é arquivado.

Após o término do período de suspensão da ação, a prescrição intercorrente retoma seu curso normal. Somente após sua ocorrência é que a parte vencida pode alegá-la.

Nesse momento, o juiz convoca ambas as partes para ouvi-las e reconhecer a prescrição, resultando na extinção do processo.

O Poder Judiciário tem o dever de garantir a ampla defesa e o contraditório em todas as suas manifestações, impedindo que as partes sejam surpreendidas por decisões fundamentadas que não foram previamente discutidas no processo.

Isso também se aplica à declaração da prescrição intercorrente. Antes de decretá-la, o juiz deve dar oportunidade ao credor de se manifestar sobre a possibilidade de ocorrência dessa prescrição. No entanto, é importante ressaltar que, como mencionado anteriormente, o juiz não é obrigado a intimar o credor para dar continuidade ao processo.

2.6. Prescrição intercorrente na execução fiscal

Os valores devidos à Fazenda Pública são recuperados por meio do procedimento da Execução Fiscal, regulamentado pela Lei 6.830 de 1980 (LEF). É por meio desse procedimento que a União, os Estados, o Distrito Federal, os municípios e as autarquias recuperam os créditos tributários e não tributários de sua titularidade.

Em resumo, a cobrança desses créditos na esfera judicial é realizada por meio da Execução Fiscal, que busca a satisfação do crédito estabelecido por meio da Certidão de Dívida Ativa (CDA), originada a partir de um procedimento administrativo que confere à CDA, por ser um título executivo extrajudicial, os atributos de certeza, liquidez e exigibilidade.

A natureza jurídica da execução fiscal é classificada como uma ação exacional, que é um tipo de ação judicial tributária cujo objetivo é a cobrança de tributos.

É importante ressaltar que, embora a Execução Fiscal tenha sua própria regulamentação, ela também é subsidiariamente regida pelo Código Tributário Nacional (CTN) e pelo Código de Processo Civil (CPC).

No âmbito da Execução Fiscal, a prescrição intercorrente está estabelecida na Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/1980) desde 1980, no artigo 40. O Novo CPC se inspirou nessa lei para regulamentar essa modalidade no Processo Civil. O funcionamento é similar: caso não sejam encontrados bens penhoráveis ou o devedor em si, a execução e o prazo de prescrição ficam suspensos por um ano.

Art. 40 - O Juiz suspenderá o andamento da execução enquanto o devedor não for localizado ou não forem encontrados bens passíveis de penhora, e nesses casos, o prazo de prescrição não correrá.

§ 1º - Durante a suspensão da execução, será concedida vista dos autos ao representante jurídico da Fazenda Pública.

§ 2º - Após o prazo máximo de 1 (um) ano, sem localização do devedor ou de bens penhoráveis, o Juiz determinará o arquivamento dos autos.

§ 3º - Caso o devedor ou bens sejam encontrados a qualquer momento, os autos serão desarquivados para dar continuidade à execução.

§ 4º - Se o prazo prescricional tiver transcorrido a partir da decisão de arquivamento, o juiz, após ouvir a Fazenda Pública, poderá reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la imediatamente, de ofício.

§ 5º - A manifestação prévia da Fazenda Pública mencionada no § 4º deste artigo será dispensada nos casos de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo estabelecido por ato do Ministro de Estado da Fazenda.

Como visto na tabela, durante a contagem do prazo prescricional pode haver situações ou circunstâncias que façam o prazo ser suspenso ou interrompido.

2.7. Prescrição intercorrente no Direito trabalhista

No Direito Trabalhista, a prescrição intercorrente também está presente a partir da Reforma Trabalhista de 2017 (Lei 13.467/17). Essa alteração teve como objetivo solucionar uma antiga controvérsia entre o Supremo Tribunal Federal, que defendia sua aplicação, e o Tribunal Superior do Trabalho, que era contra. Isso ocorria devido à natureza das ações trabalhistas, que frequentemente envolvem créditos de natureza alimentar.

“Art. 11-A. A prescrição intercorrente ocorre no processo do trabalho após um prazo de dois anos.

§ 1º - O prazo prescricional intercorrente tem início quando o exequente deixa de cumprir uma determinação judicial durante a execução.

§ 2º - A declaração da prescrição intercorrente pode ser solicitada ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição.”

2.8. Dos prazos da prescrição intercorrente

Os prazos da prescrição intercorrente são definidos pelo Código Civil e seguem as regras da prescrição comum. *Em geral, são estabelecidos pelo artigo 205:*

“Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não fixa prazo menor.”

As exceções são listadas nos parágrafos e incisos do artigo 206 e variam de 1 a 5 anos.

As discussões sobre a aplicação da prescrição intercorrente no Direito do Trabalho estão se expandindo. É incontestável que a prescrição intercorrente se aplica a esse ramo do direito. No entanto, o que tem sido observado em recentes decisões do Tribunal Superior do Trabalho (TST) é a distinção entre os momentos processuais, estabelecendo como ponto de referência a “era pré-Reforma Trabalhista” e a “era pós-Reforma Trabalhista”.

Nesse contexto, um recente caso decidido pela Terceira Turma do TST, no processo RR 71600-34.2008.5.02.0030, relatado pelo Ministro Mauricio Godinho Delgado, afastou a aplicação da prescrição intercorrente. Essa decisão se baseou no entendimento de que a regra da prescrição intercorrente não se aplicava ao caso em questão, uma vez que a pretensão executória se referia a um título judicial constituído antes da entrada em vigor da Lei 13.467/2017, mesmo que a intimação tivesse ocorrido após a vigência da lei. O Ministro ressaltou a validade da Súmula 114 do TST e do artigo 2º da Instrução Normativa 41/2018 do TST, que estabelecem que o prazo de prescrição intercorrente é contado a partir do descumprimento da determinação judicial mencionada no § 1º do art. 11-A da CLT, desde que ocorrido após 11/11/2017 (data de vigência da Lei nº 13.467/2017).

Em resumo, o caso tratava de um acordo (celebrado em 2010) descumprido em uma reclamação trabalhista ajuizada em 2008. Após os procedimentos processuais, a reclamante (operadora de caixa) não conseguiu localizar bens penhoráveis do reclamado. Em maio de 2018, a reclamante/exequente foi intimada a indicar meios para dar continuidade à execução dentro de um prazo de dois anos, sob pena de prescrição intercorrente. Como não houve manifestação dentro do prazo estipulado, a execução foi extinta em fevereiro de 2021. O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região manteve essa decisão, interpretando que, como a intimação ocorreu após a entrada em vigor da Reforma Trabalhista, a prescrição intercorrente poderia ser aplicada. Assim, prevaleceram os princípios da legalidade e da segurança jurídica, juntamente com a aplicação imediata do artigo 11-A da CLT, em conformidade com o artigo 6º do Decreto-Lei nº 4.657/1942.

Por outro lado, o segundo caso apresenta um cenário completamente oposto. A Quinta Turma do TST, em unanimidade, no processo RR 10433-03.2015.5.18.0005, relatado pelo Ministro Breno Medeiros, manteve a aplicação da prescrição intercorrente a um processo iniciado antes da Reforma Trabalhista.

Em resumo, no caso mencionado, pode-se observar que em 16/04/2018 a parte que busca a execução foi intimada a apresentar meios para dar continuidade ao processo. No entanto, a parte não tomou nenhuma ação e o processo ficou arquivado por mais de dois anos. Em seguida, em 11/5/2020, após uma nova intimação, de acordo com o artigo 40 da Lei 6.830/1980, solicitando à parte exequente a indicação de eventuais causas que suspendam ou interrompam a prescrição, mais uma vez não houve resposta.

Como resultado, a execução foi extinta, e essa decisão foi mantida pelo TRT-18.

O TST, com base na Súmula 327 do STF e no artigo 11-A da CLT, manteve a aplicação da prescrição intercorrente. Vale destacar um trecho do acórdão que enfatizou: *“Dessa forma, é preciso considerar que o processo não pode se arrastar indefinidamente, especialmente porque se trata de uma execução iniciada em 2015, que já perdura há 5 anos sem resultados positivos”*.

Portanto, esses são dois casos iniciados antes da Reforma Trabalhista, mas com interpretações opostas.

Curiosamente, ambas as intimações que solicitaram o prosseguimento da execução ocorreram em 2018, muito tempo após a entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017.

Por fim, é bem verdade que o crédito trabalhista possui um caráter privilegiado e de natureza alimentar, sendo prioritário em relação a outros créditos. Existe uma ordem estabelecida para garantir a obtenção do bem necessário para a vida. No entanto, permitir a perpetuação da execução significa permitir que *“tudo seja feito no processo”*, mesmo quando a própria parte que busca a execução demonstra total desinteresse em prosseguir com ela, considerando também que os meios de execução evoluíram significativamente. É inaceitável que um processo se estenda indefinidamente. O artigo 11-A da CLT foi introduzido para trazer segurança jurídica, aplicando a prescrição intercorrente antes ou depois da Reforma Trabalhista, uma vez que as normas processuais têm efeito imediato.

Portanto, apesar da previsão legal do artigo 11-A da CLT, a aplicação da prescrição intercorrente no Direito do Trabalho ainda é bastante limitada, especialmente porque o seu uso formal é recente.

3. Conclusão

A prescrição intercorrente, como analisada sob a ótica do direito público, desempenha um papel fundamental na administração pública e nas relações jurídicas que envolvem o Estado. Ao longo deste artigo, foram explorados os diversos aspectos relacionados à prescrição intercorrente, desde seus fundamentos legais até sua aplicação prática.

Foi possível compreender que a prescrição intercorrente possui uma base sólida na legislação, estando respaldada por dispositivos legais e normativos específicos que estabelecem os critérios e requisitos para sua configuração. Além disso, identificamos que a prescrição intercorrente apresenta características próprias, como o decurso do tempo e a inércia da parte interessada, que são essenciais para sua ocorrência.

Ao analisar a jurisprudência e os casos práticos relacionados à prescrição intercorrente no direito público, constatamos a sua aplicação em diferentes situações, tanto em processos administrativos quanto judiciais. Foi possível perceber que os tribunais têm estabelecido critérios e interpretações específicas para determinar a configuração da prescrição intercorrente, levando em consideração fatores como a contagem do prazo prescricional e eventuais interrupções ou suspensões.

Por fim, refletimos criticamente sobre a prescrição intercorrente no contexto do direito público. Reconhecemos sua importância na promoção da segurança jurídica, ao estabelecer prazos razoáveis para a cobrança de créditos e ações por parte do Estado. Contudo, também identificamos a necessidade de aprimoramentos e possíveis alternativas para otimizar sua aplicação, visando garantir a efetividade na proteção dos direitos do cidadão e a eficiência na gestão pública.

Diante disso, concluímos que a prescrição intercorrente desempenha um papel crucial no direito público, contribuindo para a organização e funcionamento do Estado. Sua análise detalhada e compreensão de suas particularidades são fundamentais para uma atuação jurídica consistente e coerente, tanto por parte dos profissionais do direito quanto dos órgãos públicos.

REFERENCIAS

- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.
- MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 25. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 49. ed. São Paulo: Malheiros, 2022.
- MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Prescrição intercorrente: fundamentos e aplicação**. Revista de Processo, vol. 138, p. 215-231, ago. 2006.

Os Desafios do Ensino-Aprendizagem da História na Rede Pública de Ensino

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Camila Freitas Bezerra
Discente do curso de Pós-Graduação em R2 - História

RESUMO:

O ensino da história na rede pública de ensino enfrenta diversos desafios que comprometem o processo de aprendizagem dos alunos. Entre esses desafios, destacam-se a falta de recursos e materiais didáticos adequados, a falta de contextualização dos fatos históricos, a sobrecarga de conteúdos, a falta de interesse dos alunos e a desvalorização do papel do professor. Para enfrentar esses problemas, é fundamental que sejam promovidas ações integradas entre governo, instituições de ensino e sociedade civil, visando o investimento em formação continuada para os professores, a disponibilização de recursos e materiais didáticos atualizados, a criação de um ambiente de aprendizagem mais participativo e envolvente, além da valorização do papel do professor e a criação de políticas educacionais que reconheçam a importância da disciplina de história. Ao garantir o acesso a uma educação de qualidade e formar cidadãos críticos e conscientes de sua história, é possível contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, capaz de valorizar a diversidade e os direitos humanos.

Palavras chave: Ensino de história. Rede pública de ensino. Desafios. Recursos e materiais didáticos. Valorização do papel do professor.

ABSTRACT:

The teaching of history in public schools faces several challenges that compromise the learning process of students. Among these challenges, the lack of adequate resources and didactic materials, the lack of contextualization of historical facts, content overload, lack of interest from students, and undervaluation of the role of teachers stand out. To address these issues, it is essential to promote integrated actions between the government, educational institutions, and civil society, aiming to invest in continuing education for teachers, provide updated resources and didactic materials, create a more participatory and engaging learning environment, and valorize the role of teachers and establish educational policies that recognize the importance of the history discipline. By ensuring access to quality education and educating citizens who are critical and aware of their history, it is possible to contribute to the construction of a fairer and more democratic society, capable of valuing diversity and human rights. **Keywords:** history, public school system, challenges, resources and didactic materials, valorization of the role of teachers, continuing education, educational policy, citizenship, diversity, human rights.

Keywords: Teaching of history. Public school system. Challenges. Resources and didactic materials. Valorization of the role of teachers.

1. Introdução

O ensino da história é um dos principais pilares da formação educacional de qualquer cidadão. Através do conhecimento histórico, é possível compreender a trajetória da humanidade, suas conquistas e seus desafios. No entanto, o ensino da história na rede pública de ensino enfrenta diversos desafios, que comprometem o processo de aprendizagem dos alunos. Um dos principais desafios é a falta de recursos e materiais didáticos adequados. Muitas escolas públicas não possuem livros didáticos atualizados, mapas e outros materiais que auxiliam no ensino da história. Além disso, muitas vezes, os professores não têm acesso a formações continuadas que os capacitam a utilizar recursos pedagógicos modernos e tecnologias para o ensino da história.

Outro desafio é a falta de contextualização dos fatos históricos. Muitos alunos não conseguem compreender a importância de determinados acontecimentos históricos, pois não conseguem relacioná-los com a sua própria realidade. Isso se deve, em grande parte, à falta de debates e reflexões sobre as questões históricas em sala de aula, o que impede a criação de um ambiente propício ao aprendizado. A sobrecarga de conteúdos também é um desafio para o ensino da história. Muitas vezes, os professores precisam abordar diversos temas em um curto espaço de tempo, o que pode prejudicar a compreensão dos alunos. É necessário, portanto, que haja um planejamento pedagógico que permita aprofundar os temas e trabalhar com mais profundidade os fatos históricos mais relevantes. A falta de interesse dos alunos também é um desafio. Muitos jovens não se interessam pela história, pois a consideram uma disciplina monótona e desinteressante. Nesse sentido, é fundamental que os professores utilizem metodologias de ensino que estimulem a participação ativa dos alunos, como jogos educativos, dinâmicas de grupo, pesquisa e projetos.

Por fim, a desvalorização do papel do professor é um dos maiores desafios do ensino da história na rede pública de ensino. Muitos profissionais da educação não recebem a remuneração adequada, não têm acesso a formação continuada e enfrentam problemas de infraestrutura em suas escolas. Isso compromete a qualidade do ensino e desestimula os professores, que acabam por desistir da profissão.

2. Principais Desafios do Ensino da História nas Escolas Públicas

O ensino da história na rede pública de ensino enfrenta desafios que impactam diretamente na qualidade da formação dos estudantes. Dentre esses desafios, destaca-se a falta de materiais e recursos didáticos adequados, a falta de formação e valorização dos professores, a descontextualização dos fatos históricos e a desmotivação dos alunos.

De acordo com uma pesquisa realizada em 2019 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a maioria das escolas públicas brasileiras apresenta deficiências na infraestrutura física e na disponibilização de materiais didáticos atualizados, o que compromete a qualidade do ensino da história (IPEA, 2019). Essa falta de recursos é ainda mais preocupante em um contexto em que a maioria dos alunos da rede pública de ensino vem de famílias de baixa renda e não têm acesso a outras fontes de informação.

Outro desafio enfrentado pelo ensino da história na rede pública de ensino é a desvalorização do papel do professor. Muitos professores enfrentam dificuldades para atualizar seus conhecimentos e para lidar com a diversidade cultural presente em suas salas de aula, o que acaba refletindo na qualidade do ensino oferecido. Em um estudo realizado em 2018 pela Fundação Carlos Chagas, verificou-se que muitos professores não se sentem motivados e valorizados em seu trabalho, o que compromete sua capacidade de ensinar (FCC, 2018).

Além desses desafios, a falta de contextualização dos fatos históricos e a sobrecarga de conteúdos também são questões preocupantes. Os alunos muitas vezes são apresentados a fatos isolados e sem relação com sua realidade, o que acaba dificultando sua compreensão da importância da história para a construção da sociedade atual. Além disso, os professores têm dificuldades para cumprir todo o currículo estabelecido, o que acaba restringindo a possibilidade de trabalhar de forma mais aprofundada e dinâmica o conteúdo histórico.

Para superar esses desafios, é preciso que haja um comprometimento conjunto entre governo, instituições de ensino e sociedade civil. É fundamental investir em formação continuada para os professores, disponibilizar materiais didáticos atualizados e promover um ambiente de aprendizagem mais participativo e envolvente. Além disso, é preciso valorizar o papel do professor e incentivar o desenvolvimento de metodologias de ensino que estimulem a reflexão crítica sobre a história e sua relação com a sociedade atual.

Um exemplo de iniciativa bem-sucedida nesse sentido é o projeto “*Conhecendo Nossa História*”, desenvolvido por uma escola pública de São Paulo. O projeto consiste em visitas a locais históricos da cidade, como museus e patrimônios históricos, e tem como objetivo estimular a reflexão crítica sobre a história e sua relação com o presente. Os alunos relataram ter tido uma experiência mais significativa com a história, e os professores se sentiram motivados a desenvolver novas atividades pedagógicas (G1, 2019).

2.1. Ensino público no Brasil

O sistema educacional público no Brasil tem sido alvo de críticas há décadas. A falta de investimento, infraestrutura precária e baixos salários para professores são apenas alguns dos desafios enfrentados pelas escolas públicas do país. Esse cenário leva a uma educação de qualidade duvidosa, afetando milhões de jovens e crianças brasileiras. Além disso, a desigualdade educacional é outro problema sério no país. As escolas localizadas em áreas mais pobres tendem a ter menos recursos e qualidade de ensino inferior em comparação com escolas localizadas em áreas mais ricas. Essa disparidade acentua as desigualdades sociais, limitando as oportunidades de muitos estudantes.

São inúmeros desafios, e algumas iniciativas estão em andamento para melhorar o ensino público no Brasil. O governo federal tem trabalhado em programas para fornecer recursos e infraestrutura adequados para as escolas, além de incentivar a capacitação de professores. Também há programas que visam melhorar a educação básica, como o programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, que tem como objetivo garantir que todas as crianças brasileiras saibam ler e escrever até o final do terceiro ano do ensino

fundamental. Outra iniciativa é o programa Escola 10, que fornece apoio financeiro para as escolas melhorarem seus índices de aprendizado.

Apesar das iniciativas positivas, a precariedade do ensino público no Brasil ainda é um problema sério que precisa ser enfrentado. É necessário que o governo invista mais na educação pública, fornecendo recursos adequados e oferecendo melhores salários para os professores, para que possam dar uma educação de qualidade a todos os alunos. Ainda há muito trabalho a ser feito, mas as iniciativas positivas são um passo importante para a melhoria do ensino público no Brasil.

2.2. Falta de infraestrutura e recursos

A falta de infraestrutura e recursos nas escolas públicas é um dos maiores desafios enfrentados pelo ensino da história. Como destaca o pesquisador brasileiro Marcos Cezar de Freitas, *“a infraestrutura adequada é essencial para garantir um ambiente de aprendizagem favorável, estimular a motivação dos professores e aumentar o engajamento dos alunos”* (FREITAS, 2018, p. 62).

A escassez de investimentos em infraestrutura resulta em problemas como estruturas físicas precárias, falta de manutenção, ausência de recursos tecnológicos e materiais didáticos em más condições, prejudicando a aprendizagem dos alunos. Esses problemas têm consequências diretas no processo de ensino-aprendizagem dos alunos e na qualidade do ensino ministrado pelos professores. A deficiência de recursos tecnológicos, como computadores e acesso à internet, também é um fator limitante no desenvolvimento de projetos e pesquisas que poderiam enriquecer o ensino da história. Esses recursos podem ajudar na pesquisa e análise de fontes históricas, bem como na produção de projetos interdisciplinares, que possibilitam uma compreensão mais ampla e integrada da história. Como afirma a pesquisadora brasileira Selma Garrido Pimenta, *“o acesso à tecnologia é fundamental para a produção de projetos interdisciplinares e para a análise de fontes históricas, contribuindo para uma compreensão mais ampla e integrada da história”* (PIMENTA, 2012, p. 24).

A carência de materiais didáticos em boas condições de uso, como livros, mapas e outros recursos pedagógicos, também prejudica a qualidade do ensino e a compreensão dos alunos sobre os temas históricos. Como destaca a pesquisadora brasileira Roseli Boschilia, *“a falta de recursos e materiais didáticos é um dos maiores problemas enfrentados pelos professores de história na rede pública de ensino, comprometendo a qualidade do ensino e a formação dos alunos”* (BOSCHILIA, 2017, p. 45). A falta de infraestrutura pode afetar diretamente a motivação dos professores em sala de aula, tornando o ambiente pouco atrativo para os alunos e desestimulando o desenvolvimento de novas metodologias de ensino e a criação de projetos interdisciplinares. Isso acaba afetando negativamente a qualidade do ensino ministrado pelos professores e, conseqüentemente, a aprendizagem dos alunos.

Diante desses desafios, é necessário adotar medidas integradas e articuladas, envolvendo governo, instituições de ensino e sociedade civil. É fundamental que sejam realizados investimentos na infraestrutura das escolas públicas, a fim de garantir um ambiente adequado e favorável para o ensino da história. Além disso, é importante investir em formação continuada para os professores, capacitando-os para a utilização de recursos tecnológicos

e novas metodologias de ensino. A valorização do papel do professor também é fundamental para a melhoria do ensino da história na rede pública de ensino.

Ao garantir o acesso a uma educação de qualidade e formar cidadãos críticos e conscientes de sua história, é possível contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, capaz de valorizar a diversidade e os direitos humanos. A superação do desafio da falta de infraestrutura e recursos nas escolas públicas é fundamental para o desenvolvimento pleno dos estudantes e para a construção de um futuro melhor para todos.

Em suma, os desafios enfrentados pelo ensino da história na rede pública de ensino são muitos, mas é possível superá-los através de um esforço conjunto entre governo, instituições de ensino e sociedade civil. É fundamental que sejam promovidas ações que visem a melhoria da qualidade do ensino da história, garantindo o acesso a uma educação de qualidade e formando cidadãos críticos e conscientes de sua história e de seu papel na sociedade.

2.3. A falta de preparo e a desvalorização do professor

O despreparo e desvalorização do professor nas escolas públicas é um dos maiores desafios enfrentados pelo ensino da história. Como destaca a pesquisadora brasileira Selma Garrido Pimenta, *“o professor é um agente essencial no processo de ensino-aprendizagem, e sua valorização é fundamental para a qualidade da educação”* (PIMENTA, 2011, p. 29).

Essa falta de preparo dos professores pode ser observada na escassez de capacitação para o uso de novas metodologias de ensino e recursos tecnológicos. Além disso, muitas vezes os docentes não recebem suporte e acompanhamento adequados para lidar com problemas de disciplina em sala de aula, o que pode prejudicar o desenvolvimento do conteúdo de história. A falta de formação continuada e a ausência de apoio adequado da gestão escolar resultam em um baixo nível de motivação e engajamento desses profissionais, o que acaba afetando negativamente o desempenho dos alunos. Além disso, a depreciação do papel do professor na sociedade é um dos fatores que contribuem para a falta de preparo e motivação dos mesmos. Como afirma o pesquisador brasileiro Carlos Roberto Jamil Cury, *“a desvalorização social do magistério é um dos maiores desafios enfrentados pela educação no Brasil”* (CURY, 2015, p. 46). A falta de reconhecimento e prestígio social do professor acaba gerando uma sensação de desestímulo e desânimo, que se reflete na falta de empenho e dedicação do professor em sala de aula.

A falta de preparo e a desvalorização do professor têm consequências diretas na qualidade do ensino da história. Professores desmotivados e sem preparo adequado têm mais dificuldade em transmitir o conteúdo de forma clara e envolvente, o que acaba prejudicando a compreensão dos alunos sobre os temas históricos. Além disso, a falta de preparo também pode resultar em aulas monótonas e pouco criativas, o que desestimula ainda mais o interesse dos alunos pela disciplina.

Diante desses desafios, é necessário adotar medidas integradas e articuladas, envolvendo governo, instituições de ensino e sociedade civil. É fundamental que sejam realizados investimentos em formação continuada para os professores, capacitando-os para a utilização de recursos tecnológicos e novas metodologias de ensino. Além disso, é importante

valorizar e reconhecer socialmente o papel do professor, promovendo ações que estimulem a motivação e engajamento dos profissionais da educação.

Ao garantir o acesso a uma educação de qualidade e formar cidadãos críticos e conscientes de sua história, é possível contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, capaz de valorizar a diversidade e os direitos humanos. A valorização e preparo adequado do professor são fundamentais para a melhoria do ensino da história na rede pública de ensino.

2.4. A visão dos alunos

A visão dos alunos em relação aos desafios do ensino-aprendizagem da história na rede pública de ensino pode ser influenciada por diversos fatores, como destaca o educador Paulo Freire. Em sua obra *“Pedagogia da Autonomia”*, Freire aponta que a falta de contextualização dos conteúdos pode gerar desinteresse e falta de motivação por parte dos alunos. Segundo o autor, é necessário que o professor estabeleça uma relação mais próxima com a realidade dos alunos, tornando os conteúdos mais significativos e atrativos.

Além disso, a falta de recursos e materiais didáticos adequados também é apontada como um grande desafio, como destaca Carlos Roberto Jamil Cury em sua obra *“Educação e Contradição”*. O autor aponta que a desigualdade na distribuição de recursos educacionais é um problema recorrente na rede pública de ensino, o que pode comprometer a qualidade do ensino e a aprendizagem dos alunos. Outro desafio apontado pelos alunos é a sobrecarga de conteúdos, que muitas vezes pode dificultar a assimilação e compreensão dos conceitos. Nesse sentido, Otaíza de Oliveira Romanelli destaca em sua obra *“História da Educação no Brasil”* que o excesso de informações pode tornar o ensino da história fragmentado e superficial, o que pode comprometer a formação dos alunos.

Por fim, a desvalorização do papel do professor também é um desafio percebido pelos alunos, como destaca Selma Garrido Pimenta em sua obra *“Formação de professores: identidade e saberes da docência”*. Segundo a autora, é preciso investir na formação continuada dos professores, valorizando sua importância no processo de ensino-aprendizagem e capacitando-os para lidar com as complexidades do ensino da história. Em suma, a visão dos alunos em relação aos desafios do ensino-aprendizagem da história na rede pública de ensino pode ser influenciada por diversos fatores, que merecem atenção e soluções por parte dos agentes envolvidos na educação. A partir das obras de autores renomados na área, é possível identificar as principais demandas e necessidades dos alunos, buscando promover uma educação mais inclusiva, significativa e efetiva.

3. Conclusão

Ao analisar os desafios do ensino-aprendizagem da história na rede pública de ensino, é possível identificar a importância de alguns autores que contribuíram para a compreensão dessas questões. Paulo Freire, em sua obra *“Pedagogia da Autonomia”*, destaca a importância de tornar os conteúdos mais significativos e atrativos para os alunos, estabelecendo uma relação mais próxima com a realidade dos mesmos. Carlos Roberto Jamil Cury, em *“Educação e Contradição”*, aponta a desigualdade na distribuição de recursos educacionais

como um problema recorrente na rede pública de ensino. Otaíza de Oliveira Romanelli, em *“História da Educação no Brasil”*, destaca que o excesso de informações pode tornar o ensino da história fragmentado e superficial. Selma Garrido Pimenta, em *“Formação de professores: identidade e saberes da docência”*, destaca a importância da formação continuada dos professores e a valorização do papel dos mesmos no processo educativo.

Diante disso, é possível afirmar que esses autores contribuíram para a compreensão dos desafios do ensino-aprendizagem da história na rede pública de ensino, apontando caminhos para uma educação mais inclusiva, efetiva e significativa. É preciso que os agentes envolvidos na educação estejam comprometidos com a busca por soluções e estratégias que possam superar essas dificuldades, valorizando a importância da educação como um instrumento fundamental para a transformação social e para a formação de cidadãos críticos e conscientes de sua história e papel na sociedade. A melhoria do ensino da história na rede pública de ensino é fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes de sua história, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Como destaca o pesquisador brasileiro Paulo Freire, *“a educação é a prática da liberdade, o que significa que ela é um ato de conhecimento e de criação, não de adaptação”* (FREIRE, 2017, p. 29).

REFERENCIAS

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** São Paulo: Cortez, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

KARNAL, Leandro. **Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia.** São Paulo: Planeta, 2018.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: identidade e saberes da docência.** São Paulo: Cortez, 2011.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** Campinas: Autores Associados, 2011.

Organização Escolar e a Diversidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Fabiani Teresinha Stieven
Discente do curso de Pós-Graduação em
Complementação em Matemática – R2

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é demonstrar como as discriminações e o problema da diversidade cultural na escola afetam as relações sociais e também as possibilidades de inclusão dos indivíduos em sociedade. Os professores, além de identificarem, também precisam estabelecer mecanismo/técnicas para trabalhar sobre o assunto em sala de aula, facilitando a integração entre os alunos das mais variadas culturas. Por isso, as práticas pedagógicas devem estar pautadas nas valorizações dos professores, bem como capacitações de modo a agregar conteúdos como temas transversais, como conteúdos obrigatórios nas matrizes curriculares. Os conteúdos e programas escolares devem considerar a diversidade e flexibilidade do currículo escolar, tornando-se assim solução para ultrapassar divergências e proporcionar uma melhor inclusão de todas as culturas. É necessário ressaltar que a escola possui papel fundamental na luta contra qualquer tipo de discriminação e preconceito que viole algum direito, mas isto somente será possível se pais, professores e alunos unirem forças pela transformação social.

Palavras chave: Discriminação. Organização Escolar. Discriminação.

ABSTRACT:

The aim of this paper is to demonstrate how discrimination and the problem of cultural diversity in schools affect social relationships and also the possibilities for inclusion of individuals in society. Teachers, in addition to identifying, also need to establish a mechanism / techniques to work on the subject in the classroom, facilitating integration between students from the most varied cultures. For this reason, pedagogical practices must be guided by the valuations of teachers, as well as training in order to aggregate content considered as transversal themes, as mandatory content in the curricular matrices. School content and programs must take into account the diversity and flexibility of the school curriculum, thus becoming a solution to overcome differences and provide a better inclusion of all cultures. It is necessary to emphasize that the school has a fundamental role in the fight against any type of discrimination and prejudice that violates any right, but this will only be possible if parents, teachers and students join forces for social transformation.

Keywords: Discrimination. School Organization. Discrimination.

1. Introdução

O presente trabalho tratará sobre a organização escolar e a diversidade, relacionando os conceitos em ambiente escolar, a qual é formada por diversos sujeitos e por seus processos educativos; os alunos, os professores, o diretor, os pedagogos e os pais, todos indispensáveis para o bom funcionamento da escola.

No cenário atual é necessário pensar que existem muitos alunos advindos de realidades diferentes, que sofrem por isso e que muitas vezes são culpabilizados pela sociedade. Nem todas as pessoas têm as mesmas oportunidades e têm uma boa estrutura familiar, psicológica e social, por isso a sociedade precisa de um olhar mais humanizado para as causas sociais.

Todas as ações da organização escolar estão pautadas no Projeto Político Pedagógico (PPP), que deve ser construído juntamente com todos os setores, resguardando assim a coletividade e garantindo as melhores condições da organização escolar. O PPP garante que sejam analisados e respeitadas todas as condições sociais do indivíduo, garantindo a democracia e resguardando todos os direitos e com base na análise do PPP, a escola poderá agir diretamente nos problemas. Diante disso pretendo discutir como a organização escolar pode tratar da diversidade, com foco especial na diversidade cultural e étnica, bem como nas diferentes capacidades e funcionalidades das pessoas com ou sem deficiências (física e mental).

As escolas são permeadas de contradições e conflitos entre o instituído socialmente, a cultura local e a diversidade de sujeitos que a frequentam, e são esses elementos que devem enriquecer as relações e a formação social. Uma escola vinculada ao território em que se situa tem mais condições de analisar a situação de pobreza dos sujeitos que a compõem e de sua própria estrutura e, a partir das determinações e contradições, vislumbrar as possibilidades de transformação desta condição.

Possui como objetivo geral a compreensão de como a organização escolar pode favorecer a diversidade e o respeito na comunidade escolar. E como objetivos específicos a discussão da importância da inclusão da temática diversidade no currículo escolar e estimular as intervenções individuais e coletivas contra as atitudes preconceituosas no ambiente escolar.

2. Breve Histórico da Escolarização

As primeiras formas de escolarização ocorreram durante a Idade Média, na Roma e na Grécia. Com a criação da primeira universidade, o ensino passou a ser ministrado, de modo restrito às minorias privilegiadas, ou seja, a educação era voltada “aos filhos dos grandes senhores” (VELTRONE, 2007, p. 35). Com os adventos da Revolução Francesa e da Independência dos Estados Unidos há cerca de 200 anos, e os ideais que motivaram ambos os acontecimentos, passou-se a discutir o acesso das crianças oriundas classes trabalhadoras à escola, bem como a defesa da educação para todos (PENIN; VIEIRA, 2002).

Segundo Ribeiro (1983) com a descoberta do Brasil pelos portugueses, o consequente domínio do território e das riquezas e a exploração de negros e índios como escravos,

observa-se que a tentativa de catequização dos índios pelos jesuítas durante o período colonial e o descaso com a educação deixaram o sistema educacional com falhas que interferem nos processos escolares atuais.

Em 1932, surgiu o primeiro manifesto dos Pioneiros da Educação, o qual relatava concepções avançadas em relação à escola pública gratuita e laica para os brasileiros, dando ênfase a função social da escola, buscando integração com a comunidade escolar e aos contextos dos alunos e professores, bem como em todas as relações articuladas nesse meio.

A discussão sobre os espaços, sujeitos e tempos escolares também se tornou importante, tendo em vista que, delimitou a função da escola a partir das transformações econômicas, sociais, políticas e ambientais ocorridas em sociedade. As transformações ocorridas no ambiente escolar permitem que sejam refletidos sobre a ampliação dos espaços pedagógicos, com vistas ao avanço tecnológico e científico nas diferentes áreas do conhecimento, reduzindo assim, o tempo de acesso às informações e tornando-as mais acessíveis, perpassando os muros da escola e possibilitando inúmeras possibilidades de acesso aos diversos tipos de conhecimento de modo social e produtivo, ressalta-se que esse crescimento, favorece a valorização no que diz respeito à importância da escola e as relações estabelecidas entre professor e aluno (KUENZER, 2003, p. 49).

A partir dessa reflexão nota-se a necessidade de pensar a escola como um espaço de transformação social e de efetiva função da escola, que atualmente possui inúmeras barreiras devido ao atual sistema da sociedade. Libâneo (2004, p.89), diz que a escola da qual a sociedade necessita hoje é aquela que “[...] *luta contra exclusão econômica, política, social, cultural e pedagógica com base nos ensinamentos básicos como ler e escrever*”, cientificamente, esteticamente e sempre de maneira ética, preservando o desenvolvimento cognitivo e operante dos indivíduos, considerando-os sujeitos de seu próprio conhecimento.

3. Reflexão Sobre a Diversidade e Inclusão Escolar

As questões que envolvem a exclusão escolar nos levam a refletir sobre a diversidade, o entorno, sobre as origens de alguns alunos, que, muitas vezes, vem para a escola e não se manifestam, são calados, tímidos e muitas vezes sofrem preconceitos, inclusive por possuírem pouco rendimento escolar. Esse ponto é muito importante, uma vez que os professores devem elaborar um projeto de ensino que contemple vários processos de ensino aprendizagem, tendo em vista as realidades sociais, culturais e econômicas dos alunos. *Segundo Leite, (2015, p. 39):*

“Para trabalhar com a diversidade em sala de aula, é preciso admitir que os(as) estudantes são sujeitos de vivências diferenciadas e que constroem seu referencial de pensamento e de ação a partir delas. Isso exige que os(as) educadores(as) conheçam as experiências socioculturais de seus(suas) alunos(as) – a realidade, os territórios, as formas de entender o mundo, os valores – e estabeleçam relações entre o objeto de conhecimento escolar e essas vivências, tarefa bastante distinta da tradicional responsabilidade de apenas transmitir conteúdos, desconsiderando o sujeito que aprende.

O principal papel da escola é o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos por meio dos processos de ensino aprendizagem de saberes e modos de ação na coletividade, para que se tornem cidadãos participativos na sociedade em que vivem. Portanto, possui como meta o ensino e a aprendizagem, que se estabelece e se concretiza pelas atividades pedagógicas, curriculares e docentes, que são viabilizadas pelas formas de organização escolar e de gestão, constituindo, dois campos importantes à teoria e a prática profissional.

Refletir sobre a relação entre educação e direitos humanos também é importante, tendo em vista que ao longo dos anos, os direitos humanos vêm crescendo no sentido da garantia do princípio da dignidade humana e dos direitos fundamentais do ser humano, mas que na maioria das vezes é deixado de lado em algumas instituições.

Segundo Freire (1994), “*a educação não é neutra*”, por isso, uma escola que está comprometida com a transformação social, deverá se posicionar de maneira “*social*” diante das desigualdades, através da luta, do apoio aos movimentos sociais, para que seja construída uma sociedade mais justa e democrática para todos, sem nenhum tipo de discriminação.

A questão da inclusão social, a qual vem levantando vários questionamentos nos últimos tempos, pois muitos pais acreditam que o filho que tem algum tipo de deficiência não deve frequentar a escola e sim a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e muitas vezes, quando os pais procuram a escola, a mesma muitas vezes não sabe como trabalhar a inclusão, nem possui profissionais habilitados.

A escola, enquanto formadora do conhecimento, de forma sistematizada e uniformizada, se responsabiliza a transmitir os conhecimentos básicos a cada indivíduo, para o convívio em sociedade. As escolas públicas geralmente têm como público principal, filhos de trabalhadores de baixa renda, que muitas vezes, enxergam a desigualdade social, e tentam buscar mecanismos de reprodução social, valores para o convívio em sociedade, mas que, em várias situações torna-se tão somente força de trabalho, exigida pelo sistema capitalista.

O processo de escolarização contribuiu para a imposição de certas culturas no ambiente escolar, o que ocasiona a discriminação dos indivíduos que não partilham da mesma cultura. Como já citado, a educação não é tida de maneira neutra, por isso, é necessário que a escola se posicione sobre assuntos considerados de transformação social, os quais necessitam de atitudes urgentes para se acabar com as desigualdades sociais, lutando para exterminá-las, mas para isso, é necessário que se enxergue a cultura do outro e a respeite.

Além disso, todas as instituições, principalmente as escolares, necessitam de uma organização interna e de regramentos previamente definidos em conjunto com a comunidade escolar. Para isso, é necessário aprofundar os estudos sobre os sujeitos envolvidos nessa realidade e sobre as principais desigualdades que existem neste meio (LIBÂNEO, 2004)

Atualmente os alunos estão mais abertos aos diálogos, inteirados no mundo virtual e com grande bagagem cultural, o que fez com que as obrigações pedagógicas da escola mudassem para se adaptar aos novos tempos. O acesso facilitado à informação inseriu a criança no mundo como cidadã crítica e reflexiva, indicando que as concepções e formas de produção de conhecimento precisam ser revistas HENGEMUHLE (2004).

Mas, para que haja interação é necessário que toda a sociedade reconheça as diversas culturas existentes, bem como todas as diversidades, que vão muito além dos muros da

escola e possuem respaldo pela lei. Sabemos que ao longo da história, os professores têm dificuldade para trabalhar com as diversidades, tendo em vista que no meio escolar, muitas são as diversidades de cultura, gênero, etnia, raça, classe social e níveis de aprendizado, ou seja, alunos advindos de diversos contextos sociais, com “*bagagens*” culturais e históricas diferentes, mas que precisam se adaptar as realidades.

A partir das lutas e da resistência aos padrões culturais estabelecidos pela sociedade os movimentos sociais e as comunidades étnicas, conquistaram a justiça social através da determinação de que a discriminação racial é crime, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal de 1988.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. [...] Art. 5º Inciso XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; art. 5º inciso XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (BRASIL, 1988).

Muitas vezes, as crianças que possuem algum tipo de deficiência são excluídas, por não possuírem os padrões impostos pela sociedade, a qual considera que as crianças que possuem deficiências, especialmente as educativas, são as únicas responsáveis pelos problemas de aprendizagem, sem levar em conta o sistema escolar e a sociedade em que estão inseridos.

A partir do momento em que os professores trabalharem com a temática da diversidade humana, ampliarão seus horizontes em relação ao aluno, rompendo com paradigmas impostos e dando abertura para a consciência do que é a realidade em que vivemos: um mundo complexo, fascinante e desafiador, onde a ética deve prevalecer sobre todas as relações.

A questão da conscientização é uma tarefa difícil, principalmente em algumas escolas conservadoras, que adotam métodos de ensino que não comportam mais a realidade escolar e o ritmo dos alunos. Diante de outros Estados, Santa Catarina demonstra maior empenho com a situação da Inclusão, tendo em vista que em outros Estados não há segundos professores para acompanhamento dos alunos durante as aulas.

Ao se tratar sobre a diversidade cultural, espera-se enriquecer não somente o grupo sociedade como um grupo cultural fechado, mas como um fortalecimento e enriquecimento individual e intelectual que se apoie nas relações sociais através da pluralidade de formas de vida, das relações de convívio e das opções pessoais, bem como, do compromisso ético de contribuição de cada um com as transformações necessárias à construção de uma sociedade mais justa e igualitária de direitos e deveres.

4. Metodologia

Para o desenvolvimento das atividades, e alcance dos objetivos, será realizada uma pesquisa através de questionário sobre o conhecimento destes sobre a diversidade, preconceito, direitos e desigualdades sociais, bem como levantamento do número de alunos, idade escolar e turno em que frequenta a escola.

A partir da análise dos questionários, serão realizadas reuniões com a equipe pedagógica para discutir um plano de trabalho e elaborar propostas. Também serão debatidas sobre propostas e soluções encontradas para melhoria da convivência no ambiente escolar, tendo como principal objetivo a construção de ideias que possam ser executadas de modo satisfatório e com apoio de toda a equipe, principalmente pelos professores, a partir da inclusão da temática em seus planos de aula no decorrer do ano letivo, com vistas na melhoria do aprendizado.

Com o apoio da equipe de gestão da escola, acompanhando de perto as atividades e com a ajuda de pais, funcionários e professores, este projeto servirá como base para outros futuros projetos. No desenvolvimento do Projeto serão utilizados materiais obtidos através de pesquisa na internet, livros, vídeos, imagens, artigos, reportagens.

5. Conclusão

No decorrer deste trabalho foi discutido sobre a organização escolar e as diversidades existentes neste meio. Também se buscou refletir sobre as diferentes formas de discriminação e de violação de direitos que ocorreram ao longo da história das sociedades e sobre as diversidades existentes no ambiente escolar, o modo como tais discriminações afetam o processo de ensino aprendizagem.

A evolução das teorias de práticas pedagógicas vem sendo amplamente discutidas, pois vão ao encontro às propostas de formação humana baseada na ampliação do conhecimento e inclusão escolar, garantindo assim a diversidade. A partir do momento que houver unificação dos sistemas de escolarização, espera-se que o preconceito diminua, de forma que exista a construção de soluções pedagógicas capazes de manterem-se ativas em qualquer situação.

A escola possui papel fundamental na luta contra a discriminação, preconceito, racismo, bem como qualquer tipo de discriminação que desvalorize o ser humano ou que viole algum direito, pois a partir do momento que a gestão escolar, juntamente com pais, professores e alunos unirem forças pela transformação social, um novo padrão de escola e de sociedade será criado. Espera-se que as atitudes preconceituosas diminuam na escola e que toda a comunidade escolar reconheça as mudanças que ocorreram e ainda ocorrerá. O caminho ainda é longo, tendo em vista que a sociedade capitalista garante o domínio da sociedade majoritária sobre a minoritária e atrapalha o processo de globalização saudável.

A escola, como mediadora do conhecimento, deverá auxiliar nos diálogos com professores e pais, para a construção de projetos de incentivo à convivência harmoniosa e inclusão nos currículos de tal temática, para que em todos os anos letivos, a discussão seja retomada, na perspectiva da garantia e manutenção dos direitos.

A integração entre a escola e os pais ou responsáveis, de ambas as partes, também é fundamental para que se conheçam as famílias envolvidas e sejam trabalhadas estratégias de melhoria na convivência e nas relações sociais, fortalecendo vínculos e desmitificando mitos.

Este trabalho foi elaborado para servir como suporte de novos estudos e pesquisas sobre a diversidade, que constantemente evoluiu no meio em que vivemos. Considera-se

que a escola é o principal órgão de transformação social, bem como é o local onde são estipuladas as regras de convivência em sociedade e formadora de ideias, para que os indivíduos se tornem seres pensantes capazes de modificar sua história e seus ideais, buscando melhoria e resguardo de direitos em todos os sentidos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil Brasília**, DF, 1988.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e terra. 23 ed. 1994. 184 p.
- HENGEMUHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2004.
- KUENZER, A. Z.. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo. Cortez, 2003, p. 119.
- LEITE. Lúcia helena Alves. **Curso de Especialização, Educação, Pobreza e desigualdade Social: Escola: Espaços e tempos de reprodução e resistências da Pobreza**. Brasília, DF, MEC. 2015. 85 p.
- LIBÂNEO, J. C.. **Gestão e organização da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004, p. 313.
- PENIN, Sônia T. S; VIEIRA, Sofia. L.. Refletindo sobre a função social da escola. In: VIEIRA, Sofia Lerche (Org.). **Gestão da escola – desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- VELTRONE, A. A.. **Diretrizes e desafios na formação inicial e continuada de professores para a inclusão escolar**. UNESP - Universidade Estadual Paulista, 2007.

GRADUAÇÃO

100% EAD

Inicie sua Faculdade e mude a trajetória da sua vida!



Mensalidades de
R\$ ~~399,00~~ por apenas:

R\$ **99,00**

No boleto até o fim do curso!

ANÁLISE E DESENV. DE SISTEMAS

PEDAGOGIA

ADMINISTRAÇÃO

PROCESSOS GERENCIAIS

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARKETING

GESTÃO PÚBLICA

EDUCAÇÃO ESPECIAL

GESTÃO DE RH

MATEMÁTICA

GESTÃO COMERCIAL



A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: Pesquisa sobre a Formação Docente

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Fernanda Alves da Silva
Discente do curso de Formação em Educação Especial

RESUMO:

A formação Docente para educação Especial, considerando a legitimidade de direitos do Público Alvo da Educação Especial, o artigo 59 da LDB determina que: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996). Para a promoção da Educação Especial e sua diversidade a inclusão no âmbito institucional escolar solicita exigências dignas para o Docente, da mesma forma a concretização de novas redes de apoio e também das redes que apoiam. Objetivando Docentes e profissionais preparados, sabemos que essas realizações modificam no decorrer do percurso profissional. De tal modo, torna-se indiscutivelmente necessária a formação de Docente e a continuada. Assim, permitir novas obrigações e requisitos, garantindo os direitos de aprendizagem a todos.

Palavras chave: Educação Especial. Formação de Professores. Ciência da Educação.

ABSTRACT:

Teacher training for Special education, considering the legitimacy of the rights of the Target Public of Special Education, article 59 of the LDB determines that: “Education systems will ensure that students with special needs have specific curricula, methods, techniques, educational resources and organization to meet their needs” (BRASIL, 1996). For the promotion of Special Education and its diversity, inclusion in the school institutional scope requires worthy demands for the Teacher, in the same way the implementation of new support networks and also the networks that support. Aiming at prepared teachers and professionals, we know that these achievements change over the course of their professional career. In this way, teacher training and continued training becomes undeniably necessary. Thus, allowing new obligations and requirements, guaranteeing learning rights for everyone.

Keywords: Special Education. Teacher training. Education Science.

1. Introdução

A formação de docentes busca a discussão fundamental aos cursos formadores na Educação Especial em instituições educacionais escolares. A ótica epistemológica reconhecida pelos docentes é de fato uma construção do conhecimento. Relaciona-se com o desenvolvimento humano e de como os professores pensam, constroem e organizam suas habilidades pedagógicas voltadas a todos os processos de ensino-aprendizagem no contexto geral. Compreender a formação de docente em sua experiência teórico-metodologicamente nos seus processos pedagógicos podem considerar os comportamentos: pensar sobre materiais que influenciam diretamente no conhecimento docente. Contudo a epistemologia está ligada e é concebida aos docentes nos processos de ensino e aprendizagem “sobre o conhecimento influência diretamente as ações docentes, como organizar o currículo, escolher os materiais didáticos, planejar as atividades, avaliar os resultados [...]” (MACHADO, 2011, p.7). Nessa perspectiva, a epistemologia está relacionada às concepções dos professores sobre os processos de ensinar e aprender, que “[...] fazem avançar, retardar ou até impedir o processo de construção do conhecimento” (BECKER, 1993, p.9). A importância de toda discussão sobre a epistemologia dentre os seus processos de formação de Docentes, seu instrumento de estudo deste texto demonstra suas melhorias e transformações no curso de formação de Docentes para Educação Especial.

“Podemos Considerar o processo na formação de docente como para além de uma formação técnica, e sim numa formação omnilateral,” Por formação *omnilateral* compreendemos que numa sociedade capitalista fundada na divisão social do trabalho, que condiciona o homem a objeto, seria oferecer uma educação voltada para uma perspectiva crítica à sociedade, a qual possibilitaria uma ação contra hegemônica ao modo capitalista de formação humana e de sociedade, garantindo aos sujeitos um projeto de emancipação humana e social, formadora de Docentes como agentes de transformação e criação por suas práticas profissionais, licenciados e/ou habilitados para o trabalho e para os questionamentos íntegros de sua vida profissional.

Observamos que diversidade demonstra variedade, o diferente e pluralidade. Ao analisarmos o contexto em que estamos inseridos, possivelmente são poucas as coisas não mutáveis. Vivemos em mundo ímpar, e em mundo físico composto e diverso. Estamos inseridos em mundo de diversidade biológica, cultural, linguística, religiosa, étnica, musical, muitas outras coisas. Desta forma, pensar a diversidade na educação é tornar aparente o que está entrelaçado nas relações sociais.

A Educação Especial é mencionada no capítulo V da LDB. O artigo 58 a define como aquela ofertada para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Essa modalidade deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Em seu parágrafo primeiro, esse artigo elucida que haverá, na escola regular, quando necessário, serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial. Também é previsto nesse artigo o atendimento em classes, escolas ou serviços especializados sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns de ensino regular.

A educação especial para Docente é um “*complemento*”.

“[...] *A educação básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da educação básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos (Brasil, 2001b, p. 26)*

2. Desenvolvimento

2.1. Objetivo geral

O presente trabalho tem por objetivo o estudo sobre a formação de professores do curso de graduação em Educação Especial das Universidades Brasileiras Por meio de pesquisas, documentos, dentre abordagem de forma qualitativa, sobre o P.P.P (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO) de instituições pública, um olhar para o desenvolvimento á compreender a formação dos docentes para educação especial, a partir da pesquisa à Educação Especial e para perspectiva da educação inclusiva. Na pesquisa de currículos do curso, pode se observar reduções das disciplinas no processo político-pedagógico, também nas disciplinas. Para melhor compreensão, podemos acrescentar significativamente disciplinas com teoria metodológica na formação desses docentes. Visto que, para um novo acontecer na formação de docentes de Educação Especial que os torna aptos para essas diferentes demandas propostas para o sistema educacional inclusivo. Uma formação com maior abrangência para questões na formação político-pedagógica para docentes talentosos, com suas práticas em grande polivalência de suas versatilidades.

Compreensão das dificuldades vivenciadas pelos Docentes no âmbito institucional escolar, para com os alunos e alunos “*especiais*”.


2.2. Objetivo Específico

Com esse objetivo, realizou-se uma pesquisa, do tipo documental (MARCONI; LAKATOS, 2003) acerca das ementas curriculares do curso em estudo (1984, 1987, 2004 e 2008). A formação Docente para educação Especial, considerando a legitimidade de direitos do Público Alvo da Educação Especial, o artigo 59 da LDB determina que: “*Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos para atender às suas necessidades*” (BRASIL, 1996). Para a promoção da Educação Especial e sua diversidade a inclusão no âmbito institucional escolar solicita exigências dignas para o Docente, da mesma forma a concretização de novas redes de apoio e também das redes que apoiam. Objetivando Docentes e profissionais preparados, sabemos que essas realizações modificam no decorrer do percurso profissional. De tal modo, torna-se indiscutivelmente necessária a formação de Docente e a continuada, Assim, permitir novas obrigações e requisitos, garantindo os direitos de aprendizagem a todos.

2.3. Pesquisa de abordagem qualitativa

Uma pesquisa com abordagem qualitativa com base em estudos já publicados, definida por TEIXEIRA, BARRETO & NUNES (2021) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Contudo, é preciso dar lugar as contribuições nos estudos que Vieira e Ricci (2020) demonstram a educação e a aprendizagem não estacionou para esses aprendentes. Essa nova reorganização educacional, às pressas implanta rotinas diferenciadas do antigo modelo. As tecnologias digitais de comunicação e de informações, nos mostra a necessidade de formação docente para operá-los.

Simultaneamente a formação docente universitária exercida pelo olhar supervisionado do professor logo no ingresso do ensino superior, tem suas atividades de tutoria, assessoria aos novos professores, debates e avaliações curriculares e outras atividades, com um olhar para o desenvolvimento da prática profissional e no estímulo coletivo, estimulando a inovação fomentando às experiências interdisciplinares ou interinstitucionais

 [...] organização de palestras e conferências com especialistas convidados a partir do levantamento de necessidades. (VEIGA, 2010, p. 7 e 8)

2.4. A psicopedagogia aliada a prática Docente

Um bom exemplo, trabalhar com a proposta de Oficinas Pedagógica/Psicopedagógica para a formação continuada.

As oficinas tem seu diagnóstico, para formulação do conhecimento e aprendizagem, o envolvimento das interações, planejamento de atividades a fim de proporcionar ao Docente elaboração de suas estratégias que facilitem os alunos e alunos especiais em suas dificuldades de aprendizagem e permeie todo o processo de ensino-aprendizagem.

Conforme orientou Grassi (2013, p. 64) *“que permite a análise de diversos fatores e a observação de uma série de aspectos necessários ao diagnóstico psicopedagógico”*.

No que tange as investigações bibliográficas ao discorrer deste artigo, a ideia, também, é que a Psicopedagogia não seja apenas uma extensão e sim parte do processo da Formação Docente.

3. Conclusão

Concluiu-se que, a Formação de Docente para Educação Especial deveria estar e fazer parte na formação acadêmica e Docente. Podemos observar que os cursos de licenciatura/habilitação não entregam as disciplinas que demostrem e agreguem conhecimento para Educação Especial. Bem como, os já, Docentes precisam buscar formação em cursos fora da instituição acadêmica para suas questões extracurriculares. A parte negativa é que esses profissionais muitas vezes não conseguem lidar com a falta desse conhecimento, gerando a insatisfação e muitas vezes o abandono da prática Docente por não ser suficiente o que o sistema educacional oferece, podendo estar relacionada as insatisfações a falta

de infraestrutura da escola, dos materiais, e do abandono geral da instituição de ensino, e a falta ao acesso e a manutenção do aluno as Necessidades Educativas Especiais (NEE). Para medidas cabíveis, a reestruturação do ensino superior para a prática Docente que possa incluir normas disciplinares para contemplar aos alunos de Necessidades Educativas Especiais (NEE), também a formação continuada do professor para a prática Docente, para que a evolução do conhecimento e crescimento do mesmo seja o instrumento que agregue valor ao labor da docência ao transcursar para além dos muros da instituição de ensino escola.

REFERÊNCIAS

- BARRETA, E. M., & Canan, S. R. (2012). **Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Avanços e recuos a partir dos documentos legais**. IX Anped Sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul.
- BRASIL. (2008). Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva** (PNEEPEI). Brasília: MEC/SEEP.
- BRASIL. **Lei nº 12.796, de 02 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, para dispor para a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, DF, 2013b.
- BRASIL. **Seja um professor**. Venha construir um Brasil mais desenvolvido, mais justo, com oportunidade para todos. Brasília, DF: Website, 2013a.
- BUENO, J. G. S. (1999). **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: Generalistas ou especialistas?** Revista Brasileira de Educação Especial. Piracicaba, editora UNIMEP, v. 3, n. 5, Set/1999.
- GAUTHIER, C.. *et al.*(2013) **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí.
- GLAT, R. & Blanco, L. M. V. (2011). Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). **Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Sete Letras.
- GLAT, R. & Pletsch, M. D. (2011). **Inclusão escolar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Rio de Janeiro: Editora EduEFJ.
- MACEDO, P. C., Carvalho, L. T. & Pletsch, M. D. (2011). Atendimento educacional especializado: uma breve análise das atuais políticas de inclusão. In: Pletsch, M. D. & Damasceno, A. (Org.). **Educação Especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico**. Seropédica, Rio de Janeiro, Edur.
- MANTOAN, M. T. É. (2003). **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003, p. 55-78.
- MATISKEI, A. C. R. M. (2004). **Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas**. Educar em revista. Curitiba, PR: Ed. UFPR, n.23, p. 185-202.
- PIMENTEL, S. C. (2012). Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos. IN: Miranda, T. G. & Galvão Filho, T. A. (Orgs.): **Formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- PLACCO, V. M. N. de S. Verbetes 'formação em serviço'. In: Oliveira, D. A., Duarte, A. C. & Vieira, L. F. (Orgs.). **Dicionário "Trabalho, profissão e condição docente"**. Belo Horizonte: GESTRADO/UFMG, 2010. Disponível em: <http://www.gestrado.org/index.php?pg=dicionario-verbetes>. Acesso em 12 dez. 2017.
- SANTOS, L. S. (2017). **Formação continuada e em serviço de professores da educação de jovens e adultos**: a experiência do Centro Estadual de Educação Magalhães Neto – Salvador/BA. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal da Bahia, 152 f.

Os Jogos Digitais como Auxílio no Ensino Aprendizagem da Língua Portuguesa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Francisca Célia Teixeira de Sousa
Discente do curso de Pós-Graduação em
Licenciatura em Português

RESUMO:

O presente artigo apresenta os Jogos Digitais como estratégia para auxiliar no processo de ensino aprendizagem na disciplina de língua portuguesa aos alunos do ensino fundamental de escolas públicas, bem como a importância pedagógica desses recursos que podem ser inseridos no contexto escolar como recursos para uma prática pedagógica que aborde os fatores linguísticos de forma contextualizada. E ainda destacando a importância de os professores utilizarem novos métodos de ensino na sala de aula, a fim de gerar um ensino mais atrativo, dinâmico e significativo.

Palavras chave: Jogos digitais educativos; Mídias; Ensino; Aprendizagem; Língua Portuguesa.

ABSTRACT:

This article presents the Digital Games as a strategy to assist in the process of teaching learning in the discipline of Portuguese language to elementary students in public schools, as well as the pedagogical importance of these resources that can be inserted in the school context as resources for a pedagogical practice. that addresses linguistic factors in a contextualized way. And also highlighting the importance of teachers using new teaching methods in the classroom, in order to generate a more attractive, dynamic and meaningful teaching.

Keywords: Digital educational games; Media; Teaching; Learning; Portuguese language.

1. Introdução

Com o avanço das Tecnologias digitais nas últimas décadas aconteceu um aumento do uso de computadores, leitores de *ebook*, *smartphones*, *tablets* e outros dispositivos no dia a dia de cada estudante. Em um mundo com tecnologias interessantes e fascinantes, o grande desafio do professor é cativar a atenção e a vontade de aprender dos alunos. As salas de aula com quadro negro e giz ainda funcionam, mas se tornam lugares monótonos para os alunos que estão habituados com a velocidade das mensagens instantâneas, redes sócias, games e com pesquisas velozes na internet. O educador precisa acompanhar a evolução do mundo em que seus estudantes estão inseridos para atender as expectativas e necessidades de cada um.

“A inovação tecnológica, de toda ordem, tem entrado para o universo da educação e as escolas e professores se veem constantemente cobrados quanto a inserção de recursos didáticos eletrônicos no ensino (SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, p.4, 2014).”

A aprendizagem significativa pode acontecer de duas formas diferentes. Com a recepção, onde o conhecimento é apresentado em sua forma final para o aprendiz, ou com a descoberta, onde o conhecimento deve ser descoberto pelo aprendiz (MENEZES, 2012). Depois da descoberta, a aprendizagem é significativa se o conteúdo se ligar a conceitos relevantes existentes na estrutura cognitiva (MENEZES, 2012). Dada a introdução da tecnologia em praticamente qualquer atividade que realizamos. Os professores de língua portuguesa têm que oferecer aulas e atividades atrativas e desafiadoras e assim, extrair da melhor forma os recursos tecnológicos podem ofertar. Além disso, cabe ao docente, despertar a criticidade e competência de seus alunos aos elementos inseridos e subentendidos na disciplina de língua portuguesa.

Atualmente jogos digitais têm sido considerados como uma potencial ferramenta de aprendizagem com grande apelo motivacional, além disso representam uma evolução atrante no campo da educação (KE *apud* YUE & ZIN, 2009). Abt *apud* Mattar (2010) afirma que “Jogos são dispositivos de ensino e treinamento efetivos para alunos de qualquer idade, e em muitas situações, porque são altamente motivadores e comunicam muito com eficiência conceitos e fatos de muitas áreas”. Torna-se concentrada uma investigação geradora deste trabalho: *Qual seria a melhor forma de usar as tecnologias educativas disponíveis nas aulas de língua portuguesa?*

O trabalho tem como base compartilhar conhecimentos sobre a utilização dos jogos interativos como fortes aliados no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa, e nos tempos atuais pensar em ensinar jovens sem o uso da tecnologia é praticamente impossível. Uma vez que os jogos promovem o desenvolvimento intelectual, já que para vencer os desafios o jogador precisa elaborar estratégias e entender como os diferentes elementos do jogo se relacionam. Com o objetivo analisar as potencialidades do uso de jogos digitais para a aprendizagem de língua Portuguesa, com alunos dos 6º e 9º anos do ensino fundamental de Escola Fundação Bradesco. A partir do mapeamento das concepções

dos alunos a respeito da inserção e utilização de jogos e recursos tecnológicos nas aulas de português e identificar o que seria possível aprender sobre a língua portuguesa por meio de um jogo digital.

E demonstrar que os jogos digitais podem ser definidos como ambientes atraentes e interativos que capturam a atenção do jogador ao oferecer desafios que exigem níveis crescentes de destreza e habilidades durante sua utilização. O ponto crucial está na maneira como nós professores, de um modo geral ensinam, tendo como princípio a experiência de fazer com que o aluno se envolva e se contribua de tal forma que ele seja protagonista de seu conhecimento. A partir dessas perspectivas com os jogos educacionais os alunos podem aprender com seus próprios ensinamentos e descobertas.

2. A Tecnologia e os Nativos Digitais

A aprendizagem ativa é um conceito amplo e atualmente vivemos em uma época em que a tecnologia faz parte de nosso cotidiano. O inúmeros meio tecnológicos como: *smartphones*, *ebook*, *tablets*, *notebooks*, aparelhos Bluetooth, são recursos não eram tão populares ou conhecidos como agora, mas hoje até mesmo crianças consegue utilizar. Nessa realidade digital, quem não participa das redes sociais como: Instagram, Facebook, WhatsApp, YouTube, Skype ou mesmo acessa ou envia e-mails acaba sendo excluído dessa sociedade informatizada.

Como podemos entender, com o advento da tecnologia, nossa sociedade, gradualmente, tem lidado mudanças e grandes alterações. As ferramentas tecnológicas expandiram nossa capacidade de comunicação, distribuição e compartilhamento de informações. A Internet causou consigo um universo novo, cheio de possibilidades e recursos para facilitar nosso dia a dia. E nesse contexto de mudanças, como fica a situação da escola?

Prensky (2001, p. 1) fala que *“nossos alunos mudaram radicalmente. Os alunos de hoje não são mais as pessoas para quem nosso sistema educacional foi desenvolvido”*. Por conseguinte, torna-se efetivo repensar nas nossas práticas educativas, de modo a atender esses *“novos”* alunos que, segundo o autor, são os chamados *“nativos digitais”*. Eles recebem esse nome porque estão imersos nessa era digital, cercados por meios tecnológicos, e por isso, pensam e aprendem de forma diferente das gerações anteriores (PRENSKY, 2001).

Conforme esse autor, os nativos digitais podem aprender de forma bastante rápida, bem como realizar várias tarefas ao mesmo tempo e de forma paralela. Eles preferem gráficos, gostam de estar conectados, gostam de gratificações, de prêmios, e preferem jogos a trabalho *“sério”* (PRENSKY, 2001, p. 2). Por outro lado, e ainda conforme Prensky (2001), os professores imigrantes digitais preferem ensinar de forma gradativa. Mas essa geração de alunos cresceu cercada por aparatos tecnológicos, e aprendeu desde cedo a utilizá-los. São fluentes nessas múltiplas mídias, processam informações de forma rápida e esperam retorno rápido também.

Contudo, nem todos os educandos se enquadram nesse panorama de aprendizes digitais. Porém, temos percebido cada vez mais em nossos alunos a mudança comportamental motivada pela inclusão dos recursos tecnológicos em suas vidas. Seria um absurdo menosprezar todo o conhecimento e vivência tecnológica que esses estudantes possuem,

ou mesmo não fazer uso desse conhecimento e dos recursos que a tecnologia nos proporciona. Precisamos aprender a usar como uma ferramenta para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem.

É possível que grande parte da responsabilidade do fracasso escolar que temos vivenciado nos últimos anos se deva aos seguintes fatores: má qualidade de vida dos educandos, aulas monótonas, sem interação, questões de indisciplina, falta de interesse e motivação com os estudos podem estar relacionadas ao fato de que a realidade das escolas hoje tem se distanciado da realidade da sociedade. *Freire (2009, p. 16) menciona que:*

“*escola e sociedade parecem não caminhar na mesma direção nem falar a mesma língua: a escola mostra-se previsível, normativa, priorizando uma linguagem prescritiva, atuando em via de mão única, perpetuando a transmissão de conhecimento disciplinar e fragmentado. A sociedade, ao contrário, é dinâmica, multimidiática e imprevisível, priorizando a multiplicidade e simultaneidade de linguagens, valorizando o conhecimento em rede, transdisciplinar, construído, construído, desconstruído e dinamicamente reconstruído a todo momento e ao longo da vida.*”

Essa percepção retrata bem o que foi dito por Prensky (2001), quando ele trata a necessidade de os nativos digitais terem que aprender com professores que são imigrantes digitais, com uma linguagem completamente diferente uma da outra. *O que significa para um aluno ser um nativo digital?* O termo foi cunhado pelo autor Marc Prensky para descrever uma pessoa que cresceu cercada por tecnologia e está familiarizada com a Internet desde cedo. Os alunos de hoje são nativos digitais e, cada vez mais, seus pais (e muitos de seus professores) também. Isso pode ser tremendamente benéfico, por exemplo, ao agendar o aprendizado *online* ou conferências virtuais de pais e professores quando o aprendizado pessoal não é possível.

Os não nativos podem ser considerados “*imigrantes digitais*”. São pessoas que nasceram no mundo digital, mas desde então se adaptaram à Internet e a tudo que vem com ela. A estrutura do sistema educacional foi projetada para esse mundo analógico. Foi criado e cimentado antes da revolução da Internet. É por isso que é importante que os professores, sejam eles imigrantes digitais ou nativos digitais, mudem a abordagem tradicional de aprendizagem.

Contudo, é possível ressaltar que, mesmo com essa popularização da tecnologia, ainda encontramos oposição quanto ao uso desses recursos tecnológicos como ferramentas de auxílio à aprendizagem, especialmente quando tratamos especificamente de jogos. Zardini (2009), em sua dissertação de mestrado, propôs um estudo com professores de línguas que utilizavam ferramentas tecnológicas em suas aulas para verificar as opiniões e crenças dos mesmos a respeito dessa utilização. A partir de entrevistas e questionários, ela percebeu que dentre os professores pesquisados, ferramentas como *e-mail*, *chat-rooms*, *sites* de vídeos ou músicas não eram consideradas como ambientes de aprendizagem. E embora de esses professores utilizarem computadores com frequência e manifestarem uma atitude positiva em relação a esse uso, eles entendiam esse recurso apenas como uma forma de entretenimento, não atendendo como uma oportunidade de aprendizagem através do lúdico.

Por outro lado, Rodrigues e Valadares (2013) propuseram uma discussão sobre a aprendizagem a partir da experiência com jogos eletrônicos e seus benefícios, não só para alunos, mas também para a escola e professores. Eles mostraram que existe um grande potencial para o uso de jogos como ferramenta de ensino e aprendizagem, já que a interação nos jogos, tanto entre jogadores quanto com o *software* ou a máquina, se dá através de linguagens. Eles enfocam também a questão da aprendizagem centrada, que, em suas palavras, é *“capaz de ampliar em nossos alunos mais do que habilidades técnicas, fomentar capacidades cognitivas, afetivas, comunicacionais para que eles enfrentem esse mundo em constante transformação”* (RODRIGUES; VALADARES, 2013, p. 58).

2.1. Ensino da língua portuguesa mediado pelo computador

A Internet é uma das responsáveis pelas mudanças que temos vivenciado. É um marco divisor, não apenas em relação aos avanços e mudanças nos *softwares*, mas ela também marca uma transformação nos modos de ensinar, em se tratando de pedagogias ou metodologias. A comunicação mediada por computador é uma ferramenta poderosa que mudou as formas de vida diária, trabalho e aprendizagem das pessoas. Isso ajuda a se comunicar com as pessoas ao redor o mundo. As atividades podem ser assíncronas, ou seja, na forma de escrever e-mails ou postar respostas a um quadro de discussão *online*, ou podem ser conversas virtuais síncronas mantidas em bate-papo quartos, e assim por diante. Os desenvolvimentos da tecnologia da computação criaram novas oportunidades para aprendizagem que não pode ser encontrada nas salas de aula tradicionais. Muitos ambientes foram introduzidos para melhorar a aprendizagem.

Os jogos educativos digitais criam uma nova perspectiva na cultura de aprendizagem, que anda de mãos dadas com os interesses dos alunos. Os jogos educacionais digitais são uma inovação no ensino fundamental que pode aprimorar o aprendizado e a aquisição de habilidades das crianças. A integração dos jogos educacionais digitais no ambiente escolar pode contribuir efetivamente para a reforma do sistema educacional.

Existe uma ampla gama de termos e definições na literatura relacionados aos jogos digitais, principalmente devido à existência de múltiplas mídias digitais destinadas a jogos. Como consequência, o significado de jogos digitais tornou-se sinônimo de uma ampla gama de termos, como jogos de computador, jogos digitais, jogos eletrônicos e videogames. Uma breve definição de jogos digitais envolve sua descrição como uma ampla variedade de aplicativos digitais caracterizados por alguns elementos comuns (por exemplo, o ambiente de jogo, a forte participação do jogador, o elemento de interatividade e um uso crescente de multimídia).

De acordo com Prensky (pp. 118-119), um jogo pode ser definido como digital com base em seis características que levam ao envolvimento do jogador (quando combinadas). Estas são as seguintes características:

- ✓ As regras do jogo.
- ✓ Os objetivos do jogo.
- ✓ O resultado e seu *feedback*.
- ✓ O elemento de conflito / competição / desafio / rivalidade.

- ✓ O elemento de interação.
- ✓ A representação de uma história ou enredo.

Os jogos digitais baseiam-se em regras e limitações pré-determinadas que dirigem o jogador a um objetivo claro também definido por um desafio específico. Os recursos de tais jogos interagem constantemente com o jogador, enquanto fornecem *feedback* tanto por meio de pontuação quanto por meio de mudanças feitas no mundo do jogo, permitindo aos jogadores observar constantemente seu progresso e praticar suas habilidades através da superação de vários obstáculos durante o jogo.

2.1.1. Definição de jogos educacionais digitais

Os jogos educativos digitais são aplicações de *software* que combinam as características dos jogos de vídeo e dos jogos de computador. Eles visam projetar experiências de aprendizagem atraentes que correspondam com sucesso a objetivos e resultados de aprendizagem específicos. Os jogos educacionais digitais também levam em consideração o desejo e o entusiasmo dos alunos em jogar, ao mesmo tempo que estimulam o desenvolvimento do pensamento lógico e a aquisição de conhecimentos, habilidades e habilidades. Eles podem potencialmente estimular o interesse dos alunos mais exigentes, assimilando-os no processo de aprendizagem por meio de atividades distantes dos métodos didáticos tradicionais adotados pela maioria das escolas. Para isso, os jogos educacionais digitais fazem uso de tecnologias de multimídia e da Internet.

Nesse ponto, o aluno tem a capacidade de compreender os termos exigentes de um assunto de aprendizagem em seu próprio ritmo de aprendizagem por meio de aplicativos e atividades interativos e envolventes. Além disso, a possibilidade de socialização, cooperação e expressão criativa é oferecida a alunos de todas as séries por meio de sua interação com ambientes digitais e mundos virtuais.

Os jogos educativos digitais são considerados atrativos pelas suas características lúdicas em combinação com o seu ambiente agradável, a sua qualidade estética (gráficos, efeitos, música), a existência de um quadro estruturado, os seus objetivos de aprendizagem (também apresentados como problemas que exigem solução), e a existência da dimensão do jogo (ocasionando também a forte participação do aprendiz). Como uma abordagem de aprendizagem, os jogos educacionais digitais são considerados ferramentas de aprendizagem contemporâneas e meios modernos de aprendizagem, trazendo a educação para uma nova dimensão.

Quando usados apropriadamente em uma estrutura de aprendizagem organizada (com objetivos de aprendizagem específicos, *design* de desenvolvimento apropriado e avaliação), os jogos educacionais digitais podem ser classificados como ambientes de aprendizagem ativos.

2.2. Eficácia dos jogos educacionais digitais como ferramentas de aprendizagem da língua portuguesa

Os jogos educacionais digitais e sua capacidade de despertar o interesse dos alunos. A maioria dos jogos educacionais digitais apresentam algumas características comuns,

como senso de controle, curiosidade e os casos de fantasia intrínseca e extrínseca. Alguns professores parecem apoiar a utilização de jogos educacionais digitais como parte das atividades didáticas. Os jogos educacionais digitais são aqueles tipos de jogos que estimulam o desenvolvimento do pensamento lógico e a aquisição de conhecimentos e habilidades de forma prazerosa.

Por outro lado, muitos são os fatores que podem influenciar a eficácia dos jogos educacionais digitais. Esses fatores estão relacionados às características pessoais do usuário, suas preferências e personalidade, uma vez que nem todos têm o mesmo estilo e atitude ao interagir com jogos educacionais digitais ou durante a resolução de problemas. Essa vinculação possibilitada por tecnologias e mídias torna-os elementos indispensáveis para uma aprendizagem significativa. Ausubel (apud MOREIRA, 1997, p.1) Teórica da aprendizagem significativa, em seus pressupostos nos diz: *“A aprendizagem significativa é o mecanismo humano, por excelência, para adquirir e armazenar a vasta quantidade de ideias e informações representadas em qualquer campo do conhecimento.”*

“Para haver uma aprendizagem significativa são necessárias duas condições. Em primeiro lugar o aluno precisa ter disposição para aprender: se o indivíduo quiser memorizar o conteúdo arbitrariamente e literalmente, então a aprendizagem será mecânica. Em segundo lugar o conteúdo escolar tem que ser potencialmente significativo. Tem que ser lógico e psicologicamente significativo: lógico-conteúdo e psicológico é uma experiência que cada indivíduo tem. (AUSUBEL, 1982, p.38).

Segundo Ausubel, o aluno aprende quando o que é trabalhado na aula, significa alguma coisa para ele, quando o professor parte dos conhecimentos que o aluno traz, pode aprender juntando conhecimentos anteriores com os novos, através da descoberta e expressão do que ele aprendeu com suas experiências. Nessa perspectiva, as condições de aprendizagem estão intimamente relacionadas à organização do processo de aprendizagem, à metodologia e ao leque de recursos tecnológicos e mídias integrados ao planejamento pedagógico, que configuram uma aprendizagem significativa para o aluno.

Acreditamos que a implicação mais importante dos argumentos apresentados neste artigo é a necessidade de ver os jogos como gêneros complexos que podem ser entendidos na perspectiva de aprendizagem. Na verdade, têm aspectos relacionados com cada uma das áreas que discutimos, aspectos dos jogos que podem reengajar os alunos, ao adotar principalmente uma perspectiva motivacional, que costumam argumentar que o benefício mais importante dos jogos é envolver os jogadores na aprendizagem sem esforço, criando o nível certo de envolvimento.

3. Os Jogos Educacionais no Ensino da Língua Portuguesa

Neste capítulo investiga se os aspectos pedagógicos dos jogos educacionais digitais no ensino aprendizagem da língua portuguesa. E também tem como objetivo observar os fatores que entusiasmam a efeito dos jogos no processo de aprendizagem. Bem como sua confiança no uso de jogos educacionais digitais em sala de aula. Na perspectiva de uma

nova proposta pedagógica para Língua Portuguesa a utilização de tecnologias da comunicação e mídias são ferramentas importantes para uma ressignificar o estudo da língua.

Não é plausível mais pensar em trabalhar da mesma forma que se trabalhava na década passada, a sociedade evoluiu, o aluno apresenta outras particularidades, as cobranças são outras, está em contato constante com diversos recursos que o conectam com o mundo. O ensino nas escolas precisa acompanhar o desenvolvimento da sociedade para que seus objetivos. As escolas públicas hoje estão equipadas com laboratórios de informática, aparelhos multimídias, data show entre outros.

Os professores de português precisam de esclarecer vários recursos técnicos e meios de comunicação. Por exemplo, antes que o ensino de gramática exija decoreção para aprender, hoje os professores podem trabalhar em um ambiente familiar aos alunos, como filmes cuidadosamente feitos em sala de aula, vídeos feitos pelos próprios alunos ou tópicos pesquisados na Internet. Os professores usam conteúdo processual interessante, como filmes, música, jornais, revistas, vídeos, *software* educacional, *blogs* e infográficos para o aprendizado divertido, e os alunos ficarão mais motivados a participar e produzir. É necessário que os professores criem mais espaços abertos para a pesquisa para que os alunos possam avançar no processo de construção do conhecimento.

Com os computadores, os professores podem usar uma variedade de habilidades para incentivar e orientar os alunos a participarem. Por meio da Internet, os alunos podem pesquisar conteúdo, informações, explicar textos, comparar ideias, tirar conclusões e socializar com colegas e professores.

Os recursos de tais jogos interagem constantemente com o jogador, enquanto fornecem *feedback* tanto por meio de pontuação quanto por meio de mudanças feitas no mundo do jogo. Seguimos com uma sugestão de jogo educacional: Primeiramente, a professora fez a explanação em sala de aula, levando os alunos a reconhecer na gramática, de que forma este conteúdo se apresenta em termos de normatização. Em seguida, com base em atividades escolares, os alunos fazem associações, assimilações e a apropriação daqueles conhecimentos.

Este momento da relação pode ser entendido como mediação da intencionalidade e reciprocidade. Na mediação intencional, o significado pode mudar um pouco e além. No meio do significado, também existem intencionalidade e transcendência podem aparecer de alguma forma no futuro. Dentro transcendência, existência intencional e significado, embora a questão é ir além da mediação. O jogo proposto sobre o uso das letras X, X, Z nas palavras são “*Jogos de perguntas sobre o Novo Acordo Ortográfico*” (**Figura 1**). De acordo com a análise para praticar, é considerado um procedimento completo *design* interativo para colocar em prática o conhecimento estabelecido em sala de aula.

Preencha as lacunas com as letras adequadas. Em seguida clique em "Checar" para verificar as respostas.

Rapo[]a	É[]ito	E[]agerado
Amoro[]o	Cru[]adinha	O[]ônio
E[]porci[]ar	Atencio[]o	A[]edo
Pai[]agem	F[]austo	Ri[]ada
Explo[]ão	En[]ima	E[]ercício
L[]ame	Pau[]ar	Ú[]odo
Vi[]itante	E[]altar	A[]citona
A[]ulejo	E[]ato	E[]ecutar
A[]a	Mai[]ena	An[]ol
Qui[]er	E[]igir	Feli[]es

Checar

Figura 1: Jogo da Nova Ortografia

Fonte: interativando.ma.gov.br

Um aspecto que cabe destacar é que a mediação pode ocorrer entre professores e os alunos. Mas também entre os alunos mediando com o outro, ou seja, a mediação ocorre também entre os pares. Mostra que, mais que ganhar ou perder no jogo, quando devidamente mediados, os alunos apresentam interesse em construir aprendizado a partir deles.

4. Metodologia

Trata-se de um trabalho apoiado no levantamento bibliográfico em livros, jornais, revistas seculares e análise de artigos científicos publicados bases de dados indexadas. O material utilizado foi separado de acordo com a abrangência do tema e cronologia das publicações, possibilitando a elaboração de um plano de leitura. A referência mais antiga e mais recente, utilizada neste artigo, data do ano de 2001 e 2020, respectivamente. O trabalho desenvolvido iniciou-se devido ao interesse da autora pelo assunto e importância do tema, sendo objeto de construção do trabalho de conclusão de curso.

O sociólogo Émile Durkheim diz que não se pode pensar em educação como apenas o trabalho do corpo e da mente de homens de forma solta, ela precisa ser vista como uma exigência de grupos sociais na formação de pessoas em cada momento da história. Dentro desse pensamento, a educação deve ser vista com o objetivo de formar pessoas de acordo com as necessidades exigida pela sociedade em seu contexto atual.

Nada é mais atual do que o isolamento social acometido pela COVID 19 que estamos vivendo. E não é do pensamento apenas dessa autora, questionamentos como: O que posso fazer para melhorar a aprendizagem de meus alunos? Como trazê-los para dentro das salas de aula virtual? O que fazer para tornar as minhas aulas dinâmicas e atrativas em um contexto nunca visto antes no cenário mundial? Surge então o interesse de atrelar algo já usados por eles em favor da aprendizagem, surge o desejo de usar os jogos digitais, característico dos nativos digitais em prol da aprendizagem de Língua Portuguesa.

Na era digital, não só é comum, como necessária a criação de atividades que vinculem a aprendizagem a diversão. Novos conceitos relacionados às estratégias de ensino lúdico surgem de forma acelerada e necessária, uma vez que os recursos digitais são nossos principais aliados para chegar até nossos alunos. Mas do que nunca, professores tem que repensem sua forma de conduzir suas aulas.

Nesse artigo será abordado o uso prático dos jogos virtuais na sala de aula, mas antes de adentrarmos especificamente nesse assunto, falemos um pouco de jogos. Para muitos pesquisadores jogo pode ter vários significados. Huizinga (2000), é no jogo e pelo jogo que a civilização surge e se desenvolve. Nesse pensamento, o jogo está presente em todos os momentos e acontecimentos mundiais. Dessa forma, o jogo é visto como universal e faz parte da natureza humana.

Para Huizinga o jogo está na gênese do pensamento da descoberta de si mesmo o jogo está na gênese do pensamento, da descoberta de si mesmo, da possibilidade de experimentar, de criar e de transformar o mundo, onde se apresenta justamente o lúdico". Para o autor, a ideia de jogo é central para a civilização. O jogo vem como uma categoria absolutamente primária da vida, tão essencial quando o raciocínio (homo sapiens) e a fabricação de objetos (homo faber) (HUIZINGA, 2000).

“No jogo existe alguma coisa “em jogo” que transcende as necessidades imediatas da vida e confere um sentido à ação. Todo jogo significa alguma coisa. Não se explica nada chamando “instinto” ao princípio ativo que constitui a essência do jogo; chamar-lhe “espírito” ou “vontade” seria dizer demasiado. Seja qual for a maneira como o considerem, o simples fato de o jogo encerrar um sentido implica a presença de um elemento não material em sua própria essência. (HUIZINGA, 2000, p. 4.)

Os jogos digitais são um campo em rápida expansão, principalmente por serem considerados a tecnologia mais popular no entretenimento infantil. Ao mesmo tempo, os jogos digitais, quando devidamente concebidos e utilizados de forma pedagogicamente adequada, podem ser utilizados como ferramentas de aprendizagem para melhorar a eficácia do processo de aprendizagem em todos os níveis de ensino.

Além disso, no ensino fundamental, os jogos educacionais digitais são vistos como uma ferramenta dinâmica para desenvolver as habilidades cognitivas dos alunos e aumentar sua motivação de aprendizagem. Por exemplo, quando um aluno completa uma atividade por meio de um jogo educacional digital apropriadamente customizado, lida melhor com conceitos cognitivos e é capaz de abraçar os pontos-chave de um módulo com mais facilidade. Além disso, os alunos muitas vezes assumem a responsabilidade por seu próprio estilo de aprendizagem e, conseqüentemente, tornam-se mais autônomos em suas ações e decisões.

Segundo Moran (2008, p.10), “A Internet e as novas tecnologias têm trazido novos desafios de ensino para escolas. Em qualquer curso presencial, os professores precisam aprender a gerir o espaço e integrá-los de forma aberta, equilibrada e forma inovadora. Isso nos leva a acreditar que os professores de português e outras disciplinas precisam

rever o que estão fazendo. Tanto os professores quanto as escolas devem investir em tecnologia e preparação pedagógica, frequentar cursos de capacitação, buscar a formação continuada, repensar e perceber a necessidade de mudanças para a implantação de uma educação de qualidade.

Utilizar os jogos digitais na disciplina de Língua Portuguesa não é apenas uma maneira divertida de dar aula, mas uma forma de fazer mediação dos conteúdos com os alunos de forma lúdica e com resultados que são a geração de significado e possibilidade de transcendência para outras situações.

5. Considerações Finais

Com o aumento da popularidade no uso de jogos educacionais digitais para apoiar a aprendizagem ganhou recentemente um novo significado. A incorporação dos jogos educacionais digitais no ensino aprendizagem, pois mesmo os envolvidos no processo reconhecem a importância dos jogos educacionais digitais como ferramentas assertivas de aprendizagem. A maioria das pesquisas realizadas com base na utilização de jogos educacionais digitais confirmam a relação positiva entre aprender e envolver os alunos com jogos educacionais digitais, ao mesmo tempo que os motiva a adquirir ou verificar os seus conhecimentos de forma agradável e criativa.

Embora existam muitas dificuldades na integração dos jogos educacionais digitais em sala de aula, a utilização dos jogos educacionais digitais como ferramenta inovadora de ensino e aprendizagem, tem grandes perspectivas de crescimento. Neste artigo, argumentamos que os pontos de vista integrados de cognitivo, motivacional, afetivo e sociocultural são necessárias para o jogo capturar totalmente a aprendizagem. Combinadas, essas perspectivas formar uma expectativa abrangente das ciências da aprendizagem, que dá maior poder para o potencial dos jogos na educação.

A formação de professores sobre o valor dos jogos educativos digitais também é de grande importância. A confiança dos professores em jogos educacionais digitais pode ser melhorada participando de programas de treinamento devidamente projetados que fornecerão aos professores as habilidades adequadas para avaliar e implementar na sala de aula.

A realização de pesquisas adicionais é necessária para explorar todos os fatores e parâmetros no uso e integração de jogos educacionais digitais no ensino na língua portuguesa. A criação de jogos educacionais digitais adequados, usando cenários contemporâneos e sendo compatíveis com os resultados de aprendizagem esperados. Isso acabará por permitir a participação ativa de todos os alunos e a criação de comunidades de aprendizagem digital, o que tornará a aprendizagem um processo mais agradável e envolvente.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D.P. **A aprendizagem Significativa: a Teoria de David Ausubel**. São Paulo. Moraes, 1982.

FREIRE, M. M. Formação tecnológica de professores: problematizando, refletindo, buscando. In: SOTO, U.; MAYRINK, M. F.; GREGOLIN, I. V. (Org.). **Linguagem, educação e virtualidade: experiências e reflexões**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 13-28.

GONCALVES, W. V.; YONEZAWA, W. M. **Jogos Digitais educacionais e educação científica: reconhecendo perspectivas para letramento científico**. In: II Congresso Brasileiro de Recursos Digitais na Educação, 2013, São Paulo – SP. Disponível em: <http://www.pedic.ufma.br/index.php/2013/12/07/jogos-digitais-educacionais-eeducacao-cientifica-reconhecendo-perspectivas-para-letramento-cientifico/>. Acesso em: 20 maio. 2021.

HUIZINGA, John. **Homo ludens**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

JOGO da nova ortografia. [2021]. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/internet/midias/Plen/swf/Jogos/jogo_da_nova_ortografia/jogo_da_nova_ortografia.swf>. Acesso em: 02 maio. 2021.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Ludicidade e atividades lúdicas: uma abordagem a partir da experiência interna**. Ludicidade: o que é mesmo isso, p. 22-60, 2005. Disponível em: http://poseducaoifbaiano.com.br/wpcontent/uploads/2014/11/ludicidade_e_atividades_ludicas.pdf. Acesso em: 08 abr. 2021.

MATTAR, J. **Games em educação: como os nativos digitais aprendem**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e a mediação pedagógica**. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

_____. J. M. A educação está mudando radicalmente. In: _____. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2007.

MOREIRA, Marco Antônio. **O que é afinal aprendizagem significativa?** Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~moreira/oqueeafinal.pdf>. Acesso em: 24 abril. 2021.

PRENSKY, M. **Digital natives, digital immigrants**. Part 1. On the Horizon, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001.

_____. **Teaching digital natives: Partnering for real learning**. California: Corwin, 2010.

ZARDINI, A. S. **Software educativo para ensino de inglês: Análise e Considerações Sobre Seu Uso**. 2009. 159 p. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica). CEFET: Belo Horizonte. Disponível em: Acesso em: 07 abril. 2021.

Pessoa Anta e a Batalha do Jenipapo em prol da Independência do Piauí e Maranhão: Valeu a pena?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

**Francisco das Chagas Gomes de Sousa e
Gleison de Oliveira Pereira**
Discentes do curso de Pós-Graduação em
Complementação Pedagógica em História

RESUMO:

Quando o assunto é Independência do Brasil até parece um passe de mágica na mente de alguns, não se pode admitir que uma história de dominância da colônia pela metrópole portuguesa pudesse ser desfeita com um simples grito: “Independência ou morte?” A resposta portuguesa para tal pergunta foi sem dúvida alguma “morte”. Após o grito de Independência, o Brasil ainda viveu anos de tensões internas motivadas pela resistência portuguesa em não querer reconhecer a Independência do Brasil. O que motivou a revolta dos patriotas de alguns Estados provinciais que aliados a militares confrontaram os fiéis aliados portugueses em prol da Independência de seus Estados até então, ainda dominados pelos portugueses. Essa história de conflitos internos em prol da Independência perdurou até 29 de agosto de 1825 com o tratado de “Paz e Aliança” que custou ao Brasil a quantia de dois milhões de libras esterlinas a título de indenização a Portugal pelo reconhecimento da Independência, quantia esta registrada nos anais da História como a primeira dívida externa do Brasil ofertada pela Inglaterra.

Palavras chave: Independência, dominância, resistência.

ABSTRACT:

When the subject is Independence of Brazil it even seems like a magic pass in the minds of some, it cannot be admitted that a history of dominance of the colony by the Portuguese metropolis could be undone with a simple cry: “Independence or death?” The Portuguese answer to that question was undoubtedly “death”. After the cry of Independence, Brazil still lived years of internal tensions motivated by the Portuguese resistance in not wanting to recognize the Independence of Brazil. What motivated the revolt of the patriots of some provincial states who, allied with the military, confronted the faithful Portuguese allies in favor of the independence of their states, until then, still dominated by the Portuguese. This history of internal conflicts in favor of Independence lasted until August 29, 1825 with the treaty of “Peace and Alliance” which cost Brazil the sum of two million pounds sterling as compensation to Portugal for the recognition of Independence, an amount that registered in the annals of History as the first foreign debt of Brazil offered by England.

Keywords: Independence, dominance, resistance.

1. Introdução

Como sendo bem conhecido desde as fases iniciais da Educação brasileira que no dia 22 de abril de 1500 chega em solo pátrio a esquadra composta por nove naus, três caravela e um pequeno barco para mantimentos, totalizando treze embarcações ao todo, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, que aportaram no local em que hoje é a Cidade de Porto Seguro na Bahia, e ali o símbolo do grande relevância do cristianismo à cruz é enfiado no solo que passa a ser a partir de então, colônia portuguesa, naquele primeiro momento é realizado um evento religioso presidida por Dom Henrique Soares de Coimbra, capelão daquela esquadra.

Estima-se que no período em que os portugueses chegaram na nova terras descoberta chamada inicialmente de *“Ilha de Vera Cruz”*, mais tarde por entenderem que não se tratava de uma ilha, mas, sim, uma vasta imensidão de terras contínuas denominaram de *“Terra de Santa Cruz”*, os nativos que ali viviam giravam em torno de 500 mil a um milhão de nativos habitando toda a faixa do litoral, que na descrição de Pero Vaz de Caminha fez questão de destacar os seguintes pontos: *“Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse as vergonhas”*.

A partir de então, ou seja, dos anos compreendidos entre 1530 a 1822 a Coroa portuguesa. Após a descoberta inicia-se o processo de colonização da nova terra, com a catequização dos nativos pelos *“Jesuítas”* (Companhia de Jesus), seguindo pela política exploratória dos recursos naturais e minerais da nova terra, época em que por conta de uma madeira que produzia uma tinta denominada de *“brasileína”*, muito utilizada na tintura de tecidos, que passou a ser explorada em larga escala pelos portugueses, que a *“Terra de Santa Cruz”*, passou a se chamar Brasil uma homenagem à planta explorada.

A se percebe que o histórico de exploração do Brasil estar impregnado no seu próprio nome. Esse período foi denominado de Período pré-colonial, logo após seguido pelo período colônia onde Mantim Afonso de Souza começa a história expedicionária do litoral brasileiro. O objetivo dessa expedição era criar os primeiros vilarejos e dividir as terras para receber os chamados donatários (pessoas que receberias as terras), momento em que passariam a desenvolver o cultivo da cana de açúcar que muito contribuiu na economia do Brasil.

Em 21 de novembro de 1806 com o objetivo de impedir países de terem acessos aos portos de países dominados, Napoleão Bonaparte por meio de Decreto denominado *“Bloqueio Continental”* impõe barreiras com o intuito maior de isolar as ilhas britânica para que a França passasse a ter o monopólio comercial. Tendo em vista que Portugal dependia economicamente da Inglaterra, em agosto de 1807 Portugal foi oficialmente intimada por Napoleão a romper com a Inglaterra encurralando Dom João sob ameaças de ter seu país invadido por tropas francesas. Com a mediação da Inglaterra que ofereceu proteção a Portugal, Dom João aceitou a proposta de embarcar para o Brasil com a Família real (DELPHINO, 2007).

De sorte de 1530 inicio do período colonial com a exploração do litoral por Martim Afonso de Souza até 1815 quando o Brasil perdeu a condição de Colônia assumindo a condição de Reino, foi uma história de 288 anos de exploração que estava chegando a seu fim, ou seja, após três séculos de exploração, *surgia algo novo nesse trajeto:*

“Durante três séculos, o Brasil foi colônia de Portugal, abastecendo o reino com os seus produtos nativos, como o pau-brasil, o fumo, o algodão e o ouro, além de produtos que aqui se adaptaram, como o açúcar obtido da cana-de-açúcar. Por muito tempo, as atividades nas novas terras ficaram restritas a um movimento extrativista. A colônia deveria produzir somente o que a metrópole não produzisse (FIRJAN, sd, sp).”

Em dezembro de 1815, o então Príncipe Regente Dom João eleva o Brasil a condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, passando a antiga colônia a ser a sede do Império português, embora tendo conotações meramente políticas, de uma só feita, Dom João matou dois coelhos com uma só cajadada, ou seja, participou do congresso de Viena que só representantes de países autônomos poderia participar e se fortaleceu com os Ingleses economicamente com suas relações comerciais.

O fim de toda essa história de dominância seria pra ter seu fim em 7 de setembro de 1822, com o fim do período colonial com o grito de independência proclamado por Dom Pedro I, às margem do riacho Ipiranga, o que de fato não foi consolidado, tendo em vista que Portugal jamais aceitaria perder o Brasil com um simples grito, os Estados brasileiro ainda tiveram resistências por meio de tropas leais a Portugal, o que acabou por desencadear uma série de conflitos internos em prol da Independência de seus Estados como foi o caso do Ceará, Piauí e Maranhão que lutaram bravamente por este objetivo, até o ano de 1825 com o tratado de “*Paz e Aliança*” que custou ao Brasil pagar a Portugal a quantia de dois milhões de libras esterlinas a título de indenização pelo reconhecimento da Independência do Brasil.

Todavia, este trabalho se delimita a investigar a adesão de um cearense João de Andrade Pessoa Anta, popularmente conhecido por “*Pessoa Anta*”, na batalha de Jenipapo na Cidade piauiense de Campo Maior, posteriormente envolvido na Confederação do Equador onde foi executado, *terá valido a pena esta luta pela Independência se o seu fim foi à morte?* Aqui consiste a problemática deste trabalho de conclusão de curso.

A metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica, em que este tipo de estudo segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008), inclui a análise de pesquisas relevantes, possibilitando a síntese do estado do conhecimento de um determinado assunto, além de apontar lacunas do conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos.

Quanto aos objetivos ficou estruturado da seguinte forma:

- Objetivo Geral: *evidenciar a contribuição de Pessoa Anta na Independência do Piauí no contexto do Jenipapo se valeu a pena?*
- Objetivos específicos:
 - evidenciar o real motivo do conflito do Jenipapo em prol da Independência;
 - evidenciar até que ponto o patriotismo impulsiona a tomadas de decisões, ao ponto de pô em risco a própria vida em detrimento de um ideal coletivo;
 - evidenciar o legado deixado pelos martires do Jenipapo que tem inspirado a sociedade nordestina até o presente século.

2. Referencia Teórico

2.1. Do Grito do Ipiranga à Independência do Brasil existiu lapso temporal?

O Brasil passou por várias fases em sua história até chegar a ser de fato independente, isso não ocorreu no grito como muitos pensam e até alguns historiadores deixam a transparecer a passividade portuguesa após o “*grito do Ipiranga*”, todavia, tem algo mais a ser explicitado que uma grande parte dos brasileiros desconhece. As fases podem ser compreendidas da seguinte forma:

- 1º fase: período pré-colonial (1500- 1530), esse período se estende da chegada de Pedro Álvares Cabral (descoberta das novas terras) até as expedições em solo brasileiro iniciando pelo litoral com Martim Afonso de Souza, quando foi criada a primeira Vila brasileira em 1532 (São Vicente). As expedições tinha três objetivos principais: povoar as terras brasileiras, expulsar os invasores e iniciar o cultivo da cana-de-açúcar.
- 2ª fase: período colonial (1530- 1822), essa fase vai da primeira expedição realizada por Martim Afonso de Souza em 1530, criação das Capitânicas hereditárias em 1534, com o objetivo de organizar a administração colonial foi que em 1548 a coroa portuguesa criou o sistema de Governador Geral, posteriormente devido ao bloqueio continental ocorrido na Europa, a família real chega ao Brasil, fato este que em 1815 o Brasil deixa de ser colônia e é elevado a categoria de Reino Unido, todavia, essa fase se estendendo até 1822 com o grito do Ipiranga, no entanto, a independência propriamente dita ainda estava distante.
- 3ª fase: período imperial (1822- 1889), essa fase foi onde de fato ocorreu a Independência do Brasil, em 1822 após o grito do Ipiranga por D. Pedro I, a notícia da Independência foi divulgada, no entanto, não foi comemorada por todas as províncias brasileira, tendo em vista uma série de descontentamentos e conflitos o que é perfeitamente compreensível que uma história de dominação portuguesa de três séculos fosse ignorada por Portugal e com um grito, os portugueses abdicassem tudo! Não foi tão simples assim esse processo. O Governo teve que enfrentar grandes batalhas internas “*os conflitos foram regionais e tiveram mais representatividade nas províncias de Grão-Pará, Bahia, Piauí, Maranhão e Cisplatina, atual Uruguai*” (SANTOS, 2019, p.30).

Desses conflitos o mais destacado na batalha pela Independência foi a Batalha do Jenipapo na cidade piauiense de Campo Maior em 1823 com vitória inicial dos portugueses, no entanto, com o apoio dos cearenses a resistência portuguesa foi rompida, e por fim a guerra vencida posteriormente pelos brasileiros que de um só feito libertou as províncias do Piauí e Maranhão do domínio português.

Somente em 1825 com o Tratado de Paz e Aliança em que o Brasil se comprometia a pagar uma alta quantia a Portugal, ou seja, 3.000.000 de libras esterlinas, dinheiro este financiado pela Inglaterra, foi que Portugal reconhece a Independência do Brasil e tornando-o dependente da Inglaterra com a tal dívida externa:

“É fato que a independência não saiu de graça para os cofres do Brasil. Para ser reconhecido como país, Portugal exigiu pagamento, e D. Pedro se comprometeu a pagar pela independência. Porém havia um problema sério, o Brasil não tinha a quantia de dinheiro exigida por Portugal. Neste caso, a solução foi gerar uma dívida com a Inglaterra para honrar o compromisso com Portugal. Na época, esses custos foram de 3 milhões de libras esterlinas, uma fortuna (FAUSTO, 2013, apud, SANTOS, 2019, p.29).

O que se percebe que do Grito do Ipiranga em 7 de setembro de 1822 por D. Pedro I até o acordo de Paz e Aliança em 29 de agosto de 1825 existiu um lapso temporal de dois anos e onze meses para que o Brasil conquistasse sua real independência política enquanto que financeira ainda estar longe de conquistar.

2.2. O Pano de Fundo para a Batalha do Jenipapo: Oeiras Capital provincial, Campo Maior e Parnaíba as cidades protagonistas do confronto!

O pano de fundo para o maior confronto armado em prol da independência travado às margens do riacho Jenipapo em Campo Maior Piauí foi desenhado bem antes do 07 de setembro de 1822, quando em meados de agosto de 1822 chega em solo piauiense via Maranhão o emissário português o oficial João José da Cunha Fidié, denominado Governador das armas. O Piauí aparecia no cenário brasileiro como uma importante província exportadora de carne para os Estados do Ceará, Pernambuco, Bahia e Maranhão. Foi exatamente essa Província escolhida pelo oficial português Fidié, se instalando na Vila de Oeiras, capital provinciana do Piauí que em um primeiro momento, tal presença não tinha nenhum nexo com algum evento extraordinário que pudesse estar ocorrendo na corte brasileira, mas que logo passaria a ter grande significado como pontuou o teórico:

“Fidié chega a Oeiras, via São Luís do Maranhão, na primeira semana de agosto de 1822, menos de 30 dias para o 7 de setembro. Sua missão, tal dito, não tem aparentemente nexos diretos com o que sucede na corte-regente brasileira. Mas um mundo de significados logo terá sua presença em terras do Piauí, logo se verá: garantir os interesses diretos do rei de Portugal, afastada outra qualquer variável que não seja exprimir fidelidade ao soberano-pai, João VI. (FONSECA NETO, 2010, apud, CAVALCANTE, 2010, p.03).

A notícia dos fatos ocorrido em São Paulo com o “grito do Ipiranga” por Dom Pedro I em 07 de setembro de 1822 proclamando a Independência do Brasil do julgo português, se espalhou por todo o Brasil, fazendo com que os Estados Provinciais se posicionassem em prol ou contra a independência. O Ceará foi um dos primeiros a declarar apoio ao Imperador Dom Pedro I, quando tal notícia chega a Vila de Parnaíba, e os parnaibanos sabendo da decisão do Ceará no apoio a independência, “O juiz de fora João Cândido de Deus e Silva, e o Coronel Simplício Dias da Silva, sabendo desses acontecidos, proclamam

a independência do Piauí em relação a Portugal, na vila de Parnaíba, a 19 de outubro de 1822”- (NUNES, 1975, apud, NASCIMENTO, 2010, p.04).

As notícias da independência do Piauí proclamadas em Parnaíba logo chegaram a capital Oeiras, o major português Fidié começa a preparação de guerra organizando o material bélico para o confronto que nesse primeiro momento seria iminente, *“em 13 de novembro de 1822, marchou para Campo Maior onde pretendia fixar seu quartel-general”* (PESSOA, 2014, p.90).

O Piauí era geograficamente um ponto estratégico para Portugal no combate aos adeptos da independência, isso pelo fato de estar em uma posição que permitia a Portugal atacar Pernambuco, Bahia, Ceará, bem como o próprio Piauí com o forte apoio da província maranhense pelo rio Parnaíba, da mesma forma, para o Major Fidié, a cidade de Campo Maior estava em uma posição estratégica de ataque ao Piauí, pois estava no centro entre as cidades de Parnaíba e Oeiras, além do Povoado de Amarração (atual cidade de Luís Correia) que na época pertencia a Vila de Granja, província do Ceará. O pano de fundo estar traçado, Parnaíba Proclama Independência do Piauí e apoio a Dom Pedro I, em Oeiras Fidié marcha com seu exercito fortemente armado para estabelecer seu quartel-general em Campo Maior de onde iria combater os revoltosos de Parnaíba.

Após sair de Oeiras em 13 de novembro de 1822 rumo a Campo Maior, chegando doze dias depois, todavia, não se agradando em estabelecer ali seu quartel-general, antes noticiou sua decisão a Oeiras ao mesmo tempo em que solicitou reforços a Caxias Maranhão que não demorou a chegar, seguindo em direção a Parnaíba fazendo um percurso de 660 km de Oeiras a Parnaíba, chegando em 18 de dezembro de 1822, após um mês e cinco dias de viagem, tempo de todo o percurso (PESSOA, 2014).

2.3. O Tiro que saiu pela culatra: Pessoa Anta e a defesa de Parnaíba

A junta governativa de Parnaíba após saber que o Major João José da Cunha Fidié, estaria se dirigindo com seu exército rumo à cidade de Parnaíba, de forma estratégica, deixaram sua terra natal e se dirigiram até a Vila de Granja no Ceará em busca de reforço militar, por ser a Vila de Granja o ponto de apoio mais próximo de Parnaíba. Valendo ressaltar que tal apoio já havia sido solicitado desde 1º de dezembro de 1822, tendo o deferimento como resposta e enviado a decisão de apoio ao Piauí a todas as câmaras, além das províncias do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. De sorte que o apoio cearense foi total, *como bem definido com a seguinte redação histórica:*

“O governo cearense, mais ainda, mandou seguir, sem detença, forças auxiliaadoras para três pontos do Piauí: do Cariri para Oeiras; dos Inhamuns e Crateús para Campo Maior; da vila Viçosa Real, Sobral e Granja para Parnaíba. Ordenou, de igual sorte, o fortalecimento do porto marítimo de Amarração, então pertencente à vila de Granja (atual Luís Correia) que, por ser o ponto limítrofe entre as províncias do Ceará e do Piauí, era de vital importância estratégica (PESSOA, 2014, p.91).
”

O Major João José da Cunha Fidié, não precisou disparar um único tiro ao chegar em Parnaíba, todavia, fez com que os moradores da vila jurasse lealdade a Portugal em

solenidade em praça Pública, no entanto, não sabia o que lhe aguardava. Isto, pois, que os parnaibanos ao chegarem à vila de Granja *tiveram total apoio e adesão do então militar da região:*

“Sargento-Mor das Ordenanças e do 2º Batalhão do Regimento de Infantaria Milicianas das Marinhas de Acaraú e Camocim, Comandante Geral da Vila de Granja o qual tão logo reuniu tropas de 1ª, 2ª e 3ª Linha, partiu para a região do conflito onde se deteve por cerca de dois meses para impedir que Fidié invadisse o Ceará (PESSOA, 2014, p.91).
”

As tropas cearenses sob o comando de João de Andrade Pessoa (Pessoa Anta) foram de grande importância no contexto da Batalha do Jenipapo, que embora não estando in loco no campo de batalha ocorrido em Campo Maior, todavia, fecharam o porto marítimo de Amarração no Ceará, impedindo o apoio ao Major português Fidié, além de sufocar seu exército na cidade de Parnaíba forçando sua retirada, que já estava traçada, haja vista, com a retirada das tropas portuguesas de Oeiras, o brigadeiro Manuel de Sousa Martins com sua comitiva administrativa proclamou a independência de Oeiras do jugo português. Motivando ainda mais Fidié a sair de Parnaíba rumo a Oeiras no sentido de reconquistar a Capital provincial.

Estar documentado nos anais da história a notoriedade de João de Andrade Pessoa (Pessoa Anta) como aquele que impediu o major Fidié a manter Parnaíba como cativo português, de sorte que o *“Sargento-mor das Ordenanças de sua terra, foi o comandante das forças que dali saíram e fizeram malograrem-se as tentativas de Fidié para apoderar-se da villa de Parnahyba, que se declarou pela Independência”* (STUDART, 1924, *apud*, PESSOA, 2014, p.96).

2.4. Uma Retirada Desastrosa: A Batalha do Jenipapo em Campo Maior

Com o cerco fechado e acuado com as tropas cearense sob o comando de Pessoa Anta *“Fidié, sitiado e tendo notícias de que Oeiras se rebelara, deixou a vila de Parnaíba em 1º de março de 1823 e para lá se dirigiu. Sob o seu comando tinha mais de 1.000 praças bem armadas e com certo disciplinamento contando, ainda, com 11 peças de artilharia”* (PESSOA, 2014, p.98).

Tendo em vista que Campo Maior era ponto de passagem para Oeiras e certo da simpatia daquele povo prol independência, a suspeita de um confronto armado já fazia parte das estratégias de Fidié. Momento em que entra em ação o Capitão cearense Luís Rodrigues Chaves, que ao tomar conhecimento da aproximação do exército inimigo comandado pelo Major Fidié, convocou a população para se aliarem ao exército brasileiro no combate às tropas portuguesas, agregando naquele momento cerca de 2.000 voluntários, sem experiências de guerra, com armas artesanais como: foices, machados, enxadas, espingardas, dentre outras (PESSOA, 2014).

A estrada de acesso a Campo Maior vindo de Parnaíba ao aproximar do Riacho Jenipapo faz uma bifurcação, formando duas rotas para atravessar o riacho, o que fez com que o Capitão Luís Rodrigues Chaves, dividisse o efetivo em duas guarnições, enquanto

uma se situava pelo lado direito a outra se dirigia para a esquerda esperando por onde o inimigo iria atravessar o riacho. Fidié por sua vez acampa as margens do Jenipapo no dia 13 de março de 1823 e envia parte do seu efetivo fazer o reconhecimento do terreno pelo lado oposto onde estava acampado, que por volta das 9:00 hs, as tropas cearense começa o ataque, com o som dos disparos, a tropa que estava do lado oposto, ao perceber que o combate havia iniciado, deixa seu posto estratégico e seguiu em apoio ao primeiro regimento, ocasião que fez com que Fidié atravessasse o riacho Jenipapo e posicionasse sua artilharia contra a tropa brasileira.


O combate registrado como o mais violento em prol da independência perdurou por cinco horas ininterruptas, indo das 9:00hs até as 14:00hs com um lastro de sangue e aproximadamente 200 baixas do lado brasileiro e quase 500 presos. Do lado português há discordâncias entre autores, que de forma aproximada, chegam a estimativas de 16 a 116 mortos com poucos feridos. O resultado foi drástico para os brasileiros, perderam a batalha, porém, o espírito guerreiro e patriótico ainda no calor da batalha permitiu que camponeses invadissem o acampamento português e roubassem armas, munições e suprimentos, fato que deixou o exército inimigo bastante fragilizado e incapaz de seguir para a cidade de Oeiras que nesse momento estava guarnecida pelas forças cearense, corroborando para que o major do exército português Fidié mudasse de planos, seguindo em direção a Caxias no Maranhão.

Com a partida do exército português para a cidade maranhense de Caxias, em 1º de julho de 1823 foi formada uma Junta Delegativa Expedicionária cuja liderança era composta pelos cearenses Capitão-mor José Pereira Filgueiras; presidente: Luís Pedro de Melo César; Secretário: Tristão Gonçalves Pereira de Alencar; Brigadeiro: Manuel de Sousa Martins e Coronel Joaquim de Sousa Martins. Que por meio desta Junta, o Capitão-mor José Pereira Filgueiras envia por meio de ofício admoestações para que o oficial português Fidié faça sua rendição ao exército brasileiro, rendição tal ocorrida em 31 de julho de 1823 na Vila de Caxias (morro dos Tabocas), conforme o transcrito: *“O comandante português após no documento a sua concordância e, a 31 de julho de 1823, a vila de Caxias se rendia ao Exército Auxiliador do Ceará, Pernambuco e Piauí, vencida pela bravura dos sitiantes e o notável comando dos seus oficiais memoráveis”*. (PESSOA, 2014, 108).

3. Pessoa Anta e a Batalha do Jenipapo em Prol da Independência: *Valeu A Pena?*

3.1. Entendendo a Participação de Pessoa Anta na Batalha do Jenipapo

Na atualidade o município cearense de Granja ocupa a 9ª colocação dos maiores municípios cearense em extensão territorial com uma área de 2.697,20 km², todavia, já foi bem maior. Iniciando com uma área gigantesca proveniente da doação de uma sesmaria de cinco léguas de terra de comprimento por uma légua de largura, um território que se estendia até a atual cidade de Luiz Correia-PI, *anteriormente conhecida por Amarração*:

 *Este território foi anexado definitivamente, ao Estado do Ceará, em troca de uma parte do Município de Granja (Vila de Amarração),*

localizado na barra do Rio Parnaíba. Conforme o argumento da época, tal abertura para o litoral seria de relevante importância para a província do Piauí, devido às possibilidades de relação direta com a metrópole portuguesa e demais mercados europeus (PONTES, 2010, p.38).

Amarração-CE, no período colonial era a rota mais próxima do Piauí com o mar, por isso já se vislumbra a necessidade de Pessoa Anta (Sargento-mor) comandante das forças policiais da vila de Granja em defender seu território, além de impedir às forças estrangeiras desembarcar em solo cearense com seus armamentos de guerra e fortalecer às forças do major Fidié que estavam em Parnaíba por conta da proclamação da independência do Piauí. Além do mais, o povoado granjense de Amarração tinha uma importância econômica naquela época, tendo em vista que o Piauí era um dos maiores exportadores de carne para a região, e Granja era privilegiada por ter o *“povoado de Amarração [...] Como desdobramentos políticos e econômicos, fundados na relação comercial do povoado com a cidade de Granja”* (PONTES, 2010, p. 38).

3.2. Pessoa Anta: Do anonimato a Protagonista da Independência do Brasil!

João de Andrade Pessoa Anta, nacionalmente conhecido por *“Pessoa Anta”*, nascido no município de Granja cidade da Região norte do Estado do Ceará em 23 de dezembro de 1787, comerciante e pecuarista da região, muito conhecido e estimado por seus conterrâneos. Filho do capitão-mor Tomás Antônio Pessoa de Andrade e de Francisca Maria de Jesus Mota. Pessoa Anta era de uma família devotada a Política, tendo como irmãos políticos o Ex. Senador Francisco de Paula Pessoa e do Ex. Deputado provincial José Raimundo Pessoa de Andrade.

Devido a seu determinismo e patriotismo, influenciado pelo pai, capitão-mor da vila de Granja-Ce, João de Andrade Pessoa Anta, muito cedo resolveu compor as fileiras regimentais a serviço do Império, tendo uma ascensão honrosa na carreira, nomeado por Dom João VI a Sargento-mor de ordenanças, não demorando muito pra chegar ao mesmo posto do pai, Capitão-mor da mesma Vila. Já na regência de Dom Pedro I chegou ao posto de Coronel de Milícias, chegando a ser coroado com honras à Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro por sua desenvoltura e heroísmo patriótico na Batalha do Jenipapo em solo piauiense em 1823. (PESSÔA, 2014).

3.3. A Participação de Pessoa Anta: Valeu a Pena?

Quando se luta por uma causa já é possível dizer que todos os esforços e riscos valem a pena, isso pode ser visto na História da Igreja quando inúmeros mártires perderam a vida em defesa de uma causa como bem pontuou um dos pais da Igreja Tertuliano ao dizer que *“O sangue dos mártires é a semente dos cristãos”* e na atualidade a Igreja é o que é pelo heroísmo de pessoas que se doaram em defesa de uma causa que acreditavam.

Embora não tendo uma atuação direta na batalha do Jenipapo, a contribuição de Pessoa Anta foi significativa no processo final da Independência do Piauí e Maranhão, isso pelo fato de ter aquele personagem cearense disponibilizado um efetivo considerado, tendo

tal efetivo se dirigido até o porto de Amarração que pertencia ao município cearense de Granja, hoje, atual município de Luís Correa-PI, e ter impedido o desembarque de tropas portuguesas naquele porto para apoiar as tropas do Major Fidié, além de prisões significativas e ao cerco feito na cidade de Parnaíba que contribuiu na retirada das tropas portuguesas daquela cidade piauiense em 1º de março de 1823 (PESSOA, 2014).

O local do embate foi Campo Maior com uma vitória provisória portuguesa que deixou uma baixa de 200 vidas às tropas brasileiras no confronto do Riacho Jenipapo, todavia, com o determinismo dos brasileiros em entrar no acampamento português e levar parte do arsenal bélico e dinheiro, fragilizando a logística portuguesa, o ato foi suficiente para mudar toda estratégia estabelecida por Fidié que ao invés de tentar resgatar o controle da cidade piauiense de Oeiras, rumou com suas tropas para Caxias Maranhão, tempo este, necessário para que as tropas cearenses, piauienses e pernambucanas se reestruturassem e traçassem planos para prender o comandante português e dominassem suas tropas. Conquista esta ocorrida em 31 de julho de 1823 com a prisão de Fidié na cidade de Caxias Maranhão, fato ocorrido quatro meses após a batalha do Jenipapo, ou seja, em 13 de março de em Campo Maior (Batalha do Jenipapo) os portugueses ganharam a batalha, quatro meses depois, sendo 31 de julho de 1823, o treze se inverteu passando de 13 para 31, os brasileiros ganharam a guerra contra os portugueses e o Piauí e Maranhão se tornaram livres do jugo português, embora que Pessoa Anta não tenha tido uma participação direta na batalha, no conjunto da obra sua participação foi essencialmente importante e que através dos dados historiográficos pode se dizer que valeu a pena sua contribuição nesse processo histórico em prol da independência do Piauí e Maranhão e porque não dizer: do Brasil.

4. Considerações Finais

A relevância de estudar sobre a figura ilustre de um cearense como Pessoa Anta e sua atuação e contribuição na luta em prol da independência das províncias brasileira que foram impedidas de comemorar a tão sonhada libertação do jugo português é de grande relevância para qualquer historiador. Associado a questão de evidenciar e disponibilizar um trabalho ao estudante hodierno que seja esclarecedor e tire a pálida impressão que o “*grito do Ipiranga*” tenha surgido no contexto histórico brasileiro como um passe de mágica que neutralizasse três séculos de dominância e exploração portuguesa ao povo brasileiro, que a real independência só veio por conta de pagamento a coroa portuguesa de 3.000.000 de libras esterlinas financiada pela Inglaterra, somente assim, o Brasil por meio do Tratado de Paz e Aliança, conquistou sua liberdade pagando sua carta de alforria, de contrapartida, ficou dependente da Inglaterra por conta da dívida contraída.

Foi possível entender que por conta da posição econômica de algumas províncias como a do Piauí que se destacava na exportação de carne bovina para as demais províncias da região impediu os seus habitantes comemorar a tão sonhada libertação de Portugal, pelo fato da Coroa portuguesa ter interesse na renda desses territórios, o que desencadeou conflitos entre brasileiros e portugueses, sendo a Batalha às margens do Riacho Jenipapo na cidade piauiense de Campo Maior em 13 de março de 1823 por pessoas do povo sem preparo de guerra e com instrumentos artesanais como enxadas, foices, pás, etc, saíssem

em combate contra um exército fortemente armado e experiente com grande baixa para as forças brasileiras que heroicamente lutaram em defesa do sonho de liberdade.

A pesquisa mostrou que o desfecho do Jenipapo poderia ter sido pior para o Brasil se Pessoa Anta com seus comandados não tivessem sido eficiente no Porto de Amarração, impedindo o desembarque de armas e combatentes portugueses. Aliado a esperteza patriótica que mesmo diante da derrota na batalha do Jenipapo, conseguiram romper o acampamento inimigo e levar armas, alimentos e dinheiro, tornando o exército inimigo frágil e incapaz de continuar sua marcha para Oeiras combater aqueles que a tornaram emancipada. Não tendo mais o que fazer, o major português Fidié em uma atitude brusca de estratégia, seguiu para a cidade maranhense de Caxias, onde três meses depois do combate do Jenipapo, foram cercados pelos combatentes cearenses, piauienses e pernambucanos que dominaram por completo as Forças estrangeiras e aprisionaram o comandante que posteriormente foi extraditado para Portugal.

Finalizando por perceber que os objetivos propostos neste trabalho de iniciação científica foram plenamente respondidos, foi evidenciado que lutar por uma causa movida por um espírito altruísta vale a pena, embora crendo que os resultados esperados nem sempre saíam como o inicialmente pretendido por conta de baixas humanas e batalhas perdidas, porém, o sentimento heroico que desperta coragem até os dias atuais, onde o nordestino é conhecido carinhosamente como *“cabra da peste”* no sentido que não desiste das lutas em meio às adversidades da vida é marca registrada herdada pelo heroísmo de nossos antepassados.

Outro ponto destacado na luta de cearenses, piauienses e pernambucanos foi o senso patriótico, pois estavam lutando não somente para defender o Piauí ou o Maranhão, mas, sobretudo, lutando pelo Brasil que não aguentava mais o jugo português e que a coragem do povo nordestino é um legado deixado pelos heróis do Jenipapo, que embora perdendo a batalha, inspirou os demais para não desistirem e em poucos meses ganharem a guerra para o Brasil.

REFERENCIAS

- ARAÚJO, Johny Santana de. **O Piauí no Processo de Independência: contribuição para construção do império em 1823**. Teresina-PI: UFPI, 2015.
- BENTO, Cláudio Moreira. **O Combate de Jenipapo**. Descrição e Análise Militar e a Sua Projeção Estratégica aa Independência do Ceará, Piauí e Maranhão. Resende-RJ: AHIMTB, 2009.
- CAVALCANTE, Juliana Rodrigues. **Memória social da Batalha do Jenipapo: narradores/as e roteiros/as e o direito à memória e à educação patrimonial no sertão do Piauí**. Maceió-AL: UFAL, 2010. Disponível em: < <https://evento.ufal.br>>. Acesso em 29 de set de 2021.
- DELPHINO, Cristine. **Bloqueio Continental**. Info Escola, 2007. Disponível em: < <https://www.info-escola.com>>. Acesso em 24 de set de 2021.
- FIRJAN. **De Colônia a Reino (1500-1815)**. Disponível em: < <https://www.firjan.com.br>>. Acesso em 24 de set de 2021.
- PESSÔA, Maria Odele de Paula. **Pessoa Anta - Execução ou Assassinato?** - Fortaleza-Ce: Premium Editora, 2014.
- PONTES, Lana Mary Veloso de. **Formação do Território e Evolução Político-Administrativa do Ceará: A Questão dos Limites Municipais** / Lana Mary Veloso de Pontes. Fortaleza-CE: IPECE, 2010.
- SANTOS, Francisca de Sousa dos. **O Processo de Independência do Brasil: Sugestões metodológicas de História para o Ensino Fundamental II** /Francisca de Sousa dos Santos. Itaituba-PA: FAI, 2019.
- TERTULIANO e SIDER, Robert D. **“Desculpa.” Cristão e pagão no Império Romano: A testemunha de Tertuliano**. Washington, DC: Universidade Católica da América, 2001.

SALA DE AULA INVERTIDA: Uma proposta para a otimização do ensino de idiomas no período de 2019 a 2021

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Gisele Gustavson
Discente do curso de PROFOP - R2 -
Letras Português e Inglês

RESUMO:

Este artigo apresenta um estudo sobre a aplicação de metodologias ativas para o ensino de idiomas no período de 2019 a 2021. Para tanto, foram pesquisados autores diversos que analisam o uso de ferramentas digitais e metodologias ativas, em especial o método proposto pelos professores americanos Jonathan Bergmann e Aaron Sams: a sala de aula invertida. Esta proposta diz respeito a uma espécie de inversão, em que atividades que seriam tradicionalmente realizadas em sala de aula, como a exposição do conteúdo, são feitas em casa pelos alunos. Já as atividades que usualmente seriam realizadas em casa, tais como resolução de exercícios, práticas de laboratório, trabalhos em grupos e dinâmicas, são realizados em sala de aula, com a presença do professor. Trata-se de uma série de benefícios proveniente da aplicação desta metodologia para alunos e professores. O trabalho dos autores, inicialmente divulgado em 2006, permanece muito atual e vem ao encontro das novas formas de aprendizado mais digital propostas por diversos autores, bem como está alinhado às propostas da Base Nacional Curricular Brasileira para o ensino fundamental. Neste trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica como metodologia para a pesquisa.

Palavras chave: Metodologia ativa de aprendizagem. A sala de aula invertida. Ensino de idiomas.

ABSTRACT:

This article presents a study on the application of active methodologies for language teaching in the period from 2019 to 2021. For this purpose, several authors who analyze the use of digital tools and active methodologies were analyzed, in particular the method proposed by the American teachers Jonathan Bergmann and Aaron Sams, a flipped classroom. The flipped classroom method offers an inversion of activities, that is, activities that would traditionally be carried out in the classroom, such as the exposition of content, are done at home by the students. The activities that were usually performed at home, such as exercises, lab practices, were done in class. It was also about the advantages of this method for both students and teachers. The work of the authors in bulletins published in 2006 is currently updated and in line with the new digital learning proposed by several authors, as well as being in line with the guidelines of the Brazilian National Curriculum Base for elementary education. The work used a bibliographic research as a research methodology.

Keywords: Active-learning method. Flipped classroom. Language teaching.

1. Introdução

O ensino de idiomas tem se mostrado um campo bastante aberto à inovação e ao uso de novas tecnologias. Observa-se um crescente número de obras que tratam do uso de ferramentas digitais em sala de aula, abordando o uso de tecnologias inovadoras para uso tanto em aula presencial, quanto virtual ou, até mesmo, híbrida.

Entretanto, mesmo com o emprego de uma sala de aula cada vez mais digital e inovadora, o emprego de ferramentas e plataformas para ensino remoto não fez da metodologia empregada, algo inovador. Continuou-se a realizar a aula conforme o método tradicional, em que o professor explica a matéria em aula, e o aluno, em casa, realiza suas tarefas.

Seriam estes últimos anos tempos aceleradores de uma revolução no ensino de idiomas em que se poderia empregar mudanças em termos metodológicos, *aliadas à revolução digital a todos imposta pela pandemia? Ou apenas utilizaríamos recursos digitais em uma sala de aula tradicional (ainda que virtual) com os mesmos resultados obtidos até então? Qual foi o novo papel assumido por professores e alunos neste modelo? Como se fez o gerenciamento de tempo de alunos, professores e da aula propriamente dita neste modelo?*

Com este enfoque, abordou-se o uso da metodologia ativa de aprendizagem, especialmente, a da sala de aula invertida, ou *flipped classroom*, como uma possibilidade, entre tantas outras, para tornar possível a realidade digital. Com todas as suas ferramentas, busca-se aliá-la ao sistema criado por dois americanos para buscar alternativas ao modelo tradicional de ensino de idiomas. Assim, discute-se qual o papel do professor dentro desta metodologia, bem como quais são as razões para a inversão da sala de aula.

Como fundamentos para este artigo, buscaram-se diversos autores como Fausto Camargo e Tuine Daros, cujas obras *A sala de aula digital* e *A Sala de aula inovadora* foram compiladas e organizadas por Lilian Bacich, Adolfo T. Neto e Fernando Trevisano em *“Ensino híbrido – personalização e tecnologia na educação”*. Também, e principalmente, foi estudada a obra dos criadores do método sala de aula invertida *Flip your classroom: reach every student in every class every day* (de A. Sams & J. Bergmann), bem como *Dinâmicas para professores de idiomas – aplicações em aulas remotas ou híbridas*, de Claudia Vasconcelos *et al.*, que abordam as metodologias e atividades para o ensino de idiomas conforme o CEFR.

O estudo contemplou as novas metodologias disponíveis para o ensino de idiomas aplicadas a este período de isolamento social, isto é, aulas *online* ou híbridas. A sala de aula invertida foi desenvolvida pelos estadunidenses Jonathan Bergmann e Aaron Sans a partir de suas vivências em sala de aula a partir de 2007. Conforme Michael Horn, Clayton Christensen e Heather Stacker, em *Blended* (2015), urge que se usem metodologias ativas para aplicação no ensino híbrido, dentre elas, a da sala de aula invertida.

2. A Sala de Aula Tradicional e a Necessidade de Mudança

Mudança foi e continua sendo a palavra de ordem no período de 2019 a 2021. Segundo Fausto Camargo e Thuinie Daros, ainda, ela se estende ao meio educacional. Por um longo período, o ensino tradicional foi conveniente, eficaz e de grande relevância, com o qual os

alunos assistiam às aulas de idiomas, e o conteúdo era apresentado totalmente em sala de aula pelo professor, simultaneamente a todos os alunos. O professor era a fonte principal de informação, e boa parte do tempo de aula era dedicado a uma exposição do conteúdo. Porém, os anos de 2019 a 2021 apressaram o tempo de mudanças.

O acesso à informação mudou com o advento e o uso mais constante da Internet e de mídias digitais, mudando também a forma de as pessoas trabalharem, relacionarem-se, consumirem. Com a pandemia, trabalhar e estudar também ficou diferente. Contudo, a sala de aula tradicional e expositiva é ainda dominante em nosso sistema de ensino, seja ela *online*, híbrida ou presencial. Segundo os autores pesquisados, é necessário adotar metodologias ativas que fomentem a inovação pedagógica, indo além da mera aplicação de ferramentas digitais.

3. A Sala de Aula Digital e Inovadora no Ensino de Idiomas

Na obra *Blended*, Horn, Christensen e Stacker defendem a ideia de uma sala de aula baseada no uso de metodologias ativas de aprendizado. Defendem que, ao utilizá-las como forma de inovação, possibilita-se aos alunos que estudam idiomas uma nova perspectiva para o seu aprendizado. O formato das aulas permite mais interação e prática das línguas em sala de aula. Passa também pela adoção da cibercultura, numa sociedade inserida em novos valores e impregnada pelo mundo digital em suas diversas tarefas cotidianas. Isso requer a formação de profissionais capacitados para implementar o uso de tais metodologias., conforme destacam (Camargo & Daros) em sua obra *A sala de aula digital*.

O momento de aprendizagem desprende-se da figura do professor como única fonte de conhecimento e passa a adotar estratégias de aprendizado focadas no aluno. O emprego de três técnicas que são aplicadas no ensino híbrido é destacado na obra *Blended*: rotação por estação; laboratório rotacional e sala de aula invertida. Nosso estudo deteve-se especialmente à abordagem do método da sala de aula invertida, o qual passamos a comentar.

3.1. Sala de aula invertida: histórico

Mesmo afirmando não terem sido os primeiros a adotar o uso de vídeo em sala de aula, porquanto outros docentes já haviam feito algo parecido, ainda que de modo esporádico, o método da sala de aula invertida surgiu nos Estados Unidos nos anos de 2006-2007, quando dois professores de química iniciaram seus trabalhos na escola de ensino médio Woodland Park, no Colorado. A. Sams e J. Bergmann passaram a integrar o departamento de química da escola, tendo sob sua responsabilidade 950 alunos. Com o passar do tempo, trabalhando juntos, perceberam que seus métodos de ensino não eram de todo diferentes e, a partir desta observação, estabeleceram um trabalho em conjunto, que culminou na criação e na divulgação de sua metodologia.

A percepção dos mestres, ao ler uma revista de tecnologia que sugeria a apresentação de *slides* com inserção de comentários em áudio, sugeria que ela poderia ser convertida em um formato de vídeo e distribuída de forma virtual. Este foi o *insight* que levou primeiramente à oportunidade de solucionar algumas dificuldades que alunos que faltavam eventualmente às suas aulas estariam tendo. *Como recuperar o conteúdo perdido?* Outros pontos

que poderiam ser resolvidos com *slides* e vídeo seria a questão da abstenção de muitos alunos, que faltavam às aulas devido aos compromissos escolares com esportes ou até mesmo pela questão da distância a ser percorrida até chegar à escola rural.

A partir deste momento, em 2007, gravaram o seu primeiro vídeo e o publicaram digitalmente. Por uma questão de economia de tempo, inicialmente, já que quando os alunos faltantes retornavam à escola, os professores tinham de repetir todo o conteúdo já ministrado aos demais. Com as postagens, grande parte deste problema foi solucionado. Para tanto, os alunos, ao questionarem sobre o conteúdo já ministrado, eram redirecionados a uma pesquisa na plataforma digital, para assistir aos vídeos já postados.

Os próximos passos ocorreram com muita velocidade, e os criadores do método foram se surpreendendo ao verificar que não somente os discentes que não haviam comparecido assistiram às aulas gravadas, mas também outros alunos que queriam revisar a matéria dada em aula, ou, ainda, outros que buscavam uma revisão antes das provas.

Os professores Bergmann e Sams (2021) também afirmam ter obtido um grande benefício com relação ao tempo que, antes, era gasto com explicações em horários fora da aula. Estas explicações ocorriam em almoços, ou após o término das aulas, com considerações adicionais sobre os conteúdos trabalhados.

A expansão do método entre outras escolas foi surpreendente, pois ele abrangia não apenas uma, mas qualquer disciplina. Os professores foram convidados a participar de conferências, treinamentos com outros professores e escolas, até chegar à Europa.

4. A Sala de Aula Invertida no Ensino de Idiomas

A aplicação da sala de aula invertida aplicada ao ensino de idiomas é uma forte tendência. Imagine-se uma aula de inglês, por exemplo, onde, a partir de um diálogo, serão conduzidas várias fases de *warm-up*, fixação do contexto do texto, leitura, interpretação, estudo do vocabulário, modelagem de pronúncia e, por fim, a extração e identificação de elementos gramaticais a serem desenvolvidos com a turma. Há de se concordar que esta atividade demanda um tempo bastante significativo em sala de aula, e, segundo os autores, a maior parte do tempo de uma ministrada no método tradicional é utilizada na apresentação do conteúdo. Pouco tempo resta para a apresentação de exercícios de fixação e solução de questionamentos com o apoio do professor – atividades essas que exigiram a presença do professor para a obtenção de melhores resultados.

Imaginemos agora a mesma atividade num modelo de aula invertida, onde o diálogo a ser trabalhado foi disponibilizado previamente ao aluno, juntamente com o seu áudio, assim como o conteúdo gramatical a ser extraído. No momento da aula, seja ela virtual ou presencial, onde ocorre o efetivo encontro de alunos e professores, este conteúdo já haveria sido introduzido aos alunos. Percebe-se, assim, que todos os estudantes já haveriam lido o diálogo, escutado seu áudio para modelagem de pronúncia e também recebido o conteúdo gramatical referente a ele. A partir desta premissa, inicia-se efetivamente a aula, onde o tempo será utilizado para sanar dúvidas trazidas de casa pelos alunos. Talvez convenha alguma retomada de conceitos que não foram apreendidos, porém, o maior tempo de aula é

dedicado à prática, seja ela em atividades de laboratório de idiomas, exercícios individuais ou em grupo, ou ainda por meio das diversas dinâmicas propostas pelo professor.

Percebe-se uma completa inversão de tempos, atividades e dinâmicas. Há na realidade uma inversão de papéis, daí o nome “*sala invertida*”, entre professor e alunos.

A nova divisão de tempo em aula proposta pelo método surge dentro de um período no qual as pessoas estão bastante isoladas. Nesta nova realidade, ao assistirem aulas remotamente, atuam de forma quase autodidata.

Quanto à aplicação do método no ensino de linguagens, os autores sugerem uma troca de ideias previa com outros professores antes de gravarem seus vídeos ou mesmo de utilizarem vídeos de outras fontes para inverter a sala. Os professores gravaram lições de gramática e os temas para as conversas, de modo a liberar tempo de aula para a prática do idioma. Com isso, incluem-se mais conversas, leituras, redação, enfim, elaboradas na língua-alvo.

Os autores também observaram algumas aulas de linguagem e perceberam que os alunos falavam e gesticulavam bastante nas práticas em aula. Em suma, com a inversão dos conceitos tradicionalmente adotadas em aula, agora, “*o que era realizado em sala de aula é feito em casa, e o que era realizado em casa é feito em sala de aula*” (BERGMANN & SAMS, 2021, p. 11), afirmam os criadores.

5. O Papel de Alunos e Professores na Sala de Aula Invertida

O aluno, com essa nova metodologia, agora assistirá ao vídeo em casa e já chegará com o conteúdo previamente assimilado. Atuará também de maneira mais autônoma e organizada, pois terá de definir um tempo para realizar as suas tarefas, demandando um estudo diário, programado e de qualidade, visto que o conteúdo já foi abordado.

O aluno também assume um papel de protagonismo com relação ao modelo tradicional de aulas, pois todo o conhecimento não virá somente do professor, num determinado local (a escola). O aluno será responsável também pelo ensino. Outro ponto importante é que o material em vídeo pode ser reproduzido várias vezes e também admite pausas, caso o estudante queira fazer anotações ou necessite repassar algum ponto.

Já com relação ao professor, coube-lhe uma profunda mudança de papel, tirando o foco dele e transferindo para o aluno. Não sendo vistos mais como fonte única de conhecimento, os mestres passam a ser facilitadores do aprendizado e passam a gerar condições favoráveis para o aprendizado. Aliando-se a questões de uso de práticas e exercícios de fixação mais efetivos e por mais tempo em sala de aula. Passam a exercer mais atividades de tutoria e orientação. Os mestres passam a ter mais tempo disponível para auxiliar nas tarefas, propondo assim um novo gerenciamento do tempo em sala de aula.

Os alunos também poderão organizar de uma maneira bastante diversa o seu tempo, já que os vídeos permanecem postados na plataforma escolar. Portanto, isso permite uma flexibilidade de horários, a participação em outras atividades acadêmicas como jogos, viagens, esportes.

6. Motivos para Inverter a Sala de Aula

Os criadores do método afirmam em sua obra sobre a *Flipped classroom* que vários motivos contribuem para a adoção deste método. Entre elas, a seguir (**Tabela 1**), citam-se:

Tabela 1: Motivos para adotar a metodologia da aula invertida

A inovação	fala a língua dos estudantes de hoje
A inversão	ajuda estudantes ocupados
	ajuda estudantes que enfrentam dificuldades
	ajuda alunos com diferentes habilidades a se superarem
	cria condições para que os alunos pausem e rebobinem o professor
	intensifica a relação aluno-professor
	possibilita que os professores conheçam melhor seus alunos
	aumenta a interação aluno-aluno
	permite a verdadeira diferenciação
	muda o gerenciamento da aula
	muda a maneira como conversamos com os pais
	educa os pais
	torna a aula mais transparente
	é uma ótima ferramenta na ausência de professores
	pode induzir o programa reverso de aprendizagem para domínio

Fonte: BERGMAN & SAMS, 2021.

Além de todas as razões sumarizadas acima, percebe-se que a proposta do método está extremamente conectada com o que preconizam diversos outros autores com respeito à sala de aula inovadora e digital aliada a novos tempos de isolamento social e atividades *online* ou híbridas.

Cabe citar também os autores Fausto Camargo e Thuinie Barros (2021) em cuja obra remetem, dentro do seu conceito de intencionalidade educativa, à transformação da sala de aula com o uso de recursos integrados, com foco em diferentes competências, habilidades, de modo a otimizar o tempo do professor em sala de aula e a preparar os alunos para as demandas sociais atuais.

Também corroboram estas razões (Bacich, Tanzi Neto & Trevisani (Orgs.) em sua obra *“Ensino Híbrido – Personalização e Tecnologia na Educação”*, página 28, que cita o papel do professor como *“curador e orientador”*. Selecionando o que é mais relevante em meio a toda informação disponível, os autores afirmam que o professor seria um *“gestor de aprendizagens múltiplas e complexas”*.

Em consonância com a proposta, pronuncia-se também a BNCC (Base Nacional Curricular), que determina um novo modelo de aula, descrito em suas competências gerais para o ensino fundamental no Brasil, que contemple as novas tecnologias e vivências sociais compatíveis com tempos mais dinâmicos vividos pela nossa sociedade, global e digital.

7. Conclusão

O surgimento da pandemia causou uma aceleração na transformação dos processos de ensino e aprendizagem. Sob esse novo paradigma, diferentes formas de se relacionar numa sociedade que já despontava como sendo digital tornaram-se óbvias e mandatórias para todos aqueles que desejassem ter um mínimo de convívio social entre 2019 e 2021. Com a escola, não foi diferente: tornou-se digital em algum nível durante estes anos, pois se fez necessário mudar.

A pesquisa bibliográfica realizada demonstrou que a tendência do ensino digital para idiomas já segue desde um bom tempo, ao citar autores que já em 2006 anteviam um cenário inovador. Com o advento da sala de aula invertida, muito foi realizado desde aquela época de 2007, porém, em 2021, há muitos novos recursos digitais e inovadores que puderam ser implementados em sala de aula para trabalhar idiomas, como *blogs*, *sites*, *vídeos*, *online games* e tantos outros. A interação entre alunos e professores é definitivamente digital.

Contudo, somente o uso de ferramentas tecnológicas não se mostrou o suficiente para inovar no quesito modelo de ensino, que antes, tradicional (presencial ou virtual) passou por uma grande transformação, como o novo modelo de sala de aula invertida, permitindo à comunidade escolar obter uma nova perspectiva no que tange ao gerenciamento de tempo de aula, alterando a forma de relacionamento entre alunos e professores. Possibilitou uma maior autonomia e gerenciamento por partes dos alunos, que agora não são dependentes unicamente dos seus mestres como fonte de informação, o que vem ao encontro das recentes premissas de ensino propostas pela BNCC, Base Nacional Curricular, que visam à formação de um estudante mais conectado com as ferramentas digitais, e também sendo mais protagonista no processo de aprendizagem. Em contrapartida, observaram-se algumas dúvidas quanto ao momento de esclarecer a dúvida de alunos, que este não seria no exato momento em que ela surge, pois o conteúdo seria ministrado em casa. Mesmo assim, a sala invertida segue com um número considerável de seguidores espalhados ao redor do mundo.

Quanto aos professores, serão também mais gestores do seu tempo, e, ao bem ordená-lo, poderão dedicar-se a questões mais fundamentais, como apoiar os alunos em suas dúvidas e reforçar as práticas de estruturas do idioma com interação social nos momentos de aula. O método de sala de aula invertida é mais uma entre diversas metodologias a serem adotadas no nosso universo de ensino digital. Ela deverá ser analisada pelos professores e gestores escolares quanto ao engajamento e com relação à geração de um aprendizado mais efetivo e com maior participação dos alunos nas aulas.

REFERENCIAS

BERGMANN, Jonathan; SAMS Aaron. **Sala de Aula Invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem.** (Traduzido de Flip your classroom: reach every student in every class every day, first edition), 2012. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Penso, 2021.

BRASIL, 2018. **Base Nacional Comum Curricular – Educação é a base.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>. Acesso em: 24 jul. 2021.

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. **A Sala de Aula Inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo.** Porto Alegre, Penso: 2018.

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. **A Sala de Aula Digital: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo, on-line e híbrido.** Porto Alegre: Penso, 2021.

HORN, Michal B.; STAKER, Heather. **Blended: using the disruptive innovation to improve schools.** San Francisco, CA: Jossey Bass, 2015.

NETO, Tanzi Adolfo; BACICH, Lilian; TREVISANI, Fernando de Mello. **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação.** Porto Alegre: Penso, 2015.



O MÉTODO

A qualidade de ensinoaprendizagem está diretamente ligada ao material utilizado, pois ele é capaz tanto de auxiliar como de retardar o desenvolvimento dos estudantes.

Pensando nisso, a **Conted.tech** criou seu próprio catálogo de disciplinas e unidades de aprendizagem: **O MÉTODO**.

Com interface intuitiva e amigável, **O MÉTODO** apresenta uma trilha de aprendizagem autoinstrucional e temas que aguçam o senso crítico do aluno.

Apesar de o **EAD** ser uma modalidade educacional que separa alunos e professores física ou temporalmente, não precisa ser sinônimo de distanciamento.

O MÉTODO demonstra que é possível, através da utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, estar juntos e conectados.



O MÉTODO

Rompendo com as distâncias do saber



O Padrão Unesco e Seus Reflexos Sobre a Política Educacional Brasileira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Gustavo de Castro Sotero
Discente do curso de PROFOP - R2 - Ciências Sociais

RESUMO:

No Brasil, a educação percorreu diferentes períodos e históricos que, ainda nos dias hodiernos, refletem em carências emergentes, as quais impactam na própria qualidade educacional do país e necessitam ser superados. Por sua vez, a formulação das políticas educacionais sofreu interferências diretas das políticas internacionais, com ênfase para o padrão adotado pela UNESCO. O objetivo desta pesquisa foi analisar os reflexos do padrão UNESCO sobre a atual política educacional brasileira. Para tal, adotou-se o uso da metodologia de revisão da literatura, de modo a extrair resultados de estudos científicos, livros e legislações. Os resultados encontrados evidenciam que a atual política educacional brasileira detém um viés educacional bancário, voltado a atender perspectivas de um sistema capitalista, distanciando-se da necessária educação conscientizadora e humanizada. As considerações finais da pesquisa chamam atenção para a necessidade do aprimoramento da política educacional interna, a qual seja modulada para atender as reais necessidades dos educandos brasileiros, de modo a reverter as carências históricas que ainda afetam a qualidade da educação no Brasil. A comparação do sistema de ensino nacional com sistemas de países desenvolvidos e, por sua vez, a adoção de mecanismos de sistemas educacional mais avançados, limita os resultados educacionais do Brasil à meras expectativas inviáveis.

Palavras chave: Brasil. Educação. Influência. Política. UNESCO.

ABSTRACT:

In Brazil, education go through different and historical periods that, even in today's days, reflect in emerging needs, which impact the country's own educational quality and need to be overcome. In turn, the formulation of educational policies has suffered direct interference from international policies, with emphasis on the standard adopted by UNESCO. The aim of this research was to analyze the reflections of the UNESCO standard on the current Brazilian educational policy. To this end, the use of the literature review methodology was adopted to extract results from scientific studies, books and legislations. The results show that the current Brazilian educational policy has a banking educational bias, aimed at meeting perspectives of a capitalist system, distancing itself from the necessary educational awareness and humanized education. The final considerations of the research draw attention to the need for the improvement of internal educational policy, which is modulated to meet the real needs of Brazilian students, to reverse the historical deficiencies that still affect the quality of education in Brazil. The comparison of the national education system with systems of developed countries and, in turn, the adoption of more advanced educational system mechanisms, limits the educational outcomes of Brazil to mere unviable expectations.

Keywords: Brazil. Education. Influence. Politics. UNESCO.

1. Introdução

Por muitos anos, o acesso à educação no Brasil era um privilégio para indivíduos de classes sociais favorecidas, monetariamente falando. Percurso histórico este que produziu uma boa parcela dos problemas que ainda afetam a educação no país. O desenvolvimento de políticas educacionais galgou passos tímidos, tendo evoluído com maior expressividade a partir do ano de 1988

A promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), foi um divisor de águas na concessão de acesso à diversos direitos e garantias fundamentais. No que cerne à educação, foi justamente a Carta Magna de 1988 que a alocou como um direito humano, fundamental, social e de acesso universal. Atribuiu-se ao Estado a obrigatoriedade primária de fornecer acesso à educação pública para todos e quaisquer indivíduos, em todos os níveis educacionais, ou seja a tão almejada universalização da educação básica, pública e gratuita.

Os mandamentos constitucionais, ora vigentes, influenciaram as bases educacionais de maior relevância no sistema educacional brasileiro, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), para a Política Nacional da Educação (PNE) e para a Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

Todavia, para a formulação dos liames iniciais da política educacional brasileira, adotou-se influências internacionais voltadas para a educação, dentre elas, o padrão indicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Considerando que tal padrão dispõe de indicativos gerais, os quais são – em grande parte – adotados por países desenvolvidos e que apresentam estruturas educacionais históricas diversas do Brasil, alguns estudos criticam tais influências sobre a política educacional brasileira, pois somos dotados de idiosincrasias que devem ser consideradas em políticas públicas de educação.

Debruçando-se sobre tais perspectivas, é importante que esta pesquisa discorra sobre os pontos pertinentes a tal temática, de modo a alcançar suas pretensões finais. Para isso, definiu-se o seguinte problema de investigação: *Quais os reflexos do padrão UNESCO sobre a atual política educacional brasileira?*

O objetivo geral da pesquisa foi analisar os reflexos do padrão UNESCO sobre a atual política educacional brasileira. Para tal, os objetivos específicos foram definidos como: discorrer sobre a construção do sistema educacional no Brasil; destacar as influências do padrão UNESCO sobre a atual política educacional brasileira; indicar a necessidade de readequação da política educacional brasileira com a realidade do país.

Utilizou-se da metodologia de revisão da literatura para extrair resultados de estudos científicos, livros e legislações. Tratou-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, natureza básica, objetivos descritivos e procedimento bibliográfico. Ao todo, oito estudos científicos compõem o cotejo de materiais que fundamentam a pesquisa, possuindo ano de publicação entre 2017 e 2022 e idioma português, buscados na base de dados do Google Scholar e Scientific Electronic Library Online (ScieELO). Além desses, cerca de três livros, três legislações e uma reportagem, os quais corroboram com os resultados finais da pesquisa.

2. Desenvolvimento

Esta seção se dedicará a discorrer, de forma fundamentada, sobre os objetivos específicos definidos pela pesquisa, com enfoque na resolução do problema de investigação suscita, de modo a apresentar resultados extraídos do cotejo de materiais selecionados e que corroborem para a construção das concepções epistemológicas finais.

2.1. A construção da política educacional brasileira: breves parâmetros históricos

No Brasil, a construção de uma política educacional voltada à inclusão e reversão dos problemas históricos – tais como a alta taxa de analfabetismo e a baixa qualidade educacional – se deu a partir do ano de 1988, com a elaboração da Constituição em vigência, a qual dispôs da educação como um direito de todos. Impôs-se ao Estado a obrigação primária de concessão do ensino público e elaboração de políticas públicas educacionais, enquanto o ensino privado foi alocado como um aporte subsidiário. (BRASIL, 1988).

No ano de 1996, a Lei n. 9.394, conhecida por LDBEN, passou a dispor de diretrizes aplicáveis ao sistema educacional brasileiro, fincadas nos mandamentos constitucionais. (BRASIL, 1996). Em 2014, a Lei n. 13.005, passou a dispor do PNE, o qual apresenta metas a serem alcançadas pela educação brasileira, as quais versam sobre alfabetização, inclusão e outros objetivos. (BRASIL, 2014). Não diferente, em 2017, promulgou-se a BNCC, a qual apresenta diretrizes aplicáveis a todos os níveis educacionais. (BRASIL, 2017).

Tais diplomas normativos integram a atual política educacional brasileira e, apesar dos discursos maquiados por um falso véu de evolução, são piamente criticados por estudos que versam sobre os parâmetros políticos adotados para a educação brasileira (VALENTE, 2019).

A referência de uma educação bancária, voltada a atender meramente às expectativas do capitalismo, descentralizando o foco no desenvolvimento humano, é o ponto destacado por alguns críticos, a exemplo de Paulo Freire (1996) e Henri Giroux (1997), que se voltam a analisar a temática e apontam os insucessos de uma educação conduzida sob uma perspectiva mercantilista e capitalista, voltada para a dicotomia entre capital e trabalho e suas contradições.

Os parâmetros contemporâneos das políticas educacionais que o país possui, se diferem dos parâmetros históricos. A diferença mais expressiva pode ser apontada como a criação do sistema público de ensino sob a obrigatoriedade de concessão estatal. No mais, as políticas educacionais contemporâneas acabam manifestando vieses de influências capitalistas em prol do atendimento de interesses econômicos. (DECKER; EVANGELISTA, 2019). Para Soares (2018) os liames políticos aplicáveis à educação nacional possui o forte interesse em desenvolver cidadãos com habilidades para atender os interesses da sociedade capitalista. O mercado de trabalho e a demanda por mão de obra. Ou seja, há uma notória assimetria entre as reais necessidades educacionais existentes na sociedade brasileira e percebidas ao longo de toda a história social para com as normas políticas educacionais ora vigentes. (LAGOA, 2019)

Políticas estas que saíram de um período pretérito de ampla escassez, para adentrar em uma fase de construção e disseminação de normas políticas que visam delinear

os moldes da educação nacional. (CONSALTÉR; FÁVERO, 2019). Todavia, ínfimos são os avanços aferidos diante da análise de tais políticas, principalmente, no que cerne a adequação das mesmas com as realidades percebidas no contexto educacional do país (VALENTE, 2019).

Dois exemplos de políticas internacionais e educativas que influenciam em massa as políticas educacionais no Brasil, podem ser apontadas como as diretrizes políticas da UNESCO e do Banco Mundial. Para Braga e Lopes (2019) as diretrizes da UNESCO apresentam um vasto rol de assimetrias para com a realidade educacional no Brasil. De igual modo, Decker e Evangelista (2019) indicam que as diretrizes do Banco Mundial quanto ao cenário educacional são dissociadas das reais necessidades educacionais no Brasil. São realidades e perspectivas distintas.

Todavia, ambas as políticas internacionais possuem alta influência nas atuais políticas educacionais do país. Fato este que destoa a realidade marcada por inúmeras necessidades que vão além das meras pretensões de formação econômica e capitalista. Ou seja, a preocupação em formar cidadãos no intuito de se resolver o problema econômico do país não se adequa à realidade de um contexto educacional marcado por problemas que superam as questões econômicas (DECKER; EVANGELISTA, 2019).

2.2. O padrão UNESCO e seus reflexos para a política educacional no Brasil

Braga e Lopes (2019) afirmam que a política educacional brasileira tem um olhar focado na satisfação do capital, alocando o ser humano em um plano secundário, quase inacessível.

O viés neoliberal existente na atual política educacional do Brasil foi influenciado por políticas e padrões educacionais externos, a exemplo das diretrizes da UNESCO. (MOLINA; RODRIGUES, 2021)

Para Soares (2018) a influência do neoliberalismo sobre as políticas educacionais do país possui extenso reflexo, alcançando até mesmo a formação dos docentes. Trata-se de um cenário político que se desvirtua da pretensão dos interesses constitucionais atrelados com a formação do país, o que corrobora para a manutenção da baixa qualidade educacional. (VALENTE, 2019)

Maia, Herédia e Coelho (2021) apontam que o Brasil, no ano de 2021, ocupou a última posição no ranking de 64 nações avaliadas pelo exame do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). Fato este que aponta para a ineficácia das políticas educacionais brasileiras atuais para reverter problemas e mazelas de ordem histórica, tal como a qualidade da aprendizagem, o analfabetismo, a evasão e outros (DECKER; EVANGELISTA, 2019).

Lagoa (2019), ao apontar a influência da UNESCO sobre a educação brasileira, indica assimetria entre a politização das atuais diretrizes educacionais e a realidade da educação nacional. De acordo com Molina e Rodrigues (2021), tais assimetrias decorrem da adoção de um padrão não condizente com as reais emergências do país, padrão esse delineado por um viés neoliberalista que destoa claramente dos intentos constitucionais atrelados com a educação nacional. Existe um deslocamento de análise entre o local e o mundial.

Os indicativos educacionais da UNESCO tiveram origem na década de 1990, na Conferência Mundial de Educação para Todos, financiada pela Organização das Nações

Unidas (ONU). Sendo o Brasil um Estado-membro da ONU, não seria diferente a aderência ao padrão de política educacional formulada nesta conferência, a qual afeta tanto a política voltada ao ensino, quanto a política voltada à formação de professores no país (SOARES, 2020).

Com bases claras de uma educação bancária, treinamento coisificado para cumprimento de tarefas, a priori, sem reflexão crítica social e existencial nas referidas políticas, a qual fora piamente questionada por Freire (1996) e autores correlatos, sendo essa uma educação com bases rígidas e pré-formuladas, fincadas em intentos capitalistas, distanciando-se de uma educação voltada ao desenvolvimento de indivíduos críticos, reflexivos e conscientes, assim como indicado pelo próprio art. 205 da CF/88. Desta feita, a política educacional brasileira caminha em sentido contrário com as carências históricas e emergentes do país (VALENTE, 2019).

Consaltér e Fávero (2019, p. 326) aborda sobre a UNESCO, destacando que *“tal organização considera a educação como um serviço e, portanto, pressupõe uma série de orientações exclusivamente econômicas, que se distanciam, especialmente, da concepção histórica humanista da escola enquanto um direito ou bem público”*. Claramente, as influências da UNESCO sobre um padrão educacional econômico se distanciam da concepção de educação como um direito humano, fundamental e social, voltado ao desenvolvimento pleno dos indivíduos, como indicado pela CF/88 (BRASIL, 1988).

Os liames humanistas vinculados com a educação, ora sustentados por Freire (1996) e pela CF/88, seriam então sucumbidos pela precarização de uma educação bancária e capitalista, com foco na preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho, ao invés de prepará-los para uma vida social plena, tendo o enfoque no desenvolvimento de habilidades requeridas para tal, como a reflexão, o diálogo, a criticidade, a consciência e outras (LAGOA, 2019). Perdendo-se o estado da arte que seria um indivíduo pleno e um cidadão consciente e ativo socialmente.

Soares (2018) indica que as políticas educacionais do Brasil têm se voltado para tangibilizar uma maior qualidade no sistema privado. Está-se diante de uma retomada do fortalecimento da privatização. Indo além, destaca-se ainda que as bases educacionais do país atendem fortemente aos interesses das políticas internacionais, sob um discurso de profissionalização que mais visa contemplar o plano micro e macro econômico, beneficiando-o. (DECKER ;EVANGELISTA, 2019).

2.3. Necessária readequação da política educacional brasileira com a realidade do país

Os avanços alcançados e marcados pela CF/88, encontram-se fincados apenas no plano teórico do seu corpo normativo. Uma tragédia que engloba gerações, haja vista que o conteúdo normativo de demais diplomas que compõem a política educacional brasileira se distancia do ideal de educação humanizada. (MOLINA; RODRIGUES, 2021).

É importante considerar que o passado educacional no Brasil é marcado por ampla escassez, baixa qualidade, elitismo, exclusão, forte privatização e interesses meramente econômicos. (Valente, 2019) Nos primeiros moldes da educação nacional, inexistia qualquer sistema extensivo de ensino, sendo então a educação um privilégio das classes mais

favorecidas economicamente e voltada a atender formações que suprisse as demandas do mercado econômico (SOARES, 2018).

Ao se debruçar sobre uma breve análise das diretrizes políticas aplicadas à educação contemporânea no Brasil, é possível identificar os mesmos interesses pretéritos vinculados com a educação nacional. A restrição de tais interesses em anulação de outros interesses necessários acaba por sucumbir a educação a um plano estritamente político e econômico, favorecendo então a manutenção dos mesmos imbróglis antes percebidos (DECKER; EVANGELISTA, 2019).

Os autores acima mencionados ainda destacam que:

“Delegar à escola a tarefa de eliminar a pobreza é tão só jogar uma cortina de fumaça sobre a hegemonia burguesa e suas determinações nas políticas educacionais, notadamente as relativas à formação de professores, determinações essas que nascem no campo das relações capital-trabalho e não, é óbvio, no escolar. É evidente o vínculo entre a função social da escola e o sistema produtivo, de modo que os trabalhadores, presentes ou futuros, deveriam se apropriar do conhecimento e da ciência necessária à produção e reprodução do capital – lembremos, devidamente recortadas (Decker & Evangelista, 2019, p. 7).

Freire (1996), ao aproximar-se de um ideal de educação construída para o desenvolvimento do ser humano, apto a lidar com as mais diversas realidades de mundo, sustentou a necessidade de remodelação da política e didática educacional. Para o autor, a necessidade emergente é o distanciamento de uma educação bancária, capitalista e estática, a qual desenvolve cidadãos com perspectivas inertes, aptos a se portarem para atender unicamente às expectativas do mercado. Verdadeiros autômatos destinados ao mercado.

Braga e Lopes (2019) destacam que a política nacional brasileira precisa lidar com a realidade educacional do país, dispondo de diretrizes que, de fato, sejam capazes de reverter as mazelas do analfabetismo, da baixa qualidade educacional, da evasão, do despreparo econômico, político e social dos cidadãos, dentre outras. Para que isso seja possível, o modelo único de educação bancária e capitalista deve ser desconstruído (VALENTE, 2019).

A desconstrução de tal modelo não requer a anulação dos interesses econômicos e capitalistas, os quais visam preparar os indivíduos para o mercado profissional. Haja vista que tais interesses e objetivos também são essenciais para o desenvolvimento humano (DECKER; EVANGELISTA, 2019). Tal desconstrução busca apenas harmonizar esses interesses com outros que são imprescindíveis para uma formação educacional mais enriquecida em conhecimentos e habilidades múltiplas (SOARES, 2018). O cidadão, com seus Direitos e Deveres.

Ideal este que apenas será alcançado quando a política educacional brasileira abranger, em primeiro plano, a formação humanizadora, não sucumbindo o preparo dos cidadãos para o mercado capitalista, mas retirando a unicidade do enfoque centralizado apenas no plano econômico (Lagoa, 2019). Giroux (1997), assim como Freire (1996), apontava para a necessidade de construção de uma pedagogia crítica da aprendizagem. A reflexão contínua do indivíduo inserido em sua sociedade, a consciência dessa simbiose e nuclear.

A construção deste modelo de pedagogia depende diretamente de uma atuação autônoma dos sujeitos inseridos no campo da educação. Ou seja, faz-se necessário que as políticas educacionais deem aos sujeitos que interagem no campo da relação de ensino e aprendizagem maior liberdade na construção de um saber que abranjam diferentes contextos escolares e extra escolares (SOARES, 2018).

Deste modo, é fundamental que o país fuja de um padrão educacional meramente econômico, o qual já foi ironicamente chamado de *“teatro do absurdo”*, diante de um currículo prescrito por um *“saber objetivado”*, totalmente caótico e desconexo.

Necessidades contemporâneas e emergentes no plano interno brasileiro requerem um olhar próprio e particular para com as políticas educacionais do país, de modo a efetivar o idealismo de reversão das influências históricas que ainda repercutem de forma negativa. (VASCONCELOS; MAGALHÃES; MARTINELLI, 2021).

3. Conclusão

Todo o levantamento de resultados feito pela pesquisa foi suficiente para atender aos seus objetivos e responder ao problema de investigação. Evidenciou-se que a construção da política educacional brasileira percorreu passos tímidos, sendo ela ineficiente para reverter as mazelas que ainda afetam o sistema de educação nacional.

Políticas públicas educacionais massivas são de extrema urgência para um país continental e com uma miríade de gargalos estruturais a serem fechados, sempre com foco nas particularidades da nação.

A adoção de um padrão educacional meramente econômico, como o disponibilizado de forma pasteurizada pela UNESCO, marca a política educacional do país, sendo ela inadequada para a realidade experimentada no plano nacional.

Diante de tais indicativos, ficou demonstrada a carência para elaboração de uma política educacional com um olhar mais próximo da realidade social brasileira, suas mazelas e vicissitudes, a qual se debruce não apenas sobre perspectivas capitalistas, mas, principalmente, sobre a perspectiva da Dignidade da Pessoa Humana.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Recuperado em 17 dez, 2022, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
- BRASIL. (2017). **Base Nacional Comum Curricular**. Recuperado em 17 dez, 2022, de http://base-nacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
- BRAGA, D. S., Lopes, T. C. D. (2019). **A educação sob a lógica do capital: constituição e consolidação das políticas educacionais em países periféricos do capitalismo mundial**. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, 11(1), 17-27.
- BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Recuperado em 17 dezembro, 2022, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
- BRASIL (1996). **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Recuperado em 17 dezembro, 2022, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- BRASIL (2017). **Base Nacional Comum Curricular**. Recuperado em 17 dezembro, 2022, de http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
- CONSALTÉR, E., FÁVERO, A. A. (2019). **A internacionalização das políticas educacionais e seus reflexos teóricos e práticos sobre os sistemas nacionais**. *Rev. Tempos Espaços Educ.*, 12(29), 325-330.
- DECKER, A., Evangelista, O. (2019). **Educação na lógica do Banco Mundial: formação para a Sociabilidade Capitalista**. *Roteiro*, 44(3), 1-24.
- FREIRE, P. (1996). **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra.
- GIROUX, H. A. (1997). **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas.
- LAGOA, M. I. (2019). **A ofensiva neoliberal e o pensamento reacionário-conservador na política educacional brasileira**. *Rev. HISTEDBR On-line*, 19(1), 1-14.
- MAIA, R., HERÉDIA, T., Coelho, L. **Educação brasileira está em último lugar em ranking de competitividade**. Recuperado em 25 de dezembro, 2022, de <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/educacao-brasileira-esta-em-ultimo-lugar-em-rankin-gde-competitividade/>
- MOLINA, A. A., Rodrigues A. A. (2021). **A influência da UNESCO nas políticas públicas para a formação docente no Brasil a partir de 2000**. *Revista Cocar*, 15(31), 1-25.
- SOARES, G. L., SILVA, J. F. (2018). **A influência do neoliberalismo na educação: reflexo na formação docente**. *Revista Professare*, 7(1), 26-40.
- VALENTE, W. R. (2019). **Saber objetivado e formação de professores: reflexões pedagógico epistemológicas**. *Revista História da Educação*, 23(77747), 1-22.
- VASCONCELOS, C. M., Magalhães, C. H. F., & Martinelli, T. A. P. (2021). **A influência neoliberal nas políticas educacionais brasileiras: um olhar sobre a BNCC**. *EccoS – Rev. Cient.*, 58(1), 1-18.

Aplicabilidade da Lei 8.666 e Seu Intuito com o Desenvolvimento Sustentável

Trabalho de Conclusão de Curso

Hiram César Borges Gogia

RESUMO:

A Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações, possui como um de seus objetivos alcançar a proposta mais vantajosa para, assim, atender as demandas da Administração Pública, incluídas aí a União, Estados e Municípios e, ainda, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações. A norma legal delimita que a licitação objetiva a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, possuindo como principal ator o Estado, sendo responsável por vasta movimentação financeira, podendo ser o motivador para que ocorra esse desenvolvimento nacional. Esta pesquisa tem como intuito analisar, na perspectiva da Lei de Licitações, a possibilidade de compatibilização da regra da contratação da proposta mais vantajosa financeiramente para a Administração Pública com a busca perene pelo desenvolvimento nacional sustentável. Aborda-se, ainda, um estudo do processo licitatório, buscando-se compreender os princípios, finalidades, objetivos e tipos previstos na legislação vigente, incluindo-se, ainda, uma análise do significado de desenvolvimento nacional sustentável. Ultimamente vêm sendo desenvolvidas políticas públicas para que entidades, sejam obrigadas a gerir seus negócios de maneira mais ecológica, e criando, sempre que possível, novas normas que atendam a novos preceitos do que é sustentável e econômico, ao mesmo tempo, ou ainda no que se refere ao desenvolvimento social. Sendo assim, os bens são adquiridos pela Administração Pública, atentando aos princípios de sustentabilidade, podem ter seus valores alterados, acarretando, assim, um gasto mais elevado por parte da administração para contratação do bem ou serviço necessário, indo de encontro ao normalmente adquirido em valores monetários que são normalmente menos custosos. De tal modo, a primeiro instante, depararíamos com uma disparidade de princípios, um controverso do outro, uma buscando o valor mais barato e outro o mais sustentável, dilema esse a ser administrado e planejado pela Administração Pública, enxergando sempre a preservação ambiental como uma perspectiva do amanhã, às gerações atuais e futuras.

Palavras chave: Licitação. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT:

Law 8.666, of June 21, 1993, better known as the Law on Tenders, has as one of its objectives the most advantageous proposal to meet the demands of the Public Administration, including the Union, States and Municipalities, Public companies, mixed-capital companies and foundations. The legal norm defines that the bid is aimed at promoting sustainable national development, with the State as its main actor, responsible for a large financial movement, and can be the motivator for this national development to take place. This research intends to analyze, from the perspective of the Bidding Law, the possibility of reconciling the rule of contracting the most financially advantageous proposal to the Public Administration with the perennial search for sustainable national development. A study of the bidding process is also carried out, aiming to understand the principles, purposes, objectives and types provided in the current legislation, including an analysis of the meaning of sustainable national development. Lately, public policies have been developed so that entities are obliged to manage their businesses in a more ecological way, and creating, whenever possible, new norms that comply with new precepts of what is sustainable and economical at the same time, or even when Social development. Therefore, the assets are acquired by the Public Administration, considering the principles of sustainability, can have their values changed, thus leading to a higher expense by the administration to contract the necessary good or service, going against what is normally acquired in Monetary values that are normally less costly. Thus, at first, we would encounter a disparity of principles, one controversial on the other, one seeking the cheapest and the other the most sustainable, a dilemma to be managed and planned by the Public Administration, always seeing environmental preservation As a tomorrow's perspective, to the present and future generations.

Keywords: *Sustainable Bidding. Sustainable development.*

1. Introdução

Destarte a relevância do assunto, no que tange à aplicação dos recursos para que a utilização dos mesmos sejam empregados sempre visando à preservação dos recursos naturais advindos do meio ambiente. Desse modo, o tema proposto torna-se do interesse de todos e, nos últimos anos, obteve um maior destaque mundial, em que pese a preocupação com a preservação do meio ambiente, para que se possa atender as necessidades, também, de gerações futuras. Nesse contexto, é notório que a execução do planejamento da Administração Pública, no emprego dos recursos, deve ter como intuito atender as demandas da população em geral. A licitação em si é um procedimento do Poder Público que tem por objetivo a aquisição de bens móveis e imóveis, contratação de serviços ou alienação sempre visando alcançar a melhor proposta para a Administração, com ênfase no custo financeiro, sempre sendo um dos deveres dos agentes públicos primar pela eficiência do emprego dos recursos que se originam da labuta de todos os brasileiros.

Ainda sobre isso, o administrador público deve ter em mente duas preocupações a serem enfrentadas, como primeiro, a eficiência na utilização dos gastos e a segunda, a busca contínua na preservação do meio ambiente, sendo o Estado o responsável pela execução e, concomitantemente, pela busca incessante da perfeita aplicação dos recursos atendendo aos anseios da comunidade, e atentar à plena fiscalização de todos os atos da Administração Pública.

Esta pesquisa tem como intuito analisar em que medida se pode compatibilizar princípios narrados na Lei de Licitação que são: o de se alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, no que se refere a finanças, com a procura perene pelo desenvolvimento nacional sustentável. Tendo como amparo o uso de pesquisa doutrinária e a letra da lei, busca-se verificar se há um conflito entre os princípios citados e qual a posição de relevantes doutrinadores.

O capítulo primeiro trata de uma análise a fundo sobre o processo licitatório, começando pelos princípios, finalidades, objetivos e os tipos, tendo como finalidade a escolha da proposta mais vantajosa à Administração. Já no segundo capítulo, é abordado o desenvolvimento sustentável da licitação e seus desdobramentos, narrativa sobre conceituação, sua importância e sua utilização na prática. E por fim, no terceiro capítulo, há a confrontação da aplicação da sustentabilidade à licitação, verificando o fim e a real possibilidade da existência mútua entre esses dois princípios.

Trabalha-se com revisão bibliográfica, usando-se o método dedutivo, em um estudo monográfico.

2. A Lei de Licitações

A Lei de Licitação, ou lei dos certames, dentre outras nomenclaturas, conforme é descrito na Carta Magna: *“regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.”*. Isto é, a existência da aplicação de uma norma em um determinado conjunto, nesse caso

a Administração Pública, a executar quaisquer aquisições através de um processo normatizado pela Lei em questão a Lei 8.666/93.

O certame licitatório é processo administrativo executado pela gestão pública, que precede qualquer utilização de recurso público, no que tange à aquisição de bens móveis e imóveis ou à celebração de contratos. *Conforme Meirelles (2005, p. 82):*

“*é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos.*

Tendo a licitação como objetivo, como ensina Gasparini (2011, p. 533):

“*proporcionar, em primeiro lugar, às pessoas a ela submetidas a obtenção da proposta mais vantajosa (a que melhor atende, especialmente, em termos financeiros aos interesses da entidade licitante), e, em segundo lugar, dar igual oportunidade aos que desejam contratar com essas pessoas, consoante estabelece o Art. 3º da Lei federal 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente pelas Leis federais 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99.*

A licitação tem como primordial a execução nunca deixando de observar a eficiência no gasto do numerário que se origina do erário público. Destinando de tal modo a licitação a realizar gastos que melhor atendam as necessidades que se destinam pelo valor mais baixo, celebrando de fato uma ligação palpável de custo-benefício a ser averiguada pelo gestor público responsável. Após a análise do agente público, a proposta mais vantajosa caracteriza-se ao cenário que tenha o menor custo e o maior benefício à Administração Pública. Suporta a licitação a análise de que a união dos aspectos de qualidade e onerosidade, seja, pela busca da maior qualidade da prestação e maior vantagem econômica (GASPARINI, 2011, p. 531).

Existem inúmeros princípios que norteiam a licitação, alguns no âmbito do Direito Administrativo, por se tratar de procedimento administrativo, e outros tratados na Constituição Federal, abordando a necessidade expressa da obrigatoriedade da licitação, determinando ainda, que as mesmas condições devem ser oferecidas a todos os fornecedores que participarão do certame (Art. 37, XXI). Além do mais, destacam-se os princípios a serem respeitados na execução desse processo administrativo.

No que se refere ao princípio da legalidade, ensina Gasparini (2011, p. 535), que este se refere ao estrito cumprimento do que é previsto na letra da lei, ou seja, apenas realizar o que é legalmente exequível, tanto na Constituição Federal, leis, regulamentos, ou outras normas. A diferença desse princípio para a iniciativa privada é que, no particular, é permitido tudo aquilo que não é proibido.

Ainda segundo Gasparini (2011, p. 535), os princípios da impessoalidade e da igualdade assumem uma vasta importância, tendo em vista o disposto nos artigos 5º, I e 37º, da Constituição Federal. O primeiro artigo ressalta que devem ser garantidos a todos os licitantes as mesmas condições para ser realizada a concorrência entre os eles. Mas vale a pena destacar que, não fica impedido um provável tratamento diferenciado entre os participantes, ao contrário, deve haver, por vezes, um tratamento desigual para que se possa manter a igualdade, firmando, assim, a ideia de que para proporcionar esta, devem ser tratados igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades. De acordo com Di Pietro (2013 p. 378), o art. 37, XXI da Constituição Federal veda a determinação de critérios que restrinja ou direcione alguns aspectos do certame, proporcionando, assim, desvantagem a certos participantes do certame, sendo apenas prevista a estipulação de critérios de ordem financeira e técnica que sejam importantes, para que assim possa ser atendida a finalidade do procedimento e que ambos os lados alcancem o que for comprometido entre a Administração Pública e o particular.

Mazza (2012, p. 395), no que se refere ao princípio da moralidade que é direcionado a fins de padrões éticos, probidade, lealdade, decoro e boa-fé, refere-se não apenas aos licitantes, mas também quanto à execução de todos os atos praticados pelos gestores públicos.

Em consonância com a lição de Mazza (2012, p. 395), todos os atos do processo licitatório devem ser de vasta divulgação garantindo-se a transparência na destinação e aplicação do numerário, atendendo ao princípio constitucional da publicidade. A Lei de Licitações, menciona no artigo 39, a realização de audiência pública para certames de grande vulto e, simultaneamente, no seu artigo 40 que determina a obrigatoriedade da publicação do resumo do edital ou instrumento convocatório competente. Isenta-se, do princípio da publicidade a garantia da privacidade das propostas, seguindo-se o explanado no artigo 3º, Lei 8.666/93.

Em conformidade com Gasparini (2011, p. 535), e como preconizado no artigo 37, da Constituição Federal de 1988, todos os atos que não atendem à previsão legal, ou que vão de encontro a qualquer dos princípios básicos da Administração Pública, ferem a regra da probidade administrativa, regulamentada na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Ainda sobre o entendimento de Gasparini (2011, p. 535), que refere à vinculação ao instrumento convocatório, impondo à Administração Pública e aos participantes do certame, a rigorosa observância às condições e aos termos vinculados ao instrumento convocatório. Para Di Pietro (2013 p. 387), o não atendimento desse princípio ocasionará a nulidade do processo, de acordo com o artigo 3, 41 e 43, V da Lei de Licitações.

Já no que se refere ao julgamento objetivo Gasparini (2011, p. 536, 546), alude que o julgamento das propostas deverá ser realizado de forma objetiva e respeitando o disposto no instrumento convocatório, que é, na maioria das vezes, o edital. Restou vedado à Administração Pública realizar o procedimento sem objetivismo, sendo de saber de todos os aspectos a serem seguidos e, posteriormente, averiguados por ela, sob pena de nulidade.

No que tange ao princípio da fiscalização do certame pelos participantes ou por qualquer cidadão, destaca Gasparini (2011, p. 536), sua origem no Estado Democrático de Direito, ressaltando tem o direito de cobrar o previsto em legislação, qualquer pessoa capaz

para que seja cumprido e fiscalizado o ato administrativo. Este princípio restou consagrado na Lei de Licitações, *pois conforme o exposto no artigo 4º, da Lei 8.666/93:*

Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Ainda nessa mesma linha de raciocínio, o artigo 7º, § 8º, da norma supracitada determina que: *“qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada”,* quanto ao poder de fiscalização a ser realizado pelos licitantes, ou seja, aos cidadãos que participam do certame o artigo 63: *“é permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada, mediante o pagamento dos emolumentos devidos”.*

Após mencionados os princípios do certame licitatório, importante observar os tipos de licitação previstos na Lei 8.666/93, e, *como segue no artigo 45 da afamada norma:*

O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

O julgamento das propostas nas licitações são classificadas quanto ao tipo, de acordo com os incisos I, II, III e IV do § 1º art. 45º da Lei 8.666/93, sendo eles: menor preço, melhor técnica, técnica e preço, maior lance ou oferta.

A escolha do tipo do certame a ser utilizado deve estar literalmente expresso no instrumento convocatório. Quando ocorre o tipo de licitação menor preço, será como prescreve o inciso I do § 1º art. 45º da Lei 8.666/93: *“o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;”.* Já no caso da melhor técnica será, de acordo com Mazza (2012, p. 395), utilizado unicamente para contratação de serviços de natureza intelectual, e *atenderá aos requisitos necessários ao procedimento elencado no § 1º do artigo 46 da Lei 8.666/93:*

§ 1º Nas licitações do tipo *“melhor técnica”* será adotado o seguinte procedimento claramente explicitado no instrumento convocatório, o qual fixará o preço máximo que a Administração se propõe a pagar:

I - serão abertos os envelopes contendo as propostas técnicas exclusivamente dos licitantes previamente qualificados e feita então a avaliação e classificação destas propostas de acordo com os critérios pertinentes e adequados ao objeto licitado, definidos com clareza e objetividade no instrumento convocatório e que considerem

a capacitação e a experiência do proponente, a qualidade técnica da proposta, compreendendo metodologia, organização, tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos, e a qualificação das equipes técnicas a serem mobilizadas para a sua execução;

II - uma vez classificadas as propostas técnicas, proceder-se-á à abertura das propostas de preço dos licitantes que tenham atingido a valorização mínima estabelecida no instrumento convocatório e à negociação das condições propostas, com a proponente melhor classificada, com base nos orçamentos detalhados apresentados e respectivos preços unitários e tendo como referência o limite representado pela proposta de menor preço entre os licitantes que obtiveram a valorização mínima;

III - no caso de impasse na negociação anterior, procedimento idêntico será adotado, sucessivamente, com os demais proponentes, pela ordem de classificação, até a consecução de acordo para a contratação;

IV - as propostas de preços serão devolvidas intactas aos licitantes que não forem preliminarmente habilitados ou que não obtiverem a valorização mínima estabelecida para a proposta técnica.

Ressalta ainda a previsão legal do tipo técnica e preço, previsto no § 2º do mesmo instrumento legal:

§ 2º Nas licitações do tipo “técnica e preço” será adotado, adicionalmente ao inciso I do parágrafo anterior, o seguinte procedimento claramente explicitado no instrumento convocatório:

I - será feita a avaliação e a valorização das propostas de preços, de acordo com critérios objetivos preestabelecidos no instrumento convocatório;

II - a classificação dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preço, de acordo com os pesos preestabelecidos no instrumento convocatório.

Enfim, o critério tão somente utilizado na modalidade leilão é o tipo maior lance ou oferta, como explica Mazza (2012, p. 396).

Mazza (2012, p. 398), salienta ainda, as diversas modalidades de licitação: concorrência, tomada de preço, convite, leilão e concurso.

A concorrência sempre será usada para contratos de maior valor, onde deva haver um maior aporte financeiro, com custo total ultrapassando R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia e para gastos acima R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para demais contratações, garantindo a possibilidade de participação de qualquer empresa que cumpra os requisitos, a chance de concorrer com os demais para habilitação atendendo ao previsto no instrumento convocatório, nunca esse instrumento deixando de atentar para o princípio da publicidade (MAZZA, 2012, p. 399). Apesar disso, há casos que obrigam o gestor público a executar a licitação do modo concorrência apartado do valor, que são no caso de compra e alienação de imóveis, a concessão de direitos reais de uso, as licitações internacionais, os contratos de empreitada integral, as concessões de serviços públicos e o registro de preços.


A tomada de preço serve para contratos intermediários, nunca extrapolando o valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia

e também R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para outras contratações. Sempre precedida a concorrência aos interessados que estejam devidamente cadastrados ou àqueles que, em até três dias antes do dia em que as propostas forem entregues, não esquecendo da capacidade prevista no § 2º do artigo 22 (MAZZA, 2012, p. 400).

Já a modalidade convite é disponibilizada a participação a quaisquer interessados, independentemente de cadastro prévio, porém sempre atendendo aos requisitos solicitados no instrumento convocatório (o qual deve ser disponibilizado em local apropriado). Essa modalidade visa atender contratações que não ultrapassem R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para obras e serviços de engenharia e R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para outras contratações. Nessa modalidade não existe edital como instrumento convocatório, mas sim a carta-convite (MAZZA, 2012, p. 401).

A modalidade concurso tem como intuito a contratação de trabalho técnico, científico ou artístico remunerando ou premiando o vencedor de acordo com § 4º do artigo 22.

No caso do leilão, em conformidade com a previsão legal do § 5º do artigo 24, sendo a modalidade na qual a gestão pública se desfaz de bens móveis e imóveis, concordante com Mazza (2012, p.400):

 [...] é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis oriundos de procedimentos judiciais ou dação em pagamento, a quem oferecer maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

Essa modalidade teve seu estopim com a Lei 10.520/2002 que: *“institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.”* Posteriormente foi instituído o uso obrigatório do pregão no âmbito federal, através Decreto 10.024/19, tendo como regra a execução dessa modalidade de licitação por meio eletrônico, excetuando em casos justificados, não ser melhor opção viável à Administração. Tem como principal atributo a troca das fases do procedimento em comparação as demais modalidades, haja vista que nessa modalidade a primeira etapa que ocorre é o julgamento das propostas e, posteriormente, a habilitação.

Objetiva a contratação de bens e serviços mencionados na letra da lei do artigo 1º da legislação específica:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

3. Desenvolvimento Sustentável

A sustentabilidade, como explica Bittencourt (2014 p. 6), tem como finalidade dispor de variáveis que complementam o sentido da palavra sustentar no aspecto ambiental, também, com a capacidade de unir questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais. Segundo o autor, sustentabilidade é composta por seis dimensões: política, cultural, espacial, econômica, social e ambiental, sendo que as três últimas, tratam de reais aspectos que delimitam a sustentabilidade.

A sustentabilidade está relacionada à harmonia econômica da comunidade, pretendendo dirimir a pobreza, sem que haja o comprometimento dos recursos naturais para as gerações futuras (BITTENCOURT, 2014, p. 7).

Seguindo na linha da sustentabilidade no seu atributo econômico, porém já na direção social, a sustentabilidade busca diminuir as distâncias sociais, garantindo uma maior qualidade de vida, possibilitando a todos os mesmos direitos e deveres dentro da comunidade.

Referente ao meio ambiente, principalmente preservação da natureza no seu sentido macro, cuidando sempre para agredir o mínimo dos ecossistemas existentes na região, conservando, assim, recursos naturais proporcionando até futuramente um provável empreendimento também sustentável. Analisando de maneira imprescindível, dentre outras medidas, manter as matérias-primas existentes no habitat natural, já que esses recursos são acabáveis, pelo que sempre que possível, realizar a sua substituição por outros renováveis. Cabe ressaltar que se tornam necessárias mudanças das atitudes quanto à produção e ao consumo da sociedade, o que tornaria uma tarefa mais acessível para implementação do Estado.

Basicamente, analisando o que já foi mencionado, não seria errado dizer que sustentabilidade trata de duas engrenagens, sendo uma delas o ser humano, e outra o meio ambiente, cujas engrenagens devem trabalhar em conjunto, harmonicamente, para que, assim, consigamos viver sem prejudicar a natureza e, ao mesmo tempo, utilizar de tudo que ela nos proporciona, sem deteriorá-la (BITTENCOURT, 2014, p. 10).

Seguindo a mesma direção Serrão *et al* (2012 p. 19), afirma que, quando se fala em sustentabilidade, está se referindo à preocupação com a qualidade de vida da geração atual, sem prejudicar as futuras. O desenvolvimento não apenas se preocupa com o bem-estar dos cidadãos, mas de certa maneira, também, com a natureza, preocupando-se, com o período para sua própria recuperação, proporcionando, caso seja bem administrado de maneira racional, um recurso esgotável em algo que perdure além do que era esperado inicialmente.

Destaca Eden (1993 p. 1743), que os meios utilizados pelos órgãos que gerenciam a responsabilidade, agem de modo bastante passivo, enaltecendo a ação do Estado no que se refere à fiscalização nas empresas e, essas, por consequência, aos indivíduos que consomem seus produtos, destaque ainda que isso ocorre também, com a comunidade europeia, de acordo com pesquisa realizada pelo autor.

A intenção de consumo sustentável vai ao encontro da capacidade de cada cidadão, ou seja, seu conhecimento de sustentabilidade resultando, assim, a preocupação de cada um em relação a uma “*mente verde*”, ocasionando neles comportamentos sustentáveis.

Ajudaria nesse quesito, se fosse realizado um projeto de programas de informação e métodos para uma “rotulagem de sustentabilidade”, que, segundo o autor se tornou uma das principais maneiras adotadas pela comunidade europeia, para alcançar padrões mais aceitáveis de sustentabilidade Cohen (2001 p. 21).

Consoante com Conselho Empresarial Brasileiro para Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) (2016), que tem como preceitos a preservação do meio ambiente, e determina metas para dirimir problemas sociais causados pelas desigualdades, como a fome e a pobreza, evidencia-se a relevância do assunto, destacando o desenvolvimento sustentável concomitantemente com o desenvolvimento econômico das empresas, iniciativa essa que se pode trazer do meio privado para a gestão pública, para que essa possa gerir melhor um caminho para um planejamento de uma sociedade mais verde.

4. Licitações Sustentáveis

Atentando para o já supracitado, a licitação pública tem como objetivo adquirir/contratar aquilo que seja necessidade da Administração Pública pelo menor preço. Isso posto, a gestão pública tem como propósito primar pela contratação de bens móveis, imóveis, e serviços visando sempre que esses bens ou serviços devam respeitar aos princípios sustentáveis.

Utilizando uma sistemática sustentável, em substituição a um mesmo produto por outro que cumpra a mesma finalidade, obedecendo, claro, ao princípio da licitação pela aquisição mais vantajosa para administração, é necessária a realização de um comparativo de produtos que atendam a esses requisitos, ou seja, aquisição de um produto comum e outro, um produto com as mesmas especificações, porém esse segundo produzido com um intuito “verde”. A relevância dessa equiparação, torna-se indispensável pelo ponto de vista. A primeira análise seria se tal compra é vantajosa à Administração Pública. Deve-se analisar se o aumento dos gastos nesse exemplo, seria aprovado pela comunidade. E, ainda, deve haver a preocupação dos órgãos de controle interno, para que a aquisição seja pelo produto de menor preço.

Freitas (2011, p. 40/41) destaca:

“ [...] eis o conceito proposto para o princípio da sustentabilidade: trata-se do princípio constitucional que determina, independentemente de regulamentação legal, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar físico, psíquico e espiritual, em consonância homeostática com o bem de todos.

Resguardando ainda a garantia da manutenção do meio ambiente, a Lei Maior preconiza no artigo 225, caput, da CF (2012): “que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as

presentes e futuras gerações”. Vale ressaltar ainda, o Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012 (2012), que determina no artigo 3º estabelecendo critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.

O decreto em tese é de extrema validade, uma vez que viabiliza as contratações sustentáveis, pois o mesmo descreve como deverão ser incluídos os requisitos das licitações sustentáveis.

Para Meneguzzi (2011, p. 21), a ecoaquisição, ou seja, aquisição sustentável seria:

“Seria contratar (comprar, locar, tomar serviços...) [...] levando em conta que o governo é grande comprador e grande consumidor de recursos naturais, os quais não são perpétuos: acabam. Como o governo compra muito poderia estimular uma produção mais sustentável, em maior escala, além de dar o exemplo.

A própria Constituição Federal determina a todos os entes a responsabilidade pela manutenção dos padrões ambientais, *de acordo com Artigo 23, VI:*

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

Ainda nesse sentido, o *caput* do Artigo 225 expõe uma preocupação quanto à preservação do meio ambiente tanto para as gerações atuais como também para as futuras:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Entende-se, portanto, que a carta Magna tem como um de seus pilares a manutenção meio ambiente, sendo preconizado em diversos artigos sua importância. Uns dos preceitos constitucionais, dá-se por essa característica, sendo os estados, ou qualquer ente da União, que exerça atividade econômica, os responsáveis pelo desenvolvimento sustentável, conforme Bittencourt (2014 p. 16).

Ainda nessa finalidade, o Tribunal de Contas da União, em ACÓRDÃO TCU 1317/2013, *demonstra estudos sobre o desenvolvimento sustentável dentro do certame licitatório:*

37. As políticas públicas ora em análise, que visam à adoção de medida da restrição entendida como necessária para garantir a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, por envolver aparato normativo complexo para a sua concretização, dependem de regulamentação a fim de afastar qualquer possibilidade de discricionariedade.

38. A peça juntada aos autos pela Advocacia Geral da União (AGU) reproduz entendimento do doutrinador Fábio Konder Comparato, onde esclarece que política

pública não se resume a norma e nem a ato jurídico, mas as engloba como componentes, para ser a política antes de tudo, “*um conjunto organizado de normas e atos tendentes à realização de um objetivo determinado*”.

Abrangendo o assunto em largos aspectos Garcia e Ribeiro (2012 p.231-254), mencionam basicamente as *principais tendências de uma licitação economicamente e ecologicamente sustentável*:

“*A tendência não é mais apenas considerar “proposta mais vantajosa” aquela de menor preço ou menor dispêndio financeiro, mas aquela que produza resultados satisfatórios para o atendimento de outros valores ligados aos interesses públicos primários da sociedade. É claro que a cautela que se deve ter é evitar o desvirtuamento do processo licitatório; daí a necessidade de observância dos princípios da proporcionalidade, eficiência e isonomia. Não há que se falar em afronta aos princípios norteadores das licitações no caso da adoção de critérios ambientais, já que a competição, assim como qualquer outro valor, pode ser objeto de restrições, desde que devidamente motivadas e fundadas em critérios de razoabilidade. O fundamental é compreender que, com base na ordem constitucional e na legislação ordinária, existe um dever direcionado aos gestores públicos para a implementação das licitações e contratações sustentáveis.*”

5. Considerações Finais

O interesse da sociedade em favor do meio ambiente, é um dever de todos os Estados da Federação. Todos os Estados, membros da Federação brasileira, devem adotar medidas de planejamento sempre vislumbrando uma aquisição necessária de bens, dispensando aqueles que sejam supérfluos, atendendo sempre aos princípios de economicidade e sustentabilidade.

Uma licitação, com parâmetros e critérios de sustentabilidade, deve necessariamente atender a rigoroso planejamento anterior. Quando não haja esse planejamento, o que, por vezes é menos frequente na gestão pública, resta prejudicado o manejo de uma licitação sustentável e, ao mesmo tempo, barata.

Embora o intuito da União seja a aquisição mais vantajosa, destaca-se, também, a preservação do meio ambiente, tanto para as gerações atuais como também para as futuras, sendo um ato de juízo de valoração, qualquer forma de contratação pela Administração Pública, em quaisquer temporalidades curto, médio e longo prazo.

O ato de contratação de objeto necessário para Administração é uma atribuição do gestor responsável pelo certame, que deve buscar sempre novos conceitos para aquisição mais vantajosa, de acordo com abordado na Lei nº 12.349/2010. A inovação desse novo conceito visa atender a proposta mais vantajosa, mas sempre com atualizações normativas, devendo-se, ainda, atentar para que esses atos de aquisição sejam satisfatórios aos padrões de manutenção do meio ambiente.

É importante, ainda, a aplicação de políticas públicas para disseminar a preocupação que todos devem ter, quanto a meios de fortuna naturais, incentivando a todos, desse modo, a zelar pelo planeta onde vivem e estimular o pensamento de responsabilidade verde e “*ecoaquisição*”.

Esse procedimento em si, depende da intenção de um conjunto muito vasto de pessoas que desejam e querem a mesma coisa, com a conscientização e educação da população, dever-se-á direcionar as aquisições e produções para outros patamares de sustentabilidade, o que trará reflexos positivos para todos os membros da sociedade e para a natureza.

REFERENCIAS

BRASIL. **Instrução normativa no 01, de 19 de janeiro de 2010.** Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=295>>. Acesso em 10/03/2017;

_____. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666compilado.htm>. Acesso em 21/03/2017;

_____. **Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010.** Altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12349.htm>. Acesso em 21/03/2017;

_____. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;** Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10520compilado.htm> Acesso em 21/03/2017;

_____. **Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011.** Regulamenta o disposto nos §§ 5º a 12 do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e institui a Comissão Interministerial de Compras Públicas; Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Decreto/D7546.htm>. Acesso em 21/03/2017;

_____. **Lei 8.429, de 2 de junho de 1992.** Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm> Acesso em 21/03/2017;

_____. **Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.** Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/d5450.htm>. Acesso em 21/03/2017;

_____. **Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.** Instituiu separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em 21/03/2017;

_____. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Data de acesso: 21/03/2017.

_____. **Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012.** Regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CI-SAP. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm>. Acesso em 10/03/2017;

_____. **Acórdão 1317/2013 - TCU – Plenário.** Disponível em < www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/.../AC_1317_19_13_P.doc>. Acesso em 10/03/2017;

_____. **Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012.** Regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm>. Acesso em 10/03/2017;

BITTENCOURT, Sidney. **Introdução do livro licitações sustentáveis: o uso do poder de compra do Estado fomentando o DNS.** Belo Horizonte: DelRey, 2014.

Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), A série de workshops é realizado pela Aliança Estratégica, entre a GIZ e a SEB, para o desenvolvimento do mercado de títulos verdes em economias emergentes do G20 com o apoio do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), o United Nations Environment Programme – Finance Initiative (UNEP FI) e o Center for International Climate and Environmental Research – Oslo (CICERO). Disponível em <<http://cebds.org/projetos/serie-de-workshops-titulos-verdes/#.WUL36caQzIU>>. Acesso em 10/04/2017;

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**, 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

EDEN, S. E. **Individual environmental responsibility and its role in public environmentalism.** Environment and planning. Vol. 25, 1993, pp. 1743-1758.

FREITAS, J. **Sustentabilidade: direito ao futuro.** 1ª reimp. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

GARCIA, Flávio Amaral; RIBEIRO, Leonardo Coelho. **Licitações públicas sustentáveis.** Revista de Direito Administrativo – RDA, Rio de Janeiro, v. 260, p.231-254, maio/ago. 2012.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 529

LACOMBE, F. J. M.; HEILBORN, G. L. J. **Administração: princípios e tendências.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**, 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LACOMBE, F. J. M.; HEILBORN, G. L. J. **Administração: princípios e tendências.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado.** 16.ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2012.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**, 2ª edição. São Paulo. Editora Saraiva, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro.** 4ª ed. Atualizada. São Paulo: R. dos Tribunais, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 30 ed. Malheiros. São Paulo: 2005.

_____. **Direito Administrativo Brasileiro**, São Paulo: Malheiros, 24. ed, 1999, p. 246

MENEGUZZI, R. M. Conceito de licitação sustentável. In: SANTOS, MurilloGiordan; BARKI, Teresa Villac Pinheiro (Coord). **Licitações e contratações públicas sustentáveis.** 1ª reimp. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SERRÃO, Mônica; ALMEIDA, Aline; CARESTIATO, Andréa. **Sustentabilidade – uma questão de todos nós**. Rio de Janeiro: SENAC, 2012.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ZAMBAM, Neuro; BOFF, Salete Oro; LIPPSTEIN, Daniela. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: Orientações Básicas**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2013.

Portal de Compras Governamentais – ComprasNet. Disponível em < <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br/PainelMateriais.html> >. Acesso em 15/05/2017

ÉTICA EM ÓRGÃO PÚBLICO: Incapacidade ou Falta de preparo?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Inêz Valéria Estrêla Alves de Aguiar
Discente do curso de MBA em Administração,
Planejamento e Orçamento Público

RESUMO:

Este trabalho buscará demonstrar que, nas instituições públicas, nossos profissionais agem com moral e ética. Desta forma, não é apenas necessário escolher, segundo as regras da arte, entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o adequado e o inadequado, o adequado e o inadequado, mas sobretudo entre a honestidade e a desonestidade. 37, caput, e § °, da Constituição Federal “Alguns aspectos do serviço público são medidos não apenas pela adesão externa às regras, mas pela qualidade da adesão a elas. Com que frequência nossas regras são cumpridas leis” pontos e pontos” em vez de “nenhum”?” Assim, a conduta leva em consideração a escolha informada do trabalhador. Os funcionários devem demonstrar comportamento adequado ao seu cargo administrativo e funcional, bem como moral e social. Afinal, a falta de conduta pode trazer sérias consequências no âmbito administrativo de natureza disciplinar. A partir disso, foi elaborado um documento com o objetivo de estabelecer diretrizes de conduta e atuação dos colaboradores (internos e externos) e representantes da empresa. Serve como norma interna, alinhando os valores e objetivos éticos da organização e enfatizando as leis e regulamentos que se aplicam ao negócio.

Palavras chave: Ética. Moral. Conduta. Serviço Público. Código de ética profissional.

ABSTRACT:

This work will seek to demonstrate that, in public institutions, our professionals act with morality and ethics. In this way, it is not only necessary to choose, according to the rules of the art, between legal and illegal, fair and unfair, adequate and inappropriate, adequate and inappropriate, but above all between honesty and dishonesty. 37, caput, and § °, of the Federal Constitution “Some aspects of public service are measured not only by external adherence to the rules, but by the quality of adherence to them. How often are our rules enforced laws” dots and dots” instead none”?” Thus, the conduct takes into account the informed choice of the worker. Employees must demonstrate behavior appropriate to their administrative and functional position, as well as moral and social. After all, the lack of conduct can have serious consequences in the administrative scope of a disciplinary nature. Based on this, a document was prepared with the aim of establishing guidelines for the conduct and performance of employees (internal and external) and company representatives. It serves as an internal norm, aligning the organization’s ethical values and objectives and emphasizing the laws and regulations that apply to the business.

Keywords: Ethic. Moral. Conduct. Public service. Code of professional ethics.

1. Introdução

O Decreto nº 1.171 de 22 de junho de 1994, em seu Inciso II estabelece:

“O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal.”

Quando se fala de ética e da moral para servidores públicos temos que avaliar que a ética e a moral existem desde os primórdios da sociedade e estão diretamente relacionadas ao comportamento humano. A nossa sociedade vive redescobrimo dia a dia a auto avaliação da moralidade, há uma maior necessidade de valores éticos em todas as situações sociais, vivendo em graves crises de valores, alguns consideram até desrespeitoso.

Recorrendo ao dicionário, a palavra “ética” vem do grego ethos e significa aquilo que pertence ao “*bom costume*”, “*costume superior*”, ou “*portador de caráter*”. Princípios universais, ações que acreditamos e não mudam independente do lugar onde estamos. Segundo Vázquez (1995), difere a ética da moral da se a moral se baseia em seguir hábitos e costumes aceitos, ao contrário, a ética busca fundamentar as ações morais inteiramente na razão.

A ética nos serviços públicos é uma das questões mais importantes quando falamos sobre a realidade do trabalho em órgãos federais, estaduais ou municipais do país. Desde 1994, esse aspecto é regulamentado por decreto federal que estabeleceu o código de ética ao servidores públicos.

As organizações só podem ser consideradas éticas se as pessoas que nelas trabalham agirem com ética. Isso se aplica tanto ao setor privado quanto ao setor público. Se a sociedade vê uma organização positiva ou negativamente depende das decisões que seus líderes tomam todos os dias. É assim que selecionamos nossos produtos, serviços e candidatos. Dessa forma, os funcionários de um órgão governamental aderem a um conjunto de valores e padrões estabelecidos para o atendimento. Essa é uma medida fundamental para melhorar a qualidade do trabalho, pois cada vez mais colaboradores em todo o Brasil devem seguir os princípios éticos previstos em lei. Neste caso, a unidade deverá elaborar um manual, acessível a todos os colaboradores, que contenha o quê, como e que atitude devemos ter perante os nossos clientes.

2. Ética

2.1. O que é ética no serviço público?

O comportamento ético do servidor público é mais do que apenas fazer o que é permitido. A essência do comportamento é a direção interior que ele dá à sua ação: ele executa o trabalho para cumprir seu dever ou para fazê-lo com mais motivação, cuidado e prazer do que o trabalho prescreve.

Immanuel Kant, em seu escrito, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, nos chama a atenção para:

“O termo ético significava antigamente ‘doutrina dos costumes’, em geral também se chamava ‘doutrina dos deveres’. Mais tarde se pensou conveniente transferir este nome somente a uma parte da doutrina dos costumes.

A ética se refere aos valores que norteiam nossas ações no mundo. Especialmente nos serviços públicos, são as normas que regem o comportamento dos trabalhadores que atendem ao povo brasileiro. Para organizar os princípios éticos o Poder Executivo Federal produziu o decreto nº 1.171 em 1994.

A ética faz parte do nosso dia a dia. Em todos os nossos relacionamentos e ações, usamos nossos valores morais para nos ajudar de alguma forma. Em termos gerais, a ética compreende um conjunto de regras e normas avaliativas relativas à prática do bem e da justiça, e à aprovação ou reprovação das ações de um grupo social ou de indivíduos em uma sociedade.

2.2. A valor da ética no serviço público

Os serviços públicos são prestados por órgãos públicos em benefício do povo, e esses serviços são prestados pelos chamados agentes públicos. Pessoas que exerçam funções em instituições públicas, que possam estar vinculadas profissionalmente ao poder executivo ou atuar como representantes políticos. O estado alcança seus objetivos por meio da atuação da administração pública, cujos agentes públicos são responsáveis pelas decisões governamentais e pela implementação dessas decisões (Gonçalves, 2011).

O comportamento ético do servidor público é mais do que apenas fazer o que é permitido. A essência do comportamento é a direção interior que ele dá à sua ação: ele executa o trabalho para cumprir seu dever ou para fazê-lo com mais motivação, cuidado e prazer do que o trabalho prescreve.

A administração pública está vinculada às normas constitucionais e demais meios legais para que suas atividades tenham a necessária legitimidade e evitem que o processo decisório não atinja o fim declarado.

A importância de um código de ética é conscientizar os servidores públicos de que cumprem as normas éticas e profissionais.

Todos estes artefatos previstos em normas e leis visam dotar os agentes públicos de moral e conduta moral (Gonçalves, 2011; Maria 2010). Hoje, as pessoas estão cada vez mais inclinadas ao individualismo e à competição, e perseguem o poder e o dinheiro sem se preocupar com os meios para isso, indicando a necessidade de desenvolver valores morais e éticos que possam nortear suas vidas. É por isso que o estudo da ética está no centro do debate entre organizações, cidadãos, juristas, religiosos e profissionais de todos os tipos (ROCHA, 2010).

Diante da multiplicação dos casos de corrupção e, principalmente, da reação da sociedade a tal nível de desmoralização das relações sociais e políticas, as questões éticas tornam-se cada vez mais evidentes nas esferas públicas brasileiras. À medida que a mídia expõe escândalos e denúncias de corrupção, a reflexão sobre essas questões revela conceitos éticos envolvidos na busca de uma melhor atuação na vida privada e pública.

A moralidade é baseada no comportamento responsável das pessoas. Para um político que escolhe esse personagem, é importante reduzir o abuso da máquina pública e evitar que ele busque ganhos pessoais. Os códigos de ética fornecem apenas orientação e cabe aos políticos decidir quais são os requisitos e restrições e decidir entre os melhores cursos alternativos de ação. Sócrates, considerado o pai da filosofia, associou o comportamento moral à sabedoria, afirmando que só quem tem conhecimento consegue enxergar com clareza a melhor forma de agir em cada situação. Além das teorias de Sócrates, existem outras teorias que se formaram ao longo da história que de alguma forma contribuíram para a melhoria do comportamento humano e, portanto, da interação social. Em nosso atual ambiente político, o estudo e aplicação de padrões éticos está claramente se tornando mais frequente e necessário para o desenvolvimento da nação.

2.3. Ética: Crenças e Valia

Segundo Aristóteles, os valores éticos são os seguintes: coragem, temperança, liberdade, magnanimidade, mansidão, franqueza e justiça. Para ele, o ser humano moral, virtuoso, é aquele que consegue transformar a boa conduta, em um hábito na sua vida.

Um dos princípios é a origem de uma coisa ou conhecimento. Também pode ser definido como um conjunto de regras ou (bom) código de conduta pelo qual alguém governa sua vida e comportamento.

Analisando detalhadamente esses conceitos, não é difícil descobrir que os princípios que regem nosso comportamento social são os conceitos ou regras que aprendemos em nossa vida comum e passamos de geração em geração.

Esse conhecimento originou-se em algum momento do grupo social em que estavam inseridos, e eles concordaram que sua aplicação era boa e aceita por aquele grupo.

Quando alguém alega que algo viola seus princípios, refere-se a um conceito ou regra que surge em algum momento da vida de uma pessoa, ou alguma outra parte de um grupo social que é considerado um bom comportamento moral.

Nas mais diversas sociedades, os valores são fundamentais para determinar quem faz o que é bom, independente de seu nível cultural, econômico ou social.

Todos os termos usados para avaliar traços de personalidade têm um peso “*bom*” e um peso “*ruim*”. Exemplos incluem termos como honestidade, desonestidade, generosidade, egoísmo, verdade e falsidade.

Os valores dão “*peso*” ao comportamento e caráter de uma pessoa ou grupo. Esse peso pode ser bom ou ruim. (Kant, 2002.) argumenta que qualquer ação que possa ser considerada moralmente boa deve ser universal, ou seja, boa em todos os lugares. Infelizmente, os ideais de valores e moralidade de Kant não foram alcançados. As diferenças culturais e sociais fazem com que os valores de certos comportamentos mudem dependendo do

contexto em que são inseridos. PASSOS (2007, p. 41) observa que embora Kant reconhecesse que seus princípios éticos eram bastante rígidos, ele acreditava que a sociedade só seria perfeita se tudo o mais seguisse o dever e a moralidade.

2.4. Ética e Cargo Pública

Função pública é a competência, atribuição ou encargo para o exercício de determinada função. Podemos ressaltar que essa função não é livre, devendo, portanto, estar o seu exercício sujeito ao interesse público, da coletividade ou da Administração.

Mesmo sabendo que para exercer uma função pública todos deveriam passar por um processo de avaliação sendo eles concursados ou indicados, e com essas funções públicas devem ter capacidade de exercer uma determinada função, alocação ou alterações. Vale ressaltar que essa função não é gratuita, por isso deve ser usada como um exemplo de interesse público, coletivo ou gerenciamento. De acordo com Maria Sylvia Z. Di Pietro, a função “*é um conjunto de atribuição que não tem nada a ver com posição ou emprego*”.

Ao exercer as mais diversas funções públicas, além das disposições implementadas no plano e entidades públicas eólicas, as leis e regulamentos são padronizados e determinados.

Os agentes públicos devem respeitar os valores morais e morais da sociedade pela vida em grupo.

Quando uma pessoa busca uma setor público e porque necessita da ajuda do servidor para que o mesmo o oriente e a primeira coisa que precisa é ser bem atendido.

A falha em observar esses valores trará muitos erros e problemas ao servir o público e os serviços, o que fez uma contribuição significativa para a imagem negativa do fengqin e dos serviços.

Um dos princípios básicos que precisam ser entendidos é que o modelo moral de funcionários públicos que exercem funções públicas vem de sua essência, ou seja, a relação entre personalidade pública e seu público.

O servidor deve não apenas estar ciente desse padrão a cada 24 horas por dia. O caráter público de seu serviço deve ser incluído em sua vida privada, para que valores e sinceridade morais possam ser usados como princípios básicos e básicos da vida equilibrada, e os princípios básicos e básicos do relacionamento com esses colegas e esses colegas são continuados. Servir usuários.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, trouxe alguns princípios, aos quais a Administração Pública ficaria submetida. Tais princípios estão inseridos no caput do art. 37, com sua redação atual dada pela *Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

Segundo Filho (2003), convencionou-se chamá-los de princípios. Isso se expressa justamente por meio de referências constitucionais. Eles divulgam diretrizes básicas para a

administração, de modo que as ações administrativas só podem ser consideradas válidas se as cumprirem.

Conforme nossa constituição, para que os serviços públicos estejam intimamente ligados à lei, os princípios constitucionais devem ser seguidos.

Entre eles:

- ✓ Fiel: todo ato administrativo deve seguir fielmente as complexidades da lei.
- ✓ Impessoalidade – aqui é usado como sinônimo de igualdade: todos devem ser tratados com igualdade e respeitar as regras da lei.
- ✓ Moralidade: respeito aos padrões morais para não prejudicar os bons costumes da sociedade.
- ✓ Publicidade: Refere-se à transparência de qualquer ação pública, exceto conforme exigido por lei.
- ✓ Eficiência: Execute o seu Mister da forma mais eficiente possível utilizando os meios ao seu dispor.

Dias (2009) frisa que é evidente que a atuação da Administração Pública não deve se restringir à observância destes princípios, devendo ser observados, também, outros princípios expressos e implícitos no texto constitucional.

2.5. Ética pessoal, pública e privada.

A importância da tomada de decisão e as ações morais e transparentes dos profissionais, a fim de estabelecer uma imagem positiva da organização, seja pública ou privada.

Srouf (2011, p. 31), tem uma frase que nos faz acreditar na conduta ética das pessoas individualmente ou no âmbito empresarial: *“as pernas da esperteza encurtam cada vez mais, a repressão aos negócios ilícitos se intensifica e os clientes medem os riscos de fazer transações com comerciantes que se encontram na mira da justiça”*.

Se houver exceções e, se a reputação da mídia na mídia exceder essas ações positivas, vamos olhá -las e usá -las como exemplos que não devemos seguir.

O gerenciamento moral e transparente faz parte do relacionamento entre a organização e os usuários/ou os usuários de serviço da organização. Se a organização agir moralmente, a organização pode ser considerada moral. Isso é adequado para iniciativas públicas e privadas. Obviamente, de acordo com as decisões de seus gerentes na vida cotidiana, as opiniões da sociedade sobre a organização são positivas ou negativas. É assim que escolhemos produtos, serviços e candidatos.

As áreas públicas também são acusadas pela Associação de Comportamento Moral, além de aumentar sua própria condenação na mídia de que os brasileiros não aceitam mais a incompatibilidade do comportamento imoral, especialmente os impostos coletados pelos cidadãos. Nesse sentido, as constantes CPIs – Comissões Parlamentares de Inquérito é um exemplo das ações dos representantes do povo..

A participação do cidadão na gestão pública vem aumentando significativamente, vale ressaltar que sua participação faz parte de seus deveres na busca pela harmonia no convívio em comunidade.

3. O Interesse de Conhecer o Código de Ética

De fato, quase nenhum funcionário toma posse sem ler este documento fundador. Esse é um dos temas mais próximos da prova do concurso público.

Na documentação, há não só regras que o servidor deve seguir, mas também multas para quem não respeitar determinado ponto. Cada agência governamental tem um comitê de ética que supervisiona servidores e julga violações.

O decreto Federal nº 1.171 está dividido em dois capítulos. O primeiro é constituído por três sessões a primeira trata das regras deontológicas, a segunda dos principais deveres do servidor público e a terceira do que é vedado a ele. Já o segundo capítulo do documento fala das comissões de ética.

No primeiro artigo da lei expressa os valores que regem a função pública do Estado:

- ✓ Brio;
- ✓ Decência;
- ✓ Cuidado;
- ✓ Presteza;
- ✓ Domínio dos princípios morais;
- ✓ Compreensão dos princípios éticos. Para manter a honra e as tradições do serviço público.

Logo depois, no segundo artigo, fica claro que os servidores públicos nunca podem ignorar o elemento ético em seu comportamento. Assim terá que decidir não só entre o legal e o ilícito, o justo e o injusto, o conveniente e o inoportuno, o razoável e o inoportuno, mas principalmente entre a veracidade e o dolo, segundo as regras contidas no art. 37, caput e § 4º, da Constituição Federal. Assim, para conquistar sua aprovação, o servidor precisa estudar sobre os princípios éticos que o regem.

Além da aprovação nos exames, o conhecimento da ética é necessário para realizar as tarefas corretamente. Só assim poderá oferecer um serviço de qualidade com respeito ao povo e às instituições brasileiras. Por sua moralidade, merece e merece a confiança dos usuários do sistema público. Infelizmente, muitas agências governamentais foram descreditadas pelo público. Afinal, escândalos de corrupção no sistema público e casos de descaso ou falha política definem a relação das pessoas com esses serviços. Uma atitude ética de serviço público é fundamental para reconstruir a imagem de uma organização e oferecer excelência aos seus cidadãos.

3.1. Quais são os principais parâmetros éticos para o servidor?

3.1.1. Valores do serviço público

O Código de Ética do Servidor Público exige ética dos trabalhadores e vincula suas ações à cidadania e ao respeito à comunidade. No artigo IV, o documento menciona que a remuneração do servidor público provém dos tributos devidos por todo cidadão, inclusive ele próprio. Em seu artigo V, a lei reitera que as obras públicas são voltadas ao bem-estar da sociedade.

O decreto apresenta como valor a transparência das autoridades públicas, estipulando nos artigos VII e VIII que, ressalvados os casos relacionados à segurança nacional, as investigações policiais ou em benefício de interesses superiores do Estado e da administração pública, devem ser mantidas em processo . previamente declarada confidencial, nos termos da lei, a publicação de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficiência e ética, resultando na omissão dessa conduta, compromisso de ética contra o bem comum, por parte daqueles que se recusarem a fazê-lo.

Todos têm direito à verdade. O servidor não pode ignorá-lo ou falsificá-lo, ainda que isso seja contrário aos interesses do interessado ou da administração pública. Nenhum Estado pode desenvolver-se ou estabilizar-se sob a força corruptora do erro, da opressão ou da mentira, hábitos que sempre destroem a dignidade humana, muito menos a dignidade de um Estado.

São condenados os maus tratos a um cidadão ou os danos a bens do domínio público.

O Artigo X também condena a negligência ou atraso no atendimento ao público.

3.1.2. Deveres do servidor

Entre as principais obrigações dos que trabalham em órgãos públicos apresentadas no código de ética, estão:

- ✓ desempenhar suas atribuições no tempo adequado;
- ✓ atender aos usuários com rapidez, esforçando-se para resolver situações que estejam gerando atrasos;
- ✓ ter integridade e visar sempre o bem comum;
- ✓ nunca atrasar prestações de contas;
- ✓ tratar a população com cuidado, respeitando as limitações individuais e agindo sem qualquer tipo de preconceito;
- ✓ resistir à pressão e denunciar pessoas que queiram obter vantagens indevidas;
- ✓ ser assíduo;
- ✓ manter o local de trabalho em perfeitas condições;
- ✓ abster-se de realizar sua função ou usar sua autoridade com finalidade estranha ao interesse público.

3.1.3. Proibições

O Código de Ética no Serviço Público proíbe os funcionários da administração pública de usar sua posição e influência para benefício próprio ou de terceiros. Ele também está proibido de prejudicar intencionalmente a reputação de outros servidores ou cidadãos atendidos. Além disso, os funcionários públicos não podem tolerar violações éticas.

Quando se trata de atender a população, o servidor público não pode deixar de utilizar as ferramentas de que dispõe para garantir o direito da pessoa. Ele também está proibido de criar obras artificiais que atrasem ou dificultem o atendimento aos cidadãos. Da mesma forma, ele não deve permitir que antipatia ou interesses pessoais interfiram nas negociações com os usuários

4. Por que Conduta e Atos de Conduta?

4.1. Conduta Moral

A conduta ética dos funcionários públicos não é apenas uma questão de se comportar de acordo com o que é permitido. A essência da ação é a orientação interna que ele dá à sua ação: a motivação, o cuidado, o prazer com que realiza seu trabalho para cumprir seus deveres ou fazer mais do que o papel prescreve.

Existem certos aspectos do serviço público que são medidos não pelo mero cumprimento externo dos padrões, mas pela qualidade com que as regras são seguidas. *Quantas vezes nossas leis são aplicadas pela “letra”, mas não pelo “espírito”?* Assim, a ação leva em consideração a escolha consciente do agente.

Essa escolha consciente não estará isenta de julgamento ético, mas ainda assim é muito bom falar sobre regras de conduta. *Por que?*

- Ajudar os funcionários a desenvolver suas próprias diretrizes internas para tranquilizá-los e incentivá-los a participar de atividades profissionais.
- Ajudá-lo a aprender o que fazer ou como fazer. Este domínio envolve o conhecimento das regras ou procedimentos que ditam o que deve ser feito e como deve ser feito. No entanto, isso não é uma regra ou um procedimento. Na verdade, precisamos entender dois tipos diferentes de regras de comportamento.

4.2. Regras Autoritárias

São regras que simplesmente proíbem ou ordenam, assumindo que o sujeito saiba fazer o que é ordenado e conheça os comportamentos proibidos.

4.3. Regras Disciplinares

São regras que dizem às pessoas para fazer algo. Eles orientam o sujeito ético a alcançar ou construir o que deseja. Como todas as regras, elas limitam o leque de coisas que

podem ser feitas. No entanto, ao contrário das regras imperativas, as regras constitutivas orientam as ações de um indivíduo em vez de comandá-las ou proibi-las.

Resumindo: as regras prescritivas dizem o que não pode ser feito e o que deve ser feito. As regras fundamentais indicam como, o que pode e deve ser feito.

Exemplo:

Suponha que você compre *software* de computador licenciado para uso doméstico em uma máquina. Para usar este *software*, não basta tê-lo instalado em seu computador *desktop* doméstico. Você precisa saber como usar o *software* para fazer o que quiser. Se ninguém te ensinar, leia o guia e ele lhe dirá os passos a seguir. Obviamente, as regras deste guia o levarão apenas a uma direção, não a outra. Existem inúmeros caminhos que você pode percorrer sem um guia. Muitas opções irão atrasá-lo. No entanto, o guia diz: “Faça isso, não faça aquilo”, e assim por diante. Ele desenha um caminho imaginário à sua frente, permitindo suas ações.

As restrições ao uso do *software* são estabelecidas por regras obrigatórias: o *software* só pode ser instalado em um computador e apenas para uso não comercial. Por outro lado, o manual descreve as regras básicas que orientam o melhor uso do *software*. Quando você quer fazer algo complexo e responsável.

O serviço público dá às pessoas a sensação de estar na floresta. Regras deterministas nos dizem que podemos e devemos caminhar na floresta. Mas se não vemos um caminho, é difícil para nós atravessá-lo porque temos muitas opções, então o risco de errar é alto. A incerteza sobre o caminho a seguir nos confunde.

Para usar um programa de computador, não basta uma licença de usuário: precisamos de regras fundamentais que orientem como o usamos.

Da mesma forma, para fazer uma escalada no morro mais alto, não bastam as regras imperativas, precisamos de regras constitutivas que nos orientem sobre qual caminho e obstáculo devemos seguir e quais atalhos não podemos tomar de maneira nenhuma, se desejamos chegar ao nosso destino com segurança e fazendo apenas o que é correto.

O Código de Conduta é um código fundamental construído sobre regras obrigatórias que orientam nosso comportamento em relação a ações exigentes e arriscadas. O Código de Conduta nos ajuda a escolher o melhor curso de ação nesse processo, nos permite decidir sobre o caminho certo e nos ajuda a decidir sobre o curso de ação moralmente correto e politicamente correto.

Tendo em conta essa concepção das regras, vejamos agora alguns princípios básicos da conduta do servidor público.

4.4. Serviço Público x Emprego

Um emprego no serviço público não é um emprego normal no sentido dos termos usados na sociedade industrial. Por outro lado, o Estado não é uma empresa capitalista cujo objetivo é a produção de bens. Até agora, os serviços públicos estão longe de ser um conjunto indefinido de produtos e serviços orientados para o mercado.

4.4.1. Estado ou Patrão

Por outro lado, o Estado não é um “*patrão*” no contristado usual, quão explora o emprego inatento para elevar seus próprios interesses.

Se há um “*patrão*” em jogo – a própria comunidade quão o Estado deve representar -, ele não se encaixa com saúde no papel de descobridor do emprego, em boa hora mesmo possa estar inclemente com os seus funcionários, no quão tange ao esmero com a cousa pública (res publica).

O cargo público é um talento profissional. Vocaçã pelo índole belo da atividade: despachar uma comunidade e elevar o com saúde vulgar curado missões honradas e dignificantes.

Vocaçã porque exige desprendimento: por mais com saúde remunerado quão seja, o cargo público nunca será o ponto platônico para quem seguimento o mais agudo troco quão o comércio de emprego pode oferecer. Desprendimento não significa solidão de uma aspiraçã salutar.

Trata-se de uma aspiraçã de constituiçã distinta daquela quão se armadilha nos negócios privados: estamos falando do apetite de voltar a sua cidade, catadura ou território um ponto melhor de se viver, da disposiçã de enfrentar os desafios quão catafalco alvo impõe, e da essencialidade de estar bem-agrado por isso.

4.5. Capacitado

O serviço público é uma atividade muito profissional porque resulta de uma alternativa: o Estado convida os seus quadros de carreira ao pleno empenho.

O que se espera dos ocupantes dos cargos públicos?

- ✓ Relaçã permanente.
- ✓ Focagem no trabalho.
- ✓ Esmero.
- ✓ Grande dedicaçã para servir à comunidade.
- ✓ Domínio.

As pessoas que vivem nesses lugares não esperam conexões casuais ou superficiais, mas um foco intelectual e emocional em uma missã pública escolhida. Portanto, essa atividade deve estar relacionada ao talento real, desenvolvido por meio do treinamento e da experiêcia de praticá-lo.

O comprometimento total e vitalício só pode funcionar se o candidato ao cargo tiver as habilidades e o gosto para fazer o que se espera do cargo, além do compromisso de servir à comunidade. Caso contrário, a apresentaçã ficará entediante em pouco tempo, em detrimento do público e deles próprios.

Uma boa carreira na estrutura administrativa do país é, portanto, uma síntese de vocaçã e aptidã para lidar com questões técnicas ou outras específicas do serviço atribuído.

Mas o profissionalismo no serviço público é mais do que o desempenho talentoso de uma tarefa. Existem valores em jogo e comportamentos adequados a seguir.

Uma atitude profissional também requer, por exemplo:

- a) Neutralidade
- b) Assertividade
- c) Proeminência

4.5.1. Neutralidade

O serviço público envolve relacionamentos que podem entrar em conflito com nossos gostos e preferências pessoais — políticos, ideológicos, religiosos ou outros.

Às vezes sentimos muita simpatia por certas pessoas e odiamos outras, apoiamos um partido ou movimento político e não outro, esta igreja e não aquela, etc. É claro que a boa prática de qualquer negócio não deve permitir que esses gostos e preferências interfiram como que deve ser feito.

4.5.2. Assertividade

Assertividade significa uma qualidade atribuída a algo ou a alguém que é direto em suas ações, sem perder tempo com especulações ou subterfúgios.

Isso não significa indiferença ou frieza: trata-se apenas de evitar que sentimentos explosivos atrapalhem o nosso desempenho.

Não se trata de reprimir as emoções, mas de treiná-las para seguir um fluxo racional que leve ao sucesso no trabalho.

4.5.3. Proeminência

O trabalho profissional é uma busca constante pela perfeição. Nunca alcançaremos a perfeição, mas ao buscá-la alcançaremos o melhor que pudermos. Decoro Mas há outras características que incidem mais sobre a natureza ético-política do serviço público.

Vamos dar uma olhada em alguns deles abaixo...

O Estado é a instituição de maior poder na sociedade, e suas decisões afetam profundamente a vida dos cidadãos. Portanto, do ponto de vista do Estado, convergem as forças que representam os diferentes e opostos interesses da comunidade. Além disso, o Estado reivindica o monopólio de certas ações e decisões, que na maioria das vezes levam à colisão de setores sociais e interesses diversos.

Os funcionários públicos frequentemente enfrentam, em maior ou menor grau, o problema de administrar adequadamente essas pressões e conflitos. Nesse caso, certamente não existem receitas prontas.

Mas há, sim, uma postura geral que deve ser observada com zelo. Essa postura é o decoro.

O decoro é uma “*postura*” porque une a disposição interna para agir corretamente com a aparência desse agir. Decoro, do latim *decorum*, é “*a face pública de um estado pessoal*

da honradez” (David Burchell). Decoro, portanto, compreende não apenas a retidão de uma ação, mas também a visão que a sociedade tem dessa ação como sendo correta.

Os funcionários, percebendo que seu trabalho naturalmente desperta a desconfiança dos interessados e a ira daqueles que não recebem os benefícios privados esperados, devem forjar um caráter e uma reputação cívica compatíveis com sua autoridade oficial. É um valor secundário das normas de conduta e está diretamente relacionado às normas de moralidade, como veremos adiante.

O objetivo dessas regras é justamente mostrar aos homens que ocupam cargos públicos os meios pelos quais esse caráter é formado. Só porque a reputação é a essência da etiqueta, ela é inevitavelmente acompanhada por duas características inter-relacionadas: honestidade e integridade. Integridade é uma qualidade pessoal de integridade que representa integridade, honra, orgulho e o dever de aderir estritamente à justiça e à moralidade. Integridade tem o mesmo significado e é um adjetivo que pertence a uma pessoa honesta e sem culpa.

Essas qualidades são construídas nas conexões entre passado, presente e futuro: uma boa reputação não se constrói da noite para o dia; Ocorre durante toda a corrida. Por ter resistido ao teste do tempo, a reputação fornece uma forte percepção do caráter e da personalidade do servidor. Assim, a autoridade moral está ligada à autoridade formal. Além do poder do cargo, também aumenta a confiança na pessoa que ocupa o cargo.

O decoro, civilidade, honestidade e integridade não são apenas bens pessoais. Essas são as pontuações que são imediatamente transferidas para o estado “*personalidade*”. Isso significa que uma administração pública honesta, imparcial e decente é função direta da honestidade, integridade e confiabilidade de seus funcionários.

4.6. Civilidade

Finalmente, há que mencionar a civilidade. Essa característica geralmente tende a tornar as relações sociais mais fluidas ou menos rígidas.

Quanto maior a competição e o conflito nessas relações sociais, maior a necessidade de civilização, principalmente quando os Estados intervêm nesses conflitos.

Mais especificamente, a civilidade é:

4.6.1. Prestação de contas

Civilidade significa estar preparado para justificar publicamente uma decisão tomada ou uma estratégia utilizada e estar disposto a ouvir perguntas, críticas e sugestões. Porém, respeitosamente, seja qual for o seu gosto pessoal pelo seu interlocutor.

4.6.2. Espírito Solidário

Civilidade, (cortesia) aqui se refere à abertura e tolerância das diferenças. Esta é uma característica essencial do processo de mediação. Frequentemente, em uma situação de conflito ou competição, há uma tendência de estender demais o atrito do relacionamento, reduzindo o potencial de cooperação e acordo.

Ter um “*espírito de cooperação*” não significa favorecer a qualquer custo os que estão no poder, mas vai contra os princípios morais. Em vez disso, trata-se de permitir-se ser um agente na promoção da boa vontade e inspirar o trabalho em equipe construtivo.

4.7. Códigos de Ética no Serviço Público

4.7.1. O que é um Código de Ética?

É um padrão que orienta o comportamento de um grupo específico de pessoas. É um conjunto de princípios adotados publicamente que regem determinadas atividades de acordo com o desejo de honestidade, solidariedade e integridade da comunidade.

O código de ética é um instrumento de realização da filosofia da empresa, de sua visão, missão e valores. “*É a declaração formal das expectativas da empresa à conduta de seus executivos e demais funcionários.*” O código de ética deve ser concebido pela própria empresa, expressando sua cultura.

O código deve estar relacionado à lei, por um lado, e à ética em sentido amplo, por outro. É claro que um código de ética não pode estar acima ou fora da lei: não pode servir de pretexto ou meio para legitimar comportamentos proibidos por lei.

4.7.2. Para qual propósito o Código de Ética?

O Código tenta capturar um absurdo das leis e dos legisladores: você pode cumprir completamente a lei e ainda assim prejudicar alguém.

A ética é essencial na vida pública porque as pessoas esperam não apenas respeitar a lei, mas também aplicá-la adequadamente. Incorporar essa dimensão de respeito à lei é uma tarefa difícil, mas que se encaixa perfeitamente em um código ético.

Por outro lado, também é inútil repetir um código de ética bem estabelecido e garantido por lei.

Aspetos a considerar na elaboração de um código de conduta:

- ✓ Explicar os valores afirmados pelo grupo e, posteriormente, especificá-los por meio de normas que sirvam de ferramenta para atingir os valores afirmados.
- ✓ Tomar cuidado para não interpretar isso como uma ferramenta de disciplina e opressão.
- ✓ Observar que não é apenas para “*pessoas sem moral*”. O oposto é mais provável de ser verdade.
- ✓ Esclareça os princípios ou valores que costumam entrar em conflito e coloque-os em perspectiva para reconciliá-los ou priorizá-los. Isso ajuda a resolver os dilemas éticos enfrentados por aqueles que investigam o comportamento ético.

Pode haver diferentes ícones para diferentes contextos.

Em particular, o Código de Ética visa:

- ✓ Todas as pessoas têm uma determinada profissão para exercer no seu local de trabalho.

- ✓ Todas as pessoas pertencentes a uma determinada entidade ou instituição pública.

Quando se trata de uma entidade ou instituição pública, quatro questões deve ser tratadas num código de ética:

- 1) A finalidade e as características mais gerais da entidade.
- 2) Relacionamentos internos entre seu servidor e outros parceiros.
- 3) As relações com outras entidades, públicas ou privadas.
- 4) O relacionamento com o cidadão.

Em suma, o código de ética de uma entidade pública deve estabelecer um padrão comum de comportamento.

Mas tenha cuidado...

- Ao definir seu conteúdo, é melhor lembrar que não se é legislador no Congresso Nacional nem reformador moral.
- A lei não pode ser quebrada, mas também não deve ser repetida. É preciso avaliar aspectos do bom cumprimento da lei, identificando comportamentos que, intencionalmente ou não, prejudiquem terceiros, mesmo no âmbito legal.
- O código deve ser um instrumento para a resolução de conflitos morais do grupo a que se aplica, e não um instrumento repressivo ou disciplinador.
- Não deve haver nenhuma pretensão de uso universal do código: ele deve servir de guia para a resolução dos problemas específicos do grupo de servidores compreendidos por esse código.

4.8. Determinação da Administração Pública Federal

No âmbito da Administração Pública Federal brasileira, uma série de iniciativas tem sido tomadas desde meados da década de 1990. Entre elas, cabe mencionar:

- O código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo aprovado em 22 de junho de 1994.
- O Código de Conduta de Alta Administração Federal, de 18 de agosto de 2000.
- O Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos em Exercício na Presidência da República, de 11 de janeiro de 2002.

4.8.1. Comissão de Ética

O ápice desse processo é a formação da Comissão de Ética Pública instituída por Decreto Presidencial de 26 de maio de 1999, cujas atividades são discutidas a seguir.

4.8.2. Composição

É composto por sete brasileiros que atendem aos requisitos de idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência na administração pública indicados pelo Presidente da República.

Seus membros não são remunerados. O trabalho que realizam é considerado um serviço público relevante.

4.8.3. Objetivos da Comissão

Assegura padrões éticos efetivos nos mais altos cargos do executivo federal com regras de fácil aplicação e compreensão e suficientes para respaldar os valores éticos consagrados na Constituição do Servidor Público Federal.

- ✓ Evite violações éticas durante e após o cargo público.
- ✓ Atuar como um órgão consultivo que protege a administração justa.
- ✓ A ética tem sido reconhecida como uma ferramenta fundamental para uma administração pública eficaz, aberta e democrática.

4.8.4. A perspectiva da Comissão é essencialmente preventiva e educativa.

Metodologia de Trabalho:

- Em caso de incumprimento das disposições legais, a Autoridade deve remeter os documentos às autoridades competentes para averiguação.
- A comissão mantém contato direto com cada autoridade por meio de cartas, correspondência telefônica e e-mail.
- Os projetos de lei regulamentar e interpretativa são enviados a todas as autoridades e publicados no site da Comissão.
- Comissão emitida aproximadamente 400 orientações e 30 advertências por mês servem como alerta para situações que possam configurar descumprimento das normas de conduta ética.
- Atendendo a uma solicitação das autoridades, eles questionaram se poderia ser adotado um procedimento específico observando o código de conduta.
- Atendendo a uma solicitação das autoridades, eles questionaram se poderia ser adotado um procedimento específico observando o código de conduta.
- Orienta as comissões setoriais de ética.

“ A Comissão de Ética Pública contará com uma Secretaria-Executiva, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, à qual competirá prestar o apoio técnico e administrativo aos trabalhos da Comissão.”
(BRASIL. Decreto nº 6.029, de 1º fevereiro de 2007, art. 4º, parágrafo único)

4.9. A Rede de Ética

4.9.1. Abrangência e Objetivo da Rede

Falar de ética no setor público só reforça as expectativas dos servidores públicos: honestidade, transparência, comprometimento e bom atendimento ao cidadão.

Em maio de 2001 foi estabelecida uma rede de 168 profissionais com responsabilidade pela gestão da ética em 265 órgãos e entidades federais. A responsabilidade básica desses profissionais é apoiar a Comissão no cumprimento das suas funções, assim como zelar pela conduta adequada em suas respectivas organizações.

4.9.2. Apuração

Antes da Rede de Ética, 30% dos órgãos e entidades federais levavam em conta regras de conduta padronizadas para seus quadros. E pouco mais de 20% dos órgãos e entidades federais cumpriam algumas das funções de gestão da ética: divulgação, capacitação e monitoramento das normas.

Esse quadro tem se alterado avançando gradualmente para uma posição que tende a superar o ceticismo sobre as iniciativas no campo. O Informe 2007 da Comissão de Ética Pública, publicado em 14 janeiro de 2008, registra a ampliação do quantitativo de participantes do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, que inclui, atualmente, 287 órgãos e entidades, 139 Comissões Setoriais de Ética constituídas e 175 representantes setoriais. *Além disso, o relatório destaca a crescente adoção de padrões claros de conduta por órgãos do governo federal nos últimos sete anos:*

“Comparados os resultados com os dos anos anteriores, observa-se um progresso considerável de 2000 para 2007. De fato, enquanto em 2001, apenas 36% das entidades e órgãos levavam em conta padrões explícitos de conduta para seus servidores, em 2007, esse percentual consolidou-se em percentual acima de 81%. As ações para assegurar efetividade ao padrão ético, que em 2002 foram desenvolvidas em 36% das entidades e órgãos, situaram-se, em 2007, no patamar de 67%, sugerindo que em mais da metade das entidades e órgãos que integram o Poder Executivo Federal o discurso de que as normas de conduta estão sendo levadas em conta encontra correspondência prática em ações objetivas como a comunicação dessas normas aos funcionários ou a incorporação aos programas de formação e capacitação de servidores e empregados.”

(Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/cepub/prest_contas/informes/Informe2007/ Acesso em 06 de junho de 2008)

Parceiros:

- ✓ BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

- ✓ ONU – Organização das Nações Unidas.
- ✓ OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
- ✓ Instituto Ethos.
- ✓ Transparência Brasil.
- ✓ Diversos profissionais de diferentes áreas de conhecimento prestam serviço voluntário à Comissão de Ética Pública.

5. Conclusão

Ao longo do artigo, Os conceitos básicos de ética são discutidos: os diferentes significados dos conceitos, algumas reflexões filosóficas sobre padrões de conduta, a ideia de ética como forma de comportamento adequado e razoável e os problemas éticos da vida e do comportamento geral neste contexto.

Também são identificadas questões de fronteira entre ética, política e instituições públicas, com compreensão dos conceitos de relações público-privadas, democracia, estado, cidadania e estados de direitos. Em particular, foi-lhe apresentado o conceito de serviço público, as questões políticas e éticas associadas ao seu exercício e a perspectiva do funcionário público enquanto agente do Estado.

Afinal de contas, conhecer as questões de conduta e os códigos de conduta no serviço público, e os valores e atitudes que deles derivam. Isso o levou à questão dos padrões éticos e à decisão do governo de adotar padrões éticos de conduta no serviço público federal brasileiro, principalmente a questão do conflito de interesses.

Como dito na introdução do ensaio, o objetivo deste ensaio é chamar sua atenção para o tema da ética e abrir um caminho de reflexão para que você aborde os problemas práticos que caracterizam a disciplina em sua vida profissional. Espero que você tenha dado um passo importante nessa direção, e que todos possamos nos aprofundar a partir de agora.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Emerson Barros de. **Ética: instrumento de paz e justiça**. 2. ed. João Pessoa: Tessitura, 2003. 192p. (UFPB) Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/.../emerson-barros...aguiar/eticainstrumento-de-paz>.

ARAGÃO, Esmeralda Maria de. **Ética profissional**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 8, n. 1/3, p. 53-54, jul/set. 1976. (IBICT)

ARICÓ, Carlos Roberto. **Arqueologia da ética**. São Paulo: Ícone, 2001. 143 p. Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/.../carlos-roberto-arico/arqueologia-da-etica/329891>.

BRASIL. **Decreto nº 6.029, de 1º fevereiro de 2007**, art. 4º, parágrafo único.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, **O Decreto nº 1.171 de 22 de junho de 1994**, Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/cepub/prest_contas/informes/Informe2007> Acesso em 06 de junho de 2008

DIAS, Jefferson Aparecido. **Princípio da Eficiência & Moralidade Administrativa**. Rio de Janeiro: Editora Juruá, 2009, 121p.

FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo Rio de Janeiro**: Editora Lúmen Júris, 2003, 968p.

GONÇALVES, Maria Denise Abeijon Pereira. **Ética Na Administração Pública**: Algumas Considerações. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 89, jun 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9538>. Acesso em 12 set 2022.

MARIA, Ana. **Ética no serviço público atualizado**. Disponível em: <[http://www.impconcursos.com.br/pdf/pdf/eticanoServicoPublico\(atualizado\)Copia\[MododeCompatibilidade\].pdf](http://www.impconcursos.com.br/pdf/pdf/eticanoServicoPublico(atualizado)Copia[MododeCompatibilidade].pdf)>. Acesso em: 12 set 2022.

O artigo de D. Burchell, “Civic Personae: Macintyre, Cícero and Moral Personality”, publicado na revista *History of Political Thought* XIX(1): 101.118, 1998 (Exeter, RU: Imprint Academic).

SILVA, Marcos Antonio Pinto da. **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**. Disponível em: <http://www.qualidadedevida.m.gov.br/contentproducao/aplicacao/search_pqv/imprensa/gerados/%C3%A9tica%20no%20servi%C3%A7o%20publico.ppt>. Acesso em: 12 mar 2022.

SROUR, R. H. **Ética empresarial: a gestão da reputação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ARANTES, Elaine. **Ética e Cidadania**- Instituto Federal do Paraná- Curitiba, PR 2013.

O ENSINO DE HISTÓRIA NA REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO: Um olhar sobre o Currículo em Ação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Ivan Vasconcelos de Almeida Sá
Discente do curso de PROFOP - 2L - HISTORIA

RESUMO:

Com a adoção da Base Nacional Comum Curricular em 2018, se fez necessário adequar os materiais didáticos e os programas de ensino das mais diversas redes escolares, sejam elas públicas ou privadas. Nesse contexto, o Currículo Paulista começa em 2019 a direcionar as políticas de ensino no estado de São Paulo, surgindo o Currículo em Ação, utilizado nas escolas estaduais desde 2021. Este trabalho buscou verificar como o componente de história, inserido na área do conhecimento das ciências humanas e suas tecnologias, é abordado pelo Currículo em Ação, a partir das direções dadas pela BNCC e pelo Currículo Paulista. Apesar de estar alinhado as demandas e propostas previstas na BNCC e no Currículo Paulista, o Currículo em Ação se mostrou bastante superficial e seu uso em sala de aula depende de outros materiais a serem selecionados pelo professor, como livros didáticos e outros materiais, sejam eles físicos ou digitais. Suas atividades em muitos momentos aparentam ser desconectadas umas das outras, em muitos casos, não seguindo uma linha temporal lógica. As situações de aprendizagem trabalham com o que foi definido como habilidades essenciais, sendo apenas algumas das habilidades que estão previstas no Currículo Paulista e na BNCC. Porém o seu uso deixam lacunas, pois algumas habilidades dependem de outras para serem devidamente desenvolvidas.

Palavras chave: Educação. Ensino. Currículo.

ABSTRACT:

With the adoption of the National Common Curricular Base in 2018, it was necessary to adapt the teaching materials and teaching programs of the most diverse school networks, whether public or private. In this context, the Currículo Paulista begins in 2019 to direct teaching policies in the state of São Paulo, with the Currículo em Ação emerging, used in state schools since 2021. This work sought to verify how the history component, inserted in the area of knowledge of the human sciences and their technologies, is approached by the Currículo em Ação, based on the guidelines given by the BNCC and the Currículo Paulista. Despite being in line with the demands and proposals provided for in the BNCC and in the Currículo Paulista, the Currículo em Ação proved to be quite superficial and its use in the classroom depends on other materials to be selected by the teacher, such as textbooks and other materials, whether they are physical or digital. Their activities at many times appear to be disconnected from each other, in many cases not following a logical timeline. The learning situations work with what were defined as essential skills, being just some of the skills that are provided for in the Currículo Paulista and in the BNCC. However, their use leaves gaps, as some skills depend on others to be properly developed.

Keywords: Education, Teaching, Curriculum.

1. Introdução

As mais diversas mudanças na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) levam a alterações no contexto escolar, trazendo um novo significado para cada um dos componentes curriculares, uma vez que estes passam a estar cada vez mais integrados as suas áreas do conhecimento. O componente de história está bem próximo do de geografia no ensino fundamental e dos de geografia, filosofia e sociologia no ensino médio. Nessa adequação, os materiais didáticos precisam reproduzir esta integração entre as disciplinas, estimulando parcerias e um alinhamento entre os professores destes componentes. Nos tempos atuais, o modelo de ensino fragmentado, onde cada matéria tem pouco ou nenhum contato com as demais, é deixado totalmente de lado, reforçando a interdependência no ambiente escolar.

A mesma transformação pode ser observada nas metodologias de ensino, alterando a dinâmica habitual da sala de aula onde o professor fala, escreve e determina tudo, enquanto o aluno é considerado uma espécie de “*tabula rasa*”, tendo a função de absorver todo o conhecimento passado pelo professor, estando sentado em sua carteira escola, copiando, lendo e escrevendo o conteúdo, mas sem necessariamente atribuir algum significado a ele. As novas dinâmicas em sala induzem o uso de metodologias ativas, colocando o estudante como protagonista do processo de aprendizado. Outro aspecto destacado, é o uso mais frequente de ferramentas tecnológicas no trabalho docente, apesar de destacado por Sá (2020), que os materiais didáticos ainda não estão preparados para lidar com estes recursos.

As tecnologias digitais ainda não são exploradas da forma mais adequada na sala de aula, assumindo um papel secundário no processo de aprendizado, conforme destacou Sá (2022). Apesar disso, o uso de metodologias ativas pressupõe em muitos casos, o uso mais profundo das tecnologias digitais em sala de aula, apesar de não ser uma via de regra.

Neste contexto, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) introduz na rede de ensino o Currículo em Ação (SÃO PAULO, 2023), que reúne as situações de aprendizagem dos diferentes componentes, seja da base comum, seja da base diversificada (Projeto de Vida e Tecnologia e Inovação). As situações de aprendizagem utilizam como base, as habilidades presentes na BNCC (BRASIL, 2018) consideradas essenciais no contexto do Currículo Paulista (SÃO PAULO, 2019 e 2020). No ensino fundamental, cada disciplina possui suas próprias habilidades a serem desenvolvidas, enquanto no ensino médio, as habilidades estão organizadas nas áreas do conhecimento, no caso, Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Matemática e Códigos e Linguagens, com os componentes compartilhando das mesmas habilidades.

Diante desta questão, se faz importante entender como o material didático da rede estadual de São Paulo se organiza para atender a este novo contexto da educação no Brasil. Pensando no componente de história, este trabalho buscou fazer uma análise de como a história é abordada pelo Currículo em Ação, pensando nas possibilidades e limitações impostas pelo material didático.

Em um primeiro momento, após o levantamento bibliográfico, foi analisado o que os documentos oficiais nacionais e estaduais destacavam para o componente de história nos anos finais do ensino fundamental, servindo de ponto de partida para o próximo momento, que seria a análise do Currículo em Ação no componente de história, identificando como

este material abordou os aspectos da disciplina nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

2. Os Documentos Oficiais Sobre o Ensino de História

Para se compreender o contexto em que foi desenvolvido o Currículo em Ação, é importante entender como os documentos oficiais abordam o ensino de história e o que eles propõem como forma de ensino. Neste cenário, se faz importante observar a Base Nacional Comum Curricular, conhecida como BNCC (BRASIL, 2018), procurando observar as suas premissas e objetivos. E o mesmo foi feito com o Currículo Paulista, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio (SÃO PAULO, 2019 e 2020).

2.1. O ensino de história a partir da Base Nacional Comum Curricular

A BNCC é um documento que normaliza os conteúdos básicos que os estudantes devem desenvolver ao longo de sua vida escolar. Ele está previsto na Constituição Federal de 1988, no artigo 210, que diz o seguinte: “*Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.*” (BRASIL, 1988 p. 124). A regulamentação da BNCC veio a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei 9394/96. Depois disso, outros documentos foram elaborados, servindo como base para a elaboração do currículo escolar.

A primeira versão da BNCC foi disponibilizada em 2015, para discussão da comunidade escolar, resultando em uma segunda versão em 2016 e, posteriormente, em uma versão final em 2017, no diz que respeito a educação infantil e ao ensino fundamental, se iniciando então, as discussões acerca do ensino médio, que se encerraram no fim de 2018, com a sua homologação, estabelecendo uma base para as aprendizagens na educação básica.

Como a própria BNCC diz:

[...] é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (Brasil, 2018 p. 09)

A elaboração deste documento buscou unificar o que deveria ser aprendido ao longo da educação básica nas diferentes redes de ensino existentes no país, sejam elas públicas ou privadas, em todas as Unidades da Federação e nos mais de 5500 municípios brasileiros. Unificando os elementos de aprendizagem, buscou-se eliminar uma fragmentação no ensino nas diferentes realidades presentes no Brasil, buscando padronizar o ensino, colaborando para o acesso e a permanência do aluno na escola.

As aprendizagens estabelecidas pela BNCC buscam que o estudante desenvolva as dez competências gerais, garantindo assim o direito a aprendizagem e ao desenvolvimento, no âmbito pedagógico. Para a BNCC, competências são “*conhecimentos (conceitos e*

procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BRASIL, 2018 p. 8). A realização destas competências ocorre a partir da construção do conhecimento, do desenvolvimento de habilidades ligadas ao conhecimento e na tomada de atitudes no meio escolar e fora dele.

As competências gerais da BNCC estão presentes na páginas 9 e 10 (BRASIL, 2018) são as seguintes:

- 1) Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
- 2) Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
- 3) Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
- 4) Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
- 5) Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
- 6) Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
- 7) Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
- 8) Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
- 9) Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento

e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

- 10) Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

O desenvolvimento destas competências busca tornar o estudante um cidadão integrado a sociedade, apresentando atitudes positivas, autonomia e curiosidade para ampliar seus conhecimentos, além daqueles que foram desenvolvidos na escola. Ou seja, a BNCC busca que o aluno não seja apenas um receptor do conhecimento, mas tenha condições de dar um significado a este conhecimento e interagir na sociedade, sendo assim produtivo a ela.

Outro importante aspecto que a BNCC prevê é o desenvolvimento da educação integral. Aqui, não está se falando da quantidade de tempo que o aluno está presente na escola, mas sim da *“construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea.”* (BRASIL, 2018 p. 14). Desta forma, este documento busca superar a tradicional fragmentação do conhecimento em suas disciplinas e estabelecer condições deste conhecimento ser aplicado na realidade do estudante, dando sentido a ele.

O componente de história está inserido na área das ciências humanas, que considera importante que o estudante agregue o contexto ao seu aprendizado, pensando sempre com o raciocínio espaço-temporal, ou seja, considerando o local onde o conhecimento está ocorrendo e também o contexto temporal onde ele foi desenvolvido. A BNCC considera que *“a abordagem das relações espaciais e o consequente desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal no ensino de Ciências Humanas devem favorecer a compreensão, pelos alunos, dos tempos sociais e da natureza e de suas relações com os espaços.”* (BRASIL, 2018 p. 353)

Além das análises sobre o espaço, o tempo e as dinâmicas espaciais, as ciências humanas também estimulam o pensamento crítico, questionador da sociedade e das suas contradições, desenvolvendo assim a sua formação ética, valorizando o meio ambiente, os direitos humanos, sendo solidário, autônomo e ativo no seu meio. *No que diz respeito aos conhecimentos específicos:*

Os conhecimentos específicos na área de Ciências Humanas exigem clareza na definição de um conjunto de objetos de conhecimento que favoreçam o desenvolvimento de habilidades e que aprimorem a capacidade de os alunos pensarem diferentes culturas e sociedades, em seus tempos históricos, territórios e paisagens (compreendendo melhor o Brasil, sua diversidade regional e territorial). E também que os levem a refletir sobre sua inserção singular e responsável na história da sua família, comunidade, nação e mundo. (BRASIL, 2018 p. 354)

O ensino da história não se trata apenas de ensinar o passado, mas conhecer também o seu presente sobre diferentes perspectivas, podendo estabelecer bases e elementos

para projetar o seu futuro. As relações entre o passado e o presente não são automáticas e imediatamente perceptíveis, pois necessitam de referenciais para se estabelecerem de forma completa. O sentido a um objeto só ocorre quando lhe é dado um contexto, que expressa o pensamento contextualizado pelo seu portador. Nessa perspectiva “*Os processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto estimulam o pensamento.*” (BRASIL, 2018 p. 398) Cada um destes processos tem um papel importante na formação do estudante de história, estimulando a autonomia do pensamento.

Nos anos finais do ensino fundamental, a BNCC estabelece para o ensino e aprendizagem de história três importantes procedimentos. O primeiro deles diz respeito a identificar eventos que são importantes na história ocidental, situando eles também no espaço geográfico. Este procedimento se utiliza bastante dos registros produzidos e da sistematização dos mesmos, muitas vezes em uma linha temporal, organizando os fatos de uma forma específica, geralmente cronológica. Isso é possível perceber nos temas que são priorizados em cada ano.

O segundo procedimento busca aprimorar as condições para os estudantes selecionarem, entenderem e refletirem os diferentes significados dos documentos históricos e os seus elementos, permitindo assim um questionamento dos seus contextos e perspectivas. A partir desta análise, o estudante consegue se aprofundar no conhecimento e entender como um simples objeto se tornou um documento, podendo realizar o mesmo processo futuramente.

Por fim, o terceiro procedimento busca o reconhecimento e a interpretação das diferentes versões do mesmo acontecimento, analisando as condições até que se possa estabelecer o seu próprio ponto de vista. Analisando as diferentes posições sobre um mesmo fato, é possível identificar pontos convergentes, divergentes e questões que eventualmente não estejam com a devida precisão, desenvolvendo assim o questionamento.

No ensino médio, a BNCC não especifica diretamente o papel do componente de história, uma vez que este está inserido no contexto das ciências humanas. Para tanto, reforça o papel integrado de todas as disciplinas da área (Filosofia, Geografia, História e Sociologia) na formação do estudante. Nesta etapa se busca aprofundar o que foi aprendido no ensino fundamental, destacando as categorias Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho. *A BNCC destaca que:*

[...] para garantir as aprendizagens essenciais definidas para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, é imprescindível que os jovens aprendam a provocar suas consciências para a descoberta da transitoriedade do conhecimento, para a crítica e para a busca constante da ética em toda ação social. Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e com as da área de Ciências Humanas do Ensino Fundamental, no Ensino Médio, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de competências específicas. (BRASIL, 2018 p. 569)

A partir destes direcionamentos, os materiais didáticos podem ser desenvolvidos e as políticas locais podem ser elaboradas, contemplando a nova perspectiva do processo

de ensino-aprendizagem que foi desenvolvida pela BNCC, de focar o ensino a partir de competências gerais, que se desdobram em competências específicas, que ao final dão sustentação as habilidades nos componentes ou áreas de aprendizado.

2.2. O ensino de história a partir do Currículo Paulista

Na esteira do desenvolvimento da BNCC, o estado de São Paulo homologa em 2019 a atual versão do Currículo Paulista para a educação infantil e o ensino fundamental e em 2020, para o ensino médio. A partir das competências gerais da BNCC, estabelece orientações para os currículos das redes de ensino públicas e privadas do estado.

O Currículo Paulista define e explicita, a todos os profissionais da educação que atuam no Estado, as competências e as habilidades essenciais para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes paulistas e considera sempre sua formação integral na perspectiva do desenvolvimento humano. Esperamos que essas definições orientem a (re)elaboração da Proposta Pedagógica de cada escola do território estadual, de maneira a que se promova, em cada uma delas, a necessária organização dos tempos e dos espaços, bem como práticas pedagógicas e de gestão compatíveis com as aprendizagens essenciais que se pretende garantir a todos os estudantes. (SÃO PAULO, 2019 p. 11)

Um dos principais compromissos do Currículo Paulista diz respeito a educação integral, já destacada pela BNCC. Nesta proposta, enfatiza-se o processo de desenvolver nos estudantes as suas dimensões *“intelectual, física, socioemocional e cultural, elencando as competências e as habilidades essenciais para sua atuação na sociedade contemporânea e seus cenários complexos, multifacetados e incertos.”* (SÃO PAULO, 2019 p. 20)

Ao abordar o componente de história no ensino fundamental, o Currículo Paulista diz o seguinte:

O saber histórico na sala de aula tem se caracterizado por um duplo movimento. De um lado, tenta-se compreender aspectos do presente por meio do passado. De outro, busca-se reelaborar a história a partir de novos questionamentos. Com tal processo, pretende-se contribuir para a construção das identidades dos diferentes grupos que constituem a sociedade (SÃO PAULO, 2019 p. 339).

Um dos principais pontos destacados pelo Currículo Paulista, é a necessidade de tanto alunos quanto professores desenvolverem o que é chamado de *“atitude historiadora”*, termo que é definido como o posicionamento como sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem, a partir dos procedimentos que foram destacados na BNCC.

As competências específicas de história para o ensino fundamental são praticamente as mesmas desenvolvidas pela BNCC, havendo no Currículo Paulista um acréscimo de duas novas competências e um aprofundamento mais específico nas habilidades a serem

desenvolvidas. Em alguns casos de habilidades mais complexas, estas foram divididas em duas habilidades. Em outros casos, foram desenvolvidas habilidades que buscam desenvolver aprendizagens específicas do estado de São Paulo.

Outro aspecto a ser destacado, já reforçado pela BNCC, diz respeito a organização curricular. Além da divisão por habilidades a serem desenvolvidas, estas estão divididas em objetos do conhecimento, que seriam uma forma considerada mais moderna de se referir aos conteúdos, conceitos e procedimentos de aprendizagem. E estes objetos do conhecimento se organizam em unidades temáticas, que reúnem conteúdos próximos entre si. As unidades temáticas se repetem de uma forma geral ao longo de todos os anos do ensino fundamental.

Um importante ponto a ser destacado pelo Currículo Paulista é o alinhamento, no ensino fundamental, do componente de história e do componente de geografia, *como destacado abaixo*:

A aprendizagem de História, enquanto componente da área de Ciências Humanas no Ensino Fundamental, alinha-se às propostas e caminhos do componente de Geografia, o que demanda um trabalho articulado nas escolas, por meio de métodos investigativos em comum e de temáticas semelhantes. (Re)conhecer, identificar, pesquisar, classificar, comparar, diferenciar, interpretar, compreender, analisar, refletir criticamente, criar/produzir conhecimento a respeito das sociedades humanas em diferentes tempos e espaços, mobilizando várias linguagens (textuais, iconográficas, cartográficas, materiais, orais, sonoras e audiovisuais) são propostas dos dois componentes. O Currículo Paulista propõe que estudantes e professores se coloquem como produtores de conhecimento e que respeitem a diversidade humana. Desse modo, os estudantes também devem assumir o papel de protagonistas no processo de aprendizagem que tem início nos Anos Iniciais de escolarização e aperfeiçoa-se ao longo da vida, para se tornarem agentes de transformações no meio social. Todo esse processo contribui para a formação integral do estudante. (SÃO PAULO, 2019 p. 341)

Apesar das normativas para padronizar o aprendizado, o Currículo destaca que, além dos conteúdos tradicionais do ensino de história, como a abordagem cronológica dos diferentes fatos registrados ao longo da história humana, se faz importante destacar outras perspectivas destes conteúdos e outras especificidades a serem abordadas. Outro importante aspecto diz respeito a inserção de outros conteúdos e abordagens específicas aos conteúdos, tornando o currículo mais contextualizado para os estudantes, o que ressalta a importância do professor neste processo de contextualização.

Já na etapa do ensino médio, o Currículo Paulista (SÃO PAULO, 2020) reforça ainda mais a oposição e o enfrentamento a fragmentação curricular, estimulando que os componentes das diversas áreas do conhecimento atuem de uma forma mais integrada, dando ao estudante o papel de protagonista do seu processo de aprendizado. Um dos caminhos valorizados pelo Currículo Paulista são os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs).

[...] as práticas educativas devem promover o aprendizado em torno da realidade vivenciada pelo estudante, por meio dos conhecimentos teoricamente sistematizados, de preferência sobre questões problematizadas a partir do cotidiano em que o jovem está inserido, mobilizando diferentes saberes. Nesse escopo, a aprendizagem passa a ter maior significado, sendo importante que a escola se organize em torno de uma proposta didática que possibilite a integração entre os componentes curriculares, para que os conhecimentos sejam desenvolvidos de forma integrada, e, assim tenham mais sentido para o jovem. Uma escola do século XXI deve estar comprometida com a formação de jovens para uma sociedade justa, solidária e democrática; para tanto, sua proposta pedagógica deve prever o desenvolvimento de processos educacionais colaborativos e dialógicos. (SÃO PAULO, 2020 p. 29)

O protagonismo juvenil tornou-se o principal objetivo da prática pedagógica das escolas, que devem tornar o estudante o principal responsável pelo seu processo de aprendizagem, tornando-o assim um sujeito responsável, autônomo, ético e solidário as diferentes questões do seu cotidiano, seja no ambiente escolar ou fora dele.

Além dos componentes da formação geral básica, composta pelas áreas do conhecimento, o currículo contempla também os Itinerários Formativos, que são aprofundamentos em partes específicas das áreas do conhecimento, conforme se encontra previsto na BNCC. O componente de história encontra-se inserido e estruturado dentro da área de ciências humanas e suas tecnologias, sendo desenvolvido juntamente com os componentes de filosofia, geografia e sociologia. *Neste sentido o currículo:*

[...] no Ensino Médio tem como intuito consolidar, ampliar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental e possibilitar o prosseguimento dos estudos a todos que o desejarem, preparando o estudante para o exercício da cidadania de maneira crítica e protagonista. Para isso, é necessário que o ensino seja orientado pelos princípios da educação integral atrelada ao projeto de vida do estudante. Nesse sentido, falar em educação integral implica no desenvolvimento humano global que articula aspectos cognitivos e socioemocionais, em consonância com os princípios da justiça, da ética e da cidadania. (SÃO PAULO, 2020 p. 333)

Um importante aspecto destacado pelo Currículo Paulista é o uso das metodologias ativas, como uma forma de contextualização de diferentes situações, garantindo que o estudante seja ativo no seu processo de aprendizado e não apenas um coadjuvante no seu aprendizado. Diferente do ensino fundamental, as habilidades a serem desenvolvidas não são específicas dos componentes, mas comuns a todas as disciplinas da área de conhecimento. Ou seja, em um mesmo momento a área de ciências humanas, em cada um dos seus componentes, irá trabalhar as mesmas habilidades em diferentes perspectivas. A diferenciação se dará nos objetos de conhecimento, que cada disciplina irá trabalhar de uma forma específica.

3. O Currículo em Ação no Componente de História

O Currículo em Ação (SÃO PAULO, 2023a e b) é o material didático elaborado pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo que começou a ser implantado em 2021 de forma mais efetiva na rede estadual, substituindo o material intitulado São Paulo Faz Escola, chamado informalmente de “*caderninho*” pelos profissionais das escolas. No ensino fundamental, sua implantação foi imediata em todos os anos, enquanto que no ensino médio sua implantação foi gradual, com a 1ª série recebeu o material em 2021, a 2ª série em 2022 e a 3ª série em 2023. A 2ª e a 3ª série do ensino médio utilizaram uma versão adaptada do São Paulo Faz Escola antes de estarem totalmente inseridas na dinâmica do Novo Ensino Médio.

O material é organizado em dois grupos de materiais. O primeiro, é o caderno do aluno, reunindo as atividades a serem desenvolvidas pelos estudantes. Neste material, os componentes são organizados por área do conhecimento, incluindo também os componentes de Projeto de Vida e Tecnologia e Inovação, que estão incluídos na parte diversificada do Currículo. Os volumes de cada ano e série possuem duração semestral e em geral cada componente inclui quatro Situações de Aprendizagem por bimestre.

O segundo grupo consiste no caderno do professor. Nele, há alguns detalhamentos a mais nas situações de aprendizagem, informando ao docente quais as competências utilizadas, as habilidades priorizadas, objetos do conhecimento envolvidos e unidades temáticas. Além dessas informações, os professores contam com orientações específicas em cada atividade a ser desenvolvida com os estudantes, além de outras sugestões de recursos a serem utilizados em sala de aula.

Uma das premissas deste material consiste no uso de metodologias ativas no desenvolvimento das situações de aprendizagem e na exploração de diversos materiais digitais, sejam eles vídeos, textos, animações, obras de arte e outros materiais interativos que ficam disponíveis para os estudantes e professores a partir de QR Codes espalhados pelos materiais. Em diversos casos, o acesso a esses materiais torna-se essencial para conseguir realizar uma ou mais atividades de uma determinada situação de aprendizagem.

Sá (2022) destaca que o uso das tecnologias digitais está cada vez mais presente no cotidiano e que o ambiente escolar de alguma forma também precisa estar inserido neste contexto. *Neste sentido, ao autor menciona que:*

“As TICs tem um papel importante na construção da sociedade atual, é um processo que não tem volta e cabe às instituições de ensino estarem devidamente preparadas para esta realidade, pois o aprender não estará mais restrito apenas ao ambiente escolar. Ainda existe um longo caminho a ser percorrido para as TICs serem usadas de forma adequada nas salas de aula. As razões disso passam pela infraestrutura limitada nos mais diversos ambientes, falta de recursos e também pelos docentes, muitos deles despreparados e outros com pouco interesse em lidar com as novas tecnologias. (SÁ, 2022 p. 8-9)

O uso constante de materiais digitais em muitos casos se torna um problema para os estudantes que não possuem acesso a internet, seja no celular ou mesmo em um computador, o que obriga os professores a tentarem reproduzir estes materiais na escola, o que acaba dependendo da internet, da estrutura presente no ambiente escolar e também da capacidade do docente em lidar com esses recursos. Sobre este aspecto, Sá (2020) destaca:

“A realidade dos alunos é um aspecto importante, pois muitos deles não possuem computador em casa. O celular e a televisão são os principais recursos tecnológicos disponíveis na família destes estudantes. Cabe ao professor, inserido na realidade da escola onde leciona e também ciente das condições que os alunos da escola têm de usar as tecnologias digitais de informação e comunicação, adaptar essas atividades para esta se tornar produtiva e fazer sentido para o aluno. Essa condição reforça a necessidade do professor possuir uma formação que incentive o uso das diferentes tecnologias digitais de informação e comunicação e possa lhe oferecer novas perspectivas de ensino. Esse incentivo precisa ocorrer desde o início de sua formação universitária e também de forma continuada ao longo da carreira docente, seja através de cursos oferecidos pelas redes públicas de ensino, ou através de cursos de extensão que o professor tenha a possibilidade de procurar e realizar. (SÁ, 2020 p.09)

O incentivo as diferentes metodologias ativas é um ponto positivo, mas algumas dessas atividades demandam um tempo que o professor não consegue organizar, seja pelo número de atividades a se desenvolver em um bimestre, pelo tempo necessário para se desenvolver a atividade e também a sucessão destas atividades acaba por sobre carregar o estudante. Entretanto, o Currículo em Ação é um material deficiente em explicações e em conteúdo de uma forma geral, uma vez que ele se coloca diretamente em atividades, cabendo ao professor realizar essa contextualização, geralmente precisando recorrer a outros materiais didáticos, pois as orientações presentes no caderno do professor se voltam especificamente para as atividades.

No componente de história no ensino fundamental, o número de atividades varia entre cada situação de aprendizagem e estas exploram diferentes recursos, como mapas, textos, imagens e outros recursos, estimulando a realização de pesquisas atividades em grupo, pesquisas e acessar os materiais digitais. Um ponto extremamente controverso é, no 2º e no 3º bimestres do material que o aluno recebe, as situações de aprendizagem 2, 3 e 4 estarem presentes em um material estendido, cujo acesso ocorre de forma *online*. Isso também acontece no componente de geografia. De forma geral, o uso e o desenvolvimento destas situações de aprendizagem só ocorre a partir do engajamento do professor, uma vez que muitos estudantes não vão acessar este material, seja por impossibilidade de acessar a internet, seja por desinteresse em buscar este material, que deveria ter sido entregue ao aluno.

As atividades de uma situação de aprendizagem nem sempre aparentam estar uma sequência ou tendo uma conexão entre si, abordando os diferentes aspectos que estão presentes nesta situação de aprendizagem. Esta falta de conexão entre as atividades reforça o importante papel do professor na preparação do conteúdo a ser abordado nas suas aulas.

No ensino médio, o material é organizado de uma forma um pouco diferente. Aqui, o tema é apresentado, junto de uma situação-problema e dos objetos do conhecimento a serem explorados em cada situação de aprendizagem. Nas situações de aprendizagem, é comum encontrar atividades onde é privilegiado o olhar interdisciplinar, mencionando atividades e situações de aprendizagem de outros componentes da mesma área do conhecimento, reforçando o aspecto interdisciplinar que o material busca destacar.

O material do professor do componente de história é organizado em seus volumes semestrais contemplando todos os anos do ensino fundamental e o mesmo acontece na etapa do ensino médio. Antes de abordar diretamente as situações de aprendizagem, são passadas algumas orientações para se trabalhar as competências socioemocionais de forma integrada ao trabalho pedagógico. Segundo o material do professor *“O primeiro passo para realizar a integração dos objetos do conhecimento ao desenvolvimento socioemocional dos estudantes durante suas aulas é garantir tempo e intencionalidade para que as competências socioemocionais possam ser mobilizadas.”* (SÃO PAULO, 2023 p. 7)

Neste mesmo capítulo introdutório, são passadas algumas orientações para a estruturação das aulas e todo o seu processo. Antes da aula acontecer, ocorrem os processos de estudo, de articulação e calibragem das ações. No desenvolvimento da aula, o material reforça que a mobilização, o acompanhamento e o diálogo são referências importantes para o crescimento profissional, garantindo o *feedback* das aulas. E depois da aula, compartilhar os registros, as evidências das aulas com a equipe pedagógica, apresenta diversos ganhos e benefícios para o trabalho docente.

No capítulo seguinte, das orientações iniciais, é mencionado o fato deste material ter sido organizado em conjunto com os professores dos núcleos pedagógicos e de poder ser utilizado em conjunto com outros materiais didáticos para complementar e adaptar a sua prática em sala de aula. Cada situação de aprendizagem é organizada de acordo com as seguintes etapas: Sensibilização, Contextualização, Problematização, Sistematização, Recuperação e Avaliação. Após esse momento, é apresentado o organizador curricular do componente ao longo do período abarcado pelo volume do material. Encerrado este capítulo, começam as abordagens das situações de aprendizagem.

De uma forma geral, ocorrem os comentários das situações de aprendizagem e algumas perspectivas sobre as atividades sugeridas, como as respostas esperadas dos alunos em uma determinada atividade. Neste material também estão presentes os QR Codes e links para todos os materiais digitais que os alunos podem acessar no caderno do estudante e alguns outros que seriam exclusivos do professor, para preparar e organizar a aula.

Nos materiais do ensino médio, a dinâmica é semelhante, porém a divisão do material é pela área do conhecimento e pela série. Ou seja, o componente de história está presente no volume que contempla a área de ciências humanas e suas tecnologias e na sua respectiva série, no caso a 1ª ou a 2ª série do ensino médio.

4. Conclusão

Este trabalho buscou levantar informações sobre como o componente de história está presente no Currículo em Ação, a partir do que os documentos oficiais normativos, no caso

a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo Paulista, orientavam para o desenvolvimento das habilidades em sala de aula e do aprendizado do aluno de uma forma geral.

Apesar de estar alinhado as demandas e propostas previstas na BNCC e no Currículo Paulista, o Currículo em Ação se mostrou bastante superficial e seu uso em sala de aula depende de outros materiais a serem selecionados pelo professor, como livros didáticos e outros materiais, sejam eles físicos ou digitais. Suas atividades em muitos momentos aparentam ser desconectadas umas das outras, em muitos casos, não seguindo uma linha temporal lógica. As situações de aprendizagem trabalham com o que foi definido como habilidades essenciais, sendo apenas algumas das habilidades que estão previstas no Currículo Paulista e na BNCC. Porém o seu uso deixam lacunas, pois algumas habilidades dependem de outras para serem devidamente desenvolvidas.

O destaque e a valorização da interdisciplinaridade é um aspecto positivo deste material, mas cabe destacar que em determinados momentos, os componentes parecem estar falando a mesma coisa, deixando de lado o ponto positivo desta proposta, o que torna a aula cansativa. A necessidade de complementar as atividades deste material com outros materiais complica o trabalho do professor, que precisa buscar livros didáticos que abordem o que está presente nas situações de aprendizagem e que seja acessível aos alunos, apesar de ser comum os materiais didáticos variarem um pouco entre si. Ou seja, o professor precisa adequar a sua aula as limitações que o material possui para cumprir com o conteúdo e não adequar a aula a aquilo que de fato o aluno apresenta como necessidades de aprendizado.

Por mais que os materiais do Currículo em Ação deixem claro que as atividades ali presentes são sugestões e que podem ser adaptadas as necessidades locais da escola, geralmente ocorre a insistência, por parte da gestão da escola, em usar estes materiais no ambiente escolar, mesmo com as dificuldades em se utilizar dos recursos digitais por parte dos alunos. Espera-se que as habilidades sejam desenvolvidas em sala de aula, independente do material a ser utilizado, mas o ambiente escolar acaba por impor o uso desse material e descartando os demais, desconsiderando as características de combinação do Currículo em Ação com outros recursos.

O uso da tecnologia e de recursos tecnológicos é considerado positivo, mas como destacado por Sá (2020 e 2022), a estrutura dos espaços escolares precisa ser mais adequada. Sobre isso Martinez e Nascimento Júnior (2018) destacam que a inclusão digital auxilia no processo de cidadania das pessoas, nas interações entre as pessoas e no desenvolvimento do aluno protagonista. Apesar disso, a forma como a tecnologia está presente no Currículo em Ação ainda é muito limitada a aula tradicional e como um suporte a esta.

A valorização das metodologias ativas pode ser considerada algo bom. Mas seu uso aparenta ser descontextualizado, já que são muitas atividades consecutivas e que não possuem conexões entre si. O desenvolvimento das atividades buscam reforçar o protagonismo do estudante, mas muitas delas precisam de uma ação muito ativa do professor, seja organizando a atividade, dando orientações ou mesmo conduzindo o processo como um todo, já que o estudante nem sempre detém todos os meios para desenvolver as atividades.

O Currículo em Ação teve a sua primeira versão em 2021 e praticamente não sofreu alterações desde então, sendo necessária uma revisão e um processo de aperfeiçoamento

da sua organização, para cumprir de forma realmente satisfatória as orientações da BNCC e do Currículo Paulista.

O reflexo disto aparece no momento que o desempenho dos estudantes em avaliações externas ainda se encontra abaixo do esperado. O material parece mais comprometido em ensinar os procedimentos para o aluno aprender do que necessariamente ensinar o objeto do conhecimento, deixando de lado este segundo objetivo, apesar deste ser cobrado mais enfaticamente nas avaliações externas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 07 de julho de 2023.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/documentos- apenas/cf-88/@@download/file> Acesso em: 08 de julho de 2023.

MARTINEZ, Vinício Carrilho; NASCIMENTO JUNIOR, Vanderlei de Freitas. **EDUCAÇÃO NA MODERNIDADE**. CIET:EnPED, São Carlos, maio 2018. ISSN 2316-8722. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/144>. Acesso em: 08 jul. 2023.

SÁ, Ivan Vasconcelos de Almeida. **O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS EM COLEÇÕES DIDÁTICAS DE GEOGRAFIA DO PNL D 2020**. Anais do CIET:EnPED:2020 - (Congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância), São Carlos, ago. 2020. ISSN 2316-8722. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1744>. Acesso em: 01 jul. 2023.

SÁ, Ivan Vasconcelos de Almeida. **IMPORTÂNCIA E O USO DAS TICs NO ENSINO DE GEOGRAFIA**. Anais do XX Encontro Nacional de Geógrafos, São Paulo, jul. 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ijwI5>. Acesso em: 01 jul. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Coordenadoria Pedagógica Currículo Paulista Secretaria da Educação, Coordenadoria Pedagógica**; União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo - UNDIME. São Paulo : SEDUC, 2019. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2023/02/Curriculo_Paulista-etapas-Educa%C3%A7%C3%A3o-Infantil-e-Ensino-Fundamental-ISBN.pdf Acesso em 27 de junho de 2023.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Coordenadoria Pedagógica Currículo Paulista: etapa ensino médio Secretaria da Educação, Coordenadoria Pedagógica**; União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo - UNDIME. São Paulo : SEDUC, 2020. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2023/02/CURR%C3%8DCULO-PAULISTA-etapa-Ensino-M%C3%A9dio_ISBN.pdf Acesso em: 27 de junho de 2023.



PÓS-GRADUAÇÃO FACULDADE IBRA

CERTIFICADO EM 24 HORAS*

*Certificado emitido em 24 horas úteis após a conclusão do curso.

Parceria para estágio remunerado ✓

Suporte com tutores qualificados ✓

Conclusão a partir de 3 meses ✓

+ de 1.000 opções de cursos ✓

Descontos imperdíveis ✓

Certificado Premium ✓

100% online ✓

TCC opcional ✓



INDIQUE E GANHE

A cada 10 alunos indicados, e com matrículas pagas, você ganha um curso grátis!!!



MÚSICA E MATEMÁTICA: Uma relação produtiva no processo de ensino- aprendizagem da matemática no ensino básico.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Kesy Marino Valverde Gonçalves de Vasconcelos
Discente do curso de Pós-Graduação em
Licenciatura em Matemática

RESUMO:

O presente artigo reflete sobre as novas maneiras de ensinar-aprender, no caso, a matemática, usando a música em inter e transdisciplinaridade. O objetivo principal foi discutir a visão da relação música x matemática em sala de aula, além de propor estratégias que contribuíssem para uma melhor assimilação dos conceitos da matemática através da música e que propiciassem experiências aos alunos. A pesquisa descritiva, com o intuito de analisar as relações da música no ensino da matemática nos primeiros anos escolares, deu-se a partir de revisão bibliográfica dos estudos de autores como Gardner (1995), Feitosa (2000), Brito (2003), Oliveira (2013) e Lautenschlage & Ribeiro (2014). Com uma abordagem de resultados essencialmente qualitativa, destacou-se os estudos documentados cruzando informações já registradas. Os quatro capítulos foram definidos de maneira linear para uma abordagem didática do assunto, são eles: a relação primária entre a música e o indivíduo; a relação entre a matemática e o indivíduo; a relação entre a música e a matemática e, por fim, uma abordagem de música x matemática e o ensino x aprendizagem. Averiguou-se que a música no ambiente escolar potencializa o aprendizado da matemática (foco deste trabalho), auxiliando no processo do desenvolvimento do raciocínio lógico e na atividade cognitiva e não se excluiu a necessidade de o docente buscar ampliar seu leque de conhecimento.

Palavras chave: Educação. Ensino-aprendizagem. Matemática. Música.

ABSTRACT:

This paper reflects about new ways of teaching-learning, in this case, Mathematics, using music in interdisciplinary and transdisciplinary ways. The main goal was to discuss the vision of the relationship between Music X Math in class as well as to propose strategies that contribute to a better assimilation of Math concepts through music that provides the students experiences. The descriptive research with intention of analyzing the influence of music in the early school years of Math teaching, first came to life due to bibliographic review of studies of authors like Gardner (1995), Feitosa (2000), Brito (2003), Oliveira (2013) e Lautenschlage & Ribeiro (2014). With a mainly qualitative outcome approach, the documented studies are highlighted crossing already registered information. The four chapters were defined in a linear way for a didactic subject approach: the primary relationship between music and the individual; the relationship between Music and Math and finally an approach of Music x Math and teaching x apprenticeship. The research suggested that music in a school environment enhances Math learning (focus of this work), helping in the process of development of logical reasoning and in the cognitive activity, but still the student needs to broaden his range of knowledge.

Keywords: Education. Teaching Learning. Mathematics, Music.

1. Introdução

Este trabalho foi motivado pelas experiências pessoais na Educação através do amor à música e do fascínio pela matemática. Muitos são os estudos que trataram deste viés, porém o retorno às aulas na pós-pandemia trouxe consigo a visão clara de turmas com deficiência, principalmente na proficiência em matemática e português. Eis uma oportunidade de se refletir sobre as novas maneiras de ensinar-aprender, no caso aqui, a matemática. Neste artigo, a ênfase visa o recorte da educação infantil, onde a base da matemática precisa ser construída e amalgamada, usando a música em inter e transdisciplinaridade como um dos recursos de aprendizado.

Visto que a música é presente no ser humano, seja pelo ritmo da respiração ou da pulsação, pela sonoridade da voz e da melodia da língua falada e, até mesmo pelos sons ecoados ouvidos ou sentidos ainda no ventre, torna-se compreensível usá-la. Não apenas a erudita e seu estudo formal, mas também a das práticas folclóricas e populares, ambas ricas e que podem atuar no processo de ensino-aprendizagem.

Para tanto, alcançar um desenvolvimento integral das capacidades e habilidades de um indivíduo, a matemática se torna imprescindível, pois ela quem interfere no desenvolvimento do raciocínio lógico e na atividade cognitiva, portanto justifica-se e torna-se relevante tocar este tema para a pesquisa. É no ambiente escolar que as crianças precisam alcançar o gosto pelas diferentes áreas de atuação. Assim, a matemática, quando apresentada e praticada de forma lúdica pelo professor, torna-se prazerosa, sendo assimilada como uma brincadeira.

Neste contexto, este artigo tem como objetivo principal uma discussão da visão da relação música x matemática em sala de aula, além de propor estratégias que contribuam para uma melhor assimilação dos conceitos da matemática através da música propiciando experiências aos alunos. Como já dito, buscar novas experiências para alcançar a meta de ser prática constante, visto que as crianças estão cada vez mais conectadas e são bombardeadas por uma gama de informações que devem ser processadas.

O método de pesquisa descritiva foi utilizado com o intuito de analisar as relações da música no ensino da matemática nos primeiros anos escolares, a partir de revisão bibliográfica a partir dos estudos de autores como Gardner (1995), Feitosa (2000), Brito (2003), Oliveira (2013) e Lautenschlage & Ribeiro (2014). A abordagem dos resultados é essencialmente qualitativa, destacando os estudos documentados e cruzando as informações já registradas.

Os capítulos abordarão na sequência: a relação primária entre a música e o indivíduo; a relação entre a matemática e o indivíduo; a relação entre a música e a matemática e, por fim, uma abordagem de música x matemática e o ensino x aprendizagem. Ressaltando que o trabalho não é para que a música explique os conteúdos de matemática resolvidos, mas sim que seja um dos instrumentos didático-pedagógicos que envolva o aluno, criando experiências e proporcionando habilidades de adquirir e reter informações e conhecimentos mais profundos. Assim, a música e a matemática podem caminhar juntas, contudo, os desafios da sala de aula ainda sejam muitos, tanto no âmbito do docente como do discente.

2. A Relação Primária Entre a Música e o Indivíduo

“Se fosse ensinar a uma criança a beleza da música não começaria com partituras, notas e pautas. Ouviríamos juntos as melodias mais gostosas e lhe contaria sobre os instrumentos que fazem a música. Aí, encantada com a beleza da música, ela mesma me pediria que lhe ensinasse o mistério daquelas bolinhas pretas escritas sobre cinco linhas. Porque as bolinhas pretas e as cinco linhas são apenas ferramentas para a produção da beleza musical. A experiência da beleza tem de vir antes. (Rubem Alves)

Pode-se dizer que a música sempre esteve presente na vida do ser humano, seja nos sons da natureza ou seu silêncio ou mesmo nas primeiras formas sonoras de comunicação – com barulhos ou grunhidos. A própria comunicação visual, através das pinturas parietais, também mostra cerimônias religiosas e danças – é a música presente na humanidade.

A música pode ser descrita como uma sucessão de sons e silêncio que se combinam e se relacionam, conforme Feitosa (2000, p.72). Provavelmente soe estranho o silêncio ser comentado quando o foco é som. Mas mesmo os sons, para obedecerem um padrão sonoro necessitam de tempos e pausas diferentes entre eles para a obtenção de um ritmo. Corroborando com este assunto, Vasconcelos (2022, p.7) diz que:

“Sem entrar em um aprofundamento, provavelmente a definição mais comum encontrada pode ser esta: música é a arte que tem como composição a melodia, a harmonia e o ritmo. Entretanto, há uma grande discussão sobre o tema e pode-se afirmar que música é a combinação dos sons e do silêncio de maneira organizada. Mas qual seria a organização? A música está presente em todas as culturas e cada uma organiza sua estrutura à sua maneira. A música também está na natureza, no som de cada animal, na cadência e na melodia das línguas diversas e seus sotaques. (VASCONCELOS, 2022, p. 7-8)

O envolvimento com os sons é, de certa forma, automático para quem os ouve. O bebê se acalma ao ouvir e sentir as batidas do coração da mãe que ouviu durante toda sua gestação; o cliente faz as compras conforme a velocidade da música dos autofalantes; momentos marcantes da vida acabam tendo uma música que os acompanhem e assim por diante. “Cada pessoa é afetada pelos sons (do mundo exterior) de maneira diferente, de acordo com seu estado de espírito (seus sons interiores), sua personalidade, seus gostos ou até mesmo o momento que vivencia.” (VASCONCELOS, 2022, p. 8)

Dentro dessa perspectiva, entende-se que desde o ventre todos vivenciaram um ambiente sonoro, cheio de vibrações, ondas e ecos e percebe-se que é possível inserir a música no contexto da sala de aula trabalhando de forma interdisciplinar tanto quanto de forma transdisciplinar, tirando partido dos conteúdos, olhando a disciplina holisticamente e respeitando as múltiplas inteligências no espaço escolar. A interdisciplinaridade realiza-se como “uma forma de ver e sentir o mundo, de estar no mundo, de perceber, de entender

as múltiplas implicações que se realizam” (SILVA, 2017, p. 32), já a transdisciplinaridade “associa-se à dinâmica da multiplicidade das dimensões da realidade e apoia-se no próprio conhecimento disciplinar” (SANTOS, 2008, p. 71).

No entanto, os autores Bueno; Oliveira (2020, p.153) *abordam sobre a necessidade desse olhar mais abrangente.*

“A escola é um espaço marcado pelas múltiplas culturas, religiões, classes sociais, pensamentos e até mesmo inteligências. Dá-se o espaço aqui para explorar o estudo de GARDNER e suas múltiplas inteligências, e cada aluno possui uma especificidade, desta forma repensar nossa práxis docente é de extrema importância na assimilação de determinados conteúdos. Na atual conjuntura esta prática de reflexão deve ser permanente, e assim exigindo do professor compromisso com a educação para sanar as situações presentes no contexto educacional. (BUENO; OLIVEIRA, 2020, p.153)

Utilizar a música presente ao redor e compreender o contexto do aluno é buscar uma conexão no processo de aprendizagem, uma vez que a música por si só é uma linguagem universal que transpassa as barreiras da comunicação.

3. A Relação Entre a Matemática e o Indivíduo

“A realidade é matemática, a realidade é música, a realidade é linguagem... Todas essas lindas afirmações são pensamento metonímico[...]. Essas sentenças tornam-se verdadeiras quando as invertemos: matemática é realidade, música é realidade, linguagem é realidade. A realidade nos transcende e abarca, contém tudo e não se reduzirá jamais a nada que possamos ‘pensar’. (Olavo de Carvalho)

Cada aluno tem perfil, personalidade e habilidades próprios. No entanto, em sala de aula ainda são avaliados tradicionalmente, não explorando o potencial que cada um tem. Mesmo que a matemática faça parte da vida de todos, ela só passa a fazer parte da percepção do ser humano somente quando a criança começa a compreender o abstrato. “[...] as relações matemáticas são convencionalmente estabelecidas em um plano puramente abstrato ou intelectual, [...]” (FEITOSA, 2000, p. 77)

Existem muitos estudos e aplicações do aprendizado da matemática em um contexto de aplicação à realidade da criança, porém, como resultado mais comum, o aprendizado é voltado ao ensino do conteúdo para o vestibular. Ele se torna conteudista, tomando o espaço de uma aula que poderia ser mais rica e aplicação de fundamentos. Ainda na década de 1990, Fernandes (1998, n.p.) já anteviu o que se potencializou acerca do aprendizado após a pandemia, *pois a sociedade:*

“[...] não concebe mais indivíduos passivos - em todos os sentidos - e é exatamente o que o ensino conteudista produz: alunos passivos, que

absorvem quantidades de informações que serão cobradas posteriormente 'ao pé da letra' e que são esquecidas tempos depois, por terem sido transmitidas com muita rapidez e superficialidade. Por outro lado, a Educação Moderna defende o ensino compartilhado com o aluno, que dê prazer - tanto de ensinar, como de aprender - indo de encontro à realidade e necessidade do mesmo (sem prejuízo de conteúdos, evidentemente) e, portanto, com mais significado e com menor risco de ser esquecido, uma vez que o conhecimento fica sedimentado. (FERNANDES, 1998, n.p.)

Com tal propósito – significância ao aprendizado – é que Gardner dedica seus estudos sobre as múltiplas inteligências. Para ele a escola tem esse papel de maneira que cada aluno atinja seu objetivo. Segundo o autor, “as pessoas ajudadas a fazer isso, acredito, se sentem mais engajadas e competentes, e portanto mais inclinadas a servirem à sociedade de uma maneira construtiva.” (GARDNER, 1995, p. 16).

Os alunos, de maneira geral, tendem a ter medo da matemática e dificuldades de compreensão dos cálculos. Os autores Bueno; Oliveira (2020, p.153) concordam que em se tratando do ensino da Matemática os alunos, de uma forma geral, apresentam dificuldades e exigindo dos professores um esforço sempre maior para sanar os reveses no aprendizado. Vale ressaltar que nem toda dificuldade em matemática é discalculia, que é uma desordem que afeta a habilidade de lidar com os números.

4. A Relação Entre a Música e a Matemática

“Tudo são números.” (Pitágoras)

A música e a matemática fazem contraponto¹ desde os primórdios da civilização, como pode se observar na arquitetura e na criação de instrumentos musicais. Esse fenômeno se via como um conhecimento de natureza mística, nas origens dos quais estavam presentes uma simbologia e um significado, assim como as antigas crenças sobre as formações sutis da matéria. Não foi por acaso, que filósofos e mestres desenvolveram um seguimento intelectual sobre as formações do ar e do mundo, como a matemática.

Pode-se dizer que música e a matemática estão de tal forma entrelaçadas, que uma das formas mais antigas de se criar um método pedagógico para a educação é uma ligação entre ambas. Porém Feitosa (2000, p. 72), levanta uma questão importante quanto a

1 O conceito de contraponto, em música, é usado quando temos a harmonia construída por vozes contrapostas ou mesmo diversas melodias. No âmbito da composição, a técnica do contraponto liga as vozes objetivando um equilíbrio harmônico. O contraponto ecoa desde o século XV e foi brilhantemente trabalhado nas composições de Johann Sebastian Bach. Ao escutar uma música instrumental na estrutura do contraponto pode soar estranho, pois é necessário ouvir as vozes separadamente, cada uma soando como resposta da outra e todas são tocadas simultaneamente em plena harmonia. Faço uma analogia ao contraponto quando demais disciplinas podem ser ‘tocadas’ simultaneamente enriquecendo a harmonia do aprendizado.

possível parceria interdisciplinar entre música e matemática. Para ele, deve-se primeiramente responder às seguintes questões: “*existe matemática na música?*” e “*existe música na matemática?*” Ainda o mesmo autor traz a seguinte reflexão:

“*A música, desde o nível mais elementar até o mais complexo, é na realidade uma sucessão de sons e silêncios que se combinam e se relacionam. Por mais intuitivo que seja o trabalho do compositor, ele obedece, invariavelmente, à realidade do som como fenômeno acústico e, portanto, sujeito às leis matematizáveis da física. O compositor não trabalha o tempo todo pensando nesses aspectos físicos e matemáticos, e, em muitos casos, ele nem mesmo os considera, mas, mesmo as composições musicais mais simples, obedecem, sem exceção, a relações acústicas matemáticas ou matematizáveis. (FEITOSA, 2000, p.72)*

Essas relações sonoras com a física que, ainda de acordo com Feitosa (2000, p.72) obedece quatro propriedades: “*a) altura, que é a variação entre o grave e o agudo; b) timbre, que é uma característica decorrente das propriedades acústicas da fonte sonora; c) intensidade, que é a “força” com que o som é produzido e d) duração, que é o tempo durante o qual o som pode ser ouvido*”, e com a matemática. São consequências de um código decifrado: a leitura da partitura. O som, enquanto fenômeno físico, obedece ou é constituído por quatro propriedades.

Na escrita da música na pauta constam a melodia e o ritmo. Na estrutura rítmica está o pulso que referencia o tempo representado pelas figuras com som e com silêncio.

Sem que se estenda o assunto, pois não é este o objetivo aqui, um pequeno recorte na teoria musical pode demonstrar o fato:

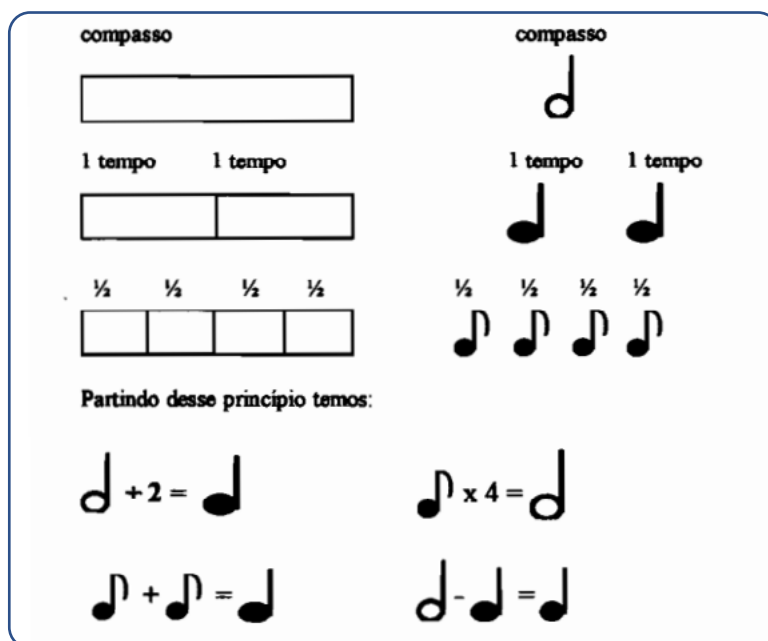


Figura 1: Agrupamentos de tempos e compassos e o princípio lógico-matemático trabalhado nas séries iniciais de escolarização

Fonte: FEITOSA (2000, p.74) Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhas-criticas/article/download/2832/2539/4954>. Acesso em: 25 de outubro de 2022.

Nesta premissa, observa-se que a presença da matemática música. Portanto, estimular que caminhem juntas no processo pedagógico só trará bons resultados, os quais já estavam em estudos desde a década de 1960, conforme o texto de Gomes; Cerqueira; Bueno (2019, pp.1-2), onde a matemática e a música já se viam juntas na instrumentalização do aprendizado.

Segundo Bueno; Oliveira (2020, p.156), *“a música desenvolve o raciocínio, a criatividade e a memorização e, acima de tudo, estimula a autodisciplina, características que auxiliam para um bom desempenho em Matemática.”* O conhecimento em outras áreas do saber e um conteúdo interdisciplinar permitem a apresentação do conteúdo de maneira que abranja a diversidade de inteligências.

“Nos últimos tempos temos visto a busca por experiências formativas que relacionem diferentes áreas. Identificamos que alguns estudos veem percebendo que práticas interdisciplinares são promissoras ao desenvolvimento do conhecimento e, portanto desenvolver práticas nessa perspectiva pode ser benéfica [...] com a Música, a Matemática e o Movimento. (GOMES; CERQUEIRA; BUENO, 2019, p. 1)

Prática e teoria precisam caminhar juntas em mutualidade, tanto quanto professores e alunos, respeitando a vivência, a realidade, as necessidades, construindo uma escola participativa, humanizada. Quanto à música e à matemática, ambas despertam o olhar crítico, analítico e a primeira age como potencializadora² de forças de aprendizado das crianças.

5. Música, Matemática e o Ensino x Aprendizagem

“[...] a forma como o professor apresenta os conceitos matemáticos tem ligações diretas com a formação dos educandos. No entanto, evidenciamos a necessidade de compreender que a forma como conceituamos tem a ver com nossa visão de homem, mundo e sociedade, ou seja, nossos métodos são antecidos por nossa postura. (William Casagrande Candiotta e Elisandra de Souza Peres)

Existe uma grande conexão entre matemática e a música dentro das leis da física e, provavelmente por causa desta interseção Cabral (2015)³, em sua tese de mestrado, expõe clara e didaticamente a aproximação das disciplinas. Seu relato da aplicação de um projeto de música na escola, reparou que os alunos de começaram a fazer associações entre as disciplinas e, conseqüentemente, apresentaram melhoras significativas no desempenho da matemática: *“[...] aluno aprende melhor sobre a disciplina quando se insere a musicalidade no contexto”* (CABRAL, 2015, p. 9).

2 Gardner (1995)

3 Este é um estudo indicado a todo professor de matemática ou de física com conhecimento musical (ou não), onde a autora retrata suas experiências nas duas áreas do saber.

A música tem sido usada como instrumento para aprendizagem em áreas diversas do conhecimento há tempos. Conforme mencionado anteriormente, a conexão com o abstrato e o intelectual possibilita o aprendizado. O apreender (aprisionar, prender) das coisas torna-se mais prazeroso. A própria linha melódica pode se traduzir no cérebro e ondas de prazer, excitação, relaxamento, etc.

“A música desenvolve o raciocínio, a criatividade e a memorização e, acima de tudo, estimula a autodisciplina, características que auxiliam para um bom desempenho em Matemática. É cediço que o professor tenha domínio de sala de aula, para que o educando consiga assimilar os conteúdos abordados durante as aulas de Matemática. Ressaltamos que o professor que se utiliza de práticas pedagógicas diversificadas (músicas) poderá proporcionar, entre os alunos, uma espécie de troca de conhecimentos, onde se ajudam mutuamente, e consubstanciando na aprendizagem (BUENO; OLIVEIRA, 2020. p.157)

Associar os sons com o dia a dia permite à criança uma aproximação da sua realidade. A pesquisadora da USP (Universidade de São Paulo), Teca Brito, que se dedica à educação musical desde 1974, em suas muitas pesquisas e projetos, reforça a música em sala de aula, independente da faixa etária. Brito (2003, p. 39) discorre em sua proposta para formação integral da criança a grande importância que a comunicação sonora-musical corrobora com o seu desenvolvimento. Isso porque, os sons afetivos intrauterinos, continuam fazendo vínculos fortes ainda quando adulto. A importância de ouvir envolve o processo de reflexão. O ato de se utilizar em sala o recurso da música proporciona à criança a oportunidade de aprender fazendo e refletir no processo.

“O uso da música como recurso pedagógico é pouco explorado pelos docentes dessa área. É uma disciplina abrangente na grade curricular de ensino e sempre foi ensinada de forma mais tradicional. Já a música, é uma linguagem sonora capaz de traduzir expressões, sentimentos, pensamentos, diversas sensações por meio do intuito do som e do silêncio. Está presente nas diversas manifestações culturais, mostrando a liberdade de expressão de alegria e tristeza, e desde os tempos mais remotos, por volta da Antiga Grécia, já era considerada como uma forma de Ciência, na qual os cidadãos teriam que aprender. (BUENO; OLIVEIRA, 2020, p. 159)

Mais uma vez ressalva-se que a música aqui é um instrumento didático enriquecedor em sala de aula, que transforma uma aula monótona em uma aula cheia de gatilhos de aprendizagem. Brito (2003, p. 4) ressalta que o ensino de Matemática no Brasil necessariamente passa pela formação adequada do professor, porém com falhas na compreensão conceitual, o que torna difícil o momento de transmissão dos conceitos básicos e, usando o termo de Teca Brito, construindo “aulas chatas”. Ela ainda pontua que se deve “discutir o papel profissional do professor de Matemática e seus conhecimentos [...] foco na álgebra [...]” (BRITO, 2003, p.5), visto que há lacunas na preparação do professor de matemática da educação básica.

“O conhecimento específico do conteúdo refere-se às compreensões do professor acerca da estrutura da disciplina, do modo como ele organiza cognitivamente o conhecimento da matéria que será objeto de ensino. Enquanto isso, o conhecimento pedagógico do conteúdo consiste nos modos de formular e apresentar o conteúdo, de forma a torná-lo compreensível aos alunos, incluindo analogias, ilustrações, exemplos, explicações e demonstrações. Este é o conhecimento que se refere à compreensão docente do que facilita ou dificulta o aprendizado discente de um conteúdo específico. Por fim, o conhecimento curricular do conteúdo dispõe-se a conhecer a entidade currículo como o conjunto de programas elaborados para o ensino de assuntos e tópicos específicos em um dado nível, bem como a variedade de materiais instrucionais disponíveis relacionados àqueles programas. (BRITO, 2003, p.7)

Todavia, a formação do docente é um processo, portanto constante, e faz-se necessária quando se fala de uma educação humanizada, onde o aluno é o protagonista, com suas múltiplas inteligências e maneiras ímpares de aprendizado. A missão é difícil mas não é impossível. *Cabe ao docente permitir-se conhecer o aluno e estabelecer uma conexão com ele,*

“[...] estudando o seu desenvolvimento nos aspectos emocionais, físico, intelectual, dentre outros, diante das técnicas apresentadas, utilizando de métodos de aprendizagem de forma individual no que for possível, a fim de garantir que o aluno absorva os conteúdos apresentados, [...] cada aluno possui sua individualidade e portanto limitações e aptidões frente a determinados métodos de ensino. A maioria das escolas dá maior ênfase ao conteúdo a ser trabalhado. Entretanto, é extremamente necessário olhar esses aspectos, pois podem e muito prejudicar o desenvolvimento intelectual. (IBRA., s/d, p.9)

Lautenschlager; Ribeiro (2014), em seu estudo de caso, observaram que a relação ensino x aprendizagem flui de forma mais fácil quando a aula é dinâmica, longe do perfil de um monólogo enfadonho e que leva a criança ao bloqueio.

“Por vezes, observamos que isso ocorre em razão da postura que o professor de Matemática assume, transformando suas aulas em um processo árduo de aprendizagem (e, conseqüentemente, de ensino), desprovido de significados tanto para o aluno quanto para o próprio professor. Sendo assim, todo o processo de ensino e aprendizagem de Matemática fica reduzido à mera reprodução dos passos ou das técnicas ensinadas pelo docente (LAUTENSCHLAGER; RIBEIRO 2014, p.3).

Daí a grande importância de uma aula bem preparada e de o professor sempre se manter atualizado e, hoje mais que nunca, com a velocidade, a quantidade e a diversidade

de informações, faz-se necessário que o professor procure sempre expandir seu conhecimento transdisciplinarmente. A música proporciona esse olhar transcendental e plural.⁴

6. Conclusão

A pesquisa foi produzida com o intuito de analisar as relações da música no ensino da matemática e, como a música está presente no processo evolutivo humano, ou seja, em todos os lugares, inclusive no corpo humano pelo ritmo da respiração ou da voz, a musicalidade de cada língua ou sotaque, etc., pode atuar no processo de ensino-aprendizagem.

A música no ambiente escolar potencializa o aprendizado da matemática (não só da matemática, mas das demais disciplinas), auxiliando no processo do desenvolvimento do raciocínio lógico e na atividade cognitiva, sendo inserida com ludicidade nas séries iniciais, assimilada como uma brincadeira, e como referência lógico-matemática, quando os alunos são inseridos os conteúdos básicos da disciplina.

Contudo, enfatiza-se aqui que a relação professor x aluno é uma máxima que importa para que o aprendizado também possa fluir. Relacionamentos importam dentro de uma educação humanizada. É certo que a música, como linguagem universal, tem um raro poder de comunicação e, quando utilizada da forma correta por um professor preparado em sala de aula, muito pode contribuir.

Destarte, este artigo não nasceu com a pretensão de esgotar o assunto. São muitas as experiências que podem ser realizadas e relatadas, cada uma com característica proposta próprias. A título de aprofundamento, sugere-se as referências bibliográficas que serviram de base para este estudo.

4 Minha própria experiência musical impulsionou-me no aprendizado de disciplinas como Artes, História e Matemática, assim como a Matemática me ajudou a compreender a construção musical. A música proporcionou-me, e ainda me proporciona, uma forma diferente de ensinar a arte, a arquitetura, o design; assim como as demais disciplinas me permitem enriquecer minhas aulas de música.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luan Xavier. **Matemática e música: uma abordagem através do monocórdio de Pitágoras**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) -- Campus Universitário de Castanhal, Universidade Federal do Pará, Castanhal - PA, 2018. Disponível em: <<http://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/617>>. Acesso em: 4 de outubro de 2022.
- ALMEIDA, Rodrigo da Silva *et al.* **A teoria das inteligências múltiplas de Howard Gardner e suas contribuições para a educação inclusiva: construindo uma educação para todos**. Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais – UNIT-Alagoas - AL, v. 4, n. 2, p. 89-89, 2017. ISSN ELETRÔNICO 2316-3143.
- BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECAD). Jan. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 4 de outubro de 2022.
- BRITO, Teca Alencar de. **Música na Educação Infantil: propostas para a formação integral do indivíduo**. São Paulo - SP: Peirópolis, 2003. 208 p.
- BUENO, Fabíola Gouveia Borges; OLIVEIRA, Lilian Pittol Firme de. **A utilização da música no processo de ensino e aprendizagem nas aulas de matemática**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 04, p. 152-171. Junho de 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/utilizacao-da-musica>>. Acesso em: 8 de agosto de 2022.
- CABRAL, Rafayane Barros *et. al.* **Matemática e Música [manuscrito]: Uma proposta de aprendizagem / Rafayane Barros Cabral**. 2015. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí, Jataí, Programa de Pós-Graduação em Matemática (PROFMAT - Profissional), Jataí - GO, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5438>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.
- DOS SANTOS-LUIZ, Carlos; MÓNICO, Lisete; CAMPELOS, Sandra; FERNANDES DA SILVA, Carlos. **Matemática e música: Sistematização de analogias entre conteúdos matemáticos e musicais**. Revista Portuguesa de Educação. vol. 28, n. 2, 2015, pp. 271-293. Universidade do Minho Braga, Portugal. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/374/37443385014.pdf>>. Acesso em: 8 de agosto de 2022.
- FEITOSA, Sebastião Gonçalves. **Música e matemática: uma soma que subtrai problemas, multiplica interesse e divide melhor os resultados**. Linhas críticas, n. 10, p. 71-80, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/download/2832/2539/4954>>. Acesso em: 25 de outubro de 2022.
- GARDNER, H. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre - RS: Artmed, 1995, pp. 12-36.
- GOMES, Herica Cambraia; CERQUEIRA, Demerval Santos; BUENO, Simone. **Música, matemática e movimento: Uma formação de professores na educação infantil**. REVELLI – Revista de Educação, Linguagem e Literatura da Universidade Estadual de Goiás - GO, vol. 11, 2019. ISSN 1984-6576. E-201901.
- IBRA. **Psicologia da Educação e Aprendizagem**. Curso de Complementação. Coordenação Pedagógica. Caratinga – MG, s/d, pp. 9-12.

LAUTENSCHLAGER, Etienne; RIBEIRO, Alessandro Jacques. **Reflexões acerca do impacto do conhecimento matemático dos professores no ensino: a álgebra da Educação Básica.** *Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática*, v. 7, n. 3, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.17921/2176-5634.2014v7n3p%25p>>. Acesso em 4 de janeiro de 2023.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** Coleção Docência em Formação. Série Educação Infantil. São Paulo - SP: Cortez, 2013. 265 p.

SANTOS, Akiko. **Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido.** *Revista brasileira de educação*, v. 13, p.71, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5qbJPVmkqkbqNMj8hGTXVBN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

SILVA, Lenira Lopes Soares. **Integração Curricular e Interdisciplinaridade no Planejamento de Ensino para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** [PowerPoint de apoio à disciplina Fundamentos Sociopolíticos, Econômicos e Educacionais – IFRN, UERN e UFPB, lecionada no IFRN Campus Santa Cruz e PPGEP CNAT], p. 32, 2017], 2017. Disponível em: <<https://www.ifpb.edu.br/joaopessoa/ensino/articulacao-pedagogica/projeto-de-atualizacao-dos-ppcs/2017/encontros-pedagogicos-2017/ii-encontro-pedagogico-de-2017/integracao-curricular-e-interdisciplinaridade-no-planejamento-de-ensino-para-a-educacao-profissional-e-tecnologica.pdf>>. Acesso em: 6 de dezembro de 2023.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco. Múltiplas. **Inteligências na Prática Escolar.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância. 1999. 80 p. Cadernos da TV Escola. Inteligências Múltiplas. ISSN1517-234.

SOUZA, Aywkslânia Nogueira de; TEIXEIRA, Verônica Rejane Lima. **A Importância da Matemática no Desenvolvimento da Criança na Educação Infantil/The Importance of Mathematics in Child Development in Early Childhood Education.** ID on line. *Revista de psicologia*, v. 15, n. 57, p. 816-827, 2021. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/viewFile/3257/5114>>. Acesso em: 19 de agosto 2022.

VASCONCELOS, Kesy M. V. G. de. **A música como savoring na neuroarquitetura em tempos de pandemia: A relação entre a arquitetura, as estratégias do savoring e a experiência com a obra 4'33" de John Cage.** IPOG Brasília. Brasília - DF, 2022. 16 p.

Uso das TICs para o Ensino de Língua Portuguesa

Trabalho de Conclusão de Curso

Leandro Francisco dos Santos

RESUMO:

O presente trabalho tem como tema as TICs, Tecnologias de Informação e Comunicação e seus usos em salas de aula no ensino, por entender que ele é de grande relevância para o processo de ensino/aprendizagem atualmente. Nesse sentido, o problema que orienta essa investigação é verificar o atual estágio do uso das TICs no ensino da língua portuguesa, tendo como objetivo verificar qual o grau de implementação das citadas TICs associadas com a contribuição da aprendizagem no País e os principais desafios em sua implementação. Cumprido por meio de pesquisa de campo com apoio bibliográfico, embasados nos estudos de Moran, Masseto e Behrens, reportar e reforçam as necessidade e carências, a importância e desafios para a implementação e a adoção das TICs como uma ferramenta aliada ao desenvolvimento do ensino.

Palavras chave: Língua Portuguesa. Tecnologias da Informação e Comunicação. Internet. Sala de aula.

ABSTRACT:

The present work has as its theme ICTs, Information and Communication Technologies and their uses in classrooms in teaching, understanding that they are of great connection to the teaching/learning process today. In this sense, the problem that guides this investigation is to verify the current stage of the use of ICTs in Portuguese language teaching, with the objective of verifying the degree of implementation of the mentioned ICTs associated with the contribution of learning in the country and the main challenges in its Implementation. Accomplished through field research with bibliographic support, based on the studies of Moran, Masseto and Behrens, reporting and strengthening the needs and deficiencies, the importance and challenges for the implementation and adoption of ICTs as an aided tool for the development of the teaching.

Keywords: Portuguese language. Information and Communication Technologies. Internet. Classroom.

1. Introdução

Já faz algum tempo que as ferramentas TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) querem ocupar seu espaço nas salas de aula. O uso do computador, da internet, da hipermídia e dos smartphones na prática educativa é realidade em muitos países, mas no Brasil nem mesmo o quase desaparecido CD-ROM sequer apresentou-se. Um estudo recente de Moran (2000), Masseto (2000) e Behrens (2000), revela que os contextos socioculturais dos educandos exigem meios mais próximos da realidade, isto é, mais condizentes com as linguagens digitais a que se acostumam os alunos. No entanto, a regra ainda é da lousa e do giz.

Muitos programas têm sido desenvolvidos para promover mais tecnologia em salas de aula; no entanto, os resultados mostram-se desanimadores. Em muitas escolas, os computadores entregues pelas prefeituras ou órgãos estaduais (aqui pensando no ensino público) envelhecem dentro das caixas originais; televisores e mídias de reprodução tomam a poeira dos dias, sem uso; as redes de acesso à internet são fracas quando não inexistentes. Soma-se a tudo isso um certo nível de rejeição, por parte dos professores, ao uso de tecnologia em sala de aula, especialmente do telefone celular. Muitos dos educadores parecem não estar preparados para as novas tendências em educação e acomodados a uma situação que tem se mostrado improdutiva. Pode-se dizer que os problemas não se concentram na disponibilidade da tecnologia, mas na aceitação e preparação pedagógica para formatar aulas mais complexas por parte dos educadores.

Não há como negar que o mundo vive uma revolução tecnológica e o cotidiano das pessoas já é altamente informatizado. As novas gerações já nascem “digitalizadas”. Porém, os recursos tecnológicos são subutilizados, quer seja por falta de investimentos na qualificação dos professores, quer seja pelo pouco interesse das instituições públicas de ensino. É claro que os profissionais de educação têm acesso internet, porém não sabem mexer; na grande maioria eles criam sim as redes sociais mas não tem esse contato tão fluente. Isso se justifica pelo fato de que muitos professores que estão em sala de aula hoje em dia nasceram em uma época que não se tinha essa tecnologia.

A qualificação desejável, então, é aquela que permita apoderar-se da tecnologia para oferecer aulas mais atraentes e motivadoras e que traga a sala de aula para o século XXI. Entretanto, os cursos de formação de professores não têm oferecido uma qualificação tecnológica para o novo profissional. Esses currículos estão defasados e desconectados do cotidiano do professor.

Valente e Almeida (1997) investigaram as causas do porquê ainda não se verificaram os resultados desejados. Embora sua pesquisa já tenha 20 anos, o cenário ainda é o mesmo. A falta de preparo, a desorientação e o desinteresse do educador, ainda é semelhante ao que se constatou lá atrás. Sem uma atitude praticamente revolucionária, com a completa adesão da tecnologia, não haverá como elaborar estratégias e desenvolver metodologia que recapture o interesse dos educandos pela busca do conhecimento.

2. A Tecnologia Digital

As TICs têm um passado já longínquo. Elas aparecem no final dos anos 1960, com o desenvolvimento da eletrônica no campo industrial. Tanto o mercado de trabalho como o mercado de educação começaram a fazer uso em larga escala da nova tecnologia. Com isso, as TICs tiveram um desenvolvimento bastante rápido. Elas se explicam, ou se definem, segundo Correia e Santos (2013) por relação procedimental e metodológica dos equipamentos utilizados para verificação e comunicação de informação. Cada vez mais utilizadas no campo educacional, elas, segundo os mesmos autores *“agilizaram o conteúdo da comunicação através da digitalização e da comunicação em redes (internet) para captação, transmissão e distribuição das informações, que podem assumir a forma de texto, imagem estática, vídeo ou som”*.

Em ambiente escolar, o instrumento mais utilizado foi o computador, quando o Governo Federal implantou, no ano de 1997, o ProInfo – Programa Nacional de Tecnologia Educacional, a fim de estimular o uso pedagógico das TICs em nível fundamental e médio nas escolas públicas. Pensado com o objetivo de instalar laboratórios de informática e internet de banda larga nas escolas, esse projeto também contou com o Projetor ProInfo, cuja ideia foi oferecer um projetor que pudesse ser utilizado tanto pelos estudantes quanto para capacitação dos professores.

O Governo Federal financiou a instalação de milhares de laboratórios de informática por todo o país, e promoveu cursos de formação para os profissionais da educação. Entretanto, nos primeiros anos, o uso dessa nova tecnologia pelas escolas foi mínimo, para não dizer insignificante. Várias razões são oferecidas para esse fato, dentre elas estão a falta de conservação e manutenção, e o desinteresse por parte dos professores. Também pode-se apontar, segundo pesquisa de Arruda; Raslan (2007), a inexistência de *softwares* apropriados aos objetivos propostos. Ainda de acordo com a pesquisa, o sistema público de ensino não conseguiu dar o apoio adequado na introdução das novas tecnologias, no acompanhamento e na sua execução. Também avalia que não aconteceram as intervenções necessárias para a correção de rumos. Cantini (2008) agrega a essa crítica que *“o processo de formação continuada por meio dos Núcleos de Tecnologia Educacional, provenientes do ProInfo, foi insuficiente para tornar a tecnologia uma ferramenta efetiva no aprimoramento pedagógico”*. Para ela, *“o Estado até fornece o instrumento, mas restringe as condições para sua utilização, pois não prevê manutenção dos equipamentos, nem apoio técnico aos professores durante as aulas, quanto menos assessoria pedagógica”*.

Os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) são órgãos vinculados às secretarias municipais ou estaduais de educação. Possuem unidades dotadas de cursos de informática e educação e reúnem educadores e especialistas em tecnologia tanto de hardware quanto de *software*. Assim, esses profissionais são capacitados para auxiliar a implantação e uso das TICs nas instituições de ensino, mas a falta de autonomia política e financeira para o desenvolvimento do trabalho prejudicou essa fase do processo.

Alguns autores chegam a considerar que o ProInfo não é mais do que propaganda ou publicidade do governo para as escolas públicas. O fato é que se pode concluir que simplesmente equipar escolas com tecnologias não garante letramento digital ou o uso pedagógico desses recursos. O principal problema para a implantação do projeto tem sido

a formação dos professores. Estes possuem pouco tempo para fazer cursos de aprimoramento em horário de trabalho e não há, por parte do governo, apoio para que esse profissional tenha uma formação continuada. Não há como, portanto, que as tecnologias sejam implantadas dentro de um contexto político-pedagógico, se não há como seus agentes de apropriarem dessas mesmas tecnologias.

Muitos autores têm se debruçado sobre o tema da inserção da tecnologia digital na sala de aula. Santaella (2013) define essa inserção como *“acesso à informação, comunicação e aquisição de conhecimento por meio dos dispositivos móveis.”* A sociedade contemporânea, veem os pesquisadores, já está imersa em um ecossistema altamente digitalizado. As redes bancárias aboliram o papel; os jornais estão cada vez mais abandonando o papel; os livros de papel estão sendo substituídos pelos *e-books*. A sala de aula, entretanto, agarra-se ao papel. Isso traz mais consequências do que se possa imaginar. A UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, alertava em 2014 que *“existe um número alto de pessoas que continua a encontrar dificuldades no exercício de sua cidadania e de seus direitos fundamentais.”* O indivíduo afastado da capacidade de se relacionar social e culturalmente em um mundo cada vez mais digitalizado é mais que analfabeto: é um ser alijado de direitos fundamentais. Nesse sentido, o letramento digital é uma necessidade urgente. Passarelli & Junqueira (2012), que utilizam o termo *literacia*, nos fazem refletir sobre uma expansão do conceito de alfabetização quando asseveram que

“Na passagem da cultura letrada à cultura das mídias e da convergência, marcada pela não linearidade e pela interatividade, o conceito de literacia se expande, abrangendo as competências do usuário para explorar esse potencial multimídia. Os letrados da sociedade em rede são aqueles capazes de ler, escrever, interagir, comunicar-se por meio dessa linguagem multimídia, reconhecendo as práticas sociais e gêneros textuais que envolvem cada elemento dessa interface (PASSARELLI, 2012, p. 73).”

Mark Warschauer (2003) reforça a ideia da necessidade da inclusão digital quando destaca que *“a habilidade de acessar, adaptar e gerar novos conhecimentos utilizando as novas tecnologias da informação e da comunicação é fundamental para a inclusão social na presente era.”*

As TIC oferecem uma oportunidade para que os professores medeiam as atividades dos educandos na construção de novos conhecimentos durante a aula e até mesmo em atividades extracurriculares. O uso da TIC como uma ferramenta do ensino-aprendizagem é excelente para impulsionar e dinamizar o processo da educação e ela ajuda tanto no aspecto do conteúdo informal quanto no formal, sistematizado e contextualizado.

Lopes (2006) percebia que *“a realidade em que estamos imersos e que contribuímos para produzir, modificar e reproduzir, é sempre uma realidade mediada, mediatizada”.* A presença das TICs nos estabelecimentos de ensino, mormente os públicos, vai além da percepção ideológica do que é uma escola. Ela demanda um questionamento da nova realidade que se apresenta. Se antes havia projetos pedagógicos aos quais os educandos eram inseridos, agora a *“rua”* invade a sala de aula com suas preocupações próprias e, para repetir Lopes, mediatizadas. Ao considerar essa realidade, projeta-se que o futuro desses

jovens dependerá da capacidade deles de gerar, processar e aplicar informação. As TICs, nesse sentido, adquirem papel primordial.

Grigolli (2010) sugere uma gestão empresarial das atividades educacionais. Ocorre que no domínio do ensino público há uma forte reação ao termo “gestão” quando esse vem associado ao termo “empresarial”. No entanto, todos os profissionais envolvidos com educação, não importa se pública ou privada, preferem fazer parte de instituições organizadas e dinâmicas. Todos desejam contribuir para a obtenção de bons resultados, que se traduzem por alunos bem preparados para a vida adulta. Deveriam os profissionais, portanto, adotarem metas e gestões que melhor encaminhem para os objetivos. Afinal, se as TICs são a realidade, não há espaço mais privilegiado de aprendizagem dos benefícios desse conceito. Como diz Soares (2011), “*com relação às tecnologias, o que importa não é a ferramenta disponibilizada, mas o tipo de mediação que elas podem favorecer para ampliar os diálogos sociais e educativos*”.

Um estudo de 2018 promovido pelo IPEA identifica que muitas escolas públicas não contemplam no seu projeto político-pedagógico o uso de tecnologia na educação. Quando há uso, esse não se verifica como um método racional e consciente que se conecta a um objetivo mais amplo. Dá-se, muitas das vezes, por iniciativa individual de um professor ou outro. A legislação em vigor, esclarece o estudo do IPEA, não promove o uso integrado de tecnologia nas práticas pedagógicas. As práticas, por atenderem expectativas conteudistas, não sugerem nem obrigam o uso da tecnologia.

A publicação do IPEA também constatou que embora as escolas pesquisadas possuam um “parque tecnológico” ainda que mínimo – projetores e computadores -, eles só podem ser usados em conjunto. O manuseio direto pelos alunos é restrito. Quando ocorre um problema técnico, verifica-se que os professores não conseguem resolver e precisam esperar que alguém da rede de ensino a que estão subordinados apareça. Mas mesmo que as ferramentas estejam em ótimo estado, o IPEA descobriu que os profissionais da educação não possuem capacitação suficiente para aplicação dos recursos existentes. E esses não são os únicos obstáculos: os projetores e computadores necessitam em larga medida de acesso à internet. A rede disponível em muitas escolas é insuficiente, por exemplo, para o uso de áudio e vídeo, apenas servindo para atividades mais simples, como apresentação de *slides*.

Estamos falando aqui em estrutura TIC, mas o problema é muito maior: segundo o Censo Escolar 2017 do Ministério da Educação, só 41,6% das escolas que oferecem ensino fundamental têm rede de esgoto; 53% delas contam com fossas e em 6,1% não há esgoto sanitário. Quanto à água, ela é garantida pela rede pública em 65,8% dos casos; as outras ou contam com poços artesianos, cacimbas, cisternas ou simplesmente não existe. Em 10% das escolas públicas do ensino fundamental não há sequer energia elétrica.

Mais da metade das escolas de ensino fundamental não têm acesso à tecnologia. O Censo Escolar de 2017 estabelece que:

a presença de recursos tecnológicos como laboratórios de informática e acesso à internet ainda não é realidade para muitas escolas brasileiras. Apenas 46,8% das escolas dispõem de laboratório de informática; 65,6% têm acesso à internet; em 53,5% das escolas a internet é por banda larga (CENSO E. 2017, p.4).

Até mesmo as bibliotecas ou salas de leituras só estão presentes em pouco mais de 50% dos estabelecimentos públicos de ensino. Algumas ainda carecem de banheiros adequados às faixas etárias atendidas.

Quanto à creche, período de zero a três anos, somente 57% possuem parque infantil. Na pré-escola, para as crianças de quatro e cinco anos, o parque infantil existe em índice ainda menor, 42%. E somente 26% dos estabelecimentos públicos oferecem acessibilidade adequada aos portadores de deficiência. O MEC aponta que 32% das escolas infantis possuem banheiros planejados para atender alunos com mobilidade reduzida.

A LDB de 1996 anuncia que é “*dever do Estado garantir padrões mínimos de qualidade de ensino.*” Isso se define por manter quantidades mínimas de insumos necessários ao processo de ensino-aprendizagem. Quando, então, se pensa em acesso à internet e laboratórios de ciências em todas as escolas mantidas pelo setor público, vê-se que a meta ainda está muito longe de ser alcançada. Nem mesmo o básico, que é a garantia de água e esgoto está consolidado.

2.1. Competências Tecnológicas na BNCC

Nos últimos anos, as tecnologias digitais de informação e comunicação, também conhecidas como TDICs, mudaram a forma como trabalhamos, comunicamos, relacionamos e aprendemos. Na educação, elas têm sido incorporadas às práticas de ensino como forma de apoiar os professores na aplicação de metodologias ativas de ensino, como forma de alinhar o processo ensino-aprendizagem com a realidade dos alunos e estimular uma aprendizagem mais significativa para despertar maior interesse do aluno. Participação em todas as fases da Educação Básica.

Mas essas não são as únicas razões pelas quais as tecnologias e os recursos digitais estão sendo cada vez mais incorporados ao cotidiano das escolas. É preciso promover a alfabetização e o letramento digital, tornar acessíveis as tecnologias e informações que circulam nos meios digitais e oportunizar a inclusão, uso e criação em diversas práticas sociais, *como ressalta a competência geral 5:*

“Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.”
(BNCC, 2018)

A quinta competência da BNCC tem como foco o uso específico da tecnologia na aprendizagem com senso crítico. Ele reconhece o papel essencial da tecnologia, mas é preciso existir fiscalização e responsabilidade pelo seu uso. Além disso, o aluno deve dominar o universo digital, ser capaz de utilizar ferramentas multimídia para aprendizagem e produção.

A tecnologia se bem implementada na escola - traz muitos benefícios para a educação como: Torna as atividades cotidianas mais eficientes; Aproxima alunos e professores; Desperta curiosidade e Fortalece a comunicação.

Observamos que a inclusão dessas competências é, na verdade, um reflexo do atual cenário tecnológico do mundo em que vivemos. As crianças, chamadas de nativos digitais, nascem e crescem com a tecnologia presente em seu cotidiano. Virtual é algo comum. Então as escolas tiveram que se adaptar a essas mudanças.

2.2. O Ensino a Distância e as TICs

O Ensino a Distância, ou EAD, promete ser a TIC fora das salas de aula. Ele é a tecnologia voltada para a educação em uma visão mais ampliada e não linear. Em um mundo altamente direcionado e modificado pela tecnologia, não há tempo para esperar que as relações sociais, econômicas e culturais – e, portanto, aquelas materializadas nas práticas educativas – plasmadas em matrizes tradicionais possam se beneficiar das novas ferramentas. Isso quer dizer que se as instituições de ensino não aderirem rapidamente ao que se oferece de novo, outras formas de salas de aula surgirão. A tecnologia surge primeiro e transforma a sociedade. O conceito de que a sociedade cria processos e depois os implanta no tecido social é imperfeito. Como nos ensina Harari (2015), a sociedade é fruto de pequenas transformações tecnológicas em um mundo pós-industrial. Segundo o autor, essas pequenas transformações avolumam-se de tal modo que modificam o próprio conceito de humanidade. As sociedades transformam-se tanto que o Homo Sapiens de hoje, mas pode compreender o seu “parente” de 500 anos atrás. Ele agrega que estamos vivendo em uma época de progressos científicos que só fazem acelerar esse distanciamento. *Diz ele:*

“Se, por exemplo, um camponês espanhol tivesse adormecido no ano 1000 e despertado quinhentos anos depois, ao som dos marinheiros de Colombo a bordo das caravelas Niña, Pinta e Santa Maria, o mundo lhe pareceria bastante familiar. Apesar das muitas mudanças na tecnologia, nos costumes e nas fronteiras políticas, esse viajante da Idade Média teria se sentido em casa. Mas se um dos marinheiros de Colombo tivesse caído em letargia similar e despertado ao toque de um iPhone do século XXI, ele se encontraria em um mundo estranho, para além da sua compreensão (HARARI, 2015, p 18).

Os avanços tecnológicos dão-se de modo tão mais rápido hoje em dia, que não seriam necessários 500 anos para causar estranheza ao viajante. Basta o pequeno período de nove anos, entre a entrada e saída do ensino básico, para que a tecnologia oferecida ao aluno entrante seja já obsoleta quando da sua formatura.

A forma tradicional de ensino, que ainda parece não ter suplantado Komenius, está em rota de colisão com a educação que uma sociedade globalizada procura. Essa sociedade exige e legitima uma aceleração dos processos de modo a corresponder às necessidades dos novos tempos. Como se disse acima, não há tempo para que a educação tradicional, formal e linear encontre seu espaço e contribua na construção de novos conhecimentos e transformação da sociedade. A tradição constitui hoje um empecilho para uma forma mais produtiva no processo de ensino/aprendizagem. Ela persiste em manter educandos, que possuem interesses simultâneos e satisfeitos por tecnologias diversas, em um mundo linear e ensimesmado. A palavra de ordem é simultaneidade, que só pode ser oferecida por um arcabouço digital. Não é possível que em uma sociedade altamente digitalizada haja tantos

educandos de lápis e papel em mãos. Não tanto pelo papel e lápis em si, mas pelo que eles representam: o distanciamento do que é atual.

Embora ainda seja tema de debates e tenha seus admiradores e detratores, o EaD já está referendado no Brasil pelo artigo 80 da LDB 9394/96. Já há algum tempo, inclusive, faz parte integrante do sistema modular de ensino. No País, existem quatro modalidades agora: educação a distância, educação especial, educação de jovens e adultos e educação profissional. As TICs, entretanto, permeiam totalmente a modalidade EaD, enquanto as outras carecem, como descrito em capítulo anterior, até mesmo de água e esgoto. Franco (2002 *apud* NEVES, 2011) compreende a urgência de uma integração ao sistema de ensino dos avanços tecnológicos. Diz ela,

“Essa prática pedagógica não deve estar restrita apenas às escolas, mas a todas as práticas educativas de uma sociedade, de forma a potencializar a ação educacional com fins educativos, em vista a um projeto de formação de sociedade. Carecemos historicamente deste profissional, intelectual crítico, que faça as mediações entre as instituições educativas e um projeto social de formação de pessoas. (FRANCO, 2002, p. 51).”

Se o sistema de ensino, modular ou não, resistir em adotar tecnologia, ele será tomado por tecnocratas e não mais administrado por profissionais ligados à educação e historicamente agentes críticos que fazem as mediações entre instituições educativas e a formação social das pessoas, como alerta Franco (2002).

Vale lembrar que as práticas educativas estão presentes em todas as sociedades. São heterogêneas, no entanto, pois refletem intencionalidade, propósito e planejamento por parte dos agentes sociais. Ora a intenção é formar agentes críticos, ora pretende-se formar técnicos. Deriva-se disso que uma prática altamente digitalizada não pode estar ancorada em propósitos puramente econômicos. Ela deve representar uma postura voltada aos propósitos educativos que devem ser inclusivos e consolidar uma democracia que é a base dessa sociedade. O EaD é um passo essencial nessa direção. Ele está diretamente ligado à redução das desigualdades ao permitir acesso ao conhecimento a pessoas que de outra forma estariam alijadas dos sistemas educativos convencionais. Cury (2014) afirma que “o direito à educação é um direito legítimo da cidadania, legalmente reconhecido, protegido e assegurado”. O autor destaca também que a educação mediada pelas TICs oferta uma “*formação em condições de qualidade e exigência científica e pedagógica tão boas e, em certas circunstâncias, melhores que as dos sistemas convencionais*”. Mas para que isso possa ir adiante e para que se desenvolva no ritmo que o País necessita, tem de haver investimentos maciços em recursos tecnológicos. Mas, como apresentado nos parágrafos iniciais desse texto, ainda nem mesmo a internet possui as condições mínimas exigidas para uma efetiva institucionalização da EaD.

2.3. Uma Visão Pedagógica das TICs para a Educação

Foi no limiar do terceiro milênio que surgiram os avanços tecnológicos que possibilitaram as TICs. A partir da Primeira Guerra Mundial, a aparição do cinema, do rádio e da

televisão iniciaram um processo histórico de evolução dos meios de comunicação e das tecnologias de informação e comunicação. Desde então, o caminho foi aberto para sociedades mediatizadas com a digitalização e as nanotecnologias aplicadas em todos os campos da vida social. Essa marcha de penetração e mediação dos dispositivos tecno-informacionais tem induzido a uma globalização dos processos sociais, políticos e econômicos de forma desenfreada. Assim, torna-se impossível a utilização de técnicas frias, antigas, para tentar alterar essa realidade.

Segundo Castells (2013), é a *“tecnologia de comunicação mais rápida da história.”* Em uma era de processos cada vez mais dinâmicos, os instrumentos utilizados na mediação ensino/aprendizagem exigem meios também rápidos e dinâmicos. Por enquanto, as TICs se colocam como instrumentos auxiliares no processo de ensino. Mas claramente elas tomarão a frente desse processo. As metodologias contempladas hoje preveem o engajamento de recursos mediáticos. O estímulo ao trabalho colaborativo permeia a interação tanto do autoaprendizado quanto de outras práticas pedagógicas mais tradicionais. Maia; Mattar (2007, p. 72) percebem claramente os novos tempos quando atestam que:

“Chegamos hoje em um nível de extremo desenvolvimento dos meios de telecomunicação interativos, como as redes interativas de computadores, vídeo e áudio, que tornaram possível um diálogo mais ágil e pessoal com o professor e, principalmente, entre os próprios alunos. (...) Cada aluno pode agora interagir com as ideias dos outros no seu próprio tempo e ritmo, o que não era possível no passado, nem na educação convencional nem na EaD (MAIA; MATTAR 2007, p. 72).”

Os meios interativos que se traduzem em produtos e dispositivos, abarrotam as estantes dos mercados de consumo, insaciáveis por inovações e novidades. O futuro *“libertador”* da tecnologia pressupõe ingenuamente um controle racional do futuro, sem se dar conta de que ele deve ser transmitido às novas gerações de modo pedagógico para atender intencionalidades sociais, quer sejam elas progressistas ou liberais. De outro modo, teremos apenas educandos perdidos diante de um aparato tecnológico que mal compreendem.

Para se compreender o que está acontecendo na sociedade moderna e global, temos de compreender que estamos na era da tecnologia digital, e esta está modificando radicalmente todas as condições de vida e todas as relações interpessoais. A tecnologia digital é a verdadeira base do nosso tempo: após implementada, constituir-se-á no próprio agente modificador e solidificador de uma nova base. Formar agentes despreparados para esse mundo é condenar toda a sociedade a estar refém de uns poucos *“escolhidos”*. A humanidade está intensamente conectada, tanto entre pessoas como também permanentemente atualizada por meio de base de dados, que por sua vez estão conectados ao mundo material.

A extensão e a integralidade da utilização das TICs nos processos educacionais também são matéria de reflexão por parte de outros autores. Alguns chegam até mesmo a questionar se elas são de fato indispensáveis. Nós nos alinhamos com os autores que não só as tenham por indispensáveis como as veem por *“salvadoras”*. Silva (2006) é dessa opinião. Para ele, as TICs permitem a interação entre professores/alunos, alunos/alunos e

alunos/conteúdo. Cabe aos profissionais da educação fazer com que essas trocas sejam “*combinadas com eficiência didático-pedagógica*”. É fácil constatar que as TICs permitem a flexibilidade de tempo e espaço e que incluem pessoas com necessidades especiais e de locomoção. O ponto negativo, entretanto, é que a lentidão das políticas públicas para tornar as TICs mais acessíveis exclui exatamente quem mais precisam delas: os menos favorecidos. Como visto em parágrafos anteriores, as instituições de ensino no Brasil, pelo menos as públicas, apresentam aspectos precários em infraestrutura básica. Como exigir então um grau adequado de aporte tecnológico?

3. Metodologia

O objetivo geral do estudo principal é explorar a eficácia do uso das TICs no ensino. Para atingir o objetivo do estudo, foram entrevistados 4 professores de língua portuguesa.

O estudo é uma pesquisa qualitativa por natureza, a fim de obter uma compreensão mais profunda das percepções dos participantes, uma entrevista semiestruturada foi usada para explorar as percepções e práticas dos professores de usar as TIC em ensino de habilidades gramaticais em salas de aula. Os dados obtidos com os professores entrevistados que lecionavam são relatados neste documento. Todos os participantes foram selecionados de forma pragmática e proposital.

O objetivo de planejar as entrevistas neste estudo foi obter informações valiosas sobre as percepções e atitudes das participantes em relação ao uso das TIC.

As questões para as entrevistas foram desenvolvidas com base na natureza das questões da pesquisa.

Em geral, a entrevista tende a fornecer informações detalhadas sobre como as atividades secundárias dos professores reagiram ao uso das TIC. As perguntas da entrevista foram desenvolvidas através do conteúdo que rege o presente trabalho e modificações iniciais foram feitas para adequar as perguntas e refletir a natureza das questões de pesquisa. No processo de desenvolvimento das perguntas da entrevista, a fim de garantir a validade de conteúdo, primeiramente, foi revisado a literatura relevante a fim de examinar o protocolo projetado. O primeiro rascunho das perguntas da entrevista foi desenvolvido considerando as questões apontadas na literatura. A pilotagem do rascunho das entrevistas mostrou que todas as perguntas eram claras e os entrevistados não tiveram problemas devido à redação das perguntas. As perguntas da entrevista, foram estruturadas para encontrar a resposta para as seguintes questões de pesquisa:

- *Quais são as vantagens e desvantagens do uso das TIC no ensino de Língua Portuguesa?*
- *Como os professores gerenciam problemas e planejam atividades que envolvem TICs?*

Antes de realizar o estudo, as permissões necessárias foram obtidas junto ao diretor da escola e aos professores. Além disso, os consentimentos foram lidos e todos os quatro participantes antes da realização da entrevista ficaram “*de acordo*”. Todas as entrevistas foram realizadas em maio de 2022. As entrevistas duraram entre 10 a 20 minutos com cada

entrevistado e foram realizadas por aplicativo de mensagens e ligação. Eles também foram organizados, codificados e analisados. Para analisar os dados da entrevista, várias etapas foram realizadas. Logo após cada sessão de entrevista, foi transcrito o registro das entrevistas e referiu-se às suas anotações sobre o que anotou ao longo dela, para evitar perder dados importantes que poderiam se tornar significativos para os resultados desta pesquisa. Como acordado entre as partes, todos os participantes receberam um pseudônimo para fins de anonimato.

4. Resultados

4.1. Informações demográficas dos participantes

A **tabela 1** resume os detalhes dos professores entrevistados. Quatro de seis professores de língua portuguesa da escola, participaram das sessões de entrevista. Os nomes dos professores foram alterados para garantir um alto nível de anonimato e também para proteger sua privacidade. Todos os quatro professores eram do sexo feminino.

O entrevistador não conseguiu professor do sexo masculino a ser entrevistado, pois todos os seis professores de língua portuguesa dessa escola são do sexo feminino. Isso é fenômeno muito comum com a profissão de professor, que estatisticamente, é dominado pelas mulheres. Todos os professores têm mais de 35 anos, o que significa que eles têm pelo menos nove anos de experiência no ensino.

Tabela 1: Informações dos entrevistados

Area	Pseudônimo	Gênero	Idade	Experiência de Ensino (ano)
Ling. Port.	Nair	F	36	9
Ling. Port.	Rebeca	F	40	15
Ling. Port.	Aline	F	46	21
Ling. Port.	Anne	F	56	30

Fonte: “desenvolvido pelo próprio autor”

4.2. Principais Conclusões das entrevistas

As principais conclusões do estudo são apresentadas com base nos seguintes temas:

4.2.1. Vantagens e desvantagens do uso das TICs

Quando os professores foram solicitados a dar suas respostas sobre os benefícios do uso das TIC no ensino, a maioria deles afirmaram que as ferramentas de TIC podem ser úteis e eficazes na condução das atividades. Eles por unanimidade acreditavam que os métodos convencionais de ensino da escrita, deixam os alunos entediados durante o horário das aulas.

Nair afirmou que:

“O uso das TICs pode motivar meus alunos a serem criativos e aprenderem em um ambiente agradável. Por exemplo, eles podem escrever facilmente textos a qualquer momento, sobre diversos assuntos com uma maior profundidade e riqueza de conteúdo, pois eles podem encontrar muitas informações sobre cada tópico na web.”

De acordo com a opinião de Nair, Anne também se referiu aos benefícios de navegar na rede para que os alunos melhorassem suas habilidades de escrita. *Ela acrescentou que:*

“Os alunos podem usar a Internet para procurar as informações que precisam. Por exemplo, se eles estão escrevendo sobre uma personalidade que admiram, eles podem “pesquisar” para encontrar mais informações sobre a pessoa/personagem.”

Além disso, a Aline respondeu muito positivamente à visão de que as TIC eram utilizadas com o objetivo de ensinar habilidades de escrita. Ela enfatizou como as TICs como ferramenta de ensino podem ajudar a tornar a lição mais interessante, o que por sua vez, poderia manter os alunos concentrados nas aulas. Quando os professores podem dar mais atenção aos alunos na sala de aula, as aulas são realizadas de maneira mais tranquila e, quando isso acontece, os alunos também não ficaram entediados.

Em concordância com a opinião de Aline, Nair destacou como a geração atual de estudantes é colocada lado a lado com as TICs. Os alunos, como ela disse, estão usando as ferramentas de TIC, mesmo fora da escola. O atual estudante do século XXI, como afirma Sweeny (2010), devem ser tratados de maneira diferente em termos de métodos de ensino. Sugere-se que, os estudantes podem usar eles mesmos as ferramentas de TIC fora da escola, e realmente os beneficiará se as ferramentas de TIC também estiverem integradas no ensino.

Rebeca comentou como as gerações atuais de estudantes são diferentes em termos de criatividade e habilidades de autodescoberta. Ela acredita que os alunos de hoje são capazes de fazer muitas coisas por conta própria, incluindo a procura de materiais educacionais *on-line*. *Ela também adicionou o seguinte com um exemplo:*

“Nós professores não estamos vinculados à maneira tradicional de ensinar. Os alunos agora são diferentes. Os alunos são mais criativos; eles podem procurar materiais na internet. Depois que dei aos meus alunos do 4º ano, um exercício de gramática, (uma carta formal), não expliquei a eles o formato ou o conteúdo que eles deveriam incluir na carta. Eu apenas dei a eles os tópicos. Após o feriado escolar, esperava repetir a lição, mas os alunos tinham já completado o exercício! Perguntei lhes, como eles fizeram isso, e eles disseram que apenas pesquisaram o tópico no ‘Google’.”

Quando os professores foram questionados sobre as desvantagens do uso das TICs no ensino de habilidades gramaticais, a maioria dos professores referiram-se ao uso de abreviações pelos alunos em tarefas de escrita, tempo insuficiente e materiais plagiados copiados da internet.

Nair destacou os efeitos negativos do uso de formulários curtos pelos alunos. Ela acredita que as abreviações informais, arruinam a gramática dos alunos.

Ela acrescentou que:

“Falando por experiência própria, sinto que, quando os alunos usam muitas ferramentas de TICs, eles tendem a usar muitas formas curtas e abreviações, como ‘pq’, significa ‘porque’, ‘vc’ significa ‘você’ e muitas outras. Eles também acabam usando estas linguagens de rede, em suas redações. Isso é horrível, não é?”

Além disso, Renata enfatizou que é necessário usar as TICs quando as lições não são baseadas em TICs. Ela também se referiu ao tempo insuficiente para obter instruções quando as TIC são usadas. Ela explicou que:

“Penso que em algumas situações, muito tempo será desperdiçado quando usamos as TIC. Se você tem apenas um período de língua portuguesa, você tem apenas 40 minutos. Quando você usa o laboratório de informática, os alunos precisam de algum tempo para chegar lá. Se você tiver sorte, o LCD (monitor) está bem e pode detectar seu laptop. Caso contrário, você passará algum tempo com os problemas técnicos. Mesmo se você tiver períodos duplos, você ainda não tem tempo suficiente para terminar o que planeja fazer com os alunos. Às vezes eu penso: por que usar as TICs, quando podemos fazê-lo sempre frente a frente, de forma tradicional com os alunos?”

Da mesma forma, Aline apontou que:

“Suponha que você atribua tarefas para os seus alunos a fazer. Você prepara uma atividade para fazer em casa para os alunos escreverem em um blog ou pede que eles escrevam uma postagem em um jornal. Você não pode esperar que todos os alunos 100% concluam o trabalho por meio do blog. Haverá muitas desculpas dadas quando não conseguem concluir a tarefa. O não acesso à Internet será a principal desculpa dada. Enquanto se você der a eles uma tarefa em cópias impressas, como folhetos, não há desculpa para eles escaparem da tarefa.”

Da mesma forma, Anne estava preocupada com o que os alunos realmente poderiam ganhar com as aulas de redação com o uso de TIC. Ela deu um exemplo de como os alunos podem não ser capazes de relacionar o que aprenderam via TIC com as tarefas que eles tentaram. Ela também inseriu sua opinião sobre a importância da capacidade dos

professores no uso das TIC para garantir que os alunos possam seguir bem a lição. *Ela declarou especificamente que:*

“Quando você deseja usar as TICs, precisa ser bom nisso. Você precisa ser competente. Caso contrário, sua lição não será executada com sucesso. Se os professores não puderem usar as TIC de forma competente, é melhor não as usar. Caso contrário, os alunos podem não entender o que você está tentando ensinar. Isso é muito perigoso.”

4.2.2. Gerenciando problemas e planejando atividades que envolvem TICs

O gerenciamento da sala de aula geralmente inclui ações dos professores para envolver os alunos no processo de aprendizagem.

Especificamente, abrange ações como estabelecimento e manutenção de equipamentos de TIC, manuseio de mau funcionamento, fornecendo instruções, atendendo às necessidades cognitivas e emocionais dos alunos e gerenciamento do grupo e das atividades (Emmer & Stough, 2001). Portanto, ele se concentra mais em um ambiente positivo que é propício para fazer com que os alunos se envolvam e eles estejam mais satisfeitos no processo de aprendizagem. Para superar os problemas que ocorrem sobre o uso das TICs na sala de aula, Anne afirmou que:

“O professor pode ser mais criativo no ensino e ser mais ativo na sala de aula, dando aos alunos lições que são de acordo com o interesse ou o nível dos alunos. Portanto, problemas relacionados ao gerenciamento de alunos e TIC nas salas de aula podem ser superados facilmente.”

A gestão de problemas adaptada pelos entrevistados a partir dos desafios enfrentados foi investigada. Por exemplo, Anne afirmou que “se houver problemas, mudarei minhas lições. Vou copiar ou imprimir, tirar xerox dos exercícios a partir para os livros e ensinar usando esses materiais”. Além disso, Rebeca destacou a maneira de atribuir tarefas de levar para casa a alunos quando havia problemas de acesso à internet na escola. *Ela acrescentou que:*

“Com o problema de conexão lenta, designarei aos alunos para encontrar materiais de leitura em casa e imprimi-los. Os materiais que encontrarem e imprimirem serão úteis.”

Aline também tinha algo a dizer sobre este assunto:

“Se eu realmente quiser usar as TICs, consultarei os técnicos ou outros professores com mais experiência em TIC para me ajudar. Caso contrário, usarei apenas meus próprios métodos de ensino de leitura e escrita sem usar as TICs.”

Aline implicava que, se houver vontade, sempre haverá um caminho. Para ela, se ela realmente quiser usar as TICs, ela faz consultas aos técnicos da escola ou seus colegas mais competentes no uso das TIC. Quando isso não ajuda, ela apenas volta a métodos de ensino não relacionados às TIC. Quanto a Nair, se há problemas com as ferramentas de TICs, ela solicita assistência dos técnicos da escola ou dos alunos. Ela disse:

“Eu vou pedir ajuda aos técnicos da escola para me ajudar com os computadores. Mas às vezes eles estão ocupados e eu peço ajuda aos alunos”.

Por outro lado, foi solicitado aos entrevistados que compartilhassem suas ideias para programar atividades que envolvam o uso de TIC ao ensino. No entanto, nem todos os entrevistados usaram as TICs no ensino da escrita/gramática. Existem tantas atividades e isso pode ser realizado usando as TICs para ensinar a gramática. Na atividade de gramática, o uso dos processadores de texto, fazem uma enorme diferença para muitos alunos. Os alunos podem escrever de repetidas vezes o trabalho escrito, a fim de obter uma escrita clara usando ferramentas de TICs e apresentá-lo ao professor em uma forma dinâmica de trabalho.

Para apoiar essa ideia, Aline afirmou que:

“Além das atividades baseadas na internet, como professora, uso o software de processamento de texto dos computadores para outras etapas da aula. Desejo ver como os alunos reagem à atividade. Mais uma vez, é uma tentativa de integrar as TICs à classe, observando o maior número de ideias de atividades baseadas pela web.”

O ensino da aprendizagem de línguas usando as TIC, apresentam vantagens distintas relacionadas não apenas ao ensino de idiomas, mas prepara os alunos para a sociedade da informação de hoje. As tecnologias de computadores e a Internet são ferramentas poderosas para ajudar no ensino, porque a tecnologia faz parte das necessidades sociais de hoje, o que significa que o idioma, os alunos agora podem aprender escrevendo e-mails e realizando pesquisas on-line (Wang, 2005). Professores podem selecionar materiais de gramática consultando a internet. *Isto foi acordado por Anne, que apontou que:*

“Os professores podem simplesmente acessar qualquer outro site relacionado ao conteúdo e selecionar os materiais adequados ou atividades que podem aumentar o interesse dos alunos. Isso pode ser uma referência ou apenas para mostrar evidências para os alunos obterem mais informações para futuras lições.”

Nair se referiu à sua experiência em relação ao uso das TICs no ensino da gramática. Ela usou as TIC na pré-escrita e acrescentou que:

“Eu uso as TICs para procurar informações sobre o tópico de redação que vou ensinar, por exemplo. Digamos que estou prestes a trabalhar

uma redação sobre poluição. Procurei informações sobre poluição, tipos e detalhes de poluição. Depois imprimo e faço xerox dos textos relacionados para os meus alunos se referirem.”

Da mesma forma, Rebeca afirmou que:

“Minhas atividades se concentrarão mais nas partes pré-escritas. Vou usar tiras de cartum que eu tirar da rede, mostrar as tiras para atrair sua atenção. Na verdade, não focamos muito em como realizar atividades interessantes de escrita, apenas não temos tempo para isso. Eu sei que ter atividades diferentes os beneficiam.

Deve-se lembrar que os professores devem garantir que os sites acessados pelos alunos, funcionem e que pesquisem sobre as informações, se são corretas e adequadas, para garantir que o nível seja adequado a turma e o suficiente para que eles entendam.

No entanto, Rebeca acredita que os professores não deveriam se preocupar com a tecnologia e com a maneira como ela deveria ser usada. Ela afirmou que eles aprendem tudo porque foram criados com essa tecnologia. *Ela adicionou que:*

“Não me preocupo com o fato de os alunos terem “medo do tecno”, uma vez que são jovens que foram criados com tecnologia da informação em casa. Portanto, a lição será bastante ambiciosa ao permitir que os alunos pesquisem livremente conectados. Espero que isso leve a maior autonomia do aluno, pois eles decidirão em grupos o que procurar e a que profundidade. Depois da aula, espero poder refletir e ver como tive sucesso em cuidar do uso das TICs na minha sala de aula, e o que preciso fazer é refletir e pensar em uma maneira de melhorar a integração das TICs nas minhas próximas aulas.”

5. Conclusão

Em geral, existem muitas vantagens e desvantagens em relação ao uso das TIC no ensino nas escolas. Quanto às vantagens, é relatado que o uso das TIC pode ajudar a atender aos objetivos de ensino dos professores, conforme as TIC auxiliam no processo de ensino. Esse comentário ressoa com Melor Md Yunus (2007), constatando que as TIC podem ser um novo método criativo de ensino, como aquele que poderia ativar a aprendizagem ativa entre os estudantes (Mullamaa, 2010).

Dizia-se que a integração das TIC no ensino incentivava a independência dos alunos e habilidades de autodescoberta, como pesquisar on-line materiais relacionados à educação. Esses dados suportam descobertas por Blachowicz, (2009) que descobriram que a tecnologia de aprendizagem permitia aos alunos desenvolverem hábitos de trabalho e desenvolver suas habilidades e confiança sobre alfabetização e sobre o uso da tecnologia. Alunos

poderia assumir a responsabilidade de encontrar respostas para atender às suas próprias necessidades de aprendizado (Choi & Ho, 2002, citado em Sweeny, 2010).

Para as desvantagens, houve apenas três principais descobertas, que são os problemas no controle de classe, distração e uso inadequado de abreviações, como no sistema de mensagens curtas (SMS). As três principais desvantagens poderiam ser superadas sem muito problema. Com regras básicas mais rigorosas, antes de levar os alunos aos laboratórios de informática, os professores não enfrentariam tantos problemas com o controle de classe. Além disso, com um controle central dos computadores, os alunos podem não conseguir visitar outros sites irrelevantes que poderiam distraí-los de completar as tarefas dadas. Quanto à tendência de usar abreviações por escrito, os alunos podem receber conselhos e lembrete constante para que eles não repitam os erros em seus textos. Como mencionado por Lee (2007), é importante definir algumas regras básicas sobre as expectativas do professor e a forma de linguagem apropriada em ambientes *online*. Isso também evita o uso de linguagem agressiva ou imprópria dentro da comunidade do ambiente *on-line*.

Os professores pareciam ter dificuldades na gestão dos problemas ocorridos enquanto usavam as TIC. O *feedback* dado foi que, se tivessem problemas com os equipamentos de TIC, eles voltariam a consultar os técnicos da escola ou outros colegas mais competentes no uso das TIC. A assistência dos alunos também foi uma das opções utilizadas. O nível de criatividade dos professores parecia bastante limitado, pois as atividades planejadas apenas envolviam aqueles de níveis mais baixos, como usar os exercícios do livro de inglês.

Além disso, outra constatação foi que as TIC são vistas não como um método convencional, mas como um método novo de aprendizagem. Verifica-se, portanto, que há dificuldades imensas para a efetiva implementação da moderna tecnologia na sala de aula. Recursos limitados, investimentos acanhados, sinal de internet oscilante, desinteresse dos educadores são alguns dos problemas que dificultam a educação brasileira de adentrar o século XXI. Apesar de vários projetos, programas e cursos, certo é que após duas décadas de tentativas, para muitos especialistas, o processo de implementação de tecnologia em sala de aula é quase um fracasso. Esses mesmos especialistas tais como Luís Paulo Leopoldo Mercado, Márcio Silveira Lemgruber, Karina Marcon, entre outros, apontam que somente a formação continuada poderá oferecer uma oportunidade de mudança de cenário. E isto a longo prazo: começar agora para formar profissionais interessados e proficientes no uso de tecnologias digitais.

A conclusão desse trabalho é que os educadores mais velhos não conseguem estabelecer uma relação pedagógica e lúdica com computadores e telefones celulares ou jogos eletrônicos. Eles veem tudo isso como invasores e disruptores da atividade educacional. O ensino-aprendizagem digital está nas mãos dos novos agentes educativos.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, E.E. de; RASLAN, V.G da S. **A implementação do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo)**. Disponível em www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr. Acessado em: 01/05/2022.
- BEHRENS, M.A. **Formação Continuada e a Prática Pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1996.
- BLACHWICZ, C., Bates, A., Berne, J., Bridgman, T., Chaney, J., & Perney, J. **Technology and at-risk young readers and their classrooms**. *Reading Psychology*, 30(5), 387-411.2009.
- _____. **Formação Pedagógica e os desafios do mundo moderno**. In: Masetto, Marcos. (Org.) *Docência na Universidade*. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- _____. **A prática pedagógica e o paradigma emergente**. Curitiba: Champagnat, 2. ed, 2000.
- _____. **Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente**. IN: BEHRENS, M; MORAN, J. M; MASETTO, M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.
- CANTINI, MC. **Políticas públicas e formação de professores na área de tecnologias de informação e comunicação**. Curitiba: Universidade Católica do Paraná, s/d.
- CHOI, C. C., & Ho, H. **Exploring new literacies in online peer-learning environments**. 2002 <readingonline.org/newliteracies/lit_index.asp?HREF=choi/index.html> Acessado em 02/05/2022
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- COUTO JUNIOR, D.R. do. **Mídias e Educação Infantil: desafios na prática pedagógica**. INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO: teoria & prática. Porto Alegre, 2013.
- EMMER, E. T., & STOUGH, L. M. **Classroom management: A critical part of educational psychology with implications for teacher education**. *Educational Psychologist*, 36(2), 103-112.2001.
- _____; FERREIRA, H.M.C. **Jogos Eletrônicos e Educação: Um Diálogo Possível com a Escola**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- FERREIRA, H.M.C. **Dinâmicas de uma juventude conectada: a mediação dos dispositivos móveis nos processos de aprender-ensinar**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UERJ, 2014.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HARARI, Y.N. **Uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: LP&M Editores, 2015.
- LEMGRUBER, Márcio Silveira. **Educação a Distância: para além dos caixas eletrônicos**. UFJF. S/D.
- LEE, C. K. **Affordances and text-making practices in online instant messaging**. *Written Communication*, 24(3), 223-249.2007
- MARCON, Karina; MACHADO, Juliana Brandão; CARVALHO, Marie Jane Soares. **Arquiteturas Pedagógicas e Redes Sociais: Uma experiência no Facebook**. Rio de Janeiro: UFRGS, 2012.

- MARTINS, R.X.; FLORES, V de F. **Era uma vez o ProInfo... diferenças entre metas e resultados em escolas públicas municipais.** Disponível em reserarchgate.net.
- MELOR Md Yunus. **Malaysian ESL teachers' use of ICT in their classrooms: Expectations and realities.** European Association for Computer Assisted Language Learning. ReCALL, 19(1), 79-95.2007.
- Mullamaa, K. **ICT in language learning – benefits and methodological implications.** International Education Studies, 3(1), 38-44.
- SWEENY, S. M. **Writing for the instant messaging and text messaging generation: Using new literacies to support writing instruction.** Journal of Adolescent and Adult Literacy, 54(2) 121 -130.2010
- MORAN, J.M. **Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias.** São Paulo: Scipione, 2004.
- _____ ; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** Campinas: Papyrus, 2000.
- PASSARELLI, B. & Azevedo, J. (org). **Atores em rede: olhares luso-brasileiros.** São Paulo: Editora Senac.2010.
- PASSARELLI, B; JUNQUEIRA, A.H. **Gerações interativas Brasil: crianças e adolescentes diante das telas.** São Paulo: Escola do Futuro/USP, 2012.
- SANTOS, E.O. dos. A cibercultura e a educação em tempos de mobilidade e redes sociais: conversando com os cotidianos. In: FONTOURA, Helena Amaral; SILVA, Marco (Orgs.). **Práticas pedagógicas, linguagem e mídias: desafios à Pós-graduação em Educação em suas múltiplas dimensões.** Rio de Janeiro: ANPEd Nacional, 2011. p.75-98.
- SWEENY, S. M. **Writing for the instant messaging and text messaging generation: Using new literacies to support writing instruction.** Journal of Adolescent and Adult Literacy, 54(2), 121-130.2010.
- _____ . **FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CIBERCULTURA: novas práticas curriculares na educação presencial e a distância.** Salvador, 2002.
- VALENTE, José Armando; ALMEIDA, Fernando José. **VISÃO ANALÍTICA DA INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO NO BRASIL: A questão da formação do professor.** PUC-SP, São Paulo, SP. 1997.
- WARSCHAUER, M. **Tecnologia e Inclusão Social.** São Paulo: SENAC, 2003.
- WIVES, W.W; KUBOTA, L.C.; AMIEL, T. **Análise do uso das TICs em escolas públicas e privadas a partir da Teoria da Atividade.** Rio de Janeiro: Ipea, 2016.
- WANG, L. **The advantages of using technology in second language education.** Technology Horizons in Education Journal, 38-41.2005.

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Desenvolvendo a Linguagem Oral e Escrita

Trabalho de Conclusão de Curso

**Leniete Maria de Arruda e
Leiri Andra Marques Nogueira Caires**

RESUMO:

A discussão em torno da Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil tornou-se primordial, isso porque estamos tratando da vida de cidadãos que necessitam de uma interação maior com a sociedade, bem como sua inserção numa variedade de processos formativos. Dessa forma, serão discutidos neste artigo, ideias e contribuições que fluíram no sentido de melhorar as condições do aprendizado, enfocando o desenvolvimento da linguagem oral e escrita.

Palavras chave: Alfabetização de jovens e adultos, linguagem oral e escrita.

ABSTRACT:

The discussion surrounding Youth and Adult Literacy in Brazil has become paramount, because we are dealing with the lives of citizens who need greater interaction with society, as well as their insertion in a variety of training processes. Therefore, ideas and contributions that flowed towards improving learning conditions will be discussed in this article, focusing on the development of oral and written language.

Keywords: Literacy of young people and adults, oral and written language.

1. Introdução

Aprender e ensinar constituem duas atividades que envolvem a alfabetização de jovens e adultos. Por um lado, pessoas que buscam um aprendizado para fazerem parte de uma sociedade letrada, processo este inerente à condição do homem e à sua necessidade de sobrevivência. De outro lado educadores que necessitam da capacitação adequada para colaborar com o aprendizado desses cidadãos, com uma nova visão de ensinar.

Do ponto de vista de Souza (2003), *“...aprendemos quando introduzimos alterações na nossa forma de pensar e agir, e ensinamos quando partilhamos com o outro, ou em grupo, a nossa experiência e os saberes que vamos acumulando”*.

Já é consenso quando se fala em educação, que os alunos devem ser preparados para serem cidadãos. É necessidade básica a sua inserção nos processos de qualificação profissional, formação política, em questões culturais, enfim, precisam ser reconhecidos como pessoas atuantes, mas que não tiveram acesso na idade apropriada.

A escola deve ter um papel fundamental no sentido de repassar aos alunos conhecimentos, habilidades, formas de pensar e de atuar na sociedade de forma significativa. Porém, nem sempre é isso que acontece, pois, muitas escolas ainda se baseiam no ensino pedagógico tradicional, e acabam desmotivando seus alunos, pois ignoram que eles, em sua fase adulta, já possuem um conhecimento adquirido no seu meio.

Fernandes (2002) trabalha com a ideia de que esses educadores que ainda se utilizam da pedagogia tradicional, ministram conteúdos meramente técnicos em sala de aula, que não possuem qualquer vínculo com a realidade do educando.

Também é fato que muitos desses alunos, jovens e adultos, chegam à escola após um árduo expediente de trabalho, travando a batalha com o cansaço, ou se encontram na dura condição de desempregados, e é nesse contexto que o educador deve atuar de forma incisiva para evitar a evasão escolar e o baixo rendimento de muitos alunos.

2. Alfabetizando Jovens e Adultos

O analfabetismo no Brasil ainda se encontra com taxas bastante elevadas, para um país que demonstra estar com plenas condições econômicas e que tem mobilizado recursos para a área da educação. A população analfabeta na faixa de 15 anos ou mais no ano de 2000 chegou a 16.295 milhões, estatística realizada considerando o novo conceito de analfabetismo¹ usado pelo IBGE. (Fonte: Ministério da Educação).

A Proposta Curricular para o 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental (MEC, 2001), prioriza a área da Língua Portuguesa que abrange as formas de comunicação oral e o desenvolvimento da leitura e da escrita. Esses processos estão interligados, pois mesmo após a alfabetização, tendo o educando o domínio da leitura e

1 O conceito de analfabetismo utilizado pelo IBGE nas suas estatísticas é a “pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece” (Ministério da Educação).

da escrita, a linguagem oral ainda se faz necessária para dar continuidade no aprendizado, pois precisamos nos comunicar nas diversas situações pelas quais passamos no nosso cotidiano.

Grande parte dos educadores ignora as particularidades quando alfabetizam adultos, e acabam utilizando a mesma didática utilizada na alfabetização de crianças.

Sem dúvida, existe uma diferenciação das fases do aprendizado de uma criança que denota uma grande capacidade e vontade de conhecer. Fases onde ela aprende a comunicar, a andar, a falar, a resolver atividades mais complexas, que exigem muito mais concentração e raciocínio, e assim, ao longo da vida vai adquirindo conhecimentos que lhe garante um espaço dentro da sociedade.

Pensemos agora no aprendizado tardio dos jovens e adultos, que tentam recuperar o tempo perdido, nem sempre tão motivados quanto uma criança, mas cientes da importância da alfabetização em suas vidas, colocando na escola a esperança de uma mudança de vida.

De acordo com muitos autores, a raiz do problema do analfabetismo² está no nível de pobreza. As condições precárias de vida influenciam negativamente no aprendizado dos jovens e adultos, daí a compreensão de que a Educação não depende apenas de uma mudança no processo pedagógico, de uma reformulação curricular, mas também é uma questão essencialmente política e social.

Gadotti e Romão (2007, p 107) discutem essa questão e afirmam que *“uma política de alfabetização poderá representar um avanço em relação à situação atual se garantir investimentos significativos no ensino público...”*.

Também comenta que a valorização do magistério e os incentivos na formação do educador, também podem beneficiar muito o processo de ensino aprendizagem. Profissionais mais capacitados e melhor remunerados renderiam um aprendizado de qualidade.

3. A Linguagem Oral e Escrita

É fato que o aprendizado da leitura e da escrita, estão intimamente ligados à busca do desenvolvimento pessoal, da fuga de um preconceito criado dentro da própria sociedade, onde o analfabeto se vê no papel de um incapaz. *“E ainda, segundo os postulados do liberalismo, o analfabeto é visto como ‘fracassado’, pois lhe faltou vontade ou capacidade para a aprendizagem do saber ler, escrever e contar...”* (Fernandes, 2004, p. 73).

Esse saber ler e escrever não significa apenas *“saber ler e escrever”* palavras, mas de ver o mundo de modo crítico, de poder fazer parte dele, de participar de suas transformações. Quando o educando aprende a falar bem, as oportunidades começam a aparecer, seja na sua aceitação num determinado grupo social, num maior respeito no círculo familiar, e também no âmbito político ao expor suas próprias opiniões e ideias.

2 Na visão de GADOTTI e ROMÃO, o analfabetismo é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social e injusta.

Enfocando a linguagem oral, percebemos que cada indivíduo já traz consigo, no decorrer de sua vida, um estilo de vida, uma cultura que influencia sua fala, ou seja, ele já faz uso da língua para interagir em várias situações e grupos sociais com os quais convive. Nesse contexto, e devido à grande importância que deve ser dada à linguagem oral na educação de jovens e adultos, *Ramal (1998) discute a necessidade da implementação de um novo currículo no ensino:*

“Hoje, sob a influência desta e de outras propostas de educação de jovens e adultos na linha da libertação e do respeito às diferenças, a oralidade ganha um espaço cada vez mais importante no ensino da língua. A tônica das correntes atuais da pedagogia que estudam essa temática tem sido a opção por propostas de um currículo multicultural, que incorpore as diferenças, as línguas e culturas particulares dos sujeitos do processo educativo... (RAMAL, pg. 10).

A partir daí, cria-se a necessidade de um trabalho pedagógico que possa absorver toda essa diversidade cultural e ao mesmo tempo amplie as formas de expressar dos educandos, criando situações onde eles possam ouvir, falar, compreender o que ouve, enfim dar-lhes a possibilidade de ampliar seu vocabulário através desse convívio.

Paulo Freire (1991, pg. 26) aborda a questão da alfabetização incentivando o diálogo entre educador e educando:


“Cada um de nós é ser no mundo, com o mundo e com os outros. Viver ou encarnar esta constatação evidente, enquanto educador ou educadora, significa reconhecer nos outros – não importa se alfabetizando ou participantes de cursos universitários; se alunos de escola de primeiro grau ou se membros de uma assembleia popular – o direito de dizer a sua palavra. Direito deles de falar a que corresponde o nosso dever de escutá-los.

Dentre os educandos que buscam a alfabetização, podemos encontrar pessoas não alfabetizadas que se comunicam com desenvoltura, mas também nos deparamos com pessoas com muita dificuldade de comunicação, até mesmo pelas dificuldades que encontrou pela frente, pela vida de miséria e de privações.

Qual a melhor forma de aplicar as práticas que permitam com quem os jovens e adultos possam desenvolver a linguagem oral?

Algumas práticas educativas que o professor poderá aplicar em sala de aula, no sentido de desenvolver a linguagem oral, são citadas na Proposta Curricular para o 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental (MEC, 2001), onde o educador poderá favorecer esse processo, abrindo espaços para a conversação em sala de aula, estimulando os alunos a exporem as suas dúvidas e apresentarem suas opiniões; organizando debates e palestras; trocando e discutindo ideias; dinâmicas onde eles se coloquem em situações sociais diversas, fora do seu cotidiano, mas de acordo com a realidade do mundo.

Porém, essas situações serão criadas num relacionamento dia-a-dia entre educador e educado, onde o educador terá o papel fundamental no sentido de fazê-los interagir com as informações, com o conhecimento, através do diálogo. *As ideias de Paulo Freire fluiriam nesse sentido, pois para ele os alunos tinham muito a contribuir com o seu saber:*

 ...pensou que um método de educação construído em cima da ideia de um diálogo entre educador e educado, onde há sempre partes de cada um no outro, não poderia começar com o educador trazendo pronto, do seu mundo, do seu saber, o seu método e o material da fala dele. (FREIRE, pg. 21).

Nas dinâmicas da comunicação oral, a intervenção do educador deve ser mais no sentido de sugerir do que corrigir. Não é recomendável que o educador censure o jovem ou adulto em função dos traços que marcam a sua fala, até mesmo para não correr o risco de inibi-lo nas conversações perante os demais colegas. O educador deve participar da atividade, seja numa conversação informal ou num debate, como um animador, um mediador, incentivando, ensinando e aprendendo ao mesmo tempo.

A leitura em voz alta é também umas das atividades que mais favorecem esse aprendizado, e é fator primordial para a alfabetização, pois é nele que o educando consegue interligar o desenvolvimento da linguagem oral e escrita e ao mesmo tempo amplia e diversifica suas visões do mundo.

Dessa forma, o educador deve incentivar o ato da leitura, despertando no aluno o prazer em apreciar uma obra literária. *Como?* Trazendo textos dinâmicos, até mesmo a letra de uma música de sucesso, para motivá-los. Orientá-los também a apresentarem em sala as suas preferências por determinado assunto e com o passar do tempo, apresentar textos mais complexos no sentido de desenvolver e estruturar o seu vocabulário.

O escutar também traz para o aluno uma facilidade maior na compreensão, seja de uma conversa ou na leitura de textos, além de demonstrar interesse e respeito pelos colegas, traz harmonia no ambiente escolar.

A Discussão de textos também é uma alternativa para incentivar a leitura, pois o educando lê para se inteirar do assunto e discute com os demais colegas o seu entendimento. Isso faz com que os alunos se tornem mais críticos e argumentativos.

A escrita é de suma importância na vida de qualquer ser humano e é considerada um instrumento de comunicação indispensável, seja ela para ler um jornal, tomar um ônibus, ou até mesmo para concorrer a uma vaga de emprego, que na maioria das vezes é este o principal objetivo do educando ao buscar a alfabetização, melhorar suas condições de vida, na expectativa de ter melhores oportunidades de emprego.

Em se tratando da leitura e da escrita, o papel do educador não é só o de fazer com que o educando saiba decodificar a língua escrita (leitura) ou de codificar (escrita), mas incorporar certas situações no cotidiano deles, fazendo com que eles conheçam os usos sociais da leitura e da escrita.

A grande dificuldade que muitos alunos encontram é simplesmente porque ignoram o fato de que as letras representam os sons da fala e por não fazerem essa ligação acabam

empregando a escrita de forma errada. Muitas vezes, o nível cultural desses alunos interfere de tal forma na sua fala, que a pronúncia das palavras são incorretas e isso induz ao erro da escrita.

Vieira e Jesus (2008) demonstraram em seu trabalho que as práticas pedagógicas tradicionais, quando aplicadas em salas de aula, prioriza a mecanização e a memorização da escrita, ou seja, o aluno aprende a identificar as letras, palavras, sílabas, mas não consegue contextualizá-las em frases elaboradas, que tenham coerência e coesão.

Dessa forma para ter um melhor entendimento: *“o trabalho com a linguagem escrita deve estruturar-se, desde o início, em torno de textos”* (MASAGÃO, 2001, p. 55). Tais textos podem ser representados em forma de poesias, notícias de jornais, artigos, cartas, etc., mas que sejam textos marcantes que prendam a atenção do educando. Nessa hora o educador deve ter muita atenção ao escolher os materiais didáticos que serão utilizados, pois a grande maioria dos que já estão elaborados não são adequados para a alfabetização de jovens e adultos.

Ao trabalhar a elaboração (escrita) de textos, esta deve estar interligada com o hábito da leitura, ou seja, incentivar o educando a ler outros textos da mesma modalidade da qual está escrevendo o ajudaria a identificar com mais facilidade seus erros de escrita e o incentivaria na releitura e reescrita do mesmo. Os educadores não saberão qual a melhor forma de ajudar na melhoria da escrita.

Na Proposta Curricular para o 1º Segmento da Educação de Jovens e Adultos (MASAGÃO, 2001, p. 75) são elencados alguns tópicos que contribuem na melhoria da escrita:

- ✓ No momento em que os alunos estão escrevendo, esclarecer dúvidas, dando sugestões e informações individualmente;
- ✓ Revisar os textos posteriormente, fazendo as devidas correções de acordo com as possibilidades de assimilação de quem o escreveu;
- ✓ Realizar correções coletivas dos textos com os alunos, reproduzindo-os integral ou parcialmente no quadro, pedindo sugestões dos colegas, conferindo a ortografia, a sintaxe e a pontuação.

4. Considerações Finais

Começamos pelo sistema público de ensino, este deve atender todos que necessitam de um ensino de qualidade, porém gratuito. Dessa forma, a política nacional de alfabetização deve estar ligada a ações sociais, de melhoria de renda, já que a pobreza é a geradora do analfabetismo.

É fato que na alfabetização de jovens e adultos, a prioridade deve ser a sua inserção como indivíduo capaz de se relacionar no seu meio, dando-lhes os conhecimentos necessários à sua atuação nas diversas práticas sociais e no uso real e adequado da escrita, nas funções que ela tem dentro da sociedade em que vivemos.

A capacitação de alfabetizadores de adultos também é uma necessidade básica no processo de ensino-aprendizagem, isso porque muitos profissionais vêm de uma experiência pedagógica de alfabetização de crianças, cujas técnicas não se encaixam ao ensino de adultos, já que a sua realidade é outra.

Porém, infelizmente também é fato que as atividades propostas nas salas de aula ainda não conseguiram atingir plenamente esses usos sociais. Isso porque primeiramente o professor precisa ser estimulado a buscar mudanças na sua prática de ensino, precisam também ser mais bem remunerados, e também precisam ter um suporte de materiais didáticos adequados.

A proposta pedagógica sem dúvida deve ser pautada no diálogo, na compreensão da realidade, e no conhecimento mútuo entre educador e educando, na divisão de saberes e de experiências de vida. Dessa forma, o educando terá um parceiro na aprendizagem e não apenas um educador.

A familiarização com a diversidade de textos também é uma atividade bastante dinâmica que ajuda os alunos a compreenderem as informações escritas. Portanto é essencial que a leitura e a produção de textos façam parte do cotidiano desses aprendizes, mas que sejam aplicadas de forma agradável, para que os alunos tenham prazer em participar.

Nesse sentido, as escolas podem apresentar projetos de leitura, onde os alunos possam realizar atividades que favoreçam a aproximação do educando com textos diversos, já que ela é condição essencial para o desenvolvimento da linguagem oral e da escrita. Seja promovendo leituras dinâmicas, criando espaços onde eles possam recitar poemas e realizar dramatizações de textos, promover visitas à biblioteca da escola para dar dicas de leitura, promover seminários, etc.

Permita-me fazer certas suposições bastante otimistas e necessárias no processo de ensino-aprendizagem de jovens e adultos no Brasil. Tomara que todos os educadores possam aplicar as práticas de ensino adequadas, que consigam realizar a difícil tarefa de não apenas alfabetizar, mas de alfabetizar *“letrando”*, ou seja, que todos esses indivíduos possam ter a oportunidade de saber ler e escrever, compreender e aplicar seus conhecimentos no seu crescimento pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C. R. **O que é Método Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FERNANDES, D. G. **Alfabetização de jovens e adultos; Pontos críticos e desafios**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 25ª edição – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
- GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de Jovens e Adultos**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- MASAGÃO, V. M. **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular – 1º segmento**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.
- RAMAL, A. C. **Linguagem oral: usos e formas – uma abordagem a partir da educação de jovens e adultos**. Brasília: Boletim do MEC/TVE-Brasil – Educação de Jovens e Adultos, 1998, p. 08 a 27.
- SOUSA, O. C. de. Aprender e Ensinar: Significados e Mediações. In: TEODORO, A.; VASCONCELOS, M. L. **Ensinar e Aprender no Ensino Superior**. São Paulo: Mackenzie; Cortez, 2003.
- VIEIRA, M.; JESUS, S. F. **O aprendizado da linguagem oral e escrita na educação de jovens e adultos**. Disponível em: <http://www.ic-ufu.org/anaisufu2008>. Acesso em: 16 jun 2009.

A Importância da Tecnologia no Ensino Bilingue com Ênfase na Língua Inglesa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Marcos Eurico da Silva
Discente do curso de Pós-Graduação em Letras Inglês

RESUMO:

A educação e a tecnologia são ocorrências extraordinárias, oriundas pelas pessoas, sendo que apareciam da necessidade de evolução dos mesmos, no tempo, espaço e procura por sobrevivência. Com base nisso, o objetivo deste trabalho foi de analisar as principais importâncias dos meios tecnológicos no ensino bilíngue. O estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica narrativa. Verificou-se que o grande número de informações na rede pode causar uma confusão e dispersão e por conta disso, necessita de um uso orientado, para alcançar o resultado almejado. Assim, tendo em vista que essa língua estrangeira é importante para o mercado de trabalho, a tecnologia pode ser aliada na aprendizagem de Língua Inglesa, uma das disciplinas que mais manifestam desafios. Conclui-se que os professores devem estar cientes dessas alterações, se atualizando a respeito das estratégias de ensino que se adequam da melhor forma nos dias de hoje.

Palavras chave: internet; idioma; escola; aprendizagem.

ABSTRACT:

Education and technology are extraordinary occurrences, originated by people, and they appeared from their need for evolution, in time, space and search for survival. Based on this, the objective of this work was to analyze the main importance of technological means in bilingual education. The study was carried out through a narrative bibliographic research. It was found that the large amount of information on the network can cause confusion and dispersion and because of that, it needs a targeted use, to achieve the desired result. Thus, considering that this foreign language is important for the labor market, technology can be an ally in learning the English language, one of the disciplines that most manifest challenges. It is concluded that teachers should be aware of these changes, updating themselves regarding the teaching strategies that best fit today.

Keywords: Internet; language; school; learning.

1. Introdução

Os novos meios tecnológicos nas escolas são autenticados pela maior interatividade que se determina na comunidade escolar, facilitando o auxílio na prática pedagógica e no aprendizado dos estudantes. Da mesma forma, isso possibilita o desenvolvimento de projetos inovadores e atrativos, no qual trazem conhecimentos diversos (LIMA, 2021).

A população aprende com as referências múltiplas e diversas, em que as redes de educação se constituem em diversos âmbitos, com locais multireferenciais de aprendizagem. Assim, abrangendo vários espaços, linguagens, tempos e tecnologias (SANTOS, 2011).

Segundo Moraes *et al.* (2020), os meios tecnológicos digitais inovadores estão atravessando e se propagando na cultura digital, tendo várias práticas, costumes e interação social, por meio de sua utilização. O *tablet*, celular, *notebook*, *pendrive* e *softwares* são exemplos disso.

Dessa forma, jovens e crianças nascem envoltas dessa cultura, conhecidos por nativos digitais. Por isso, aparecem os problemas na educação básica de crianças e adolescentes, pelo fato de que os avanços na tecnologia e a propagação da cultura digital tem evidenciado uma necessidade de ter um novo perfil de professor (LIMA, 2021).

Ademais, torna-se imprescindível que os professores criem modelos e projetos de ensino atrativos, criativos e inovadores, no qual proporcione um incentivo nos processos de ensino-aprendizagem associados à utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC'S) (MORAIS *et al.*, 2020).

Conforme Oliveira (2018), as introduções dessas TDIC's nos processos de aprendizagem estão se destacando nas práticas pedagógicas nas escolas. Do mesmo modo, nota-se a falta de professores habilitados e de práticas, modelos e projetos de ensino que influenciam, democratiza e oportuniza o ensino de uma forma mais criativa e didática. Assim, propicie o desenvolvimento do aluno associado à utilização das TDIC's.

Nesse sentido, as boas práticas pedagógicas têm sido cada vez mais provocantes, tendo em vista a realidade que se tem no ambiente escolar público de tempo integral no Brasil. Esses desafios têm exigido observações e influenciado o desenvolvimento de projetos mais dinâmicos, prazerosos e motivacionais (LIMA, 2021).

Portanto, as TDIC's são mecanismos fundamentais no processo de aprendizagem, e é dever das escolas influenciar projetos que propiciam o protagonismo estudantil em um processo ensino-aprendizagem colaborativo, incluso, dinâmico e acessível, no qual pode se dar através delas (SANTOS, 2011).

A utilização dessas tecnologias no ambiente escolar tem acarretado em grandes alterações no processo ensino-aprendizagem. Os estudantes são estimulados a se expressarem por meio de suas próprias ideias, desenvolvendo autonomia e capacidade de socializar, constituindo um conhecimento amplo (OLIVEIRA, 2018).

Por isso, é imprescindível que as escolas promovam o autodesenvolvimento do aluno através de um processo ensino-aprendizagem autônomo, acessível e autocrítico. Assim, é dever da escola e do professor concordar com esses desafios, além de se habilitar, procurar e introduzir estratégias inovadoras de ensino, lançando mão da utilização das TDIC's em sua metodologia pedagógica.

Com base nisso, o objetivo deste trabalho foi de analisar as principais importâncias dos meios tecnológicos no ensino bilíngue.

O trabalho se justifica pela imprescindibilidade do tema nos dias atuais, especialmente pelo grande aumento do uso da tecnologia em todas as áreas, inclusive para o conhecimento e aprendizado. Dessa forma, se faz necessário contextualizar esses assuntos tanto no meio acadêmico, quanto profissional.

2. Metodologia

O presente estudo se trata de uma pesquisa descritiva e exploratória, realizada com a finalidade de descrever, por meio de abordagem teórica a elucidação dos objetivos propostos neste trabalho. Na concepção de Gil (2012), ela permite em pesquisador uma maior aproximação com a realidade investigada, envolvendo o levantamento bibliográfico que será realizado com base em livros e artigos que tratam sobre o assunto relacionado ao tema proposto neste trabalho.

Ainda, a pesquisa exploratória tem como função propiciar mais dados sobre determinado assunto, facilitando sua definição e delineamento. Esta metodologia de pesquisa é considerada flexível por permitir o estudo do tema sob diferentes ângulos e aspectos. O modo exploratório é empírico, objetivando a formulação de questões ou problemas com a intenção de aproximar o pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno de pesquisa, possibilitando, futuramente, um estudo mais preciso. Também pode ter como propósito a modificação e clarificação de determinados conceitos (PRODANOV; FREITAS, 2009).

A metodologia de pesquisa descritiva ocorre quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos sem promover uma interferência nestes. Realiza-se a descrição das características de determinada população ou fenômeno, fazendo o uso de questionários e/ou entrevistas, ou ainda observação sistemática para a coleta de informações (PRODANOV; FREITAS, 2009). Utiliza meios de comparação e contraste, abordando as condições atuais do problema, mostrando suas necessidades e meios para alcançar uma solução (SALOMON, 2001).

Portanto, com a realização do presente artigo, buscou-se a elucidação destes conceitos.

3. Ensino de Língua Inglesa no Brasil

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o aprendizado de uma Língua Estrangeira (LE) auxilia na admiração da própria cultura do estudante, através de um entendimento intercultural. Como consequência, o estudante terá maior aceitação das diversidades culturais (FRANCO, 2018).

A admiração cultural irá beneficiar uma função construtiva para a educação, compreendendo um processo de reflexão de pontos de vista sociais, políticos e econômicos, tendo em si uma capacitação à liberdade. Isso significa que a Língua Inglesa (LI), tem o objetivo educacional da possibilidade de uma nova experiência de vida ao aluno (SILVA, 2014).

Mesmo tendo uma importância no aprendizado de uma nova linguagem, o ensino no Brasil manifesta diversos empecilhos. A LI é o idioma mundial dos negócios, cultura e ciências, sendo a língua mais falada no mundo na soma de falantes nativos e indivíduos que utilizam como segundo idioma. É através dele que um brasileiro vai aplicar a um processo seletivo para ingressar em uma universidade no exterior ou realizar acordos e se comunicar com indivíduos das mais diversas nacionalidades (ESTADÃO, 2017).

Com base nisso, nota-se no mercado internacional, diversas iniciativas, práticas e programas que procuram a eficácia do ensino. Contudo, também se observa que, no final deste processo, ainda há poucas pessoas no Brasil que conseguem alcançar seus objetivos com desenvoltura, dentro do nível pretendido (FRANCO, 2018).

Os empecilhos entre o ensino da LI no país e as solicitações dos aprendizes podem ser analisados desde a introdução daquele, em 1809, que aconteceu através do decreto assinado por Dom João VI. Esse decreto pretendia a manutenção das relações comerciais com a Inglaterra: o único meio didático para aprendizagem de LE na época era o Clássico ou Gramática-tradução (LIMA, 2021).

Nos dias de hoje, os empecilhos continuam, mesmo que consta no PCN que a LE tem tanta importância quanto às outras matérias presentes no currículo, sendo notória que a LI não é vista com a importância necessária pela maioria dos gestores das escolas (SANTOS, 2011).

Além disso, em relação ao âmbito escolar, ainda existem diversos problemas em relação à disciplina discente, a mínima remuneração docente e a escassez de material didático eficiente, aspectos muito desvantajosos para os professores (SILVA, 2014).

Por isso, para que se tenha um avanço no ensino da LI, o aprendizado precisa de atenção no momento de lecionar, sendo que metodologia é um dos assuntos de maior debate. Ainda, a utilização de meios didáticos e a teoria educacional tem grande influência nos métodos de ensino (FRANCO, 2018).

Sobre os mecanismos didáticos, os novos meios tecnológicos da Informação e Comunicação, principalmente o computador, manifestam elementos mais presentes no dia a dia por serem mais atuais e por conduzir a sociedade globalizada atual.

3.1. As Novas Tecnologias e o Ensino de Língua Inglesa

A educação e a tecnologia são ocorrências extraordinárias, oriundas pelas pessoas, sendo que apareciam da necessidade de evolução dos mesmos, no tempo, espaço e procura por sobrevivência. Esses fenômenos estão acontecendo dentro de um processo histórico-cultural, no qual vem certificando a própria existência humana (GALBIATI; FELDMAN, 2013).

Portanto, a tecnologia pode ser elaborada como um modo de linguagem própria do ser humano, usada para a comunicação. Ela diz respeito à maneira de proceder das pessoas para com a natureza, o processo instantâneo de produção de sua vida social e os pontos de vista mentais que delas decorrem (LIMA, 2021).

Dessa forma, os meios tecnológicos são mecanismos imprescindíveis para constituição e reflexão acerca dos conteúdos historicamente construídos. Com base nas imensas

mudanças que aconteceram ao longo dos últimos anos, decorrentes também dos avanços na tecnologia, é esperado que a educação, como conciliadora de práticas humanas, como sociabilidade, trabalho e cultura, transformem-se para enfrentar o grande desafio do terceiro milênio. Assim, auxiliando na construção da vida e do homem social, suprimindo as necessidades contemporâneas da própria comunidade escolar (FREITAS, 2001).

Por conseguinte, os professores de escola pública, necessitam se adaptar a esses meios, tendo em vista que a humanidade evoluiu na estrutura histórica, social e cultural. Conforme Paiva (2001), a internet proporciona várias oportunidades para o aluno utilizar a língua de modo significativo e comunicativo, com outros falantes ou aprendizes de inglês, em funções individuais ou coletivas.

Outrossim, o trabalho com a internet e tecnologia pode ser uma forma de possibilidades pedagógicas, pois estes não ficam confinados somente a uma disciplina, propiciando a interdisciplinaridade, ou seja, educação global (GALBIATI; FELDMAN, 2013).

Nesse sentido, é importante analisar os métodos didáticos para a aprendizagem na LI, principalmente na integração de tecnologias disponíveis nas escolas, da mesma forma que aquelas que achamos acessíveis aos estudantes (FRANCO, 2018).

Ademais, é oportuno salientar que para a educação, a Era da Informação ou na Sociedade do Conhecimento, é importante ultrapassar os quesitos de didática, métodos de ensino e conteúdos curriculares. Isso para poder encontrar caminhos mais eficientes e adequados com o momento histórico em que estamos vivendo (GALBIATI; FELDMAN, 2013).

Dessa maneira, vale abordar que o aprendizado de uma nova língua na escola é uma experiência educacional que se efetua para e pelo aluno como reflexo. É mais do que saber se comunicar com uma língua estrangeira, sendo também para conhecer o outro, compartilhar culturas e conhecimentos (OLIVEIRA, 2018).

Quando uma pessoa aprende uma língua estrangeira, está atendendo a uma necessidade contemporânea, não sendo somente um objetivo de estabelecer comunicação entre as pessoas. Assim, também é um modo de atender ao mercado mundial do século XXI (DUARTE, 2007).

Além do mais, as definições da necessidade do estudo de LE já estão expostas pelo processo de globalização, que acaba com certas características para o aprendizado da língua, como a revolução informática e a organização de um sistema financeiro, com as exigências da economia capitalista mundial determinada pelos países dominantes (GALBIATI; FELDMAN, 2013).

Portanto, nota-se que para o domínio da língua inglesa, sua utilização com competência, a escola necessita investir na procura de modelos inovadores de ensino, que possam acompanhar com eficiência todas as transformações que estão acontecendo no mundo (OLIVEIRA, 2018).

A prática comunicativa no ensino de uma língua estrangeira aparece então, por meio da escassez de sintetizar diversos elementos abrangidos no processo ensino-aprendizagem, e de conduzir o processo de um mundo globalizado. Esse foco atual conduz as pessoas a um ponto de vista de um novo tipo de ensino, que está mais próximo das ambições do aluno e de suas dificuldades reais, em relação à comunicação e aquisição de informação (SIQUEIRA, 2011).

Além do mais, a utilização das tecnologias inovadoras de comunicação e informação nas escolas é exigida da cibercultura, isto é, do novo local de comunicação. Esse ambiente surge com a interconexão mundial de computadores em forte desenvolvimento, analisando que a cibercultura orienta os estilos de vida e condutas incorporadas e propagadas na vivência histórica e cotidiana, determinadas pelas tecnologias. Por isso, não deve ter apenas uma metodologia de ensino (GALBIATI; FELDMAN, 2013).

Assim, elucidar meios inovadores de ensinar propicia a orientação dos estudantes a respeito das formas de aprender. Dessa forma, colocando formas construtivas, focando em “*como*” a mídia instrucional, independente de sua determinação, pode ser usada para auxiliar na construção do conhecimento e significados por parte do estudante (RAPAPORT, 2008).

É importante analisar que a utilização das tecnologias em sala de aula são meios construtivos de propiciar o ensino e aprendizagem, contudo as pessoas não devem se ater na nomenclatura a ser usada em sala de aula. Nomes como mídia instrucional, que visa ofertar apenas uma instrução acadêmica, ou uma mídia escolar ou *cibertecnologias* educacionais (DUARTE, 2007).

Outrossim, sobre as atividades para o ensino de línguas, mediadas pelo computador, há sete meios que poderão ser analisados até a normalização desse fenômeno tecnológico. No primeiro, surgem os primeiros adeptos e poucos docentes e escolas assumem a tecnologia por curiosidade. No segundo, a maior parte dos indivíduos desconsidera a tecnologia ou manifesta dúvida. No terceiro, a população experimenta a tecnologia, porém recusam o novo frente aos primeiros desafios. No quarto, tentam mais uma vez porque alguém convence as pessoas que a tecnologia funciona e assim são capazes de ver os benefícios desse meio (OLIVEIRA, 2018).

No momento cinco, mais indivíduos começam a utilizar o novo instrumento, porém ainda há receio e expectativas exageradas. No sexto estágio, a tecnologia é vista como algo normal e no sétimo, entra na vida das pessoas e se torna invisível e normalizada (GALBIATI; FELDMAN, 2013).

Portanto, considerando todos os meios tecnológicos disponíveis nos dias atuais e das diversas maneiras de sua utilização na melhoria do processo de ensino e aprendizagem, fica perceptível que o docente que não se atualizar, corre o risco de ser comparado a um analfabeto (TEIXEIRA, 2010). Isso diz respeito ao denominado “*analfabeto digital*”.

3.2. Tecnologia Digital e o Ensino de Língua Inglesa

É necessário elucidar que a tecnologia pode ser introduzida a uma realidade íntima ao estudante, e assim os professores precisam saber como manipulá-la. As novas gerações já nascem imersas no universo de possibilidades de utilização da tecnologia (ALVES, 2020).

Desse modo, é pertinente que os docentes se adequem a essas mudanças sociais na educação e tê-las como associadas ao currículo dos mesmos. Isso assegura uma eficiência no desenvolvimento do ensino dos alunos, pelo fato de que a educação e a tecnologia em conjunto ampliam as possibilidades de recepção e aprendizagem dos estudantes (FRANCO, 2018).

A tecnologia e a educação juntos são fenômenos extraordinários, provocados pelo ser humano, sendo que surgem da necessidade de progresso desta pessoa, no tempo e espaço, na procura por sua sobrevivência. Esses fenômenos acontecem no decorrer de um processo histórico-cultural, no qual vem assegurando a própria existência humana (GALBIATI; FELDMAN, 2016).

Por meio desse fragmento, percebe-se que o conjunto da tecnologia e a educação no processo metodológico, tendo em vista que é uma necessidade na educação. Isso porque a tecnologia em seu advento trouxe diversas vantagens no qual podem ajudar e propiciar aos professores, principalmente os de língua estrangeira (FAUSTINO *et al.* 2020).

Nesse sentido, essa introdução irá depender de como o docente se contorna com os instrumentos disponíveis para dar as aulas, com objetivo de que elas sejam associadas a modos pedagógico-didáticos. Sabendo que a humanidade se desenvolveu na constituição de uma estrutura social, cultural e histórica, na procura de um conhecimento transformado (ALVES, 2020).

A manipulação dessas tecnologias pelos docentes é inevitável, considerando que seu pleno comando precisa de outras capacidades, em que a escola, por sua natureza, também precisa seguir esse progresso e ofertar esses materiais (SOTERO; COUTINHO, 2020).

Isso porque as escolas necessitam permanecer seu intuito de constituir alunos autônomos, críticos e preparados para proceder na sociedade de hoje em dia. A utilização das tecnologias é uma grande associação, pois se evidencia, essencialmente pela sua atuação positiva no aperfeiçoamento do ensino de LI (ALVES, 2020).

Ademais, pode-se mudar as aulas e conquistar uma quantia maior de estudantes interessados em aprender essa língua, sabendo que os docentes podem relacionar-se e estimular. Além disso, pode-se também desenvolver com os alunos um aprendizado mais significativo.

Não obstante, é importante ressaltar que a internet *e*laborou diversas novidades que alteraram as práticas e condições de conectar com o mundo, utilizando instrumentos como celulares, *tablets*, computadores, *laptops*, TVs, entre outros (SOTERO; COUTINHO, 2020).

A utilização desses meios alterou as práticas sociais no dia a dia por conta do imediato avanço nas tecnologias, em que se tornou algo fundamental atualmente para a aplicação em sala de aula. Isso porque facilita no apoio educacional ajuda as práticas e desenvolvimento das aulas na procura de novos conhecimentos, fazendo com que os estudantes se tornem autores e coprodutores da informação obtida (FAUSTINO *et al.* 2020).

A respeito dos docentes, é necessário que os métodos passem por uma triagem com intuito de que se ajustem ao ensino remoto, em que se adequam a crise atual e se constitui como um modo de responder aos variados empecilhos oriundos pela pandemia (BEHAR, 2020).

Segundo Pasini *et al.* (2020), com a necessidade de ficar em casa por conta do isolamento social da pandemia da Covid-19, limitados a todas as atividades sociais, os docentes e discentes tiveram que distanciar-se da sala de aula. Por conta disso, ocorreu uma aceleração da tecnologia.

Isso acarretou em uma grande evolução da maneira como se aprende e como se ensina. O ensino remoto emergencial e a educação a distancia não podem ser encarados como sinônimos, pois o remoto diz respeito ao espaço e se refere a um distanciamento geográfico, considerando que os professores e alunos estão impedidos por decretos que frequentam institucionais educacionais para evitar a disseminação do vírus (FAUSTINO *et al.* 2020).

É perceptível que se tenha uma grande preocupação com o estudante nesta crise pandêmica, em que surpreendeu a educação e, sobretudo, no ensino na LI. Os estudantes por não terem proximidade com a LI tornam-se extremamente dependentes dos professores. Isso pode ampliar o grau de desempenho negativo dos mesmos nesta matéria (BEHAR, 2020).

Entretanto, segundo Alves (2020), a tecnologia por trazer vários mecanismos que ajudam no aprendizado da LI, por meio de vídeos e áudios que podem incentivar os alunos, sendo um método viável de minorar esse balanço negativo no quociente final.

3.3. O Papel da Tecnologia na Aprendizagem de Língua Inglesa

A tecnologia pode trazer diversas oportunidades de ensino, porém, por si só, ela não traz segurança de consequências positivas em sala de aula. Contudo, para que se tenha um aprendizado da língua, por meio da utilização das tecnologias, é imprescindível que o docente tenha métodos adequados com a situação de utilização desses instrumentos e com o desempenho que precisa ser conquistado pelo estudante (LIMA, 2021).

Em contrapartida, esses instrumentos, ao invés de ajudar, podem prejudicar o ensino, tornando-se apenas meios para utilizar nas aulas. Quando se engloba, de modo equilibrado, a tecnologia e a forma de aprendizagem tradicional em sala de aula. Isso irá depender da atenção e da curiosidade do estudante para o conteúdo estudado (SOTERO; COUTINHO, 2020).

Nesse âmbito, a metodologia praticada pelo docente é a grande precursora por orientar o estudante ao conhecimento. Assim, a tecnologia não vai auxiliar se caso o docente tente utilizar equipamentos que precisam de uma imensa quantia de tempo em uma sala de aula de somente 50 minutos. Se essas ferramentas forem focadas na atenção do estudante, apenas para a descontração e não para o entendimento do tema (HOLDEN, 2009).

Ademais, é imperativo pontuar que as aulas *online* são exemplos de como a normalidade das tecnologias pode acarretar na adaptação dos estudantes a respeito da procura por conhecimento da LI. Contudo, certas ações tradicionais não se evidenciam como eficientes nesse caso.

Exemplo disso são as atividades de tradução de textos e músicas, no qual podem ser efetuados de forma básica em aplicativos como Google Tradutor, no qual o estudante copia e cola o texto e traduz imediatamente. Portanto, é necessário que o docente prefira exercícios de reflexão acerca da utilização da LI, em que o estudante não somente precisa transcrever, mas também se situar de forma crítica sobre o tema. Contudo, muitas vezes o aprendizado *online* pode ser mais complicado de ter um estudo real do aluno (FONTOURA, 2018).

Segundo Terra Nova (2015), mesmo um ensinamento com meios digitais, não significa que os resultados sejam sempre benéficos. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) se evidenciam como revolucionárias nas aulas presenciais, propiciando um método inovador, com aulas interativas e dinâmicas. Todavia, na prática, pode atrapalhar a obtenção de conhecimento.

Outro aspecto que pode ocorrer é a acomodação do aluno por conta da praticidade que os meios tecnológicos proporcionam. Eles muitas vezes não querem fazer anotações em sala de aula, por ser mais fácil e rápido tirar fotos do quadro. Isso complica a aquisição de conhecimento, considerando que o pensamento de que o ensino não é instantâneo e que outro instante pode ser adquirido.

Há diversas possibilidades de aulas mais dinâmicas, oriundas das TIC, tanto sobre os aparelhos tecnológicos, quanto aos mecanismos que os mesmos manifestam, como os aplicativos de estudo da LI. Portanto, é necessário que o docente conheça sua metodologia para abranger esses recursos de modo mais produtivo possível, tendo a tecnologia como um acréscimo às aulas (LIMA, 2021).

Para isso, o conhecimento desses mecanismos é fundamental, o que acompanha a necessidade de uma constituição destes docentes. Conforme Fontoura (2018), as quantias evidenciadas que a constituição é mesmo um dos grandes problemas a respeito da utilização da tecnologia.

Segundo Segaty e Bailer (2021), 54% dos docentes não cursaram na graduação a disciplina específica sobre como fazer o uso da internet e de um computador, em atividades com alunos. Ainda, 70% dos estudantes não efetuaram formação continuada a respeito da temática do ano anterior ao levantamento. Dos que efetuaram 20% confirmaram que a capacitação ajudou na atualização na área.

Os professores que estão há muito tempo em sala de aula tem a tendência de ter mais empecilhos na utilização dos meios digitais, pois estão acostumados com o tradicionalismo. Sabendo que essa formação não foi alcançada por diversos professores da época de sua graduação, é necessário que se tenha uma formação continuada para os mesmos, disposta pelos órgãos responsáveis pela educação (LIMA, 2021).

Tal formação pode precisar de secretarias de educação, que precisam do desenvolvimento de práticas de ensino, da mesma forma que ocorre nos métodos de ensino, onde é importante que os professores tenham uma formação de como utilizar os meios digitais nas aulas (FONTOURA, 2018).

Sabendo que essa formação não foi alcançada por diversos docentes na época de sua graduação, é necessário que se tenha uma formação continuada para os mesmos, oportunizada pelos órgãos públicos. É complicado entender como e em que intensidade, as tecnologias irão sugerir as práticas pedagógicas futuras. Todavia, Conforme Lima (2021), a imensa velocidade em que essas alterações estão acontecendo manifesta um pouco de como a tecnologia será cada vez mais presente no futuro.

3.4. As Principais Necessidades e Dificuldades Enfrentadas pelos Professores de Inglês Frente aos Recursos Tecnológicos

Atualmente, existem grandes revoluções e mudanças, em pouco intervalo de tempo, causando alterações no modo como as pessoas lidam com as tarefas do cotidiano, e isso, reflete-se na educação. Os novos recursos tecnológicos que se manifestam aumentam o modo como às pessoas constroem o conhecimento (SILVA, 2015).

O surgimento dessas tecnologias inovadoras nas escolas acarreta em novas abordagens e técnicas de aprendizagem. A rede mundial, conhecida como internet, começa a ser um novo ambiente de convívio entre os indivíduos de lugares distintos, local virtual em que aprendizes, em uma ação autônoma, têm acesso a novas informações (SOTERO; COUTINHO, 2020).

Todavia, esse modo autônomo de ensino não é algo simples, pois precisa ser construída, avaliada e orientada pelo aluno, em conjunto com seu docente. O grande número de informações na rede pode causar uma confusão e dispersão e por conta disso, necessita de um uso orientado, para alcançar o resultado almejado (ALVES, 2020).

É fácil dos indivíduos se perder entre tantas conexões possíveis, mas se torna complicado optar o que é importante e formar associações. Quando o professor está preparado para orientação em âmbito virtual, ele pode direcionar seus estudantes para que eles possam compartilhar e produzir suas ações com outros alunos (VALENTE, 2008).

As redes sociais, blogs, dentre outros, são métodos que nos dias atuais participam da rotina das escolas e precisa ser usados de forma eficiente e corretos para a construção do conhecimento. O computador é um objeto em que os estudantes têm muito interesse e na união desse recurso com a LI, o docente pode aproveitar como um instrumento que chama a atenção (SILVA, 2015).

Outrossim, é pertinente destacar que em um instrumento como o computador, com todos os meios no qual ele pode ofertar, e não somente como um recurso *online* de acesso à internet, como *off-line*. Segundo Paiva (2001), esse instrumento tem a função de editar vídeos, Power Point, Word e planilhas eletrônicas, dentre outros.

Essas ferramentas podem ser essenciais tanto para o docente, que podem usar eles para apresentar conteúdo, quanto para os estudantes, que desenvolvem distintas capacidades por meio de ações com ajuda desses recursos (SILVA, 2015).

A internet possibilita as atividades de forma *online* e manifesta que pode ser usufruída como mais de um instrumento nas aulas de LI. Podem-se utilizar matérias, recursos de multimídia que ofertam uma leitura não linear e dinâmica da informação e um imenso potencial para habilidades de comunicação. Tem uma possibilidade grande de trocas entre professores e estudantes (VALENTE, 2008).

Um dos principais atributos da internet é a possibilidade de ofertar uma comunidade mundial e seus subgrupos substituem ideias e compreendam de um modo que antigamente não era possível. Por isso, as escolas precisam levar em conta a grandeza desse novo local de aprendizagem (XAVIER, 2002).

Seguindo este raciocínio, o letramento digital abrange diversas situações de comunicação nunca vivenciadas. Exemplo disso são as salas de Bate papo (*chat*) na *Internet*

para efetuação de diálogos simultâneos por escrito entre duas ou mais pessoas ao mesmo tempo “*falando*” em locais distintos do planeta (ALVES, 2020).

Contudo, deve-se cuidar para não engrandecer o computador e os meios tecnológicos e pensar que somente eles garantem a aprendizagem do estudante. Para que isso seja efetuado de modo proveitoso, é importante que o professor pense na integração da *internet* às aulas e não como um acréscimo somente, considerando que muitos não possuem computador e não tem acesso a internet. Ademais, os estudantes precisam estar envolvidos nas decisões a serem tomadas sobre o trabalho realizado pelo professor (SOTERO; COUTINHO, 2020).

Por isso, é necessário ofertar uma sugestão que influencie a autonomia do aprendiz, que tenha preocupação na preparação de trabalhos que privilegiem a integração entre os estudantes e as orientações para as tarefas. Além disso, segundo Oliveira (2021), a utilização desses meios tecnológicos é uma alternativa para as pessoas que buscam o ensino de LI na *internet*.

4. Considerações Finais

Por fim, ficou perceptível que a introdução dessas práticas inovadoras, o professor acabou por desconstituir alguns parâmetros a respeito do ensino da língua inglês. É uma língua complicada de aprender e, se for mal introduzido, acarreta em um imenso desinteresse pela maioria dos discentes.

A introdução dos aspectos tecnológicos fez com que as pessoas se interessassem e interagissem, de modo mais dinâmico, uns com os outros. Por conseguinte, desenvolvendo várias habilidades e capacidades a respeito da aprendizagem desse idioma.

Essa prática precisa ser introduzida para se tornar um ensino mais interativo e produtivo, pois assim auxiliam os professores e os alunos a utilizarem as quatro habilidades. Sabe-se que a nova era tecnológica necessita de aula com ajuda dos meios tecnológicos e dos gêneros digitais, tendo em vista que evidenciam uma aula de LI prazerosa.

As diversas mudanças que aconteceram a respeito da tecnologia trouxeram os novos meios de interação social e as maneiras de transmissão e absorção de informações e conteúdos. Existe um novo perfil discente e juntamente aparecem distintas demandas em âmbito pedagógico.

É necessário que os professores estejam adequados com essas alterações, se atualizando a respeito das estratégias de ensino que se adequam da melhor forma nos dias de hoje. Além disso, a informática manifesta uma associação imprescindível na aprendizagem de LI, uma das disciplinas que mais manifestam desafios e o ensino pode ser beneficiado através da utilização da tecnologia.

Ainda, vale salientar que a *internet* apresenta um caminho viável, considerando que oportuniza o convívio e a inserção dos estudantes em um grupo mundial de aprendizes e nativos. Por conseguinte, propicia uma comunicação contextualizada e significativa. A utilização desses meios facilita não somente o processo de ensino e aprendizagem, mas possibilitam a efetuação de aulas mais dinâmicas e capazes de manifestar a paixão dos alunos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. J. **O uso das tecnologias digitais para o ensino de língua inglesa em tempos de pandemia**. Cabedelo. 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ifpb.edu.br/xmlui/bitstream/handle/177683/1164/TCC%20com%20ficha%20catalogr%c3%a1fica%20-%20Luedna%20Janu%c3%a1rio%20Alves.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 19.abril.2023.
- BEHAR, P. A. **O ensino remoto Emergencial e a Educação a Distância**. 2020.
- DUARTE, M. **A Reforma do ensino de Língua Inglesa no Brasil no contexto da reestruturação produtiva**. Inter Ação, Goiânia, v. 32, n. 1, p.173-199, 2007.
- ESTADÃO. **O ensino da língua inglesa no Brasil**. 2017.
- FAUSTINO, L. S.; RODRIGUES, T. F. *et al.* **Educadores Frente a Pandemia: dilemas e intervenções alternativas para coordenadores e docentes**. Boa Vista: Boletim de Conjuntura, 2020.
- FONTOURA, J. **Quais os desafios dos professores para incorporar as novas tecnologias no ensino**. Brasil, 2018.
- FRANCO, B. A. R. **Língua inglesa e tecnologia: o uso do quizlet em sala de aula**. São Paulo. Revista CBTelC. 2018. Disponível em: <<https://revista.cbtecle.com.br/index.php/CBTecLE/article/view/148>> Acesso em: 17.abril.2023.
- FREITAS, A. P. **A educação especial e a escola inclusiva: o processo de inclusão no contexto da educação regular**. 2001. 65 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade da Amazônia, Belém, 2001.
- GALBIATI, D. P.; FELDMAN, A. K. **Novas tecnologias e o ensino de língua inglesa: uma proposta concreta 2013**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uem_lem_artigo_daniela_pedruzzi_galbiati.pdf> Acesso em: 18.abril.2023.
- GALBIATI, D. P.; FELDMAN, A. K. T. **Novas tecnologias e o ensino de língua inglesa: uma proposta concreta**. Curitiba: SEED/PR, 2016.
- GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- HOLDEN, S. **O ensino da língua inglesa nos dias atuais**. São Paulo, 1. ed., 2009.
- LIMA, M. P. B. **Blog escolar gazeta bilíngue: novas tecnologias aliadas à educação bilíngue**. 2021. Disponível em: <<https://www.ced.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/82/2021/02/229-Anexo-42594502391.pdf>> Acesso em: 17.abril.2023.
- LIMA, M. E. S. **O uso de tecnologias digitais nas aulas de língua inglesa: importância dessas ferramentas para o aprendizado do inglês**. Mamanguape-PE. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/23415/1/13%20-%20Maria%20Edna%20-%20TCC.pdf>> Acesso em: 19.abril.2023.
- MORAIS, I. O. D. *et al.* **Ensino remoto emergencial: orientações básicas para elaboração do plano de aula [recurso eletrônico]**. Natal: SEDIS/UFRN, 2020.
- OLIVEIRA, M. V. S. O. **A Língua Inglesa no Ensino Fundamental: Algumas reflexões a partir da BNCC**. Mamanguape – PB, 2021.
- OLIVEIRA, M. V. S. O. **Importância do ensino de língua inglesa em sala de aula**. Itaporanga – PB. 2018.

- PAIVA, V. L. M. de O. e. **A *www* e o ensino de Inglês.** Revista Brasileira de Lingüística Aplicada. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.93-116, 2001.
- PASINI, C. G. D. *et al.* **A educação híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações.** 29. Jun. 2020.
- PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo: Feevale, 2009.
- RAPAPORT, R. **Comunicação e Tecnologias no Ensino de Línguas.** Curitiba: Ibexp, 2008.
- SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia.** 10. ed. Revista São Paulo: M. Fontes. 2001.
- SANTOS, E. **A Cibercultura e a educação em tempos de mobilidade e redes sociais: conversando com os cotidianos.** Práticas Pedagógicas, Linguagem e Mídias: desafios à Pós-Graduação em Educação em suas múltiplas dimensões. Rio de Janeiro: ANPED Nacional, 2011.
- SEGATY, K.; BAILER, C. **O ensino de língua inglesa na educação básica em tempos de pandemia: um relato de experiência em um programa bilíngue em implantação.** Signo. Santa Cruz do Sul, v. 46, n. 85, p. 262-271, jan./abr. 2021.
- SILVA, F. S. **A Importância das Novas Tecnologias na Formação Multiletrada do Aluno de Inglês.** Brasília. 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17394/1/2015_FlavianaSouzaSilva_tcc.pdf> Acesso em: 20.abril.2023.
- SILVA, T.T. **O uso das novas tecnologias nas salas de aula de inglês no contexto da escola pública.** 2014.
- SIQUEIRA, K. M. **Ensino de Língua Inglesa na era da informação e conhecimento: interatividade, aprendizagem e tecnologia no desenvolvimento da competência comunicacional.** Revista Eletrônica de Línguas e Literaturas Estrangeiras. Alagoinhas. v. 1, n. 1, p.1-11. 2011.
- SOTERO, E.; COUTINHO, B. **Memes, tecnologias e educação: ‘conversas’ com professoras em tempos de pandemia.** 2020.
- TEIXEIRA, E. D. **Tecnologia no ensino de línguas: e agora professor!** Web revista Página de Debate: Questões de Linguística e de Linguagem. Campo Grande, n., p.1-11, fev. 2010.
- TERRA NOVA. **Celular em sala de aula: proibir ou usar como ferramenta?** 2015.
- VALENTE, J. A. **Diferentes usos do Computador na Educação.** 2008.
- XAVIER, A. C. S. **Letramento Digital e Ensino.** 2002.

Planejamento Estratégico na Administração Escolar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Marilene Pereira da Silva
Discente do curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia

RESUMO:

O presente artigo de conclusão de curso trata do planejamento estratégico na administração escolar. É inegável que o planejamento estratégico, em todos os campos da atividade humana, tem desempenhado uma função cada vez mais importante e, a cada dia vem sendo muito discutido. No campo educacional, pesquisas tem indicado que planejar estrategicamente torna a atividade dos profissionais da educação mais eficazes, favorecendo todos os educandos. À medida em que é institucionalizada a educação nacional, aumenta a necessidade de criação de programas, pesquisas e estudos para tornar o sistema de ensino mais organizado e, mesmo que haja entraves no processo de administração escolar é essencial que os gestores se empenhem em dar continuidade ao processo. Da pesquisa, depreende-se que, no ramo educacional é fundamental que a gestão de uma instituição escolar planeje todas as suas atividades, organizando todas as etapas de ensino e aprendizagem dos alunos.

Palavras chave: Planejamento. Estratégia. Gestão escolar.

ABSTRACT:

This course completion article deals with strategic planning in school administration. It is undeniable that strategic planning, in all fields of human activity, has played an increasingly important role, and has been much discussed every day. In the educational field, research has indicated that strategic planning makes the activity of education professionals more effective, favoring all learners. As national education is institutionalized, there is a need to create programs, research and studies to make the education system more organized, and even if there are obstacles in the school administration process, it is essential that managers strive to continue to the process. From the research, it appears that in the educational field it is fundamental that the management of a school institution plans all its activities, organizing all stages of teaching and learning of students.

Keywords: Planning. Strategy. School management.

1. Introdução

O artigo trata do planejamento estratégico na administração escolar. Sabe-se que o ato de planejar estrategicamente uma escola requer um processo sistematizado e organizado das ações dos docentes, bem como de toda a unidade escolar. O planejamento busca articular as atividades na escola, sendo um instrumento de racionalização de todos os conteúdos do contexto interno da instituição de ensino.

Mesmo que a expressão “*planejamento*” seja muito ambígua, seu uso compreende a ideia de que sem que haja conhecimento de todas as atividades desenvolvidas numa organização e, mesmo existindo clareza dos objetivos de todas as ações internas, não haverá organização ou racionalização das tarefas desenvolvidas pelos profissionais da instituição. Desse modo, todo gestor que trabalha de forma equilibrada tem o ato de planejar todas as suas atividades, pois esse ato está sempre presente em todas as ações humanas, uma vez que a todo instante somos obrigados a planejar, a tomar decisões que em algumas situações são definidas de forma improvisada e, em outras ocasiões são decididas partindo de ações organizadas previamente.

Na educação o ato de planejar é composto por diferentes níveis de organização. O planejamento global de uma escola corresponde às atuações a respeito do funcionamento pedagógico e administrativo da escola e, para isso, precisa haver uma participação conjunta de todos os envolvidos. Um processo pedagógico planejado diz respeito à delimitação de um eixo para que um objetivo seja alcançado, fazendo com que todas as atividades internas da escola seja direcionada ao aprendizado eficaz dos estudantes. Isso requer que todas as tarefas sejam executadas numa sequência pedagógica coerente e orientada para a aprendizagem. Neste sentido, o objetivo da pesquisa é descrever através de pesquisas como o planejamento estratégico educacional pode contribuir para que o ensino na escola seja realizado de forma coerente e de qualidade.

2. Metodologia

Este estudo é de revisão de literaturas, feito através de levantamentos bibliográficos. A busca bibliográfica foi realizada na coleção *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e também em livros atualizados sobre o tema, artigos diversos e reportagens atuais.

De posse do material pesquisado foi realizada uma leitura exploratória e seletiva para servir aos propósitos da pesquisa, bem como uma leitura analítica dos textos selecionados e também uma leitura interpretativa, que conferia significado mais amplo aos resultados obtidos com a leitura analítica.

3. A escola e seus focos educacionais

A escola é uma entidade social de grande importância na sociedade, pois além de possuir a função de oferecer preparação moral e intelectual, também fornece a inserção social. Isso acontece pelo fato da escola ser um importante meio social frequentado por indivíduos após o ambiente familiar (SILVA; FERREIRA, 2014).

Segundo David *et al* (2015) a contribuição fornecida pela escola não está relacionada somente, e exclusivamente ao saber científico, onde se visa à construção e desconstrução do conhecimento. Tem relação também com a cultura, e esta por sua vez, tem um fator importante, uma vez que é através dela que se conhece a história, a ideologia e a cultura de uma nação, grupo, lugar ou sociedade. Desse modo, é possível aprendermos a respeitar tudo que for “*diferente*”. A instituição escolar nada mais é do que um meio educativo que prepara o indivíduo para futuramente conviver em um mundo social.

Sabe-se que a educação é um meio pelo qual uma sociedade pode moldar pessoas que a constitui, garantindo sua repetição ou continuidade na história, pois o processo de escolarização dura toda uma vida, mostrando que uma sociedade pode moldar todos conforme seu interesse particular, visando repassar a todos seus membros, seus valores, suas significações, interpretações e saberes do mundo. Utilizando a forma que mais o favorece: a escola (SILVA; FERREIRA, 2014).

Nos últimos tempos, David *et al* (2015) dizem que a Educação tem ocupado um lugar de grande destaque nas esferas política, econômica e cultural, bem como no campo da vida social sob as disputas de projetos societários de diferentes segmentos sociais, principalmente para alcançar uma hegemonia cultural e política na sociedade. Muitas leis no Brasil tem sido reformuladas no intuito de defender uma educação de acesso a todos que seja de qualidade e possa inserir seus partícipes no mundo do trabalho. Porém, esse discurso nem sempre se torna realidade, não passando apenas de meras ilusões e uma pseudo-educação, posto que ha milhares de jovens, mesmo matriculados em uma instituição de ensino, permanecem excluídos de uma educação democrática, participativa, autônoma, conscientizadora, dialógica e afetiva.

Vale ressaltar que, grande parte das reformas educacionais brasileiras ocorreram mediante à crises nacionais e internacionais do sistema capitalista. Desta forma, em muitos momentos a educação foi postergada a segundo plano pelos dirigentes políticos. O ensino democrático dificilmente foi pensado, para torná-lo acessível à classes menos favorecidas, principalmente, priorizar a qualidade do mesmo por demandas ideológicas, pois a educação sempre ficou a serviço de um modelo econômico de caráter concentrador de rendas e socialmente excludente (DAVID *et al* 2015).

Para Alves e Soares (2013) quando se pensa em educação é unânime interpretá-la como fonte para uma formação que propicia o trânsito na sociedade do conhecimento. Quase sempre uma ideia socialmente construída tem relação com uma gama de atividades que provoca no indivíduo a percepção e o desvendamento de diferentes códigos e linguagens, contribuindo para que ele possa interpretar críticas e avançar nas ciências, artes e tecnologia.

De acordo com Alves e Soares (2013) é inegável os horizontes expostos pela educação no Brasil, pois têm sido desenhados a partir do papel desempenhado pelas as organizações multilaterais que tem formulado diagnósticos da realidade educacional e social e das diretrizes para as políticas públicas dos países periféricos.

Conforme Rosistolato *et al* (2016) os atuais sistemas educacionais foram produzidos com base na expectativa de distribuição igualitária de conhecimentos escolares para todos. Em primeira instância, acreditava-se que o principal desafio seria assegurar o acesso

universal ao ensino escolar porque partia-se da hipótese de que a entrada na escola faria com que crianças e adolescentes tivessem garantida sua educação escolar. Alguns países europeus, como França e Inglaterra são os principais exemplos, e os Estados Unidos, devido a essa crença inicial, investiram em recursos necessários para universalizar a oferta de vagas. Diante disso, foram pioneiros por terem conquistado a construção de sistemas educacionais capazes de abarcar a totalidade de estudantes em idade escolar ainda na primeira metade do século passado.

Por outro lado, Rosistolato *et al* (2016) alegam que o discurso a respeito da eficácia escolar apresentaria uma base gerencialista e por isso teria mais relação com teses liberais, logo, de direita. Ambas, entretanto, tocam num assunto que tem associação direta com uma abordagem metodológica e teórica proposta por esse trabalho, qual seja: existe uma direta correlação entre as expectativas dos profissionais da educação sobre os educandos por eles atendidos e o efetivo desempenho desses alunos em sala de aula.

Na visão de Fernandes (2016) a educação pressupõe todas as buscas das pessoas para apropriar-se da cultura produzida por elas mesmas. A escola é o ambiente privilegiado de produção e socialização do saber, sendo necessário organizar-se através de ações educativas que tenham como foco a formação de sujeitos éticos, criativos, participativos e críticos. Isso quer dizer que compete à escola a função de contribuir para que seja disseminado o saber acumulado historicamente, bem como a produção de novos saberes. Nesse ponto de vista, a participação dos diferentes atores é um importante aspecto para a efetivação da democratização da escola e da gestão.

Fernandes (2016) acrescenta que o Brasil de hoje ainda precisa enfrentar um grande desafio que é oferecer uma educação que concilie qualidade e excelência com valores que favoreça a democratização da sociedade. É preciso que toda a sociedade tenha ciência das dificuldades pedagógicas, políticas e econômicas e atente para o enfrentamento dessas questões para que sejam todas superadas. Desta forma, são diversas as perspectivas que vivem em constante disputa, necessitando que sejam implantadas novas estratégias que contribuam para solução, mesmo que em parte, de todos os conflitos que desfavoreça a educação linear .

Silva e Ferreira (2014) afirmam que é importante destacar que a organização e a gestão de uma escola constituem o conjunto das normas, condições e dos meios utilizados para garantir um funcionamento adequado, de forma que conquiste seus objetivos educacionais e isso abrange racionalização do uso de recursos humanos, financeiros, intelectuais e materiais, bem como o gerenciamento e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelas pessoas.

Compete à escola desenvolver e organizar uma política de aprendizagem apropriada, isto é, ter um contexto estruturado, capaz de fornecer a seus profissionais uma melhoria na formação profissional e condições favoráveis para o desempenho de seu trabalho. A escola precisa ser vista como um ambiente não apenas de construção do saber, mas também da construção da cidadania. E esta envolve a construção de um sujeito integral (SILVA; FERREIRA, 2014).

4. Administração Escolar: Estratégia com Planejamento

A administração escolar no Brasil foi desenhada pautada numa abordagem clássica da administração de empresas, sendo validada suas construções em bases científicas, decorrente da imersão do capitalismo monopolista, tornando paralelo o trabalho do diretor com as competências de um gerente de empresa (AZEREDO, 2015).

Na escola, Azeredo (2015) diz que todas as ações administrativas estão orientadas e inseridas conforme contexto histórico, conseqüentemente, existe uma complexidade nas formas de fazer gestão que contextualiza a gestão escolar, traçando estratégias que são influenciadas pelo seu contexto social. São diversos os aspectos no desenvolvimento da arte de fazer gestão, onde são influenciados por vários fatores sociais favoráveis ao conceito de uma gestão democrática de ensino. Partindo dessa visão transformadora, as entidades educacionais transcendem perspectivas de uma qualidade melhor no desenvolvimento de suas ações, na busca por igualdade social mais concreta e a descentralização de poderes.

Nas instituições escolares, Hoy e Miskel (2015) revelam que o processo de ensino-aprendizagem é o âmago da organização e as outras atividades são secundárias aos trabalhos básicos de ensino e aprendizagem, que delineiam as decisões administrativas na escola.

Para Hoy e Miskel (2015) são inúmeros os pressupostos da história da administração que servem como parâmetro para as organizações sociais, sejam elas empresariais ou educacionais. Tanto a administração escolar quanto a administração empresarial nos conduzem à necessidade de se ter uma clara visão dos pressupostos da administração, assim como de seus conceitos.

Desse modo, nota-se a coligação do sentido de administração empresarial com a gestão educacional, que é solidificado na organização dos trabalhos propostos demandado pelo sistema social. A administração é um amplo conceito, onde a organização faz parte dela. Desta forma organização significa a ação de organizar, integrar, estruturar recursos e definir as relações entre eles. Administrar está diretamente relacionado a organizar (AZEREDO, 2015).

Aduz Azeredo (2015) que a gestão escolar, historicamente, vem de uma concepção de administração empresarial, pois há estudos que considera a escola como uma empresa, e seu gerenciamento, ao cuidar do uso racional dos recursos, pressupõe que esta utilização seja feita por uma multiplicidade de colaboradores, mas sem deixar de lado que, em cada uma das atividades que concretizam essa realização, está presente o problema administrativo, isto é, a necessidade de executá-lo de maneira mais apropriada para a obtenção do fim que se deseja alcançar.

Desta forma, Azeredo (2015) alega que a escola é vista como empreendimento humano para a busca de fins, ou seja, assemelha-se à gestão de uma organização, onde, por meio de um trabalho, almeja metas, traçando estratégias em busca de um mesmo objetivo.

Segundo Chiavenato (2014) a administração possui três aspectos essenciais, a saber,

“ a administração envolve simultaneamente arte, técnica e ciência. A arte no sentido de que administrar constitui uma expertise que requer elegância, beleza, estilo, competência, intuição e muita sensibilidade.

Técnica porque requer o uso de ferramentas tanto concretas como conceituais. Ciência porque ela se fundamenta em teorias, ideias, conceitos e abstrações (CHIAVENATO, 2014, p.3).

Nesta concepção, Chiavenato (2014) afirma que administrar enseja competências simultâneas, sendo possível afirmar que sua relação com a empresa seja pontuada com a sintonia que envolve o trabalho de todos os envolvidos no contexto da organização, podendo resultar no sucesso de uma gestão.

Já na gestão educacional, Hoy e Miskel (2015) descrevem que enquanto espaço de saber que se faz no campo da educação, precisa de um debate educacional que lhe sustente, pois seus objetivos são remetidos ao campo da educação. Por isto, para que seja colocado em funcionamento toda uma aparelhagem governamental dos sujeitos, ela necessita se valer de um discurso educacional que forneça a possibilidade de atuar com saberes pedagógicos a respeito dos indivíduos.

Assim sendo, estudos ressaltam que na educação a gestão precisa ter suas características resguardadas e não ser adotado simplesmente uma visão da gestão empresarial. De acordo com o Plano Nacional de Educação - PNE, extraído da Lei nº 13.005/2014, os gestores da área educacional precisam articular ações direcionadas à gestão democrática, como é destacado a estratégia do item 7.4 desse plano:

“induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática (BRASIL, 2014, p.7) .

Neste âmbito, fundamentado pelo PNE, os gestores educacionais precisam articular suas estratégias de ação traçadas num contínuo processo de avaliação, conseguindo assim, significativos avanços na contínua melhoria educacional. Diversas são as linhas que norteiam uma administração escolar, as quais precisam estar pautadas conforme o seu sistema, possibilitando constantes interações sociais para a eficácia do seu processo (LUK, 2013).

No sistema de gestão escolar conforme Luk (2017) há princípios e políticas que estão em constante transformação social, como se ver nas interações do processo administrativo e empresarial, que historicamente são pautados em seu contexto.

A gestão educacional, na visão de Luk (2017) é executada em caráter abrangente e amplo do sistema de ensino, e a gestão escolar, que se refere ao estabelecimento de ensino, integram-se em áreas estruturantes da ação educacional na determinação da qualidade e do processo de ensino. Isso se deve porque é pela gestão que é estabelecido uma unidade, um direcionamento, uma coerência, um ímpeto e uma consistência da ação educacional e, a partir do modelo, estratégias e ideário aplicados para tanto. No entanto, é bastante relevante ter em mente que a gestão é uma área meio, e não uma área fim. Portanto, é

sempre importante ressaltar que o reforço necessário que é fornecido à gestão visa, em último caso, à melhoria dos processos e das ações educacionais direcionados para a melhoria da aprendizagem dos discentes e suas formações, sem que haja um tipo de gestão desqualificada. Em síntese, a gestão educacional qualifica-se e aperfeiçoa-se para que suas oportunidades de formação e a aprendizagem dos alunos sejam maximizados. A gestão adequada é, pois, identificada por seus resultados e não somente pela satisfação que possam gerar, desprovida de resultados transformadores.

5. Educação de Qualidade

Na educação é encontrado principalmente a utilização da palavra qualidade em dois sentidos: *“É preciso melhorar a qualidade da educação”* e *“a baixa qualidade da educação brasileira compromete a nação”*. São exemplos da palavra como indicação negativa ou positiva. Percebe-se que ainda é um desafio ter educação de qualidade para todos e no contexto educacional, o uso da palavra qualidade remete diretamente aos fins da educação. Uma educação de qualidade, em sentido absoluto, seria, deste modo, uma educação que cumpre com suas metas. Assim, a boa qualidade significa eficiência, formas adequadas para atingir os objetivos. Porém, pode-se levar em consideração má ou baixa qualidade da educação aquela cujos os fins são considerados inadequados (GUSMÃO, 2013).

Afirma Gusmão (2013) que no uso como indicação positiva ou negativa, tornar uma educação de qualidade seria, obviamente, tornar a educação *“melhor”*, aproximando-a de suas principais finalidades. É claro que, se as finalidades da educação forem variadas, suas referências de qualidade também serão modificadas. Mantendo estas finalidades constantes, é possível modificar de forma igual as referências de qualidade. Essas irão passar a se circunscrever aos meios utilizados.

Falar em qualidade da educação demanda atribuir conceitos de valor a resultados ou aspectos do processo educativo, bem como a objetivos educacionais. Os conceitos são sempre enunciados por sujeitos, e, tendo em vista que apresentam um julgamento, é remetido a termos comparativos.

De acordo com a Unesco (2015), qualidade da educação, refere-se a um conceito com grande variedade de significados, que frequentemente não se coincidem entre os diferentes atores, pois implica um conceito de valor relativo ao tipo de educação que se deseja para formar um ideal de sujeito e de sociedade. *A Unesco (2015) afirma que,*

“As qualidades que se exigem do ensino estão condicionadas por fatores ideológicos e políticos, pelos sentidos que se atribuem à educação num momento dado e em uma sociedade concreta, pelas diferentes concepções sobre o desenvolvimento humano e a aprendizagem, ou pelos valores predominantes em uma determinada cultura. Esses fatores são dinâmicos e mutantes, razão por que a definição de uma educação de qualidade também varia em diferentes períodos, de uma sociedade para outra e de alguns grupos ou indivíduos para outros (UNESCO, 2015, p. 08).”

Portanto, Machado (2016) afirma que a ideia de qualidade tem um caráter polissêmico e não se traduz em termos absolutos e essenciais e não encerra um conceito neutro. Nota-se que qualidade tem a característica de assumir muitos significados, sendo um termo naturalmente ambíguo. Todavia, é utilizada constantemente como um objeto de apreensão direta, como em frases do tipo, “*esta escola tem uma qualidade péssima*”, ou “*no Brasil a qualidade está em declínio*”, fazendo transparecer o entendimento de que o significado é absoluto, bastando ser apreendido e identificado. Levando-se em conta as notícias e análises, atua-se como se o entendimento de qualidade já estivesse decidido, bastando, pois, em alguns casos, alcançá-la e asseverar sua inegável presença ou ausência.

No argumento de Machado (2016) o suposto conceito de qualidade da educação não é uma característica do senso comum. A inconsistência e a imprecisão na utilização do termo estão presentes na literatura, sendo constante perceber dúvidas conceituais e a utilização excessiva de tautologias e redundâncias.

Como um dos principais desafios educacionais da contemporaneidade, a consideração da qualidade da educação surge das mudanças que ocorreram nas últimas décadas, principalmente do movimento de expansão dos ensinos fundamental e médio. Numa histórica análise das quantidades de matrículas no Brasil, nota-se que a falta de escolas, fator mais tradicional de exclusão educacional, está praticamente sendo superada. Por sua vez, esse processo forneceu a possibilidade que fosse explicada outros tipos de exclusões dentro do sistema educacional brasileira, que é a passagem da exclusão da escola para a exclusão na escola, uma vez que muitos alunos passaram a permanecer por alguns anos no ensino, mas findavam não concluindo qualquer etapa do seu processo de formação, devido à consecutivas reprovações seguidas de abandono total do estudo (MACHADO, 2016).

Segundo Bollmann e Vieira (2016) a educação de qualidade tem como propósito a educação como um direito de todos, formação mais humana possível dos estudantes e radicalização da democracia. Além do mais, é possível elucidar algumas estruturas essenciais desse conceito educacional, que se completam e se relacionam: direito a cidadania, democratização do conhecimento e da gestão democrática do acesso, financiamento e regime de colaboração, valorização dos profissionais em educação e integração entre entes jurídicos e políticas.

Qualidade como direito à cidadania está estreitamente ligada a uma política de inclusão social, onde a participação de todos é fundamental para a construção de uma nova sociedade, mais igualitária e justa. A proposta de uma educação de qualidade como direito à cidadania abrange três medidas específicas e complementares: acesso à educação, permanência em atividades educativas ou dentro do sistema educacional e sucesso no resultado da aprendizagem. Sendo educação de qualidade aquela que está comprometida com a formação do aluno com vistas à sua emancipação social e humana, tendo como finalidade a formação de cidadão aptos a construir uma sociedade fundamentada em princípios de justiça social, democrática e igualitária (BOLLMANN; VIEIRA, 2016).

Na visão de Gelatti e Marquezan (2013) é importante ressaltar que as políticas de avaliação são instrumentos relevantes que fornecem subsídios para a elaboração, introdução e monitoramento de políticas públicas que possam melhorar a qualidade da educação, sendo mais eficientes aquelas políticas com foco na aprendizagem e nos indicadores de

frequência e aprovações dos educandos, como é o caso do Indicador da Qualidade da Educação Brasileira - Ideb, *que no seu artigo 3º, capítulo 2º, elucida que,*

“a qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no Ideb, calculado e divulgado periodicamente pelo Inep, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - Aneb e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (BRASIL, 2007)

Para Gelatti e Marquezan (2013) os resultados desse indicador também permitem que metas do sistema educacional sejam traçadas. O Ideb costuma publicar seus dados a cada dois anos e bianualmente aplica a chamada Prova Brasil. Por se utilizar de dois fatores (rendimento e desempenho) que mostram um determinado parecer de qualidade na educação, o Ideb representa um indicador estratégico da vigente política educacional de avaliação.

6. Planejamento e Gestão Estratégica na Visão Educacional

O planejamento estratégico considera as estratégias e os objetivos aprovados e busca desenvolver programas para o cumprimento eficaz dessas estratégias (FALSARELLA; JANNUZZI, 2017).

Para Silva (2017) em um período de avanço tecnológico e de inúmeras informações, é preocupante saber como uma escolar sobrevive sem que haja mudanças no seu molde conservador disciplinar, estrutural, arquitetônico e de distribuição do poder. A explicação mais provável é que há um padrão e mecanismos políticos que amparam a reprodução e mantêm a escola na superioridade. Mas, pensando na qualificação educativa, questiona-se quanto a parte pedagógica, em como essa poderá dar conta atualmente diante dos desafios encontrados nas diversidades e nas tecnologias, pois pouco se tem a diferenciá-la.

Afirmam Matos *et al* (2013) que a principal ferramenta no processo formal de formação estratégica é o planejamento estratégico, uma vez que esse promove uma estrutura unificada que irá facilitar a identificação dos problemas da instituição por parte dos gestores, como também identificar novas oportunidades, isto é, forças a serem potencializadas e fraquezas a serem sanadas.

A gestão educacional, neste dinâmico cenário em que o mundo se encontra, é necessário que se desenvolva novos conhecimentos, atitudes e habilidades de forma a ultrapassar este conceito de gestão como mero administrar escolar. É preciso que haja um esforço especial por parte da gestão escolar, no sentido de articular processos, talentos, recursos e energia humana com intuito de transformar seus alunos em verdadeiros cidadãos participantes da sociedade (GELATTI; MARQUEZAN, 2013).

Nesse sentido, vale ressaltar a relevância de uma gestão eficiente, tendo em vista que a problemática da educação ainda continua sendo a qualidade do ensino e aprendizagem. E, o constante desafio é como os gestores podem reverter o modelo tradicional para construir uma gestão escolar elencada em relações democráticas que tenha como objetivo

a participação e interrelação dos segmentos internos e externos da escola, estando em conjunto, compromissos na construção melhor das propostas de ensino que visem garantir uma educação de qualidade para todos, respeitando os estudantes nas suas capacidades, potencialidades, individualidades e diversidades (SILVA, 2017).

Segundo Silva (2017) à medida em que a educação seja institucionalizada como participativa e democrática, passa a organizar seu modelo de ensino, mas tem que aumentar programas, experiências, pesquisas e estudos sobre a melhor maneira de administrar-las. Esse padrão referencial demanda por definição e por regra a colaboração e o envolvimento de todos: família, escola e sociedade. Na prática, isso nem sempre é possível. Entretanto, também é verdade que não fica viável ser um gestor sem que haja apoio dos interessados no processo e nos resultados educacionais; é praticável fazer uma gestão capaz de desenvolver cidadãos participativos e com consciência coletiva. Vale destacar que são poucos os que desejam ou podem participar dos processos de tomada de decisão e da efetivação dessas decisões.

Para Matos *et al* (2013) a gestão estratégia de uma escola pode ter tanto o esforço de planejamento e de racionalização formal quanto conter um processo de negociação com atores internos e externos. Mas, é necessária a flexibilidade no decorrer de todo o processo de gestão, para que não seja desprezado o processo de aprendizagem gerado pelos agentes, a partir da interpretação que esses agentes fazem das situações que emergem do ambiente interno e externo da instituição escolar.

De acordo com Gelatti e Marquezan (2013) a expressão gestão escolar dá a possibilidade de ultrapassar o enfoque limitado de administração, considerando que os problemas educacionais são complexos, sendo necessário haver uma visão global e mais abrangente, bem como ações dinâmicas, articuladas e participativas. Esta mudança, que não ocorre somente na questão terminológica, representa novas ideias e determina, na entidade escolar, uma orientação transformadora, com base na rede de inter-relações que acontecem, dialeticamente, no seu ambiente interno e externo. A gestão escolar precisa ser democrática, com destaque para o relacionamento entre seus profissionais, que buscam valores como comprometimento, igualdade, honestidade, liberdade, participação e transparência, contribuindo para a construção de um ambiente motivador, saudável e construtivo.

Como se percebe, a gestão educacional em geral é baseada na administração científica (gestão empresarial), mas tem certas particularidades que requerem atenções especiais dos gestores. Por ser uma instituição de natureza peculiar, as maneiras de planejar, organizar, gerenciar e controlar precisam ser diferenciadas das decisões do gestor empresarial tradicional (TACHIZAWA; ANDRADE, 2015).

Para que o planejamento escolar alcance seu objetivo, Luk (2017) diz que é preciso que sejam explicitadas suas diretrizes, seus princípios e também todos os procedimentos do trabalho a ser executado. É necessário garantir que as atividades da escola sejam articuladas num contexto da comunidade e da sociedade. Enfim é preciso assegurar que tudo seja coerente entre as seus diversos estágios na busca dos objetivos definidos, determinando vínculo entre tarefa escolar e os problemas que abrangem o contexto social. A garantia de que tudo seja executado reside na harmonia entre as suas funções. Ademais, é preciso que sua estrutura tenha os instrumentos que possibilitem ações coordenadas,

flexíveis e objetivas, levando em conta os realinhamentos e as avaliações que possam se fazer dentro do horizonte temporal previsto.

Aduz Sousa (2017) que as atuais teorias gestoras tomaram novos rumos e modificaram suas configurações para atender a população que, além do trabalho gestor presencial, requer o trabalho gestor em rede e a distância, sendo utilizado novas tecnologias. Seu gerenciamento e as construções de base de dados já fazem parte do mundo do gestor educacional.

Hoje são empreendidas novas competências para gerir as tradicionais e as novas instituições de ensino para a construção do saber, requerendo conhecimentos variados e mais evoluídos na construção edificante de uma instituição que trabalhe em prol do desenvolvimento contínuo de seus alunos. Gestores que atuam no campo educacional precisam empreender e aprender a lidar com todo tipo de situação e buscar estratégias eficientes que reduzam qualquer tipo de entrave (SOUSA, 2017).

7. Conclusão

O artigo tratou do planejamento estratégico escolar, retratando de forma bibliográfica e sucinta a importância de se planejar qualquer ação em prol do funcionamento de uma organização. Toda ação humana tem um propósito dirigido e orientado em favor daquilo que se deseja alcançar. Desse modo, a ação dos gestores educacionais deve ser realizada em função dos objetivos educacionais, pois esses orientam a tomada de decisão baseada no planejamento porque são propostas que expressam com objetividade e clareza a aprendizagem que se almeja do aluno, uma vez que a gestão da escola pode tornar-se vulnerável aos ajustes internos, assim como aos interesses pessoais dos que ali atuam.

O planejamento estratégico numa unidade escolar norteia a escolha e organização de todos os conteúdos, bem como dos processos metodológicos, definindo valores e ideais educacionais. É nessa perspectiva que a administração escolar deve possibilitar a compreensão do universo e dos conteúdos de ensino; instrumentalizar culturalmente docentes e educandos, garantindo assim, o desenvolvimento das capacidades mentais, físicas e emocionais de todos.

Todo gestor educacional deve levar em conta a participação de todos no processo de organização das atividades internas. Cabe a esse profissional agir estrategicamente na condução das políticas educativas e departamentais, a fim de estabelecer critérios e criar instrumentos de controle que promovam a atualização constante de todos os processos e informações que circulem dentro da instituição. Só desta forma, a autonomia da escola será um conjunto de estratégias de aperfeiçoamento da qualidade.

O tema deste artigo não se esgota, sendo sugeridos e aconselhado novas pesquisas e estudos que possam apontar a elaboração de estratégias que contribuam para o melhoramento de todo o ambiente escolar através de um planejamento estratégico adequado.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. **Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a12.pdf>. Acesso em: 23/05/2021.
- AZEREDO, André Luís Tanski. **Influências de uma gestão participativa escolar no cotidiano educacional no município de Bom Retiro do Sul/RS.** Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/896/1/2015AndreLuisTanskiAzeredo.pdf>. Acesso em: 23/05/2021.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988. Art. 205.** Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1241734/artigo-205-da-constituicao-federal-de1988>>. Acesso em 23/05/21.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em 23/05/21.
- BOLLMANN, Maria da Graça Nobrega; VIEIRA, Franciele de Souza Caetano. **Direito fundamental à educação pública de qualidade: efetividade segundo os parâmetros do custo aluno qualidade inicial.** Disponível em: <file:///C:/Users/Downloads/4101-10233-1-PB.pdf>. Acesso em: 25/11/2018.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração, teoria, processo e prática.** Barueri/SP: Manole, 2014.
- DAVID, Célia Maria; SILVA, Hilda Maria Gonçalves da; RIBEIRO, Ricardo; LEMES, Sebastião de Souza. **Desafios contemporâneos da educação.** Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zt9xy/pdf/david-9788579836220.pdf>. Acesso em: 23/05/2021.
- FALSARELLA, Orandi Mina; JANNUZZI, Celeste Aída Sirotheau Corrêa. **Planejamento Estratégico Empresarial e Planejamento de Tecnologia de Informação e Comunicação: uma abordagem utilizando projetos.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v24n3/0104-530X-gp-0104-530X481-16.pdf>. Acesso em: 23/05/2021.
- FERNANDES, Sergio Brasil. **Gestão escolar democrática: desafios e perspectivas.** Disponível em: <file:///C:/Users/Downloads/9566-34747-1-PB.pdf>. Acesso em: 23/05/2021.
- GELATTI, Leticia Degrandi; MARQUEZAN, Lorena Inês Peterini. **Contribuições da gestão escolar para a qualidade da educação.** Disponível em: <file:///C:/Users/Downloads/4101-10233-1-PB.pdf>. Acesso em: 23/05/2021.
- GUSMÃO, Joana Buarque de. **A construção da noção de qualidade da educação.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n79/07.pdf>. Acesso em: 02/12/2018.
- HOY, Wayne K.; MISKEL, Cecil G. **Administração educacional: teoria, pesquisa e prática.** 9º ed. São Paulo: AMGH Editora Ltda, 2015.
- LUK, Heloísa. **Avaliação e monitoramento do trabalho educacional.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2013.
- _____. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2017.
- MACHADO, Nilson José. **Educação: autoridade, competência e qualidade.** 2ª ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2016.
- MATOS, Osvaldo Almeida; VENÂNCIO, Daniella Macedo; DUTRA, Ademar. **Gestão estratégica em instituições de ensino superior: mapeamento das publicações científicas no período de 1997 a 2012.** Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/3193/319330058007/>. Acesso em: 23/05/2021.

ROSISTOLATO, Rodrigo; PRADO, Ana Pires do; MARTINS, Leane Rodrigues. **A “realidade” de cada escola e a recepção de políticas educacionais.** Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v26n98/1809-4465-ensaio-26-98-0112.pdf>. Acesso em: 23/05/2021.

SILVA, Adriana Escobar da. **Gestão democrática escolar: desafios da ação democrática.** Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/gestao-democratica-escolar-desafios>. Acesso em: 23/05/2021.

SILVA, Luis Gustavo Moreira da; FERREIRA, Tarcísio José. **O papel da escola e suas demandas sociais.** Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/viewFile/415/372>. Acesso em 23/05/2021.

SOUSA, Raimundo. **Gestão educacional e o planejamento das ações governamentais.** 1ª ed. Jundiaí-SP: Paco, 2017.

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes. **Gestão de instituições de ensino.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ANALISES DO ENSINO DAS PREPOSIÇÕES NO PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA: Comparação de duas metodologias (Bem-vindo e Falar, Ler e Escrever Português)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Nazar Aliserovich Karimov
Discente do curso de Formação Pedagógica em Licenciatura em Letras - Português e Inglês

RESUMO:

A língua portuguesa é uma língua neolatina, e além disso é uma das línguas mais faladas no mundo. A sua evolução provem da língua latina e do grego clássico e compartilha elementos comuns com o espanhol, o francês, o italiano e o romeno. Para os migrantes, ela possui grande complexidade, mesmo para aqueles do mesmo tronco linguístico. É por isso que se criaram métodos para facilitar a aprendizagem. Alguns deles, são focados em população hispano falante pelas características fonético linguísticas próprias deste grupo. O seguinte artigo visa analisar a metodologia de ensino das preposições a partir dos métodos de ensino Bem-vindo e Falar, Ler e Escrever, pois, que o conhecimento delas é importantíssimo para a correta fluidez na expressão no português como segunda língua.

Palavras chave: Português, estrangeiros, preposições, métodos.

ABSTRACT:

The Portuguese language is a neo-Latin language, and it is also one of the most widely spoken languages in the world. Its evolution comes from the Latin language and classical Greek and shares common elements with Spanish, French, Italian and Romanian. For migrants, it is very complex, even for those with the same linguistic background. That is why methods have been created to facilitate learning. Some of them are focused on the Spanish-speaking population due to the phonetic linguistic characteristics of this group. The following article aims to analyze the teaching methodology of prepositions based on the Bem-vindo and Falar, Ler, e Escrever teaching methods, since their knowledge is extremely important for the correct fluidity of expression in Portuguese as a second language.

Keywords: Portuguese, foreigners, prepositions, methods.

1. Introdução

A língua portuguesa é uma língua neolatina. Ela está formada da mistura do latim vulgar que traíam os soldados romanos (é diferente daquele falado pelos imperadores e pelos grandes escritores como Horácio e Ovidio) das línguas hoje extintas das tribos de celtas e ibéricos que viviam na região. Logo, com o passar do tempo, romanco (do latim *romanice*, “**falar à maneira dos romanos**”) iria-se misturar com o árabe falado pelos ocupantes moçárabes e adquirir alguns vocábulos. Esse é a origem suscinta da língua portuguesa.

Apesar da influência dos tempos tê-la alterado, adicionado vocábulos franceses, ingleses, espanhóis, ela ainda tem sua identidade única mesmo quando não seja mais uma língua imperial. Sua origem está também altamente conectada a outra língua (o galego), com o qual comparte muitas similitudes, mas devemos aclarar que o português é uma língua própria e independente. Fala-se até de alguns romancos sobreviventes ainda hoje que seriam os aqueles que adoptaram flexibilidade para corpo de língua propriamente: o catalão, o castelhano e o galego-português (falado na faixa ocidental da península).

Foi este último que gerou o português e o galego (mais tarde uma língua falada apenas na região de Galiza, na Espanha). O galego-português existiu apenas durante os séculos XII, XIII e XIV. Na Camões, o português uniformizou-se e adquiriu as características atuais da língua.

Com as grandes navegações, o português espalhou-se pelo mundo sendo hoje a língua oficial dos seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Goa, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Resulta importante salientarmos o fato de que cada um destes países fala um português adaptado as características do povo e da mixigenação com as línguas locais. É neste contexto que nasce também o português brasileiro.

No Brasil a língua oficial e o português brasileiro de origem português (Portugal) trazida na época da colonização e descobrimento do Brasil em 1500. O português que se fala no Brasil é resultado de muitas transformações de ordem morfológica, sintática e fonológica, são três fases de transformação desde o Galego-português, Português Arcaico e o Português Clássico e por fim o Português Brasileiro, chamado de Português contemporâneo.

No Brasil a língua portuguesa foi trazida com o descobrimento, quando os portugueses desembarcaram. Estimasse que eram faladas mais de mil línguas diferentes. Além da diversidade linguística e étnica, ainda foram trazidos africanos para serem escravos e com eles vieram também suas culturas, o que colaborou para construção da língua portuguesa brasileira. Portugal para instituir a língua oficial no Brasil, proibiu o uso das línguas gerais. Os indígenas tiveram grande importância na construção da língua portuguesa enriquecendo o vocabulário da botânica, na fauna, das regiões e nomes próprios.

O português no Brasil foi marcado por quatro momentos ou períodos de grande significância para o processo de implantação. O primeiro momento, deu-se desde a colonização até a saída dos holandeses (1648, o segundo e marcado pela chegada da família real portuguesa (de 1648 a 1808), já o terceiro termina em 1822 com independência do Brasil e o último começa em 1826 com a mudança da língua colonizadora em língua oficial brasileira.

Até hoje o português brasileiro está em transformação para construção de uma identidade própria, regras morfológicas, ortográficas e de linguagem sofreram mudanças, para melhor se adequar as necessidades dos brasileiros e sua cultura.

Em Cabo Verde (costa da África), colonizado por Portugal a língua oficial e o português, mas também falam o francês e o Inglês americano, isso se dá pela invasão da África por estes países no continente Africano. Na Guiné Bissau, há dois idiomas falados divididos pela população, o português e falado por cerca de 28% da população e o restante fala o Kriol, língua nativa. Em Guiné Equatorial existem várias línguas oficiais junto com o português como é o caso do espanhol e o francês. Em Moçambique a língua oficial e o português, mas também existem a línguas nativas, como: Macura, Tsonga e Sena.

2. As Grandes Navegações

Os portugueses os pioneiros na exploração do oceano Atlântico por volta do século XV e logo após dos espanhóis. A partir do século XVI, outros países começaram a explorar fazendo com que muitos foram os descobrimentos por parte dos europeus. Foi por meio das grandes navegações que aconteceu a descoberta e América e considera-se que a colonização das Américas foi de fato que permitiu o passo da idade meia para idade moderna.

O grande pioneiro da chamada Grandes Navegações foi Portugal, a exemplo de Portugal que alguns países da Europa como França, começaram a explorar o oceano Atlântico.

Apesar de Portugal ser um pequeno país tinha uma política (Monarquia consolidada) bem estruturada, situação econômica e comercial satisfatória, boa localização (Território unificado), Investimento no desenvolvimento náutico e um comércio em expansão foram estes fatores que possibilitaram ser os pioneiros na navegação pelo Oceano Atlântico.

Como resultados desta exploração foram às descobertas de novas rotas e possibilidades de comércio. Por Portugal, foi descoberto o Brasil na expedição comandada pelo Pedro Álvares Cabral no ano de 1500.

3. Descobrimento do Brasil

Apesar dos Espanhóis terem chegado primeiro no continente americano, foram os portugueses considerados pioneiros neste processo de exploração, resultado este devido as grandes navegações durante o século XV.

Foi o 22 de abril de 1500 quando Pedro Álvares Cabral chegou no Brasil com treze embarcações mais, sendo o momento chamado de Descobrimento do Brasil.

Podemos dizer que o caminho para o Brasil foi descoberto por acaso, quando os portugueses procuravam uma nova rota para chegar à Índia, por conta do fechamento de Constantinopla. Os portugueses então decidiram explorar o Continente Africano à procura desta nova rota para a Índia, descobriram outros lugares como Madeira, Açores e Cabo Verde.

As embarcações chefiadas pelo Pedro Álvares Cabral eram 13, divididas em três caravelas e 10 naus, com o do caminho da Índia para comércio de especiarias como: pimenta

e canela, a expedição segue por uma rota diferente para explorar o lado Oeste antes de ir para Índia, porque Constantinopla estava fechada.

Durante esta nova rota a expedição cruzou a linha do Equador por meados de 9 de abril, no dia 21 os primeiros sinais de terra foram observados e no dia 22 de abril de 1500 avistaram o Monte Pascoal, mas só desembarcaram no dia 23 de abril de 1500, Brasil foi descoberto no dia 22 de abril de 1500, mas pisaram em terras brasileiras no dia 23.

4. Português no Brasil

A origem da língua portuguesa veio do latim, isso aconteceu por volta do século III A.C. Existiram duas modalidades de latim: O latim vulgar, falado pelos mais pobres sem muita variação e o latim clássico falado pelos ilustres, escritores e pela sociedade elitizada era mais complexa.

O português falado no Brasil é resultado de muitas transformações; morfológicas, sintáticas e fonológicas. Portugal, conhecido pelas grandes navegações entre o século XV e XVI espalhou a língua portuguesa pelo mundo. No Brasil chegou como língua dos navegantes. No Brasil a língua portuguesa foi trazida no descobrimento, porém foi longo e difícil o processo de implantação.

Os indígenas eram os moradores no território brasileiro com suas línguas nativas, aproximadamente mil línguas, que contribuíram para a identidade do Português Brasileiro. A vinda dos escravos africanos, foi crucial também para o desenvolvimento da língua portuguesa como identidade, com suas culturas e pluralidade linguística.

5. O Português no Brasil

O Português do Brasil não se deu como vimos em um único momento e sim durante todo o período de colonização. O português brasileiro apresentara com o tempo um conjunto de características em geral respeito ao português de Portugal. A escrita sofre variações gramaticais. Na fala, acredita-se que o processo de aprendizagem é mais rápido. As principais diferenças podem ser resumidas em:

- Fonética-Fonológicas: O português do Brasil apresenta sete vogais, com pronúncia aberta e fechada (a, e, e, i, o, o, u) em Portugal além destas sete existe uma “ã” com trema de pronúncia fechada.
- Morfológica-Sintática: são muitas as características no funcionamento dos pronomes.

O Léxico mostra também a diferença entre o português de Portugal e do Brasil, o que significa que algumas palavras tomaram sentido a partir das línguas indígenas e africanas.

6. Desenvolvimento

O português é falado por cerca de 280 milhões de falantes. São nove os países que falam o português como língua oficial, são eles: Angola (População em 2020: 32,87

milhões de habitantes), Brasil (População 212,6 milhões em 2020) Cabo Verde (População 555,988 mil em 2020) , Guine Bissau (População 1,968 milhão em 2020), Guiné Equatorial (População 1,403 milhão em 2020), Moçambique (População 31,26 milhões em 2020), Portugal (População 10,31 milhões em 2020), São Tome e Príncipe (População 219,161 mil em 2020), Timor Leste (População 1,318 milhão em 2020).

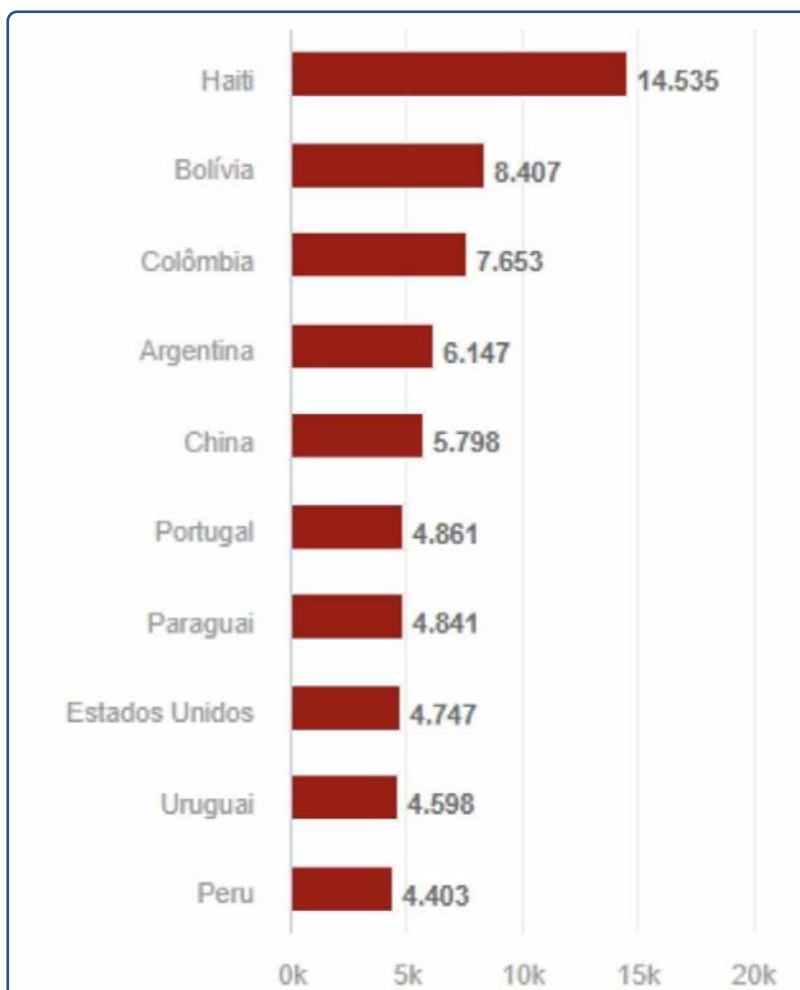


Gráfico 1: Ranking de países de origem dos imigrantes que chegaram ao país em 2015, segundo registro da PF

Fonte: Polícia Federal

Em 1818 começa o processo de imigração ao Brasil. (Alemães, italianos, japoneses, coreano, holandeses e ingleses entre outros). O último censo em 2010, mostrou que 600 mil imigrantes viviam no Brasil. Após 10 anos, estima-se que este número passou a mais de 1.3 milhão segundo Observatório das Migrações Internacionais, pesquisa mostra além disso que mais mulheres imigraram para o Brasil neste período. Em 2010, a maioria dos imigrantes eram de Portugal, natural por ser o país coirmão, Venezuela, França e EUA. Imigrantes na última década: Venezuela, Haiti, Bolívia, Colômbia, EUA, China, Argentina, Cuba, França, Peru, dentre outros em menor escala. Dentre os países migratórios temos também os refugiados entre 2011 e 2020 em um total de quase 54 mil provenientes de Paquistão, Líbano, República do Congo e Síria, entre outros.

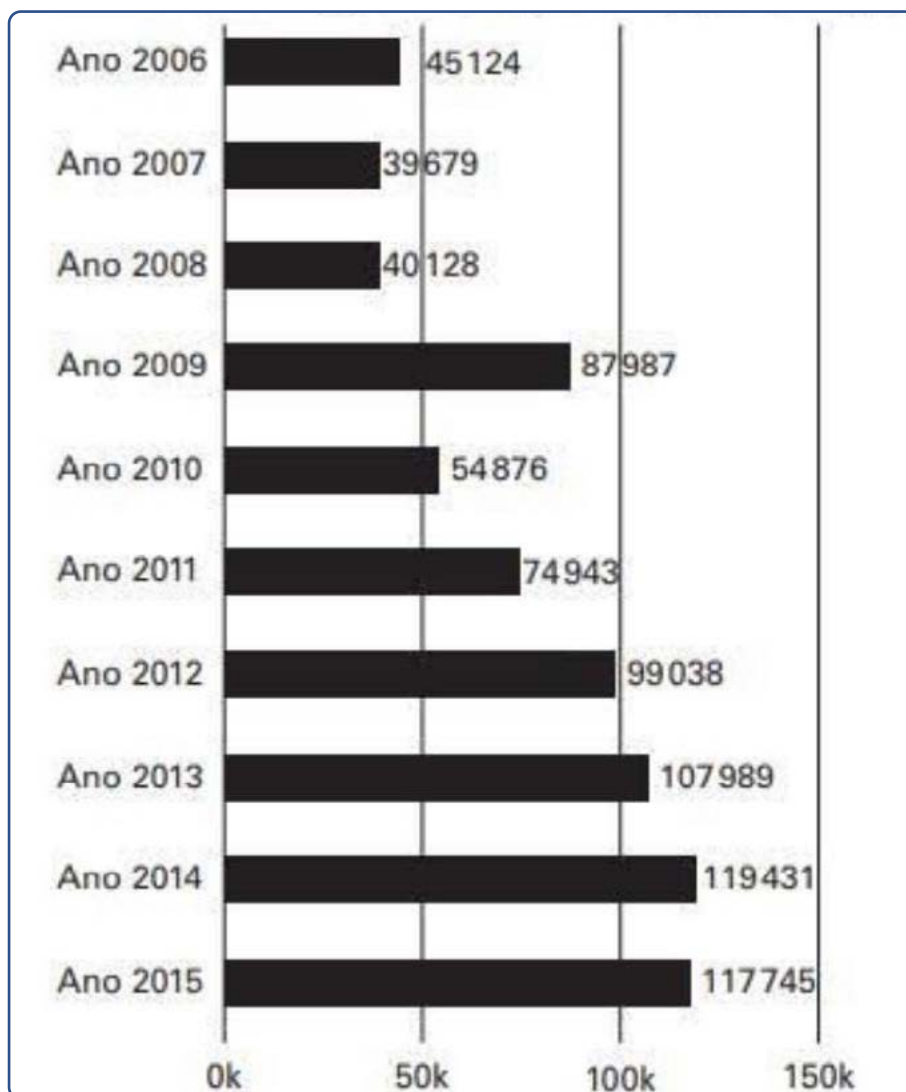


Gráfico 2: Imigrantes registrados pela PF por ano

Fonte: Polícia Federal

Na data do censo 2010, São Paulo e Rio de Janeiro eram os estados que mais receberam imigrantes, alguns outros escolheram outros estados por comodidade geográfica, pela facilidade e disponibilidade de trabalho. Apesar dos homens serem em maior número as mulheres tiveram um aumento significativo. Nos últimos anos com as crises globais, desastres naturais, os perfis dos imigrantes mudaram, aumentaram significativamente o número de pardos e negros, a procura de emprego e melhor qualidade de vida. Algumas características nas imigrações: o casamento misto, baixo número de imigrantes em escolas, acesso a empregos formais, salários mais baixos, acesso aos benefícios sociais, mais chineses executivos.

Latinos Americanos são a maioria entre imigrantes no Brasil: Venezuela lidera seguida de Paraguai, Bolívia e Colômbia.

O número de estrangeiros com carteira assinada triplicou até o ano de 2019, segundo pesquisas, esses dados incluem também os refugiados. Atualmente 1.3 milhões de estrangeiros residem no Brasil. Atualmente a globalização teve um peso forte na decisão para uma pessoa escolher o país de destino. O Brasil com seu imenso território permite alocação de imigrantes sem provocar uma crise.

A língua oficial do Brasil é o português, mas isso não quer dizer que outros idiomas sejam falados. No Brasil 99% da população fala português, com seus inúmeros sotaques regionais e até dialetos. (Hoje é obrigatório e oficial que a língua dos sinais LIBRA seja utilizada em serviços públicos).

Outras línguas faladas no Brasil: espanhol, o idioma oficial nos países da América Latina. japonês, coreano, árabe e muitas outras línguas europeias, alemão, italiano, polonês, holandês, catalão, ucraniano. Os idiomas alemão e italiano são os mais falados no Brasil, porque as maiorias destes imigrantes se concentraram no sul do Brasil, além do português usam seus próprios dialetos. O alemão é o segundo idioma mais falado no Brasil, embora seja uma comunidade pequena (menor que a italiana e espanhola). Japão tem a maior comunidade instalada no Brasil fora do Japão, um bairro especialmente japonês no bairro da Liberdade de São Paulo, com sua cultura e características.

Em nosso mundo moderno, existem muitas tecnologias e formas de fazer pesquisa, como computadores, livros e internet, isso é o mais importante que precisamos, mas às vezes também precisamos de fatos para entender como isso é percebido na prática. Se falamos de professores que ensinam línguas estrangeiras ou alunos, sempre tentamos encontrar algo fácil e rápido, podem ser videoaulas, revistas, livros, música ou um livro de qualidade com fotos, exercícios e textos que contenham elementos gramaticais.

Este trabalho tem o objetivo de pesquisar sobre os livros:

- 1) *“Falar, ler”*, Escrever- Emma Eberlein O. F. Lima Samira A. Lunes, *“Português um curso para estrangeiros”*. 1 edição-1999 e 3 edição em 2017.
- 2) Bem-Vindo *“Português do Brasil para Estrangeiros”*. Maria Harumi de Ponce, Silvia Andrade Burim, Susanna Florissi. Edição em 2004 com 50 mil cópias vendidas e 2009.

Estes dois livros acima mencionados fornecem uma explicação gramatical aprofundada, mas acessível que pode ser usada para fins científicos, mas também útil para os professores e o seu ensino, ao comparar estes dois livros acho úteis alguns exercícios que podem levar a um método e conhecimento mais avançados que poderia ser usado de tempos em tempos nas escolas e na maioria das vezes nas universidades. Usando exemplos prontos e explicações com exemplos, chegamos a uma comparação ou análise de frases explicativas para alunos do departamento Linguístico e gradualmente chegamos ao nosso próprio método.

Os dois livros de gramática contêm tudo o que há de mais importante para os estrangeiros aprenderem a língua e se tornarem fluentes na comunicação, esses livros são muito populares e não são difíceis de encontrar.

Para comparar os dois livros, este trabalho terá como recorte o estudo das preposições nas duas publicações. E agora vamos comparar dois exercícios elementares de cada um dos livros listados.

Exemplos do livro Bem-Vindo na página 15, unidade 2:

Como exemplo:

- 1) Nasci (em) () a....centro da cidade

- 2) Morei (em) () b.....maior supermercado da cidade
- 3) Estudei (em) () c.....um carro para ir ao trabalho.
- 4) Trabalhei (em) () d.....rua 7 de Abril, com meus avós
- 5) Agora trabalho (em) () e.....cinema com o meu namorado
- 6) Preciso (de) () imorar no Brasil.

- Unidade 2, livro bem – vindo, Português para Estrangeiros-2004, Maria Harumi de Ponce.

Na unidade 2, Livro bem-Vindo pagina 12, 15 e 17 e 18 , o livro ainda oferece mais três exercícios e na unidade 6 para que o aluno possa trabalhar e fixar o tema proposto.

Este exercício oferece uma oportunidade para os alunos consolidarem o conhecimento sobre preposições em frases e seu uso correto, a consolidação elementar de preposições em frases fornece conhecimento em outras tarefas gramaticais.

É preciso para isso, fazer atividades didática como: Explicar como o exercício funciona/ Contar para o que ele é bom. Podemos ver mais preposições:

Antes, depois, ou viajar de, e na página 18 unidade 6.

Exercitar essas preposições em cada página indicada lhe dá a oportunidade de reforçar o uso, por exemplo, como você vê na página 18, preposições de tradução com verbos depois dos substantivos. Cada estrutura da frase é muito importante.

- Unidade 2, livro bem – vindo, Português para Estrangeiros-2004, Maria Harumi de Ponce.

Observe que o uso de preposições em exercícios de fixação é lembrado rapidamente.

Exercícios de preposições mais artigos na página 12 unidade 2 com exemplos feito de me:

1) DE + artigo = resultado

- De + o = do
- **Ex:** Eu estou do lado de fora.

2) DE + a = da

- Ex: Gosto da data de dezoito de novembro de 1977.

3) DE + os = dos

- Ex: Dos cinco irmãos, prefiro o mais novo.

Em cada exercício de reforço, o que é salientado para os alunos é muito importante. Se falamos de ensino, então neste caso é importante que os professores apresentem o método e os exemplos aos alunos.

Este livro” Bem-Vindo oferece uma oportunidade de reforçar o conhecimento com as imagens usadas no livro, enquanto o outro “*falar, Ler, Escrever-Português para estrangeiros*

2006, Emma Eberlein O. F. Lima "oferece mais exercícios para reforçar o conhecimento gramatical, escrito e auditivo.

Vamos dar uma olhada nos seguintes exemplos do livro *"Falar, ler e escrever"*:

- **Preposições de lugar na página 39, "Falar, ler e Escrever":**

- Perto de/ longe de/ ao lado de
- Na frente de/ atrás de/ em volta de
- Dentro de/ fora de/ entre de
- Em cima de/ embaixo de

Como você pode ver com essas preposições de localização, o material fornece uma introdução às preposições, bem como reforço em exercícios para os alunos, incluindo ouvir para desenvolver a compreensão auditiva para escolher as opções certas.

Do meu ponto de vista, essas preposições de lugar são muito importantes em português e se cada aluno as usar corretamente com auxílio de materiais como fotografias ou objetos como uma bola ou a localização de uma pessoa, até o próprio estrangeiro fortalecerá rapidamente o uso dessas preposições e o uso correto em uma frase.

Mas vamos nos voltar para outras preposições na página 223 chamadas Locuções prepositivas e seu uso em frases:

- Alem de/ atrás de/ depois de
- Através de/ apesar de/ por cause de
- Em vez de/ antes de/ de acordo de
- Ex: Ele gastou uma fortuna com a festa: além de vinho, havia também *champagne*.
- Ex: Felizmente, a bala não passou através da parede. O menino espiava o irmão através de uma fresta da persiana. Não se conseguia ver nada através da neblina.
- Ex: Eles brigaram por causa de dinheiro.

As preposições são importantes para a construção de um texto, pois atuam como elementos de ligação, necessários à coerência textual, e abaixo vemos as preposições traduzidas pelo livro em frases. As preposições são usadas em quase todas as frases e podem ser associadas a um verbo ou substantivo que é muito importante na aprendizagem do português tanto para falantes nativos como para estrangeiros.

Materiais adicionais e exemplos com preposições devem ser usados pelos professores, pois os exercícios deste livro nem sempre são suficientes para reforçar os tópicos.

Existem muitos exemplos, mas o mais importante é transmitir ao aluno, por isso é melhor usar objetos no estudo de preposições como método.

- Mas vamos prestar atenção aos pontos importantes quando usamos verbos seguidos de preposições na página 268 o + infinitivos ou + substantivos.
- Ex: Ele aprendeu a dirigir em 3 dias. Eles insistiram em esperar.

Deixar de/ gostar de/ obrigar a/ insistir em/ morrer de/ ensinar a/ terminar de/ parar de/ sonhar com.

- Verbos seguidos de preposições = substantivos na página 269.

– Ex: Ele desistiu da viagem. Ele sonhou com você.

Acreditar em/ agradar em/ andar de/ fugir de/ lutar com/ pensar em/ depender de/ discordar de.

Neste exemplo, estudamos não apenas proposições, mas também verbos e substantivos em diferentes tempos e usos corretos.

Tabela 1: Quantidade de exercícios sobre preposições

CLASSE DE PREPOSIÇÕES	FALAR .. LER ... ESCREVER ...	BEM-VINDO
De lugar	11	0
Simple	16	4
Locuções prepositivas	21	0
Contração de preposições	13	12
Verbos seguidos de preposições mais infinitivo	32	0
Adjetivos seguidos de preposições mais substantivo	23	0
Adjetivos seguidos de preposições mais infinitivo	20	0
Verbos seguidos de preposições mais substantivo	19	0
TOTAL	155	16

Computo das classes de proposições nos textos analisados

7. Conclusão

A língua portuguesa é uma língua baseada no latim e com um complexo sistema linguístico fonético gramatical. Além disso, ela é das línguas mais faladas do mundo e incorpora cada ano inúmeros estrangeiros que chegam para adotá-la como língua de vida.

Para ajudar na aprendizagem dos estrangeiros, criou-se uma estrutura com metodologia própria chamada Português como segunda língua. Esta estrutura tem colaborado na inclusão social de muitos migrantes através da criação de textos como FALAR, LER, ESCREVER e BEM VINDO, os quais tem abordagens diferentes, assim como vantagens e desvantagens próprias.

Na nossa análises do estudo das preposições, o texto FALAR, LER, ESCREVER ao invés do BEM VINDO permite um estudo mais aprofundado.

O BEM VINDO constitui um texto útil na aprendizagem de vocabulário e de elementos da cultura brasileira e lusófona em geral, o que faz com que possa complementar os cursos para estudantes estrangeiros (lembrar que os criadores o recomendam para alunos

de origem latina pela proximidade linguística e fonética destes com o português) porém os conteúdos que tem a ver com as preposições são poucos, limitando-se a 4 preposições simples e a união delas com os artigos (12) para um total de somente 16 preposições.

O FALAR, LER, ESCREVER, a sua vez, acompanha o ensino e o aprendizado da gramática de forma descomplicada e com abundantes exercícios de sistematização sobre diferentes classes de preposições assim como de locuções onde elas são utilizadas junto com verbos, substantivos e adjetivos, (**ver tabela 1 para conferir**) com um total de 155 preposições, o que faz dele o método mais utilizado pelos professores para o ensino de português como segunda língua.

Ambos métodos de ensino constituem boas ferramentas para o professor na sala de aulas e o uso dos dois ofereceria ao aluno uma porcentagem maior de possibilidades de aprendizado.

É importante que sejam preparadas novas edições de qualquer um dos textos em quanto sejam acrescentados novas metodologias e novos exercícios para o estudo das preposições na língua portuguesa.

REFERENCIAS

GASPARETTO Junior, Antonio. **Navegações Portuguesas**. Infoescola. c2006-2023. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/navegacoes-portuguesas/#:~:text=As%20Navega%C3%A7%C3%B5es%20Portuguesas%20para%20o,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20aos%20outros%20pa%C3%ADses.&text=Essas%20navega%C3%A7%C3%B5es%20pelos%20mares%20per/mitiram,da%20real%20dimens%C3%A3o%20do%20mundo>. Acesso em: 08-fev-2023.

GUIMARAES, Eduardo. **A língua portuguesa no Brasil**. Cienc. Cult., São Paulo, v. 57, n. 2, p. 24-28, June 2005. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00...

INFOESCOLA. **As Origens da Língua Portuguesa**. Infoescola. s.d Disponível em: <https://www.letras.ufg.br/n/1844-as-origens-da-lingua-portuguesa>. Acesso em: 11-fev-2023.

LIMA, Emma Eberlein O. F. **Falar... Ler... Escrever... português**. Um curso para estrangeiros / Emma Eberlein O. F, Lima, Samira A. Iunes. São Paulo: EPU, 1999.

OTUKI Ponce, Silvia Andrade Burim, **Susanna Florissi**. -- 10. ed. -- São Paulo : Hub Editorial, 2019

PONCE, Maria Harumi Otuki, **Bem-vindo!: a língua portuguesa no mundo da comunicação** : livro do professor / Maria Harumi

Gestão Escolar, Elementos para uma Participação Democrática

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Neuma Maria Antunes Teodoro e Silva
Discente do curso de Complementação Pedagógica -
2º Licenciatura em Pedagogia

RESUMO:

Este artigo objetiva discutir o processo de participação da comunidade na gestão da escola, como possibilidade democrática relevante, observando as contribuições do diálogo diversificado no tocante à gerência escolar. Além de promover reflexão sobre o papel da gestão escolar como elemento imprescindível à efetivação de uma gestão democrática de sucesso no ambiente escolar. A equipe gestora deve ser percebida como principal mola propulsora para a promoção de uma gestão democrática no cenário educacional com a mediação de práticas participativas através de abertura de canais de diálogos envolvendo os agentes internos e externos a escola. Aqui elencaremos principais elementos norteadores para construção de uma convivência participativa no âmbito escolar, como princípio fundamental para o avanço no sucesso coletivo de cada instituição de ensino na busca da promoção de uma educação igualitária e equitativa, discutindo sobre seus aspectos positivos, pautados inclusive na LDB 9394/2006, bem como desafios enfrentados para o fortalecimento dos vínculos entre escola, família e comunidade. O referido artigo encontra-se estruturado a partir de um breve relato histórico sobre como a democracia se construiu no Brasil até a apresentação do conceito de gestão democrática, sua construção ao longo dos anos e sua contribuição na gerência da escola e por conseguinte elenca a importância de elementos da gestão democrática, como caminho seguro para a construção de uma escola sólida e perspicaz pautada na participação ativa de toda comunidade escolar.

Palavras chave: Gestão democrática. Gestão escolar. Coletividade e qualidade da educação.

ABSTRACT:

This article aims to discuss the process of community participation in school management, as a relevant democratic possibility, observing the contributions of the diversified dialogue regarding school management. In addition to promoting reflection on the role of school management as an essential element for effective democratic management in the school environment. In this context, the management team is placed as the main driving force for the promotion of democratic management in the educational scenario with the mediation of participatory practices through open dialogue channels to agents internal and external to the school. In this context, the document presents guiding elements for the construction of a participatory coexistence in the school environment, as a fundamental principle for advancing the collective success of each educational institution, discussing its positive aspects, including the LDB 9394/1996, as well as the challenges faced to strengthen ties between school, family and community. This article is structured from a brief historical account of how democracy was built in Brazil until the presentation of the concept of democratic management, its construction over the

years and its contribution to the management of the school and, consequently, it lists the importance elements of democratic management, as a safe way to build a solid and insightful school based on the active participation of the entire school community.

Keywords: *democratic management, school management, collectivity and quality of education.*

1. Introdução

Os fundamentos de uma gestão democrática no cenário educacional deve ter como sustentáculo a presença efetiva de todos os atores que compõem a comunidade escola, e isso incluem agentes internos e externos. A presença da família na escola é uma abordagem extremamente necessária e relevante nesse contexto, pois, a participação e envolvimento dos pais ou responsáveis de forma ativa na educação escolar dos seus filhos é fundamental para o sucesso acadêmico e pessoal dos alunos e conseqüentemente o sucesso da escola. A interação entre todos que compõem a escola é um tema muito relevante, que deve ser cada vez mais discutido, aprimorado e colocado em prática ações estratégicas capazes de tornar essa relação cada vez mais efetiva com foco na formação de indivíduos autônomos baseado em princípios democráticos. Esse trabalho aborda de forma clara a importância de uma gestão eficaz firmada em preceitos democráticos incluindo todos os atores que formam a escola numa construção coletiva e colaborativa. O presente estudo traz inicialmente um relato histórico sobre o processo de democratização no nosso país fazendo uma ponte com a relevância da presença da sociedade como um todo no processo formativo da vida escolar do aluno, e em seu bojo discorre sobre os pontos positivos e negativos encontrados nessa relação e por fim apresenta resultados de estudos realizados voltados para vivência desse tema.

Uma escola democrática é aquela em que suas ações estão atreladas a um planejamento participativo, e isso incluem principalmente a participação da família além de parceiros externos à escola. Participação essa que já é garantida por lei, o que faz de modo especial a família e a sociedade ser peças chave no desenvolvimento e formação do indivíduo, conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estudos apontam que quando a escola assume uma postura colaborativa junto ao seu entorno, os alunos tendem a ter um melhor desempenho acadêmico, menor taxa de faltas e evasão escolar, além de maior motivação e engajamento no aprendizado e o sucesso da instituição é garantido. Além disso, a participação da comunidade no ambiente escolar pode ajudar a criar uma comunidade mais coesa e solidária, fortalecendo o senso de pertencimento dos alunos e comunidade à escola. É inegável que colaboração entre a escola e o meio no qual ela está inserida também pode ajudar a identificar e resolver problemas de aprendizagem ou comportamentais mais rapidamente, antes que se tornem mais graves.

É bem verdade que ainda há muito entrave para se alcançar uma gestão escolar democrática de fato, pois que na maioria das vezes a relação entre escola e comunidade torna-se conflituosa, a exemplo das dificuldades das famílias fazerem parte desse processo se dar por muitas limitações, a partir de falta de conhecimento, formação, cultura, condições sociais e financeiras, entre outros. Daí o desafio para a escola abrir de forma dinâmica suas portas para quebrar esses paradigmas e ter a família e comunidade como melhores aliadas no processo de construção de desenvolvimento dos seus alunos. Quando a escola se apresenta para sua comunidade como um espaço para todos e não apenas para seus alunos, esses muros vão sendo quebrados e a comunidade passará a tratar a escola não mais como uma entidade desconhecida, mas terão mais empolgação de participarem da vida acadêmica dos seus jovens e crianças e contribuirão para o crescimento da escola e comunidade como um todo. Assim compreende-se que a participação ativa da comunidade na escola se acontecer de forma correta, certamente assegurará um leque de possibilidades

para se desenvolver um trabalho pedagógico mais eficaz e consciente, colocando o aluno como centro da sua formação. Vale salientar que essa tarefa é um tanto complexa, porém primordial para o processo de ensino-aprendizagem de forma eficaz e a formação plena e autônoma do cidadão. Apesar deste tema já ser bastante discutidos dentro dos espaços educacionais, ainda há muito o que avançar, pois observa-se que a democracia no meio educacional ainda acontece de forma muito distorcida e acanhada.

Por fim, considerando a necessidade de contribuir para o estudo e a implementação do processo democrático de forma urgente dentro do cenário educacional, após longos estudos sobre essa temática, apresento este trabalho com a finalidade de estudar, analisar e compreender quais os principais desafios enfrentados pela escola no tocante a incluir na sua rotina uma gestão democrática, onde todos os envolvidos estejam alinhados e engajados na promoção de uma educação de qualidade e equidade para todos. Nesse sentido esta pesquisa tem como base referências bibliográficas e propõe analisar estudos voltados para essa temática a fim de contribuir para criação de mais um espaço reflexivo sobre os impactos positivos que uma gestão escolar democrática pode gerar ao processo de desenvolvimento integral do cidadão.

Esse trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica com a revisão de diversas obras bibliográficas e artigos científicos publicados sobre democracia dentro da escola e visa aprimorar o estudo sobre essa relação que apesar de as vezes acontecerem de forma conflituosa é de extrema importância que aconteça de forma mútua e respeitosa para garantir o bom andamento do processo de aprendizagem dos estudantes. Além de analisar as dificuldades apontadas nos estudos lidos, que impedem diretamente para o avançar desse processo, ao tempo em que apresenta contribuições positivas para fortalecer e expandir o interesse de todos os atores educacionais na discussão e ampliação desse tema de tão grande relevância para a contemplação de uma educação sólida e eficaz.

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre essa temática este trabalho teve como finalidade a realização de um estudo detalhado com o objetivo de compreender e discutir o processo de participação de todos os atores que fazem a escola como possibilidade de construção de uma aprendizagem compartilhada e colaborativa. Além de promover reflexão sobre a relevância da gestão democrática como elemento imprescindível a efetivação da oferta de uma educação com qualidade e equidade. Para tanto faz-se necessário identificar os principais desafios encontrados para a efetivação da participação da família e sociedade no contexto escolar de forma eficaz e transformadora; Além de analisar as ações realizadas pela escola com foco no fortalecimento de vínculos entre família-escola-comunidade como um caminho para construção de uma escola sólida pautada na participação efetiva da comunidade na qual está inserida; para assim criar condições de ampliar espaços de discussão democrática voltados para a participação ativa da família na escola tendo como foco a aprendizagem e a formação plena do indivíduo.

2. Desenvolvimento

2.1. Contexto Histórico

Não se pode falar em processo democrático no contexto escolar sem antes discorrer sobre a trajetória da constante busca pelo reconhecimento de direitos básicos no nosso país. Pois bem, o processo de democratização na história do Brasil aconteceu consideravelmente de forma muito lenta. Veja, apenas a partir de meados da década de 1980 conflitos foram instaurados na busca de um regime democrático que satisfizesse os anseios na conquista dos direitos básicos que foram negados por décadas às classes menos favorecidas. Essa década foi marcada pela negação de direitos, mas também foi uma época em que ocorreu grande articulações dos movimentos sociais. O que foi motivo para grandiosos conflitos na busca da efetivação dos direitos fundamentais. Dessa forma à medida que a política do país se redemocratiza, os movimentos sociais começam a ganhar visibilidade e força para trazer suas demandas para a esfera decisória do país. A exemplo da participação desses segmentos no parlamento para aprovar emendas populares a serem inseridas na Assembleia Constituinte. Essa eclosão dos movimentos sociais torna-se decisiva para a disseminação da garantia de bens e serviços para a população, assim como traz de forma positiva atribuições para a sociedade civil. A luta dos movimentos sociais pela defesa dos direitos coletivos revela a necessidade de participação na formulação de leis com o estado para garantir cidadania efetiva e a realização do sonho pela democracia; o objetivo almejado é garantir a ação coletiva de acordo com o princípio da igualdade de oportunidades e condições para todos. Uma das lutas nos anos de 1980 foi sobre a defesa da expansão das escolas públicas, um desejo antigo ganha impulso com o movimento dessas reivindicações. Dessa forma, frequentar a escola no país tornou-se um fator potencial no processo de redemocratização no final da década de 1980. Esse anseio ganhou destaque principalmente pelo status de escolarização, desde então conhecida como pedagogia progressiva.

A escolarização dá novo status na intersecção de valores e princípios da cultura política participativa corroborados pelos movimentos sociais. A partir daí se alarga o debate sobre o princípio da gestão democrática no seio da educação pública, criando força a partir da promulgação da Constituição Federal Brasileira em 1988, tornando-se uma realidade mais próxima a partir da instituição da carta magna da educação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96. No início da década de 1990 surgiu um novo conceito de gestão escolar a gestão democrática. Sob a proteção da lei, a gestão democrática começou a se formar dentro das unidades escolares, estes princípios são processos que facilitam a descentralização da tomada de decisão, pratica que tende a delegar autonomia às instituições escolares.

A problematização aqui levantada é que o sonho de autonomia ainda continua distante e trata-se mais do acúmulo de funções do que da efetiva realização da participação eficaz da comunidade escolar. Esse acúmulo de funcionalidade é em grande parte atribuível aos novos requisitos que estão sendo formulados atualmente. As políticas neoliberais delegam novas formas de governança para responsabilidades de resolução de problemas. Dessa forma, não se pode falar na existência de gestão administrativa/ pedagógica/ democrática dentro do cenário educacional sem a ampla e efetiva participação de todos os segmentos

que compõem a escola, no tocante as decisões necessárias para a garantia do sucesso escolar como um todo.

Portanto, não deve ser responsabilidade apenas do gestor escolar executar as políticas educacionais propostas para sua escola, esse sentimento de pertencimento deve apropriar-se de todos os agentes que fazem a escola visto que os resultados do processo de ensino aprendizagem precisa ser construído de forma coletiva.

A sociedade como forma de organização é contemplada por variantes de ideias, comportamentos, políticas e outras mais. O ponto a considerar aqui, é que o indivíduo que habita essa sociedade carece, proporcionado por ela ou não, de uma afirmação política. Não o conceito de política pertencente ao senso comum, como política partidária e/ou de disputa, mas num sentido mais social. Essa política é sobre a forma de convivência entre os sujeitos que, de modo especial, pode se dar de duas formas: autoritária ou democrática.

Essas formas de vivência na sociedade são opostas, no sentido mais profundo da palavra. Autoritarismo e Democracia é uma antítese. Para compreender melhor observa-se o que apresenta Chauí (2013, pág. 25), *em um de seus Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*:

“Mas porque o fazem em condições determinadas, o traço mais marcante de nossos ideólogos autoritários revela-se na construção de discursos onde tais condições não podem aparecer. São textos nos quais as conclusões se sucedem com total ausência das premissas, ausência que engendra a debilidade teórica e sua contrapartida, isto é, a eficácia prática, pois, ausentes as premissas, o discurso torna-se normativo e programático-pragmático, o dever-se ocupando, assim, o lugar do ser, e as técnicas de ação, o lugar do agir.”

Pode-se depreender do texto que a sociedade é “convidada” a seguir normas não questionáveis. É uma proposta de singularidade no pensamento e nas formas de organização. Já o segundo modelo, a Democracia, se pauta na participação e no poder de participação. Há uma ideia de liberdade e pensamento livre nessa forma de organização. Não obstante, ela preza pelos direitos individuais e coletivos, respeitando os diversos espaços da sociedade.

A democracia tem origem na Grécia e diz respeito a uma forma de governar com participação coletiva. É bom considerar que o modelo de democracia que se tem hoje é diferente de sua origem. Antes, na Grécia, apenas uma pequena parte da população poderia votar, por exemplo, eram chamados “os homens livres”, deixando de lado a participação das mulheres, escravos e outros seguimentos sociais.

Não se pretende aqui fazer uma definição completa sobre democracia, mas apresentar pontos, características que podem levar a um entendimento sobre ela. *O que se pode entender, então, da aproximação de gestão escolar e democracia? Por que introduzir a democracia nos sistemas de ensino e nas escolas públicas?* Na verdade, a gestão escolar baseada na democracia, ou seja, a gestão democrática é a proposta de discussão, no ambiente escolar, que se baseia na participação de todos os membros. Como uma alternativa plausível, esse tipo de participação é educativo para a equipe gestora e para todos os outros participantes.

À luz da obediência ao que é democrático, esse tipo de gestão escolar visa integrar e possibilitar a participação de todos, viabilizando o confronto de ideias e dos mais variados pontos de vista. Produz no seio escolar um movimento de participação mais amplo, possibilitando, assim, um maior envolvimento de toda equipe. Em se tratando de gestão pública o (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Gestão da educação escolar. Brasília: UnB/CEAD, 2004).

“*Gestão da escola pública Trata-se de uma maneira de organizar o funcionamento da escola pública quanto aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com a finalidade de dar transparência às suas ações e atos e possibilitar à comunidade escolar e local a aquisição de conhecimentos, saberes, ideias e sonhos, num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar.*”

A gestão escolar democrática entende que o professor é peça fundamental para consolidar uma equipe coesa e organizada. *Para tanto, observa-se o que diz Sant’Anna pág. 44 (Planejamento, Gestão e Legislação escolar):*

“*A gestão escolar é uma dimensão do próprio ato educativo. Definir objetivos, selecionar estratégias, planejar o trabalho, organizar, coordenar, avaliar as atividades e os recursos, em se tratando da sala de aula ou da escola no seu conjunto, são tarefas com sentido pedagógico e educativo evidentes.*”

A finalidade do ensino é a aprendizagem, sendo está garantida de forma equitativa para todos. Nessa perspectiva, quando equipe gestora, professor e demais agentes que fazem a escola trabalham de forma alinhada, desde as tomadas de decisões sejam elas de cunho administrativo, financeiro e pedagógico, as chances de a escola ter sucesso são reais, pois é esse fim que todos os envolvidos devem visar. Na gestão democrática o poder não está nas mãos de poucos, aliás, essa é sem dúvidas, uma das principais características desse modelo de gestão. Ela parte da descentralização e passa a ter uma visão mais coletiva sobre as políticas públicas a serem implantadas na escola. Essa descentralização provém do incentivo à participação de todos, respeitando as pessoas e suas opiniões; proporcionando um clima amistoso dentro da comunidade escolar e comunidade local. Com efeito, subentende-se que saber ouvir, respeitar e oportunizar, pode trazer mudanças positivas e significativas ao seio escolar. *Por isso, observa-se o que diz Sant’Anna pág. 45 (Planejamento, Gestão e Legislação escolar):*

“*O gestor educacional é fundamental ao apresentar uma gestão que favoreça e estimule o com- promisso da equipe, bem como que proporcione melhorias no ambiente escolar e nas relações Inter- pessoais. O gestor, na figura de alguém que “dá ordens”, vem dando lugar ao líder, ao facilitador ou ao mentor, alguém que “está junto”, que orienta, apoia e ensina.*”

Quando a escola está contagiada por esse senso de participação sócio/escolar cresce em cada participante o “SENSO” de responsabilidade. Afinal, a escola existe para desenvolver indivíduos críticos e participativos. Como já fora mencionado, é para sociedade que ele vai, e lá, precisa ser assíduo nos processos críticos e de democratização.

Para um melhor entendimento do que seja a efetivação da coletividade, faz necessário olhar com mais profundidade sua definição, bem como aponta Nogueira pág. 19 (Projeto Político-Pedagógico (PPP) - Guia Prático para Construção Participativa) quando fala de Planejamento Participativo:

“Planejamento participativo: pressupõe o trabalho de planejamento com uma associação de pessoas, que conjuntamente decidem sobre o encaminhamento de determinadas situações. No âmbito escolar, entende-se o planejamento participativo como sendo aquele em que pais, alunos, membros da comunidade, colaboradores, gestores e professores podem trazer seus diferentes “olhares” aos problemas, necessidades e objetivos da escola e de forma democrática participem dos processos de decisões. Essa participação visa gerar o envolvimento de todos nos processos educativos, o qual não é responsabilidade apenas do professor.”

A democratização da gestão escolar é oriunda da necessidade de uma fuga à escola tradicional e centralizadora. A considerar toda a discussão até aqui, já é possível depreender que o tradicionalismo não é característica dessa democratização. A mudança nesse panorama surge a partir dos anos 80. Esse período é marcado por muitas discussões políticas e isso permeia a educação. O marco mais visível desse período é a constituição de 1988. Ela e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996 (LDB) são a base para a construção do conceito de gestão democrática. Para tanto, se observa o que reza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996 (LDB) em seus artigos 14 e 15:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Percebe-se aqui a abertura, a autonomia para que a escola possa descentralizar qualquer forma de poder, quebrando o monopólio de decisões e participação no enfrentamento dos problemas. O trabalho escolar, agora, deve ser recheado das variadas instâncias dentro da comunidade escolar. Essa é a garantia mais efetiva, na forma da lei, em que a gestão democrática deve ser considerada. Agora, ela não é uma abstração ideológica, mas um produto pensado e concreto, pronto a atuar no espaço escolar.

2.2. Os Mecanismos de Participação na Gestão Democrática

Com a ideia veiculada de que a escola é um espaço dinâmico e de variada participação, é necessário conhecer como a democratização pode tomar forma. Às vezes, tem-se uma ideia abstrata, utópica da democratização do espaço escolar. Todavia, há mecanismos estruturados e sólidos para garantia da participação coletiva. Nesse conceito de gestão, esses mecanismos são indissociáveis e são a máxima garantia da participação, como faces desse modelo.

Para que a tomada de decisões seja coletiva e fuja do individualismo e centralização de poder, é necessária a existência de elementos imprescindíveis, tais como: 1) conselho escolar; 2) associação de pais e mestres; 3) conselho de classe; 4) grêmio estudantil. Vale salientar que esses não são os únicos mecanismos, mas ocupam posição de destaque.

Então, pode-se deduzir que todos esses mecanismos supracitados devem estar estruturados no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, sendo este o elemento organizador e norteador de toda prática escolar, seja pedagógica ou não.

2.3. Conselho Escolar

O conselho escolar é um veículo de representação escolar. É uma instância formada por participantes variados de todos os seguimentos da comunidade escolar. De caráter deliberativo e consultivo é um órgão de discussão que homologa ou intervém no processo escolar. Para ter sua validade concretizada, o conselho escolar precisa ter em vista uma ideia de processo educativo coerente e conciso de construção coletiva. É importante ressaltar que o corpo do conselho escolar depende das necessidades da escola, seu tamanho, levando em conta o número de classes; logo é uma configuração que pode mudar de escola para escola.

2.4. Associação de Pais e Mestres

Configurada em mais um dos mecanismos de participação, a associação de pais e mestres é constituída como proposição de aproximação da família e a instituição. Possibilitando um alcance mais para escola, de modo que ela seja efetiva e presente no meio social, como sinal de democratização da gestão.

2.5. Conselho de Classe

Sendo também um mecanismo que contempla a gestão democrática, visa a participação da comunidade na gestão no que se refere ao ensino-aprendizagem. Para melhor compreensão, o conselho de classe *“guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino, que é o eixo central em torno do qual desenvolve-se o processo de trabalho escolar”* (Dalben, 1995). Por esta via, compreende-se a necessidade do conselho de classe atuar de forma contínua, não se restringindo a apenas o final do ano letivo para deliberar sobre aprovação e reprovação de alunos. Seu papel é rediscutir a prática pedagógica, viabilizando o processo e sua tarefa escolar.

2.6. Grêmio Estudantil

Esse mecanismo visa, diretamente, efetivar a participação dos estudantes no processo escolar. O grêmio estudantil homologa essa participação, ao passo que instrui os estudantes no caminho da aprendizagem de participação política e democrática. Assim, é garantido o direito ao estudante, através dessa representação, de decidir e questionar no que se refere ao processo escolar.

2.7. Escola e Participação da Comunidade

A gestão democrática, atrelada ao planejamento participativo, gera confiabilidade e resultados positivos. Essa confiabilidade é concretizada na participação das famílias e de toda comunidade escolar. Isso revela a ideia de coletividade, reforça a instauração da democratização da gestão e garante a descentralização do poder de decisões e/ou planejamento de ações. Não obstante, como já é garantida por lei, a família, de modo especial, é peça chave no desenrolar das atividades. Sabe-se que o aluno é oriundo de um seio familiar e essa família é corresponsável pela sua aprendizagem, bem como seu acesso e permanência na escola. *Para tanto, se observa a lei de diretrizes e bases da educação nacional em seus artigos 1 e 2:*

Art. 1º a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º a educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Essa participação, não só da família, mas de toda comunidade é pressuposto pertinente da gestão democrática. Além de assegurada por lei, revela prática de utilização dos mecanismos dessa forma de gerir. Ele é elemento de participação ativa e planejada, visando sempre a melhoria da aprendizagem. Sobre essa participação dos pais, deve-se absorver sua larga contribuição, observando a desenvoltura do educando de forma mais orientada, *bem como aponta freire (2001, pág. 41):*

“**Atuação dos pais:** trazer os pais para participarem de ações diferenciadas na escola, além da convocação tradicional para reuniões de pais e colegiados. Conforme Libânio (2005), a explanação relativa a esses itens dialoga com a qualidade do ensino e comprova que tais itens dependem de transformações na prática pedagógica. Na visão do autor, a gestão escolar deve se basear em fatos, com a sistemática de avaliação, informação e análise que englobe todas as áreas, visando conseguir melhorias. As informações necessárias para a tomada de decisões e melhoras no desempenho abrangem as relacionadas aos alunos, pais, projetos educacionais, comparação com a concorrência, assim como referenciais de excelência, da comunidade, dos fornecedores, do corpo docente e dos funcionários administrativos, dos custos e aspectos financeiros, dentre outros.”

A participação ativa da família e comunidade escolar gera possibilidades de um trabalho pedagógico mais consciente, centrado no próprio aluno, que é notado pela escola, assegurando assim melhorias no ensino-aprendizagem.

No tocante a presença da comunidade e/ou família na escola, é importante que se tenha uma visão mais ampla dessa proximidade, não desperdiçando, assim, a oportunidade de uma discussão coletiva e mais profunda. Geralmente, o contato com as famílias se dá por meio de telefone, grupos de WhatsApp, e-mails, orientações para resolução de tarefas para casa, e nessas novas configurações, através das redes sociais e plataformas digitais de ensino que a escola agora possui, estas entendidas como meio de divulgação do trabalho escolar gerando um maior alcance para o público-alvo, além de dinamizar o diálogo entre a escola e comunidade escolar. Para melhor observação desses pressupostos, Freire (2001, pág. 42) aponta que:

“As reuniões de pais configuram-se como um dos meios de comunicação do projeto pedagógico para as famílias, são coletivas, de cunho geral, com o objetivo de compartilhar o trabalho desenvolvido nas diferentes séries. É importante informar os pais sobre os diversos aspectos que abrangem o desenvolvimento integral de seus filhos, bem como as possibilidades cognitivas, afetivas e sociais da faixa etária das crianças ou jovens em questão. Vale destacar a proposta didática das diferentes áreas, por exemplo, qual é o posicionamento pedagógico da instituição, qual é a abordagem educacional praticada pela escola ou que métodos podem ser explorados. A reunião de pais baseia-se no que se quer expor sobre a proposta pedagógica que a escola desenvolve e nos assuntos que causam maior ansiedade, dependendo da faixa etária na qual os discentes estão inseridos. No ensino fundamental é interessante que se trate da questão da alfabetização. Nas reuniões do ensino médio, pode-se tratar do aspecto formal da língua (ortografia, pontuação etc.). essas reuniões não devem ser organizadas como um espaço para discussão de situações específicas, como as atitudes ou etapas do ensino que algumas crianças tenham percorrido individualmente. Para isso, há a possibilidade de conversas individuais que podem ser agendadas separadamente pelos docentes, evitando que os discentes fiquem expostos.”

A ideia de aproveitamento da presença da comunidade na escola deve perpassar de situações que limitam a área de debate. Se a coletividade se faz presente no seio escolar, há uma necessidade de se perder a oportunidade com demarcações individuais, pois a discussão deve estar voltada, com amplitude, para as práticas docentes, planejamento escolar, contemplando, de modo geral, a proposta pedagógica da escola, seus anseios e os caminhos a ser percorrido junto a toda comunidade escolar. A gestão escolar democrática e participativa deve ter como primícias articular a comunidade de modo a elucidar suas experiências educativas, como pressuposto para atingir os objetivos da escola. Incluir para que as pessoas possam contribuir na manutenção física do prédio, administração de recursos financeiros e matérias são práticas plausíveis, que ilustram e evidenciam essa participação. Percebe-se aqui, que essa participação se dá forma ativa e consciente, não conceituando essa participação como meramente ilustrativa, como uma satisfação ao que reza o PPP. Ela é mecanismo efetivo, que constrói e traz bons resultados.

Vale salientar que incluir a comunidade nesse processo todo é tarefa complexa, assim como nada na gestão escolar é simples. Vale lembrar que quanto maior o grau de participação da comunidade, maior será a pluralidade de costumes e valores. Mas é dessa heterogeneidade que a democratização da gestão ganha vida, cabe a ela encontrar espaço para que a pluralidade se faça presente, de modo a enriquecer o debate, prezando sempre pelo respeito a diferença e à coletividade. Pode-se entender que a escola é o espaço que melhor comporta essa heterogeneidade, pois é célula da sociedade, que a transforma ao passo que é transformada.

3. Conclusão

No decorrer da elaboração deste trabalho foram demonstrados mecanismos nos quais a gestão escolar pode se reinventar a partir da utilização dos mesmos para contribuir de forma significativa para a construção de uma gestão aberta ao diálogo onde possa haver o melhoramento de todos os envolvidos que fazem a escola. É crucial a participação coletiva de forma que todo o agente da comunidade escolar tenha voz e vez e sintam-se protagonista na construção de um processo de ensino eficaz. Ademais são elencados elementos que possibilitam a contribuição para o progresso contínuo no tocante a ampliar esse espaço democrático dentro da realidade educacional.

A intenção deste estudo é entender o papel do gestor escolar dentro da realidade atual em que a escola precisa se reconhecer como um espaço democrático inovador. Não se pode pensar em um ambiente democrático sem, contudo, garantir a participação coletiva de todos os envolvidos no processo escolar. Para tanto, faz-se necessário a existência dos elementos imprescindíveis que deliberam para a efetivação de uma gestão democrática. Daí a democratização escolar torna-se um elemento essencial para o desenvolvimento integral do processo administrativo e pedagógico de todos que fazem a organização. Compreende-se a partir de então que uma gestão com sentimentos democráticos tem por finalidade promover a distribuição de papéis e responsabilidades para realização de um trabalho em equipe promovendo de forma colaborativa o êxito da organização escolar.

Por fim, este estudo não se exaure por aqui nem tão pouco pretende ser conclusivo, mas propõe uma reflexão constante a respeito da vivência de práticas para efetivação de uma gestão democrática e sua importância transformadora para o sucesso escolar. Mais do que nunca, discutir o processo de participação da comunidade na gestão escolar como possibilidade democrática relevante, torna-se urgente, observando as contribuições do diálogo diversificado no tocante a atuação participativa de todos envolvidos na busca de uma educação sólida e eficaz para todos.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena; ROCHA, André. **Manifestações ideológicas do autoritarismo no Brasil**, v. 2, 2013. Disponível em: < <https://play.google.com/books/reader?id=D1EODgAAQBAJ&pg=GBS.PP1&hl=pt>>. Acesso 02 de junho . 2023.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < www.planalto.gov.br >. acesso em 12 de junho de 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: _____. **Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1992. cap 1.

NOGUEIRA. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Gestão da educação escolar**. Brasília: UnB, CEAD, 2004 vol. 5.

SANT'ANNA, A. S. **Competências individuais requeridas, modernidade organizacional e satisfação no trabalho: uma análise de organizações mineiras sob a ótica de profissionais da área de administração**. Tese (Doutorado em Administração). Belo Horizonte: CEPEAD/UFMG, 2002.

SANTOS, Lindava Pessoni. **Universidade Estadual de Goiás**. Disponível em: <<https://anais.ueg.br/index.php/semintegracao/article/view/5478>>. Acesso 26 maio. 2023.

Ética, Censura e Liberdade de Expressão nas Redes Sociais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Simone Izidra Pedroso dos Santos
Discente do curso de Pós-Graduação em Ética, Filosofia e Sociologia

RESUMO:

O estudo propõe uma reflexão sobre censura e liberdade de expressão nas redes sociais, e compreende o papel da ética na mediação desses conflitos. A sociedade civil concomitantemente transforma-se em uma sociedade digital, no qual suas ações têm consequências diretas ou indiretamente em suas vidas cotidianas. Tem portanto, desafios importantes para adaptar-se a essa nova configuração digital, dentre os principais desafios está o pós-verdade nas redes sociais e imprensa, o cancelamento em massa, cerceamento de liberdade de coexistir nas redes como cidadão digital e os impactos desses eventos no indivíduo e na sociedade. Através da metodologia de análise literária sobre essas reflexões podemos concluir que, apesar das informações falsas terem impactos na sociedade, elas sempre existiram e fazem parte da humanidade. Portanto é necessário debruçar-se no estudo da ética nas redes sociais.

Palavras chave: redes sociais, censura, ética, liberdade de expressão.

ABSTRACT:

The study proposes a reflection on censorship and freedom of expression in social networks, and to understand the role of ethics in the mediation of these conflicts, at the same time, civil society transforms itself into a digital society, in which its actions have direct or indirect consequences in their daily lives. Therefore, there are important challenges to adapt to this new digital configuration, among the main challenges in the post-truth in social networks and the press, mass cancellation, restriction of freedom to coexist in social networks as a digital citizen and the impacts of these events on the individual and in society. Through the methodology of literary analysis on this reflection, we can conclude that, despite false information having impacts on society, they have always existed and are part of humanity. Therefore, it is necessary to focus on the study of ethics in social networks.

Keywords: social network, censorship, ethics, freedom of expression.

1. Introdução

A sociedade civil transformou-se em uma sociedade digital em muitas regiões do Brasil, e esse processo ainda está em andamento para muitas delas na medida que a inclusão digital avança. As comunicações entre os seres humanos são agora quase que totalmente por meio de plataformas digitais e principalmente pelas redes sociais. O processo evolutivo da ciência e tecnologia está em expansão e a sociedade ainda está aprendendo a lidar com esse novo paradigma, antropologicamente revolucionário.

Contudo, há desafios a serem enfrentados, e junto com toda comodidade, rapidez e conforto da tecnologia na comunicação e informação, surgem também movimentos abjetos de cancelamento de pessoas, de ódio, de censura e uma liberdade de expressão sem precedentes na história. O povo tem ao seu alcance o poder da fala, do pensamento e principalmente o poder de ser ouvido por milhões. Esse privilégio era poder de poucos na história. Outrora precisaria ter dinheiro, ou status para conseguir tal proeza, hoje um indivíduo só precisa de internet e de um celular.

Todavia a sociedade se deparou com problemas de educação, de ética, de liberdade e censura, numa guerra resiliente entre oligarcas de grandes plataformas e o *status-quo* político-social da manutenção do poder sobre as massas. Controlar as massas não é novo nem tampouco obsoleto. Manter os freios de uma sociedade é objeto de discussão desde os tempos antigos, antagonicamente no atual momento da história, temos uma revolução da comunicação e da informação nessa equação com a disputa do poder por esse controle.

1.1. Justificativa

Nessa transformação da sociedade civil para a digital, a sociedade vislumbrou a emancipação do conhecimento. Dada a revolução da tecnologia da informação e comunicação frente ao globalismo. No atual cenário há um conflito que emerge sobre as redes sociais e o debate entre censura e liberdade de expressão. O receio do retrocesso é iminente, a concentração de poder das redes sociais nas mãos de poucos oligarcas é um monopólio de poder de influência. Tampouco o Estado tem sido isonômico e equânime para mediar os conflitos que estão presentes nas redes sociais.

Frente aos desafios de ódio, cancelamento, *fake news*, pós verdade, censura e liberdade de expressão, cabe estudar quais seriam as políticas públicas humanitárias para coibir excessos violentos nas redes sociais entre usuários, como também políticas públicas que coibam excessos das plataformas e por parte do Estado através de seus agentes públicos.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

Estudar os conflitos éticos nas redes sociais e analisar o fenômeno do pós-verdade e censura da liberdade de expressão.

1.2.2. Objetivo específico

Objetivo:

- ✓ Identificar as razões pelas quais as redes sociais tem sido ferramenta do pós-verdade, discurso de ódio, cancelamento e censura de liberdade de expressão;
- ✓ Analisar os principais impactos dessas ações na sociedade civil que está em constante transformação;
- ✓ Refletir o papel da ética nesses conflitos.

1.3. Metodologia

Foi utilizado o método de pesquisa argumentativa e de caráter exploratório através de referências bibliográficas. Para tal objeto serão estudados em fontes secundárias como trabalhos acadêmicos, artigos, livros, pesquisas e afins.

2. Redes Sociais um Novo Paradigma

Acerca das redes sociais, essa tecnologia é muito recente se comparado a linha temporal histórica da humanidade. Essa adequação em rumo às novas tecnologias têm requerido muita resiliência da sociedade civil em lidar com esse novo paradigma. Frente a um universo de pessoas conectadas interagindo simultaneamente, a liberdade de expressão tomou caminhos que hoje a colocam em risco. Esse é um paradoxo para refletir, novas tecnologias trazem liberdade ou censura? É preciso entender como as redes sociais passaram a ser um entretenimento, para uma necessidade vital do homem moderno. Tudo começa na Revolução da Tecnologia da Informação e Comunicação.

2.1. Revolução da Tecnologia da Informação e Comunicação

A Revolução da Tecnologia da informação e comunicação é um processo de transformação social. Esse processo altera a cultura, o pensamento, a política, a educação e principalmente a maneira de como se expressar. Esse fenômeno advém da NTIC (Nova Tecnologia da Informação e Comunicação). Essas NTICs são ferramentas de tecnologias digitais que permitem interação. As interações junto à essas tecnologias podem ser diversas, podem ser B2B*, B2C*, interação com servidores para controle de estoque, sistemas bancários, administradoras de pagamentos, controle de tráfego (aéreo, rodoviário, ferroviário), entre outras inúmeras tecnologias. No entanto, aqui será tratado apenas das Redes Sociais que a exemplo de uma NTIC, sua importância vem crescendo exponencialmente na sociedade partindo de uma simples interação social entre amigos, para transmutar-se em ferramentas das mais importantes para o *business* de publicidade, propaganda, *e-commerce* entre outros, além de tornar-se a nova *Ágora* onde os principais debates sociopolíticos acontecem.

É fato que a Revolução da Tecnologia da Informação e Comunicação foi uma evolução extremamente positiva para a globalização se consolidar no mundo. Com ela a humanidade obteve acesso ao conhecimento de tecnologia, informação, cultura, e diversas ciências

se desenvolveram a partir desse evento. A internet é definitivamente uma tecnologia que a humanidade não poderá mais abdicar-se dela, pois ela já está inerente à sociedade em seu cotidiano, suprimi-la é impraticável, ela é indelével. É importante adaptar-se a essa realidade, entendê-la como ferramenta e compreendê-la em seu papel social, e seu serviço prestado à sociedade como agente de transformação.

Não há dúvidas que com a Revolução da NTIC, foi atribuída muitas vantagens à sociedade, mas fato é que também há muitas desvantagens com o advento do surgimento dessa sociedade digital e globalizada. A exemplo dessas desvantagens observa-se:

- ✓ Declínio das mídias tradicionais: grandes veículos de comunicação da mídia tradicional (jornal, rádio, revista e televisão) sofreram brutalmente perdas de faturamento com a migração de seus consumidores para as TICs. Grande parte dos veículos de comunicação como emissoras, revistas e editoriais que não se adaptaram rapidamente à interatividade transmidiática, reduziram brutalmente seu faturamento;
- ✓ Horas extensivas de conexão à rede social ou jogos online (acarreta prejuízo à saúde física, social e psicológica);
- ✓ Falta de ética nas redes sociais: (disseminação de notícias falsas, exposição de conteúdo sensível, hackers, estelionato digital, discurso de ódio, grupos de apologia ao suicídio, à pedofilia, ao racismo, à homofobia e radicalismo político).

A sociedade digital frente a esses desafios ainda não conseguiu desenvolver maturidade o suficiente para lidar com esses problemas modernos. É também verdade que essas novas tecnologias trouxeram a democratização através do acesso à informação. Ao passo que o acesso ao conhecimento era centralizado à elite. Essa classe social ditava as regras daquilo que poderia ou não ser consumido pelas massas, usando os veículos da imprensa como apaziguadores e detentores da conformidade social. Antes a grande imprensa considerada até então o 4º poder, exercia nas massas grande influência, atualmente esse poder se trespassou à internet e principalmente para as redes sociais. Indubitavelmente essa é de longe uma vantagem que supera as pretensas desvantagens, conforme as perspectivas de uma sociedade em evolução tecnológica.

Essa premissa de evolução na sociedade rumo ao livre debate não tem a mesma clareza evolutiva como ocorre comumente na tecnologia propriamente dita. À medida que a censura avança, é impossível que a sociedade evolua na sua totalidade de vontade de potência. A censura inibe a manifestação do próprio ser humano como uma espécie antropologicamente tricotômica*. A evolução da sociedade é a manifestação dessa vontade de potência de cada indivíduo. Cada indivíduo com suas questões inerentes ao materialismo histórico, mas inexoravelmente também anseios peculiares a outros sentidos, que não somente pode ser observado na crítica da razão prática. Esse terceiro elemento não pode ser abordado cientificamente de forma coesa, por isso é comumente ignorado pela academia científica. Desse modo um objeto é dado como inexistente pela incapacidade de explicá-la ou compreendê-la. Entretanto as decisões da sociedade, são tomadas a todo tempo por indivíduos levados por razões práticas mas não raramente por sentimentos outro.

2.2. Algoritmos de Agrupamento

Na sociedade há convivência com os diferentes. Não há como conviver somente com quem se tem afinidade, e isso corrobora para formar o carácter compassivo e plural de uma sociedade democrática. Seja a diferença física, intelectual, social, cultural, religiosa, política ou econômica, é saudável que todos possam conviver com suas diferenças, respeitando cada um, o direito do outro, garantindo que assim o seu direito também seja respeitado. Desta forma a sociedade amadurece, ao passo que também amadurece a democracia na respectiva sociedade.

Nas redes sociais o inverso disso acontece. As plataformas utilizam algoritmos de agrupamento para identificar características ou propriedades semelhantes para agrupar preferências ou requisitos a fim de direcioná-los aos usuários. O objetivo da plataforma é claro proporcionar uma experiência mais agradável possível ao seu usuário, aumentando com isso o acesso ao conteúdo que o algoritmo identificou como satisfatório e limitando o acesso ao que supostamente o usuário teria maior aversão.


K-Means é o algoritmo mais conhecido, cuja implementação é mais corriqueira. Então esse algoritmo pode estar em diversas NTICs e não somente nas redes sociais. Pode ser desde um e-mail para identificar Spam, como está fortemente na publicidade e no marketing, como exemplo no buscador de pesquisa, oferecendo publicidade de acordo com o objeto já pesquisado. As plataformas utilizam a análise de agrupamento também na ciência de dados para obter conhecimentos específicos e assim conceber análise crítica. Podem encontrar dados habituais e não habituais.

Esses algoritmos de agrupamento criam “bolhas” nas redes sociais, ou seja, limita o usuário a ter contato com o diferente, e o prende no nicho de suas redes e preferências. Diferente do mundo externo onde convive com os diferentes, que conseqüentemente aprende a respeitar e a viver em paz na sociedade. Na rede social só convivem os iguais, os que pensam igual e tem as mesmas opiniões, isso os condicionam à intolerância e à pobreza cultural, político-social.

Se um sujeito está preso numa “bolha” da internet, recebendo informações sempre dos mesmos núcleos tendenciosos, este indivíduo tende a ter uma visão parcial daquilo que o cerca, pois seu olhar está limitado somente até onde sua bolha alcança. Se os algoritmos o limita a oferecer conteúdo somente daquilo que ele sempre consome, este tende a ser um ciclo vicioso, e o único jeito de romper essa bolha, seria sofrer uma influência exterior, ou de alguma forma esses algoritmos consigam programar inteligentemente a ruptura dessas bolhas.

3. O Ódio nas Redes Sociais

Naturalmente o ódio e o cancelamento não são novidades para a humanidade. Essas ações já permeiam as sociedades desde a antiguidade. Sêneca escreveu um livro dedicado somente a isso, intitulado “Sobre a ira”, e há um trecho que representa bem o ódio exacerbado do povo frente a um espetáculo popular.

 *Por que o povo está irado com gladiadores, é tão injusto a ponto de se achar injustiçado se eles não morrem alegremente”? (SÊNeca I-II,4)*

Veja como Sêneca atribuiu ao povo, a vontade injusta e também a ira. Contudo, a morte dos gladiadores não é em absoluto culpa do povo, mas do Estado que os submetiam a lutarem até a morte. No entanto, a espetacularização do evento com anuência dessa população, condicionava a perpetuação dessas ações. Mas a pobreza de espírito de um povo, deve-se ao Estado, que importa que permaneçam leigos, portanto debaixo de sua lei, e na ordem e moral do Estado que o constituem. Contudo, se este for um tirano, um poder imoral o cauciona. Ora o povo governado por um imoral é também imoral, não por essência mas por consequência da razão, pois torna-se incapaz de conhecer o que é bom e justo. Portanto o povo não é culpado da própria ignorância, mas vítima da desinformação daquele poder estabelecido. Não obstante diante da verdade o povo escolhe a tirania, porque é mais fácil amar a ignorância, ele se auto condena à escravidão do poder tirano. Óbvio que Sêneca usa uma figura de linguagem para dar ênfase à ira daquele povo, que tinha como entretenimento a morte daqueles lutadores. O ódio é intrínseco à natureza humana, no entanto a narrativa que os levam a odiar, pode ser facilmente conduzida por agentes externos. Pode ser direcionada, manipulada, exacerbada, mitigada ou apenas controlada.

Frente a espetacularização das Redes Sociais temos um evento muito análogo. Amor, paixão, ódio, aversão, adoração e repulsa. Isto posto numa arena virtual, as redes sociais onde os “*gladiadores cibernéticos*” serão amados e odiados intensamente por milhões de internautas, em casos extremos esses sentimentos ultrapassam as redes e escoam em suas vidas pessoais, interferindo diretamente em suas amizades, familiares, escola, faculdade e vida profissional.

Para tentar entender o comportamento diante das redes sociais, é preciso tratar daquilo que impulsiona, do sentimento que move o ser humano para uma atitude racional ou irracional. Thomas Hobbes conceitua a aversão como o desejo da ausência do objeto, afastar-se de. Já o ódio é a paixão irracional na presença do objeto, e a ira é o desejo de vingança. A seguida veja o que ele diz a respeito:

“Os seres humanos desejam aquilo que amam, e odeiam coisas pelas quais têm aversão. Assim, desejo e amor são a mesma coisa, só que, com desejo significamos sempre a ausência do objeto e, com amor, sua presença. Assim também, com aversão significamos a ausência e, com ódio, a presença do objeto”. (Thomas Hobbes, pag.49)

Quando esse “*desejo*” é canalizado nas redes sociais, acontece o fenômeno. O objeto do desejo é amado intensamente, ou odiado intensamente dependendo do contexto que o precede.

Segundo Aristóteles, o homem é um ser social e precisa pertencer a uma coletividade. Então na sociedade é natural fazermos associações, seja ela igreja, grupo de dança, grupo de teatro, grupo de estudo, fã clube, Ong., partido político, torcida de competição esportiva e várias outras agremiações. Nas redes sociais isso não é diferente, há também a tendência do pertencimento, da aglomeração dos iguais, das afinidades. São eles sites de namoro; grupos de mensagem instantânea; canais de vídeo e comunidades de redes sociais... Naturalmente a afinidade é um ensejo para uma amizade, ou para um flerte. Comumente busca-se ter esses vínculos afetivos, além dos que já se tem com familiares...

Não obstante as redes sociais em posse desses dados, para tornar a experiência nas redes sociais mais atraente, essas plataformas têm criado bolhas de diversos aspectos sociais, tornando o usuário cada vez mais intolerante. Mas quando ocorre a aversão ao objeto, este odiado vira alvo numa cadeia, escalada de vários segmentos das redes, que infelizmente não é exaurido na internet. O agente que odeia é comumente de grosso modo, chamado nas redes sociais de *haters*. Todavia esses *haters* podem aglutinar-se em grupos orgânicos ou organizados nas redes sociais para destinar ofensas, calúnias e difamações. Uma frase mal colocada, uma opinião não compreendida pode gerar essas reações. Mas há algo ainda pior que os *haters*: o cancelamento.

3.1. Cultura do Cancelamento

É a ação de extinguir o valor moral de uma pessoa, com objetivo de interferir na vida além do âmbito virtual, mas em toda forma de vida social em sua realidade. Grupos direcionados para ações como de boicotar empregos, patrocinadores, financiamentos, até que a pessoa cancelada não tenha obtenção de recursos financeiros. Além do dano financeiro, o cancelamento se dá também na agressão moral, aversão, dissociação, causando perda de vínculos sociais. Essa atitude de agressão moral é tão grave que pode levar uma pessoa cancelada a pensar no suicídio como escape daquela situação.

O ataque por vezes é articulado por uma pessoa influente, (imprensa *means-stream*, digital *influencer*, celebridade, político, etc.). Este interlocutor, movido por uma pauta ou uma agenda, escolhe o alvo e direciona o ataque mediante um fato ou factóide. Independente se a acusação é verdadeira ou falsa, seus seguidores são convencidos irracionalmente do “crime” e imediatamente o objeto odiado sofre o cancelamento. É um ato de justificação moral.

Uma personalidade pública pode sofrer um cancelamento, no entanto uma personalidade influente é comumente, quem pode engendrar um cancelamento. Isso porque a ação do cancelamento requer uma atenção preliminar que somente uma pessoa influente pode suplantar. Não significa que um internauta anônimo não consiga engendrar um cancelamento, pode ocorrer, mas o sucesso do ato só toma proporção considerável quando é aderido por uma personalidade influente.

A narrativa transmidiática advém dessas personalidades que de um modo geral detêm algum nível de confiança ou credibilidade, mesmo que só apreciada por seus seguidores, é o suficiente para gerar o “efeito manada”. Toma proporções exponenciais pois a própria estrutura das redes permite qualquer assunto ou tema possa ramificar em outros diversos nichos.

O efeito manada é uma teoria de Dan Ariely que faz alusão a uma ação de fuga coletiva de animais da mesma espécie, seguidos pelo líder ou pelo coletivo. Na psicanálise esse fenômeno não é atribuído somente às redes sociais, mas é anterior à ela. Basicamente o comportamento de manada é uma ação ou pensamento espelhado no líder ou na maioria do grupo.

Nas redes sociais esse fenômeno comportamental de manada está presente na cultura do cancelamento. Esse líder influenciador pode ser a imprensa, uma celebridade, uma figura política, uma instituição, ou até mesmo uma organização internacional.

Raras são às vezes em que o cancelamento discorre de um internauta sem relevância. Mas as ações posteriores de disseminação são de internautas anônimos, também como de vasculhar postagens antigas, para encontrar acusações para direcionar ataques e alimentar ainda mais a rede de cancelamento. Mas ocorre também nos grupos políticos, que de forma articulada são orientados a promover o cancelamento para desgastar a imagem do oponente.

É verdade que o comportamento de manada também tem a tendência de seguir a maioria. O ser humano como forma de preservar energia e poupar o trabalho da busca pela verdade, ele tende a supor que a verdade já foi desvendada e estabelecida, e a maioria que supostamente já se deu o trabalho de refletir sobre aquilo, já aprovou ou desaprovou o que ele desconhece de fato. Ele segue então a maioria na cegueira de suas decisões, com uma fé pública de que os outros já decidiram o que é moral ou não para a sociedade.

Outra questão que se impõe no debate público a respeito da ética nas redes sociais, é a presença de *bots*. Bot é um robô da internet cuja função é pré-determinada para executar tarefas automatizadas repetitivamente. As plataformas das redes sociais asseguram que já há mecanismos para coibir esses artifícios, como revalidar contas e bloqueios de contas não validadas. Portanto essa questão já foi superada e esse recurso não causa o mesmo efeito quanto ao efeito manada. Isso porque é muito fácil identificar um *bot*. Os internautas percebendo que se trata de um Bot, perde o interesse e é desengajado. Não tem a mesma relevância, que um digital *influencer* ou uma celebridade famosa.

A problemática da cultura do cancelamento se impõe. É um debate que precisa ser enfrentado concomitantemente com a ética e não com a censura das redes. O cancelamento causa sofrimento, e o boicote tem o objetivo de extrapolar as plataformas e prejudicar o objeto cancelado em sua vida econômica, político-social. A vexatória e excessiva exposição, pode levar o sujeito a depressão e ao suicídio, além de causar profundo sofrimento nas famílias da vítima.

O efeito da cultura de cancelamento além de cancelar um sujeito da vida pública, visa também alcançar uma censura velada até alcançar uma espiral do silêncio.

3.2. Espiral do Silêncio

A teoria da espiral do silêncio formulada pela cientista política Elisabeth Noelle-Neumann aborda, como a opinião pública pode ser uma forma de controle social. O medo de discordar das opiniões dominantes se dá basicamente pelo medo da exclusão. Rejeição e isolamento do meio social.

Essa teoria aplicada também nas redes sociais pode explicar o porquê o cancelamento é eficaz para promover a censura. A opinião divergente da opinião dominante pode acarretar num possível cancelamento, opta-se então por abdicar de sua liberdade de expressão, mesmo na possibilidade ou certeza que a maioria está equivocada.

Ainda que um fato social de escala absurdamente imoral ocorra, de caráter nitidamente errôneo, ou mesmo antiético. Se a maioria da sociedade consentir, dar esse fato como provável, um indivíduo apenas não terá coragem de se manifestar contra o fato, por mais absurdo que esse fato seja. A menos que esse consciente das retaliações se aventure a sofrer as consequências da aversão e exclusão de seus pares.

A cultura do cancelamento tem esse braço estrutural em seu funcionamento. Pois a discordância de opinião só tem dois caminhos nas redes sociais, a censura através da espiral do silêncio, ou as consequências de sofrer o cancelamento pela opinião divergente.

Um digital *influencer*, uma celebridade famosa, uma organização sem fins lucrativos, um político populista, uma instituição conceituada público ou privada, cada um deles pode ser considerado um líder do comportamento de manada.

Esse líder pode estabelecer um status de opinião sobre determinado objeto. O efeito manada tende a apoiá-lo sem senso crítico da ação, pois o considera moralmente elevado para estabelecer o julgamento das ações ou opinião, de modo que ninguém do grupo poderá discordar do líder moralmente elevado, pela suposta punição moral do próprio grupo. Ocorre então a omissão do contraditório, quando alguns do grupo, ou muitos deles exprimem a opinião com o medo do desagravo, foi estabelecido a espiral do silêncio.

Hipoteticamente um líder do comportamento manada não se opõe à espiral do silêncio, ele poderá levar uma massa de seguidores a viverem uma censura e a praticar a censura, portanto tendem a concordar com tudo que é antiético. Mas se hipoteticamente esse líder do comportamento de manada se opor à opinião dominante do próprio grupo que lidera, ele próprio sofrerá o cancelamento das massas. No mínimo sofrerá retaliações.


O imprescindível é encontrar o cerne da questão. Todos precisam adotar uma postura ética nas redes sociais. Do líder à massa. Das instituições à plataforma. Não subjugar a liberdade de expressão, mas dar parâmetros para usufruí-la com respeitabilidade. Abolir as práticas de cancelamento que nada tem acrescentado de virtuoso à sociedade, tampouco às redes sociais.

A censura impede que a maiêutica aconteça. Maiêutica é um método filosófico e socrático de perguntas sucedidas de demais perguntas até que ocorra o parto das ideias. Na conjuntura atual das redes sociais, qualquer pergunta pode ser interpretada como uma violação ou uma afronta. As ideias não concebem, mas se mitigam na censura pré-estabelecida, no medo do cancelamento e na espiral do silêncio.

Outra forma de manter a sociedade digital em tribos selvagens, se alimentando de ódio contra a pluralidade, a diversidade, e a inclusão de minorias, são os chamados algoritmos de agrupamentos. Eles criam bolhas sociais, e retroalimentam as mesmas ideias sem oportunidade de descobrimento.

4. Desinformação e Radicalização

O perigo de consumir sempre as mesmas páginas de redes sociais e os mesmos canais de informação é ocorrer o desconhecimento da realidade, ou seja, consumir desinformação. O problema é que esse fenômeno pode acarretar em credulidade e fé cega na inverdade. *Retomando à Thomas Hobbes há um trecho que ele incrivelmente parecer descrever as redes sociais:*

 *O desconhecimento das causas predispõe o homem à credulidade, fazendo-o mesmo crer em coisas impossíveis. Não sabendo de nada que as conteste, consideram-nas verdadeiras, pois são incapazes de detectar sua impossibilidade. A credulidade, uma vez que os homens*

gostam de escutar em grupos, conduz à mentira; a ignorância, sem malícia, leva o homem a acreditar em mentiras e a repeti-las, algumas vezes inventando-as, até.” (Hobbes pag. 89)

Esses algoritmos de agrupamento implementam clãs digitais, alimentando-os com as mesmas informações tendenciosas. Tendem a restringir o pensamento para um determinado aspecto de visão de mundo, de ideologia, de filosofia e limita o conhecimento. Ficam condicionados ao pensamento único, sem pontos divergentes para possível reflexão. Sem a maiêutica, não há parto de novas ideias, não há evolução do pensamento do ser humano e sua existência no mundo. Portanto a sociedade fica estagnada, sem evoluir para uma sociedade digital com ética.

Esse *modus-operandi* das plataformas, tem boa intenção de proporcionar boas experiências aos usuários, de satisfação e acesso às afinidades, no entanto têm produzido “*cavernas de Platão*”. Aquele escravo acorrentado de costas para o mundo real, é cada internauta que se nega conhecer a realidade, conhecer o exterior à ele mesmo. Ele está condicionado a olhar somente as sombras, e externar toda sua agressividade quando é chamado a conhecer a verdade. Não obstante essa caverna de Platão, faz alusão à chamada “*bolha da internet*” e a agressividade desses grupos em imiscuir-se às opiniões.

É notória a radicalização na sociedade, advinda primeiro da sociedade digital, e emerge para a sociedade civil. Há portanto uma correlação no consumo de desinformação, condicionamento de bolhas ideológicas e a consequência da radicalização. Aquele que está radicalizado, tem plena certeza de sua assertividade, ainda que tenha consumido informação de fonte insegura ou desinformação, ele se considera conhecedor da verdade. Qualquer contraponto ou divergência de opinião, é para ele um atentado contra a verdade. Tende a reagir com truculência. A descredibilização da imprensa tradicional tem reforçado exacerbadamente o efeito desinformação. Por vezes ela própria promove notícias com omissões relevantes dos fatos, e gera um ciclo maior de desconfiança, condicionando a sociedade a procurar cada vez mais, veículos alternativos para consumir notícias importantes.

Outra ferramenta que corrobora a radicalização da sociedade nas redes sociais é sem dúvida o pós-verdade. Pós verdade é uma ação de comunicar um fato com omissões de dados importantes, distorções da realidade para indução ao erro ou para apelo excessivo à emoção, a despeito da verdade objetiva. Essa distorção cria narrativa que não necessariamente se comunica com a verdade, mas com a omissão dela. É também uma ferramenta da desinformação. Este fenômeno não é exclusividade das redes sociais, ao contrário é comumente usado por diversas mídias, inclusive pela imprensa. É bastante comum um factóide da imprensa tornar-se assuntos mais comentados nas redes-sociais, e o contrário também ocorre.

4.1. Imprensa e as Redes Sociais

Durante décadas a imprensa foi considerada o 4º poder. Dentre os poderes constitucionais estão os três poderes, *são eles*: poder executivo, poder legislativo e poder judiciário. O poder da imprensa dava-se na influência da comunicação e informação. Essa influência é exercida principalmente na edição dos noticiários, na escolha do quê reportar e como

abordar a notícia. O poder da imprensa é tão grande que um noticiário pode influenciar debates no congresso e pautar leis. Essa influência sobre os espectadores é, em suma, o mais importante. O espectador pode ser facilmente manipulado e até mesmo aculturado. Outros meios de influenciar a cultura são os filmes, novelas, propagandas e programas de auditório.

Esse poder de influência rendeu às mídias tradicionais fortunas a ponto de tornarem grandes impérios. Desses impérios grande parte da imprensa no Brasil pertence a dois ou três grandes grupos, entre emissoras de televisão, rádio, revista e jornal constituem monopólio das mesmas famílias. Portanto o poder de influenciar toda uma sociedade em mãos de uma pequena elite. Mas com a revolução das NTICs esses impérios foram ameaçados. Com a internet e as redes sociais, esse 4º poder perde parte da influência, consequentemente perde recursos financeiros além de capital humano.

A luta para censurar a internet, bem como censurar as redes sociais, tem vários adeptos. *A quem interessa a democratização da informação e comunicação do cidadão comum?* A emancipação do cidadão não é desejável a nenhum dos 3 ou 4 poderes. Manter o monopólio da informação, comunicação e consciência é questão de sobrevivência para muitos *lobbies*. Como a internet e as redes sociais são indelévels, resta tentar censurá-las ou no que for possível regulamentá-las.

Uma vez a internet regulada, censurada ou mitigada, a imprensa tradicional espera ter expectativas de retomar o monopólio da informação. Classificar e censurar toda informação que não advém da imprensa como notícia falsa, já é uma ação corriqueira feita por agentes subalternos da própria imprensa. As agências de checagem são braços desses veículos que querem retomar o poder do monopólio da informação e comunicação, mesmo à custa da censura.

No Brasil a ditadura militar censurou palavras de jornalistas e artistas. Nas Diretas Já, muitos deles protestaram a favor da liberdade de expressão e redemocratização. O cenário atual do Brasil ainda numa democracia, acontece o oposto. Artistas e jornalistas manifestam apoio às medidas de censura das redes sociais decretada por um poder supremo. Não parece arbitrário quando o interesse é retomar o poder do monopólio da informação e comunicação.

A virtude está no caminho do meio. Não é censurar, nem regulamentar com força rígida. O caminho é a ética. Através da educação, conscientização das plataformas e dos usuários. E de modo algum, poderes institucionais podem sem a força da lei constitucional censurar qualquer plataforma ou usuário que não esteja constitucionalmente transgredindo a carta magna de seu país. As leis devem ser observadas dentro e fora das redes sociais.

A sociedade é líquida e as NTICs assim como as redes sociais é um caminho sem volta. A tendência é tudo digitalizar e a interação do homem com a máquina, é uma realidade iminente com a internet 5G, e futuramente até 6G. A imprensa como era antigamente não será mais possível. As novas gerações verão a imprensa tradicional como obsoleta, e a interação virtual em tempo real será cada vez mais comum.

A única forma para a imprensa tradicional se manter economicamente saudável, é adotar o universo transmidiático. Através das mídias transmidiáticas interagindo entre si e com seu público líquido, a imprensa não só se renova, mas se transforma.

Para a imprensa continuar competitiva e se manter relevante na sociedade é necessário entender esse processo de transformação social. Uma sociedade paralelamente digital, não necessariamente se divide em públicos distintos, mas que coexistem. É verdade que a massa de jovens atualmente se direciona mais para a interatividade na internet, não obstante o público migratório, outrora consumidor de jornal e televisão, é um público que reconhece o valor agregado nas mídias tradicionais, é portanto um público transmidiático. Veja que esse público não necessariamente deixou de consumir a mídia tradicional para consumir somente conteúdo da internet, mas ele interage com esses mundos concomitantemente.

O universo transmidiático consiste na interação entre mídias. É a interação entre rádio, televisão, jornal, história em quadrinho, sites, aplicativos e redes sociais. A exemplo dessa interatividade transmidiática, temos no Brasil uma antiga rádio que eficientemente compreendeu a liquidez da sociedade atual, e adotou a estratégia de interagir rádio com a internet. A estratégia deu tão certo que fundou também uma emissora. A contramão das outras que estão falindo. A principal estratégia foi a visão da empresa, dar atenção para um público sedento das redes sociais, transitar entre os mundos digitais. Dessa forma ela consegue interagir no universo transmidiático, absorvendo públicos em diversos nichos paralelamente. É bem verdade que o crescimento do veículo e da audiência é validação do conteúdo pelo próprio consumidor. Uma ferramenta desse universo, é a chamada narrativa transmidiática.

A narrativa transmidiática é o conteúdo que transita ou interage em múltiplos canais de mídia. É comum atualmente programas televisivos serem exibidos nos canais de vídeo na internet, assim como programas de rádio serem exibidos na TV e na internet. Também é comum Podcast e vídeo da internet virarem notícias e provocarem debates na televisão. Essa interação é fundamental para que os veículos de comunicação se adaptem a esse universo transmidiático e se mantenham relevantes em ambos veículos de mídia. Desse modo, a imprensa pode manter-se ativamente nos debates sociais.

No entanto é inexorável a ruptura do monopólio da informação, comunicação e respectivamente da influência, com o aumento da democratização no acesso à internet, no processo de inclusão digital.

4.2. Liberdade de Expressão

A democratização do acesso à internet emancipou muitas consciências, ao mesmo tempo em que a rede social alienou muitos outros à conteúdo fútil. Contudo, melhor é a liberdade do que a censura, liberdade de expressar é importante, mas tão importante quanto, é a liberdade de ouvir. O cidadão sempre deve ter a sua escolha, nunca o burocrata. Mas é necessário atentar as ressalvas para uma saudável transformação da civilidade nas redes sociais. Ética é a resposta.

A respeito das escolhas sobre o direito de expressar, mas também o direito de ouvir, Marilena Chauí aborda sobre a ideologia da competência, que refere-se sobre a divisão social entre os competentes (científico, técnico, religioso, político, artístico) estes podem falar, e os incompetentes que não sabem, só obedecem. Embora nesse artigo ela refere-se a crítica à imprensa, num contexto das redes sociais, é exatamente assim que procede. Sobretudo o artigo de Chauí diz que, a opinião que não seja de um especialista, é completamente desconsiderada ainda que a opinião seja um parecer científico. Com relação à

imprensa, o discurso competente tem um agravo, o especialista precisa ser legitimado pela imprensa, caso contrário também poderá ser descredibilizado.

No entanto, há uma problemática no Brasil que precisa ser depurada. A educação. Embora a imprensa tomou para si a tutoria de decidir o que você deve ouvir e as plataformas de redes sociais o que você pode escrever, essa tomada de poder foi possível através da ideologia da competência, devido ao baixo nível educacional no Brasil, a elite tomou para si, a incumbência de educar os leigos editando as informações que você pode ouvir, e as plataformas editando o que você pode falar e publicar. Veja que a ideologia da competência nada tem a ver com ética, e sim com quem têm o direito de falar e ouvir. Não obstante é interessante que a narrativa seja a violência nas redes sociais e não sobre controle de competência.

Infelizmente a realidade é que a educação reflete na forma como o cidadão enxerga o mundo. O analfabetismo funcional é aquele cidadão que têm a formação escolar, no entanto não compreende o mundo, não desenvolve, nada produz nem para si, nem pra sociedade.

Zygmunt Bauman nos apontou a liquidez do mundo nas redes e como todas as relações estão cada vez mais superficiais. Desde um relacionamento conjugal até as relações práticas da vida. E ao inserir a educação nessa problemática no mundo líquido, constatamos pessoas cada vez mais superficiais e impossibilitadas de refletir sobre questões mais profundas.

5. Problematização da Educação e Ética nas Redes Sociais

O escritor e psiquiatra Augusto Cury afirma que estamos na era da informação e da informatização, contudo a inteligência não está sendo desenvolvida, e tampouco nessas últimas décadas houve formação de grandes pensadores no Brasil, *com raras exceções é claro:*

“*Ao que tudo indica, as pessoas do século XXI serão menos criativas do que as do século XX. Há no ar um clima que denuncia que os seres do futuro serão repetidores de informações, e não pensadores. Serão pessoas com mais capacidade de dar respostas lógicas, porém menos capazes de dar respostas à vida, ou seja, com menos capacidade de superar seus desafios, de contemplar o belo, de lidar com suas dores, enfrentar as contradições da existência e perceber os sentimentos mais ocultos nos outros. Infelizmente, terão dificuldade de proteger a sua emoção e estarão propensas a se expor a doenças psíquicas e psicossomáticas”.* (Cury, Augusto pág.22)

Para ele, o problema está no sistema educacional que não compreende o processo de formação do pensamento. O outro motivo é a valorização dos aspectos exteriores do ser humano (estética física e consumo de produtos). Ora se a sociedade está ficando menos inteligente, pode-se constatar que além dos fatores elencados pelo Augusto Cury, há uma necessidade de exercer uma dialética saudável na sociedade e com isso, desenvolver o pensamento com suas respectivas soluções, invés de retrair-se e padecer psicologicamente.

É inegável que com o advento da pandemia, tivemos no Brasil um retardo na educação. Mas até antes disso, os estudos já demonstravam que o Brasil ocupava os últimos lugares no ranking mundial de desempenho escolar, levantamento feito pelo Pisa (avaliação educacional de escala mundial) em 2018. Os dados mostram que dos 79 países participantes (OCDE e países parceiros), a colocação do Brasil em leitura foi 58º lugar, em matemática 71º e em ciências 67º. O estudo indica que os principais motivos desse péssimo desenvolvimento estão na cultura do *bullying* e na baixa frequência escolar. A divulgação da avaliação do Pisa 2022 será em 2023, portanto o reflexo da pandemia poderá ser demonstrado nas próximas avaliações subsequentes.

Segundo um estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) de 2004 até 2014, cerca de 80% do percentual do investimento público por estudante em relação ao PIB per capita (%) eram destinados para manutenção do Ensino Superior, enquanto que cerca de 20% apenas eram destinados para o ensino Fundamental e Médio. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil destoa do resto do mundo com relação à proporção de investimento no Ensino Superior. Enquanto que no mundo a média de gasto é de 1,5 vezes mais que no ensino médio, no Brasil gasta-se 3,63 vezes mais do que o ensino médio. Embora de 2011 a 2014 tenha aumentado mais de 100% o investimento direcionado ao ensino médio, a despeito do ensino fundamental, o desempenho manteve-se estagnado, enquanto que o ensino fundamental demonstrou melhora.

De acordo com o INEP e divulgado pela OCDE, o Brasil aumentou os investimentos públicos em educação nos últimos anos. Em porcentagem do PIB, está dentro da média dos países membros da OCDE. No entanto, o desempenho da educação continua entre os piores. Essa é uma problemática passível de muita reflexão, sobre metodologias de ensino, mas também sobre as transformações da sociedade nessas últimas décadas, a inclusão e exclusão digital e como o aluno insere este último, em seu método de estudo e aprendizagem.

Diante desse quadro clínico, o péssimo desempenho da educação do Brasil, é possível atribuir o consumo de cultura inútil pelas plataformas digitais, como um dos fatores relevantes para o péssimo desenvolvimento da educação no Brasil, *principalmente no Ensino Médio na população adolescente?* Não é uma questão a ser desprezada, mas é importante comparar se os estudantes que tem os melhores desempenho na educação, tem uma cultura de valorização de estudo e capacitação de ingressar no mercado de trabalho no topo de suas ambições. Esta é uma consonância de objetos consolidada nos estudantes mais bem colocados, assim como a cultura dessa valorização nesses países que melhor colocação estão no *ranking* de educação mundial. Os melhores colocados no ranking são os países asiáticos, a China em primeiro lugar. Sem dúvida para o chinês sua colocação no mercado de trabalho, assim como a preocupação de gerar renda é primordial entre chineses. Tanto que em sites de namoro na China, o holerite ou extrato bancário é item de sedução para atrair um relacionamento confiável. De modo que isso tornou culturalmente aceitável que os melhores companheiros sejam os mais bem sucedidos financeiramente. Ao contrário do que muitos pensam, o chinês é muito tradicional. Geralmente namora para casar, por isso é tão importante saber se o candidato ao namoro está apto financeiramente para constituir família. Isso pode explicar o porquê há uma cultura intrínseca de estudar, e buscar a estabilidade financeira. Além óbvio de outros fatores auxiliares.

Em suma o Brasil com essa problemática histórica na educação, precisa identificar o porquê apesar de investimentos não consegue se desenvolver nos estudos, e produzir grandes pensadores, grandes tecnologias. O alto consumo de redes sociais pode ter alguma influência no desinteresse dos estudantes que *não veem perspectivas de futuro*? Geograficamente falando há ambientes desanimadores, cujo incentivo para estudar ou empreender é absolutamente zero. Nesse sentido, a probabilidade desse adolescente desperdiçar seu tempo com inutilidades digitais é tangível, do que ele se dedica a um projeto sem perspectivas de ingressar a qualquer meio profissional pela condição de escassez de oportunidade no mercado de trabalho. O que resta a muitas regiões do país é o subemprego, privilegiados quando têm.

Nesse sentido as plataformas digitais estão condicionando estes adolescentes a consumirem mais e mais seus conteúdos, e estes não conseguem focar nos estudos, atividades físicas, e outros.

Não se pode eximir que a questão cultural de percepção de futuro é muito importante. O jovem que tem oportunidade, tem esperança. Mas é necessário direcionar esses jovens para ambicionar para si, um futuro estável. Esse trabalho cultural pode ser trabalhado nas escolas, com os professores. Não imiscuindo o aluno dele utilizando redes sociais, isso jamais seria correto, mas conscientizando que ele precisa separar alguns minutos, ou horas do seu tempo, para focar nos estudos, pensar no futuro e se planejar. Políticas públicas direcionadas a cursos técnicos profissionalizantes e faculdades gratuitas podem gerar perspectivas de vida melhor nesses jovens. Claro que em certas regiões vai além da educação, o poder público precisa levar infraestrutura e desenvolvimento para atrair o progresso para essas regiões, gerando desenvolvimento e empregos.

Outra realidade da desesperança do jovem brasileiro entra nas questões alto índice de depressão, ansiedade e infelizmente suicídio. O diagnóstico é uma massa de juventude apática que vive somente na rede social, enquanto que a relação interpessoal com amigos e família, acaba esvaindo-se, somada com o cotidiano moderno e fugaz do nosso mundo líquido.

O fato é que com essa transformação da sociedade civil para inclusão numa sociedade digital, temos o problema do pós-verdade. Mas a desinformação não é exclusividade das redes sociais. A desinteligência do ser humano avança ao passo que a inteligência artificial da máquina avança também. Há muitos fatores para esse fenômeno. Comodismo, conforto, facilidade, mas a desinteligência do ser humano através das plataformas digitais, é um fator que deve ser considerado de agora em diante.

Na Ética a Nicômaco, Aristóteles afirma que o homem desprovido de razão não exerce a escolha, é levado pelo desejo ou paixão. Ou seja, suas ações são tomadas pelos sentimentos que lhe aprazem, e não por uma razão lógica.

“É por isso que a escolha não pode existir nem sem o intelecto e pensamento, nem sem uma disposição moral, pois as boas e as más ações não existem sem o pensamento e sem o caráter.” (Aristóteles pag.155)

Humanos desinteligentes são fáceis de controlar. As plataformas diante desse poder, podem se auto instituir desse poder e atuar no controle ou manipulação da sociedade digital, com ou sem anuência da população civil. Mas é também verdade que a população digital e a população civil hoje é uma coisa só. Elas são quase indistinguíveis entre si. Elas são transmidiáticas e transmutam entre si o tempo todo. E exatamente por isso, outros poderes tendem a concorrer com as plataformas de rede social para apoderar-se dessa tentativa de controle ou manipulação, dentre esses poderes concorrentes está o judiciário que vez ou outra trabalha como editor chefe do que é liberdade de expressão ou censura.

6. Instrumentalização das Redes

Essas plataformas têm sido instrumentalizadas direta ou indiretamente. Agentes políticos judicializam opiniões que destoam de determinada visão política, essa é prontamente acatada nas decisões de tribunais. Essa censura é segmentada e conseqüentemente acarreta numa segregação digital para uma determinada parte da sociedade.

A arte de pensar, questionar e hierarquizar as ideias como sugere a dialética platônica, ficou impossível. O condicionamento ao comodismo, consumo a cultura inútil, desinformação, bolhas radicais agrupadas por algoritmos e uma população jovem que está ficando desinteligente, é uma massa de gente fácil de conduzir e manipular. Se voltar os olhos ao passado histórico, há diversas amostras de governos ditatoriais que alcançaram o poder, porque tiveram êxito em manipular e desinformar sua população.

Como garantir que plataformas digitais, com livre acesso e influência no mundo inteiro, através de seus algoritmos e inteligência artificial possam garantir a ética, *privacidade e segurança a todos usuários das nações*? Não há como ter garantias se não há leis claras para delimitar a ética das plataformas digitais, a ética das instituições públicas frente às redes sociais e também a ética dos usuários.

Como essas plataformas armazenam, utilizam e vendem os milhões de dados privados dos usuários, é uma questão que tem levantado muitos debates em muitos países. O poder de informação que essas plataformas têm de cada indivíduo, pode ser uma ferramenta muito eficaz para informação e para desinformação, conseqüentemente manipular qualquer estado de coisas.

6.1. Leis sobre Direitos Humanos

A Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais (1950), no artigo 10 diz respeito à liberdade de expressão:

- 1) Qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou transmitir informações ou ideias sem que possa haver ingerência de quaisquer autoridades públicas e sem considerações de fronteiras. O presente artigo não impede que os Estados submetam as empresas de radiodifusão, de cinematografia ou de televisão a um regime de autorização prévia.

- 2) O exercício destas liberdades, porquanto implica deveres e responsabilidades, pode ser submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas pela lei que constituam providências necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a integridade territorial ou a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a proteção da saúde ou da moral, a proteção da honra ou dos direitos de outrem, para impedir a divulgação de informações confidenciais, ou para garantir a autoridade e a imparcialidade do poder judicial. (EUROPA, 1950 art. 10 §§ I, II)

Desse modo os artigos acima garantem a liberdade de expressão livre de censura prévia, de quaisquer pensamento ou opinião, assim também garante a mesma liberdade de receber e transmitir ideias sem qualquer ingerência de autoridade pública. Portanto a repressão digital, dentre elas a exclusão de contas, censura de conteúdos por caráter ideológico, político, religioso ou mesmo filosófico fere o princípio desses artigos.

No caso da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em se tratando da Comunicação Social, a lei diz o seguinte no art. 220 nos incisos I, II e VI respectivamente:

§1º - Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, incisos IV, V, X, XIII e XIV. (BRASIL, art. 220 §§ I, II, VI.)

Está exposto neste artigo que não poderia ser criada nenhuma lei que se contraponha a esta lei maior, de censura ou intimidação a qualquer veículo de comunicação social. Considerando a Rede Social um veículo de comunicação social e é esta a natureza de seu negócio e razão de existir, nenhuma lei poderia ser criada para coibir a liberdade de expressão e comunicação deste veículo. Portanto, a mediação do conflito entre censura e liberdade de expressão aos usuários seria a utilização da ética, adotada por todos os interlocutores do veículo e fora dele.

Ainda no artigo 220, inciso II, a lei trata-se especificamente a respeito do mérito da razão, a despeito de qualquer contexto ou elucubração, a lei é indubitavelmente clara sobre a censura:

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. (EUROPA, 1950 art. 220 §§II)

A subjetividade da opinião não pode ser previamente censurada por se tratar de conteúdo político. Seria inconstitucional tratar tal questão a pretexto de pleito eleitoral, seja ela política, ideológica ou artística. Para as redes sociais atuarem em território nacional deve-se portanto contemplar a lei da Constituição Federal do Brasil, e incorrer na infração deste, quando exercida a censura prévia da manifestação de qualquer razão de pensamento filosófico.

É importante ressaltar que estão expressas as leis na sua razão pura de existir, meandros sobre o pós verdade, comprovado calúnia e difamação o autor incorreria em crime, portanto não trata-se mais do discurso de censura ou liberdade, mas de um crime que deveria na sua essência ser acatada pela justiça, mas definitivamente as plataformas não

tem respaldo nem jurisdição para isso. Portanto a lei local deveria ser acionada pela própria plataforma se for provocada pelos usuários, e não ela própria se arvorar de prévia punição.

E por fim no artigo 220, inciso 6º a lei trata da autorização da publicação:

§ 6º - A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade. (EUROPA, 1950 art. 220 §§VI)

Até caberia no respectivo artigo deste inciso, uma emenda especificando categoricamente as redes sociais, mas fato é que o advento da internet foi posterior a constituição de 1988, no entanto seria proveitoso uma emenda resguardando o usuário de censura prévia, e também resguardando a plataforma digital de sofrer de igual modo censura de qualquer que seja o órgão público revestido de autoridade promover censura deste meio.

Indubitavelmente a ética seria a melhor forma de lidar com esta modernidade que vive transformação social, transmutando-se em uma sociedade híbrida civil e digital. Respeitando os artigos constitucionais brasileiro descritos acima ou até mesmo o da convenção europeia, inexoravelmente todas plataformas digitais poderiam se assegurar das perseguições de autoridades governamentais, como também o usuário poderia se assegurar de possível repressão digital, tanto da plataforma quanto da autoridade pública.

Quanto ao fato da plataforma não ser concessão pública, não muda o fato que toda empresa, uma vez aberta ao público não pode negar serviço a nenhum consumidor, seja por discriminação ou preconceito de qualquer caráter ideológico, filosófico, religioso ou político. Não pode nega-se a prestar o serviço.

6.2. Ética ou censura

Seria expressamente fundamental que a ética de igualdade e isonomia fosse exercida nestas plataformas de redes sociais. E nenhuma autoridade pública poderia forjar a estas, que se furtassem dessa isonomia. O usuário teria como direito, à liberdade de expressão, assim também como o dever do respeito a todos usuários, para que o ambiente fosse livre e democrático. Faria necessário o respeito a todos interlocutores, sem ofensas, palavras de baixo calão. Não deveria censurar nem conteúdos, nem usuários, a pretexto de desinformação. A verdade não poderia ser mediada por um tribunal da verdade ou checadores de opinião. A verdade é objeto de estudo das ciências, não somente ciências físicas, exata, mas é também o estudo do intangível, do transcendental portanto das verdades filosóficas e estudo das religiões.

As ciências estão em constante evolução, portanto não podem ser tomadas como absolutas a despeito de censurar a própria ciência na sua evolução. Tornar o confronto de ideias numa idiosincrasia é portanto empobrecer os embates que a ciência precisa para entreter e desvendar novos saberes.

7. Conclusão

Verificou-se que as redes sociais podem ser uma ferramenta muito eficaz de controle e de influência. Mas quando o controle escapa daquela narrativa propositiva, a censura

ressurge com respaldo de instituições públicas ou privadas, que não somente deveriam estimular a ética mas também garantir a liberdade de expressão. Enquanto que as redes sociais são os principais alvos de disseminação do pós verdade, a imprensa tenta se recolocar nesse espaço de poder de influência, na esperança de ascender novamente com uma possível derrocada da liberdade de expressão das redes sociais, parte da imprensa paralelamente usa, o mesmo pós verdade para criar um embate pela cadeira cativa do quarto poder. O poder de influência.

Nessas reflexões podemos concluir que, apesar das informações falsas terem impactos na sociedade, elas sempre existiram, são intrínsecas à humanidade. Legitimar políticas públicas de censura teriam impactos nocivos ainda piores, como retrocesso da sociedade na liberdade e na evolução de pensamento. No entanto, trabalhar a educação da sociedade civil e digital para que a ética possa coibir cancelamentos e disseminação de *fake news* poderia ser melhor discutido, ao contrário da adoção de censura. A ética seria portanto uma ferramenta fundamental na educação, conscientização e mediação entre todos os conflitos. Por conseguinte a ética poderia proporcionar a solvência desses conflitos para o amadurecimento de uma sociedade em transição, com diálogo para a necessária dialética da sociedade e construção da maiêutica na humanidade.

REFERÊNCIAS

- ALMOND, Mark, **O livro de ouro das revoluções: movimentos políticos que mudaram o mundo**. 2. ed. Rio de Janeiro: HarperCollins. Brasil, 2016.
- ALMEIDA JÚNIOR, **Maurício Severino de. Manadas virtuais: uma análise do comportamento de manada de consumidores em ambiente virtual**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/36579>. Acesso em: 10 set. 2022.
- ARISTÓTELES, **A política**. São Paulo: Escala Educacional, 2006. (Série Filosofar).
- ARISTÓTELES, **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2015. (Coleção a obra-prima de cada autor, 53)
- BALBINO, Michelle Lucas Cardoso *et al.* **A CULTURA DO CANCELAMENTO**. Scientia Generalis, v. 2, n. Supl. 1, p. 85-85, 2021. Disponível em: <http://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/353>. Acesso em 07 set. 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Brasil no Pisa 2018 [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. 185 p. : il. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_brasil_no_pisa_2018.pdf. Acesso 18 set. 2022.
- BRASIL. Ministério Público Federal. Secretaria de Cooperação Internacional. **Tratados em direitos humanos: Sistema internacional de proteção aos direitos humanos / Secretaria de Cooperação Internacional – Brasília: MPF, 2016. 4v. – (Coleção MPF Internacional; 4)**. Disponível em: <https://memorial.mpf.mp.br/nacional/vitrine-virtual/publicacoes/tratados-em-direitos-humanos-vol-4>. Acesso em: 18 set. 2022.
- BURKE, Edmund, **Investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e da beleza**. São Paulo: Edipro, 2016.
- CANNITO, Newton Guimarães, **A televisão na era digital: interatividade, convergência e novos modelos de negócio**. São Paulo: Summus, 2010.
- CASTELLS, M.A, **Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAVALCANTI, Elmano Pontes. **Revolução da informação: algumas reflexões**. Cadernos de Pesquisas em Administração-Programa de Pós-Graduação em Administração da FEA/USP, v. 1, n. 01, p. 40-46, 1995. Disponível em: <http://tecspace.com.br/paginas/aula/faccamp/TI/Texto01.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.
- CHAUÍ, Marilena. **Comunicação e democracia**. PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM, v. 1, n. 2, p. ág. 15-32, 2017. <https://fapcom.edu.br/revista/index.php/revista-paulus/article/view/21/34>. Acesso em: 7 set. 2022.
- CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Autêntica, 2014 (Escritos de Marilena Chauí, 3)
- CHAUÍ, Marilena; ROCHA, André. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro: Escritos de Marilena Chauí**, vol. 2. Autêntica, 2017.
- CICOGNA, Júlia Isabel Richter; HILLESHEIM, Danúbia; HALLAL, Ana Luiza de Lima Curi. **Mortalidade por suicídio de adolescentes no Brasil: tendência temporal de crescimento entre 2000 e 2015**. Jornal Brasileiro de psiquiatria, v. 68, p. 1-7, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/pVqss7fYrnRdSdTKnjyKFLz/abstract/?lang=pt> Acesso em 24 out. 2020.

CURY, Augusto, **O mestre da sensibilidade**. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

DE MENEZES GONÇALVES, Aline. **ÉTICA NAS REDES SOCIAIS**. REVISTA CIENTÍFICA SMG, v. 6, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revista.smg.edu.br/index.php/cientifica/article/view/12>. Acesso em: 04 set. 2022.

DE OLIVEIRA, Cláudio. **TIC 'S na educação: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno**. Pedagogia em ação, v. 7, n. 1, 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/11019>. Acesso em: 12 set. 2022.

FERREIRA, Lívia Bergo Coelho. **A revolução das tecnologias de informação e comunicação: consequências sociais, econômicas e culturais**. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 7, n. 2, p. 117-127, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1978>. Acesso em: 21 ago. 2022.

FIOCRUZ AMAZÔNIA. **Fio Cruz avalia excesso de suicídio no Brasil na primeira onda de covid-19**. Agência Fio Cruz de Notícia. Fundação Osvaldo Cruz, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-avalia-excesso-de-suicidios-no-brasil-na-primeira-onda-de-covid-19>. Acesso em: 20 ago. 2022.

HOBBS, Thomas, **Leviatã, ou a Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

HOESCHER, Laura Zorzo. **As variáveis preditoras da cultura do cancelamento nas redes sociais**. 2020. 67 f. Monografia (Bacharel em Publicidade e Propaganda). Curso de Publicidade e Propaganda. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2020. <http://repositorio.upf.br/handle/riupf/1963>. Acesso em 12 out. 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Psicologia das massas: contexto e desafios brasileiros**. Psicologia & Sociedade, v. 25, p. 493-503, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/hN8crGmwH-VM946GfF7K4hzn/?lang=pt>>. Acesso em 04 set. 2022

KANT, Immanuel, **A crítica da razão prática**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

MACHIAVELLI, Nicoló di Bernardo dei, **O Príncipe**. Porto Alegre: L & PM, 2009. (Coleção L&PM Pocket).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MISES, Ludwig Von. **A mentalidade anticapitalista**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2015.

MOREIRA, Lenice Carrilho de Oliveira; BASTOS, Paulo Roberto Haidamus de Oliveira. **Prevalência e fatores associados à ideação suicida na adolescência: revisão de literatura**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 19, p. 445-453, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/d6wb-JxC3KF5QZ7sJb67kVPr/abstract/?lang=pt>. Acesso dia 24 de out. 2020.

NARLOCH, Leandro, TEIXEIRA, Duda. **Guia politicamente incorreto da América Latina**. São Paulo: Leya, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich, **Além do bem e do mal: prelúdio de uma filosofia do futuro**. São Paulo: Lafonte, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce Homo: como se chega a ser o que é**. São Paulo: Lafonte, 2020.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **A Espiral do Silêncio: opinião pública, nosso tecido social**. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2017.

- NOGUEIRA, Manoela Martins. **Narrativa Transmidiática no Jornalismo Diário**. Tese (Doutorado). Mestre em jornalismo. Universidade da Beira Interior Artes e Letras. Covilhã, Castelo Branco, PT. 2019. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/10417>. Acesso em 07 set. 2022.
- PETERSON, Jordan B, **12 regras para a vida: um antídoto para o caos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.
- PLATÃO, **A república**. 2 ed. São Paulo: Editora Escala, 2007.
- PORTELLI, Hugues, **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- QUEROBIM, Jhonata Nicolas Carvalho. **Análise comparativa entre algoritmos de agrupamento e de detecção de comunidades em redes**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15173>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- RIBEIRO ROSA, Aline; LIMA MONTEIRO, Cláudio Costa; DILSON BRISOLA, Rinaldo. **O uso diário e a dependência da internet: a nomofobia-mega desafio para professores**. Atlante Cuadernos de Educación y Desarrollo, n. enero, 2019. https://www.eumed.net/rev/atlante/2019/01/dependencia-internet.html?fb_comment_id=2287917747925130_4395175083866042. Acesso em 23 ago. 2022.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques, **Do contrato social Jean-Jacques**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SANTOS, M. (2020). **A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E O TERRITÓRIO: REALIDADES E PERSPECTIVAS**. Caderno Prudentino De Geografia, 1(27), 83–94. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7378>. Acesso em 21 ago. 2022.
- SÊNECA, **Sobre a ira**. Camelot Editora, 1. ed. 09 abril 2022.
- SOARES, Rodrigo Gabriel Ferreira. **Uso de meta-aprendizado para a seleção e ordenação de algoritmos de agrupamento aplicados a dados de expressão gênica**. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/2107>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- SOUZA, Luciano Dias de Mattos *et al.* **Ideação suicida na adolescência: prevalência e fatores associados**. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v. 59, p. 286-292, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/QFjZh3PF9mRN6wpQkNf4b4N/abstract/?lang=pt>. Acesso em 24 out. 2022.
- YANNOPOULOS, Milo, **Dangerous: o maior perigo é a censura**. 1. ed. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- YOU, Xiaohu *et al.* **Rumo a redes de comunicação sem fio 6G: visão, tecnologias capacitadoras e novas mudanças de paradigma**. Ciência China Ciências da Informação, v. 64, n. 1, pág. 1-74, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11432-020-2955-6>. Acesso em 08 out. 2022.
- ZHANG, Lin; LIANG, Ying-Chang; NIYATO, Dusit. **Visões 6G: ultra banda larga móvel, super internet das coisas e inteligência artificial**. China Communications, v. 16, n. 8, pág. 1-14, 2019. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/abstract/document/8820755>. Acesso em: 08 out. 2022.

Brinquedoteca e Suas Contribuições no Processo Ensino/Aprendizagem na Educação Infantil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Vera Lucia da Silva Vieira
Discente do curso de Pós-Graduação em Pedagogia

RESUMO:

Este artigo se propôs a compreender a importância da brinquedoteca e suas contribuições na prática pedagógica como uma ferramenta facilitadora do processo ensino/aprendizagem no desenvolvimento escolar, pois age de maneira positiva por meio da brincadeira na Educação Infantil. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para maior contextualização com embasamentos teóricos para abordagem do tema direcionados por autores como: Cunha, Oliveira, Peters, Santos, Vygotsky e além de assegurar o brincar como direito da criança embasados na Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil. Buscou-se diversas fontes, ou seja, de matérias já publicados como: obra literária, revista, artigos científicos e periódicos impressos e disponíveis na internet. O objetivo é contemplar a brincadeira como principal instrumento metodológico que desenvolve a evolução mental, psicológica e física através do ato brincante na primeira etapa da educação básica. Ressaltou-se, o valor dessa temática dando ênfase ao entretenimento para que a criança adquira todos os requisitos necessários para se sentir seguro e integrado. A constatação que para incentivar um progresso convergente na infância dos alunos e construir um saber eficiente, para digerir os desígnios educativos os professores devem agregar novas didáticas no espaço educacional.

Palavras chave: Brinquedoteca; Desenvolvimento; Criança.

ABSTRACT:

This article aims to understand the importance of the Toy Library and its contributions in pedagogical practice as a tool that facilitates the teaching / learning process in school development, as it acts in a positive way through play in Early Childhood Education. A bibliographic research was carried out for greater contextualization with theoretical bases for approaching the theme directed by authors such as: Cunha, Oliveira, Peters, Santos, Vygotsky and besides ensuring playing as the right of the child based on the Common National Curricular Base and the National Curriculum Reference of Early Childhood Education., that is, of materials already published such as: literary work, magazine, scientific articles and periodicals printed and available on the internet. The objective is to contemplate play as the main methodological instrument that develops mental, psychological and physical evolution through the act of playing in the first stage basic education. The value of this thematic giving emphasis to entertainment so that the child acquires all the necessary requirements to feel safe and integrated, educational space.

Keywords: Playroom; Development; Kid.

1. Introdução

O presente artigo de conclusão e complementação em Pedagogia visa apresentar a brinquedoteca e suas contribuições no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil a importância da atividade lúdica para o desenvolvimento dos alunos na escola.

A escolha desta temática foi a partir das observações feitas durante o estágio, a relevância de ter um espaço organizado para realizar as brincadeiras, deve-se considerar que a brinquedoteca além de proporcionar o prazer, ela vai influenciar diretamente no futuro da criança, ressaltando a importância da diversão, aonde acontece as interações e os laços afetivos que vão se construindo ao longo dessa caminhada.

Sabe-se que, a ausência do brincar tanto no ambiente familiar quanto no âmbito escolar é prejudicial para o desenvolvimento da primeira infância, interfere o emocional da criança perdendo sua autoestima em seu aprendizado e pode até causar bloqueio. Partindo deste pressuposto, consideramos esse tema relevante na transmissão de ensinamentos durante o aprendizado das crianças, ou seja, através de atividades lúdicas a aprendizagem torna-se prazerosa e rica em conhecimentos.

A pesquisa tem como objetivo geral desenvolver a evolução mental, psicológica e física através da ação lúdica na primeira etapa da Educação Básica, denominada Educação Infantil, mostrando que o lúdico é assegurado como direito no processo ensino e aprendizagem das crianças.

No primeiro capítulo aborda, sobre o conceito da brinquedoteca e suas contribuições para o desenvolvimento cognitivo e moral da criança. No segundo capítulo apresenta considerações a respeito do direito de brincar na escola e seus aspectos positivos que eleva a autoestima do discente para que tenha sucesso na vida escolar e no último é feita uma abordagem sobre a brincadeira como ferramenta pedagógica no aprendizado da criança.

Esta análise foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica com embasamento teórico em livros, artigos científicos e referências dos autores: Cunha, Oliveira, Peters, Santo e Vygotsky que trazem discussões relevantes sobre o tema.

A educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento absoluto das crianças até aos cinco anos e onze meses de idade são nessa etapa que as crianças descobrem novos valores, sentimentos, costumes, ocorrendo também o desenvolvimento da identidade, da autonomia e a interação com outras pessoas.

Por isso, é de suma importância entendermos a carência de brinquedos interessantes e de ambientes agradáveis, para assim, praticarmos uma pedagogia lúdica, através de uma prática diversificada, prazerosa e significativa.

Desta forma, o educador estará contribuindo para a construção do saber e na formação de cidadãos autônomos, críticos, responsáveis e conscientes dos seus direitos e deveres com a sociedade a qual vive.

2. Conceituando Brinquedoteca

A primeira brinquedoteca surgiu no ano 1934 em Los Angeles, quando um proprietário de uma loja de brinquedos comentou com um diretor de uma escola de que as crianças estavam furtando brinquedos. Na concepção do diretor esse comportamento das crianças era porque não tinha com que brincar. Iniciou-se logo após desta constatação um serviço de empréstimo de brinquedos como um meio comunitário.

No Brasil 1971, em São Paulo foi criada a primeira Brinquedoteca situada no Centro Habilitação de Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE. Ela é uma Instituição que nasceu no século XX para assegurar a criança um ambiente proposto a facilitar a ação de brincar tanto individual como coletivo, proporcionando o acesso a diversos brinquedos, dentro de um espaço lúdico.

As Brinquedotecas instaladas nas escolas ou na Secretaria de educação, tem como finalidade promover através das brincadeiras e jogos pedagógicos o processo de ensino e aprendizagem infantil em diferentes áreas do saber.

Conforme o autor Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha (1994), a brinquedoteca tem a função primordial de fazer crianças felizes, mas também tem outros objetivos, como:

- Proporcionar um espaço onde a criança possa brincar sossegada, sem cobranças e sem sentir que está atrapalhando ou perdendo tempo;
- Estimular o desenvolvimento de uma vida interior rica e da capacidade de concentrar e atenção;
- Favorecer o equilíbrio emocional;
- Dar oportunidades a expansão de potencialidades;
- Desenvolver a inteligência, criatividade e sociabilidade;
- Proporcionar acesso a um número maior de brinquedos, de experiências e de descobertas;
- Dar oportunidades para que aprenda a jogar e a participar;
- Incentivar a valorização do brinquedo como atividades geradora de desenvolvimento intelectual, emocional e social; Enriquecer o relacionamento entre as crianças e suas famílias;
- Valorizar os sentimentos afetivos e cultivar a sensibilidade; (CUNHA, 1994, p.29).

Desta forma, percebe-se a brinquedoteca como um lugar agradável que valoriza a cultura infantil, convida a criança a explorar, sentir, experimentar onde ocorre as interações sociais e a construção do saber de forma satisfatória e produtiva.

Portanto, a criança aprende a conviver com circunstâncias interativas e lúdicas, vivencia as diversidades culturais possibilitando diferentes oportunidades de expressão das múltiplas linguagens.

De acordo com o teórico Boaventura de Souza Santos (1997) relata que:

“ [...] uma brinquedoteca não significa apenas uma sala com brinquedos, mas em primeiro lugar, uma mudança de postura frente à educação. É mudar nossos padrões de conduta em relação à criança; é abandonar métodos e técnicas tradicionais; é buscar o novo, não

pelo modernismo, mas pela convicção do que este novo representa; é acreditar no lúdico como estratégia do desenvolvimento infantil [...] (SANTOS, 1997, p.15).

Entretanto, é necessário que o sistema educacional passe por transformações para que a brinquedoteca se torne um instrumento pedagógico na Educação Infantil e busque novos métodos, a fim de garantir o desenvolvimento da criança oferecendo um espaço apropriado para o seu aprendizado, ou seja, valorizando as atividades lúdicas.

Sendo assim, uma formação lúdica para os educadores pode contribuir na valorização da criatividade, na utilização da brinquedoteca explorando-se as atividades lúdicas nas práticas pedagógicas, no cultivo da sensibilidade e na direção da afetividade.

“Ao conhecermos os princípios e finalidades da brinquedoteca, percebemos que serviriam como grandes facilitadores e complemento para o desenvolvimento de nossa linha pedagógica, crianças e adolescentes explorarem. Na construção do conhecimento, possibilitando às crianças e adolescentes, explorar, manipular, jogar, aprender e ser feliz. (SANTOS, 2011, p.116).

Nesse sentido, a ludoteca é um espaço que facilita o aprendizado da criança com brincadeiras prazerosas e construtivas, estimulando e desenvolvendo o seu potencial e suas habilidades. Considerando a importância da brincadeira, na próxima seção vamos contextualizar o brincar como direito garantido no contexto escolar.

2.1. O brincar como um direito infantil

No contexto educacional não deve ser só um espaço onde acontece a aprendizagem intelectual, mas um ambiente no qual a criança pode brincar, explorar, experimentar, conviver, aprender a importância de dividir o brinquedo com o outro e também esperar sua vez. Os momentos de diversão vivenciados na pré-escola são fundamentais para a formação de personalidades sadias e capazes de aprender.

No ambiente escolar a brincadeira é vista como uma fonte de estímulos que coopera no desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos pequenos e assim propondo novos desafios mentais de novas soluções por meio do avanço do seu saber.

Pesquisas salienta que, envolver os alunos em brincadeiras bem planejadas ainda continua sendo uma eficácia ferramenta pedagógica. Na modernidade, reconhece-se seu enorme potencial de aprendizagem e sua importância para o desenvolvimento cognitivo, da linguagem e para a socialização do educando.

Na classe, a atuação do professor é essencial para conduzir cada brincadeira, ele precisa ser observador, orientador, mediador e está sempre atento a todo instante. As brincadeiras são estruturadas, por meio da escolha e oferta de objetos, fantasias, brinquedos ou jogos, a organização do lugar e do tempo para brincar, a fim de que o educando alcance os objetivos de aprendizagem predeterminados, sem limitar sua espontaneidade e imaginação.

O Brincar é um direito que na infância é conquistado pelos pequenos para que cresçam seguros e autoconfiantes em suas capacidades. Este direito é garantido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com o reconhecimento da Educação Infantil como uma etapa fundamental para a construção da identidade.

Vale ressaltar o que fala na BNCC sobre esse direito de aprendizagem:

“ [...] brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais [...] (BRASIL, 2017, p.36).

Desse modo, no documento garante o direito de brincar e assegura as condições da criança aprender em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo, pois é, por meio da brincadeira que a criança consegue se expressar, conhecer e conviver com os demais ao seu redor.

Segundo o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil:

“ Principal indicador da brincadeira, entre crianças é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis nas brincadeiras crianças agem frente à realidade de maneira não literal, transferindo e substituindo suas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos. (BRASIL, 1998, p.27).

Percebe-se que os documentos referenciais e normativos há muito tempo vêm dando ênfase à importância do brincar no ensino infantil. Evidencia-se que agora de acordo com a BNCC, o brincar torna-se um direito de aprendizagem garantido no campo educativo. Por abranger todos os demais direitos de aprendizagens assegurados na primeira etapa da educação básica e que precisam ser ampliados.

Na concepção Thomas J. Peters (2009) pauta-se nas teorias de Lev Semyonovich Vygotsky (1998) por defender que o brincar é uma necessidade da criança, sendo a brincadeira e o jogo operação que possibilita o desenvolvimento psicológico, via apropriação dos signos sociais neles contido e de sua ressignificação.

Peters (2009), a visão de Vygotsky voltado ao brincar partiu de quatro aspectos principais:

“ [...] 1) o brincar como uma necessidade infantil que precisa ser respeitada; 2) este não é considerado como uma atividade que somente traz prazer, mas também desprazer, quando a criança abre mão de seus desejos para poder brincar com o outro visando atingir o prazer máximo na brincadeira; 3) sendo assim, é uma atividade que envolve intrinsecamente a relação da alteridade; 4) é potencialmente voltada para o futuro, constituidora de zonas proximal (ZDP) e potencialmente promotora de desenvolvimento em vários sentidos.[...] (PETERS, 2009, p.39).

Corroborando com o autor, ele salienta que o brincar é a atividade principal infantil que precisa ser valorizada, pois é um direito. O brincar permite o uso da imaginação através do mundo imaginário do faz-de-conta, sendo ele uma tarefa mediada pela linguagem com a presença do outro.

À medida que, a brincadeira realiza-se, ela promove a autoconstrução dos saberes, os pequenos passam a vivenciar papéis sociais e o aprender através do brinquedo é algo prazeroso que contribui de maneira lúdica e significativa no desenvolvimento de cada um.

Neste aspecto Vygotsky (1984) na constituição do pensamento infantil atribui relevante papel da ação de brincar. Jogando, brincando que o menino desvela seu estado motor, tátil, auditivo, visual, cognitivo, sua maneira de aprender e abrir uma relação cognitiva com o mundo de acontecimentos, indivíduos e símbolos.

Vygotsky (1984) enfatiza que:

“A brincadeira cria para as crianças uma zona de desenvolvimento proximal (ZDP) que não é outra coisa senão a distância entre o nível atual de desenvolvimento, determinado pela capacidade de resolver independentemente um problema, e o nível atual de desenvolvimento potencial, determinando a resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou a colaboração de um companheiro mais capaz. (VYGOTSKY, 1984, p.97).”

Considerando que, a recreação dos pequeninos na Creche, por ser uma atividade indispensável, torna-se imprescindível para o seu crescimento devido a riqueza que pode propiciar para a arquitetura da socialização favorecendo a formação do futuro cidadão crítico e autônomo, recordando sempre que toda criança tem capacidade e que deve ser ouvida, ter sua voz e vez.

Nessa perspectiva, o educador proponha brincadeiras que estimulem a zona do desenvolvimento do aluno, auxiliando no seu desenvolvimento indo além, motivando-o e proporcionando mais aprendizado.

Portanto, para que haja um processo de ensino-aprendizagem na próxima seção vamos discorrer sobre brincadeira e o desenvolvimento integral da criança no campo estudantil.

2.1.1. Brincadeira e o desenvolvimento integral da criança

Utilizar a brincadeira é uma maneira eficaz de ensinar a criança para que avance no aprendizado escolar, pois brincar é algo inseparável do indivíduo, é tão primitivo que até os bebês já nascem sabendo. Entende-se, dessa forma, que faz parte do desenvolvimento infantil atingindo consideravelmente quando a mesma participa efetivamente de brincadeiras idealizadas e produzidas, atentando a necessidade do ser humano.

Na atualidade ao vermos as crianças brincando, observa-se que elas sentem muito contentamento, tanto em aspectos emocionais como físico. A atuação da brincadeira traz resultado a fatores positivos durante a infância.

Cunha (1982) defende que:

“Desenvolver as potencialidades, aprender com toda a riqueza do aprender fazendo (sem estresse ou medo de errar), desenvolve a sociabilidade e a brincadeira irá preparar a criança para o futuro, e também porque através dessa atividade, ela se tornara operativa. (CUNHA, 1982, p.13).

Nessa linha de pensamento do autor, entende-se que é através da brincadeira que o pequeno atua no mundo e sente-se bem neste papel pois aprende a conhecer e a relacionar com o mundo, sendo ágil através da experimentação.

A brinquedoteca escolar é um ambiente motivacional onde a garotada brinca livremente, a mesma tem a condição de pôr em prática sua inventividade e fantasia. Nesse espaço no qual tudo sugere a explorar, a sentir, a experimentar, facilitando o acesso a diversos brinquedos coloridos e impulsiona o mundo das brinquedotecas com a aprendizagem, um lugar especialmente lúdico.

Conforme foi mencionado pelo autor Antônio Mariano Alberto de Oliveira (2000) explica que a brinquedoteca não é simplesmente uma sala para brincar, ou seja, é um espaço que gera circunstâncias para oferecer o autocontrole afetivo do bambino, transferindo assim uma transformação significativa na consciência infantil, onde a criança irá identificar características dos brinquedos e manifestar seus conhecimentos.

“Este é o caso do espaço denominado brinquedoteca, onde a variedade de materiais e sua organização sempre à disposição as exploração e manuseio, assim com a segurança, bem-estar e sensação de acolhimento possibilitam sua utilização autônoma. Brinquedos e brincadeiras convivem em harmonia com as necessidades de afeto, de alegria, de amor, de conhecimento. (OLIVEIRA, 2000, p.159).

Contribuindo com a citação acima, considera um local ideal necessário para resgatar o brincar como um fator essencial para o desenvolvimento integral das crianças da faixa etária de 4 a 5 anos. Desta maneira, um lugar organizado, pensado para a criança divertir-se evidenciando sua capacidade e suas carências lúdicas.

Nessa ótica de pensamento, a brincadeira resulta em atividades onde atuam diversas linguagens: musical, plástica, cênicas, corporal escrita e oral, conforme às diferentes situações e intencionalidades.

Oliveira (2000) afirma que:

“No brincar, casam-se a espontaneidade e a criatividade com a progressiva aceitação das regras sociais e morais. Em outras palavras, é brincando que a criança se humaniza, aprendendo a conciliar de forma afetiva a afirmação de si mesma à criação de vínculos afetivos duradouros. (OLIVEIRA, 2000, p.7).

Logo, é indispensável favorecer o prazer, a afetividade, a empatia e a sensibilidade para que a criança se sinta bem neste espaço, com vontade de brincar e voltar outras vezes. Assim aumenta às possibilidades de que é nessa faixa etária, que elas constroem a sua identidade, os laços afetivos e fazem suas próprias conquistas por meio da brincadeira.

Desta forma, vimos que é de suma importância o surgimento de brinquedotecas nas escolas de ensino infantil, como um projeto educacional não formal, sendo ele pensado em uma educação de qualidade para crianças pequenas.

Assim foi mencionado *“é na brinquedoteca que a construção do conhecimento é uma deliciosa aventura, onde a busca pelo saber é espontânea e prazerosa, para as crianças de todas as idades”*. (CUNHA, 2007, p.25).

Cunha (2007), a criança aprende de maneira particular, sinalizada pelo estreitamento entre a realidade e a cotidiana, tendo um desenvolvimento psicomotor e social saudável.

Nessa visão do autor, em uma brinquedoteca são desenvolvidas atividades significativas para integração dos alunos na pré-escola, buscando sair da rotina, encorajando e gerando novas oportunidades para que os estudantes se organizem ludicamente e estructurem nas suas particularidades do seu conhecimento.

De acordo com Santos *“a criança que brinca desenvolve suas potencialidades: é criativa, ativa, feliz, desenvolve a sociabilidade, faz amigos, aprende a conviver como o outro e a respeitá-lo.”* (SANTOS, 1997, p.115).

Desse modo, constata que são muitos fatores positivos que a brincadeira desenvolve a sociabilidade, a criatividade, a inteligência, favorece o equilíbrio emocional dando oportunidade à expansão de competências socioemocionais.

Ressalta ainda no Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (2009), garante e acentua que:

“[...] a brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil [...] (BRASIL, 2009, p.4).

Nesse sentido, a brincadeira é um papel essencial na vida da criança, especialmente na idade pré-escolar é por meio dela que a criança desenvolve um mundo irreal, no qual todas suas vontades podem ser realizadas, ou seja, tornam-se real.

Conforme o que foi exposto a criança brinca porque o brincar é uma necessidade básica, percebe-se ainda que brincar é viver. No ponto de vista pedagógico a criança aprende brincando.

Portanto, as brincadeiras, ou seja, a recreação é fundamental na Educação Infantil, principalmente quando a escola visa não somente ao sucesso educacional, mas também se preocupa com a formação do cidadão. Logo é notável o resultado imediato desse ato pedagógico, pois o processo de ensino/aprendizagem acontece em todas as áreas: cognitiva, social, relacional e peculiar.

3. Metodologia

O caminho metodológico percorrido desta análise foi traçado para o desenvolvimento deste estudo em questão, foi feita uma pesquisa bibliográfica que resultou em uma busca de diversas fontes, ou seja, de matérias já publicadas como: obra literária, revista, artigos científicos e periódicos impressos e disponíveis na internet.

No início as dificuldades surgiram como por exemplo: a definição e delimitação do tema a ser pesquisado como constituem os objetivos e a discussão norteadora pelos os referencias. O maior desafio durante a elaboração do artigo foi conciliar o momento atípico que estamos vivenciando e o meu tempo para pesquisar o material e produzir o texto porque trabalho na coordenação pedagógica de uma escola de Educação Infantil e por alguns meses estava assumindo duas funções professora e coordenadora.

A duração do processo de investigação foi de quatro a cinco meses, quanto as escolhas das palavras-chaves selecionei três palavras das quais expressam ideias centrais do trabalho científico. Os livros examinados foram: Brinquedoteca: um mergulho no brincar Cunha 2001 3° edição, O brincar e a criança do nascimento aos seis anos Oliveira 2000, Brinquedoteca: o lúdico em diferente contexto Santos 2011 14° edição, A formação social da mente Vygotsky 1984.

Foi realizado uma pesquisa bibliográfica qualitativa que resultou a partir dessa temática que é necessário a criança ter um espaço escolar, organizado para realizar as brincadeiras, pois favorece o desenvolvimento da autoestima, da criatividade e da psique infantil, originando transformações em suas estruturas mentais. Pela ação brincante, o pequeno evolui também algumas percepções de grande importância para a socialização, bem como respeitar as regras e as práticas sociais.

4. Conclusão

Após um longo período de pesquisas e leituras foi possível perceber que a escola precisa oferecer um espaço adequado aonde aconteça às brincadeiras, que este lugar seja de encontros em que as trocas de experiências aconteçam de modo que, por meio dessas vivências as crianças possam amadurecer suas compreensões acerca da vida que acerca e do mundo, de si mesmas e do outro. Desta forma, este ambiente escolar estará favorecendo o desenvolvimento social, emocional e intelectual das crianças principalmente na faixa etária de 0 a 5 anos.

É importante ressaltar que, o brincar estabelece relações entre o mundo imaginário e o real, uma vez que a criança reproduz a realidade ao mesmo tempo em que articula com o mundo da imaginação, portanto, cabe ao professor de Educação Infantil proporcionar um ambiente acolhedor e atrativo onde os pequenos possam ter as mais ricas e diversificadas experiências.

Vimos que, neste trabalho, o brincar é parte indissociável da aprendizagem principalmente na primeira etapa da vida escolar. Realmente, como destacaram os autores, dentre suas contribuições, a brincadeira provoca um maior envolvimento, uma motivação para o estudo, aumentando a segurança dos alunos, a sua autoestima e sua participação nas tarefas propostas.

Desta forma, essa temática precisa entrar de maneira explícita e desafiadora nas formações dos docentes, sabemos que, o brincar é um dos direitos de aprendizagem que está garantido na BNCC e precisa ser trabalhado desde a primeira infância. Assim, podemos concluir que a formação continuada é de vital relevância na vida do profissional que atua na Educação Infantil, pois os estudos abrem um gigantesco leque de descobertas e novos conhecimentos dos quais contribuem com o nosso fazer pedagógico.

Esta pesquisa nos fez refletir o quanto a brinquedoteca é importante no ambiente escolar e de como pode contribuir de maneira enriquecedora, prazerosa, dinâmica e significativa no processo ensino/aprendizagem do aluno.

Portanto, concluímos que a criança é o protagonista de sua própria aprendizagem e que ela aprende enquanto brinca, ou seja, ela aprende brincando. E ser professor é uma tarefa árdua e desafiadora em que a busca por conhecimentos é constante para a construção de novos saberes.

REFERÊNCIAS

- BELTRAME, L.M., ALMEIDA, S.M. A; ANTONELLO, A. P. **Brinquedoteca: espaço lúdico de direito ao brincar set.** 2013.DISPONIVEL em: < educere.bruc.com.> Acesso em: 17 jan. 2021.
- CUNHA, N.H.S. **Brinquedoteca: um mergulho no brincar** 3 ed. São Paulo: vetor,2001.
- DALLABONA, S.R, MENDES, S.M. S, **O lúdico na Educação Infantil: jogar. Brincar. uma forma de educar** vol.1 n.4, jan. 2004. DISPONIVEL em:<inesul.edu.br/professor/arquivos-alunos/doc.1311627172> Acesso em :20 jan. 2021.
- FLORES, F, **BNCC na pratica: como garantir o direito de brincar na Educação Infantil**, Publicado em Nova Escola 15 jul. 2019.DISPONIVEL em; <https// novaescola.org.br/conteúdo/ Acesso em: 18 jan. 2021.
- OLIVEIRA, V.B. **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos.** Petrópolis, RJ: vozes,2011
- OLIVEIRA, A. S, LUENGO, F.C; BARROS, F.C. O. **Brinquedoteca :Proporcionando reflexões sob três experiencias significativas.** DISPONIVEL em :<www.unioeste.br/travessias> Acesso em: 11 jan. 2021.
- PASSOS, L.T.C, LEITE, L.I.S Não é brincadeira. **O brincar é um direito garantido pela BNCC out.** 2019.DISPONIVEL em: < www.atribunamt.com.br.> Acesso em: 25 jan. 2021.
- PETERS, L. L, FORTES, V. WILWER, T. **Contribuições de uma brinquedoteca para o processo de formação de crianças do 1º ano Ensino Fundamental** Florianópolis 2012. DISPONIVEL em: < labrincapaginas.ufsc.br/files/2016/03.Acesso em: 24 jan. 2021.
- PINHO, L.M. V, **A importância das brincadeiras e jogos na Educação Infantil** ano v numero 10-jul. 2007. DISPONIVEL em: <faef.revista.inf.br/imagens/arquivos> Acesso em: 20 jan. 2021.
- SANTOS, S.M.P. **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos.** 14 ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2011.
- SANTOS, G.S.F., SANTOS, J.; SANTOS, M.C. **Brinquedoteca: um espaço para brincar e aprender dez.** 2016.DISPONIVEL em :< portal.fslf.edu.br> Acesso em: 17 jan. 2021.
- VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo Martins Fontes,1984.

ENSINOS INICIAIS E TECNOLOGIAS DIGITAIS: Missão do Professor em Aliá-los

Trabalho de Conclusão de Curso

Wilvon de Oliveira Sampaio
Janaina Ferreira do Nascimento
Márcia Carvalho Barros

RESUMO:

A grande evolução das tecnologias, retrata-nos várias mudanças e, até certo ponto, irreversíveis em todos os segmentos da sociedade e que, confrontadas com as mudanças observadas no decorrer da história humana, só tendem a aumentar, uma vez que existe uma rede de informações e conhecimentos que cada vez mais se multiplica e interfere diretamente na atual realidade. Dentro de formas regulares de ensino, observamos que docentes externam todos os dias em quase todas as escolas, que encontram muitas dificuldades para ensinar, especificamente quando se trata de alfabetizar alunos considerados nativos digitais, que já nascem embalados pelas tecnologias e usufruem rapidamente de aparelhos eletrônicos que os fazem donos do mundo, impelidos pelas janelas abertas pelas tecnologias digitais. Portanto, o objetivo principal desse artigo é: discutir a prática da alfabetização no processo ensino-aprendizagem onde crianças adentram a escola e já possuem o conhecimento das novas tecnologias. Tendo como específicos os seguintes: comparar conceitos de alfabetização às crianças nas series iniciais, verificar os benefícios da evolução digital à alfabetização e discorrer acerca do confronto dos professores diante dessa rápida evolução das mídias dentro da alfabetização. Assim, para se chegar satisfatoriamente ao objetivo proposto, a metodologia utilizada neste trabalho, norteou-se através de um estudo bibliográfico, de cunho qualitativo. Assim, baseamo-nos na LDBEN, (Lei 9.394/96), nos PCNs, e autores como: Soares (2009), Val (2006), Moran (2012) e Vieira (2011), Freire (2004) e Perrenoud (2000) e Cagliari (2009). Como resultados, apontamos que há uma grande defasagem entre a qualificação do professor e o aluno digital que se insere na alfabetização, alunos que sabem até mais que os próprios professores e isso acontece devido aos pais trazerem cada vez mais cedo, equipamentos de última geração a essas crianças desde o berço. Para diminuirmos essas desigualdades, dentre outras alternativas, devemos capacitar o professor para estar dentro do mundo digital e aproveitar o conhecimento do aluno, aliando as tecnologias na alfabetização, bem como diligenciar para que o estado promova a infraestrutura necessária para que o professor tenha acesso ao mundo digital e possa usá-lo no cotidiano em prol da melhoria da alfabetização dos seus alunos.

Palavras chave: Alfabetização. Ferramentas. Tecnologias. Nativos Digitais.

ABSTRACT:

The great evolution of technologies, portrays us several changes and, to a certain extent, irreversible in all segments of society and that, faced with the changes observed in the course of human history, only tend to increase, since there is a network of information and knowledge that increasingly multiplies and interferes directly in the current reality. Within regular forms of teaching, we observe that professors work out every day in almost all schools, who find it very difficult to teach, specifically when it comes to teaching literacy to students considered digital natives who are born wrapped up in technology and quickly use electronic devices that makes them masters of the world, impelled by the windows opened by digital technologies. Therefore, the main objective of this article is: to discuss the practice of literacy in the teaching-learning process where children enter school and already have knowledge of new technologies. Having as specifics the following: comparing concepts of literacy to children in the initial grades, verifying the benefits of digital evolution to literacy and discussing the confrontation of teachers in the face of this rapid evolution of media within literacy. Thus, in order to satisfactorily reach the proposed objective, the methodology used in this work was guided through a bibliographical study, of a qualitative nature. Thus, we based ourselves on the LDBEN, (Law 9.394/96), on the PCNs, and authors such as: Soares (2009), Val (2006), Moran (2012) and Vieira (2011), Freire (2004) and Perrenoud (2000) and Cagliari (2009). With results, we point out that there is a great gap between the qualification of the teacher and the digital student that is inserted in literacy, students who know even more than the teachers themselves and this happens due to the parents bringing, earlier and earlier, state-of-the-art equipment to these children from the cradle. In order to reduce these inequalities, among other alternatives, we must train the teacher to be within the digital world and take advantage of the student's knowledge, combining literacy technologies, as well as ensuring that the state promotes the necessary infrastructure for the teacher to have access to digital world and be able to use it in everyday life in order to improve the literacy of its students.

Keywords: Literacy. Tools. Technologies. Digital Natives.

1. Introdução

A alfabetização sempre foi importante à educação de todos, principalmente das crianças, sendo levada a elas por professores capacitados. No entanto, ao longo do tempo, era vista apenas como um ajuntamento de informações destinadas a decifrar palavras. Assim, já sofreu e sofre alterações importantes que lhe dão um novo direcionamento, a construção de conhecimentos. Hoje, no entanto, há uma invasão constante das tecnologias, nos mais diversos setores da sociedade, como também no espaço escolar e de forma irreversível, pois alguns alunos já ingressam à escola com o conhecimento digital, e orientar aos professores como procederem frente aos desafios de alfabetizar crianças que já tem contato essas novas tecnologias de comunicação interativas tanto no seu desenvolvimento contínuo quanto na sua prática pedagógica, se faz urgente, pois, mesmo com o avanço digital, a figura do professor se faz ainda imprescindível. Assim, utilizamos para esse estudo a seguinte temática: ENSINOS INICIAIS E TECNOLOGIAS DIGITAIS: Missão do professor em aliá-los.

Essa abordagem foi escolhida, pelo motivo relevante de alcance à comunidade escolar, uma vez que hoje não é mais concebível o uso de estratégias comuns de alfabetização, tendo em vista que com o avanço constante das tecnologias da informação e comunicação – TICs, o professor deve, também, esforçar-se e estar bastante antenado na evolução midiática ao seu redor, aliando-se a elas, a fim de traçar estratégias de alfabetização às crianças que já tem contato com essas mídias.

Apresentamos nossa justificativa, mencionando a importância, a relevância do assunto e sua contribuição do tema para o campo do conhecimento, pois sempre soubemos que no passado, para alfabetizarmos, dispúnhamos de poucos objetos que despontavam como únicas alternativas para se escrever, embora observamos que, também, hoje em dia em muitos lugares, ainda continua do mesmo jeito e o uso das tecnologias é raro, devido ao pouco ou quase nenhum investimento estatal, com locais de trabalhos acanhados, além da baixa formação do discente frente ao uso digital, não elevam o grau da educação, tendo em vista que o professor não pode repassar um conhecimento, já que não o adquiriu. Agora, após um bom período, algumas salas de aula foram invadidas pelas tecnologias digitais que passaram a ser utilizadas pelos alunos, mesmos os iniciantes, em quase todo o espaço escolar. Sabe-se, porém, que em muitas escolas, ainda não se dispõe destas tecnologias como forma de auxílio à educação, além das suas outras possibilidades e potencialidades pedagógicas. Nesse sentido, já que a tecnologia é um recurso utilizado por uma grande parte das pessoas no cotidiano, e que algumas crianças já ingressam à escola tendo conhecimento de mundo e nele estão inseridas informações acerca de tecnologias que trazem, de um modo ou de outro, uma evolução cognitiva, agarramo-nos a uma pergunta básica: porque o professor não se integra e não as usa nas práticas de alfabetização em sala de aula, *também*? A escolha desse tema, é justificada, sobretudo, devido a essa constante invasão das tecnologias digitais no âmbito da educação e pela importância individual como discente, nos mostrando que podemos, enquanto professores, ser o diferencial na sociedade, também, consideramos o presente trabalho relevante, porque apresenta uma visão acerca do fato de professores que tem o objetivo de ensinar os primeiros passos aos alunos na educação, se depararem com o avanço das tecnologias nesse processo.

Se justifica, ainda, porque é mais um estudo que embora o assunto não seja tão recente, servirá de referência acadêmica para outros pesquisadores.

Assim, apresentamos o problema da pesquisa, ou seja, o que pretendemos responder com a produção acadêmica. É unanimidade, que a arte de educar, ao longo do tempo, tem sofrido intensa metamorfose, pois são inúmeras as leis que buscam o alcance na sua virtude, bem como na forma instrutiva, pela introdução de vários modelos de ensino. Por outro lado, a maioria das crianças, hoje em dia, já ingressou à escola munida de conhecimentos acerca dessas tecnologias digitais, e que não se concebe mais usarmos somente a forma tradicional para alfabetizá-las ou somente utilizando-se da decifração das palavras. Portanto, cabe ao professor, aliar-se às tecnologias para alfabetizar, no entanto, deve mediar essa comunicação entre discente e as formas digitais, capacitando-se e qualificando-se para esse tipo de processo. Nesse contexto, delimitou-se o seguinte tema, objeto desse trabalho: ENSINOS INICIAIS E TECNOLOGIAS DIGITAIS: Missão do professor em aliá-los, e, para buscarmos a devida instrução e conhecimento deste artigo, formulamos as seguintes indagações norteadoras: *Como conciliar a forma tradicional e a nova postura e qualificação de ensino às crianças com o rápido avanço das tecnologias digitais? Como ocorre a invasão meteórica delas no processo de alfabetização? Quais as alternativas criadas pelos docentes frente a esse avanço irreversível?*

Utilizamos este espaço, para conceituar quais são os objetivos do trabalho, sejam gerais ou específicos. Este artigo, neste contexto, possui um objetivo geral: discutir a prática da alfabetização no processo ensino-aprendizagem onde crianças já possuem o conhecimento das novas tecnologias. Tendo como específicos os seguintes: comparar conceitos de alfabetização às crianças nas series iniciais, verificar os benefícios da evolução digital à alfabetização e discorrer acerca do confronto e alternativas dos professores diante dessa rápida evolução das mídias dentro da alfabetização.

Descreveremos a metodologia abordada, os autores utilizados e métodos de pesquisa. A metodologia utilizada neste trabalho, norteou-se através de um estudo bibliográfico, de cunho qualitativo, onde mecanismos de busca que ampararam este trabalho estão centrados em resumo, resenhas, fichamentos dos textos teóricos e análise e sistematização de dados da pesquisa, em acervo de monografias, artigos, repositórios, com aporte na LDBEN, (Lei 9.394/96), nos PCNs, além de em alguns teóricos autores como: Soares (2009), e Val (2006), que trazem a alfabetização, Moran (2012) e Vieira (2011), que abordam as Tics, e ainda: Freire (2004) e Perrenoud (2000) e Cagliari (2009, que tratam da atuação do docente.

Dessa forma, este artigo se organiza em cinco capítulos: o primeiro é a introdução, o segundo, é onde abordamos a relevância dos conceitos da alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, o terceiro discorreremos sobre as tecnologias aliadas à educação, o quarto é a metodologia, o quinto traz uma abordagem sobre enfrentamentos dos professores diante da rápida evolução das tecnologias dentro do processo de alfabetizar e, por fim, a conclusão.

2. Alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Todas as crianças em idade escolar, tem direito à alfabetização. Para tanto, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, denominada de Lei de Diretrizes Básicas da Educação

-LDB, traz em seu bojo, no CAPÍTULO II, DA EDUCAÇÃO BÁSICA, Seção I, Das Disposições Gerais, o Artigo 22, determinando que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Mas, e o que é mesmo alfabetizar? Ao nos reportarmos acerca do que vem a ser, conforme o dicionário Aurélio (1999), temos três significados: ensinar a ler; dar instrução primária e aprender a ler por si mesmo. Para o Dicionário Houaiss, alfabetizar é o ato ou efeito de alfabetizar; de ensinar as primeiras letras.

De acordo com Val (2006, p.13), é ao ato de decodificar uma série de sinais gráficos, e na capacidade de antologiar, codificar os ruídos da língua. Já conforme Soares (2009, p. 17), *“alfabetizar é fornecer condições para que as pessoas tenham acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, mas, sobretudo, de fazer uso adequado da escrita em todas as funções em que ela tem em nossa sociedade”*. Aqui pelo seu raciocínio, quando acontece a alfabetização por esse viés, torna o indivíduo seletivo ao final da leitura, capacitando-o, para uma boa redigir uma ótima escrita.

Já para Freire (2004, p. 13), a *“alfabetização não é um jogo de palavras, é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo, a abertura de novos caminhos, o projeto histórico de um mundo comum, a bravura de dizer a sua palavra”*. Nesse contexto, concordamos com ele pois o indivíduo ora alfabetizado, passa a ser visto como uma pessoa apta a praticar cidadania e possuidor e sabedor de plenos direitos.

De acordo com os teóricos acima, alfabetizar um indivíduo é fazer o crescimento de juízo, realizar o desenvolvimento da sociabilidade e transmissão de conhecimento, evidentemente que não somente o conhecimento adquirido de sinais e esquemas, mas, compreender o que cada um deles quer dizer, para, somente então, compreender o que está exposto e poder fazer um juízo de valor mais apurado. Diante desses significados, os profissionais da educação, devem estar atentos a tudo que os cercam, às novas formas de comunicação, às inovações metodológicas que surgem a cada dia, que vão moldando a forma de educar no ambiente escolar, com todos os recursos disponíveis que possam levar as crianças a formarem suas habilidades que serão de grande importância no futuro próximo, como também, porque não dizermos, que será por toda a sua vida.

Na alfabetização, o professor deve buscar a excelência na educação das crianças, pois, acreditamos, também que a escola tem o objetivo, através dos professores das séries iniciais, de inserirem as crianças nesses espaços, e torná-las aptas a lerem, escreverem e interpretar o que produziram, fazendo-as capazes de realizarem o mínimo da comunicação ao notarem ao seu redor a junção de pontos estratégicos que os possibilitem entender como, no final, a interação comunicativa terá seus efeitos.

Importante observar, que a alfabetização ou o conhecimento de mundo adquirido por essas crianças vem, de fato, do meio onde elas vivem, e na escola elas apenas aprimoram habilidades e conhecimentos de signos, ou seja, toda criança ao ingressar numa escola, já trará consigo algum conhecimento de mundo onde ela vive.

E, no caso do objeto aqui de estudo, algumas trarão alguns conhecimentos acerca das tecnologias, pois hoje seus pais encontram nestas tecnologias como o celular, o *tablet*, dentre outros, uma forma de educá-las, especificamente quando estão muito ocupados e

entregam a essas crianças desde o berço, meios que as deixam entretidas para que assim deixem seus pais mais livres para executarem suas atividades cotidianas.

É sabido que nem todos os indivíduos são iguais, dentro de uma sala de aula, ou de um ambiente qualquer, frequentado por crianças ali reunidas, encontramos diversas personalidades, diversos jeitos, diversas formas de comunicação e interação, cada uma diferente da outra, com seus costumes, tradições, dificuldades e que nem sempre acompanharão a evolução natural das coisas, como a aplicação de atividades.

Essas atividades, aliás, devem ser de socialização para que todos se enturmem, o professor deverá ter o objetivo de realizar a interação de grupo, sempre, claro, observando a particularidade das crianças, cada uma com suas nuances, pois muitas crianças nem interagem, enquanto que outras são muito ativas, isto também é uma forma de alfabetização.

A socialização pela interação, funciona também como um norte, um porto seguro, pois elas têm no professor um espelho e passam a interagir e aprenderem habilidades de acordo com exemplos vivenciados no dia a dia, tendo o professor como balizador disso.

Nesse contexto, alfabetizar crianças nas primeiras séries, remonta a acreditarmos que se trata muito mais do que um objetivo histórico de ensinar as letras às crianças e fazê-las reproduzirem o saber, mas sim, dotá-las de um aprendizado realizado de forma a alcançar degrau a degrau em todos os momentos de sua vida.

3. As Tecnologias Alidadas à Educação

Oportuno iniciar este tópico, trazendo à discussão o significado de Tecnologias, baseando-se no disposto encontrado no dicionário *online* da língua portuguesa, onde afirma que é a *“Ciência que estuda os métodos e a evolução num âmbito industrial: tecnologia da internet”*; é o *“Procedimento ou grupo de métodos que se organiza num domínio específico: tecnologia médica”*, e, ainda a *“Teoria ou análise organizada das técnicas, procedimentos, métodos, regras, âmbitos ou campos da ação humana”*. Podemos inferir, ainda, que é a parte da comunicação que se cerca das ferramentas de tecnologias, e que tem clara função de privilegiar a comunicação, sendo o centro comum.

Assim, pode-se afirmar que *“A tecnologia é usada para fazer o tratamento da informação, auxiliando a alcançar um determinado objetivo”* Vieira (2011, p. 16). Após essa pequena introdução acerca do significado, sabemos que ao longo do tempo no espaço escolar encontramos a presença das ferramentas para o ensino.

Embora também em um tempo não muito distante, nos valíamos para a alfabetização, de mecanismos como giz, retroprojektor, mimeógrafo, o quadro negro ou verde, que hoje quase não são reconhecidos pelos alunos contemporâneos, mas que deram enorme contribuição à aprendizagem, dentre essas outras ferramentas, citamos ainda: os cartazes, os livros didáticos e paradidáticos.

Como dito acima, os elementos elencados aqui, servem para lembrar de alguns que desempenharam papel predominante na educação, todavia não deixaram de ser úteis, porém, a realidade na maioria das escolas é outra, haja vista que em muitas delas nossos

alunos são alfabetizados utilizando-se de recursos digitais, como o quadro interativo, o *tablet*, o projetor, dentre outros.

Portanto, na era digital, a educação tem que se redimensionar pois com o advento de tecnologias avançando a cada dia, essas ferramentas mais antigas se tornaram quase obsoletas, hoje as crianças no colo de suas mães já estão utilizando tecnologias digitais, como o celular, o *tablet*, onde já adquirem um conhecimento de mundo mais abrangente que o espaço escolar.

Essas crianças contemporâneas, já adentram a escola tendo feito parte de alguma interação externa, propiciada pelas tecnologias da informação e comunicação. Com o advento de toda essa tecnologia que cerca o espaço escolar, já as habilita a conhecerem este mundo externo e que com certeza levarão este conhecimento à sala de aula.

Acreditamos que o uso dessas tecnologias, dentro do espaço escolar, vem, sobretudo para ajudar, elas, sobremaneira, não devem ser vistas como uma forma de substituição dessas convencionais e tradicionais, antes usadas pelo professor, mas sim um papel ativo de direção na forma como se aprende, como se ensina e na interação entre professor e alunos, na sala de aula.

Sendo assim, o professor deve estar sempre atento e procurar aliar-se a este conhecimento externo que é trazido pelas crianças, na busca pela melhoria das metodologias de ensino empregada, e, nesse sentido, essas tecnologias da informação e comunicação, passam a ser utilizadas no ambiente escolar como uma ferramenta de auxílio ao trabalho de alfabetização realizado pelo professor, não sendo confundida apenas como algo que vai facilitar sua missão.

Dizemos isso, porque o aprender pode e deve ser subvencionado pela tecnologia, que possui atribuição de aprimorar a edificação de situações de aprendizagem significativas, para tanto, após tudo isso, se faz necessário que o professor que foi capacitado para ministrar a alfabetização, busque melhorar a sua capacitação, cercado-se de informações atuais dentro da sua formação.

Ele deve, também, se cercar das últimas atualizações sobre as tecnologias digitais que o possam favorecer na sua batalha diária de conviver com o habitual, que é alfabetizar e pelo modo tradicional, pois hoje, principalmente, com a invasão dessas tecnologias, muitas das vezes as crianças se recusam a aceitar o modo tradicional de ensino, uma vez que já estão mergulhadas no mundo digital e até certo ponto resistem, pois estão viciadas.

Esses vícios são observados quando resistem à retirada de seus aparelhos de celular, *tablets* e outros, muitas das vezes estão viciadas em aparelhos eletrônicos e isso se torna um problema ao professor, pois ele terá que lidar com isso e fazer com que elas sejam alfabetizadas pelo modo tradicional, aliado ao digital.

Sabe-se, portanto, que no mundo de hoje, digital e tecnológico, estamos aprendendo a aprender, buscando cada vez mais atualizarmo-nos do que nos cerca, e o professor deve tentar conciliar a evolução tecnológica com o valor humano, para não ficar para trás nessa corrida desenfreada pela busca da tecnologia mais atual.

Nesse caso, o professor que se encontra agindo assim, estará preparando-se para que possa ensinar aos seus alunos, tendo as tecnologias como sua aliada, uma vez que

o espaço escolar tem a função de educar e formar pessoas cada vez mais conscientes para o papel de cidadão letrado, e respeitador, buscando a formação e também o caráter do indivíduo.

No entanto, para que isso, na prática aconteça, é preponderante que comece nas séries iniciais a formação do caráter do cidadão e que essa formação seja também verificada pelos profissionais que formam a educação, principalmente pelo alfabetizador, *até porque como diz Perrenaud (2000):*

“Formar para as novas tecnologias é formar o julgamento, o senso crítico, o pensamento hipotético e dedutivo, as faculdades de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos e de imagens, a representação de redes, de procedimentos e de estratégias de comunicação (PERRENAUD, 2000, p, 128).

Concorda-se com o autor, uma vez que na alfabetização, nos primeiros signos vistos pela criança, já acontece a formação e um julgamento, pois vão-se agregando conhecimentos que formarão um entendimento e as tecnologias não fogem disso, pois a criança internaliza muito do que vê nelas, fazendo juízo de valor também.

Contudo, não se deve desassociar o professor desse processo, acreditando que a tecnologia vá, por si só, alfabetizar alunos, devido a sua grande gama de opções lúdicas imbricadas dentro de um aparelho eletrônico, a exemplo de aplicativos que ensinam crianças os primeiros signos.

Concordamos com Moran (2012), quando afirma que o professor é mais importante do que nunca nesse processo de inclusão e afirmação das tecnologias da informação e da comunicação no mundo da educação infantil mas precisa se qualificar para trazê-la e implantá-la na sala de aula, em suas atividades de alfabetização.

Do mesmo jeito que há pouco tempo, trouxe o primeiro rascunho para seus alunos das séries iniciais, tendo que se habituar ao modo diferente de aplicar seus conhecimentos, sem, no entanto, com o advento da era digital, deixar as outras tecnologias de comunicação de lado.

A verdade é que em dias de hoje, o professor alfabetizador, deve ensinar e aprender pelo uso da palavra, pela vivência, pelos procedimentos cuidadosos, humanos, afetivos, pelos livros e pela mídia televisiva e também pelas tecnologias ora apresentadas como aplicativos de interação para as crianças presentes nos celulares e *tablets* de seus pais.

Hoje a maioria dessas informações e conhecimentos de mundo chega a todos e em especial às crianças, numa velocidade exorbitante, forçando este alfabetizador a conciliar entre o ensino tradicional e a interferência das tecnologias de informação e comunicação cada vez mais presente no cotidiano da vida escolar.

4. Metodologia

Aqui, tivemos o objetivo de delinear os procedimentos metodológicos acerca da pesquisa proposta ao estudo. Portanto, este trabalho foi concebido através da abordagem

exploratória e como pesquisa bibliográfica, pois de acordo com Gil (2010), essa busca aporta em um estudo teórico-metodológico, sendo desenvolvido com base em material publicado podendo fornecer instrumentos para qualquer outro tipo de pesquisa.

Assim, baseou-se no estudo teórico em vários artigos teses e dissertações sobre o que discorriam acerca do assunto, para levantar dados e embasar tópicos referentes ao problema e aos objetivos a serem estudados. Um dos fatores que nos levou a pensar na elaboração deste trabalho, foi a forma como o professor se vê para executar a alfabetização, diante do avanço das tecnologias, onde as crianças mesmo sem terem noção de alfabetização, já adentram ao ambiente escolar, trazendo, consigo, o conhecimento digital.

Portanto, iniciamos pelo levantamento bibliográfico preliminar, para o entendimento do problema, após isso, elaboramos o plano de trabalho, onde estruturamos e organizamos a produção, depois fomos à identificação das fontes, que forneceram respostas adequadas à solução do problema proposto e possíveis respostas às hipóteses levantadas. Com todo esse material, fizemos as leituras necessárias.

Como aporte a este trabalho, baseamo-nos em autores como: Soares (2009), e Val (2006), que nos norteiam acerca da alfabetização, Moran (2012) e Vieira (2011), que discorrem sobre tecnologias digitais, e autores como: Freire (2004) e Perrenoud (2000) e Cagliari (2009), que falam no diz despeito à atuação do professor.

Iniciando o trabalho pela exploratória, seguida pela analítica e, por fim, a leitura interpretativa, que tem como objetivo, de acordo com GIL (2010, p. 59), relacionar o que se diz, com o problema para o qual se propõe uma solução. Logo após a leitura do material bibliográfico, fez-se a conferência da tomada de apontamentos e a organização das ideias.

Após as etapas anteriormente citadas, iniciamos a construção lógica do trabalho, até porque, novamente, essa etapa traduz-se na ordenação das ideias com vista a atender aos objetivos ou testar as hipóteses formuladas no início da pesquisa (GIL, 2010, p. 63).

Finalizamos a redação do artigo, levando-se em consideração os aspectos relativos à estruturação de acordo com as normas da instituição em uma abordagem feita exclusivamente com uma Revisão Bibliográfica.

5. Enfrentamentos dos Professores Diante da Rápida Evolução das Tecnologias Dentro do Processo de Alfabetizar

Muitos são e serão os problemas e as dificuldades encontrados por professores, diante da invasão das tecnologias já no início da alfabetização, hoje em dia, profissionais da educação, na escola, já se deparam com atitudes alarmantes, onde algumas crianças já adentram ao ambiente escolar, munida de conhecimentos digitais, bem como de alguns vícios, decorrentes deles, certamente que é uma batalha desigual, pois muitos dos nossos docentes sequer possuem formação ou capacitação para lidar com situações inusitadas.

Esses problemas, enfrentados pelos docentes, acontecem também pelo desconhecimento da evolução digital, ocorrendo muitas das vezes pela ausência constante desta estrutura no ambiente escolar, pois em muitos locais ainda não existem aportes sequer para receber sinal de internet.

Somam-se, a isso, o pouco conhecimento e qualificação de professores no que diz respeito às inovações digitais que acontecem de forma muito rápida, quanto pelo crescimento do uso de tecnologias fora da escola, na sociedade, mas já usadas pelos alunos, como meio de diversão.

Nos baseando em teóricos, observamos que para Cagliari (2009, p. 104), *“ensinar a ler é a tarefa principal do professor, uma vez que, como educador, o professor precisa ter uma formação geral, e esses conhecimentos são básicos. Como professor alfabetizador, precisa ter conhecimentos técnicos sólidos e completos”*.

Nesse sentido, certamente que ele vai adquirindo todos esses conhecimentos, com a prática aliada à teoria e, principalmente com as formações continuadas, já expostas algumas vezes. Ainda para o autor, *“saber decifrar a escrita é o segredo da alfabetização. É muito importante que o professor tenha isso sempre em mente. Ele deverá fazer muitas coisas como professor e principalmente como educador”*. Portanto, dentre esses saberes-fazer o professor deverá procurar novos meios para dinamizar um ensino que torne o aprendizado, não simplesmente fácil, mas compreensivo e motivador para seu aluno.

Diante do principal objetivo, que é alfabetizar o aluno, podemos elencar algumas dificuldades encontradas pelos docentes, nesta luta desigual em que o professor recebe no ambiente escolar, um aluno já com conhecimento digital, uma delas é a pouca equiparação de profissionais da docência às novas tecnologias e metodologias, de acordo com estudos de uma pesquisa realizados da TIC Educação 2021.

Este estudo realizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), veiculada na revista Veja, revela-nos que 76% dos docentes que ministram aulas em escolas localizadas fora da zona urbana, em áreas remotas, informaram que não tem qualificação e nem habilidades com a tecnologia para uso na educação.

Já na zona urbana, o índice chega a 66%, reafirmando, aqui, a falta de qualificação e alinhamento às novas tecnologias e às formas de ensino hoje empregadas, tornando quase inviável a chegada de métodos educacionais atuais, o que faz o trabalho do professor quase improdutivo, respingando claramente no produto final do ensino que é alfabetizar e também na sua satisfação pessoal e profissional.

Infelizmente, este problema enfrentado pelo docente desemboca numa defasagem no resultado final da alfabetização, principalmente como o que ocorreu durante os dois anos em que o mundo se viu mergulhado numa pandemia de coronavírus, onde crianças e seus pais, além de professores, ficaram reclusas e não puderam ir à escola.

A diversão, além da sua educação, ocorreu de forma diferente às outras, isso se deu, exatamente em fases extremamente importantes para o seu crescimento e aprendizagem, levando essas crianças a serem reféns de aparelhos eletrônicos e muitos professores, ainda hoje, não possuem essa habilidade.

Completamente avessa às outras crianças, antes da pandemia, nossas crianças de agora, tiveram que se familiarizar em casa às metodologias diferentes e novas de ensino, como a educação remota implementada de forma radical e com o preparo mínimo, sem detalharmos acerca do isolamento social, que impactou muito na formação das habilidades e conhecimentos sobre relações humanas.

Ainda no ano de 2021, o Alicerce Educação pesquisou um total de 2.763 discentes no país e verificou que os quase dois anos de pandemia, ensino remoto e isolamento social impactaram de forma significativa na aprendizagem dos alunos, e, nesse sentido, podemos dizer que este impacto levou as crianças a ficarem reféns de aparelhos digitais, pois era a única alternativa que tinham para diversão e estudo.

De acordo com essa pesquisa, concluiu-se que nossos alunos tiveram em média até quatro anos de defasagem educacional devido ao coronavírus. Hoje, apresenta dificuldades de desenvolvimento motor, leitura, escrita e matemática, o que levou nossos professores a detectarem, conforme o estudo acima, que um dos principais desafios do docente, hoje, enfrentados desde o período em que tudo parou, é a defasagem, como visto acima, na aprendizagem dos estudantes.

Como solução a esta anomalia no ensino brasileiro, aportada por 58% dos docentes, passou pela introdução de aulas remotas e utilização das tecnologias, o que, de fato, corroborou com a vontade das crianças, algumas delas, que já detinham o conhecimento da tecnologia, sobretudo pelo convívio com seus pais.

Outro obstáculo enfrentado pelos professores da alfabetização, é o pouco engajamento de pais e alunos, pois se anteriormente já tinham dificuldades em chamar a atenção das crianças para a alfabetização, o docente, agora, tem que concorrer para disputar essa atenção com outros adversários muito mais fortes, como celulares dados pelos pais a eles.

Até porque, hoje, 49 por cento, praticamente a metade de nossas crianças já possuem um *smartphone*, dado por seus pais, portanto, este número de crianças é muito alto, pois, muitas delas nunca estiveram em um ambiente escolar, mas já tem contato com a tecnologia. Esses dados estão na pesquisa do Mobile Time e da Opinion Box.

Nela, foram entrevistados 1.962 pais que possuem *smartphone* e são responsáveis por pelo menos uma criança nessa faixa etária. Assim, podemos imaginar como é grande o desafio do docente para buscar a atenção e o interesse do aluno na alfabetização, tendo a criança sido imersa em um mundo repleto de sites, jogos, músicas, brincadeiras, onde ela pode ter tudo isso a um clique na sua mão.

Portanto, em uma batalha desigual, o docente se vira para buscar o engajamento do aluno, para isso deve tentar aliar esse conhecimento prévio do aluno com as mídias, sendo facilitador entre a participação nas aulas realizando as atividades, fazendo, também, a interação com as aulas dadas.

Nesse mesmo contexto, incluem-se seus responsáveis, o professor deve buscar atrair os pais, pois a maioria deles disponibiliza um celular a seu filho, porque possui uma rotina de trabalho exaustiva, com inúmeras atribuições; estes fatores retiram os pais do convívio da escola, fazendo o professor perder um grande aliado na alfabetização dos alunos, ocasionando assim, uma grande lacuna no convívio dos pais, alunos e escola, o que atrasa a realização das modalidades a serem desenvolvidas na alfabetização.

Ainda sobre as dificuldades encontradas, podemos incluir aqui a falta de estrutura adequada para uso de mídias digitais, uma vez que muitas escolas não possuem acessos mínimos à tecnologia para concorrerem com o mundo lá fora em que vivem os seus alunos, hoje ainda temos escolas que nem mesmo possuem sinal de internet.

Diante dessa realidade absurda e com números muito elevados da falta dessa estrutura que vai aportar a tecnologia na escola, vemos que mais de 90% dos professores lotados nas escolas rurais acreditam não possuírem estes itens de acesso às tecnologias, gera um dos maiores desafios dos professores na educação hoje.

Outro fator que dificulta a vida do alfabetizador, hoje em dia, é a falta de capacitação dele, quanto à evolução da realidade digital, a falta de preparo desses profissionais para o uso de ferramentas digitais no cotidiano, isso traz um enorme embaraço no relacionamento com os discentes, pois a maioria dos alunos já traz uma certa experiência por viverem neste mundo, o que torna impossível o uso de alternativas educacionais que passam pelas ferramentas tecnológicas.

Depois da explanação, acerca dos problemas, das dificuldades bem como de desafios do professor para alfabetizar alunos que já nasceram digitais, podemos elencar algumas alternativas para revertermos esse problema, como por exemplo: O investimento, por parte do estado, em estrutura tecnológica nas escolas, pois somente assim, com recursos tecnológicos e de ponta, coloca a escola apta e no rol de ensino na sociedade, fazendo com que os docentes acompanhem os nativos digitais.

Temos ainda que capacitar, treinar e qualificar nossos docentes para manusearem ferramentas que já são usadas pelos alunos quando adentram ao espaço escolar, diminuindo consideravelmente a lacuna da falta de conhecimento e prática com ferramentas, tecnologias e inovações na educação.

Essas capacitações e qualificações passam primeiro pela gestão da educação nestes locais, para que gestores comprometidos com o produto final que é a alfabetização, tomem ciências das dificuldades e procurem inserir o professor em *workshop*, novos cursos, palestras, oficinas, dentre outros.

Outra alternativa é providenciar a busca ativa de pais ausentes das escolas, fazendo com que eles sejam também protagonistas do processo de alfabetização, convidando-os à escola, se munirem das estratégias aplicadas em aulas e, em casa, explorarem e pesquisarem com seus filhos, sobre os temas que são e serão abordados posteriormente na sala de aula, melhorando, sobretudo, o engajamento e a interação da família e da escola no aprendizado.

6. Conclusão

Diante do estudo realizado através da revisão de literatura, acerca das formas da alfabetização em séries iniciais, e, ainda, sobre o uso dessas tecnologias como aliadas na educação, bem como sobre os problemas de professores no que diz respeito ao conhecimento e manuseio das tecnologias digitais, onde os alunos estão um passo à frente, acreditamos que as pesquisas nos levaram a entender como acontece hoje o processo de alfabetização, de um lado o professor numa luta desigual contra um sistema que tem vários tentáculos que dificultam seu trabalho, a começar pela pouca ou falta de uma estrutura para implantação das tecnologias em muitas escolas, a pouca ou quase nenhuma capacitação realizada pelo sistema ou por ele próprio, bem como das dificuldades em lidar com crianças que tem domínio dessas mídias e que não assimilam bem o modo tradicional de alfabetização, alunos

nativos digitais que dominam essas tecnologias pois foram entregues a elas, equipamentos com esse alcance.

Assim, os objetivos foram alcançados, pois discutimos a prática da alfabetização no processo ensino-aprendizagem onde crianças já possuem o conhecimento das tecnologias, observando que o processo é muito complexo onde depende muito da gestão, da interação família-escola e capacitação do professor para enfrentar uma luta onde deve aliar o que a criança conhece de mundo sobre mídias digitais e o modo tradicional de ensino, levando-o a se qualificar para isso. Os objetivos permitiram-nos comparar conceitos trazidos por renomados teóricos, sobre alfabetização nas series iniciais; pudemos verificar benefícios da evolução digital à favor da educação na alfabetização e, por fim, pudemos discorrer acerca do confronto e alternativas dos professores diante da rápida evolução das mídias dentro da alfabetização, como soluções, apontamos o investimento, pelo estado, em estrutura tecnológica nas escolas a fim de facilitar o processo; capacitar, treinar e qualificar professores para manusearem ferramentas, incentivando-os a se inserirem em *workshop*, novos cursos, palestras, oficinas, providenciar a busca ativa de pais ausentes das escolas, dentre outros.

Foram respondidos os questionamentos, para isso elencamos pontos importantes no que diz respeito ao uso da tecnologia aliado a alfabetização no ensino fundamental, e como conciliar a forma tradicional e a nova postura e qualificação de ensino às crianças com o rápido avanço das tecnologias digitais. Realizando uma união, uma busca por uma aproximação do que as crianças trazem de conhecimento, com docentes preparados e munidos dessas tecnologias com o intuito de convencer os discentes nesta idade a se fixarem quanto a leitura fazendo com que utilizem equipamentos eletrônicos na escola, aliados aos que possuem em casa e se ocupem mais na escola, outro questionamento foi sobre como ocorre a invasão meteórica delas no processo de alfabetização. Para isso, crianças antes de se integrarem ao ambiente escolar já tem intensa comunicação e interação com jogos, músicas, brincadeiras virtuais adquiridas pelo uso de seus aparelhos dados a elas por seus pais. Ainda sobre quais as alternativas criadas pelos docentes frente a esse avanço irreversível. Como respostas acreditamos que o docente deve trazer a tecnologia para seu lado e fazer dela uma aliada no processo ensino-aprendizagem, pois a maioria dos discentes nessa idade, já tem contato com as mídias e com formas lúdicas de aprender, e, nesse sentido o professor pode e deve balancear o uso destes aparelhos para que elas aliem o que devem aprender com aquilo que já conhecem do mundo, para promover a alfabetização. Outro ponto importante é a urgente qualificação do docente, através da inserção dele em *workshops*, cursos, capacitações, formações continuadas dentre outras, que o auxiliarão a se equiparar com a maioria dos alunos que ingressa no espaço escolar para ser alfabetizado com conhecimento sobre as mídias. Claro que o sistema tradicional não perderá seu valor, contudo, o docente deve se qualificar e ter as tecnologias ao seu lado para melhor desenvolver a alfabetização, contudo, se não forem bem manuseados e destinados ao conhecimento não irão a lugar algum, foi importante entender o que os teóricos observaram, no entanto, havendo uma capacitação e uma qualificação de docentes e depois um estudo com o fim dessas tecnologias serem inseridas na educação, especialmente na alfabetização, serão de grande valia, tornando-a mais fácil e mais prática, que engrandecerá e muito tanto docentes quanto os discentes pois estes últimos se sentirão realizados uma vez que

já tem o conhecimento de mundo e ao chegarem na escola encontrarão facilidade para aprenderem muito mais.

Ademais, percebemos que a cada instante novas atualizações das tecnologias digitais estão a nossa disposição, cabe aos governos proverem a estrutura para a chegada da tecnologia que possa receber essas mídias e os docentes estarem capacitados e qualificados para entregarem uma educação melhor à sociedade e às crianças chamadas de “*nativos digitais*”.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares de Língua Portuguesa**. 1º e 2º ciclos. Brasília: 1997.
- BRASIL. Secretaria da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: (Lei 9394/96)**. Natal: Unidade Setorial de Planejamento/SECD, 1996.
- CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo. Scipione, 2009.
- EDUCADOR DO FUTURO. **Como superar os desafios dos professores atuais?** 10 agosto 2022. Disponível em: < <https://educadordofuturo.com.br/professor/desafios-dos-professores-na-atu- alidade/>>. Acesso em 24 jan. 2023. Às 16:47.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2004.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MORAN, José Manuel, MASSETTO, Marcos T., BEHRENS Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediações pedagógicas**. Campinas, SP. Papirus, 2012.
- MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógicas**/ Marco T. Masseto, Marilda Aparecida Behrens. - Campinas, SP: Papirus, 2000.
- NEUROSABER. **Alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental**. 26 de junho de 2020. Disponível em: < <https://institutoneurosaber.com.br/alfabetizacao-e-letramento-nos- anos-iniciais-do-ensino-fundamental/>>. Acesso em: 27 nov. 2022, às 10:58.
- PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 2000.
- ROSA Giovanni Santa. **Metade das crianças de até 12 anos no Brasil já tem celular próprio**. Tecnoblog. Por Giovanni Santa Rosa. 29/10/2021 às 17:34. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/noticias/2021/10/29/metade-das-criancas-de-ate-12-anos-no-brasil-ja-tem-celular-proprio/#:~: -text=49%25%20das%20crianças%20de%20zero, sete%20anos%2C%20maioria%20tem%20- aparelho&text=Uma%20nova%20pesquisa%20mostra%20que,%2C%20contra%2044%25%20 ano%20passado>>. Acesso em: 24 jan. 2023. Às 16:01.
- SOARES, Magda **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- TECNOLOGIA. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/tecnologia/>>. Acesso em: 22 jan. 2023.
- VAL, Maria da Graça Costa. O que é ser alfabetizado e letrado? 2004. In: CARVALHO, Maria Angélica Freire de (org.). **Práticas de Leitura e Escrita**. 1. Ed. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- VIEIRA, Rosângela Souza. **O papel das tecnologias da informação e comunicação na educação: um estudo sobre a percepção do professor/aluno**. Formoso - BA: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), 2011. v. 10, p.66-72.



Consulte a faculdade
IBRA no E-MEC



Formação de Professores **FACULDADE IBRA**

TORNE-SE PROFESSOR!

O PROFISSIONAL QUE O MERCADO PROCURA PODE SER VOCÊ!

- ✓ Nota de Excelência no MEC;
- ✓ Suporte com tutores;
- ✓ R2 e Segunda Licenciatura;
- ✓ 100% Online.

INDIQUE E GANHE

A cada 10 alunos indicados, e com matrículas pagas, você ganha um curso grátis!!!

